

Cadernos de Campo:  
Revista de Ciências Sociais

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

**Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara**

**Reitor:** Prof. Dr. Pasqual Barretti

**Vice-Reitora:** Prof. Dra. Maysa Furlan

**Pró-Reitora de Pós-Graduação:** Profa. Dra. Maria Valnice Boldrin

**Pró-Reitor de Pesquisa:** Prof. Dr. Edson Cocchieri Botelho

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA**

**Diretor:** Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

**Vice-Diretor:** Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Coordenadora:** Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

**Vice-Coordenador:** Prof. Dr. Antonio Ianni Segatto

**Comissão editorial:** Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy,  
Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha e Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)-. – Araraquara : Faculdade  
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral

ISSN impresso 1415-0689

ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp – Araraquara.

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara**

**Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara**

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3334-6219 (Departamento de Ciências Sociais)

E-mail: cadernosdecampo.fclar@unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de  
Ciências Sociais: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 –  
CEP 14800-901 – Araraquara – SP

# Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

E-ISSN 2359-2419

<http://doi.org/10.47284/2359-2419.2021.30>

Cadernos de Campo

Araraquara

n. 30

p. 1-368

jan./jun. 2021

# CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## **Editor-chefe**

Maria Teresa Miceli Kerbauy, UNESP - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Brasil  
Aline Cristina Ferreira, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil  
Matheus Felipe Silva, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil

## **Comitê Editorial**

Aline Cristina Ferreira, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil  
Ana Carolina dos Reis Fernandes, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil  
Gabriela Lanza Porcionato, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil  
Isis Caroline Nagami, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil  
Júlia Silva Lobo Campos, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil  
Maria Teresa Miceli Kerbauy, UNESP - Universidade Estadual Paulista - Araraquara/SP - Brasil  
Mateus Tobias Vieira, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil  
Matheus Felipe Silva, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil

## **Conselho Científico Nacional**

Antonio José Pedroso Neto, Universidade Federal do Tocantins (UFT) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), Brasil  
André da Azevedo da Fonseca, Universidade Estadual de Londrina, Brasil  
Cláudio André Souza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil  
Elide Rugai Bastos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil  
Fernanda Arêas Peixoto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Henrique Amorim, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil  
Ivan Henrique de Mattos Silva, Universidade Federal do Amapá, Brasil  
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil  
Prof. Gustavo Dias, Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil  
Leon Victor de Queiroz Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.  
Marcos Alan S. V. Ferreira, Departamento de Relações Internacionais - Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Marcos Chor Maio, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil  
Nildo Viana, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
Prof. Sidney Jard da Silva, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil  
Vera Alves Cepêda, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

## **Conselho Científico Internacional**

Ana Laura Hidalgo, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)  
Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Argentina

Camilo Martín López Burian, Universidad de la República, Montevideu, Uruguai

Denise Ferreira da Silva, University of London, Reino Unido

Frederic Lebaron, Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França

Felip Gascón i Martín, Universidad de Playa Ancha, Valparaíso, Chile

José Briceño Ruiz, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México

José Passarini, Universidad de la República de Uruguay (UdelaR), Uruguai

João Vargas, University of Texas - Austin, Estados Unidos

Mauro Neves Junior, Departamento de Estudos Luso-Brasileiros, Sophia University, Tóquio, Japão

## **Revisão e Tradução**

Jessica Chagas de Almeida, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, Brasil

Cinthia Yuri Galelli, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil, Brasil

Tamiris Destro Costa, Universidade Estadual Paulista - UNESP - Araraquara, Brasil

Mayara Mayumi Sataka, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, Brasil

## **Diagramação**

STAEPE – Laboratório Editorial

## **Normalização**

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara

## **Imagem da capa**

Título: O pôr do sol em Playas de Tijuana

Crédito: Domila do Prado Pazzini



# SUMÁRIO

## Apresentação

Equipe Editorial Cadernos de Campo ..... 9

## Apresentação do Dossiê

Vidas vulneráveis: *ser migrante em tempos de conservadorismo e crise pandêmica na América Latina*

*Gustavo Dias e Fulvio Rivero Sierra*..... 11

## Dossiê

Análise do “normatizar” da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da operação acolhida

*Victória Figueiredo Machado* ..... 31

*¿Qué hacemos con los migrantes? Representaciones de alumnos de escuelas medias de villa lugano y discursos políticos sobre la migración limítrofe. Buenos Aires 2016-2018*

*Federico Luis Abiuso, Gisele Kleidermacher e Darío Lanzetta*..... 69

*Claves para entender la política migratoria mexicana en tiempos de López Obrador*

*Leticia Calderón Chelius*..... 99

A “provisoriedade ordinária” no cotidiano de imigrantes em São Paulo

*Caio Fernandes e Priscilla Pachi* ..... 123

*La criminalización de senegaleses en la Ciudad de Buenos Aires, en el período 2015-2019. Un acercamiento desde la interseccionalidad*

*Jeremías Pérez Rabasa* ..... 153

“Parece que tão escondendo alguma coisa”: discursos coloniais sobre a venda de rua senegalesa em Porto Alegre (RS)

*Filipe Seefeldt de César*..... 183

|  |     |
|--|-----|
| <i>¿Migrantes “vulnerables”? Políticas de migración y derecho a la salud en Argentina</i><br><i>María Graciela de Ortúzar</i> .....  | 209 |
| <i>Sentir en movimiento: emociones de mujeres salvadoreñas sobre la vida cotidiana y el tránsito migratorio por Tapachula, estado de Chiapas, México</i><br><i>Macarena Williamson Modesto</i> ..... | 239 |
| <i>“Cada persona tiene derecho a estar donde su corazón está” Maternar una familia transnacional</i><br><i>Amarela Varela Huerta e Ana Laura López</i> .....   | 265 |
| <i>Jóvenes migrantes y política: los nuevos rostros de la bolivianeidad en Argentina</i><br><i>Alfonso Hinojosa Gordonava</i> .....  | 293 |
| As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente a Covid-19: cenário Mato-Grossense<br><i>Kelly Pellizari e Henrique Roriz Aarestrup Alvez</i> .....                        | 315 |
| <b>Seção Livre</b>   |     |
| Biafra nas páginas da revista <i>Veja</i> (1968-1970): entre imagens, discursos e representações<br><i>Ana Julia Pacheco e Karla Leandro Rascke</i> .....  | 345 |



## APRESENTAÇÃO

A revista *Cadernos de Campo*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara apresenta seu número 30. Este número é dedicado principalmente ao dossiê temático “Vidas vulneráveis: ser migrante em tempos de conservadorismo e crise pandêmica na América Latina”, organizado por Gustavo Dias, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT - UFMG/Unimontes) e do Departamento de Ciências Sociais; e por Fulvio Rivero Sierra, professor adjunto encarregado de “Metodologia de Pesquisa Científica” e “Técnicas de Pesquisa”, no curso de Ciências da Comunicação, na Universidade Nacional de Tucumán-CONICET, San Miguel de Tucumán – Tucumán – Argentina.

O dossiê temático conta com artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes países da América Latina, o que consideramos uma grande contribuição para o diálogo da comunidade acadêmica internacional. Além disso, a *Cadernos de Campo* vem, pouco a pouco, desde a edição passada, retomando a seção de artigos livres, que está presente também neste número.

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a concretização da presente publicação.

Desejamos uma boa leitura!

Equipe Editorial *Cadernos de Campo*



# VIDAS VULNERÁVEIS: *SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO E CRISE PANDÊMICA NA AMÉRICA LATINA.*

Gustavo DIAS<sup>1</sup>  
Fulvio Rivero SIERRA<sup>2</sup>

Nunca ninguém contou essas pessoas e ninguém, inclusive as organizações de assistência da ONU, jamais as contará: são milhões, escapam à contagem e constituem o que é chamado – por falta de termo melhor ou de um maior grau de compaixão – de migração (BRODSKY, 2018, p.16).

A América Latina, bem como outros espaços geopolíticos, tem experimentado, um brusco giro conservador na última década. Em diferentes escalas, governos de direita e de extrema-direita, atrelados às lideranças religiosas, políticas e intelectuais conservadoras, substituíram governos de centro e centro-esquerda. Junto com essa recente onda, presenciamos também, após um breve intervalo de ordem progressista, o ressurgimento da agenda neoliberal, que atuou fortemente, logo após o fim dos regimes ditatoriais na região, e adentrou a década de 1990. Nesse cenário político e econômico, assistimos, ainda, o brotar, com maior protagonismo, de um forte discurso nacionalista conservador. Por meio de práticas radicais, exaltam o ciclo das ditaduras militares, a restrição das liberdades de expressão e organização e combatem o reconhecimento político de minorias

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros – MG – Brasil. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (PPGSAT - UFMG/Unimontes) e do Departamento de Ciências Sociais. <https://orcid.org/0000-0001-5325-3253>. [tenonidias@hotmail.com](mailto:tenonidias@hotmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Nacional de Tucumán-CONICET, San Miguel de Tucumán – Tucumán – Argentina. Professor Adjunto encarregado de “Metodologia de Pesquisa Científica” e “Técnicas de Pesquisa”, no curso de Ciências da Comunicação. <https://orcid.org/0000-0002-8538-0350>. [fulviorivero@conicet.gov.ar](mailto:fulviorivero@conicet.gov.ar).

sociais, bem como a presença de migrantes em suas mais distintas classificações jurídicas. Acompanhamos, através de estudos e manchetes, populações migratórias sendo indiscriminadamente responsabilizadas pelas inseguranças sociais e econômicas vividas nos territórios nacionais e, sobretudo, em zonas de fronteira. Em diversos países, foram registradas formas de xenofobia social e estatal sofridas por certas categorias de migrantes. Os exemplos, como serão apresentados ao longo deste dossiê, são inúmeros<sup>3</sup>. Medo, insegurança, confusão, exclusão e precariedade são exacerbados na existência desses migrantes. Soma-se a isso o espalhamento da COVID-19 por toda a região e o duro impacto que ela trouxe para as zonas de fronteira. Um dos principais usos políticos da pandemia tem sido o de aprofundar um intenso sentimento de suspeita do estrangeiro como aquele responsável por trazer o vírus e, por conseguinte, a morte. Em tempos de pandemia, a suspeita exacerba-se como também o medo de que esses corpos alheios sejam vetores de contágio. Variadas fobias, durante a pandemia, impactam de diferentes maneiras a população em condição de mobilidade humana nas Américas.<sup>4</sup>

Diante desse giro conservador e, agora, potencializado pelo espalhamento da pandemia ao longo da América Latina, argumentamos aqui que pouco se sabe acerca da experiência vivida por esses sujeitos migrantes a partir de sua própria experiência cotidiana. Pesquisas, em geral, tendem a focar questões migratórias num âmbito macro de análise. Apesar de sua relevância, o estudo de leis e políticas migratórias, bem como de controles fronteiriços tornam-se, em diversos casos, excessivamente concebidas dentro de uma tradição de pensar migrações através da lógica do próprio Estado. Em outras palavras, corremos o risco de seguir analisando o migrante enquanto um problema social e a migração enquanto geradora de “crises” (SAYAD, 2010).

Ao abordarmos exclusivamente essa dimensão, formas de resistências, saberes práticos e habilidades produzidos por esses sujeitos migrantes, para assegurar suas existências em tal cenário, passam despercebidas. Sabemos que a interação com fronteiras é uma característica inescapável para muitos migrantes. É um modo de estar no mundo (BENEDETTI, 2014; RIVERO SIERRA, 2018).

<sup>3</sup> A ordem dos artigos que criamos nesse dossiê buscou atender o diálogo com esse texto de abertura. Portanto, trata-se de uma ordem aleatória e que pode ser rearranjada de formas distintas.

<sup>4</sup> Para maiores informações, indicamos consultar o projeto *(In)movilidad en las Américas. Covid-19* (<https://www.inmovilidadamericas.org/>). Trata-se de um projeto em constante construção, que reflete coletivamente na (I) mobilidade das Américas durante a pandemia. Propõe, portanto, mapear as respostas do estado; as situações de alerta enfrentadas pela população migrante, em particular deslocados internos, deportados, detidos, requerentes de asilo, refugiados, migrantes irregulares, adultos ou crianças e adolescentes; e respostas sociais em cada um dos dois espaços nacionais.

Mas, como eles vivenciam o cotidiano em cenário tão normativo? Como lidam diariamente com a xenofobia? De que forma circulam pelo tecido urbano? Conseguem moradia, acesso a saúde ou educação? Em sociedades como a peruana, brasileira e a argentina onde o desemprego e o trabalho informal atingem números expressivos, como esses sujeitos migrantes asseguram uma vida material e social digna?

Em vista disso, esse dossiê contribui para o campo dos estudos migratórios, nas ciências sociais, ao demonstrar que não podemos compreender o migrante e sua existência vulnerável sem questionar o “estatuto social e científico” dado pelo Estado ou pela academia a esse sujeito. O estudo da migração é por excelência o *estudo do pequeno*. Pequeno não no sentido de importância, mas de uma “sociologia dos objetos situados relativamente na parte inferior da hierarquia social dos objetos de estudo, ou ‘pequena’ sociologia” (SAYAD, 1998, p. 22). Pequeno enquanto marginal. Trata-se de um sujeito que chega com prazo de validade. Uma identidade temporária destituída, em muitos casos, de cidadania, mas que tem uma função social clara para a sociedade receptora: trabalhar, enquanto houver trabalho. Provisoriamente e um passado apagado o insere num lugar social bastardo, na fronteira entre o ser e o não ser social. Argumentamos sobre a necessidade do pesquisador, enquanto um *artesão intelectual*, valendo-se do conceito de Wright Mills (1959), ajuste as suas interrogações, seus conceitos, seus instrumentos de pesquisa e seus preceitos a esse objeto e suas particularidades. Assim, o pesquisador precisa buscar caminhos alternativos para superar esse olhar do estado. A arte de encontrar o narrador e ouvi-lo ganha suma importância. Abdelmalek Sayad (1985) ressalta a importância de o pesquisador conhecer o limite do seu discurso, o discurso do acadêmico. Este, imbuído de autoridade científica, não pode cair no erro de obscurecer o discurso autêntico do informante, aquele que produz a teoria da migração.

## **A América Latina entre giros progressistas e conservadores**

Entre os finais da década de 1990 e de 2000, grande parte da América Latina, de forma geral, testemunhou profundas transformações no cenário político. Foi um rápido, mas marcante, período progressista em que a região experimentou a ascensão de governos de centro-esquerda e esquerdas que, apesar de suas disparidades e contradições, foram caracterizados por políticas sociais que destinaram maior atenção às populações historicamente marginalizadas na região (FÉLIZ; PINASSI, 2017). Tais foram os casos dos governos da Venezuela, Argentina, Brasil, Equador, Bolívia, Honduras, Paraguai e Uruguai. Esse fenô-

meno constituiu um bloco regional que, ao menos, compartilhava de uma visão contrária às formas de governos neoliberais que dominaram a cena política de meados da década de 1980 até então. Em geral, eram governos que assumiram a obrigação de superar as históricas desigualdades regionais, fruto de um longo estamento burocrático, que ganhou contornos mais agudos com o projeto hegemônico do neoliberalismo imposto a partir do Consenso de Washington, no início da década de 1990. Em decorrência disso, as transformações apareceram em ritmo e intensidade diferentes. Governos como, por exemplo, os de Evo Morales e Rafael Correa propuseram constituições bastante arrojadas e inclusivas. Todavia, em outros países, como Brasil e Argentina, registrou-se a ascensão eleitoral de forças políticas que se apresentaram como antineoliberais, mas que, contudo, não produziram rupturas drásticas nem dramáticas no sistema político, no mercado financeiro ou no domínio de elites nacionais (ZIBECHI; MACHADO, 2017; RODRIGUES, 2009; FÉLIZ; PINASSI, 2017).

Em suma, não se tratou de uma ruptura profunda. Presenciamos, não obstante, consideráveis taxas de crescimento econômico regional e inédita redução da pobreza e da extrema pobreza regional, por meio de uma pauta econômica centrada e na exportação de minério, petróleo e proteína vegetal e animal com o intuito de atender a alta demanda chinesa. No caso de países como o Brasil e a Argentina, por exemplo, houve uma trágica intensificação de longo processo de desindustrialização vividos por esses dois países e, por conseguinte, a reprimarização de suas respectivas economias (KATZ, 2016; PINASSI, 2017). Por outro lado, presenciamos também, por parte desses governos, um maior aceite e busca pela integração regional. Destacam-se aqui a proposta de intensificar blocos econômicos e acordos regionais com o claro intuito de superar, o que José Briceño-Ruiz (2020), por exemplo, bem define como o ciclo pós-liberal ou pós-hegemônico. Claro, algumas políticas regionais não sofreram grandes mudanças. Todavia,

[...]novas iniciativas surgiram, como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), [...] mais tarde seria chamada Aliança Bolivariana para os Povos da América. Em 2008, foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), esquema regional que deu continuidade a iniciativas brasileiras como a Área de Livre Comércio da Sul-Americana (ALCSA) (1994) e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) (2000). Igualmente, em dezembro de 2011 foi criada a Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), iniciativa resultante da

ação de Felipe Calderón e Luiz Inácio Lula da Silva (BRICEÑO-RUIZ, 2020, p.22).

Não por acaso, o otimismo econômico e político na região, atrelado a políticas migratórias mais brandas impulsionaram a América Latina a figurar, de forma significativa, nas rotas migratórias internacionais, bem como presenciar um considerável crescimento e reconfiguração da já estabelecida migração intrarregional. O crescimento econômico regional, aliado ao aumento do emprego na região, bem como de políticas sociais de combate à pobreza, foram importantes atrativos para intensificar a já presente migração regional e internacional na América Latina e no Caribe (GRANJA; VILLARREAL, 2017).

Por outra parte, grupos migratórios que, por conta do forte legado colonial, mantêm rotas de migração para países europeus, por exemplo, tornaram-se presentes também na região. Durante a última década, registrou-se um aumento das chegadas e uma diversificação das origens nacionais dos migrantes oriundos de países africanos e asiáticos. O crescimento substancial desses grupos migratórios respondeu, em boa medida, ao processo de reforço de fronteiras produzidos no Atlântico Norte (DOMENECH; DIAS, 2020, p. 46).

Em outras palavras, as políticas migratórias restritivas nas fronteiras da União Europeia e dos Estados Unidos, sobretudo a partir década de 2000, afetaram diretamente os deslocamentos migratórios oriundos da América Latina, Caribe, África e Ásia para esses dois locais. A geografia migratória de diversos grupos, portanto, fora redirecionada para a América Latina. Como já mencionado, uma região entendida como um possível corredor para se alcançar o Atlântico Norte, dado políticas migratórias brandas, ou então, graças às oportunidades de trabalho na região, a chance de buscar melhorias de vida por aqui (DIAS; JAROCHINSKI SILVA; SILVA, 2020; DOMENECH; DIAS, 2020). Logo, as dinâmicas migratórias regionais passaram a ganhar um olhar mais cuidadoso. Nesse sentido, os casos da Argentina e do Equador podem ser destacados. Enquanto na Argentina presenciamos uma “virada humanitária” e um marco da Argentina redemocratizada ao reconhecer o direito de migrar, através da *Ley 25.871*, em 2003 (GIUSTINIANI, 2004; MORALES, 2012); no Equador, por meio da Constituição Cidadã de 2008, Rafael Correa propôs, por um curto tempo e sob várias contradições, a circulação de cidadãos sem passaporte (ÁLVAREZ VELASCO, 2019, 2020). Em outras palavras, esses governos progressistas –

marcados por um espírito ou discurso latino-americanista – buscaram promover, de maneiras diversas e díspares, visões mais humanitárias e abrangentes sobre as migrações do que seus predecessores conservadores, em termos ideológicos, e neoliberais, em termos econômicos.

No entanto, a década de progressismo na América Latina como uma quase hegemonia política começou a sucumbir juntamente com o fim do *boom* das *commodities* impulsionado pelo crescimento econômico chinês. Com o fim desse ciclo, presenciamos o declínio econômico regional assentado, sobretudo, na exportação de proteína animal e vegetal, minério e petróleo. Além disso, havia um discurso de retomada econômica por meio da redução do estado, privatizações, e reformas trabalhistas drásticas. Teremos, então, a retomada de governos de direita e, no caso do Brasil, de extrema-direita e da agenda neoliberal alinhada aos interesses estadunidenses, que foram silenciados durante a fase do desenvolvimentismo. De fato, em 2015 o ciclo do progressismo na América Latina estava praticamente encerrado, marco talvez assinalado pela derrota do peronismo nas eleições presidenciais pelas mãos do candidato do *establishment* financeiro neoliberal argentino, Mauricio Macri. Esse ressurgimento de governos conservadores na região resultou em uma espécie de movimento “contra-reformista”. Apresentou-se diametralmente oposto a seus antecessores e disposto a reverter as conquistas populares e de direitos, por meio de uma inegável perseguição aos representantes políticos do período progressista anterior. Como exemplo, destacamos os golpes de estados ocorridos em Honduras, em 2009, no Paraguai, em 2012, no Brasil, em 2016, e, recentemente, perpetrado contra o governo de Evo Morales na Bolívia, em 2019. Além disso, os emblemáticos e recentes casos de *Lawfare* enfrentados por Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner. Portanto, este é o contexto anterior que nos permite compreender o atual cenário político, em que a região permanece em uma linha ideológica fortemente conservadora, com exceção da Argentina, México e Bolívia, onde temos a presença dos ditos governos progressistas

Não por acaso, temos vivenciado a intensificação dos processos de criminalização da migração e securitização de fronteiras em escala global na América Latina. “Na América do Sul, esses processos generalizaram-se nos últimos dez anos, como resultado do deslocamento sofrido pelas políticas baseadas na expansão e proteção dos direitos da população migrante e no ressurgimento da violência do Estado” (DOMENECH; DIAS, 2020, p. 46). Em dezembro de 2018, o Chile, por exemplo, foi o primeiro país da América Latina a retirar-se do Pacto Global para a Migração. O argumento apresentado repousava no fato de que o pacto não diferenciava a imigração regular da irregular e que,



portanto, iria de encontro às políticas migratórias adotadas pelo país e, portanto, feria a sua soberania nacional. Em seguida, o presidente, Sebastián Piñera, apresentou ao Congresso um pacote de rígidas medidas restritivas à entrada de migrantes bolivianos e venezuelanos. No Brasil, logo após a posse de Jair Bolsonaro, temos decretado o fim do Ministério do Trabalho, em 01 de janeiro de 2019, e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é transferido para o novo “Superministério da Justiça e Segurança Pública”, chefiado pelo então ministro Sérgio Moro<sup>5</sup>. Uma semana depois, em 08 de junho de 2019, o Ministério das Relações Exteriores anuncia a, também, retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração, o qual o país tinha aderido em dezembro, no fim do governo Michel Temer. Bolsonaro publica, como de costume, em sua conta particular do *Twitter* uma justificativa centrada no que compreende assegurar o espírito de brasilidade no país:

Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá **cantar nosso hino e respeitar nossa cultura**. Não é **qualquer um que entra em nossa casa**, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. (NÃO É..., 2019, grifo nosso).

Sob um argumento nacionalista retrógrado e que vai de encontro à longa tradição das políticas de relações externas brasileiras, onde fronteiras deveriam ser vistas como um símbolo de cooperação e não de divergência ou disputas de interesse, Jair Bolsonaro se prende, aos elementos mais básicos e questionáveis para impor sua suposta política nacionalista à migrantes econômicos e refugiados. Cabe frisar que esse nacionalismo fortemente enviesado por uma postura xenófoba guarda também forte influência da gestão de Donald Trump (2017-2021), com suas políticas securitárias sobre o possível impacto que os grandes deslocamentos migratórios através da América Latina poderiam causar sobre as fronteiras estadunidenses. Nessa tônica, destacamos as inúmeras visitas de seu Secretário de Estado e ex-diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), Mike Pompeo, na América Latina. Por exemplo, sua presença constante em casos delicados como a do Grupo de Lima. Composto por representantes de diversos Estados das Américas, esse grupo, criado em 2017, passou a representar a posição regional sobre migração e refúgio dos novos governos da nova direita. Por meio do documento conhecido como Declaração de Lima, o grupo propôs

<sup>5</sup> O Ministério do Trabalho vem a se tornar uma secretaria especial do, também, “Superministério da Economia”, chefiado por Paulo Guedes.

“abordar a crítica situação da Venezuela e explorar formas de contribuir para a restauração da democracia naquele país através de uma saída pacífica e negociada” (BRASIL, 2020).

## **Fronteiras, a produção da vulnerabilidade e resistência migratória**

O discurso de que migrantes senegaleses, haitianos, cubanos e venezuelanos, dentre outras nacionalidades, estariam inundando países como Brasil, Equador, Chile é bastante forte no discurso midiático. Trata-se de uma imigração incontrolada, não racionalizada ou domesticada, gerando crises ou sérios problemas de ordem social para a sociedade de destino. Trata-se do excedente que o Estado, embasado pelas leis migratórias, deve controlar. Não à toa, ela cada vez mais se tornará principal alvo de governos avessos a políticas migratórias capazes de superar leituras economicistas e propor uma compreensão da mobilidade migratória enquanto um fenômeno político. Com auxílio de setores conservadores, desenhará um quadro assustador para a população local. Tal posição legitima o emprego de força e políticas migratórias duras enquanto elementos necessários para assegurar a segurança do território nacional e, sobretudo, para seus cidadãos. Ambiciona, dessa forma, “determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados” (BACHELARD, 2000, p.19). Esse é o tema do artigo que abre nosso dossiê. A partir de uma análise político-midiática, o artigo “Análise do ‘normatizar’ da crise venezuelana no Brasil e sua relação com a política discursiva da operação acolhida” explora o viés securitário com que o aumento do deslocamento migratório de venezuelanos, a partir de 2017, foi percebido pela sociedade brasileira. Segundo a autora, Victória Machado, a presença venezuelana em Roraima foi entendida, desde o início, como uma “crise” e/ou um “problema social”, pela sociedade brasileira. Isso pode ser vislumbrado nas ações humanitárias que, segundo ela, trabalharam de forma contraditória: ora centradas em um discurso e práticas benevolentes, ora centradas no medo de uma suposta invasão e risco de ameaça à sociedade de acolhida. Machado argumenta que tal dinâmica viria a ser reforçada com a criação da Operação Acolhida, em 2018. As divulgações promovidas pelo exército brasileiro e a mídia tiveram a capacidade de gerar espectadores sensibilizados frente à vulnerabilidade de venezuelanos que acabavam de atravessar a fronteira, bem como gerar uma parcela que, por sua vez, defendiam o fechamento da fronteira, com deportação e restrição aos serviços básicos de saúde. Em suma, construiu-se a imagem de militares enquanto estabilizadores e pacificadores para

a sociedade local, em detrimento da ameaça venezuelana a uma suposta estabilidade local.

Na mesma tônica, focando o impacto midiático e governamental sobre a população quanto a legitimação de políticas migratórias duras, temos o segundo artigo: “¿Qué hacemos con los migrantes? Representaciones de alumnos de escuelas medias de villa lugano y discursos políticos sobre la migración limítrofe. Buenos aires 2016-2018”, de Federico Luis Abiuso, Gisele Kleidermacher e Darío Lanzetta. Por meio de uma pesquisa realizada com alunos do ensino médio em Villa Lugano, Buenos Aires, os autores analisam a percepção do público escolar em relação ao acesso de migrantes à assistência social pelo Estado. Em paralelo, exploram os discursos políticos sobre migração, que acompanharam as mudanças na legislação migratória argentina nos últimos anos, levando à sanção do DNU 70/2017<sup>6</sup>, bem como matérias publicadas em jornais argentinos de grande circulação como o *Clarín* e *La Nación*. Por meio da análise de dados, os autores demonstram como esse discurso conservador e que atrela migração a ideia de custo e risco social invade os muros da escola e se faz presente no discurso da comunidade escolar, incluindo os estudantes.

Portanto, fronteiras externas e internas e seu *modus operandi* moldam a vida daquelas e daqueles que adentram as fronteiras latino-americanas ou ambicionam usar essa ampla região para alcançar, por exemplo, os Estados Unidos, embora a mobilidade humana tenha aumentado na região, graças a uma economia global ávida por força laboral; governos nacionais, como demonstrado até aqui, têm, gradualmente, reforçado o controle de suas fronteiras, bem como aumentado a restrição da livre circulação humana por entre territórios. Aqui temos, portanto, o terceiro artigo do dossiê: “Claves para entender la política migratoria mexicana en tiempos de López Obrador”, de Leticia Calderón Chelius, que nos oferece uma leitura bastante interessante. A partir do governo de López Obrador, bastante marcado por políticas internas, Chelius reflete como políticas migratórias que, por sua vez, exigem negociações internacionais com os países limítrofes, têm sido trabalhadas de forma secundária e sem nenhum compromisso com a população em mobilidade envolvida. Nessa ótica, coloca-se em xeque dois importantes pontos em torno do governo mexicano. O primeiro refere-se às expectativas criadas em torno desse governo progressista, na medida em que seus vizinhos na América do Sul mergulhavam em governos conser-

<sup>6</sup> Decreto de Necessidade e Urgência (DNU 70/2017), instituída pelo governo neoliberal de Mauricio Macri (2015-2019) e que buscou modificar a *Ley Nacional de Migraciones* 25.871, instituída em 2003. Fortemente criticada por setores progressistas e associações de migrantes ao longo do país, pois violava o devido processo legal, o direito à defesa e o direito à unidade familiar, a DNU 70/2017 viria a ser revogada no primeiro semestre de 2021, pelo, então, presidente em exercício, Alberto Fernández.

vadores, e o México era visto, por muitos, como uma alternativa ou suspiro. O segundo refere-se às reflexões que Chelius desenvolve sobre as caravanas de migrantes e como elas vão sendo recebidas, ao longo do território mexicano, por políticas migratórias mexicanas fortemente influenciada pelas ameaças de Donald Trump. Em outras palavras, como a própria autora aponta, a migração não parece fazer parte de suas políticas progressistas.

Os três artigos seguintes debatem a vulnerabilidade no tecido urbano de grandes cidades latino-americanas. O primeiro, “A ‘provisoriedade ordinária’ no cotidiano de imigrantes em São Paulo”, de Caio Fernandes e Priscilla Pachi, explora questões relativas à vulnerabilidade da população migrante na grande São Paulo, para além de um uma análise centrada no nível jurídico restrito às leis migratórias. Por meio de trabalho de campo realizado nos alojamentos da Missão Paz, mundialmente conhecida pelo importante trabalho de acolhimento aos migrantes, realizado pelos Scalabrianos, Fernandes e Pachi trazem o tema da provisoriedade para adensar o debate. As precárias e incertas condições de trabalho oferecidas a esses migrantes, bem como a falta de representatividade política que eles têm na sociedade receptora, seriam sinais de tal provisoriedade que, por sua vez, acentuam a condição de vulnerabilidade. Nessa tônica, a provisoriedade torna-se a condição existencial desses migrantes em uma das maiores cidades da América Latina. Aqui, adicionaríamos também deslocado. Deslocado não apenas territorialmente, mas, sobretudo, politicamente. Em outras palavras, o migrante passa a conviver com a ausência completa de um *lar político*. E, nesse caso, a condição da provisoriedade atinge seu ponto máximo.

Ao que tudo indica, atos cotidianos como morar, trabalhar, acessar pontos distantes através de transporte público tornam-se uma prática diária um tanto hostil para esses migrantes não só destituídos de cidadania, mas, também, de direitos humanos. Aqui contamos com os dois artigos seguintes – ainda na tônica da vulnerabilidade no tecido urbano – que exploram essa temática por meio de pesquisas de campo realizadas com migrantes senegaleses, respectivamente, em Buenos Aires e Porto Alegre. Em diálogo com o artigo de Federico Luis Abiuso, Gisele Kleidermacher e Darío Lanzetta, aqui veremos o discurso conservador e fortemente enviesado por um legado escravocrata ganhar as ruas dessas duas importantes capitais meridionais da América Latina. O primeiro trata-se do texto “La criminalización de senegaleses en la Ciudad de Buenos Aires, en el período 2015-2019. Un acercamiento desde la interseccionalidad”, de Jeremías Pérez Rabasa. Ele debruça-se sobre a migração senegalesa na Cidade Autônoma de Buenos Aires. Sua contribuição é compreender o processo de criminalização a que esses migrantes foram submetidos durante a gestão liberal-conservadora

de Mauricio Macri e a Alianza Cambiemos. Rabasa apresenta o cruzamento de diferentes discriminações contra a comunidade senegalesa e como elas atuam cruelmente na construção de uma relação de alteridade centrada na criminalização do outro e, por conseguinte, na justificativa para a violência estatal. Em diálogo, também, com o texto de Caio Fernandes e Priscilla Pachi, Rabasa, argumenta que diferentes formas de discriminação se cruzam na produção da vulnerabilidade vivida por senegaleses na capital argentina.

Já o terceiro artigo, “‘Parece que tão escondendo alguma coisa’: discursos coloniais sobre a venda de rua senegalesa em Porto Alegre (RS)”, de Filipe Seefeldt de César, centra-se no tema da vulnerabilidade vivida por vendedores ambulantes senegaleses na cidade de Porto Alegre. Em particular, explora matérias jornalísticas preconceituosas produzidas pelo jornal porto-alegrense *Zero Hora* e como elas atingem a população ordinária. Como o autor analisa, trata-se de um discurso que atrela a migração senegalesa a um histórico discurso racial, que remete à ordem colonial brasileira. O desconhecimento sobre as condições de vida do outro e o egoísmo meritocrático, tão presentes na sociedade brasileira, modelam um duro discurso que afirma serem os senegaleses os grandes responsáveis por trazerem o caos ao centro de Porto Alegre. Com suas mercadorias e em constante mobilidade, supostamente se recusam a atender uma dada racionalidade local, que tem em seu discurso imaginário, nos valendo de Benedict Anderson (2006), supostas origens em uma Europa setentrional. Baseado em um referencial teórico pós-colonial, de César busca compreender como termos são gerados, na grande mídia, e estão em sintonia com o que se vivencia nas ruas da capital gaúcha. Mais uma vez, temos a experiência “topofóbica” em cena. Enquanto Macarena Williamson Modesto nos demonstra o medo do espaço social ao longo do ato político da caminhada fronteiriça, Filipe Seefeldt de César nos demonstra tais sentimentos vividos na cidade.

Através de uma leitura diacrônica, Maria Graciela de Ortúzar Correio, por sua vez, argumenta que a vulnerabilidade migratória não é sincrônica. Em seu artigo “¿Migrantes ‘vulnerables’? políticas de migración y derecho a la salud en Argentina”, a autora demonstra como a vulnerabilidade é de uma intensa luta travada entre grupos migrantes, Estados e organizações sociais e internacionais. Uma constante disputa política onde minorias sociais não podem ceder sua existência política. Nessa perspectiva, Ortúzar Correio parte dos riscos impostos pelo Decreto de Necessidade e Urgência (DNU 70/2017) na Argentina, durante a gestão de Mauricio Macri, a partir de 2017, ao retirar o direito ao acesso à saúde enquanto direito humano básico, garantido pela *Ley 25.871*, de 2003. Ao longo do texto, ela demonstra como a DNU 70/2017, sob um discurso de

securitização, buscou restringir o serviço de saúde público argentino apenas àqueles migrantes empregados.

Embora as fronteiras sejam aprimoradas diariamente e o aparato jurídico, também, reforçado para detectar e remover migrantes das bordas e territórios internos sob o conservador discurso da segurança nacional, esse dossiê demonstra que migrantes ainda são atores sociais com poder. A vulnerabilidade, nesse sentido, torna-se um elemento a ser combatido. Esse é, aliás, um ponto explorado nos artigos acima. Todavia, ganha maior realce nos três artigos que apresentaremos a seguir. E, nesse sentido, entramos no artigo de Macarena Williamson Modesto, que retoma o tema das caravanas migrantes ao longo da América Central.

Logo no início de seu texto, “Sentir en movimiento: emociones de mujeres salvadoreñas sobre la vida cotidiana y el tránsito migratorio por Tapachula, estado de Chiapas, México”, ela nos informa que à luz da teoria crítica feminista, explora como mulheres salvadorenhas negociam suas mobilidades migratórias através da cidade fronteiriça mexicana de Tapachula. Sua pesquisa é centrada particularmente em duas mulheres: uma cisheterossexual e uma mulher transgênero. Sentimentos como medo, raiva e desejo estão envolvidos na construção de suas respectivas mobilidades fronteiriças. Tratam-se de sentimentos topofóbicos, frutos de desigualdades como, por exemplo, a de gênero que transformam o espaço social a ser percorrido (BACHELARD, 2000; TUAN, 2013). Todavia, eles não são absolutos, pois migrantes têm a capacidade de agenciamento para enfrentar seu vulnerável trânsito migratório. Em suma, Williamson Modesto, argumenta que a vulnerabilidade migratória não equivale a um movimento unilateral de poder. Porém, o constante processo de reelaboração das subjetividades vividas por suas entrevistas, nesse constante *estar-em-trânsito*, também, permitem o enfrentamento.

Em diálogo com o texto de Macarena Williamson Modesto, entramos no artigo “Cada persona tiene derecho a estar donde su corazón está: Maternar una familia transnacional”, de Amarela Varela Huerta e Ana Laura López Correio. As autoras aprofundam o debate acerca da resistência à vulnerabilidade migratória produzida pelo estado, no caso, estadunidense e mexicano, por meio da capacidade de resiliência apresentada por migrantes mulheres. Nesse sentido, através da trajetória de vida de uma das próprias autoras, a ativista política Ana Laura López Correio, acompanhamos a batalha vivida por mulheres migrantes entre as fronteiras da América Latina com os Estados Unidos. Em particular, elas, minuciosamente, demonstram como as dificuldades e habilidades na construção de uma família transnacional geram importante formação política e autoconsciência da condição migratória, bem como as contradições presentes nas políticas migra-

tórias impostas em torno do visto, por parte do governo dos Estados Unidos. Longe de romantizar, a vulnerabilidade torna-se, portanto, um ponto de ruptura, questionamento e luta migrante vivida na América Latina.

São, portanto, dois textos que nos convidam a refletir a vulnerabilidade no ato da mobilidade migratória. Sob essa perspectiva, o ato de *estar-em-trânsito*, em si, apontado em dois deles, não pode ser ignorado ou ocultado em estudos que buscam ampliar a compreensão em torno da vulnerabilidade migratória. Caminhar ou trilhar, a mobilidade migratória se mostra como um processo de negociação com o espaço social por onde ela se realiza. Tal posicionamento crítico possibilita ao pesquisador compreender a migração, em si, não como fluxo, mas como uma prática social e política, do próprio ator migrante. Portanto, ela é carregada de experiências vividas, negociadas e produzidas através do espaço social (LEFEBVRE, 1991; GERBAUDO SUÁREZ, 2018; DIAS, 2019).

Similar posição pode ser presenciada no ato de ocupar politicamente os espaços por onde a vida em condição migratória se faz, como o texto de Alfonso Hinojosa Gordonava ressalta. Em seu artigo “Jóvenes migrantes y política: los nuevos rostros de la bolivianidad en Argentina”, o autor explora formas de resistências produzidas por jovens migrantes bolivianos e, sobretudo, migrantes mulheres, que trabalham e vivem em Buenos Aires, contra políticas de securitização. Em particular, contra o decreto DNU 70/2017 já mencionado anteriormente. Hinojosa Gordonava busca sair de um arriscado discurso de vitimização e demonstrar o papel central das lutas migrantes, organizações e mobilizações coletivas para conter a precarização e vulnerabilidade produzidas pelo estado argentino. Em outras palavras, temos a construção do que o autor cuidadosamente define como o *sujeto político migrante*. Sua análise é elaborada por meio de pesquisa de campo realizada com coletivos centrados, por exemplo, na atividade laboral ou no combate ao feminicídio e infanticídio.

Por outro lado, é inevitável mencionar as mudanças drásticas que ocorreram desde o final de 2019 com o início da pandemia global causada pela COVID-19. Com efeito, perante os gravíssimos problemas sociais e econômicos que a pandemia tem causado de forma generalizada, é preciso dizer que, pela primeira vez na história da humanidade, assistimos a uma imobilização total e global das pessoas em consequência das medidas de saúde adotadas globalmente. É claro que, no que diz respeito ao nosso interesse temático, as migrações de diferentes naturezas foram gravemente afetadas, tanto por sua incapacidade de se desenvolver quanto pelo aumento das condições de vulnerabilidade. Um dos principais usos sociais da pandemia tem sido o de produzir um incontrolável medo do vírus, do outro, do contágio, da doença e, em última instância, da

morte, o que justificou o fechamento de fronteiras e a adoção de uma série de medidas para controlar a mobilidade da população no interior dos espaços nacionais. Estrangeiros encarnam a figura dos outros-alheios, dos corpos racializados que são suspeitos. Como dito na abertura, em tempos de pandemia, a suspeita se exacerba, como também o medo de que esses corpos alheios sejam vetores de contágio. Em vários países foram registradas formas de xenofobia social e estatal sofridas por certas categorias de migrantes. É o caso da Guatemala, por exemplo, onde tanto o governo quanto a sociedade viram com maus olhos a chegada dos guatemaltecos contaminados e deportados dos Estados Unidos; ou, no caso do Chile, onde autoridades governamentais recentemente, no norte do país, expulsaram, através do “*Plano Colchone*”, 138 migrantes indocumentados; ou o argentino, onde “deportações acordadas” foram instauradas para certos turistas como coreanos e europeus; ou o brasileiro, com a deportação de 200 bolivianos que buscavam acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) na fronteira de Corumbá.

Destacamos, assim, o artigo que fecha o nosso dossiê: “As interfaces da vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados frente a covid-19: cenário Mato-Grossense”, de Kelly Pellizari e Henrique Roriz Aarestrup Alves Correio. Nele, temos um frutífero diálogo com o texto de Maria Graciela de Ortúzar Correio ao atrelar vulnerabilidade, acesso a saúde e migração. Todavia, oferece-nos uma abordagem distinta: explora como as políticas sanitárias de combate a covid-19, negligenciada a trabalhadores migrantes e sob condição de refúgio. E o impacto da vulnerabilidade no dia a dia por meio das esferas do trabalho, jurídica, habitacional. Por meio de uma perspectiva qualitativa, a pesquisa entrevistou cerca de 30 imigrantes residentes no estado do Mato Grosso para compreender quais os principais desafios enfrentam frente o espalhamento da pandemia e, sobretudo, a falta de políticas sociais capazes de auxiliá-los na lida contra a COVID-19. Cabe destacar que o texto traz ainda outro ponto rico: ele nos permite compreender esse tema longe de grandes centros urbanos e político decisórios brasileiros como, costumeiramente, ocorre no circuito acadêmico. Pellizari e Alves Correio exploram o impacto no interior brasileiro, refém do agronegócio e responsável pela produção de proteína animal e vegetal em larga escala e para exportação.

\*\*\*

Trazemos, portanto, para a Cadernos de Campo o diálogo entre migrações e vulnerabilidade por meio de um profícuo diálogo entre os campos das ciências sociais. Os artigos aqui apresentados, ademais, exploram a migração com informações providas de distintas fontes de pesquisa. Trabalho de campo



multissituado, etnografia, usos de entrevistas, documentação e imagens, por exemplo, são alguns dos métodos utilizados nos textos que compõem o dossiê.

Nesta compilação de trabalhos coletados, pretende-se explorar como sujeitos migrantes, diariamente, negociam suas existências em diversos contextos rurais e urbanos em países latino-americanos. Contextos que, agora, os tornam duplamente vulneráveis, já que, por um lado, os governos conservadores da região impõem políticas fortes contra a migração, e, por outro, o contexto de uma pandemia permite que justifiquem suas ações desumanas, paradoxalmente e a pretexto de usar razões de saúde com medidas ainda mais arbitrárias, mais restritivas e mais duras como a expulsão massiva de migrantes, como já referido.

Por fim, gostaríamos de agradecer individualmente aos autores e às autoras que submeteram seus textos para esse dossiê. Deixamos, também, nossos agradecimentos à equipe editorial da *Cadernos de Campo*, por encampar essa proposta que fomenta o debate crítico sobre as políticas e práticas de controle de migração e fronteira da América Latina e Caribe. Esse dossiê começou a ser formulado no início de 2020. Portanto, ele pegou o processo de transição entre editores-chefes do periódico. Logo, gostaríamos de agradecer ao ex editor-chefe Isaias Albertin de Moraes, que recebeu com bons olhos e muito cuidado a proposta. Gostaríamos, também, de agradecer aos novos editores-chefes, na figura de Aline Cristina Ferreira, que, sempre muito cuidadosa, nos auxiliou com toda a condução do processo. Por fim, mas não menos importante, agradecemos muito à Domila Pazzini pela concessão da imagem *O pôr do sol em Playas de Tijuana*, tirada na fronteira localizada no extremo norte do México e que ilustra a capa da edição e faz referência ao dossiê. Essa é uma das inúmeras fotos tiradas durante seu trabalho de campo no extremo norte do México e que revelam o fatídico muro que avança e separa vidas entre Tijuana e San Diego, nos Estados Unidos.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura e reflexões!

## REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ VELASCO, S. From Ecuador to elsewhere: the (re)configuration of a transit country. **Migration and Society**, Oxford, v.3, n.1, p. 34-49, 2020.

ÁLVAREZ VELASCO, S. Ecuador-México-EE.UU.: la producción de una zona de tránsito entre políticas de control y la autonomía de la migración. *In*: CORDERO, B.; MEZZADRA, S.; VARELA HUERTA, A. (org.). **América Latina en movimiento: migraciones, límites a la movilidad y sus desbordamientos**. Madrid: Traficantes de Sueños; Tinta Limón; UACM, 2019. p. 63-97.

ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. New York: Verso Book, 2006.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENEDETTI, A. Espacios fronterizos del sur sudamericano: propuesta de un modelo conceptual para su estudio. **Estudios Fronterizos**, Mexicali, v.15, n.29, p. 11-47, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração do Grupo de Lima**. Brasília, 05 jan. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-do-grupo-de-lima-6](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-do-grupo-de-lima-6). Acesso em: 22 jun. 2021.

BRICEÑO-RUIZ, J. Da crise da pós-hegemonia ao impacto da COVID-19: o impasse do regionalismo latino-americano. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 29, p. 21-39, 2020.

BRODSKY, J. **Sobre o exílio**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

DIAS, G. Mobilidade migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, p. 61-78, 2019.

DIAS, G.; JAROCHINSKI SILVA, J. C.; SILVA, S. Travelers of the Caribbean: positioning Brasília in Haitian migration routes through Latin America. **VIBRANT: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 17, p. 1-19, 2020.

DOMENECH, E.; DIAS, G. Regimes de fronteira e -ilegalidade- migrante na América Latina e no Caribe. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n.3, p. 40-73, 2020.

FÉLIZ, M.; PINASSI, M. (org.). **La farsa neodesarrollista y las alternativas em América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2017.

GERBAUDO SUÁREZ, D. Juventudes latinoamericanas en Buenos Aires: luchas migrantes y configuraciones transnacionales de lo local. **Argumentos: Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p.213-235, 2018.

GIUSTINIANI, R. **Migración: un derecho humano**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

GRANJA, L.; VILLARREAL, M. Mercosur migrante: enfoques y evolución del tratamiento de la movilidad humana en el Mercosur. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 8, p. 49-78, 2017.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesarrollismo, socialismo**. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2016.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cornwall: T.J. Press, 1991.

MILLS, W. **The sociological imagination**. New York: Oxford University Press, 1959.

MORALES, D. Derechos humanos de los migrantes en Argentina: apuntes sobre nuevas perspectivas jurisprudenciales. **Revista Derecho Público**, Providencia, año I, n.2, p.345-358, 2012.

NÃO É qualquer um que entra em nossa casa, diz Bolsonaro ao justificar saída de pacto migratório. **Congresso em Foco**, Brasília, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/nao-e-qualquer-um-que-entra-em-nossa-casa-diz-bolsonaro-ao-justificar-saida-de-pacto-migratorio/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

PINASSI, M. Neodesarrollismo: uma parábola de ricos para pobres. *In*: FÉLIZ, M.; PINASSI, M. (org.). **La farsa neodesarrollista y las alternativas em América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2017. p.153-171.

RIVERO SIERRA, F. Pensar el espacio, pensar los sujetos migrantes: para una teoría de la apropiación subjetiva del espacio. **Argumentos: Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 37-67, 2018.

RODRIGUES, L. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. **Argumentos: Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, Montes Claros, v. 3, n. 1, p. 37-67, 2009.

SAYAD, A. **La doble ausencia**: De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado. Barcelona: Anthropos Editorial, 2010.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, A. Du message oral au message sur cassette, la communication avec l'absent. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 59, p.61-72, 1985.

TUAN, Y-F. **Landscapes of fear**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2013.

ZIBECHI, R.; MACHADO, D. **Os limites do progressismo**: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.



BOSSIÊ



# ANÁLISE DO “NORMATIZAR” DA CRISE VENEZUELANA NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA DISCURSIVA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Victória Figueiredo MACHADO<sup>1</sup>

**RESUMO:** A partir de uma análise político-midiática do recrudescimento do movimento migratório venezuelano em direção ao Brasil principalmente no ano de 2017, o artigo busca investigar a natureza bilateral, concomitante da governança humanitária brasileira relacionada ao cuidado e controle, benevolência e ameaça. Essa dinâmica é reforçada em 2018 com a criação da Operação Acolhida, que será exposta no artigo através da observação de imagens e vídeos oficiais e de um breve e incipiente estudo de campo. Pretende-se questionar como o imaginário de emergência que a mídia e os políticos estavam mobilizando, acaba (re)produzindo através de práticas discursivas, visuais, estéticas da Operação uma visão de alteridade, sobre quem são os brasileiros e quem são os venezuelanos. O artigo utiliza a abordagem pós-estruturalista, focando na construção discursiva de subjetividades e da identidade coletiva da “nação brasileira”, bem como nas consequências políticas de determinados discursos e práticas no tocante à identidade, segurança e mobilidade, tomando como aporte metodológico a análise de discurso. Nesse sentido, investigar estratégias de representação performatizadas pelo Exército brasileiro que transformam o espetáculo ameaçador da “enxurrada, invasão de refugiados” em um palco compassivo de cuidado, benevolência torna-se central para esse artigo, em como expor a vulnerabilidade migratória vivenciada nesse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** migrações; identidades; forças armadas; fronteiras; operação Acolhida.

---

<sup>1</sup> PUC-Rio. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Mestranda em Relações Internacionais. vicfigueiredo09@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-8694-1164>.

ANALYSIS OF THE “NORMATIZING” OF THE VENEZUELAN  
CRISIS IN BRAZIL AND ITS RELATIONSHIP TO DISCURSIVE  
POLICY OF “OPERAÇÃO ACOLHIDA”

**ABSTRACT:** *Based on a political-media analysis of the resurgence of the Venezuelan migratory movement towards Brazil, especially in 2017, the article aims to investigate the bilateral, concomitant nature of Brazilian humanitarian governance related to care and control, benevolence and threat. This dynamic is reinforced in 2018 with the creation of the “Operação Acolhida”, which will be exposed in the article through the observation of official images and videos and a brief and incipient field study. It is intended to question how the imaginary of emergency that the media and politicians were mobilizing ends up (re) producing, through discursive, visual, aesthetic practices of the Operation, a vision of otherness, about who are Brazilians and who are Venezuelans. The article uses the post-structuralist approach, focusing on the discursive construction of subjectivities and the collective identity of the “Brazilian nation”, as well as on the political consequences of certain speeches and practices regarding identity, security and mobility, taking as a methodological contribution discourse analysis. In this sense, investigating representation strategies performed by the Brazilian Army that transform the threatening spectacle of the “flood, invasion of refugees” into a compassionate stage of care, benevolence becomes central to this article, as well as exposing the migratory vulnerability experienced in this process.*

**KEYWORDS:** *migrations; identities; armed forces; borders; operação Acolhida.*

## Introdução

A complexidade e multiplicidade dos fluxos migratórios ao redor do mundo vem desafiando as estruturas estatais e o termo crise migratória, em específico, vem mobilizando alarmes quanto ao dever humanitário de salvaguardar os direitos dos indivíduos que necessitam atravessar fronteiras e quanto a periculosidade, invasão de “potenciais terroristas ou desviantes”.

Nesse sentido, as fronteiras entre Estados tornam-se o lócus de exercício de soberania, militarização, performatividade de identidade de uma determinada comunidade política em relação a outra. Partindo da concepção de fronteiras não apenas como muros, arames farpados ou como circunscrições territoriais que controlam o fluxo de mercadorias e indivíduos, mas como elementos subjetivos, discursivos, reforçados cotidianamente (FOUCALT, 1996, 2008a, 2008b; CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996).



O artigo busca investigar de que maneira a constante utilização do termo “crise de refugiados venezuelanos” funciona demandando determinadas ações emergenciais brasileiras e criando, por conseguinte, latentes fronteiras coletivas dentre os papéis dos militares brasileiros e os papéis que devem ser desempenhados pelos refugiados venezuelanos acolhidos.

Assim como Huysmans (2006) expõe, o ponto central aqui não é abordar o valor ético e político das fronteiras abertas para os refugiados em termos normativos, mas entender como as práticas de segurança e insegurança estão ligadas a certas imaginações da localização e da natureza da comunidade política que circundam esses indivíduos e os tornam refugiados. Dessa maneira, o objetivo principal do artigo é problematizar as dinâmicas discursivas utilizadas pelos órgãos governamentais e militares da “Operação Acolhida<sup>2</sup>”. Com esse questionamento em mente, urge-se refletir de que forma discursos de perigo e controle das fronteiras coexistem em uma lógica de acolhimento e defesa dos direitos humanos, materializando-se na fronteira Brasil-Venezuela.

Embora o artigo parta do recrudescimento do fluxo migratório venezuelano no final do ano de 2017, pretende-se aprofundar a discussão nos desdobramentos políticos e discursivos que engendraram na criação da Operação Acolhida, em março de 2018. Ademais, o artigo, de forma incipiente, propõe uma reflexão crítica sobre como os agentes discursivos – nesse caso, políticos e militares – constituem-se com conhecimento autoritário sobre problemas políticos – lê-se aqui o fluxo migratório venezuelano.

Por conseguinte, a fim de compreender a governança humanitária no fluxo migratório venezuelano através da Operação Acolhida e a interseção de mobilidade e identidade, o artigo será estruturado em duas seções, precedidas por esta Introdução. A primeira seção salienta o panorama geral de como a “crise de refugiados venezuelanos” foi sendo inflada pela mídia e no debate público brasileiro; e como a demanda por gestão, mediação, assimilação e integração possibilitou a atuação dos militares no contexto elencado.

A segunda seção examina o enquadramento estético das imagens de publicidade divulgadas na Operação Acolhida, a fim de entender como a reprodução de determinadas identidades como homogêneas, unitárias e consistentes geram

---

<sup>2</sup> Por meio da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, o Brasil instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, que decretou emergência social e dispôs de medidas de assistência para acolhimento a esse segmento-alvo (BRASIL, 2018). Os Decretos nº 9285 e nº 9286, da mesma data da Medida Provisória, constituem parte da legalidade e da amplitude impostas aos atores comprometidos com essa ação. Em março de 2018, a Força-Tarefa Logística Humanitária que coordena a Operação Acolhida foi lançada pelo governo federal, colocando como objetivo central: lidar com o “caos humanitário” instalado nas cidades de Boa Vista e Pacaraima- ambas localizadas no estado de Roraima – através de três pilares de atuação: Ordenamento da Fronteira; Abrigamento e Interiorização.

um sentimento de segurança, sendo perpassada por uma política discursiva que sempre articula um Eu e um outro (HANSEN, 2006; CAMPBELL, 1992).

É necessário evidenciar que as indagações propostas nesse artigo são frutos de pesquisas prévias em artigos científicos, matérias jornalísticas sobre a migração venezuelana, indagações teóricas e do meu breve contato com os abrigos e com a Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima e que, portanto, não busco estabelecer uma “verdade” sobre um frutífero mundo de vivências subjetivas, psicológicas, políticas e sociais dentro dos abrigos e entre os refugiados e militares. Pelo contrário, busco expor minhas impressões, incipientes indagações, incômodos, dúvidas, contestações em relação a um sistema de proteção e abrigo que recebe inúmeras demandas, dificuldades, almeja se adaptar para prover um melhor atendimento a essa população vulnerável mas que de certa medida, por focar em ordem, estabilização através de um humanitarismo militarizado, acaba reforçando características problemáticas para uma prolífica vivência, integração dos refugiados no cenário local.

O artigo busca desenvolver teórica e metodologicamente uma reflexão pós estrutural pautada na análise de discurso<sup>3</sup> – com autores como Campbell (1992, 1996, 1998), Bialasiewicz (2007), Jackson (2005), Connolly (2002) e, mais especificamente, Hansen (2006). Assim sendo, o enfoque analítico do artigo está nas mobilizações discursivas dos políticos e militares partindo da noção de intertextualidade<sup>4</sup> explorada por Hansen (2006), que salienta a necessidade política, empírica e analítica de tomar textos oficiais de política externa e de órgãos atrelados ao governo – declarações, discursos e entrevistas – não como entidades que se separam de discursos sociais mais amplos, mas como entidades localizadas dentro de um encadeamento textual maior: indo para além de textos explicitamente de política tradicional, observando recortes jornalísticos, enfocando na estética e em sua potencialidade política.

Baseando-se em como Jackson (2005) analisa a linguagem da Guerra ao Terror empregada para justificar e normalizar uma campanha global de violência, o artigo almeja olhar para a linguagem brasileira no tocante ao fluxo venezuelano, trabalhando com termos como hospitalidade, Mão amiga, acolhimento – corrente no imaginário brasileiro – e a hostilidade – remetendo a palavras como

<sup>3</sup> Parte-se da noção de uma análise de discurso que possibilite compreender como tanto a nível subjetivo quanto o material, linguístico e não linguístico, os discursos são performativos, ou seja, constituem os objetos e identidades de que falam (BIALASIEWICZ, 2007).

<sup>4</sup> Primeiramente cunhado por Kristeva, que considera que “a noção de intertextualidade substitui a noção de intersubjetividade quando percebemos que o significado não é transferido diretamente do escritor para o leitor, mas sim mediado por, ou filtrado por, “códigos” transmitidos ao escritor e ao leitor por outros textos” (KRISTEVA, 1980, p.66, tradução minha).

crises, ondas, perigos, braço forte, gestão logística— como estratégia política para reforço de uma identidade que é instável, precária e portanto, precisa ser constantemente remodelada<sup>5</sup>.

Por conseguinte, a discussão teórica aqui pretendida toma como parâmetro a proposição de que a linguagem “é um conjunto deliberada e meticulosamente composto de palavras, suposições, metáforas, formas gramaticais, mitos e formas de conhecimento - é um discurso cuidadosamente construído” (JACKSON, 2005, p. 2, tradução minha).

Atrelado a análise de discurso e a intertextualidade, o artigo pretende contar com o estudo de mediação (BOLTANSKI, 1999; CHOULIARAKI, 2006) que traz à tona como a mídia, o discurso e a imagem se conectam, o que para Silverstone (2004) significa priorizar às instituições e tecnologias por meio das quais a circulação do discurso da notícia ocorre.

Dessa forma, propõe-se pensar de que forma a Operação Acolhida, através de seu braço militar, traz consigo uma política discursiva utilizada para capturar “corações e mentes”. Essas estratégias de discurso — o que Boltanski (1999) chama de “política da piedade”, termo primeiramente cunhado por Arendt (2006) — utilizam a televisão, matérias jornalísticas, de modo a tornar o espetáculo de sofrimento não apenas compreensível, mas também eticamente aceitável para o espectador. Assim, embora matérias de conteúdo online, jornais impressos, vídeos, imagens sejam diferentes e possuam especificidades, o artigo parte da noção de que ambas as formas midiáticas abordam uma narrativa verbal e não verbal (descrição, narração ou exposição), no qual uma lógica de sofrimento é valorizada. Mais do que isso, a escolha desse arcabouço discursivo foi feita devido a multimodalidade existente entre elas (CHOULIARAKI, 2006). Em outras palavras, a escolha de diversas formas linguísticas se deu para evidenciar de maneira veemente como em cada uma delas, em diferentes formatos, sentimentos são induzidos de uma forma particularmente poderosa. Essas representações abordam questões políticas e oferecem ao espectador uma experiência que atrela medo, insegurança, pena, enquadrando politicamente um senso de identidade e comunidade ao fluxo migratório venezuelano (JOHNSON, 2011; BLEIKER, 2018; DEBRIX; WEBER, 2003).

---

<sup>5</sup> A segurança aqui prabalhada também se dá em termos discursivos: “então o que é segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar “segurança” um ato de fala. Nesse uso, a segurança não interessa como signo que se refere a algo mais real; o enunciado em si é o ato. Ao dizê-lo, algo é feito (como apostar, fazer uma promessa, nomear um navio). Ao proferir “segurança”, um representante estadual move um determinado empreendimento para uma área específica e, portanto, reivindica o direito especial de usar todos os meios necessários para bloqueá-lo.” (WÆVER, 1995, p.55, tradução minha).

A mediação é fundamental por configurar como uma técnica de conexão ou distanciamento de significado, contribuindo para um conjunto de crenças, normas, instituições e identidades em qualquer sociedade. Ademais, a mediação mantém os significados e relações sociais que se estabelecem entre sujeitos e objetos em diferentes contextos sociais. (DEBRIX; WEBER, 2003). Essa questão midiática e visual aqui trabalhada, portanto, torna-se uma forma de expor as práticas e um dado posicionamento da Operação Acolhida

Tendo em vista esses caminhos metodológicos e teóricos, é importante frisar que os posicionamentos aqui defendidos não almejam determinar a autenticidade ou não de histórias, discursos, identidades, mas expor como as mesmas dependem da coação de crises internas para o estabelecimento de homogeneidades e continuidades e para sua problematização, desconstruções. Por fim, espero que essa incipiente discussão não essencialize os processos sociais existentes, nem faça juízo de valor quanto ao caráter, às intencionalidades dos militares os quais tive contato, mas possibilite posteriores discussões acerca das tensões existentes entre discursos e a governança humanitária observada.

## **O despertar político-midiático para a chegada da crise venezuelana no Brasil: uma arquitetura simbólico-discursiva do acolhimento**

A Venezuela enfrenta um dos panoramas mais conturbados político e economicamente de sua história, circundada por escassez de alimentos e medicamentos, uma contração do PIB de 7,4% — completando quatro anos consecutivos de queda do PIB nacional — e projeções apontando para hiperinflação em 2018, indo de 720,5%, em 2017, para 2.068,5 % no ano seguinte de acordo com o Fundo Monetário Internacional, quando questionado pelo Diário de Notícias (TAXA..., 2018). Apesar das nefastas consequências desse quadro instável terem atingido seu ápice somente nos últimos anos, o estopim dessa situação ocorreu no fim do século XX, mais especificamente nos anos 1980 e 1990. Dessa forma, o movimento de venezuelanos para fora do país devido a um cenário de crise econômica remonta à década de 1980 (PEDROSO; JAROCHINSKI SILVA, 2019) mas no final de 2016 e início de 2017 essa situação ganhou repercussões no cenário brasileiro<sup>4</sup>.

Tomando como base dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (MANZI, 2020), o mundo tinha no fim de 2019, cerca de 79,5 milhões de pessoas forçadas a deixarem suas regiões de origem por motivos de guerra, violência, perseguição e violação de direitos humanos, sendo o

maior valor registrado desde a criação do órgão, em 1950. Segundo o relatório<sup>6</sup>, o número de refugiados em todo o planeta dobrou em apenas 20 anos e cresceu em 2,3 milhões de pessoas em relação a 2017, contabilizando cerca de 26 milhões de refugiados. Desse total, 68% ou mais de dois terços dos refugiados vem de cinco países: Síria (6,6 milhões), Venezuela (3,7 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,2 milhões) e Mianmar (1,1 milhões) (ACNUR, 2020). Um grande fluxo migratório nas Américas que mobilizou órgãos internacionais desenvolve-se a partir de 2017, na Venezuela, atingindo repercussões internacionais. Fugindo principalmente de grave e generalizada violação de direitos humanos, perseguição política, o fluxo de venezuelanos e venezuelanas é o maior êxodo da história recente da América Latina e Organização das Nações Unidas estima que mais de 4,7 milhões de venezuelanos já deixaram seu país de origem (ACNUR, 2020). Esse fluxo venezuelano marcou especialmente o Brasil, por ter sido o momento de maior número de solicitações de refúgio desde o começo da série histórica do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça<sup>7</sup> sendo cerca de 173.000 venezuelanos que encontram-se no Brasil de acordo com dados do relatório da Fgv Dapp<sup>8</sup> (2018).

Tendo em vista os números alarmantes, a questão venezuelana torna-se um tema dentro da pauta brasileira, sendo construído e reproduzido pela mídia brasileira, tanto em matérias em revistas eletrônicas, quanto em jornais televisivos, no final de 2016 e desenvolver de 2017. O rótulo de crise, onda, enxurrada de refugiados, enfocando em números e pensando em termos de perigo, desordem, caos, como pode ser percebido nas manchetes a seguir, com grifo da autora: Venezuelanos levam o caos a Roraima (ROXO, 2016); Invasão venezuelana gera caos em Roraima (TOLEDO; KNAPP, 2016); Migração em massa de venezuelanos muda a realidade do lado brasileiro da fronteira (MIGRAÇÃO..., 2017); Invasão de venezuelanos em Boa Vista causa a expansão do “portunhol”

<sup>6</sup> Os dados numéricos são relevantes de serem salientados pois é através deles que a questão venezuelana torna-se um assunto incontornável e emergencial, chamando a atenção de inúmeras organizações internacionais e países para a América Latina. Nesse sentido, apesar da bancada política valorizar o aspecto humanitário da nação brasileira através da Operação Acolhida, é forçoso ressaltar que o início da Operação se deu em termos de defesa e controle da fronteira. Os dados numéricos são relevantes de serem salientados pois é através deles que a questão venezuelana torna-se um assunto incontornável e emergencial, chamando a atenção de inúmeras organizações internacionais e países para a América Latina. Nesse sentido, apesar da bancada política valorizar o aspecto humanitário da nação brasileira através da Operação Acolhida, é forçoso ressaltar que o início da Operação se deu em termos de defesa e controle da fronteira. Se esses dígitos estivessem circunscritos a um território, superariam a população francesa e tailandesa, podendo formar o 20º país mais populoso do mundo (ACNUR, 2018).

<sup>7</sup> Foram 33.865 solicitações contabilizadas em todo o país, sendo quase o triplo dos pedidos registrados em 2016 (uma alta de 228%). Antes, o recorde de solicitações tinha sido alcançado em 2014, quando houve 28.670 requerimentos de estrangeiros (CONARE, 2018).

<sup>8</sup> FGV Dapp é a sigla para Fundação Getúlio Vargas Diretoria de Análise de Políticas Públicas.

(INVASÃO..., 2017); Onda de imigrantes da Venezuela pode gerar crise em Roraima (BOADLE, 2017); Crise quintuplica número de imigrantes venezuelanos no Brasil (CRISE..., 2017); Autoridades de Roraima pedem “socorro” para lidar com imigração e querem interiorização de venezuelanos (COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018b)<sup>9</sup>.

Com esses dados, há uma “política dos números” que alimenta a percepção do excesso (AGUIAR, 2019, p.27) e cria um senso de perigo, superlotação dos serviços básicos que recrudesce os casos de xenofobia em um município de pequenas proporções, que é Pacaraima, localizada na fronteira entre a porção brasileira e a venezuelana, na cidade de Santa Elena de Uairén.

Por conseguinte, Pacaraima pode ser lida como esse local de desconforto e conflito entre identidades e é retratada como um “barril de pólvora por causa de refugiados da Venezuela” segundo manchete do G1 (COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA 2018a). Complementando essa visão de desordem e caos, em 2018, a prefeita de Boa Vista (RR) Teresa Surita afirmou em entrevista à BBC (MORI, 2018) que “até o fim do ano, perderá o controle da cidade”. Nesse sentido, a crise migratória contemporânea constitui-se como um dos grandes temas da política internacional, trazendo questões como o humanitarismo das nações e no vértice oposto, a rigidez do Estado soberano e a conexão entre território, população e manutenção da segurança que ainda circunda a imaginação política global. Segundo Aguiar (2019, p.31) “a ideia de uma crise migratória envolve o reconhecimento da instabilidade das fronteiras como marcadores geográficos e temporais das relações de pertencimento contemporâneas. Nyers (2006) evidencia que, ao mesmo tempo que refugiados são vistos como uma “emergência humanitária”, passam a ser cada vez mais engendrados como causadores de uma crise global sem precedentes, sendo objetos de veemente preocupação política.

A construção da questão do refúgio e do deslocamento de pessoas assume uma chave de ‘problema’ e ‘emergência’ no plano internacional (NYERS, 2006), estando os indivíduos que não se encaixem no modelo essencial de cidadão fadados a rótulos como “acidentais e abjetos”. Dessa forma, ao converter o termo fluxo migratório em uma “crise”, uma rivalidade identitária é acentuada:

---

<sup>9</sup> As mídias aqui expostas embora tratadas de forma homogênea, possuem suas menoridades e especificidades, que não serão aprofundadas aqui. Parte-se das semelhanças entre essas mídias e de como elas contribuem para uma política da piedade (BOLTANSKI, 1999; ARENDT, 2006), evidenciando o senso comum que criam no âmbito social de desordem e caos e ao mesmo tempo, pena e compaixão. Ver mais em : “as imagens funcionam em vários níveis sobrepostos: além das fronteiras nacionais e entre o mundo físico e o mental. Eles vêm em variedades complexas e amplas: como fotos ou filmes, como quadrinhos ou videogames. As coisas ficam ainda mais complexas quando pensamos em artefatos visuais tridimensionais, como arquitetura, uniformes militares ou monumentos” (BLEIKER, 2018, p.11, tradução nossa).

“logo, o problema não é só que os refugiados e imigrantes são numerosos, mas que são muitos do ‘mesmo’ e que a natureza desse ‘mesmo’, singular e centrífugo a um conjunto de discriminações raciais, étnicas e religiosas, ameaça em alguma medida amplos contingentes das sociedades hospedeiras [...]” (AGUIAR, 2019, p.30).

Aliada a essas construções discursivas que enfocam nos riscos, no grande volume de indivíduos adentrando o território brasileiro, que encontra-se “vulnerável”, uma política estética também é mobilizada: através da predominância de imagens estereotipadas de pessoas amontoadas nas calçadas, filas gigantes, superlotando hospitais, escolas, praças, afetando postos de trabalho, elementos que seriam obstáculos para a segurança física e manutenção de uma vida digna e “confortável” dos cidadãos nacionais.

Nesse sentido, observa-se como essas imagens moldam a opinião pública e o tipo de práticas e decisões que fundamentam as comunidades políticas (BLEIKER, 2018).

Johnson (2011) ressalta como os refugiados passaram a ser retratados como vítimas, sem agência política, entendidos como perigosos, problemáticos e carentes de correção, uma vez que o cidadão é a norma. Segundo a autora, a vitimização do refugiado ocorre por meio do discurso representacional, seja através de sua representação visual ou verbal (JOHNSON, 2011).

Além disso, a partir da técnica de mediação – já exposta na introdução – torna-se notório que as chamadas crises humanitárias não possuem um significado naturalmente dado. As crises são constituídas de uma maneira específica (DEBRIX; WEBER, 2003).

Observa-se, portanto, que “problemas” atrelados a esse “crise” começam a ser relatados e noticiados nas cidades de Boa Vista, Pacaraima, que por estarem em uma área de baixa densidade populacional, com serviços públicos de baixa qualidade, com dificuldades de integração com o resto do território nacional, acabam utilizando os venezuelanos recém chegados como bodes expiatórios de questões que tradicionalmente já existiam na sociedade (GREENSLADE, 2005). De acordo com Sarmiento e Rodrigues (2018) associação automática entre migração venezuelana e o recrudescimento das mazelas em Roraima tornou-se comum, sendo “um recurso narrativo através do qual os moradores locais demonstram frequentemente sua insatisfação com o acolhimento desses migrantes, ainda que esta correlação seja fortemente questionável” (SARMENTO; RODRIGUES, 2018, p.242).

Com essas imagens acendendo um caloroso debate sobre a crise, ações governamentais emergenciais são demandadas e tomadas, perpassando uma lógi-

ca securitária<sup>10</sup>, militarizada, de salvaguarda e controle das fronteiras e da soberania nacional, como reação ao que o presidente Michel Temer ressaltou como um “êxodo venezuelano que perturba países da América Latina” (ÊXODO..., 2018).

Essa lente securitária —no qual os refugiados estão inseridos— é relevante por evidenciar dinâmicas de poder, marginalização, mobilização de símbolos e identidades, norma e exceção e é bem sumarizado por Balzacq (2010, p. 3) em:

Eu defino securitização como uma montagem articulada de práticas por meio das quais artefatos heurísticos (metáforas, ferramentas de governo, repertórios de imagens, analogias, estereótipos, emoções, etc.) são contextualmente mobilizados por um ator securitizador, que trabalha para estimular um público a construir uma rede coerente de implicações (sentimentos, sensações, pensamentos e intuições), sobre a vulnerabilidade crítica de um objeto de referência, que concorre com as razões das escolhas e ações do ator securitizador, ao investir o sujeito referente com tal aura de inédito ameaçadora de que uma política personalizada deve ser adotada imediatamente para bloquear seu desenvolvimento (BALZACQ, 2010, p. 3, tradução minha).

Nesse processo de construção do inimigo nacional, as minorias e os adversários políticos são desumanizados (SARMENTO; RODRIGUES, 2018), constituídos como ameaças através da mobilização de valores, tradições, informações comuns a uma dada “identidade”. Por consequência, deve-se conter, expulsar, eliminar as diferenças existentes nesses outros, possibilitando ações desde marginalização, violência verbal e violência física, ou seja, efeitos práticos da construção dessa periclitante alteridade (BALZACQ, 2010; CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

Portanto, esse movimento conceitual trazido pela securitização, atrelado ao pós estruturalismo é fundamental no artigo para demonstrar de que forma através de uma política discursiva, há um reforço de identidade dita nacional

---

<sup>10</sup> É fundamental ressaltar que o artigo refere-se a securitização, conceito primeiramente cunhado por Wæver, Buzan, Wæver em 1998 e entendido aqui como um movimento conceitual amplo que busca problematizar como qualquer questão pode ser transformada em termos de segurança por determinado ator, permitindo o uso de medidas extraordinárias. Os autores argumentam que os estudos de segurança precisam adotar uma compreensão da “dualidade” da segurança: que combina a segurança estatal e preocupação com soberania com a segurança social, com enfoque na segurança da identidade dos indivíduos. Dessa forma, almejam estudar o processo pelo qual as ameaças são representadas politicamente: examinar quem pode fazer ou falar de segurança com sucesso, em que condições e com quais efeitos, sempre ressaltando o conjunto particular de discursos e práticas históricas que repousam sobre entendimentos institucionalmente compartilhados (BUZAN *et al.*, 1998).



e diferenciação dos outros—que seriam os que adentram o território brasileiro vindo da Venezuela —.

Através da instrumentalização da dicotomia “eu-outro”, que atende as necessidades estatais em construir “discursos de perigo”, visa-se fornecer uma nova teologia da verdade sobre quem e o que ‘nós’ somos, conseqüentemente delimitando quem ou o que ‘nós’ não somos, e o que temos a temer e destruir.

Nesse sentido, o ator securitizador para se solidificar, - nesse caso o governo brasileiro - evitar ameaças externas e manter uma coesão interna, cria discursos que colocam o outro como perigoso, desordeiro, inumano tornando conseqüentemente, o nacional dependente de proteção, que por sua vez, incorpora consciente e/ou inconscientemente um sentimento patriotista/belicista. Em suma, observar essa conexão entre segurança e identidade é fundamental para a conexão entre o macro e o micro, para o entendimento de como indivíduos baseiam-se em estruturas coletivas para definição de suas identidades individuais e vice-versa.

Na prática, isso pode ser evidenciado através do envio de efetivos maiores de duas centenas de homens do Exército bem como de equipes da Polícia Federal (BRASIL..., 2018), tentativa de suspensão do ingresso e admissão dos refugiados (PEDUZZI, 2018), estabelecimento de cotas de acesso venezuelano ao Brasil, controle das fronteiras e negação de acesso a serviços públicos básicos proposto pela governadora do estado de Roraima (NUNES, 2018), um quadro de contenção, inspeção e vigilância da mobilidade humana vai se consolidando (MACHADO, 2018), configurando o que Pedroso, Jarochinski Silva (2019) chamam de “xenofobia institucional”.

No estabelecimento prévio da relação hierárquica entre Estado – cidadão – território, o refugiado não se encaixa, sendo considerado, portanto, como um elemento desviante que pode enfraquecer essa tríade (HADDAD, 2008), o que, na chave de pensamento de Schmitt (2008), estaria na essência da política: nessa constante luta contra o oponente, em uma divisão de mundo entre amigos e inimigo, *insider-outsider*.

Assim sendo, observa-se um tratamento da temática de mobilidade voltado para a ameaça, para a divisão entre “nós” (homogêneos, cidadãos) e os outros (refugiados venezuelanos). Essa percepção de invasão e necessidade de reafirmação da identidade, cidadania brasileira frente aos refugiados venezuelanos, é uma tentativa de ordenamento, legitimação de uma identidade coesa frente a uma alteridade ameaçadora (OLSSON, 2016).

A migração venezuelana, por conseguinte, traz à tona a insegurança em tempos de crise articulada, junto com a necessidade de reafirmar a identidade através de modulações discursivas. Ademais, segundo Milesi, Coury e Roverly

(2018), a gestão do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem representado um desafio, no qual o Estado constitui um ciclo vicioso de controle e diferenciação, o qual tem resultado no crescimento das manifestações de xenofobia, com grande prejuízo para a população migrante (MILESI; COURRY; ROVERY, 2018; DURÃES; JUNIOR, 2018; SARMENTO; RODRIGUES, 2018).

Dos Santos Vasconcelos (2018) e Camargo e Hermany (2019) apontam que a operação inédita do Exército, cuja missão é gestão humanitária combina elementos como ordenamento e controle, lei e ordem, afeto e amizade, que em linhas gerais, exprimem que proteger, inspecionar e vigiar o migrante funciona como justificativa e gramática moral para reprimir os fluxos migratórios e exacerbar a linguagem do acolhimento.

Observa-se, portanto, a conceituação da fronteira como um instrumento de identidade, controle e poder (FOUCAULT, 1996, 2008a, 2008b; AGAMBEN, 2009). Assim sendo, diferentemente de uma divisão dada, que existe *ad aeternum*, a fronteira concebida aqui entre os refugiados venezuelanos e os cidadãos brasileiros faz parte de um projeto de política, a todo momento performatizado, que traça disputas, diferenciações entre um estatal e um outro.

Portanto, essa “política do movimento” (AGUIAR, 2019) disciplina e tenta gerenciar o fluxo de indivíduos que possuam elementos que desestruturam seu senso de pertencimento e completude identitária, retomando a autoridade sobre os territórios. Essas fronteiras<sup>11</sup> mobilizadas são constitutivas na vida política, estando relacionadas às lógicas de dentro e de fora, práticas de inclusão e exclusão e questões sobre identidade e diferença (VAUGHAN-WILLIAMS, 2009).

Assim, segundo Vaughan-Williams (2009) a fronteira passa a estar relacionada com a ideia de soberania, identidade autoridade estatal e violência.

Nesse sentido, pensar em discursos de poder no tocante ao refúgio é entender como a política funciona em uma lógica do “poder ético de segregação”, realizando distinções morais dentre o dentro e o fora, o forte/fraco, o racional/irracional (CAMPBELL, 1992), colocando os refugiados como desvios:

A falta de moradia é uma séria ameaça ao comportamento moral [...] No momento em que o refugiado atravessa as fronteiras de seu próprio mundo, toda sua visão moral, sua atitude em relação à ordem divina de vida muda ... A conduta [dos refugiados] deixa claro que estamos lidando com indivíduos que são basicamente amorais, sem qualquer sentido de

<sup>11</sup> Ver mais em Williams (2006) que conceitua as fronteiras dos Estados como onipresentes e inerentes a política internacional por serem parte da faceta da existência humana.

responsabilidade pessoal ou social [...] (CIRTAUTAS, 1957, p.70, tradução minha).

Embora Campbell (1992) trabalhe com a questão de política externa, o autor deve ser ressaltado por investigar de que forma a relação “performática” entre identidade/diferença é fundada no estabelecimento de demarcações entre eu/outro, interno/externo, doméstico/estrangeiro. Em outras palavras, Campbell (1992) deve ser inserido na discussão de mobilidade por tecer indagações sobre como a política externa funciona como prática de produção de fronteiras, nas quais as identidades são frutos da operação do poder e materializadas através do discurso.

Assim sendo, as dinâmicas evidenciadas pelos militares, permitidas e reforçadas pelo aparato governamental brasileiro quanto a logística humanitária da população venezuelana abrigada é um reflexo de como o nexos identidade/diferença é produzido: através de processos e discursos de ligação e diferenciação, que procuram estabelecer a estabilidade. No entanto, esses discursos e práticas que buscam reforçar uma “identidade” conciliadora, acolhedora do Brasil são compostos por elementos ambíguos e relacionais, que devem ser constantemente questionados e, por conseguinte, desconstruídos (HANSEN, 2006).

Dessa forma, o artigo parte da abordagem do Campbell, que enfoca na política externa, mas a utiliza para analisar no momento em que a identidade dos Estados é “constituída” discursos de perigo e diferença e instrumentos político-discursivos são performatizados.

Portanto, é precisamente porque os Estados estão sempre em construção, que podem se engajar em um evangelismo do medo, por meio de discursos de perigo, para tentar assegurar uma identidade precária e provisória, sendo o “outro” do lado de fora um aviso para os diferentes domésticos (CAMPBELL, 1992).

Em tempos de incerteza, ruptura governamental, transformação política, o Brasil – analogamente aos EUA – precisou contar com uma robusta plataforma identitária para promover um senso de estabilidade e esperança, se “reiventando” como nação. Nesse sentido, com a entrada do presidente Bolsonaro e os novos ministros na gestão do país, houve uma “construção ambivalente da intervenção pública” (NIÑO, 2018, p.131) na temática de migração, haja vista que concomitante a avanços para garantir direitos dos migrantes, algumas medidas restritivas foram adotadas, desencadeando retrocessos para o direito internacional para migrantes e refugiados e para os direitos humanos.

Segundo Niño (2018) a chegada massiva de venezuelanos no Brasil coincide com um contexto de deterioração institucional, político- econômica do Brasil, que foi exacerbada após o impeachment da presidenta Rousseff e com a chegada do governo interino de Michel Temer, que transformou a orientação de várias políticas governamentais, incluindo a política social e a política externa, o que tem afetado a resposta brasileira à migração venezuelana. Tendo isso em vista, a retórica da crise migratória reverbera, tornando o “lugar” da Venezuela como problema e outro enquanto o Brasil faz parte da “solução”.

Assim sendo, pensando a fronteira nesse primeiro momento como encontro da identidade com a diferença (VAUGHAN-WILLIAMS, 2009), no instante em que os venezuelanos atravessam esses espaços de separação do exercício de uma soberania estatal frente a outra, são vistos como ameaças à coesão homogênea interna, oriundos de um caos ideológico, tendo que ser “controlados” de forma a não romperem com a ordem do Brasil.

Dessa forma, o rótulo de crise torna-se factível e bem acurado, tendo em vista a definição de crises como eventos ocorridos no momento em que a construção de uma determinada ordem social não consegue preservar um senso de segurança, de identidade do Estado (CAMPBELL, 1992).

Em outras palavras, o vocabulário de “crise” (NYERS, 2006) passa a gerar um senso de obrigação moral acoplado com ideais discriminatórios e xenofóbicos. Ademais, é fundamental ressaltar como essas performances estatais frente a crises dependem de determinadas conjunturas políticas, econômicas, apoio estético e discursivo de veículos midiáticos, mobilizando sua identidade como:

[...] O resultado de práticas excludentes em que elementos resistentes a uma identidade segura no ‘interior’ são ligados por um discurso de ‘perigo’ a ameaças identificadas e localizadas no ‘exterior’. O resultado disso é que fronteiras são construídas, espaços demarcados, padrões de legitimidade incorporados, interpretações da história privilegiadas e alternativas marginalizadas (CAMPBELL, 1992, p.75, tradução minha).

Embora a conceituação da identidade como discursiva, política, relacional e social implique discursos de alteridade (HANSEN, 2006), essas identidades não são necessariamente construídas através da justaposição a um Outro radicalmente diferente e ameaçador (CAMPBELL, 1992).

Torna-se forçoso explicitar a conexão entre os estudos críticos de segurança e o processo de securitização aqui abordado partindo dessa proposição, observa-se que os refugiados venezuelanos podem ser tratados sob um enfoque

securitário<sup>12</sup>, de análise de risco, controle e militarização de fronteiras ao mesmo tempo em que passam a ser representados como vítimas, irmãos latino-americanos, com uma alteridade que está no entre lugar do vizinho que necessita de auxílio e de uma potencial ameaça caso não seja “ordenado e incorporado” no enquadramento social brasileiro.

Dessa maneira, “como as diferentes refrações de luz de um mesmo caleidoscópio, o espetáculo nacional de vigilância, policiamento e controle de fronteiras é também o espetáculo cosmopolita de resgate e salvação” (MUSARÒ, 2016, p.16, tradução minha). Assim sendo, imagens de sofrimento, ausência de comida, prostituição de mulheres e adolescentes, crianças<sup>13</sup> chorando passam a inundar os noticiários, trazendo manchetes com palavras como drama, fuga da fome, descrevendo o cotidiano sofrido dos venezuelanos, em uma lógica de piedade, compadecimento, demandando ações mais assertivas dos órgãos governamentais (CRISE NA VENEZUELA..., 2017; O DRAMA..., 2018; COSTA; BRANDÃO; OLIVEIRA, 2018a; LUZ, 2017). Percebe-se que essa política discursiva consegue mobilizar o apoio público e a preocupação com a situação dos refugiados dentro de um discurso humanitário e, ao mesmo tempo, é capaz de “lidar” com a ameaça de instabilidade e diferença apresentada pela condição dos refugiados (JOHNSON, 2011).

Segundo Boltanski (1999) essa narrativa de piedade se deve pelo enfoque midiático<sup>14</sup> e os efeitos ‘espetaculares’ que ele produz, em como o desejo de recorrer à comunidade e, mais profundamente, por um ceticismo em relação a qualquer forma de ação política orientada para um horizonte de ideais morais. Contudo, de acordo com o autor, o sofrimento de minorias e estrangeiros não é levado em consideração, haja vista que são considerados responsáveis por seus males e considerados perigosos para a comunidade (BOLTANSKI, 1999).

---

<sup>12</sup> No tocante ao enfoque securitário, os autores entendem por segurança como “o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou acima da política. A securitização pode, portanto, ser vista como uma versão mais extrema de politização” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 23, tradução minha).

<sup>13</sup> Importante frisar que as imagens de crianças exercem um forte papel de mobilização do público e suas emoções, uma vez que crianças são inocentes e alimentam “narrativas pré-existentes”, gerando ação política (BLEIKER, 2018).

<sup>14</sup> Boltanski define melhor esse processo com a citação: “em relação à mídia, o espectador ocupa a posição (descrita no final do capítulo 3) de alguém com quem uma proposta de compromisso é feita. Um espectador diferente, que lhe conta uma história, e que pode ser um repórter, isto é, uma testemunha ocular, ou que pode ter recolhido informações supostamente provenientes de uma testemunha ocular (como no caso da agência de notícias relatos), transmite depoimentos e imagens a um espectador, que pode tomá-los e, por meio de suas palavras, transmitir por sua vez o que extraiu dessas declarações e imagens e as emoções que elas despertaram nele. Não se trata de qualquer tipo de declaração e imagem” (BOLTANSKI, 1999, p.149, tradução minha).

Lidando com as veementes pressões e críticas da sociedade civil<sup>15</sup> e atrelado a essa nova mobilização midiática da crise de refugiados venezuelanos como passiva da benevolência brasileira, o governo passa a tomar ações mais coordenadas com o Alto Comissariado das Nações Unidas, reduzindo burocracias para o repasse de recursos e liberando verbas adicionais ao estado de Roraima (CHARLEAUX, 2018).

Essa performance pendular e ambígua da abordagem de hostilidade/ameaça para a de hospitalidade/compaixão pode ser evidenciada no discurso do presidente Michel Temer na Assembleia Geral da ONU quando afirma que “Estima-se em mais de um milhão os venezuelanos que já deixaram seu país em busca de condições dignas de vida. O Brasil tem recebido todos os que chegam a nosso território” e “[..] no Brasil, temos orgulho de nossa tradição de acolhimento. Somos um povo forjado na diversidade. Há um pedaço do mundo em cada brasileiro” (TEMER..., 2018).

Essa ambiguidade é observada quando os refugiados desafiam o ordenamento imposto pela cidadania, ou seja, questionam a soberania e a demarcação territorial do Estado, ao serem internos e externos, estando dentro da nação brasileira, mas fora do imaginário daqueles que devem ser cuidados pela nação, expressando a possibilidade do caos dentro da ordem existente (HUYSMANS, 2006).

Nesse sentido, observa-se um resgate, rearticulação do ideal humanitário que o Brasil busca desenvolver (MACHADO, 2018)<sup>16</sup>, valorizando sua posição acolhedora, com pluralidade de culturas – haja vista a histórica composição populacional baseada no movimento migratório japonês, libanês, italiano, alemão – e seu caráter vanguardista no regime internacional de proteção aos refugiados no continente de acordo com o ACNUR (2003). Através dessa arquitetura simbólico-discursiva rodeada por termos como acolhimento, hospitalidade, mul-

---

<sup>15</sup> Que demandavam fim de medidas como: lentidão e burocratização excessiva do processo de deferimento, acolhimento realizado em locais com carentes condições, abordagem voltada à segurança e controle de fronteiras ao invés da dimensão humanitária, confusão e incerteza nos critérios de deferimento — que ora aceitam a definição ampliada, ora negligenciam a grave e generalizada violação de direitos humanos—, dificuldade em acesso ao direito de permanência temporária e o direito ao trabalho formal e acesso aos serviços básicos, discriminação e xenofobia (MACHADO, 2018).

<sup>16</sup> Ver mais em “o refúgio é uma política de Estado no Brasil. É um elemento importante da democracia brasileira e sua tradição de abertura. É um dos pilares da política de direitos humanos. (...) Nós esperamos aumentar as oportunidades de reassentamento no Brasil. A longa experiência do Brasil em ter um órgão tripartite em que governo, sociedade civil e ACNUR trabalham juntos em políticas para refugiados tem sido bem-sucedida. (...) O processo de integração social e econômico dos refugiados tem sido um constante desafio. Acreditamos que o engajamento de outros países em programas de reassentamento abre as portas para cooperação sul-sul. O Brasil está pronto a compartilhar sua experiência com parceiros interessados” (Arquivo do Itamaraty, Delegação do Brasil em Genebra *apud* MOREIRA, 2015, p. 5).

ticulturalismo, defesa dos direitos humanos, o Brasil produz um “entendimento em que o engajamento com o “outro” - seja este o índio, o rebelde, o “estranheiro” – ocorra a partir de uma lógica de conciliação, mediação, assimilação e integração” (GOMES, 2014, p.16<sup>17</sup>).

Levando em conta essa concomitância e *coconstituição* da crise como um problema – em termos de gestão, contenção do fluxo – e como uma oportunidade para o Brasil ressaltar seu protagonismo na governança humanitária da estabilidade regional, exercendo uma liderança benigna, a próxima seção almeja investigar como essa arquitetura nacional desdobra-se através da Operação Acolhida equilibrando esforços concomitantes de auxiliar os necessitados com ações para proteger as fronteiras nacionais dos mesmos (DE HAAS, 2007).

### **Política visual da Operação Acolhida: construindo imagens dos militares brasileiros e dos venezuelanos acolhidos**

A Força-Tarefa Logística Humanitária que coordena a Operação Acolhida foi lançada pelo governo federal no início de março de 2018, no esforço de combater a “crise humanitária” provocada pela onda migratória venezuelana, sendo uma iniciativa que reúne 12 ministérios e órgãos federais, estadual e municipais, com duração prevista de 12 meses, que foi prorrogada até março de 2020 (RIBEIRO, 2019). Esse esforço conjunto envolve aproximadamente 600 militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, cujos pilares de atuação são: Ordenamento da Fronteira; Abrigamento e Interiorização (KANAN; TÁSSIO; SIDMAR, 2018).

Apesar das veementes críticas dentro da literatura acerca do papel dos militares em resposta a emergências humanitárias seja em desastres naturais, fluxos migratórios (ENETERIO; DA PAIXÃO ENETERIO; DA SILVA, 2019; HARKIN, 2005; HOFMANN; HUDSON, 2009) e, no caso brasileiro, apontando a “[...] característica nociva de ‘militarizar a resposta humanitária’” (CHARLEAUX, 2018); o enfoque dessa seção será investigar o que a divulgação de vídeos e imagens da operação revela sobre o contexto da “crise dos refugiados

---

<sup>17</sup> Embora a autora trabalhe com o Operação de Paz no Haiti, percebe-se insights dessa intelectual que podem ser adequadas no que tange o fluxo migratório venezuelano no Brasil, no momento em que a autora expõe que o Exército auxilia na representação de uma dada identidade brasileira, reproduzindo discursos de defesa de um sistema internacional mais pacífico, baseado em princípios como a constante defesa dos direitos humanos, negociação, elementos que buscam “organizar” o território e população. Assim sendo, analisando a atuação brasileira na MINUSTAH como componente de uma política externa que opera reproduzindo uma dada projeção pacifista do militar e do Brasil, Gomes (2014) explicita que o militar se constrói como aquele capaz de interpretar as necessidades do haitiano, e de administrá-las, estabilizando as demandas e coletividades, o que segundo o presente artigo, ocorre na gestão da Operação Acolhida.

venezuelanos” e como se dá a rearticulação da relação entre o aspecto militar e humanitário do projeto.

É importante ressaltar que a interseção entre mídias, imagens e o campo de Relações Internacionais proposto no artigo visa demonstrar que, ao legitimar um conteúdo discursivo baseado em vídeos, manchetes, imagens como fontes importantes para uma visão da política mundial, busca-se romper com uma dependência exclusiva e limitada de documentos diplomáticos, dados estatísticos e outras fontes consideradas “tradicionais” de conhecimento sobre o internacional (BLEIKER, 2001).

Essa dita “virada estética<sup>18</sup>” nas Relações Internacionais foi desencadeada por meio de duas mudanças inter-relacionadas na produção de conhecimento sobre a política mundial: a primeira alteração ocorreu na década de 1980, quando os pós-modernos começaram a desafiar os fundamentos positivistas da teoria internacional. O segundo movimento se deu nos últimos anos, quando intelectuais começaram a refletir sobre as implicações da crítica pós-moderna, explorando diferentes formas de percepção da política mundial, incluindo imagens, narrativas e sons (BLEIKER, 2001; SHAPIRO, 2013).

Voltando aos detalhes da Operação, desde o seu início, soldados brasileiros começaram a produzir fotografias e vídeos sobre as atividades e características do projeto, mas o artigo investigará somente os produtos oficiais do Exército – por considerar o mesmo um dos braços das Forças Armadas mais ativo da Operação – . Outra ressalva que deve ser feita é que essas produções audiovisuais dos militares serão consideradas aqui não somente como artefatos materiais, mas como actantes cuja divulgação e distribuição impacta discursos públicos, formas coletivas de pensar e tomar decisões em torno da “crise migratória” (MUSARÒ, 2016).

Partindo da observação do logo da Operação – que encontra-se abaixo no lado esquerdo - e própria a etimologia da palavra Acolhida, que nomeia o projeto, evidencia - um enfoque em “levar em consideração, receber” segundo o site Origem da Palavra (2011).

---

<sup>18</sup> Para contextualizar melhor esse processo, Bleiker afirma que “virada estética reorienta nossa própria compreensão do político: engendra uma mudança significativa de um modelo de pensamento que iguala o conhecimento ao reconhecimento mimético das aparências externas para uma abordagem que gera um encontro mais diverso, mas também mais direto com o político. Este último permite interações produtivas entre diferentes faculdades, incluindo sensibilidade, imaginação e razão, sem nenhuma delas aniquilar a posição única e o insight do outro” (BLEIKER, 2001, p.509, tradução nossa).



**Figura 1** – Logo da Operação Acolhida



**Fonte:** Exército<sup>19</sup>.

A escolha da palavra “Acolhida”, bem como de imagens apontando a cuidado, o conviver solidário (e a omissão de outros elementos que poderiam sugerir uma perspectiva, sentimento diferente) dos vídeos reforça uma representação particular da realidade e uma emoção específica nessa interseção de identidade e mobilidade. Entendendo as simbologias discursivas e visuais do Exército não como meras construções do campo lexical, mas circundadas por veementes intencionalidades e potencialidades em suas elaborações semânticas, essa seção do artigo começará analisando a tentativa de construção legítima do papel do Exército na condução da gestão humanitária do fluxo migratório venezuelano, que ocorre através do uso de determinadas palavras chave nos vídeos como: em busca de oportunidade, esperança, sonhos, acolhimento, proteção e principalmente a palavra mão - seja em “aperto de mãos entre crianças e soldados, são alimentadas por muitas mãos, a mão amiga das Forças Armadas e o próprio slogan do Exército Braço forte e Mão amiga que foi concebido pelo Coronel Francisco Brasil Ribeiro, utilizado nos anos 90 pelo Centro de Comunicação Social do Exército com o objetivo de “posicionar” o Exército na mente dos brasileiros - (OPERAÇÃO ACOLHIDA..., 2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA: MUDANDO..., 2019; EM BUSCA..., 2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA: REFUGIADOS..., 2018; OPERAÇÃO ACOLHIDA: 4º CONTINGENTE, 2019; COMANDANTE..., 2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA: CORAL..., 2019<sup>20</sup>).

<sup>19</sup> Disponível em: [https://www.flickr.com/photos/oper\\_acolhida/with/44593254360/](https://www.flickr.com/photos/oper_acolhida/with/44593254360/). Acesso em: 06 jul. 2021.

<sup>20</sup> Buscar os links dos vídeos completos em Referências Bibliográficas, na seção de vídeos.

Seguindo essa lógica performática de divulgação das práticas militares, os vídeos analisados podem ser caracterizados como microcosmos políticos de uma tentativa de mobilização discursiva da identidade brasileira, no momento em que através de músicas dramáticas, desoladoras, de perigo os militares convidam os espectadores a testemunharem uma necessidade urgente de ação.

Com enfoque no caótico cenário da Venezuela, do periclitante e conturbado processo de chegada ao Brasil e travessia da fronteira, de indivíduos desassistidos, em praças, ruas, consolida-se um cenário anterior a atuação salvacionista do Exército (DOS SANTOS VASCONCELOS, 2018). Na segunda parte dos vídeos, com músicas esperançosas, o espetáculo de adrenalina dos soldados desafiando todo e qualquer obstáculo para resolver a catástrofe é substituído por depoimentos de venezuelanos agradecendo a atuação brasileira, de enfermeiras emocionadas relatando como uma nova chance foi dada a indivíduos desnutridos, debilitados e como devido a triagem, tudo mudou.

Por conseguinte, constroem-se latentes fronteiras coletivas dentre os papéis exercidos pelos militares brasileiros e os papéis que devem desempenhados pelos refugiados venezuelanos acolhidos. Nesse sentido, os discursos desempenhados pelos militares contribuem para alimentar tanto as construções imaginárias quanto as concretas das fronteiras, ou seja, barreiras simbólicas e políticas são encenadas e realizadas através de imagens e discursos (FOUCAULT, 1996, 2008a, 2008b; AGAMBEN, 2009; VAUGHAN-WILLIAMS, 2009).

As fronteiras aqui problematizadas são pensadas como construções que mantêm a convergência de indivíduos com um determinado território e noções de história, nacionalidade, identidade, língua e cultura comuns, abrindo mas também limitando opulentas possibilidades políticas e éticas (VAUGHAN-WILLIAMS, 2009).

O final feliz dos vídeos, com o coro de crianças venezuelanas cantando o hino nacional rodeados por bandeiras do Brasil ou pessoas batendo palmas, sorrindo, abraçando soldados apresenta um contexto intensamente moralista que reformula a operação como sinônimo de benevolência humanitária.

**Figura 2** – Imagens do Exército



**Fonte:** Imagens disponibilizadas pelo Exército<sup>21</sup>.

Para além dessas imagens dos vídeos, as fotos divulgadas no site oficial do Exército seguem esse enfoque do contato direto e afetividade das crianças com os militares - representando mais da metade do total das imagens - e outras fotos da estrutura dos abrigos, de venezuelanos sorrindo, da entrega de kits higiênicos, alimentação. Pode-se depreender que os militares são retratados nesse sentido dentro de um discurso de notícias que constrói o imperativo moral de salvar vidas, destacando a eficiência dos mesmos em ajudar: com zoom em refugiados venezuelanos resgatados e agradecidos recebendo pacotes de comida e água e crianças brincando.

Bigo (2000) é fundamental de ser ressaltado pois expõe a conexão entre segurança interna e externa por meio de uma análise do policiamento, no qual a fronteira passa a ser uma questão biopolítica, regulando a vida cotidiana dos indivíduos em uma lógica de intervenção e gerenciamento, indo além de uma questão geopolítica:

O cerne desta nova securitização está relacionado com os fluxos transnacionais e com a vigilância das fronteiras (físicas, sociais e de identidade), e pode ser visto como uma tentativa de redesenhar uma fronteira entre um interior e um exterior, uma fronteira diferente das fronteiras do estado (BIGO, 2000, p.172, tradução nossa).

<sup>21</sup> Disponível em: [https://www.flickr.com/photos/oper\\_acolhida/with/44593254360/](https://www.flickr.com/photos/oper_acolhida/with/44593254360/). Acesso em: 06 jul. 2021.

Enfatizando práticas e discursos de cuidado, ajuda e assistência, os soldados definem e performatizam essa operação como uma benevolência nacional humanitária, criando uma comunidade na qual o espectador é posicionado como o possível salvador, enquanto os corpos resgatados são os outros constitutivos e necessários a essa identidade benigna (FASSIN, 2001, 2005).

Bigo (2006) evidencia que essa lógica de proteção trabalhada pelos militares está atrelada a noção de gestão, monitoramento e principalmente a criação de perfis sobre quem é potencial gerador de risco. A prática de proteção relaciona-se com as normas de espaço e segurança, com o direito de morar em determinado lugar e o direito de circular livremente para uns, e o oposto para aqueles que não são cidadãos.

Por conseguinte, a proteção — nos termos de Bigo (2006, p.90) — propagada pela Operação Acolhida do espaço interno vai desde a interdição simbólica, monitoramento das fronteiras, até a força militar que protege o cidadão por meio de fortalezas que “filtram” as potenciais ameaças. Nesse sentido, esse conceito refere-se não apenas à luta contra o inimigo, mas tem relação com a população de dentro, uniformizando-a e assegurando de que nenhum “desviante” encontra-se dentro do território nacional (BIGO, 2006)<sup>22</sup>.

Assim sendo, percebe-se que esse conceito de proteção em termos militares se dá através das imagens analisadas, que representam um nós cidadãos brasileiros (mais fortemente representados pelos militares) e “eles” (refugiados venezuelanos), possibilitando a visualização de fronteiras em níveis imaginários, através de representações mediadas que são frequentemente apresentadas como opostos binários, estereótipos de forma a promover um senso de segurança. Levando em conta essa indagação, o papel de acolher do Brasil pressupõe uma imagem de um anfitrião, uma casa, uma família pronta e apta a cuidar desses “hóspedes” oriundos da crise migratória e esse atravessar da fronteira em Pacaraima diz muito sobre os venezuelanos e mais fortemente, sobre os próprios brasileiros que os recebem.

Essa história única, narrada pelos militares, contribui para um retrato positivo e comemorativo do vanguardismo brasileiro no tocante ao refúgio e do papel do Exército em “coordenar a maior missão humanitária que o Brasil já presenciou” (EM BUSCA..., 2019), legitimando a operação e a credibilidade dos “salvadores e gestores da crise” concomitante a vitimização dos refugiados, que se tornam objetos de pena. No vídeo Operação Acolhida: a mão amiga das

---

<sup>22</sup> Bigo (2006) ressalta que a proteção do indivíduo ocorre através da excepcionalização de um espaço considerado sagrado, que seria o interno. Ademais, a proteção também se dá em relação à defesa contra os inimigos e a criação de fronteiras físicas que garantam a segurança interna por meio da purificação e da propagação de fronteiras.

Forças Armadas (OPERAÇÃO ACOLHIDA..., 2019) as seguintes palavras são mobilizadas: “um dia a Operação Acolhida encerra para estas pessoas. Seja saindo dos abrigos, conseguindo emprego, interiorizando ou até retornando para suas famílias. Em todas, o Brasil mostra mais uma vez a sua grandeza e as Forças Armadas a dedicação ao país.”

Dessa forma, observa-se como determinadas políticas de assistência social/humanitária podem ser enquadradas discursiva e esteticamente em uma lógica vulnerabilidade/risco e de uma polarização moral entre compaixão e repressão, mantendo os corpos desviantes/diferentes sob controle e propagando uma visão de piedade, humanitarismo (FASSIN, 2001, 2005).

Concomitante a essa delimitação da figura nacional brasileira – que seria a responsável por “salvar vidas”, que mobiliza o Exército para uma missão ágil, coordenada, ativa – estabelece-se uma construção imaginária mas prática de quem seria o refugiado venezuelano: aquele oriundo de um país caótico, autoritário, de ideologia de “esquerda” e por conseguinte, vulnerável, frágil e inapto ao reconhecimento de regras estabelecidas, podendo causar desordem e ameaçar a integridade da democracia brasileira caso não seja acolhido de forma disciplinada e integral.

Nesse sentido, é fundamental um olhar atento para a construção de dois extremos: dos militares, com recursos de logística e pessoal em constante prontidão para um cuidado e dos carentes de auxílio, cujas trajetórias e certezas foram deixadas na Venezuela, que agora agarram-se na esperança e melhoria de vida possibilitada pelas Forças Armadas brasileiras. Apesar de aparentemente opostos, os aptos versus os passivos, os cidadãos versus os estrangeiros, os vídeos permitem uma visão além: que é circundada pela ideia de recepção, permitindo que esses “dois mundos” se encontrem “[...]com uma missão: acolher” (OPERAÇÃO ACOLHIDA..., 2019).

Dessa forma, embora o artigo enfoque no relacionamento entre duas identidades mobilizadas como distintas, para que a Operação Acolhida funcione de forma sincronizada com os interesses políticos nacionais, a mesma atua combinando política e identidade em um processo de ajuste narrativo, constitutivo e não causal.

Em outras palavras, a performance das identidades não existe como relatos objetivos sobre o que as pessoas e lugares “realmente são” e sim como sujeitos e objetos continuamente reformulados, negociados e reformulados (HANSEN, 2006) e nesse entrelaçar de histórias, as práticas visuais, estéticas dos produtos divulgados pela Operação Acolhida atuam como estratégias de representação, veiculação, estabilização da precária e disputada identidade brasileira.

Assim sendo, as identidades aqui mobilizadas referem-se a identidades construídas através dos discursos, as quais a política torna-se dependente delas, ou seja, a identidade é entendida como política, relacional, sendo mobilizada através de discursos que constituem um Eu nacional versus um Outro estrangeiro. Nesse sentido, aquele que atravessa a fronteira e ousa adentrar o espaço nacional, além de sem agência política e lido como vítima, é diferente e, portanto, ameaçador na sua alteridade.

Seguindo essa visão, o Estado soberano moderno constitui sua identidade social demarcando simultaneamente o que é interno e externo (diferença); e envolve uma “evangelização do medo” ao construir a identidade interna/doméstica como hierárquica, pacífica e ordeira, diferente do mundo externo como lócus de anarquia, guerra e violência (CAMPBELL, 1992).

Em outras palavras, a identidade seria uma condição constitutiva dos seres sociais (individuais e coletivos) e construída a partir da diferença. Tendo em vista que todo significado pode ser constituído através da diferença, então não pode haver declaração sobre a natureza de uma dada identidade que é totalmente livre de suposições sobre o outro, sendo, portanto, movimentos entrelaçados e concomitantes (CAMPBELL, 1992). Embora diversas organizações da sociedade civil, pesquisadores questionem o viés humanitário da Operação, através dessa divulgação quase que mensal de imagens, vídeos, o Exército alcança legitimidade, credibilidade na transparência de suas ações e mais, conclama a audiência a acompanhar e observar de perto a necessidade e urgência dessas práticas.

A partir de palavras-chave e imagens utilizadas pelo material da Operação, observa-se uma tentativa de exaltar o novo papel das Forças Armadas, que para além de instrumentos de guerra, configuram-se como ferramentas humanitárias utilizadas para o recrudescimento do status do Estado, como modo de promoção política no cenário global (ENETERIO; DA PAIXÃO ENETERIO; DA SILVA, 2019).

Essas imagens, vídeos e discursos amplamente divulgados pelo Exército que também se encontram na grande mídia convidam os espectadores a vivenciar o que está acontecendo na região norte do Brasil através da perspectiva das autoridades governamentais e dos militares. Assim sendo, a narrativa de representação da Operação Acolhida acaba concretizando as ontologias existentes no processo desigual do atravessar das fronteiras, conferindo papéis, valores e significados hierárquicos à determinadas vidas humanas, ou seja, “ao realizar o espetáculo do ‘campo de batalha humanitário’, os espectadores são convidados a imaginar a humanidade de si próprios e dos outros” (MUSARÒ, 2016, p.15, tradução nossa).

Essa política discursiva performada através de imagens e vídeos ajuda a reforçar a construção do imaginário de crise humanitária, trazendo a noção de urgência e reforçando uma demanda afetiva e efetiva (DEBRIX; WEBER, 2003).

Em outras palavras, a escolha de análise das divulgações audiovisuais da Operação Acolhida permite mostrar como a mobilização da identidade brasileira ocorre via política material – com tropas no terreno realizando triagem e acolhimento – e visual resgatando termos de hospitalidade e hostilidade, governança humanitária em termos militarizados, unindo polos como dentro e fora que, à primeira vista parecem ser diametralmente opostos, mas que fazem parte de processos relacionais.

Nesse sentido, há uma logística do governo e do Exército aqui como seu braço militar, que pretende naturalizar narrativas nacionalistas, que constituem identidades e divisões dentre os brasileiros militares e os refugiados venezuelanos, os hospitaleiros, aptos a auxiliarem e os receptores de intervenção.

Ao levar em conta que Brasil precisa de contextos de representação no tocante a sua política para performar sua identidade, a Operação aparece como oportunidade ímpar para que as Forças Armadas exercitem e demonstrem suas capacidades, fortalecendo uma parte da identidade brasileira, sendo uma tentativa de estabilização de um determinado entendimento político da realidade e da gestão de “crises”.

Fassin e Pandolfi (2010) salientam como, a nível internacional e também nacional, tornou-se corrente a instauração de estados de emergência, de exceção, nos quais um governo militar e organizações humanitárias tornam-se os modelos de resposta às situações desordenadas.

Os autores, através de inúmeras contribuições de especialistas da área e que estiveram “no campo”—que possuem exemplos concretos, extraídos da pesquisa pessoal— demonstram o uso do humanitarismo como justificativa ética para um modelo de poder que é tudo menos benigno, sendo uma “ditadura benevolente: ‘mesmo vestido com o manto da moralidade humanitária, a intervenção é sempre uma ação militar, em outras palavras, a guerra’ (FASSIN; PANDOLFI, 2010, p.22, tradução minha).

Portanto, questionar o humanitarismo desempenhado pelos militares na Operação Acolhida torna-se fundamental para a problematização da naturalização de discursos e práticas:

Em larga medida, a construção da questão migratória como ‘problema’ parte do pressuposto necessário de uma ‘crise’ da capacidade de controle por parte dos agentes soberanos (tanto nacionais, quanto supranacionais)

em regular, definir e delimitar quem entra, quem sai e quem fica nos seus territórios e sob quais condições (AGUIAR, 2019, p.31).

Em suma, as fronteiras aqui problematizadas entre brasileiros e venezuelanos, acolhedores e acolhidos podem ser resumidas como espaços onde a política ocorre, sejam eles simbólicos, materiais, capazes de selecionar, hierarquizar, reorientar, redesenhar, resistir no processo do encontro da diferença com a identidade (GOMES, 2014).

Essas variadas práticas discursivas, que operacionalizam um “regime de verdade” particular sobre o papel do Exército e sobre o que seria o Brasil, silenciam os mecanismos de diferenciação e supressão no domínio interno do Estado que permitem a produção dessa identidade (GOMES, 2014).

Nesse sentido, solidificando a compreensão de um Brasil pacífico, acolhedor e eficiente, a Operação Acolhida utiliza-se do histórico humanitário do Exército para reforçar a tamanha eficiência e experiência da instituição:

A exemplo da atuação dos militares brasileiros no terremoto que arrasou o Haiti, tem-se testemunhado o brilhantismo, o profissionalismo e o zelo com que o exército brasileiro vem atuando nas mais diversas frentes missionárias (tanto de natureza voluntária quanto militar) pelo mundo afora, passando a ser importante instrumento para pronto atendimento em missões e como parceiro estratégico da Organização das Nações Unidas (ONU), garantindo maior relevância ao Brasil no cenário internacional. (CRUZ JÚNIOR, 2019, p.431).

Assim sendo, buscou-se pensar no lançamento da operação como um momento transformador nas estratégias de comunicação do Exército brasileiro, aliando questões logísticas com pautas políticas de veiculação da identidade mediadora, benevolente do Brasil. No entanto, foi ressaltada a ambiguidade existente nesse processo, que faz oscilar tratamento da temática migratória e os imaginários populares sobre a “identidade brasileira”. A política discursiva observada, portanto, atrela discursos de segurança que são pautados por uma dinâmica política dupla: possuem autoridade para empreender ações decisivas e excepcionais, ao mesmo tempo em que reforçam a responsabilidade particular deles mesmos em gerir “a crise” (HANSEN, 2006).



## Considerações finais

O início da percepção brasileira sobre o fluxo migratório venezuelano ocorreu em um viés securitário, delimitando estratégias para conter essa “crise” e ressaltando o fardo do humanitarismo brasileiro de acolher esses indivíduos, realizando uma diferenciação do “Nós, cidadãos brasileiros” desses outros venezuelanos. Nesse sentido, a migração era vista “[...] *as being one of the main factors weakening national tradition and societal homogeneity. It is reified as an internal and external danger for the survival of the national community or western civilization*” (HUYSMANS, 2006, p.759).

Levando em conta o imaginário de emergência que a mídia e os políticos estavam mobilizando, nessa lógica securitária, de ameaça, a Operação Acolhida aparece (re)produzindo esses ideais de gestão assertiva do “problema” existente, trazendo soluções que a primeira vista parecem ser técnicas e ágeis para a questão.

No entanto, no momento em que os militares assumem um posicionamento liderante na operação e passam a divulgar fotografias e vídeos, percebe-se uma veemente divulgação e merchandising da instituição em estabilizar e representar uma certa “identidade brasileira”, nos moldes de expertise, humanitarismo, vanguardismo no tocante ao refúgio, tradição de acolhimento, multiculturalismo, defesa dos direitos humanos.

Observa-se portanto, uma ideia de polarização presente na sociedade roraimense, colocando de um lado espectadores sensibilizados pela situação precária dos venezuelanos que chegam ao Brasil, enquanto outros defendem o fechamento da fronteira, a deportação, a restrição e cotas para o acesso aos serviços básicos. Dessa forma, o fluxo migratório venezuelano “[...] oportuniza ampliar o conhecimento sobre a própria sociedade brasileira” (SARMENTO; RODRIGUES, 2018, p.246).

Partindo da consideração da política discursivo-visual nos produtos divulgados pela Operação Acolhida, evidencia-se como as imagens e palavras-chave mobilizadas destacam exclusivamente a eficácia dos esforços dos militares em ajudar as vítimas sofredoras. Em outras palavras, em uma chave de salvadores e corpos acolhidos, as imagens representam um movimento de tentativa de legitimação da intervenção militar aos olhos do público, a fim de conquistá-lo e sensibilizá-lo através da ampla utilização de rostos de crianças que nutrindo relações de afetividade para com os militares, tornam-se sinônimos da identidade mediadora, conciliadora que o Brasil busca consolidar (DEBRIX; WEBER,

2003). Essa mediação<sup>23</sup> foi aqui compreendida como um instrumento de significado, contribuindo para o arranjo de crenças, normas, instituições e identidades na sociedade (DEBRIX; WEBER, 2003).

Diante da alteridade e adversidade, os militares constroem-se articulados com proposições políticas como “estabilizadores e pacificadores” e um dos principais interesses desse artigo foi investigar as dinâmicas materiais e mobilizações discursivas que tornam possível esse tipo de atuação dos mesmos na Operação Acolhida: problematizando como o humanitarismo da nação é performatizado através da militarização de espaços e corpos, de como amparo, benevolência estão atreladas à delimitação da alteridade, e como as práticas militares e políticas ocorrem concomitantemente nessas fronteiras físicas e subjetivas entre Brasil e Venezuela. Dessa forma, o artigo buscou problematizar de que forma a “crise” foi lida e “gerenciada” pelo governo brasileiro e quais foram os papéis e interesses político-midiáticos em utilizar os exatos termos de “crises humanitárias” (ZIZEK, 2008). Ademais, buscou-se pensar como, nos discursos e imagens no tocante ao controle da mobilidade venezuelana e na governança humanitária da “crise”, a administração brasileira - vulgo atuação do Exército na Operação Acolhida - coloca em ação as verdades que estava construindo sobre os venezuelanos e sobre sua própria “identidade”.

Diante de um contexto internacional cada vez mais marcado pela reafirmação de muros, fronteiras e nacionalismos, pelo recrudescimento de políticas e práticas de diferenciação, pensar no papel de políticas de identidade e de demarcação do cidadão nacional frente ao refugiado torna-se um relevante instrumento de resistência e tentativa de ruptura com determinadas verdades que estão a todo tempo sendo firmadas e, por conseguinte, contestadas. Torna-se cada vez mais fundamentais os debates que questionem como determinados discursos no tocante ao refúgio são construídos, autorizados e reproduzidos nos meios políticos, midiáticos e logísticos.

Apesar das veementes críticas dentro da literatura acerca do papel dos militares em resposta a emergências, o objetivo do artigo não se concentra nessa questão. Busca-se problematizar, aqui, o papel dos discursos veiculados na mídia

---

<sup>23</sup> O conceito de mediação é melhor desenvolvido por Debrix e Weber ao afirmarem que: “como um instrumento de significado, a tarefa da mediação é tipicamente alcançar relações desejáveis entre as posições de sujeito e objeto (conforme postulado pelo sistema social dentro do qual o método de mediação opera). A mediação pode estabelecer relações desejáveis por meio de conexão ou distanciamento. Como uma técnica de conexão ou distanciamento de significado, a mediação também contribui para o arranjo de crenças, normas, instituições e identidades em qualquer sociedade. A mediação mantém os significados e relações sociais que se estabelecem entre sujeitos e objetos em diferentes contextos sociais” (DEBRIX; WEBER, 2003, p. xxiii, tradução nossa).

de forma ampla e por militares que funcionam (re)produzindo certas práticas de representação e constituição de identidade brasileira como acolhedora, gestora da ordem, enquanto os refugiados venezuelanos, ora são colocados como ameaçadores, ora como vítimas inertes.

A sensação de urgência, provisoriedade e limbo das fronteiras são potencializadas pelos indivíduos que vivenciam todos os dias esse “vigiar” do Estado, mas ao mesmo tempo, não conseguem ser abarcados por práticas de cuidado e assistência social, colocando nos refugiados a origem de todas as suas mazelas. Ao despír o refugiado da especificidade territorial e de sua cultura, lugar e história, o refugiado torna-se um ser sem voz e sem identidade política ou as possibilidades correspondentes de agência, sendo uma questão que merece ensejar o debate ser mais aprofundada.

Sob a lente dos estudos de Segurança, a questão migratória torna-se ainda mais nebulosa, haja vista que pode ser lida por diferentes correntes com preocupações desde ameaças materiais e soberanas - com enfoque no controle de fronteiras, vigilância, defesa - até mobilizações discursivas e xenófobas contra essa circulação heterogênea intimidando o “construto homogêneo nacional”.

Assim sendo, é fundamental o entendimento da migração através de uma chave crítica de securitização que envolva problematizações pós estruturais, levando o conceito de segurança para além de ameaças físicas, objetivas, observando as representações identitárias dos estados como construções:

Nenhum outro conceito nas relações internacionais contém o poder metafísico, nem comanda o poder disciplinar da “segurança”. Em seu nome, os povos alienaram seus medos, direitos e poderes a deuses, imperadores e, mais recentemente, a estados soberanos, tudo para se proteger das vicissitudes da natureza - bem como de outros deuses, imperadores e estados soberanos. [...] E, menos frequentemente observado nas relações internacionais, em seu nome bilhões foram feitos e milhões mortos, enquanto o conhecimento científico foi promovido e a dissidência intelectual silenciada (DER DERIAN, 1995, p.1<sup>24</sup>, tradução nossa).

---

<sup>24</sup> Página referente ao pdf, já que documento não possui paginação.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- ACNUR. **Venezuela**. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- ACNUR. **Tendências Globais de Refugiados**: visão geral das populações de refugiados, recém-chegadas, soluções duradouras, requerentes de asilo e outras pessoas que preocupam o ACNUR. 2003.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?**: e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- AGUIAR, C. M. Entre a crise e a crítica: migrações e refúgio em perspectiva global. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 16, p. 21-41, 2019.
- ARENDT, H. **On revolution**. New York: Penguin Classics, 2006.
- BALZACQ, T. (ed.). **Securitization theory**: how security problems emerge and dissolve. London: Routledge, 2010.
- BIALASIEWICZ, L. *et al.* Performing security: The imaginative geographies of current US strategy. **Political Geography**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 405-422, 2007.
- BIGO, D. Protection: Security, Territory and Population. *In*: HUYSMANS, J.; DOBSON, A.; PROKHOVNIK, R. (ed.). **The politics of protection**: sites of insecurity and political agency. Hove, UK: Psychology Press, 2006. p. 96-112.
- BIGO, D. When two become one: internal and external securitisations in Europe. *In*: KELSTRUP, M.; WILLIAMS, M. (ed.). **International relations theory and the politics of European integration**: power, security and community. London: Routledge, 2000. Capítulo 8.
- BLEIKER, R. (ed.). **Visual global politics**. London: Routledge, 2018.
- BLEIKER, R. The aesthetic turn in international political theory. **Millennium**, London, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.
- BOADLE, A. Onda de imigrantes da Venezuela pode gerar crise em Roraima. **Exame**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/onda-de-imigrantes-da-venezuela-pode-gerar-crise-em-roraima/>. Acesso em: 14 maio 2021.

BOLTANSKI, L. **Distant suffering**: Morality, media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Medida Provisória 820/2018, de 15 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial**, Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm). Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL anuncia reforço de segurança na fronteira com Venezuela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/brasil-anuncia-reforco-de-seguranca-na-fronteira-com-venezuela.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BUZAN, B. *et al.* **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMARGO, D. A.; HERMANY, R. Migração venezuelana e poder local em Roraima. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, v. 22, n. 35, 2019.

CAMPBELL, D. **National deconstruction**: Violence, identity, and justice in Bosnia. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CAMPBELL, D. Violent performances: identity, sovereignty, responsibility. *In*: LAPID, Y. *et al.* (ed.). **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Rienner, 1996.

CAMPBELL, D. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CHARLEAUX, J. P. Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes. **Nexo Jornal**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/23/Quais-as-cr%C3%ADticas-ao-uso-de-militares-na-assist%C3%A2ncia-a-imigrantes>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CHOULIARAKI, L. **The spectatorship of suffering**. Newcastle upon Tyne: Sage, 2006.

CIRTAUTAS, K. C. **The Refugee**: A Psychological Study. Ponca City: Meador Publishing Company, 1957.

COMANDANTE do Exército visita Operação Acolhida. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Exército Brasileiro. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=9mwMe\\_ijj4M](https://www.youtube.com/watch?v=9mwMe_ijj4M). Acesso em: 25 ago. 2021.

CONNOLLY, W. E. **Identity, difference**: democratic negotiations of political paradox. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

CONARE. **Relatório Refúgio em Números**. 4. ed. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros\\_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

COSTA, E.; BRANDÃO, I.; OLIVEIRA, V. Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista. **G1**, 2018a. Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 05 jul. 2021.

COSTA, E.; BRANDÃO, I.; OLIVEIRA, V. Autoridades de Roraima pedem ‘socorro’ para lidar com imigração e querem ‘interiorização’ de venezuelanos. **G1**, 2018b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/autoridades-de-roraima-pedem-socorro-para-lidar-com-imigracao-e-querem-interiorizacao-de-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CRISE NA VENEZUELA atravessa a fronteira e chega ao Brasil com o drama dos refugiados. **Globoplay**, 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6077077/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CRISE quintuplica número de imigrantes venezuelanos no Brasil. **Veja**, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/crise-quintuplica-numero-imigrantes-venezuelanos-no-brasil>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CRUZ JUNIOR, S. J. A operação acolhida e a imigração venezuelana em Roraima. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 17, n. 3, p. 430-447, 2019.

DEBRIX, F.; WEBER, C. (ed.). **Rituals of mediation: International politics and social meaning**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

DE HAAS, H. **The myth of invasion: Irregular Migration from West Africa to the Maghreb and the European Union**. 2007. Disponível em: <https://www.temaasyl.se/Documents/Forskning/Forskningsstudier/The%20Myth%20of%20Invasion%20%20%20Irregular%20migration%20from%20West%20Africa%20to%20the%20Maghreb%20and%20the%20European%20Union.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

DER DERIAN, J. The Value of Security: Hobbes, Marx, Nietzsche, and Baudrillard. *In*: LIPSCHUTZ, R. D. (ed.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995. p.1-120.

DOS SANTOS VASCONCELOS, I. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 135-151, 2018.

DOTY, R. L. Sovereignty and the nation: constructing the boundaries of national identity. *In*: BIERSTEKER, T. J.; WEBER, C. (ed.). **State sovereignty as social construct**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ODRAMA dos venezuelanos no Brasil. **Gazeta do Povo**, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/odrama-dos-venezuelanos-no-brasil-78p840dtq0tal2szslqbvuw6r/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

DURÃES, M. G. D.; JUNIOR, J. A. de S. A crise migratória na Venezuela e a impossibilidade do fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela na ótica do STF. *In*: BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J. (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018. v. 1. p. 52-59.

EM BUSCA de oportunidade. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal Operação Acolhida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MM0FI6-7EQs>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ENETERIO, H. S.; DA PAIXÃO ENETERIO, N. G.; DA SILVA, A. M. O paradigma da atuação dos militares nas questões de migração forçada: um olhar interdisciplinar entre a Política e a Psicologia. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 27, n. 55, p. 131-147, 2019.

ÊXODO venezuelano ‘perturba países da América Latina’, diz Temer. **Veja**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/exodo-venezuelano-perturba-paises-da-america-latina-diz-temer>. Acesso em: 17 de março de 2019.

FASSIN, D. Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 20, n. 3, p. 362-387, 2005.

FASSIN, D. The biopolitics of otherness: undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. **Anthropology Today**, West Sussex, v. 17, n. 1, 2001.

FASSIN, D.; PANDOLFI, M. **Contemporary states of emergency**: The politics of military and humanitarian interventions. New York: Zone Books, 2010.

FGV DAPP. **Perfil dos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/entenda-qual-o-perfil-dos-imigrantes-venezuelanos-que-chegam-ao-brasil/>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

GOMES, M. S. **A ‘Pacificação’ Como Prática de ‘Política Externa’ de (re) Produção do Self Estatal**: Rescrevendo o Engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). 2014. 271f. Tese (Doutorado em

Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GREENSLADE, R. Seeking scapegoats: The coverage of asylum in the UK press. **Asylum and Migration Working Paper 5**, London, 2005. Disponível em: [https://www.ippr.org/files/images/media/files/publication/2011/05/wp5\\_scapegoats\\_1359.pdf](https://www.ippr.org/files/images/media/files/publication/2011/05/wp5_scapegoats_1359.pdf). Acesso em: 8 jul. 2021.

HADDAD, E. **The refugee in international society**: between sovereigns. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HANSEN, L. **Security as practice**: discourse analysis and the Bosnian war. London: Routledge, 2006.

HARKIN, C. **The 2004 Tsunami**: civil-military aspects of the international response. London: Tsunami Evaluation Coalition, 2005. Disponível em: [https://www.alnap.org/system/files/content/resource/files/main/coordination\\_civil\\_military.pdf](https://www.alnap.org/system/files/content/resource/files/main/coordination_civil_military.pdf). Acesso em: 03 jul 2021.

HOFMANN, C-A.; HUDSON, L. Military responses to natural disasters: last resort or inevitable trend? **Humanitarian Exchange**, London, n. 44, p. 29- 31, 2009. Disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/1CDD40E685147012C12576470040943D-ODI-HPN\\_Oct2009.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/1CDD40E685147012C12576470040943D-ODI-HPN_Oct2009.pdf). Acesso em: 16 jul. 2021.

HUYSMANS, J. **The politics of insecurity**: Fear, migration and asylum in the EU. London: Routledge, 2006.

INVASÃO de venezuelanos em Boa Vista causa a expansão do “portunhol”. **Globoplay**, 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6304054/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

JACKSON, R. **Writing the war on terrorism**: Language, politics and counter-terrorism. Manchester: Manchester University Press, 2005.

JOHNSON, H. L. Click to donate: Visual images, constructing victims and imagining the female refugee. **Third World Quarterly**, Abingdon, v. 32, n. 6, p. 1015-1037, 2011.

KANAAN, C.; TÁSSIO, M.; SIDMAR, 2º Ten As ações do Exército Brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. *In*: BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J. (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018. v. 1. p.68-71.

KRISTEVA, J. **Desire in language**: A semiotic approach to literature and art. New York: Columbia University Press, 1980.



LUZ, C. Entenda a crise migratória de venezuelanos para o Brasil. **Guia do Estudante**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-crise-migratoria-de-venezuelanos-para-o-brasil/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

MACHADO, V. F. Brasil visto como “vanguardista” na proteção de refugiados: reflexões críticas acerca das práticas de deferimento, acolhimento e integração local dos venezuelanos. In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., Foz do Iguaçu, **Anais** [...], Belo Horizonte: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2018. Disponível em: [https://www.seminario2018.abri.org.br/download/download?ID\\_DOWNLOAD=4](https://www.seminario2018.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=4). Acesso em: 25 ago. 2021.

MANZI, L. Migrants: the scapegoats of the economic crisis. **IOM: UN Migration**, San Jose, 2020. Disponível em: <https://rosanjose.iom.int/site/en/blog/migrants-scapegoats-economic-crisis>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MIGRAÇÃO em massa de venezuelanos muda a realidade do lado brasileiro da fronteira. **R7**, 2017. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/domingo-espetacular/videos/migracao-em-massa-de-venezuelanos-muda-a-realidade-do-lado-brasileiro-da-fronteira-14092018>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MILESI, R.; COURY, P.; ROVERY, J. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, 2018.

MOREIRA, J. B. Política externa e refugiados no Brasil: uma análise sobre o governo Lula. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.10, ed. esp., p.133-151, 2015.

MORI, L. Se continuar assim, até o fim do ano perdemos o controle da cidade’, diz prefeita de Boa Vista, cidade que mais recebe venezuelanos. **BBC**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45178748>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MUSARÒ, P. Mare nostrum: the visual politics of a military-humanitarian operation in the Mediterranean Sea. **Media, Culture & Society**, London, v. 39, 2016.

NIÑO, E. A. L. Questão de segurança ou de direitos humanos?: A imigração venezuelana e as mudanças na Política Externa Brasileira / Security or human rights issue? Venezuelan immigration and changes of Brazilian Foreign Policy. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 122-137, 2018.

NUNES, J. C. Governadora de Roraima determina controle da fronteira venezuelana. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/governadora-de-roraima-determina-controle-da-fronteira-venezuelana>. Acesso em: 03 jun. 2021.

NYERS, P. **Rethinking Refugees: beyond states of emergency**. New York: Routledge, 2006.

OLSSON, E. **For Better or For Worse?: Border Policy and Discursive Constructions of Subjectivities**. 2016. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Estudos Globais) – Faculty of Social Sciences, Lund University, Lund, 2016. Disponível em: <https://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordOId=8879596&fileOId=8879601>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: a mão amiga das Forças Armadas. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JhntubPS30c>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: 4º CONTINGENTE. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9JyGojlUUJI>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: CORAL formado por crianças venezuelanas emociona com canção do Exército. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rwt5FTiwW4E>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: MUDANDO vidas. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ramVj8FE9S8>. Acesso em: 25 ago. 2021.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: REFUGIADOS da Venezuela no Brasil. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rTEIYZIH3To>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ORIGEM DA PALAVRA. **Qual a origem da palavra acolher**. 2011. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/acolher/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PEDROSO, C.; JAROCHINSKI SILVA, J. Los impactos de la crisis venezolana en las relaciones con Brasil: diagnóstico y perspectivas en un contexto de cambios. *In*: VARÓN, L. S.; CALDERÓN, C. H. **La crisis venezolana: impactos y desafíos**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2019. p.50-85.

PEDUZZI, P. Juiz suspende entrada de venezuelanos no Brasil. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/juiz-suspende-entrada-de-venezuelanos-no-brasil>. Acesso em: 24 jun. 2021.

RIBEIRO, V. Governo prorroga por um ano Operação Acolhida a venezuelanos. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-01/governo-prorroga-por-um-ano-operacao-acolhida-venezuelanos>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ROXO, S. Venezuelanos levam o caos a Roraima. **O Globo**, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-levam-caos-roraima-20419502>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SARMENTO, G.; RODRIGUES, F. Entre a Acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. *In*: BAENINGER, R.; JAROCHINSKI SILVA, J. (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018. v. 1. p.242-249.

SCHMITT, C. **The concept of the political**: Expanded edition. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SHAPIRO, M. J. **Studies in trans-disciplinary method**: After the aesthetic turn. London: Routledge, 2013.

SILVERSTONE, R. The sociology of mediation and communication. *In*: CALHOUN, C.; ROJEK, C.; TURNER, B. S. (ed.). **The Sage handbook of sociology**. Newcastle: Sage, 2004. p.250-370.

TAXA de inflação na Venezuela foi de 130 060% em 2018. **Diário de Notícias**, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/dinheiro/interior/venezuela-taxa-de-inflacao-de-130-060-em-2018-10953595.html>. Acesso em: 30 maio 2021.

TEMER diz que Brasil acolhe venezuelanos, e mundo tem o dever de proteger refugiados. **UOL**, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/25/temer-discurso-onu-venezuela.htm>. Acesso em: 25 ago. 2021.

TOLEDO, M.; KNAPP, E. Invasão de venezuelanos fugindo de crise no país gera caos em Roraima. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1833815-invasao-de-venezuelanos-fugindo-de-crise-no-pais-gera-caos-em-roraima.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2021.

VAUGHAN-WILLIAMS, N. **Border Politics**: The Limits of Sovereign Power. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

WÆVER, O. Securitization and Desecuritization. *In*: LIPSCHUTZ, R. D. (ed.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995. p.15-167.

WILLIAMS, J. **The ethics of territorial borders**: drawing lines in the shifting sand. Berlin: Springer, 2006.

ŽIŽEK, S. **Violence**: Six sideways reflections. London: Picador, 2008.

**Recebido em:** 10 de julho de 2020

**Aprovado em:** 08 de dezembro de 2020



# ¿QUÉ HACEMOS CON LOS MIGRANTES? REPRESENTACIONES DE ALUMNOS DE ESCUELAS MEDIAS DE VILLA LUGANO Y DISCURSOS POLÍTICOS SOBRE LA MIGRACIÓN LIMÍTROFE. BUENOS AIRES 2016-2018

Federico Luis ABIUSO<sup>1</sup>  
Gisele KLEIDERMACHER<sup>2</sup>  
Darío LANZETTA<sup>3</sup>

**RESUMEN:** El presente artículo surge como parte de los debates producidos en un grupo de investigación con sede en la Carrera de Sociología, Universidad de Buenos Aires, en el cual participamos. En base a cuestionarios aplicados en el marco de éste, a estudiantes de escuelas medias de Villa Lugano, Buenos Aires, en este escrito analizaremos aquellas preguntas que hacen referencia al acceso de migrantes a la ayuda social por parte del Estado. Paralelamente, se analizarán discursos políticos sobre la migración, que acompañaron cambios en la legislación migratoria argentina en los últimos años propiciando la sanción del DNU 70/2017 que modifica la Ley

<sup>1</sup> Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires – Argentina. Doctor en Ciencias Sociales y Licenciado en Sociología. Profesor en Metodología de la Investigación Social II (Carrera de Sociología). Becario Posdoctoral del Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral-Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (IHUCSO LITORAL - CONICET). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5145-8837>. [abiusofederico@yahoo.com.ar](mailto:abiusofederico@yahoo.com.ar).

<sup>2</sup> Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires – Argentina. Doctora en Ciencias Sociales y Licenciada en Sociología. Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con sede en el Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales (UBA). Directora de Proyectos de Reconocimiento Institucional en Investigación (PRII) con sede en la Facultad de Ciencias Sociales (UBA) en temáticas relacionadas a las representaciones sociales, migraciones y discriminación en escuelas. Se desempeña actualmente como docente en grado y posgrado en la Facultad de Ciencias Sociales (UBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8739-8653>. [kleidermacher@gmail.com](mailto:kleidermacher@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires – Argentina. Becario doctoral y Licenciado en Sociología. Investiga temas relacionados al vínculo entre interculturalidad y clase social mediante el abordaje de representaciones sociales acerca de migrantes externos. Profesor en Metodología de la Investigación Social II (Carrera de Sociología). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0959-4453>. [dario\\_lanzetta@hotmail.com](mailto:dario_lanzetta@hotmail.com).

*¿Qué hacemos con los migrantes? Representaciones de alumnos de escuelas medias de villa lugano y discursos políticos sobre la migración limítrofe. Buenos Aires 2016-2018*

Nacional de Migraciones 25.871, y que entendemos como expresión de un marco de situación contextual de conservadurismo político, habilitando un espacio discursivo de un conjunto de representaciones sociales, entre ellas, las de los estudiantes que aquí presentamos. Entre los principales hallazgos, se observa que casi un 40% de los alumnos encuestados no están de acuerdo con la provisión de ayuda a migrantes en forma de planes sociales o asignaciones por parte del Estado.

**PALABRAS CLAVE:** representaciones sociales; discursos políticos; migraciones; escuela.

WHAT DO WE DO WITH MIGRANTS? REPRESENTATIONS OF  
HIGH SCHOOL STUDENTS IN VILLA LUGANO AND POLITICAL  
SPEECHES ON BORDER MIGRATION. BUENOS AIRES 2016-2018

**ABSTRACT:** *This paper arises as part of the debates produced in a research group based in the Sociology Career, University of Buenos Aires, in which we participate. Based on questionnaires applied to middle school students in Villa Lugano, Buenos Aires, in this paper we will analyze those questions that refer to the access of migrants to social assistance. At the same time, political discourses on migration will be analyzed, which accompanied changes in Argentine migration legislation in recent years, leading to the sanction of DNU 70/2017 that modifies the National Migration Law 25,871, and which we understand as an expression of a contextual situation framework of political conservatism, enabling a some speeches and social representations, among them, those of the students that we present here. Among the main findings, it is observed that almost 40% of the surveyed students do not agree with the provision of aid to migrants in the form of social plans or assignments by the State.*

**KEYWORDS:** *social representations; political speeches; migrations; school.*

“O QUE FAZEMOS COM OS MIGRANTES?” REPRESENTAÇÕES DE  
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM VILLA LUGANO E DISCURSOS  
POLÍTICOS SOBRE A MIGRAÇÃO LIMÍTROFE. BUENOS AIRES 2016-2018

**RESUMO:** *Este artigo surge como parte dos debates produzidos em um grupo de pesquisa baseado na Curso de Sociologia da Universidade de Buenos Aires, do qual participamos. Com base em questionários aplicados neste âmbito a alunos do ensino médio em Villa Lugano,*

*Buenos Aires, neste artigo analisaremos as questões que se referem ao acesso dos migrantes à assistência social pelo Estado. Paralelamente, serão analisados os discursos políticos sobre migração, que acompanharam as mudanças na legislação migratória argentina nos últimos anos, levando à sanção do DNU 70/2017 que modifica a Lei Nacional de Migração 25.871, e que entendemos como expressão de um quadro de situação contextual do conservadorismo político, possibilitando um espaço discursivo de um conjunto de representações sociais, entre elas, as dos alunos que aqui apresentamos. Dentre as principais constatações, observa-se que quase 40% dos alunos pesquisados não concordam com a prestação de auxílio aos migrantes na forma de planos sociais ou cessões por parte do Estado.*

**PALAVRAS-CHAVE:** representações sociais; discursos políticos; migrações; escola.

## Introducción

En el presente artículo nos proponemos realizar una aproximación a las representaciones sociales que producen estudiantes que asisten a escuelas medias de gestión pública en el barrio de Villa Lugano, ubicado en el sur de la CABA, respecto al acceso al derecho a ayudas sociales para personas migrantes. Entendemos que dichas representaciones no se producen en el vacío, sino que lo hacen en un contexto de conservadurismo político respecto a la gestión de las migraciones. Por contexto de conservadurismo político entendemos un panorama de auge de las políticas de derecha, donde la preferencia está en la moderación y en la prudencia más que en el cambio social, donde las referencias principales apuntan a actitudes culturales ligadas a la “familia”, la “tradición” y la “nacionalidad”. Asimismo, concebimos que se trata de un contexto de abierto rechazo al “populismo”, tanto a sus estructuras como a sus protagonistas (siendo un ejemplo los sindicatos), así como de mitologización de la “república”. Inspirados en el análisis de las relaciones entre política y policía (AIMAR; GONZÁLEZ; MONTERO; SOZZO, 2005), tema en el que uno de los autores que suscribe a estas líneas se encuentra trabajando actualmente, diremos que más que pensar en una relación causa-efecto, de tipo lineal, entre los discursos políticos relevados y las representaciones producidas desde el ámbito educativo, aquellos discursos constituyen una condición de posibilidad habilitante de determinados universos de representaciones o núcleos representacionales, al decir de Néstor Cohen (2014), acerca del “otro”. Ello apunta a la importancia de trabajar esta temática de representaciones acerca de acceso a derechos desde un “clima” de conservadurismo político, así como en un escenario de vulneración

de derechos del colectivo migrante. Ambas dimensiones, discursos políticos y representaciones, serán desarrollados en los siguientes apartados del presente artículo. En cuanto a su estructura, iniciamos señalando características de la estrategia teórico-metodológica seleccionada (la implementación de una encuesta, técnica enmarcada en la investigación cuantitativa), así como las distintas decisiones involucradas en la experiencia de investigación cuyos resultados aquí presentamos. A continuación, damos cuenta de aquellos conceptos principales con los cuales interrogamos la base empírica. Los siguientes apartados se centran, por su parte y respectivamente, en distintos niveles de análisis: discursos políticos pronunciados durante la gestión de Cambiemos por parte de funcionarios de primera línea, reformas a la legislación migratoria acaecidas sobre todo a partir de la implementación del DNU 70/2017 y representaciones de la población estudiantil respecto al acceso al derecho a ayudas sociales para personas migrantes. Cierra el artículo una conclusión donde sintetizamos los principales resultados de la indagación efectuada, a la vez que señalamos un posible modo de articular los diferentes niveles de análisis mencionados.

## **Metodología**

En este apartado presentamos una descripción de la estrategia teórico-metodológica para dar cuenta de las decisiones que se han ido tomando durante el proceso de investigación. Adoptamos como estrategia metodológica un enfoque cuantitativo con el objeto de trabajar con representaciones sociales, tomando en consideración que, la literatura metodológica suele recomendar optar por una línea cualitativa en ocasión de indagar acerca de los vínculos interculturales desde las representaciones sociales<sup>4</sup>. Sin desoír tales recomendaciones, entendemos que cada abordaje presenta sus propias complejidades, y que optar por uno u otro está relacionado con los propósitos y la estrategia de cada investigación en particular, en este caso, acceder a un universo amplio de estudiantes de escuelas públicas de nivel medio, para lo cual la encuesta<sup>5</sup> nos resultó más adecuada.

---

<sup>4</sup> Cea D'Ancona y Valles (2010) apuntan a la dificultad respecto a la manifestación de representaciones acerca de migrantes, por lo que entienden que una perspectiva cualitativa favorecería develar lo que tiende a ocultarse. En este sentido, la entrevista en profundidad, sería acaso más adecuada puesto que entre sus potencialidades ofrecería la posibilidad de generar un marco de interacción propicio a establecer empatía entre entrevistador y entrevistado, a partir del cual este último pueda expresar con mayor libertad y en profundidad sus ideas (RUIZ OLABUÉNAGA, 1996; VALLES, 1997).

<sup>5</sup> Nuestra estrategia se nutre no sólo de la intención de abordar un universo de estudio más amplio, sino que también el contar con experiencia de trabajo en investigaciones de corte cualitativo sobre la temática, despertó nuestro interés en reorientar el enfoque planteando asimismo un desafío de exploración teórico-metodológica.



Tal como plantean algunos autores (MARRADI; ARCHENTI; PIOVANI, 2012), varias son las ventajas que proporciona esta técnica como, por ejemplo, la posibilidad de relevar múltiples propiedades referidas a muchos individuos, a fin de obtener información de distinto tipo, como puede ser respecto de opiniones, creencias y actitudes; sobre distintos temas, a partir de la aplicación de un cuestionario que puede ser administrado por encuestadores o distribuidos para su administración a la muestra diseñada para tal fin. Una de las desventajas que puede tener la técnica de encuesta está referida a la tasa de no respuesta. Contemplando esta posibilidad (MARRADI; ARCHENTI; PIOVANI, 2012), consideramos los distintos aspectos que podrían motivar la falta de participación por parte de los estudiantes. Entre ellos podían aparecer: la falta de interés en participar del estudio, cierta incomodidad o desacuerdo frente a la temática, o dificultades en la comprensión de alguna consigna del cuestionario. A fin de contrarrestar estas potenciales dificultades y evitar casos de no respuesta, nuestra estrategia fue la de concientizar a los estudiantes acerca de la importancia de sus respuestas y honestidad para los fines de la investigación y la calidad de los datos que se buscaban producir. Otras acciones implementadas para incrementar el número de casos de la muestra y reducir la tasa de no respuesta fueron la de aplicar las encuestas en horario escolar con el consentimiento de las instituciones y autoridades que nos dieron acceso. Además, nos permitieron presentar la actividad integrándola a los contenidos curriculares, dentro del marco de la institución en colaboración con un equipo de investigación<sup>6</sup>, aunque estaba exceptuado a participar el alumnado que no quisiera responder.

---

Es importante mencionar al respecto nuestra participación en investigaciones enmarcadas en proyectos anteriores, cuyos objetivos se centraron en conocer las representaciones sociales producidas al interior de las escuelas del AMBA y el poder judicial de la Nación. Entendemos que ello constituye una base de conocimiento previo sobre nuestro objeto de estudio y la posibilidad de reflexionar sobre modos posibles para su abordaje: Proyecto S007 (2008-2010), “Exclusión, control social y diversidad articulando la relación entre el migrante externo y las instituciones educativa y judicial”; Proyecto 20020100100040 (2011-2014), “Diversidad etno-nacional y construcción de desigualdades en las instituciones escolar y judicial. Un desafío teórico-metodológico en el abordaje de los casos del AMBA y la provincia de Mendoza” y Proyecto 20020100100040BA UBACYT (2014-1017), “Los puentes entre el poder judicial, la institución educativa y la sociedad civil ante la diversidad etno-nacional en el AMBA”.

<sup>6</sup> Cabe señalar que, dado que los sujetos objeto de nuestra investigación eran menores de edad, desde el comienzo de las tareas de campo se requirió proceder respetando procedimientos definidos para el caso. En este sentido, debimos primeramente contar con la aprobación del Comité de Ética del Instituto de Investigaciones Gino Germani, que dio consentimiento a nuestra tarea mediante una nota de autorización, la cual remitimos a cada una de las escuelas que accedieron a evaluar la propuesta para que realizáramos el relevamiento, adjuntando a la misma una copia del proyecto de investigación y del instrumento de registro. Evaluada y aprobada dicha instancia por parte de los directivos e inspectores de las escuelas, accedimos a las mismas en fecha acordada presentando una carta de aval y agradecimiento firmada por autoridades del instituto de investigaciones que consultamos para tal fin, y procedimos a realizar las tareas de campo.

Con respecto a cómo medir adecuadamente la propia temática del estudio, coincidimos y por tanto tomamos como referencia para la fundamentación de nuestra propuesta a Cea D’Ancona (2009), por su experiencia en la medición acerca de problemáticas de racismo y xenofobia. Ella advierte sobre las dificultades de obtener, mediante declaraciones verbales, mediciones precisas, por el lugar de exposición en que se coloca al entrevistado a expresar consideraciones socialmente reprobables. Propone, en cambio, la modalidad de autocumplimentación por parte del encuestado, a fin de contribuir a obtener respuestas sinceras y menos condicionadas a lo socialmente deseables. Así es que implementamos dicha estrategia con el doble objetivo de, por un lado, disminuir el sesgo de deseabilidad social, pero también, una vez más, controlar la tasa de no respuesta. Para el caso de nuestra investigación, definimos la estrategia como “encuesta autoadministrada dirigida” en un contexto de grupo. La misma implicó que las personas encuestadas tuvieran a su cargo la tarea de responder al cuestionario, al mismo tiempo que la presencia de los encuestadores ofrecía la posibilidad de intervención en caso que fuera requerida alguna aclaración, pero también posibilitaba supervisar que los cuestionarios fueran respondidos adecuadamente, controlando de este modo la dinámica de la situación de encuesta durante el trabajo de campo (KLEIDERMACHER; LANZETTA, 2019). Las ventajas obtenidas a partir de la implementación de dicha estrategia fueron varias: la posibilidad de despejar dudas al momento de la aplicación del cuestionario, la posibilidad de controlar que fuera respondido por cada estudiante de manera individual, no vernos en la necesidad de restringir la extensión del cuestionario por alguna situación generada por incomodidad de las preguntas o por el tiempo de duración de aplicación del instrumento, y un factor nada menor, el beneficio de permitirnos acceder a un segmento poblacional de difícil acceso y concentrado espacialmente (KLEIDERMACHER; LANZETTA, 2019). La elección del barrio de Villa Lugano se funda en los datos proporcionados por el último Censo Nacional de Población del año 2010<sup>7</sup>, donde destaca la alta proporción de migrantes en la comuna donde dicho barrio se inserta. Tal como será desarrollado más extensamente en el apartado correspondiente, la población encuestada se compone mayoritariamente por estudiantes nativos<sup>8</sup> y, en muy menor pro-

---

<sup>7</sup> En la comuna 8, de la que forman parte los barrios de Villa Soldati, Villa Riachuelo y Villa Lugano, se destaca el elevado porcentaje de población originaria de Bolivia llegando a un 46,6% del total de extranjeros. En segundo orden se observa un 37,9% de personas de origen paraguayo, un 6,2% de no nativos de origen europeo, y una proporción de origen peruano del 5,2% (INDEC, 2010).

<sup>8</sup> “Toda persona que hubiera nacido y viva en Argentina. Esta segunda condición es importante porque remite a la posibilidad de participar en la red de relaciones interculturales y producir diferentes representaciones sociales acerca

porción, por alumnos migrantes de origen boliviano, paraguayo y chileno<sup>9</sup>, que tenían a su arribo al país, entre 2 y 12 años. Por otro lado, otro de los criterios que nos orientaron a definir tal selección fueron las nociones de fragmentación y segmentación de las experiencias educativas (KESSLER, 2002). Sostenemos que es una manera posible, en una instancia inicial que pretendemos profundizar a futuro, de aproximarnos a la heterogeneidad de circuitos educativos existentes en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, diferenciados – según su matrícula – en distintos estratos socioeconómicos de referencia. Referirnos al universo de estudio nos convoca a explicitar que implementamos un muestreo intencional que resultó en un total de 260 estudiantes. Tal como plantean algunos autores (COHEN; GÓMEZ ROJAS, 2019), este tipo de muestreo implica que el abordaje de los sujetos viene definido por criterios del investigador y la selección de estos se da en forma que la muestra sea lo más representativa a los efectos de la investigación que se pretende realizar. Aplicamos un cuestionario diseñado a partir de distintos bloques que incluyeron preguntas abiertas y cerradas, a partir de los cuales buscamos abordar distintas dimensiones representacionales de los estudiantes respecto a nativos y migrantes como así también acerca de relaciones de discriminación. Tomamos en consideración los recaudos sugeridos por Cea D’Ancona (2009), quien recomienda el uso de indicadores indirectos, en relación a sortear las dificultades al momento de medir la discriminación y la xenofobia. De este modo, entre otros varios aspectos, es que decidimos preguntar por la accesibilidad de derechos de los migrantes, como una forma indirecta de indagar en las representaciones que se tiene hacia ellos.

## Articulaciones teóricas

Uno de los ejes de nuestra investigación se centra en la noción de representaciones sociales, las cuales comprendemos en el sentido que lo hace la psicología social, de la cual Serge Moscovici (1979) es su referente, esto es, como constructos cognitivos compartidos en la interacción social cotidiana que proveen a los individuos de un entendimiento de sentido común de sus experiencias en el mundo. Asimismo, Martín Mora (2002) agrega que estos sistemas de interpretación también guían las acciones. De esta manera, las representaciones sociales

---

de los migrantes externos. Se trata de una categoría heterogénea y compleja, discutible a partir de su enunciación” (COHEN, 2014, p.7).

<sup>9</sup> Sin alcanzar en su totalidad al 13% de la población encuestada, razón por la cual se decidió no dividir el análisis entre nativos y migrantes por ser tan pequeña la proporción de estos últimos.

no quedan en un plano de las ideas, sino que se plasman también en los planos discursivos y actitudinales.

La selección de la institución escolar como ámbito desde donde realizamos el trabajo de campo, se debe a que, siguiendo a Cohen (2009, 2012) allí se llevan a cabo importantes acciones socializadoras en niños, niñas y adolescentes. De acuerdo con el autor, en la escuela y el poder judicial se materializa la acción pública sobre la población extranjera.

Al interior de ellas se definen y redefinen día a día los diferentes entramados sociales, los consensos y los conflictos entre unos y otros. El proceso de socialización en la escuela y el tratamiento (sanción) de los ilegalismos en el poder judicial, se constituyen y definen el lugar de cada uno, el lugar de los extranjeros y el lugar de los nativos (COHEN, 2012, p.187).

En relación a la edad, los y las jóvenes participantes de esta investigación se encuentran atravesando (o ya lo han hecho) lo que Gutton (1993) llamó “la pubertad”. Es una etapa en la que entran en crisis las referencias identificatorias de la primera infancia, se cuestionan los ideales infantiles y las figuras significativas de la niñez y comienzan a conformarse nuevas subjetividades, siendo la escuela secundaria, en este caso, el ámbito privilegiado para aproximarse a estas representaciones sobre sí mismos, sobre los otros y sus derechos.

Nos interesa, en ese sentido, el análisis de la escuela, en tanto institución estatal que produce y reproduce determinadas imágenes sobre la migración. En este caso, tomamos las representaciones de los estudiantes que allí asisten y que han pasado por su proceso formador, sin por ello considerarlos actores pasivos receptores de discursos, sino que activamente los transforman/reproducen y/o producen nuevas formas representacionales sobre la migración, siendo algunas/os de ellas/os también migrantes o formar parte de familias migrantes, tal como se analizará posteriormente.

Asimismo, entendemos que entre la escuela y la sociedad civil existen muros permeables, a través de los cuales se filtran representaciones sociales y discursos mediáticos y políticos que se filtran e ingresan a la institución (MALEGARIE; LANZETTA, 2013).

Cabe mencionar que tradicionalmente la intelectualidad y los políticos argentinos han procurado recibir inmigrantes europeos, desde los llamados realizados para poblar el suelo argentino de fines del siglo XIX, hasta la actual constitución nacional, que tras la reforma realizada en 1994, sigue contando

con el llamado a ocupar el suelo por europeos<sup>10</sup> (MARGULIS, 1997; VÉLEZ; MALUF, 2017, entre otros).

Es destacable esta preferencia por la población europea, porque tiene implicancias actuales, como es la invisibilización histórica de poblaciones de origen africano, afrodescendiente y originaria, así como también, su contracara, la no preferencia de migrantes de orígenes -entre otros- limítrofes, que portan rasgos originarios, asociados al atraso y la pobreza (CAGGIANO, 2005; ZEA, 1995; FRIGERIO, 2006; SEGATO, 2007).

Los medios masivos de comunicación y los discursos políticos, han contribuido a la conformación de un imaginario en relación a dicha migración, que, si bien siempre existente en la Argentina, aumentó su visibilización en la década del '90, debido a un doble proceso: su mayor presencia en las grandes ciudades, y el cambio de régimen de hipervisibilización de las diferencias étnicas en la década de los '90 (GRIMSON; BIDASEA, 2013). Durante esos años, los migrantes fueron culpabilizados de las altas tasas de desocupación que aquejaban al país debido a la instauración de un régimen neoliberal (CAGGIANO, 2015; GRIMSON; BIDASEA, 2013; NOVICK, 2012), así como del aumento de la delincuencia (COHEN, 2005; GALVANI, 2007; MONCLÚS MASÓ; GARCÍA, 2012) y la epidemia de cólera, entre otros males.

De esta forma, como analizan Domenech y Magliano (2008) exclusión y desigualdad, ya sean éstas de clase, etnia o género. En Argentina, los cambios en la conformación de los movimientos migratorios internacionales, en conjunto con las transformaciones sociales, políticas, económicas y culturales acontecidas en las últimas décadas, han planteado nuevos interrogantes acerca de la relación entre la desigualdad social y la diversidad cultural en contextos migratorios y multiculturales, especialmente aquellos caracterizados por la pobreza urbana. El presente trabajo reflexiona acerca de los discursos y las políticas de exclusión/inclusión que desarrolla el Estado argentino con relación a la inmigración y los inmigrantes a partir de la década de los noventa, en el marco del auge neoliberal, y examina particularmente las representaciones y prácticas que se producen y reflejan en el sistema educativo y en espacios escolares situados en contextos marcados por la diversidad cultural, que contribuyen a la legitimación de la existencia y producción de la discriminación étnica y la

1 Docente-investigador del Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba (Argentina, los discursos y políticas referidos a la inmigración se han configurado en gran medi-

<sup>10</sup> Art. 25.- El Gobierno federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias, e introducir y enseñar las ciencias y las artes.

da a través de dos perspectivas, que coexisten en el imaginario social actual: los inmigrantes como “contribución” (es decir, los migrantes europeos) y los migrantes como “problema” o “amenaza” (es decir, los migrantes limítrofes y aquellos que no forman parte de la nación deseada). Al decir de los autores, “esto estableció la frontera que separa a aquellos deseables o indeseables, admitidos o rechazados, ya sea para ingresar al territorio o para formar parte de la nación” (DOMENECH; MAGLIANO, 2008, p.427).

En contextos de crisis económica y de revisión del Estado de Bienestar es cuando más se percibe la inmigración como “amenaza” y se refuerza la idea de que los derechos sociales han de restringirse en los inmigrantes y primarse en los autóctonos. En tales escenarios:

La discriminación positiva a favor de los inmigrantes (para ayudar a su integración) se considera, por una parte de la población que no se considera racista, un ‘agravio comparativo’. Defienden el principio de la ‘prioridad’ en el acceso a los recursos para los ‘nacionales’. Este discurso es característico de las nuevas manifestaciones de racismo y xenofobia (CEA D’ANCONA, 2009, p.203).

Pensamos que tanto los discursos políticos como las representaciones de los estudiantes, contienen elementos discriminatorios, entendiendo por discriminación una distinción ideológica que infravalora a los diferentes mediante el rechazo y la intolerancia (RIVERO SIERRA, 2011). En la escuela estas cuestiones toman mayor dimensión, debido al tratamiento de la diversidad que allí se realiza, que muta en ocasiones en relaciones de desigualdad, tanto por los estereotipos de algunos docentes, como por la forma en que se trata esta diversidad cultural, ya sea exotizándola o bien desvalorizándola (NOVARO; DIEZ, 2011).

Si bien no será abordado en este trabajo, hemos analizado en otros escritos las representaciones sociales discriminatorias de adolescentes en las escuelas, siguiendo estudios clásicos en la temática como los de Sinisi (1998), Kornblit (2008), Novaro y Diez (2011), Beheran (2012), entre muchos otros<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Al respecto, existen otras investigaciones que abordaron las concepciones en torno al derecho de niños y jóvenes en el contexto escolar y desde otras disciplinas distintas a la sociológica. Ilustrativamente, podemos referir a la tesis de Laura Martínez (2017).

## **“No podemos permitir que el crimen siga eligiendo a la Argentina como un lugar para venir a delinquir”. Discursos políticos sobre la migración**

Tal como señaláramos en la introducción, las representaciones, objeto de nuestro análisis, se producen en un contexto de conservadurismo político respecto a la gestión de las migraciones. En este sentido, consideramos significativo describir distintos discursos políticos pronunciados durante la gestión de Cambiemos por parte de funcionarios de primera línea, concibiendo, como uno de los modos de articulación entre discursos y representaciones – el cual pretendemos profundizar a futuro – que tales discursos constituyen una condición de posibilidad habilitante de determinados universos de representaciones o núcleos representacionales, al decir de Cohen (2014), acerca del “otro”.

Como iniciativa impulsada a partir del pánico moral desatado por el asesinato de Brian Aguinaco<sup>12</sup> – por obra de un adolescente hijo de padres peruanos – se instrumentaron distintos cambios en la política migratoria durante el gobierno presidido por Mauricio Macri (2015-2019), algunos de los cuales impactaron en mayores niveles de punitividad para con la población migrante; entendemos por punitividad el nivel de dolor o sufrimiento producido por el sistema penal (SOZZO, 2017). Ahora bien, ¿cuáles fueron tales medidas instrumentadas y cuáles fueron los discursos que, pronunciados por distintos funcionarios del gobierno nacional, los acompañaron?<sup>13</sup> Una de ellas se remonta a una cuestión de larga data desde la perspectiva policial, criminológica e incluso estatal, el imperativo por identificar a los “sospechosos” (GARCÍA FERRARI, 2010).

Más concretamente, podemos referir a la implementación del sistema de Información Anticipada de Pasajeros (API, por sus siglas en inglés), como una iniciativa orientada a que las aerolíneas puedan brindar datos sobre antecedentes delictivos de los viajeros que quieran ingresar a Argentina para así “impedir el ingreso de delinquentes”<sup>14</sup>. Para Rogelio Frigerio, en ese entonces ministro del

<sup>12</sup> Para mayor información de este caso, puede consultarse: [https://www.clarin.com/policiales/hoy-dieron-perpetua-motochorros-crimen-brian-aguinaco\\_0\\_RpbEy-PfG.html](https://www.clarin.com/policiales/hoy-dieron-perpetua-motochorros-crimen-brian-aguinaco_0_RpbEy-PfG.html). Acceso en: 25 ago. 2021.

<sup>13</sup> Para el relevamiento de las medidas impulsadas, así como para el grillado de los discursos de funcionarios de gobierno que las acompañaron y propiciaron, fueron consultadas noticias periodísticas de los diarios La Nación y Clarín, específicamente en sus versiones digitales, editadas entre los años 2015 y 2019.

<sup>14</sup> Anuncio del Ministerio del Interior. Control migratorio: las aerolíneas deben anticipar datos de los pasajeros, Clarín, 25/01/2017. Disponible en: [https://www.clarin.com/politica/control-migratorio-aerolineas-deben-anticipar-datos-pasajeros\\_0\\_B19K\\_hUDx.html](https://www.clarin.com/politica/control-migratorio-aerolineas-deben-anticipar-datos-pasajeros_0_B19K_hUDx.html). Acceso en: 26 ago. 2021.

Interior, “la medida tiene más que ver con la política de la administración de Mauricio Macri contra la delincuencia que con la migratoria”<sup>15</sup>.

Es relevante destacar que esta clase de iniciativas se presentan, en ocasiones, en conjunción con un léxico asociado a la noción de riesgo, cuya importancia en las estrategias de control contemporáneas ha sido trabajada por distintos autores, provenientes de diversas regiones geográficas (GARLAND, 1997; DE GIORGI, 2005, 2006; O’MALLEY, 2006). Al respecto, Horacio García, quien al momento se desempeñaba como Director Nacional de Migraciones, señaló que la implementación del API contribuiría a la seguridad, pues al cruzar diversos datos de cada pasajero se podrían “trazar perfiles de riesgo” asociados a delitos específicos como narcotráfico y trata de personas.

Incluso, en torno al mencionado imperativo por identificar, el propio Macri destacó – en el contexto de la primera conferencia de prensa realizada durante el año 2017 – que “no podemos permitir que el crimen siga eligiendo a la Argentina como un lugar para venir a delinquir. Necesitamos articular con los demás países para saber quién es quién”. Sobre la misma temática, Patricia Bullrich, a cargo del Ministerio de Seguridad, señalaba: “Una persona que tiene antecedentes en su país, no puede entrar a la Argentina. Por eso queremos tener una base de datos para poder analizar quién es el que llega, especialmente con aquellos países cuyo volumen de migración es importante”<sup>16</sup>.

En sintonía, otro de los cambios acaecidos respecto a los controles migratorios apunta a la creación de la Comisión Nacional de Fronteras, oficializada por medio del decreto 68/2017. Firmado por Macri, el jefe de Gabinete Marcos Peña y los ministros Frigerio (Interior) y Bullrich (Seguridad). El organismo se presentaba como parte de una estrategia integral de lucha contra el narcotráfico, la trata de personas, el contrabando y otros delitos transnacionales<sup>17</sup>.

El mismo día de publicación del decreto en el Boletín Oficial, Frigerio destacó – en una entrevista con Radio La Red –, el siguiente estado de situación acerca de los “delincuentes” que ingresan al país: “Argentina seguirá siendo abierta para aquellos que quieran venir a formar parte de nuestra comunidad y

---

<sup>15</sup> Seguridad fronteriza. Arrancan los nuevos controles migratorios para evitar el ingreso al país de personas con antecedentes, Clarín, 25/01/2017. Disponible en: [https://www.clarin.com/politica/arrancan-nuevos-controles-migratorios-evitar-ingreso-pais-personas-antecedentes\\_0\\_BJr1bo8wl.html](https://www.clarin.com/politica/arrancan-nuevos-controles-migratorios-evitar-ingreso-pais-personas-antecedentes_0_BJr1bo8wl.html). Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>16</sup> Las palabras entrecomilladas incluidas en este párrafo son extraídas de El endurecimiento de las fronteras, Clarín, 17/01/2017. Disponible en: [https://www.clarin.com/politica/macri-favor-controles-migratorios-necesitamos-saber\\_0\\_r1BqbniUx.html](https://www.clarin.com/politica/macri-favor-controles-migratorios-necesitamos-saber_0_r1BqbniUx.html). Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>17</sup> Para mayor detalle, el texto del decreto puede consultarse desde la página web de InfoLEG: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/271198/norma.htm>. Acceso en: 25 ago. 2021.



contribuir con el crecimiento de la Argentina, pero inflexibles para los delincuentes que quieran venir a nuestro país”<sup>18</sup>.

En un contexto de mayores controles en las fronteras<sup>19</sup>, no resulta tampoco sorprendente ni chocante que se le haya dado prensa a operativos por parte de la Policía Federal Argentina, como indicador de que “algo se está haciendo” para combatir al delito<sup>20</sup>. Especificando, en ese entonces, cuáles eran los tipos de delitos a los cuales se buscaba hacer frente, Bullrich sostuvo, “nuestro problema con la frontera no es la gente, nosotros no tenemos un problema con la inmigración, tenemos un problema con el narcotráfico y con el contrabando”<sup>21</sup>.

Es relevante destacar que, en reiteradas ocasiones, los discursos gubernamentales en que se hacían públicos los vínculos entre inmigración y delincuencia eran acompañados por un recurso al “lenguaje de los números” en torno a la criminalidad (SOZZO, 2003), a saber: estadísticas penitenciarias “oficiales” que podrían desglosarse en porcentaje de presos detenidos en cárceles federales y cifras sobre migración y delito. Si bien no es un recurso novedoso, es importante señalar que es convocado a sustentar, con frecuencia, aquellos discursos que vinculan entre sí a la inmigración con la delincuencia (ABIUSO, 2020). Cabe hacer notar también que en ocasiones se alzaron voces, desde distintos ámbitos, cuestionando tal proceder señalando que se trataba de información descontextualizada<sup>22</sup>.

Continuando nuestro recorrido por las distintas medidas implementadas, el panorama de endurecimiento de los controles, así como de intersección entre política migratoria y política criminal, encuentran su punto más álgido en la

<sup>18</sup> Frigerio: “Queremos evitar que ingresen delincuentes y acelerar los trámites para expulsarlos; no pasa de ahí”, La Nación, 26/01/2017. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/frigerio-queremos-evitar-que-ingresen-delincuentes-y-acelerar-los-tramites-para-expulsarlos-no-pasa-de-ahi-nid1979151/>. Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>19</sup> Como marco del “efecto-Trump”, otras de las iniciativas que fueron pensadas desde la Casa Rosada fueron la creación de un “fuero migratorio” que atienda exclusivamente asuntos de extranjería y de una policía migratoria, con la cual se pretendía imitar a la US Border Patrol de EEUU y a las de otros países tales como Ecuador, Panamá y Costa Rica.

<sup>20</sup> Ver ilustrativamente En fotos: el operativo sorpresa en la terminal de micros de Liniers, La Nación, 27/01/2017. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/en-fotos-el-operativo-sorpresa-en-la-terminal-de-micros-de-liniers-nid1979629/>. Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>21</sup> Patricia Bullrich: “No barajamos en absoluto la construcción de un muro con Bolivia”, El Tribuno, 29/01/2017. Disponible en <https://www.tribuno.com/salta/nota/2017-1-29-1-30-0-patricia-bullrich-no-barajamos-en-absoluta-construccion-de-un-muro-con-bolivia>. Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>22</sup> Al respecto, podrían mencionarse el trabajo de Marta Monclús Masó (2017), así como también desde un ámbito distinto – el periodístico – se podría destacar la nota de Sol Amaya, editada en La Nación el 27 de febrero de 2018 y titulada, “La lupa sobre los inmigrantes: ¿qué impacto real tienen sobre la Argentina?”, donde se incluye un apartado titulado “Los inmigrantes y el delito”.

implementación del DNU 70/2017<sup>23</sup>, a partir del cual el gobierno nacional formalizó cambios –de forma unilateral por el Poder Ejecutivo– en la Ley de Migraciones 25.871. Desarrollaremos los principales puntos del decreto en el siguiente apartado.

## **Cambios y continuidades en la legislación migratoria argentina. Visiones de Estado acerca de la *cuestión migratoria* como *cuestión criminal***

La historia de las migraciones en Argentina estuvo atravesada por distintas iniciativas normativas por canalizar, direccionar y regular los flujos migratorios internacionales, ya sea que se trate de mecanismos restrictivos o estrategias de control más sutiles, las cuales podríamos definir, siguiendo a Domenech (2013), como políticas de “control con rostro humano”. La formulación de estas iniciativas no estuvo exenta de tensiones y conflictos entre distintos actores, y el DNU 70/2017 no constituye una excepción al respecto.

El decreto, que contó con el aval de funcionarios de distintas áreas de gobierno, así como con el apoyo de referentes de la oposición<sup>24</sup>, fue objeto de comentarios críticos por parte de diversos organismos de derechos humanos (CELS, CAREF, IARPIDI, entre otros) e investigadores pertenecientes al campo científico-académico (MONCLÚS MASÓ, 2017; ZAYAT, 2017; CANELO; GAVAZZO; NEJAMKIS, 2018; PENCHASZADEH; GARCÍA, 2018-2019; TEDESCO; KLEIDERMACHER; GRAZZIOTIN NOSCHANG, 2019). Al respecto, en el pronunciamiento de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), ante la “defensa” del decreto por parte de autoridades del gobierno, este fue considerado como una “regresión” por parte de Margarete May Macaulay, a cargo de la Relatoría sobre los Derechos de los Migrantes de la CIDH<sup>25</sup>.

El DNU 70/2017 fue presentado como parte de una política de lucha contra el “crimen organizado internacional” y/o delitos vinculados a la “narcocriminalidad”<sup>26</sup>, al ser referidos el incremento de los presos extranjeros en cárceles

<sup>23</sup> Para mayor detalle del mismo, remitimos a [http://www.migraciones.gov.ar/pdf\\_varios/residencias/Decreto\\_70-2017.pdf](http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/residencias/Decreto_70-2017.pdf). Acceso en: 25 ago. 2021.

<sup>24</sup> Pudiéndose mencionar, al respecto, los casos de Miguel Ángel Pichetto (PJ Federal) y Sergio Massa (Frente Renovador).

<sup>25</sup> La CIDH consideró que el decreto migratorio de Macri es una “regresión”, La Nación, 23/03/2017. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-cidh-considero-que-el-decreto-migratorio-de-macri-es-una-regresion-nid1997618/>. Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>26</sup> Controles más estrictos Mauricio Macri firmó el decreto que modifica la Ley de Migraciones: los principales puntos, Clarín, 30/01/2017. Disponible en: <https://www.clarin.com/politica/mauricio-macri-firmo-decreto-modifica->

federales y la incidencia de éstos en aquellos detenidos por delitos de drogas; explicitando, de tal forma, una identificación entre inmigración y delito.

De manera desagregada, entre los cambios que introdujo en la legislación vigente, podemos mencionar la modificación e incorporación de nuevas causales de impedimento de ingreso y permanencia en el país, así como para la cancelación de la residencia, ya que a partir del decreto puede rechazarse o cancelarse la residencia de cualquier persona que tenga un conflicto con la ley penal, sin una consideración explícita de la gravedad del delito, y aun en los casos en que no haya una sentencia firme.

Otro de los cambios apunta a la introducción de un procedimiento migratorio especial sumarísimo para la detención y expulsión de migrantes, el cual se caracteriza por la reducción de los plazos en su tramitación, tanto del procedimiento administrativo como de los recursos judiciales.

Ambos puntos, controles más estrictos para el ingreso y permanencia de extranjeros en el país, así como una pretendida agilización y aceleración en la expulsión en el caso de aquellos que cometen delitos, son elocuentemente sintetizados por Frigerio, al destacar que “debemos ser muy restrictivos con los que quieran venir a delinquir o quienes hayan delinquirado en Argentina”<sup>27</sup>.

Otros de los efectos nocivos impulsados por el decreto apuntan a la vulneración de derechos que se encontraban reconocidos en la ley migratoria 25.871; concretamente, podemos referir a la modificación del art. 70 acerca del derecho de defensa del migrante, así como a las nuevas previsiones en el art. 86 en torno al acceso a la justicia y a la asistencia jurídica gratuita.

Retomando, a su vez, lo trabajado por distintos investigadores de la temática (GALOPPO, 2017; CANELO; GAVAZZO; NEJAMKIS, 2018), diremos que nos interesa recuperar también aquí el efecto social producido por el DNU 70/2017; al darle sustento a la asociación entre inmigración y delincuencia, y generando un consenso social en torno a la legitimación de ese tipo de medidas.

Es en el trasfondo de estos cambios, en el contexto de proliferación de discursos gubernamentales, que hacían pública la relación entre inmigración, delincuencia e (in)seguridad<sup>28</sup> y de prácticas que significaban un retroceso en la política migratoria y vulneración de los derechos de los migrantes que viven en

---

ley-migraciones-principales-puntos\_0\_ByiU5KnDg.html. Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>27</sup> Tenemos bastante con nuestros delincuentes, La Nación, 31/07/2017. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/tenemos-bastante-con-nuestros-delincuentes-nid1980390/>. Acceso en: 26 ago. 2021.

<sup>28</sup> Podemos reconocer distintos antecedentes históricos de este vínculo, uno de ellos relacionado a las leyes y decretos que, impulsados desde la década de 1960, estuvieron orientados a la construcción del migrante limitrofe como “amenaza” a la seguridad (DOMENECH, 2011a, 2011b; PEREIRA, 2016; ABIUSO, 2020). Otro antecedente, más reciente en el tiempo, gira en torno a la “toma” del Parque Indoamericano en 2010 y los discursos de

la Argentina<sup>29</sup>. Es un contexto que podríamos pensar, a su vez siguiendo a distintos autores, a partir de la noción de “crimigración”<sup>30</sup>, desde donde nos interesa adentrarnos en un dispositivo institucional en particular, la institución escolar.

Más específicamente, proponemos indagar en las representaciones que tienen los estudiantes acerca del acceso (diferencial o no) a derechos, para las colectividades que fueron seleccionadas en nuestra experiencia de investigación, en el marco de un panorama de conservadurismo político y vulneración de derechos del colectivo migrante.

En otros escritos, hemos abordado las representaciones sociales que los estudiantes construyen respecto a diversas nacionalidades migrantes, sin embargo, en esta oportunidad, nos propusimos analizar las representaciones respecto al acceso a ayudas sociales del estado para población de origen migrante, entendiendo que se trata de una forma de analizar la visión que sobre las migraciones tienen los estudiantes de las escuelas analizadas. Es decir, su acuerdo o no con la recepción de ayudas sociales por parte de los migrantes, es una forma también de ver a quienes se representa formando parte de la nación y a quienes no, así como también, determinadas representaciones que se construyen acerca de diversas nacionalidades.

El presente artículo ha sido escrito durante la pandemia de COVID-19, pero trabajando con datos producidos con anterioridad a la misma. Si bien no forma parte del núcleo de nuestra investigación, proponemos a modo de reflexión, considerar que la condición de vulnerabilidad económica y social del colectivo migrante se ha profundizado aún más en el contexto que nos toca transitar a partir de la pandemia COVID-19. En este marco, el gobierno nacional ha dictado el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), condicionando mayormente la posibilidad de generar ingresos a quienes están insertos en el sector informal en el mercado de trabajo, que es en donde suele insertarse este colectivo. Proponemos considerar, acaso, que la situación que describimos en nuestro estudio a partir del análisis de los datos presentados puede ser un aporte a una lectura crítica del presente.

---

funcionarios del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires –incluido, entre ellos, el propio Macri– acerca de la “inmigración descontrolada” (CANELO, 2015).

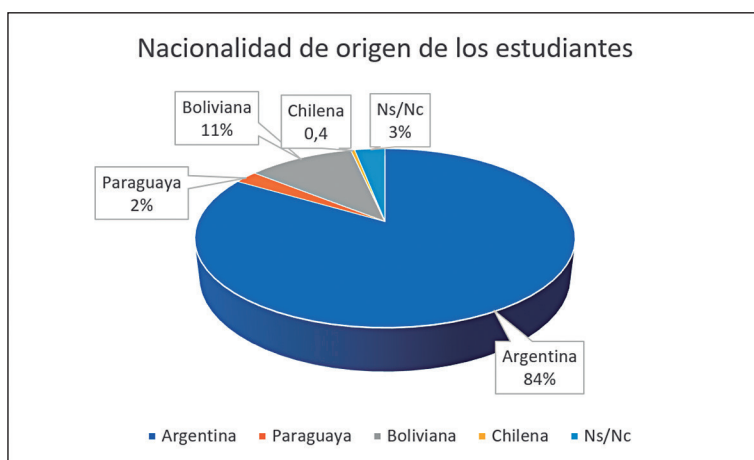
<sup>29</sup> Agréguese la iniciativa conjunta de la Dirección Nacional de Migraciones, el Ministerio de Seguridad y el Ministerio de Justicia de la Ciudad de Buenos Aires para crear un Centro de Detención de Migrantes.

<sup>30</sup> En tal sentido, han proliferado en los últimos años investigaciones empíricas en torno a la interrelación entre control migratorio y sistema penal, uno de cuyos aspectos refiere, siguiendo a Brandariz García, Dufraix y Quinteros (2018), al carácter materialmente punitivo de los instrumentos de gobierno de fronteras, como el internamiento o las expulsiones de extranjeros.

## “Ayuda sociales a migrantes ¿si o no? Representaciones de los alumnos de escuelas de Villa Lugano

En el apartado a continuación, presentaremos las representaciones de la población estudiantil que asiste a tres escuelas medias del barrio de Villa Lugano, ubicado en el sur de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Sin embargo, en primer lugar, consideramos importante caracterizar a la población a la cual nos referimos.

**Gráfico 1** – Estudiantes de escuelas Medias de Villa Lugano por lugar de Nacimiento. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2017.



**Fuente:** Producción propia en base a datos construidos por el equipo de Investigación del Proyecto de Reconocimiento Institucional “Representaciones sociales de jóvenes y adultos hacia migrantes bolivianos, paraguayos, asiáticos y africanos en “barrios sur” de CABA. 2014-2016”

Tan como se desprende del gráfico N°1, de un total de 260 estudiantes que conformaron la muestra, la mayor parte de la población puede ser considerada nativa, entendiendo por tal categoría, “toda persona que hubiera nacido y viva en Argentina” (COHEN, 2014, p.7)<sup>31</sup>, como adelantáramos en el apartado metodológico. Dicha categoría concentra al 84% de la población. Los y las estudiantes nacidos en Bolivia representan al 11%, siguiendo la población nacida en Paraguay con un 2% los nacidos en Chile que representan apenas el 0,4%.

<sup>31</sup> Tal como destaca Cohen (2014), se trata de una categoría heterogénea y compleja, discutible a partir de su enunciación.

De esta forma, se observa que la población estudiantil nacida en Bolivia es la más numerosa luego de la argentina, siendo muy minoritarias las otras nacionalidades limítrofes. Debe tenerse en cuenta que aquellos estudiantes nacidos en dichos países, han llegado a la Argentina a edades muy tempranas, teniendo entre dos y doce años al momento de arribo. Si bien sus trayectorias de vida pueden incidir en sus representaciones, en este estudio no serán analizadas de manera diferencial.

Con relación a las representaciones sociales a las que aquí referimos constitutivas de la dimensión “acceso a derechos”, las mismas parten de un bloque ubicado promediando el cuestionario. En ese sentido, resulta importante mencionar que el cuestionario cuenta con diversos bloques de preguntas, donde se indaga por las representaciones que los estudiantes construyen sobre diversos grupos migratorios, sobre la identidad nacional, así como las relaciones que se construyen en el aula en relación a la migración, a temáticas de discriminación, entre otras. En este caso, las preguntas que fueron tomadas para el análisis, forman parte de un bloque donde se indaga respecto a la identidad nacional y los países a los cuales “debería imitarse”. En concreto, las preguntas aquí analizadas han sido formuladas de la siguiente forma: ¿Estás de acuerdo en que las personas de otras nacionalidades que viven en la Argentina reciban programas o ayudas sociales del gobierno? ¿Por qué?

**Tabla 1** – Estudiantes de escuelas Medias de Villa Lugano según acuerdo con que migrantes reciban programas o ayudas sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2017.

|       | <b>Frecuencia</b> | <b>Porcentaje</b> |
|-------|-------------------|-------------------|
| Sí    | 160               | 61,5              |
| No    | 95                | 36,5              |
| Ns/Nc | 5                 | 1,9               |
| Total | 260               | 100               |

**Fuente:** Producción propia en base a datos construidos por el equipo de Investigación del Proyecto de Reconocimiento Institucional “Representaciones sociales de jóvenes y adultos hacia migrantes bolivianos, paraguayos, asiáticos y africanos en “barrios sur” de CABA. 2016-2018”

De la tabla N°1 se desprende que el 61,5% de la población encuestada estaría de acuerdo con que el gobierno brinde ayuda o programas sociales a población de origen migrante, mientras que el 36,5% no lo estaría.

Al preguntar los motivos por los cuales estaría de acuerdo con que se brinde dicha ayuda, hemos realizado un procedimiento que implicó el cierre de respuestas y el armado de categorías, dando como resultado la tabla que se presenta a continuación:

**Tabla 2** – Estudiantes de escuelas Medias de Villa Lugano según motivo de acuerdo con que migrantes reciban programas o ayudas sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2017.

| Motivo                            | f   | %      |
|-----------------------------------|-----|--------|
| Necesidad y nuevo comienzo        | 63  | 38,20% |
| Personas con igualdad de derechos | 60  | 36,40% |
| Acepta con restricción            | 15  | 9,10%  |
| Políticamente correcto            | 8   | 4,80%  |
| Contribuyen al país               | 4   | 2,40%  |
| No sabe/No contesta               | 15  | 9,10%  |
| Total                             | 165 | 100%   |

**Fuente:** Producción propia en base a proyecto anteriormente mencionado.

En la tabla N°2, la base son 165 alumnos y no 260 ya que contabilizamos únicamente a aquellos que respondieron afirmativamente a la pregunta. En relación a las respuestas obtenidas, en primer lugar destaca la categoría “Necesidad y nuevo comienzo” con un 38% de las respuestas. En dicha categoría, agrupamos aquellos discursos que hacían referencia a la necesidad de ayuda que tiene la población que llega a la Argentina, “porque vienen sin nada”, “Porque los ayuda en lo que necesita y nos hace más solidarios”, entre otras. En general, se trata de discursos que hacen referencia a la falta de recursos que hay en los países de los cuales llegan estas personas, y por lo tanto, la necesidad que tienen aquí de recibir una ayuda para comenzar.

La segunda categoría que se observa es “Personas con igualdad de derechos” con un 36% de respuestas. En dicha categoría hemos agrupado discursos que hacen alusión al acceso a derechos, sin importar la nacionalidad. Algunos de los discursos fueron “Porque tienen derechos, sean o no de nuestro país son iguales a nosotros”, “Porque viven acá y también tienen esos derechos”, “Son personas como nosotros, todos fuimos de algún otro país en algún antepasado”, entre otras.

En relación a la tercer categoría en porcentaje de respuestas, encontramos “Acepta con restricciones” con un 9%. En la misma, hemos agrupado aquellos

discursos que refieren a un supuesto aprovechamiento de parte de los migrantes que reciben esa ayuda, es decir, están de acuerdo con que reciban planes o ayudas del Estado, pero considerando que puede haber situaciones de conveniencia en la recepción de dichas ayudas, que no serían tan necesarias en todos los casos, o bien aceptan que se reciba la ayuda, pero que primero la reciban los nacionales, haciendo referencia a quienes han nacido en el suelo argentino. Algunos ejemplos de dichos discursos son: “Si. Pero en su justa medida. Primero hay que abastecer y ayudar a los más necesitados del país”, “si están muy mal económicamente se necesita un impulso, pero tienen que seguir adelante, buscar trabajo”, “Sí, pero la prioridad se la deberían dar a los argentinos”.

En cuarto lugar, con casi un 5% de respuestas se encuentra la categoría “Políticamente correcto”, donde englobamos aquellas respuestas como “Porque el país sería racista” o “Sería muy discriminatorio”. Y finalmente, con tan solo el 2,4%, la categoría “Contribuyen al país”, donde agrupamos las respuestas que hacían referencia al aporte que implica la migración para el país, y es por ese motivo, que serían merecedores de ayuda. Entre los discursos se encuentran los siguientes “Porque están trabajando y brindan ayuda al país” o “Ellos también trabajan”.

Tal como puede observarse, la mayoría de los alumnos que han respondido afirmativamente a la ayuda social para migrantes, consideran que, por un lado lo necesitan, por venir de países sin recursos y, en segundo lugar, porque existe una representación donde todos deben recibir beneficios y derechos por igual, sin distinción de nacionalidad. En la siguiente tabla analizaremos las respuestas de quienes han respondido de manera negativa, la base de esa tabla son los 100 alumnos que han respondido de esa manera.

**Tabla 3** – Estudiantes de escuelas Medias de Villa Lugano según motivo de No acuerdo con que migrantes reciban programas o ayudas sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2017.

| Motivo                    | Frecuencia | Porcentaje |
|---------------------------|------------|------------|
| Sólo para nacionales      | 44         | 44%        |
| Abusadores/aprovechadores | 31         | 31%        |
| No a la ayuda             | 9          | 9%         |
| Reciprocidad              | 7          | 7%         |
| Ns/Nc                     | 9          | 9%         |
| Total                     | 100        | 100%       |

**Fuente:** Producción propia en base a proyecto anteriormente mencionado.



Entre los principales motivos de los estudiantes que se han pronunciado en desacuerdo respecto a que los migrantes reciban ayuda del Estado, se encuentra la categoría que hemos dado en llamar “solo para nacionales”. En la misma, hemos agrupado respuestas que, tal como menciona el nombre, se refieren a que la ayuda solo debe ser para Argentinos, por ejemplo, “Tendrían que tener prioridad los argentinos, no tenemos tan buena economía como para darle programas sociales a alguien que ni siquiera es del país” o “el estado tendría que sustentar a la gente que menos tiene con nacionalidad argentina con prioridad”, es decir, y en sintonía con lo planteado por Cea D’Ancona (2009) respecto a la idea de la población que los derechos deben primar en los nativos, y especialmente en los contextos de crisis. Es decir, “se defiende el principio de la ‘prioridad’ en el acceso a los recursos para los ‘nacionales’” (CEA D’ANCONA, 2009, p.203).

La segunda categoría en cantidad de respuestas es la que hemos denominado “abusadores/aprovechadores” con el 31%. En la misma se agrupan discursos que hacen alusión a la falta de voluntad de trabajo de los migrantes, que llegarían a la Argentina para “aprovecharse” de sus recursos. Entre ellos encontramos los siguientes: “Hay gente que no lo necesita y se aprovecha” o “Porque vienen acá solo por eso y a nosotros no nos dan bola y a ellos si por ser de otra nacionalidad”.

Si bien se trata de investigaciones enmarcadas en otros universos de estudio, consideramos significativo retomar aquí lo trabajado por Jessica Malegarie (2009, p.66), particularmente en lo que refiere a una mirada prejuiciosa de los nativos sobre la población migrante en la cual “el ‘otro’ es visto como una amenaza constante ante los bienes, servicios, posesiones y ocupaciones propias”. En tal sentido, la autora alude a comentarios tales como “le quitan el trabajo a los argentinos”, “utilizan los hospitales públicos quitando los turnos de los argentinos”, los cuales marcarían una necesidad de protección de lo propio y de control del “otro”, reivindicando y revalorizando de esa manera un “nosotros”.

Más recientemente en el tiempo, Néstor Cohen (2014) ha destacado, en su análisis de la institución educativa y el poder judicial, tres núcleos representacionales centrales para la comprensión del modo en que se perciben las relaciones interculturales desde la población receptora y cómo desde esa percepción se constituye un orden que pauta el vínculo con la diversidad. En línea con lo presentado anteriormente, uno de esos núcleos caracteriza a los migrantes externos como portadores de “problemas serios”, que ingresan en el espacio de la ilegalidad, donde “nadie controla nada” y están decididos a vender su fuerza de trabajo en condiciones de deslealtad frente a los trabajadores de la sociedad receptora. Ambas referencias, cada una de ellas sustentada con un fuerte compo-

nente empírico, son prismas significativos para reflexionar en torno al calificativo de “abusadores/aprovechadores”.

Otros directamente están en contra de cualquier tipo de ayuda, sin importar la nacionalidad, en dicha categoría encontramos un 9% de las respuestas. Entre algunos de los discursos se encuentran “Nadie debería tener trato especial” o “Para mi ningún tipo de persona que viva en Argentina tiene que recibir plata regalada”

Finalmente, la categoría “Reciprocidad” con 7%, allí hemos agrupado aquellas respuestas que dicen no estar de acuerdo con la ayuda porque los argentinos no reciben la misma cuando van a otros países. “Debido a que si nosotros vamos a su país no seríamos ayudados, porque ellos no nos ayudan y no tenemos porqué ayudarlos”. Es interesante recuperar, al respecto, aquellas noticias editadas especialmente en febrero del 2018, en torno a un proyecto de Cambiemos para cobrarle a extranjeros el acceso a la salud y la educación; un escenario que nos permite ver las maneras en que, desde distintos ámbitos, circulan discursos en torno a la necesidad de implementar un trato de “reciprocidad” respecto a la inmigración que arriba a Argentina.

## **Conclusión**

En el presente escrito nos propusimos analizar las representaciones sociales de jóvenes estudiantes que asisten a escuelas públicas de nivel medio en el Barrio de Villa Lugano, respecto a la asignación de ayudas sociales a migrantes por parte del gobierno nacional. Paralelamente, consideramos necesario, como escenario de fondo, dar cuenta de aquellos discursos políticos y modificaciones legislativas relativas a la Ley Migratoria Nacional N°25871 –mediante el Decreto de Necesidad y Urgencia 70/2017– que los mismos antecedieron y, en cierto sentido, habilitaron.

En ese sentido, nos preguntamos acerca de las representaciones que tenían los estudiantes respecto a si acordaban con que el gobierno brindara asistencia social a migrantes y los motivos que sustentaban dichas opiniones, ya sea que estuvieran a favor o en contra del acceso a tal beneficio. Junto a estos interrogantes, nos planteamos describir distintos discursos políticos pronunciados durante la gestión de Cambiemos por parte de funcionarios de primera línea, a partir de la consulta de fuentes periodísticas, particularmente a través de las ediciones digitales de los diarios Clarín y La Nación, que allanaron el camino para la sanción del DNU 70/2017.

Entendemos que no hay una linealidad entre las representaciones construidas por los estudiantes y los discursos políticos, sino que un modo de concebir la articulación entre ambas líneas de indagación es pensar aquellos discursos a partir de las condiciones de posibilidad que habilitan: más concretamente, en tanto formadores de opinión respecto a la migración, que en los últimos años, y en el marco de lo que consideramos un contexto de conservadurismo político, impactan en la producción y re-producción de determinados universos de representaciones o núcleos representacionales acerca del “otro”.

En este sentido, si bien sugerimos que los discursos políticos emergieron como antesala de los cambios a la ley y fueron habilitantes de discursos que circulan en las escuelas, subyace el planteo que las representaciones respecto de la diversidad etnonacional que circula en las aulas por docentes y estudiantes, en tanto sujetos de la sociedad civil atravesados por el sistema escolar, nos permiten dar cuenta de la emergencia de escenarios para que se establezcan determinados tipos de vínculos, tanto al interior como al exterior de los muros de la escuela. En este sentido, sus muros parecieran ser bastante porosos, permeables al contexto en el que está inscrita y, por lo tanto, poco ajena a otros discursos que circulan en la sociedad (MALEGARIE; LANZETTA, 2013). Pretendemos profundizar en futuras indagaciones en las relaciones entre discursos y representaciones, por el momento podemos destacar, al respecto, que existen ciertas afinidades en los modos de caracterizar a la población migrante. Ilustrativamente, al atribuirle “problemas” a los migrantes, desde diferentes ámbitos de la sociedad receptora, ya sean vinculados a la “usurpación” y/o a un presunto vínculo con la delincuencia.

En relación a las respuestas otorgadas por los estudiantes, casi un 40% de los alumnos encuestados no están de acuerdo con la provisión de ayuda a migrantes en forma de planes sociales o asignaciones por parte del Estado. Gran parte del estudiantado proviene de hogares donde predominan las actividades u ocupaciones de servicios, por tratarse de escuelas ubicadas en un barrio con población de esas características. Sin embargo, la ayuda parece merecerla solo aquel que ha nacido en suelo argentino, sin derecho para aquel que es visto como un “usurpador” de aquellos recursos que solo corresponderían a los argentinos, es decir, aquella población que ha nacido en el país. En un contexto de restricción de recursos, de achicamiento del Estado, los migrantes son vistos como una competencia por los bienes escasos.

Esto cobra mayor relevancia en el contexto en el que escribimos estas reflexiones, donde la pandemia del COVID-19 ha generado que el gobierno nacional dicte el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO), que res-

tringe las posibilidades de generar ingresos a aquellos trabajadores informales, que suelen contarse entre las actividades u ocupaciones de servicios (servicio doméstico, venta ambulante, changas, etc.). Para aquellos que no pudieran percibir ingresos, fue otorgado el Ingreso Familiar de Emergencia (IFE). Sin embargo, solo pueden acceder a él aquellas personas argentinas o bien que cuenten con documentación y dos años de residencia en el país.

Es en este marco que nos preguntamos ¿quiénes tienen acceso legítimo a las ayudas del Estado? ¿Cuáles son las representaciones que se construyen en torno a esta temática en las escuelas? Y, por supuesto, ¿Cuáles serían las respuestas de los alumnos en caso de preguntarse en la actualidad quienes son merecedores del IFE en el actual contexto de ASPO donde son los migrantes una de las poblaciones más vulnerables?

## REFERENCIAS

ABIUSO, F. L. **Feos, sucios y malos:** un análisis comparativo de imaginarios estatales pasados y presentes acerca de las relaciones entre inmigración y delincuencia en el ámbito de la Ciudad de Buenos Aires. 2020. 231f. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2020.

AIMAR, V.; GONZÁLEZ, G.; MONTERO, A.; SOZZO, M. Política, policía y violencia en la provincia de Santa Fe. *In:* SOZZO, M. (dir.). **Policía, violencia, democracia:** Ensayos sociológicos. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2005. p.15-84.

BEHERAN, M. Tratamientos a la población inmigrante en escuelas de nivel medio de Buenos Aires. **Ánfora**, Manizales, v.19, n.32, p.49-68, ene-jun. 2012.

BRANDARIZ GARCÍA, J. Á.; DUFRAIX, R.; QUINTEROS, D. La expulsión judicial en el sistema penal chileno: ¿Hacia un modelo de Crimmigration? **Política criminal**, Santiago, v.13, n.26, p.739-770, 2018.

CAGGIANO, S. Imaginarios racializados y clasificación social: retos para el análisis cultural (y pistas para evitar una deriva decolonial esencialista). **Cuadernos Inter.c.a.Mbio Sobre Centroamérica y El Caribe**, San José, v.12, n.2, p.157-188, nov. 2015.

CAGGIANO, S. **Lo que no entra en el crisol:** Inmigración boliviana, comunicación intercultural y procesos identitarios. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

CANELO, B. Espacios disputados: Migrantes y agentes estatales ante el Parque Indoamericano. **Revista Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v.88, p.62-67, 2015.

CANELO, B.; GAVAZZO, N.; NEJAMKIS, L. Nuevas (viejas) políticas migratorias en la Argentina del cambio. **Si Somos Americanos**, Santiago, v.18, n.1, p.150-182, 2018.

CEA D'ANCONA, M.A. La compleja detección del racismo y la xenofobia a través de encuesta. Un paso adelante en su medición (The Complex Detection of Racism and Xenophobia through Survey Methods. A Step Forward in Their Measurement). **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (Reis)**, Madrid, n.125, p.13-45, 2009.

CEA D'ANCONA, M.A.; VALLES, M. **Xenofobias y xenofilias en clave biográfica**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2010.

COHEN, N. Preludio: Los núcleos representacionales constituyentes de la mirada hacia el otro. **Unidad Sociológica**, Buenos Aires, v.1, n.1, p.6-10, may-sept. 2014.

COHEN, N. Profetizando al diferente. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, Ciudad de México, v.4, n.6, p.187-204, dic. 2012.

COHEN, N. Una interpretación de la desigualdad desde la diversidad étnica. *In*: COHEN, N. (comp.). **Representaciones de la diversidad**: trabajo, escuela y juventud. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2009. p.11-29.

COHEN, N. El rol del Estado ante las migraciones recientes desde la perspectiva de la población nativa. *In*: COHEN, N.; MERA, C. (comp.). **Relaciones interculturales**: experiencias y representación social de los migrantes. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p.141-155.

COHEN, N.; GÓMEZ ROJAS, G. **Metodología de la investigación, ¿para qué?**: La producción de los datos y los diseños. Buenos Aires: Teseo, 2019.

DE GIORGI, A. **El gobierno de la excedencia**: postfordismo y control de la multitud. Madrid: Traficante de Sueños, 2006.

DE GIORGI, A. **Tolerancia cero**: Estrategias y prácticas de la sociedad de control. Barcelona: Virus Editorial, 2005.

DOMENECH, E. 'Las migraciones son como el agua': Hacia la instauración de políticas de 'control con rostro humano'. **Polis**, Santiago, n.35, p.1-20, 2013. Disponible en: <http://journals.openedition.org/polis/9280>. Acceso en: 25 ago. 2021.

DOMENECH, E. La "nueva política migratoria" en la Argentina: las paradojas del Programa "Patria Grande". *In*: PIZARRO, C. (comp.). **Migraciones internacionales**

**contemporáneas:** estudios para el debate. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2011a. p.119-141.

DOMENECH, E. Crónica de una ‘amenaza’ anunciada. Inmigración e ‘ilegalidad’: visiones de Estado en la Argentina contemporánea. *In:* FELDMAN-BIANCO, B.; RIVERA SÁNCHEZ, L.; STEFONI, C.; VILLA, M. (comp.). **La construcción social del sujeto migrante en América Latina:** prácticas, representaciones y categorías. Quito: FLACSO Ecuador / CLACSO / UAH, 2011b. p.31-77.

DOMENECH, E.; MAGLIANO, M.J. Migración e inmigrantes en la Argentina reciente: políticas y discursos de exclusión/inclusión. *In:* ZABALA ARGUELLES, M. del C. (comp.). **Pobreza, Exclusión Social y Discriminación Étnico-Racial En América Latina y El Caribe.** Bogotá: CLACSO/Siglo del Hombre Editores, 2008. p.423-448.

FRIGERIO, A. “Negros” y “Blancos” en Buenos Aires: Repensando nuestras categorías raciales. **Temas de Patrimonio Cultural**, Tandil, n.16, p.77-98, 2006.

GALOPPO, L. Necesidad y urgencia en la protección de los derechos de las personas migrantes El amparo presentado por organizaciones de la sociedad civil ante el DNU 70/2017. **Revista Temas de Antropología y Migración**, Buenos Aires, v.9, p.143-153, 2017.

GALVANI, M. **La marca de la gorra:** Un análisis de la Policía Federal. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

GARCÍA FERRARI, M. **Ladrones conocidos / sospechosos reservados.** Identificación policial en Buenos Aires, 1880-1905. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

GARLAND, D. Governmentality and the Problem of Crime. **Theoretical Criminology**, London, v.1, n.2, p.173-214, 1997.

GRIMSON, A.; BIDASEA, K. **Hegemonía Cultural y políticas de la diferencia.** Buenos Aires: CLACSO, 2013.

GUTTON, P. **Lo Puberal.** Buenos Aires: Editorial Paidós, 1993.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y viviendas.** Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censo, 2010.

KESSLER, G. **La experiencia escolar fragmentada:** Estudiantes y docentes en la escuela media de Buenos Aires. Buenos Aires: IIPE-UNESCO, 2002.

KLEIDERMACHER, G.; LANZETTA, D. Una aproximación a las relaciones interculturales en escuelas secundarias de Villa Lugano a partir del análisis de las representaciones sociales hacia población de origen boliviana en Buenos Aires

(2015-2018). **Autoctonía**: Revista de Ciencias Sociales e História, Santiago, v.3, n.2, p.132-158, jul-dic. 2019.

KORNBLIT, A. L. **Violencia escolar y climas sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MALEGARIE, J. El binomio nativos migrantes... *In*: COHEN, N. (comp.). **Representaciones de la diversidad**: trabajo, escuela y juventud. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2009. p. 65-79.

MALEGARIE, J.; LANZETTA, D. La escuela ante la gestión de la diversidad. *In*: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA, 10., Buenos Aires. **Anales** [...], Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2013. Disponible en: <https://cdsa.academica.org/000-038/512.pdf>. Acceso en: 25 ago. 2021.

MARGULIS, M. Cultura y discriminación social en la época de la globalización. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n.152, p.37-52, 1997.

MARRADI, A.; ARCHENTI, N.; PIOVANI, J.I. **Metodología de las ciencias sociales**. Buenos Aires: Cengage, 2012.

MARTÍNEZ, L. **Niñez, migración y perspectivas de derechos**: Una aproximación antropológica en el contexto escolar. 2017. 315f. Tesis (Doctorado en Antropología) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2017.

MONCLÚS MASÓ, M. La reforma de la Ley de migraciones mediante Decreto de Necesidad y Urgencia: un retroceso en la política de derechos humanos. **Revista Argentina de Teoría Jurídica**, Buenos Aires, n.18, p.1-14, 2017.

MONCLÚS MASÓ, M.; GARCÍA, M. B. El impacto de las migraciones en la criminalidad en la Argentina: mitos y realidades. *In*: OIM. **El impacto de las migraciones en Argentina**. Buenos Aires: OIM, 2012. p.323-365. (Cuadernos migratorios, 2.).

MORA, M. La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici. **Athenea Digital**, Bellaterra, n.2, p.1-25, otoño 2002. Disponible en: <http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/34106/33945>. Acceso en: 25 ago. 2021.

MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Huemul, 1979.

NOVARO, G.; DIEZ, M.L. ¿Una inclusión silenciosa o las sutiles formas de discriminación? Reflexiones a propósito de la escolarización de niños boliviano. *In*: COURTIS, C.; PACECCA, M.I. (ed.). **Discriminaciones étnicas y nacionales**: Un diagnóstico participativo. Buenos Aires: Editores del Puerto: Asociación por los Derechos Civiles, 2011. p.37-58.

*¿Qué hacemos con los migrantes? Representaciones de alumnos de escuelas medias de villa lugano y discursos políticos sobre la migración limítrofe. Buenos Aires 2016-2018*

NOVICK, S. **Migración y políticas públicas:** Nuevos escenarios y desafíos. Buenos Aires: Catálogos, 2012.

O'MALLEY, P. **Riesgo, neoliberalismo y justicia penal.** Buenos Aires: Ad-Hoc, 2006.

PENCHASZADEH, A.P.; GARCÍA, L. Política migratoria y seguridad en Argentina hoy: ¿el paradigma de derechos humanos en jaque?. **URVIO:** Revista Latinoamericana De Estudios De Seguridad, Ecuador, n.23, p.91-109, dic./may 2018-2019.

PEREIRA, M.A. Delito, seguridad, orden público e 'inmigración limítrofe' en Argentina (1976-1995). **REMHU:** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasilia, v.24, n.46, p.177-191, 2016.

RIVERO SIERRA, F. Formas "tangibles" e "intangibles" de discriminación: Aportes para una formalización teórico conceptual. *In:* PIZARRO, C. (comp.). **Migraciones internacionales contemporáneas:** estudios para el debate. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2011. p.269-292.

RUIZ OLABUÉNAGA, J.L. **Metodología de la investigación cualitativa.** Bilbao: Universidad de Deusto, 1996.

SEGATO, R. L. **La nación y sus Otros:** Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SINISI, L. 'Todavía están bajando del cerro': Condensaciones estigmatizantes de la alteridad en la cotidianeidad escolar. *In:* CONGRESO VIRTUAL DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA, 1., [s.l.], **Anales** [...], [s.l.]: Equipo NAYa (Noticias de Antropología y Arqueología), 1998. Disponible en: <https://centroderecursos.cultura.pe/sites/default/files/rb/pdf/todaviaestanbajandodelcerro.pdf>. Acceso en: 25 ago. 2021.

SOZZO, M. **La inflación punitiva:** Un análisis comparativo de las mutaciones del derecho penal en América Latina (1990-2015). Buenos Aires: FLACSO/Café de las Ciudades, 2017.

SOZZO, M. ¿Contando el delito?: Análisis crítico y comparativo de las encuestas de victimización en la Argentina. **Cartapacio de Derecho**, Buenos Aires, n.5, 2003. Disponible en: <http://www.cartapacio.edu.ar/ojs/index.php/ctp/article/view/38/22>. Acceso en: 25 ago. 2021.

TEDESCO, J.C.; KLEIDERMACHER, G.; GRAZZIOTIN NOSCHANG, P. Un análisis de los cambios en las legislaciones migratorias en Brasil y Argentina: implicaciones para la población de origen senegalés. **Revista Brasileira de Historia & Ciências Sociais**, Rio Grande, v.11, n.22, p.302-330, dic. 2019.



VALLES, M. **Técnicas cualitativas de investigación social:** Reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 1997.

VÉLEZ, F.R.; MALUF, N.A. Después de la negación: El Estado argentino frente al racismo y la discriminación. **Cuadernos Del Cendes**, Venezuela, v.34, n.95, p.155-182, 2017.

ZAYAT, D. Y para (algunos de) los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino: El retroceso en la política migratoria. **Ab:** Revista de abogacía, Buenos Aires, v.1, n.1, p.63-70, 2017.

ZEA, L. **Fuentes de la Cultura Latinoamericana.** México D. F.: Fondo de cultura económica, 1995.

**Recibido em:** 18 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 07 de dezembro de 2020



# CLAVES PARA ENTENDER LA POLÍTICA MIGRATORIA MEXICANA EN TIEMPOS DE LÓPEZ OBRADOR

Leticia Calderón CHELIUS<sup>1</sup>

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo es ofrecer una visión panorámica de la política migratoria de los primeros años de gobierno del presidente López Obrador en México. Mostrar que más allá de la retórica humanitaria con que arrancó su gobierno respecto a los inmigrantes, la visión gubernamental del ejecutivo no tiene en su mapa político a este sector, lo que explica las decisiones pragmáticas que dicho gobierno ha tomado en su difícil relación en el tema con Estados Unidos. Los múltiples hechos políticos que se han sucedido uno tras otro de manera vertiginosa en un corto tiempo en el poder, dada la decisión de cambiar de manera radical el tipo de gobierno que México ha tenido por años, explican a su vez, decisiones que van más allá del propio flujo migratorio.

**PALABRAS CLAVE:** política migratoria; México; López Obrador; derechos humanos; relación bilateral.

## KEYS TO UNDERSTANDING MEXICAN IMMIGRATION POLICY IN THE TIMES OF LÓPEZ OBRADOR

**ABSTRACT:** *The purpose of this article is to provide an overview of the immigration policy of the early years of President López Obrador's government in Mexico. It shows that in addition to the humanitarian rhetoric with which his government began in relation to immigrants, the government's view of the executive does not have this sector in its political map, which explains the pragmatic decisions that this government has made in its difficult*

---

<sup>1</sup> Instituto Mora, Ciudad de Mexico – Mexico. Profesora e investigadora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0221-7591>. [lcalderon@mora.edu.mx](mailto:lcalderon@mora.edu.mx).

*relationship in the matter with the United States. The multiple political events that occurred one after the other in a dizzying way in a short period of government, given the decision to radically change the type of government that Mexico had for years, decisions that go beyond the migratory flow itself.*

**KEYWORDS:** *immigration policy; Mexico; López Obrador; human rights; bilateral relationship.*

El 1 de diciembre de 2018, Andrés Manuel López Obrador tomó el poder como presidente de México. AMLO<sup>2</sup> llegó a la presidencia luego de una larga trayectoria desde la oposición política contra la élite en el poder representada por el PRI y el PAN<sup>3</sup> quienes se alternaron en el control del gobierno a nivel federal los últimos 20 años. La amplia mayoría de votos que obtuvo la opción catalogada como de izquierda por sus posturas anti *establishment* le dio a López Obrador el control de la Cámara de Diputados y la presencia contundente de su partido en el Senado, además, obtuvo gubernaturas y multiplicó su presencia en estados del país donde nunca antes había ganado un partido de izquierda. Sus oponentes quedaron muy por detrás de su número de votos y algunos, incluso en riesgo de desaparecer por el bajo número de votantes y por los fraudes electorales que presuntamente cometieron para llegar al poder cuando fueron gobierno y que ponen en riesgo sus registros como partidos políticos.

Aquel 1 de diciembre de 2018 el nuevo presidente se presentó al pueblo de México con un discurso radicalmente distinto al de sus antecesores respecto a la mayoría de los temas públicos. En el caso de la migración internacional, su discurso recuperó lo que los analistas más críticos habían repetido durante años. López Obrador dijo contundentemente “México exige un buen trato a otros países -especialmente Estados Unidos, pero no respeta a los extranjeros que cruzan nuestro territorio nacional”, “Es tiempo de hacernos responsables de las razones que expulsan a millones de mexicanos a vivir fuera del país” y “México recuperara su tradición hospitalaria y generosa con quienes buscan refugio” entre otras muchas ideas dichas en el discurso inaugural de su gestión como presidente de México. Esas palabras suponían un golpe de timón de lo que fue la política migratoria mexicana durante años y anunciaban un cambio de 180 grados respecto a la visión de seguridad, contención y restricción que

---

<sup>2</sup> AMLO Por sus iniciales Andrés Manuel López Obrador

<sup>3</sup> Partido Revolucionario Institucional y Partido Acción Nacional respectivamente

había tenido la política migratoria mexicana hacia los extranjeros que cruzan el país rumbo a Estados Unidos desde hace décadas (CALDERÓN CHELIUS, 2018a). Parecía el inicio de una época dorada para los derechos humanos de los migrantes internacionales, pero para sorpresa de todos, ocurrió lo contrario.

Para entender la política migratoria del gobierno mexicano dirigido por López Obrador, no basta con centrarse en analizar las circunstancias específicas del flujo y la movilidad humana. Tampoco en discutir el lugar geográfico que México ocupa como principal corredor migratorio del mundo (frontera con Estados Unidos), ni mucho menos, querer encasillar al país en la dinámica asimétrica bilateral con el país más rico del mundo. Es necesario ampliar la mirada y ver panorámicamente el lugar que el tema migratorio ocupa para el proyecto de nación que dicho gobierno persigue. Por eso, aunque desde el inicio de su gobierno López Obrador haya hecho mención a la migración en México, la realidad es que el tema no le es cercano. A diferencia del profundo conocimiento que el presidente mexicano tiene de la realidad del país, su cercanía con las comunidades más pobres y de su andar por el territorio nacional como pocos, el tema migratorio es un tema relativamente nuevo en su agenda. López Obrador ha sostenido por años que “*la mejor política exterior es la política interior*” (LÓPEZ OBRADOR, 2017), lo que explica su resistencia a incluir en sus actividades el realizar viajes al extranjero o mantener contacto con otros gobiernos y comunidades de manera directa y cotidiana. Como activista y candidato a la presidencia hizo lo mismo y pocas veces se involucró con lo extranjero, por lo que, salvo un viaje internacional de acercamiento a las comunidades mexicanas en Estados Unidos a inicios de 2017, su contacto directo con el tema migratorio se ha dado a través de colaboradores directos, asesores o liderazgos históricos de migrantes mexicanos que lo apoyan desde hace décadas. Su visión de “lo migratorio” por tanto, se concentra en ese sector del México marginado que decidió emigrar a falta de oportunidades en su propio país, lo que encaja perfectamente con su análisis y perspectiva del cambio que se propone hacer. Un dato que no es menor es el hecho de que esta perspectiva le atrajo la simpatía de enormes sectores de esos mexicanos autoexiliados durante décadas. El reconocimiento de las condiciones de pobreza, desigualdad y violencia como causas del éxodo mexicano y su compromiso de cambiar esas situaciones, le sirvieron a él y a su partido MORENA<sup>4</sup>, para obtener la mayoría de los votos de los mexicanos que viven fuera del país y quedar muy por encima de lo que otros candidatos recibieron (LI NG; SERRANO, 2018). Dicho apoyo no queda solo en votos ya

---

<sup>4</sup> Movimiento de Regeneración Nacional

que el flujo de remesas enviadas por los trabajadores mexicanos desde el extranjero se ha mantenido constante e incluso, sorprendentemente, creció pese a la crisis económica en Estados Unidos a causa del COVID-19. Esto explica que cuando López Obrador habla de la migración se refiera a “los migrantes mexicanos” a quienes incluso llama héroes y por el perfil de origen de la mayoría, los incluye en su noción de pueblo y como parte de la clase trabajadora que conoce profundamente. Aun así hay que decir que este contacto es más retórico que de sustancia pues ha habido pocos apoyos directos a esa comunidad de casi 12 millones de mexicanos radicados principalmente en Estados Unidos. Es su promesa de cambio y la intención explícita de combatir la corrupción lo que le atrae el apoyo de la mayoría de dicha comunidad.

Más allá de esta comunidad de mexicanos radicados en el extranjero, López Obrador no conoce con mayor detalle otras facetas dentro del proceso migratorio, como es el tránsito migratorio o los extranjeros que llegan para establecerse en el país en números crecientes<sup>5</sup>, lo que implica que no los ha considerado como parte integral de la estrategia de cambio que pretende hacer en el país a pesar de tener entre sus aliados más cercanos y consejeros a algunos personajes vinculados a esta dinámica migratoria, como es el caso del sacerdote Alejandro Solalinde, reconocido activista promigrantes (RUIZ PARRA, 2011) entre otros. Entender este punto es central para poder seguir los vaivenes de la política migratoria mexicana posteriores a la toma de poder del presidente López Obrador y poder ver más allá de su discurso inaugural.

## **Las piezas del rompecabezas, las caravanas**

A finales de 2018 se dio un evento que causó gran revuelo a nivel nacional e internacional. Se trató de la caminata masiva de personas provenientes principalmente de Centro América, como de los países Honduras, El Salvador, Guatemala y sobre todo Nicaragua. Este grupo de personas buscaba cruzar la frontera sur de México para llegar a la frontera norte del país y cruzar a Estados Unidos. En el camino de lo que se definió como un éxodo casi bíblico, quedó claro que si bien estas no eran las primeras caravanas de migrantes que cruzaban de manera masiva el país, ya que anteriormente se dieron múltiples “performances” que buscaban visibilizar el duro camino del tránsito migratorio a través de México -caravanas de madres buscando a sus hijos, el viacrucis migratorio

---

<sup>5</sup> En México la idea de las comunidades de extranjeros se suele ubicar en el exilio español que llegó al país en los años 40's y el exilio sudamericano de los años 70s del siglo XX. Esto ha construido una narrativa que encasilla la problemática migratoria a un lugar histórico lejano al presente (CALDERÓN CHELIUS, 2018b).

durante Semana Santa-, la realidad es que esta experiencia fue inédita para la inmensa mayoría de los mexicanos que siguieron el evento con gran interés, un tanto por la sorpresa, otro tanto por la inmensa difusión que los medios de comunicación le dieron al suceso. Un elemento muy importante para entender este evento es que ocurrió en un momento de una especie de “vacío político en México”. Esto se debe a que mientras que la elección presidencial en la que ganó el candidato López Obrador se llevó a cabo el 1 de julio, su toma de posesión como presidente constitucional fue hasta el 1 de diciembre -de acuerdo a la ley-, por lo que durante ese semestre de 2018, el presidente en funciones era el saliente Enrique Peña Nieto, mientras que López Obrador ya era presidente de facto y ejercía como tal, sobre todo por el enorme respaldo electoral con que alcanzó el poder<sup>6</sup>. Esto intensificó el cruce de mensajes de las distintas autoridades que, a la postre, explican por qué la marcha masiva de migrantes que demandaba el libre tránsito migratorio dobló a la férrea policía migratoria mexicana.

A días de concluir su gobierno, Peña Nieto se limitaba a señalar que quienes planearan cruzar por México debían ceñirse las normas migratorias, las cuales son casi imposibles de cumplir para la inmensa mayoría de los trabajadores migrantes de origen más bien humilde, dada la cantidad de requisitos que las leyes mexicanas exigen. Por su lado, López Obrador enviaba mensajes de bienvenida y anunciaba que durante su sexenio serían respetados todos aquellos que desearan llegar al país a contribuir a su desarrollo. Esto provocó una reacción de lo que se conoce como, “efecto llamada” que convocó a un número aún mayor de personas que vieron en los mensajes dados por la ambigüedad entre ambas autoridades presidenciales, la oportunidad para cruzar y transitar de manera segura el territorio mexicano (CALDERÓN CHELIUS, 2019). Al llegar a la frontera, las escenas de cierre parcial del cruce migratorio no se hicieron esperar y hubo gases, helicópteros, perros policías y mucha autoridad policial restringiendo el cruce fronterizo, incluso violentamente. Los videos y fotos circularon de inmediato por todo el mundo, lo que obligó a la autoridad mexicana a ceder y permitir que entraran al territorio mexicano un grupo que en su punto más alto alcanzó las 20000 personas. Así, a lo largo de un par de semanas, personas migrantes en lo individual y familias enteras caminaron por territorio mexicano recibiendo en muchos casos el apoyo de los pobladores de las comunidades donde iban pasando. En algunas localidades los pobladores se desbordaron en ayudas de agua, comida, ropa e incluso apoyos como carriolas y enseres para quienes traían niños menores (VARELA, 2019). Esta primera caravana se fue

<sup>6</sup> López Obrador (MORENA) obtuvo 53.2% de los votos, Ricardo Anaya (PAN), 22.27%, José Antonio Meade (PRI) 16.40% y Jaime Rodríguez (independiente) 5.23%.

diseminando al caminar por el país, no obstante, un número importante de varios miles de personas llegó a la ciudad fronteriza de Tijuana donde fueron detenidos por la autoridad estadounidense que aplicó con severo rigor la orden de no cruzar a su país. Este episodio fue políticamente muy costoso para el gobierno mexicano porque el presidente Donald Trump lo aprovechó para atacar a la autoridad presidencial mexicana acusándola de permitir el cruce migratorio para “invadir Estados Unidos”.

Si se sigue este relato, se puede observar que en paralelo a la caminata de esta caravana (finales de 2018) se dio la toma de poder del presidente electo, López Obrador, lo que explica que el tema de alguna manera “se impuso” en la agenda política de López Obrador más allá de tenerlo incluido en su lista de preocupaciones y promesas.

## La esfera internacional

Decir que la agenda migratoria “se impuso” al gobierno de López Obrador no es del todo cierto si se consideran otras variables. Durante décadas México ha sido un firmante recurrente de los tratados internacionales en la materia. Desde la *Convención Internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y sus familiares de 1990*, que entró en vigor en 2003 con la firma de más de 50 países, los distintos gobiernos mexicanos han sido entusiastas firmantes e incluso entre los impulsores más decididos. No obstante, el documento internacional de mayor relieve que el país ha firmado es el *Pacto mundial para la migración segura, ordenada y regular*, que junto con *El Pacto sobre Refugiados*, ambos firmados en diciembre de 2018, definen un nuevo marco jurídico internacional para la gobernanza migratoria. Lo interesante es que ambos documentos se firmaron a escasos días de la toma de poder del nuevo gobierno, *El Pacto de migración*, el 11 y 12 de diciembre y *El Pacto sobre Refugiados*, el 17 de diciembre de 2018. Esto implica que el gobierno mexicano encabezado por López Obrador decidió hacer suyo un proyecto que durante varios años encabezó precisamente la cancillería mexicana del gobierno saliente. Dada la nueva retórica del nuevo gobierno y la intención explícita de romper con el régimen pasado, los recién llegados al poder podrían haber pospuesto la firma de ambos tratados, como en su momento lo hicieron otros países de la región latinoamericana. Sin embargo, de manera absolutamente opuesta, el nuevo gobierno mexicano, a través de su cancillería, mantuvo el liderazgo ante la firma y eventual puesta en marcha de los acuerdos a que ambos pactos comprometen a las partes firmantes. El detalle no es menor y es una pieza muy importante para entender el complejo rompecabezas



político frente a la dinámica migratoria, que para México es fundamental por su condición de país de alta expulsión migratoria, de tránsito y de manera creciente como destino de personas migrantes que buscan establecerse en el país.

A este crucigrama se puede sumar el compromiso explícito del gobierno mexicano de hacer suya la Agenda 2030 de las Naciones Unidas como metas concretas por cumplir. Esto muestra que más allá de la voluntad e interés del presidente en ciertos temas y aparentemente no en otros, hay otros actores políticos, en este caso la cancillería, es decir, la Secretaría de Relaciones Internacionales, que mantiene una dinámica que vincula el país a distintos procesos y tiene compromisos internacionales que se decidió mantener, incluso con un cambio tan drástico como el que se prometió hacer. Es útil mencionar que la Secretaría de Relaciones Exteriores dirige Marcelo Ebrard, a quien se califica públicamente como la mano derecha de López Obrador por la cercanía política y alianza que han mantenido desde hace años, incluso en los momentos más duros para ambos y cuando unos años antes, algunos los consideraban neutralizados políticamente. Su regreso al poder, especialmente el de Ebrard, es una especie de ave fénix resurgiendo de sus propias cenizas.

Por tanto, más allá de que la migración internacional no sea un tema de la agenda más cercana a López Obrador y en su caso se centre sobre todo en los mexicanos que radican en el extranjero, ante quien declara palabras de una alta estima, aprecio y reconocimiento en cuanto oportunidad tiene, eso no quiere decir que la dinámica de la inmigración (tránsito y destino) no sea parte de las prioridades del gobierno mexicano aunque no lo sea en voz del presidente, sino en una agenda que se ubica más en la esfera internacional y que coordina Marcelo Ebrard como el actor político relevante para entender este tema.

## **El plan de desarrollo mesoamericano**

El cambio radical de discurso político inició desde el primer día del nuevo gobierno (diciembre 2018). Desde el primer día se oyeron mensajes completamente distintos a los de los anteriores gobiernos e incluso, el estilo, la personalidad y la forma de establecer contacto con las masas de parte del presidente estableció una nueva dinámica. En el caso de la migración quedó claro que una cosa eran los “héroes migrantes”, mexicanos que radican en el exterior y que con el envío de remesas a sus familias contribuyen de una manera absolutamente fundamental a la economía mexicana. Otra muy diferente es la inmigración, sean de quienes buscan refugio como de quienes van de paso en busca del país del norte (SOLICITUDES..., 2015). Ante esta disociación, la salida “salomónica”

ante el tema se dio a través de hacer parte de la agenda gubernamental, una propuesta que llegó desde la esfera de un organismo internacional. Se trata del *Plan de Desarrollo Integral Mesoamericano* que elaboró la CEPAL y que consiste en buscar potenciar una dinámica de integración en la región de Centroamérica (países del triángulo del Norte, Guatemala, El Salvador y Honduras) a partir de generar un desarrollo basado en coordenadas como inversión, bienestar social y “*gestión integral del ciclo migratorio con seguridad humana*”. El plan ofrecido por la CEPAL en la voz de su presidenta, la Dra. Alicia Bárcenas, permitía subsanar dos objetivos que el nuevo gobierno mexicano no tenía como sus temas más fuertes, la relación con los gobiernos de Centroamérica y la atención al flujo migratorio a través del país. Además, con este plan liderado por la propia CEPAL, López Obrador se mantenía en su principio de “*la mejor política exterior es la política interior*” porque ofrecía apoyar el desarrollo de los países expulsores de migrantes reconociendo que la pobreza, la violencia y la desigualdad estructural, son los gérmenes de la migración forzada y que por tanto, entraban perfecto en la idea esgrimida por AMLO de que “*la migración lo sea por deseo y no por necesidad*”, tanto para los mexicanos como pudiera llegar a ser para los centroamericanos. La propuesta era simple, apoyar el desarrollo de la región centroamericana como elemento que llevaría a retener a las personas en sus lugares de origen y, por tanto, a disminuir el flujo, lo que, si bien puede ser una idea interesante, es un proyecto a muy largo plazo y el Plan elaborado por la CEPAL tiene etapas que apenas están en proceso. Hasta el momento, dicho Plan quedó en un aporte en varios miles de dólares que el gobierno mexicano dio tanto al gobierno de El Salvador en la persona de su presidente, Nayib Bukele, quien tomó posesión el 1 de junio de 2019, al de Honduras, presidente Juan Orlando Hernández (2014), y al de Guatemala, presidente Alejandro Guzmán (14 de enero de 2020). Es importante hacer notar que por lo menos dos de los tres presidentes mencionados tomaron posesión de sus respectivos cargos casi a la par que López Obrador, lo cual constituye un nuevo escenario regional. La propuesta de atender a la migración desde Centroamérica a partir de fortalecer su potencial y fomentar su desarrollo fue muy bien recibida por la opinión pública mexicana, aunque no faltaron las voces críticas que acusaron al gobierno mexicano de que a través de esta propuesta se preservaba la relación de “hermano mayor” de México respecto al resto de los países de la región, una especie de imposición mexicana que históricamente se atribuye a la dinámica entre estas naciones. De alguna manera la interacción entre los distintos gobiernos de esta área no avanzó mucho más, dadas las enormes problemáticas internas de cada país y en el caso de México, la centralidad en los proyectos que son eje del desarrollo que

se busca en el territorio nacional, como es el programa de reforestación masiva “sembrando vidas” y la eventual construcción del “tren maya” en la región de la península de Yucatán, que no lograron vincularse a los proyectos que se llevan a cabo en los países socios.

## ¿Qué hacemos con los inmigrantes?

El gobierno mexicano que encabeza López Obrador tiene una perspectiva de izquierda en gran parte de sus decisiones y proyectos. El presidente no titubea en declararse a favor de las minorías más pobres e históricamente marginadas, en el tema migratorio, sin embargo, su política ha sido de corte restrictivo y policiaco. Si bien no empezó con esa intención, las circunstancias hicieron que se diera este giro.

Al inicio del año 2019 y en pleno ejercicio del poder presidencial, se experimentaba un avance vertiginoso en los temas de la agenda política prevista por el nuevo gobierno. En el tema migratorio, sin embargo, hacia finales de enero de ese año en que recién había tomado el poder la nueva presidencia, se organizó una nueva caravana de migrantes desde Centroamérica y ahí empezaron a aflorar las contradicciones. Al inicio de la llegada del nuevo flujo de personas migrantes, el nuevo gobierno (apenas un mes en el poder), buscó presentar una actitud totalmente distinta a la de todos los gobiernos anteriores. En el cruce fronterizo entre México y Guatemala se desplegó un equipo de distintas dependencias dedicadas a atender el tema migratorio (Instituto Nacional de Migración INM, la Comisión Mexicana Ayuda al Refugiado, COMAR) junto con dependencias internacionales como la OIM y ACNUR, quienes dieron la bienvenida a las personas migrantes que cruzaban la frontera y se les otorgaban visas humanitarias temporales para permanecer en el país (con vigencia de un año). La recepción tan cálida por parte de las autoridades impactó enormemente a las personas que llegaban lo mismo que a la opinión pública, porque en lugar de restringir el paso, les daban literalmente la bienvenida a México. Sin embargo, la llegada masiva y la sobredemanda de trámites por parte de la población que seguía llegando desbordó a las instituciones encargadas de verificar la identidad jurídica de las personas, se detuvo la entrega de visas humanitarias y el proyecto cerró al cabo de un corto tiempo (FERNÁNDEZ DE LA REGUERA; GANDINI; GUTIÉRREZ LÓPEZ; NARVÁES GUTIÉRREZ, 2019).

En ese mismo marco y al poco tiempo (dos meses después), se organizó otro grupo que buscaba conformar una nueva caravana como la que se dio en 2018 -la madre de todas las Caravanas, se decía-, sin embargo, pese a que las per-

sonas lograron cruzar a territorio mexicano y transitar por el país, no hubo ya la recepción afectuosa y solidaria de la población mexicana -salvo casos ejemplares-. Incluso se empezaron a verificar actitudes de xenofobia de parte de algunas personas y comunidades, sobre todo en la frontera sur donde la autoridad migratoria mexicana trató de mantener de manera forzada a los migrantes que continuaban entrando al país, ya sin el respaldo de la autoridad migratoria mexicana.

Un punto a considerar es el hecho de que a la par del proceso migratorio, el nuevo gobierno presentaba cada día un nuevo proyecto y declaraba una nueva embestida contra sus adversarios políticos, lo mismo que mantenía un enfrentamiento con los poderes fácticos que hacen una especie de gobierno sombra frente al gobierno -los medios de comunicación, las grandes fortunas, los liderazgos de oposición-. En ese contexto iniciaron manifestaciones de grupos de clase media y media alta contra el nuevo gobierno y lo mismo que muestras masivas de respaldo popular a favor de López Obrador y su gestión. En este contexto el tema migratorio era prácticamente irrelevante salvo alguna mención xenófoba entre los críticos al gobierno que calificaban de incapaz al presidente por “abrirle la puerta a los extranjeros pobres”. Un hecho que es indispensable de considerar porque permite entender el momento político y social en que se daba todo este proceso, fueron las movilizaciones masivas que se dieron como resultado de uno de los temas centrales de la vida pública mexicana, la campaña de combate contra el robo de gasolina de los gasoductos que se inició abiertamente a finales de 2018, pero alcanzó su clímax los primeros meses de 2019 (este robo de combustible es conocido en México como huachicol). Este proceso movilizó a la población en todo el país porque la estrategia consistió en cerrar literalmente los ductos de gasolina a lo largo de todo el territorio nacional para detectar los robos y las complicidades desde la propia empresa encargada del petróleo en México, PEMEX. Esto implicó que por varias semanas e incluso meses en algunas regiones, no hubo gasolina o estuvo sumamente restringida su venta, lo que paralizó sectores de transporte y afectó la movilidad pública e individual. Pese a lo drástico de la medida y las críticas constantes desde los medios de comunicación, la estrategia recibió un apoyo popular sin precedentes y un respaldo mayoritario al presidente, incluso de los sectores que al inicio lo criticaron duramente. La campaña se vivió como una especie de gesta popular para recuperar el control de la empresa petrolera que ha sido por años la fuente de recursos más importante del país.

La importancia de relatar este acontecimiento es que muestra el ambiente político a nivel nacional donde el tema migratorio, aún con su importancia, se percibía como algo lejano para la población mexicana, mientras que la lucha

contra el robo de gasolina era un tema central y, sobre todo, un momento cumbre para la toma de poder real del nuevo gobierno.

### **Trump amenaza, López Obrador cede.**

El 30 de mayo de 2019 Donald Trump lanzó un tweet al ciberespacio. Desde su campaña presidencial en 2016 el presidente estadounidense acostumbró a los mexicanos a sus tweets iracundos e irrespetuosos, por lo que este nuevo mensaje era uno más de la larga lista, con un agravante: se lo dirigía al nuevo presidente que tenía apenas 6 meses en el poder y el cual se encontraba de lleno metido en una batalla de intercambios de culpas y ajustes a la conducción de lo que había hecho la élite política mexicana durante años. El tweet de Trump era una amenaza directa y contundente a la economía mexicana que, además, se salía del guión político que López Obrador se había dado, para redefinir la relación política entre la presidencia mexicana y los grupos de poder nacionales. A partir del 10 de junio Estados Unidos impondría una trifa arancelaria a todos los productos que llegaran a Estados Unidos procedentes de México, en tanto siguieran cruzando inmigrantes 'ilegales' a ese país. Dicha tarifa se iría incrementando hasta un 25% en tanto dicho flujo 'sin papeles' no se detuviera. A pesar de que México es socio comercial de Estados Unidos, el segundo mayor importador y su mayor proveedor de productos agrícolas y alimentos, Trump amenazaba a México con un impuesto que ponía en jaque la endeble economía mexicana, aun más en un momento en que la disputa por el poder cuestionaba cada acto del nuevo gobierno, por menor que fuera.

En ese contexto el gobierno mexicano inició negociaciones a través de su canciller, Marcelo Ebrard y su equipo, con las autoridades estadounidenses encargadas de economía y comercio de ese país. El plan era lograr un acuerdo que evitara la imposición de aranceles a cambio de contener el flujo migratorio en territorio mexicano. Para algunos, la amenaza no era creíble y por tanto la decisión de ceder ante el chantaje era innecesaria, para otros, se trataba de una extorsión al más puro estilo de la mafia de la que el gobierno mexicano solo podía tratar de minimizar el impacto. La realidad es que el impacto de poner aranceles sobre productos mexicanos podría resultar devastador para la economía del nuevo gobierno y López Obrador cedió, México aceptó ser el filtro migratorio de Estados Unidos.

Tal como lo hemos relatado ningún tema se explica por sí mismo, sino que es importante entender que al mismo tiempo que hubo una reacción muy crítica ante esta decisión, hubo sectores, incluso rivales políticos de López Obrador,

que calificaron la decisión como prudente y necesaria. Sin embargo, hay un dato que también puede estar detrás de la decisión pragmática que asumió el gobierno mexicano. Aunque México es un país de larga tradición migratoria, la realidad es que no es un país con conciencia de ser una de las naciones de mayor expulsión y flujo de personas del planeta (CONAPO, 2016), esto que sería largo de explicar aquí, se puede entender en la sorpresa que habían causado en la opinión pública mexicana las caravanas de migrantes (finales de 2018 inicios del 2019), como si se tratara de una experiencia inédita en la historia mexicana cuando el flujo migratorio a través del país se ha dado de manera constante y creciente por al menos durante 3 décadas. La única diferencia es que las caravanas buscaron explícitamente visibilizar el éxodo como forma de protección al caminar en grupos numerosos -en medio de un cambio de estafeta política como hemos relatado-, mientras que el flujo tradicional buscó siempre invisibilizar a las personas migrantes para evadir los retenes de control, a la policía migratoria, a los extorsionadores ordinarios y sobre todo, a la delincuencia organizada que durante años ha hecho del flujo migratorio uno de los negocios más rentables de esos grupos delincuenciales, amparados por los poderes políticos estatales y municipales coludidos con los criminales para darles protección y garantizarles impunidad. Un caso emblemático de esta criminalidad es el asesinato de 72 migrantes en 2010 (PASTRANA, 2020).

Un elemento que contribuyó a la decisión de aceptar el reto de detener a los migrantes en territorio mexicano se encuentra en la propia opinión pública mexicana. No hay que olvidar el momento político en que se dio esta amenaza desde Estados Unidos (junio 2019), justo en medio de una cantidad de decisiones, golpeteos y grupos demandantes contra el gobierno. Sobresale el hecho de que en ese mismo periodo se estaba desapareciendo la figura de la Policía Federal (acusada de estar corrompida en su interior), para formar una nueva figura de vigilancia centralizada, la Guardia Nacional, una institución de seguridad militarizada cuyo objetivo es aligerar el clima de violencia que subsiste en el país y proteger a la ciudadanía. De esta forma, además de la economía en peligro y la inseguridad persistente, la mayoría de los mexicanos apoyaba la medida de contener el flujo migratorio e incluso restringir el cruce fronterizo<sup>7</sup>. Este dato por sí mismo no explica la decisión del gobierno de aceptar retener a los migrantes, pero ubicado junto con una cantidad de variables de enorme tensión del momento, ofrecen una variedad de elementos para entender la decisión de asumir “el menor costo político” y no solo la ecuación “*Migrantes a cambio de*

<sup>7</sup> 61.5% de los mexicanos declaró en una encuesta a nivel nacional estar de acuerdo con que México les impidiera el paso a los migrantes que intentaran entrar al país sin documentos (MEXICANOS..., 2019).

*Aranceles*”, como muchos insistieron en reducir el enorme momento de tensión que se dio entre los gobiernos de Estados Unidos y México, a lo largo de la negociación a puerta cerrada en oficinas dentro de la Casa Blanca en Washington, donde los funcionarios mexicanos que asistieron, prácticamente permanecieron sin contacto con el exterior por más de 24 horas -literalmente retenidos- hasta que aceptaron un “acuerdo” para evitar la imposición de aranceles. Lo que por años los internacionalistas han llamado, relación asimétrica entre México y Estados Unidos fue más evidente que nunca pese a años de relación comercial a través del Tratado de Libre Comercio (T.L.C) y la renovación de un nuevo tratado comercial (TMEC), que finalmente se firmó en 2020 pese a las amenazas verbales constantes de parte de Trump. La compleja relación de México con Estados Unidos estaba en una fase de gran tensión tanto por la presión constante del presidente estadounidense desde su campaña electoral -entonces el presidente mexicano era Peña Nieto-, como por el acento ideológico hacia la izquierda del presidente López Obrador, quien pese a todos los augurios fatalistas de muchos, que esperaban un “choque de trenes entre ambos mandatarios”, ambos de convicciones firmes y personalidades fuertes-, no se enganchó en ninguna confrontación con Trump y optó por sobrellevarlo como se hace en las corridas de toros, alzando la capa y dejando pasar a la bestia. A pesar de que esa actitud de mesura ante Trump que le ha evitado tanto a la presidencia mexicana como al país entero mayores problemas de los que de por sí ha tenido al abrir la caja de pandora de la corrupción con todo lo que eso significa, el costo político, social y humanitario lo han pagado los inmigrantes.

El acuerdo para detener la amenaza de aranceles de parte de Estados Unidos fue el despliegue de 150 mil agentes de la Guardia Nacional en 11 municipios de la frontera sur del país (10 de junio de 2019), con la intención explícita de detener a los migrantes que intentaran cruzar sin documentos y minimizar así su llegada a la frontera norte de México y eventual cruce a Estados Unidos, como había ocurrido por décadas. Esta medida ha recibido innumerables críticas, incluso de los propios miembros del equipo más cercano del propio presidente, como es el caso del viejo político de izquierda, Porfirio Muñoz Ledo, quien cuestionó abierta y repetidas veces el uso de este aparato militarizado para atender un asunto humanitario como es la migración.

El problema se agravó cuando a esta medida sumó otra que el gobierno de Estados Unidos había tomado desde enero de 2019 pero que al inicio no tuvo mayores repercusiones, pero al paso de los meses se fue agravando. Se trata del programa “*Quédate en México*” (Protocolo de Protección a Migrantes, por sus siglas en inglés), que obliga a las personas solicitantes de asilo en Estados Unidos

a esperar en México la resolución de su audiencia (PARIS POMBO, 2019). Desde entonces, las personas que logran llegar a la frontera norte mexicana, cruzar a Estados Unidos y presentar una solicitud de asilo en ese país, no obtienen la protección de la autoridad estadounidense, sino que deben volver a México y permanecer en este país todo el tiempo necesario para volver a cruzar a Estados Unidos cuando se les indique. Se calcula que en este limbo migratorio se encuentran hasta 40 000 personas, muchas de las cuales, aunque consigan una audiencia en una corte migratoria estadounidense, no tienen casos suficientemente fuertes desde la lógica jurídica como para recibir asilo en aquel país, lo que implica que muchos de ellos podrán decidir volver a sus países de origen -cuyas condiciones de violencia, pobreza y desigualdad continúan- o quedarse en México de manera definitiva. Esta es la razón por la que algunos analistas consideran que México ha iniciado una etapa de ser un país principalmente de tránsito migratorio a ser un país de destino (HAAS; SÁCHEZ-MONTIJANO, 2020).

A este asunto lo acompañó el debate sobre la posibilidad de que México, obligado por las circunstancias y la presión del gobierno estadounidense, se convirtiera en un “tercer país seguro” que es una figura jurídica que implica que un país acepta, a cambio de recursos económicos, hacerse cargo del flujo migratorio que acepta permanecer en un país diferente al de su origen y del que planeaban como destino. Turquía es el ejemplo más acabado de esta figura entre los países de África y Asia respecto a Europa. Y aunque el gobierno mexicano rechazó categóricamente esa posibilidad y negó cualquier insinuación de aceptar recibir un pago a cambio de hacerse cargo de manera definitiva del flujo de personas que siguen cruzando de manera continua el país, la realidad es que las fronteras mexicanas albergan a miles de personas en espera de internarse en México (quienes están en el sur), y avanzar hacia Estados Unidos (quienes están en el norte) (AFF, 2020).

A esta situación de los “varados en la frontera” se suma otro grupo que se conforma de casi 149 000 personas que son los solicitantes de asilo y refugio en México (acumulados entre 2013 al 2020), de los cuales 20% han sido aceptados, por lo que solo 29,132 cuentan con la documentación que se requiere para permanecer en el país, el resto experimenta una suerte de “limbo migratorio” a la espera de resolver su situación jurídica. Vale decir que, aunque las nacionalidades de origen de los extranjeros que buscan radicar en México han sido tradicionalmente de países procedentes de Centro América -Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicaragua- (PARDO MONTAÑO; DÁVILA, 2019), los últimos años se han incrementado notoriamente los nacionales de Haití, Cuba y sobre todo de Venezuela (GANDINI; LOZANO-ASCENCIO; PRIETO ROSAS,



2019). Un contingente que sobresale por ser poco común en México, son los extracontinentales que vienen principalmente de Camerún, India y República Democrática del Congo (PRADILLA, 2020).

Ante este panorama, podemos decir que los cambios, ajustes y decisiones en torno a la dinámica migratoria, que se tomaron en el primer periodo (2019) de gobierno, bajo la presidencia de López Obrador, y las declaraciones que a inicios de la nueva presidencia sonaban como un cambio radical en la conducción de la política migratoria mexicana, en realidad fueron tomadas por el pragmatismo que se impuso y el tema migratorio quedó lejos de dar un giro de 180 grados que muchos esperaban ver en un gobierno de izquierda (CALDERÓN CHELIUS, 2018a). Así, las palabras del subsecretario de la Secretaría de Gobernación vía Twitter, Alejandro Encinas, un viejo militante de izquierda y persona comprometida con las causas más nobles como sello de una vida, quedaron en promesa sin cumplir: “Vamos a pasar de una visión de seguridad nacional y de persecución contra migrantes a una visión de derechos humanos. Vamos a dignificar el trabajo del Instituto Nacional de Migración. Las estaciones migratorias no son cárceles” (ENCINAS, 2018).

## **México como muro**

La decisión de emprender una política migratoria de contención a través de la Guardia Nacional (ente militarizado de reciente creación en el país), así como la estrategia de retener a las personas migrantes en las estaciones migratorias, cuya capacidad muy pronto se desbordó, lo mismo que el abuso de los tiempos legales de espera que las leyes mexicanas acreditan para dicho proceso, dio resultados casi inmediatos. El número de personas que intentaron cruzar la frontera de México con Estados Unidos disminuyó drásticamente, las capturas por la Guardia Fronteriza de Estados Unidos se redujeron, no sólo por la estrategia mexicana sino también por el incremento de detención de niños y niñas separados de sus padres al intentar cruzar la frontera como parte de la política migratoria estadounidense llamada Tolerancia Cero. Del lado mexicano aumentó el número de deportaciones “expres” y en menos de un mes de iniciado el programa acordado con la autoridad estadounidense -junio a julio de 2019-, se deportaron a 79.3% de los extranjeros que entraron al país, aludiendo un retorno asistido solicitado por las propias personas en tránsito. Los cambios en la estrategia de parte de Estados Unidos modificaron a su vez los flujos migratorios lo que llevó a que distintas ciudades fronterizas del lado mexicano se volvieran “ciudades de espera”, como ocurrió con Ciudad Juárez, Piedras Negras, Nuevo

Laredo entre otras, donde la dinámica poblacional cambió drásticamente en tan sólo un año (MALKIN, 2019).

En la parte que corresponde al sur del país, la detención de migrantes, sobre todo los contingentes de personas provenientes de distintos países de África, Cuba y Haití, fueron retenidos en su intento de cruce hacia el norte de México y al cabo de varios días, sin mayor información ni posibilidad de movilidad, empezaron a darse disturbios que ocasionaron crisis nerviosa, lesiones menores, así como la fuga de varios (incluso en miles) de los detenidos que, como lo describió la policía migratoria mexicana, “escapaban” de la autoridad. Sin embargo, de acuerdo a las leyes mexicanas la migración indocumentada es solo una falta administrativa y no acredita la prisión preventiva (desde 2008), además, los tiempos de revisión de las condiciones jurídicas de las personas se rebasan constantemente, lo que provoca hacinamiento, escases de insumos y condiciones precarias en las estaciones migratorias y los albergues que la autoridad ha desplegado tanto al sur como al norte del país, pues la cantidad de personas así como los diversos perfiles (familias junto con personas solas, niños, adultos, personas con distintas preferencias sexuales), generan espacios de convivencia muy complejos, lo que se agravó con el impedimento explícito de parte del Instituto Nacional de Migración (INM), de permitir el acceso de defensores de derechos humanos a las estaciones migratorias a fin de acompañar los casos de las personas retenidas y observar las condiciones de dichos lugares (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2020).

Esta decisión en nada se diferencia de la política migratoria que los gobiernos mexicanos anteriores siguieron anteriormente por años y por el contrario, aún con un acuerdo tan lacerante para las personas migrantes como el aceptado por el gobierno de López Obrador a través de la cancillería, no se dieron cambios en las políticas humanitarias de atención, centradas en el bien de las personas y la comprensión de las necesidades que orillan a la decisión de migrar, como se anunció al inicio del nuevo gobierno. Lo que destaca es que más allá del discurso presidencial e incluso de la voluntad de sus colaboradores más cercanos, lo que se constata es la sobrevivencia de la maquinaria de control migratorio que tiene su propia lógica, su ética y práctica que no ha cambiado al interior ni ha sido redefinida, como se prometió que se haría, considerando que el Instituto Nacional de Migración es una de las entidades peor evaluada por la opinión pública mexicana (WOLF, 2013) o como lo ha señalado reiteradamente el sacerdote defensor de migrantes, Alejandro Solalinde, “El INAMI está podrido” (mayo 2019).

## La sociedad Civil pro migrante y AMLO

No podría haber fecha más significativa para hacer un balance de la política migratoria en tiempos del gobierno de Andrés Manuel López Obrador que en el 10° aniversario del asesinato de 72 personas migrantes secuestradas en el rancho de San Fernando, Tamaulipas, México (TURATI, 2016). La impunidad ante este crimen de lesa humanidad pendiente de justicia y de resarcirse el daño en lo posible, desde el gobierno de Felipe Calderón Hinojosa (2010-2012) cuando ocurrió el hecho, todo el periodo presidencial de Enrique Peña Nieto (2012-2018) y el tiempo que lleva en el poder López Obrador (2018 a la fecha), movilizó a la gran mayoría de las organizaciones de la sociedad civil que trabajan con las personas migrantes en México desde hace años (CALDERÓN CHELIUS, 2016), para demandar no solo la atención de este caso y su reparación integral, sino incluso, un viraje a la política migratoria a la que algunos miembros del Consejo Consultivo del propio Instituto Nacional de Migración calificaron de “simulación y sobre todo, de actuar a favor de Estados Unidos externalizando las fronteras de ese país hasta el territorio mexicano a través de la Guardia Nacional que actúa como el muro que tantas veces prometió Trump a sus electores” (HEREDIA; SAIZ VALENZUELA; ZAMUDIO GRAVE; ZARAGOZA GONZÁLEZ, 2020).

Esta postura dura y directa contra la política migratoria de parte de dichos consejeros es resultado de lo que se percibe en general entre los activistas y estudiosos del proceso migratorio como una incongruencia ante la promesa inicial de hacer un cambio radical en la política migratoria mexicana y lo que se fue dando al paso de los meses en un gobierno de izquierda, tal como lo hemos relatado a lo largo de estas páginas (SOLIS, 2019). Pero el desencuentro entre las organizaciones de la sociedad civil y el presidente y su gabinete no se dio sólo por lo que fue pasando a lo largo de esos meses y las distintas decisiones, en realidad, se dio al poco tiempo de iniciado el nuevo gobierno y va más allá de la causa migratoria. López Obrador tiene una concepción de la sociedad civil como grupos que, ante la ausencia de la acción del estado en temas como la pobreza, la desigualdad, la violencia, o la migración en este caso, han reemplazado la obligación que el estado tiene para hacerse cargo de estos asuntos. De alguna manera eso es cierto dado que desde el ascenso de la derecha al poder a través del Partido Acción Nacional (P.A.N), que ganó la presidencia en el año 2000, hubo un incremento de organizaciones de la sociedad civil que efectivamente ocuparon el espacio que el gobierno decidió no atender directamente e incluso, dejó a su suerte. Ante ese vacío de acción de los distintos gobiernos, algunas organizacio-

nes y sobre todo algunos de sus líderes se volvieron interlocutores directos del propio estado, beneficiarias directas del presupuesto y entes de interés al interior de los distintos sectores del gobierno, muchas veces más que como equilibrio, sino como claro apoyo a las medidas adoptadas por el gobernante en turno<sup>8</sup>. Sin embargo, esa visión de parte del presidente respecto a la “élite de las organizaciones de la sociedad civil”, incluyó y generalizó sobre la inmensa mayoría de las organizaciones cuando gran parte de ellas suelen componerse de activistas solidarios, gente de base, jóvenes profesionistas inspirados por el discurso a favor de los más necesitados e incluso, misioneros (laicos y religiosos), fuertemente inspirados en el credo de apoyo a los desposeídos que es el mismo discurso que López Obrador reivindica. Para el caso de las organizaciones pro migrantes en México, eso es clarísimo a la vez que explica el ascenso de liderazgos religiosos a través de figuras como el padre Alejandro Solalinde, Pedro Pantoja, Raúl Vera (q.e.p.d), entre muchos otros (COLEF, 2020). La descalificación y reducción de apoyos de esta forma de hacer política (las O.N.Gs) en paralelo al propio estado, se volvió un tema recurrente de parte de López Obrador desde el inicio de su gestión y una forma de subordinar a los liderazgos que existen fuera del contexto de su propio equipo. Esto generó un fuerte recelo y reacción de gran parte de estas organizaciones que, en lugar de volverse aliadas del nuevo gobierno, se volvieron opositores. Otros miembros de su gabinete no comparten esa visión en este tema pues reconocen el trabajo de estas organizaciones que efectivamente durante años hicieron lo que el propio estado se desentendió de resolver en temas como vivienda, albergues, comida, construcciones, servicios, etc.

El desencuentro entre el ejecutivo y muchas de estas Organizaciones de la sociedad civil en el caso de las que trabajan temas migratorios se incrementó con la falta de financiamiento de parte del estado del cual dependían, del cambio de interlocutores en cada uno de los temas de la agenda política del nuevo gobierno que los desbancó, pero sobre todo, ante las decisiones que, en materia migratoria, el gobierno mexicano fue tomando, como el hecho de negociar salvar al país de aranceles a cambio de desplegar a la Guardia Nacional para retener a los migrantes en tránsito, por mencionar un ejemplo que hemos reseñado a profundidad. Para las organizaciones y en general para los analistas, el gobierno no tendría que haber optado por evitar los aranceles, sino que se tendría que

---

<sup>8</sup> Sería imposible abrir este tema en este espacio, pero claramente hay organizaciones de la sociedad civil que por años fungieron como el brazo “civil” de las decisiones y acciones de los gobiernos que incluso avalaron medidas draconianas contra los sectores más empobrecidos, de seguridad que encubrían la violencia, de combate a la corrupción que omitían lo obvio y de pretendido apoyo a la educación en pro del negocio educativo en sustitución de la educación gratuita. Para el tema migratorio hay las que incluso recibieron presupuestos por encima de la oficina encargada de atender a la comunidad mexicana radicada en el extranjero.

haber decidido por apoyar a los migrantes en su ingreso, tránsito y eventual cruce hacia Estados Unidos a costa del precio que se tuviera que pagar como país, lo que en un discurso humanitario esto sería lo aceptable. La evidencia mostró sin embargo que, aunque López Obrador es un presidente de izquierda y de fuertes convicciones, resultó pragmático y decidido a que su gobierno salga adelante, incluso sacrificando popularidad en temas como el migratorio que, como dijimos antes, tampoco es un tema que genere, desafortunadamente, gran movilización popular a su favor.

Eso profundizó el desencuentro a lo que se suma el hecho de que las organizaciones de la sociedad civil no parecen haber encontrado el modo apropiado de acercarse al gobierno desde una lógica diferente a la que tuvieron durante años cuando la mayoría eran críticas permanentes a las acciones gubernamentales. Tal parece que, al cambio de un gobierno radicalmente distinto, continúan en ese papel de oposición sin lograr serlo -porque la oposición es la derecha ideológicamente hablando-, pero tampoco logran ser incluidas como parte del mapa político que hoy tiene el poder en el país. Es probable que la visión con la que muchos grupos atendieron el tema migratorio requiera una nueva perspectiva no sólo desde el acompañamiento a las personas migrantes como lo han hecho por años, sino insertando la causa pro migrante a demandas muy sentidas en la sociedad mexicana, como la violencia, las desapariciones forzadas, la trata de personas, la impunidad, la justicia y el ataque frontal a la corrupción. Ubicar el tema migratorio como un problema por sí mismo o reducirlo al tránsito o la espera, como predomina en el debate de activistas y militantes de esta causa, lo ha aislado de las grandes problemáticas que el gobierno (que no es solo el presidente), ha decidido atacar de manera decidida, lo que se podría aprovechar, aun con sus contradicciones.

Otro punto de difícil comprensión y consideración como una variable determinante es que gran parte de la complejidad del tema migratorio en México es resultado de las propias sociedades de origen de los migrantes de las que se hace y dice poco en el país. Aunque hubo una apuesta por “desarrollar” Centroamérica, parece que ese proyecto es a muy largo plazo y esa no puede ser la única opción para que las condiciones de violencia y pobreza estructural sigan literalmente expulsando a su población y que México siga recibéndolos en las mismas condiciones de pobreza, sin demasiadas opciones que ayudarlos a llegar a la frontera norte y eventualmente cruzar a Estados Unidos. Lo mismo pasa respecto a un factor determinante como es el peso que tiene el gobierno estadounidense sobre el gobierno mexicano a quien impone el ritmo y las acciones, aunque la retórica nacionalista insista en decir que México está fuera de su órbita

de control. La realidad es que muchas de las apuestas política de López Obrador al interior de México dependen de mantener cierto equilibrio respecto al gobierno estadounidense y no abrir un frente que complique aún más la situación del país -más allá de que gobierne dicho país-. No se trata de aceptar como destino esta asimetría, sino entender el juego que está detrás de ciertas decisiones y en su caso, para las organizaciones de la sociedad civil, reconocer esas coordenadas para entender los límites que hay para negociar y buscar el beneficio de las personas migrantes aun en condiciones de subordinación internacional, como es la realidad mexicana respecto a Estados Unidos.

Las organizaciones de la sociedad civil tienen un peso importante para la solución de muchos problemas y deben recuperar su capacidad de interlocución, pero no desde el lugar que tuvieron por años, incluso décadas, sino buscando un lugar desde el cual no busquen suplir, ser la ruta o descalificar toda acción, más bien tratando de descifrar los nuevos códigos que a su vez se van inventando en el camino porque el nuevo gobierno tampoco tiene muy claro que relación establecer con cada grupo y sector social -aunque claramente tiene temas prioritarios, por ejemplo, resolver el tema de las desapariciones forzadas y la violencia criminal (en el tema de los migrantes la trata de personas) ante lo que las organizaciones podrían dar el primer paso y modificar el tipo de relación que aprendieron a construir durante años, cuando lo central es el apoyo a la sociedad civil que representan.

## **Conclusiones**

Ante la irrupción de la pandemia del COVID-19 todo plan se modificó, requirió repensarse y las coordenadas de trabajo se modificaron en México y en el mundo entero. Las prioridades tomaron un nuevo espacio y algunos temas que no eran parte de la agenda principal, como la salud pública, han obligado al mundo entero a considerarla. Para el tema migratorio en México la pandemia significó un golpe durísimo porque implicó el cierre de espacios de albergue para las personas migrantes, la deportación de miles de personas e incluso, el desalojo de las estaciones migratorias, no como una respuesta a la demanda de las organizaciones de la sociedad civil de no hacer esos espacios lugares de detención ilegal, sino para resolver la coyuntura pandémica. Un hecho a considerar es que el cierre de fronteras de los países de la región centroamericana complicó aún más el retorno de las personas de esos países y por un periodo prácticamente detuvo el flujo migratorio (México nunca cerró sus fronteras). La expectativa es que al iniciarse de manera gradual la apertura y movilidad generalizada en

la región, el flujo se incrementa y con esto se da una llegada en tropel de miles de personas que han pospuesto su decisión de huir de sus países, sea que logren llegar a Estados Unidos o que decidan quedarse en México.

El escenario político en Estados Unidos es un factor central para definir una política migratoria en México, no porque cambie mucho entre republicanos y demócratas, pero sí porque la estridencia de Donald Trump ha sido muy dañina para la relación bilateral. Las decisiones radicales que dicho personaje ha tomado de manera unilateral han afectado enormemente el proyecto que en México se pensaba se podrían resolver -como permitir la llegada de migrantes e incluso incorporarlas al mercado laboral mexicano- y lo único que el gobierno mexicano ha podido hacer es acoplarse a ellos tratando más que resolver la situación, pagando el menor costo político por las decisiones y estrategias.

Este texto ha pretendido ofrecer una visión amplia, como un vuelo de pájaro, para mostrar algunos de los elementos que explican la política migratoria del gobierno mexicano encabezado por López Obrador que pese a ser un gobierno de izquierda, con planteamientos humanitarios y decidido a atender a los más necesitados -aún a costa de afectar a otros sectores-, en lo migratorio no se apega a esos principios y de alguna manera, ha sido tan pragmático como otros gobiernos. Las coordenadas aquí planteadas pretenden ofrecer una serie de elementos para acompañar el relato del periodo analizado y darle mayor coherencia explicativa a un proceso que no puede verse como algo que ocurre en paralelo a la propia dinámica política y social de un momento de gran efervescencia política en el país. Lo que pasa en México, en el gobierno y entre los distintos actores políticos, ya sean las decisiones, las luchas internas, los temas de la agenda, las visiones del país que se quiere, definen en gran parte el lugar en el que se ubica la política migratoria actual. Insistir en que López Obrador falló a su promesa inicial es desconocer que el proyecto de nación que este político de larga trayectoria planea para el país -que finalmente pudo gobernar por la vía electoral-, no incluye a los inmigrantes, y ahí está el mayor reto para el resto de los actores sociales comprometidos con el tema, buscar ampliar la visión del país que somos desde nuevas coordenadas creativas que ofrezcan una idea de patria inclusiva.

## BIBLIOGRAFÍA

ALIANZA FRONTERIZA DE FILANTROPÍA [AFF]. **La crisis humanitaria en la frontera**. San Diego, 11 mar. 2020. Disponible en: <https://www.alianzafronteriza.org/crisishumanitaria.html>. Acceso en: 30 ago. 2021.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **México**: Amnistía Internacional exige claridad y garantías sobre el acceso de ONGs a estaciones migratorias. Ciudad de Mexico, 29 ene. 2020. Disponible en: <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2020/01/mexico-amnistia-exige-claridad-sobre-acceso-ongs-estaciones-migratorias/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

CALDERÓN CHELIUS, L. Nuevas formas de migrar: las caravanas que avanzan. **Gaceta Universitaria**, México, n. 270, p. 9-12, feb. 2019. Disponible en: <https://www.politicas.unam.mx/gacetas/gaceta270.pdf>. Acceso en: 30 ago. 2021.

CALDERÓN CHELIUS, L. AMLO ante el desafío migratorio. **El Universal**, Mexico, 7 dic. 2018a. Disponible en: <https://www.eluniversal.com.mx/columna/leticia-calderon-chelius/nacion/amlo-ante-el-desafio-migratorio>. Acceso en: 30 ago. 2021.

CALDERÓN CHELIUS, L. **La hospitalidad imaginada o de cómo podemos construir una ciudad hospitalaria sin exaltar los mitos que nos dieron patria**. México: Sin Fronteras I.A.P., 2018b. Disponible en: <https://sinfronteras.org.mx/wp-content/uploads/2018/12/Hospitalidad-4-1.pdf>. Acceso en: 30 ago. 2021.

CALDERÓN CHELIUS, L. **La sociedad civil organizada ante la migración en tránsito en México**. México: CANAMID, 2016. (Policy Brief Series, 13.). Disponible en: <http://www.canamid.org/descargas/policias/canamid-pb013-es.pdf>. Acceso en: 30 ago. 2021.

COLEGIO DE LA FRONTERA NORTE [COLEF]. **Migrantes en albergues en las ciudades fronterizas del norte de México**. México: COLEF, 2020. Disponible en: <https://www.colef.mx/estudiosdecolef/migrantes-en-albergues-en-las-ciudades-fronterizas-del-norte-de-mexico/>. Acceso en: 31 ago. 2021

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN [CONAPO]. **Prontuario sobre movilidad y migración internacional, dimensiones de un fenómeno en México**. México: SEGOB, 2016. Disponible en: [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/192258/Prontuario\\_movilidad\\_y\\_migraci\\_n\\_internacional\\_Parte1.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/192258/Prontuario_movilidad_y_migraci_n_internacional_Parte1.pdf). Acceso en: 30 ago. 2021.

ENCINAS, A. **Vamos a pasar** [...]. [s.l.], 24 ago. 2018. Twitter: @A\_Encinas\_R. Disponible en: [https://twitter.com/a\\_encinas\\_r/status/1033033875428175872?ref\\_src=twsrc%5Etfw&lang=bn](https://twitter.com/a_encinas_r/status/1033033875428175872?ref_src=twsrc%5Etfw&lang=bn). Acceso en: 30 ago. 2021.



FERNÁNDEZ DE LA REGUERA, A.; GANDINI, L.; GUTIÉRREZ LÓPEZ, E. E.; NARVÁES GUTIÉRREZ, J. C. **Caravanas migrantes**: las respuestas de México. México: UNAM, 2019. Disponible en: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/12/5804/8.pdf>. Acceso en: 30 ago. 2021.

GANDINI, L.; LOZANO-ASCENCIO, F.; PRIETO ROSAS, V. **Crisis y migración venezolana**: entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica. México: UNAM, 2019. Disponible en: [https://www.researchgate.net/publication/339663432\\_Crisis\\_y\\_migracion\\_de\\_poblacion\\_venezolana\\_Entre\\_la\\_desproteccion\\_y\\_la\\_seguridad\\_juridica\\_en\\_Latinoamerica](https://www.researchgate.net/publication/339663432_Crisis_y_migracion_de_poblacion_venezolana_Entre_la_desproteccion_y_la_seguridad_juridica_en_Latinoamerica). Acceso en: 30 ago. 2021.

HAAS, A.; SÁNCHEZ-MONTIJANO, E. México, un país de destino de migrantes, **NEXOS**, 19 ago. 2020. Disponible en: <https://migracion.nexos.com.mx/author/alexandra-haas/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

HEREDIA, C.; SAIZ VALENZUELA, A. M.; ZAMUDIO GRAVE, P.; ZARAGOZA GONZÁLEZ, M. Exigen alto a la simulación en política migratoria. **Sin Fronteras IAP**, Mexico, 25 ago. 2020. Disponible en: <https://sinfronteras.org.mx/exigen-alto-a-la-simulacion-en-la-politica-migratoria/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

LI NG, J. J.; SERRANO, C. **98,470 votos de mexicanos desde el extranjero en 2018, 140% más que en 2012**. México: BBVA Research, 2018. Disponible en: [https://www.bbva.com/wp-content/uploads/2018/07/VotoMexicanosdelExterior\\_20180716.pdf](https://www.bbva.com/wp-content/uploads/2018/07/VotoMexicanosdelExterior_20180716.pdf). Acceso en: 30 ago. 2021.

LÓPEZ OBRADOR, A. M. **Oye Trump**. México: Planeta, 2017.

MALKIN, E. Las ciudades fronterizas se convierten en el destino final de los migrantes. **The New York Times**, New York, 8 ago. 2019. Sección México. Disponible en: <https://www.nytimes.com/es/2019/08/08/espanol/america-latina/ciudad-juarez-migrantes.html>. Acceso en: 30 ago. 2021.

MEXICANOS piden endurecer política migratoria: encuesta. **El Universal**, Mexico, 12 jun. 2019. Disponible en: <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/mexicanos-quieren-que-se-impida-paso-de-migrantes>. Acceso en: 30 ago. 2021.

PARDO MONTAÑO, M.; DÁVILA, C. A. **Más allá de la emigración**: presencia de la población extranjera residente en México. México: UNAM, 2019. Disponible en: [https://www.researchgate.net/publication/336968001\\_Mas\\_alla\\_de\\_la\\_emigracion\\_Presencia\\_de\\_la\\_poblacion\\_extranjera\\_residente\\_en\\_Mexico](https://www.researchgate.net/publication/336968001_Mas_alla_de_la_emigracion_Presencia_de_la_poblacion_extranjera_residente_en_Mexico). Acceso en: 30 ago. 2021.

PARIS POMBO, D. Que significa el programa “Quédate en México” y en que difiera de “México como tercer país seguro”. **Boletín COLEF**, 2019. Disponible en: <https://>

[www.colef.mx/noticia/que-significa-el-programa-quedate-en-mexico-y-en-que-difiere-de-mexico-como-tercer-pais-seguro/](http://www.colef.mx/noticia/que-significa-el-programa-quedate-en-mexico-y-en-que-difiere-de-mexico-como-tercer-pais-seguro/). Acceso en: 30 ago. 2021.

PASTRANA, D. #72migrantes: 10 años de lucha por la verdad. **Pie de Página**, Mexico, 22 ago. 2020. Disponible en: <https://piedepagina.mx/72-migrantes-10-anos-de-lucha-por-la-verdad/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

PRADILLA, A. Migrantes de otro mundo. **Animal Político**, 2020. Disponible en: <https://www.animalpolitico.com/migrantes-de-otro-mundo/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

RUIZ PARRA, E. Solalinde. **Gatopardo**, 19 sept. 2011. Disponible en: <https://gatopardo.com/reportajes/alejandro-solalinde/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

SOLICITUDES de refugio en México, diseñadas para rechazar a migrantes: La 72. **Aristegui Noticias**, La 72. 2015. Disponible en: <https://aristeginoticias.com/2206/mexico/solicitudes-de-refugio-en-mexico-disenadas-para-rechazar-a-migrantes-la-72/> Acceso en: 31 de agosto 2021.

SOLIS, C. El INAMI esta podrido: Solalinde. **Diario del Sur**, Tapachula, 22 may. 2019. Disponible en: <https://www.diariodelsur.com.mx/local/el-inami-esta-podrido-solalinde-migracion-migrantes-corrupcion-derechos-humanos-activistas-abuso-de-autoridad-3656834.html>. Acceso en: 31 ago. 2021.

TURATI, M. #Másde72, echando luz a las fosas, **Pie de página**, Mexico, 2016. Disponible en: <https://enelcamino.piedepagina.mx/ruta/masde72-echando-luz-a-las-fosas/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

VARELA, A. La transmigración que nos obliga a imaginarnos como país de acogida. **Animal Político**, 25 ene. 2019. Sección Plumaje. Disponible en: <https://www.animalpolitico.com/diversidades-fluidas/la-transmigracion-que-nos-obligar-a-imaginarnos-como-pais-de-acogida/>. Acceso en: 30 ago. 2021.

WOLF, S. **Diagnóstico del Instituto Nacional de Migración**: Hacia un sistema de rendición de cuentas en pro de los derechos de las personas migrantes en México. México: Insyde, 2013. Disponible en: [http://insyde.org.mx/pdf/informes/Diagnostico-INM\\_Resumen-Ejecutivo\\_Español.pdf](http://insyde.org.mx/pdf/informes/Diagnostico-INM_Resumen-Ejecutivo_Español.pdf). Acceso en: 30 ago. 2021.

**Recibido em:** 31 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 23 de novembro de 2020

# A “PROVISORIEDADE ORDINÁRIA” NO COTIDIANO DE IMIGRANTES EM SÃO PAULO

Caio FERNANDES<sup>1</sup>

Priscilla PACHI<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir dos anos 2010 as migrações internacionais têm se intensificado e o Brasil se torna um dos destinos para muitos imigrantes no sentido “sul-sul”. Desde então, rotas migratórias inéditas e variadas nacionalidades passam a compor o cenário migratório brasileiro. Conjuntamente a esse processo, surgem dilemas e questões ligadas ao controle da circulação das pessoas até a gestão da vida dos imigrantes no cotidiano das cidades. O objetivo deste artigo é o de aprofundar as questões relativas à vulnerabilidade da população migrante na grande São Paulo que transcendem o nível jurídico restrito às leis migratórias. Metodologicamente, foram utilizados dados qualitativos provindos de observação participante realizada entre 2017 e 2019, bem como entrevistas semiestruturadas e dados quantitativos coletados de análise documental da Polícia Federal, CONARE, IBGE, OBMIGRA e Atlas da Macrometrópole Paulista. Ao final, conclui-se que a vida cotidiana do imigrante é marcada por uma “provisoriade ordinária” transversal à muitas dinâmicas da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** migrações; vulnerabilidade; leis migratórias; provisoriedade ordinária; cotidiano.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutorando e bolsista CNPq pelo Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR – Brasil. Graduação e Mestrado em Geografia. Atualmente é integrante do “Grupo Interdisciplinar de Estudos das Migrações e Mobilidade” INTERMOB-UFSCar; do “Projeto de Promoção dos Direitos de Migrantes” PROMIGRA-FDUSP; e do projeto “(In)Mobilidad en las Américas”. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8188-2302>. caio\_fernandes1986@hotmail.com.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Doutoranda e bolsista CAPES em Geografia. Graduação e Mestrado em Geografia. Integrante do Grupo de Pesquisa Limiares (USP) e do Grupo de Estudos de Migrações do Labor (USP) em parceria com o CEM (Centro de Estudos Migratórios - Missão Paz). Atualmente é voluntária na Missão Paz por intermédio da ONG Sietar ministrando treinamentos interculturais para imigrantes e refugiados. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1552-1736>. priscilla.pachi@usp.br.

THE “ORDINARY PROVISIONAL” IN THE EVERYDAY  
LIFE OF IMMIGRANTS IN SÃO PAULO

**ABSTRACT:** *Since 2010 international migration has intensified globally, and Brazil became one of the destinations for many immigrants towards the “south-south” axis. Since then, new migratory routes have brought diversified flows that compose the actual Brazilian migratory scenario. Along with these issues related to the control of people movement and the life management in the cities has arisen. This paper aims to discuss issues concerning the immigrants’ vulnerability in the Metropolitan Region of São Paulo that goes beyond the official migratory policies. Methodologically we use qualitative data provided from participant observation carried out between 2017-2019, semi-structured interviews and quantitative data collected from a documentary analysis by the Federal Police, CONARE, IBGE and Atlas of the São Paulo macro-metropolis were used to compose the reflections presented. In conclusion, this paper argues that immigrants’ everyday life is composed by a transversal “ordinary provisional” in relation to the city’s dynamics.*

**KEYWORDS:** *migrations; vulnerability; migration laws; ordinary provisional; everyday life.*

## Introdução

As migrações internacionais no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2010, têm se intensificado de forma acelerada. Na esteira de diversas transformações que impulsionaram os mais variados fluxos migratórios para o país destacam-se, ainda que não sejam exclusivos, os denominados “sul-sul” no mundo (CASTLES; HASS; MILLER, 2013; BAENINGER, 2018). Nesse sentido, o Brasil se viu diante de inéditas rotas migratórias, em especial na sua fronteira norte (HANDERSON, 2015; MARTINS, 2019; PACHI, 2019); novas e diversificadas nacionalidades passaram a compor o cenário migratório nacional, trazendo consigo dilemas às normatividades voltadas ao controle da circulação de pessoas; e cada vez mais estados e municípios passam a vivenciar pela primeira vez a presença migratória e seus respectivos desafios no trato da questão. Em linhas gerais, os últimos dez anos foram marcados por reorientações que explicitam de muitas maneiras a constante tensão entre mobilidade e controle populacional e a (re)produção do sujeito migrante (in)desejado.

Segundo os dados do Ministério da Justiça “de 2010 a 2018 foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais” (BRASIL, 2019), sendo haitianos, venezuelanos e colombianos as três principais nacionalidades que compõem este grupo. Com relação aos haitianos, por exemplo, de 2010 a 2017 a Polícia Federal registrou a entrada de aproximadamente 93.000<sup>3</sup> pessoas dessa nacionalidade.

Além desses grupos, o Brasil passou a receber um número sem precedentes de solicitações de refúgio. Até maio de 2019 havia, segundo o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), 19.106 mil refugiados no país, isso sem contar os cerca de 45 mil venezuelanos reconhecidos em grupo sob essa condição entre o final de 2019 e agosto de 2020. Porém, mesmo com esse reconhecimento em massa, o número de solicitações ainda é muito significativo e de 2019 a maio de 2020 as solicitações que estão aguardando uma decisão somam cerca de 36.851 mil e provém de 137 nacionalidades distintas (CONARE, 2020).

Cabe destacar que apesar do aumento das imigrações, o Brasil também continua sendo um país de emigrantes. Em 2015<sup>4</sup> 3.105.922 milhões de brasileiros (em situação documentada) estavam habitando no exterior. Desse modo, o Brasil mantém a sua posição de país emigrante e se consolida no cenário mundial como um destino para muitos imigrantes e refugiados em busca de uma nova vida, ou ao menos como um corredor de passagem e de acesso para países do Hemisfério Norte como os Estados Unidos e Canadá. Uma das consequências desse complexo cenário foi a ampliação e diversificação de dispositivos e procedimentos atuantes na produção do “sujeito migrante” que, compreendem desde renovados instrumentos de regulação jurídica, ao protagonismo de agências internacionais, ONGs, projetos universitários, igrejas e coletivos.

A gestão da vida dos imigrantes torna-se um dos elementos centrais desse debate, pois é atravessada tanto por práticas de controle, como de solidariedade. Isto é, se por um lado é possível encontrar toda uma geografia atrelada aos dispositivos de segurança como: a distribuição de campos de refugiados, atravessadores, rotas arriscadas e a instrumentalização de fronteiras. Por outro lado, as práticas humanitárias também criam seus próprios meios de operacionalização conjuntamente com o agenciamento dos próprios imigrantes, na tentativa de solução para as urgências do cotidiano.

<sup>3</sup> Dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), atual Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA). Disponível em: <https://bit.ly/37TEhDh>. Acesso em: 18 fev. 2019.

<sup>4</sup> BRASIL, PAÍS DE EXPULSÃO? DESEMPREGO E EMIGRAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <https://www.comciencia.br/brasil-pais-de-expulsao-desemprego-e-emigracao-no-brasil/>. Acesso em 10 nov.2020.

O objetivo deste artigo é o de aprofundar algumas questões relativas à vulnerabilidade da população imigrante na grande São Paulo que transcendam o nível jurídico restrito às leis migratórias. Argumentamos que, em relação às normativas oficiais, aspecto que obviamente não deixa de ser relevante, há uma série de outros componentes que diversificam a precariedade migratória. Assim, ao analisar as práticas cotidianas é possível compreender o direcionamento da gestão da vida do imigrante para determinadas instituições, lugares e atividades econômicas que apontam para as inúmeras dificuldades de inserção desses indivíduos na sociedade e evidenciam, em muitos sentidos, as formas pelas quais a vulnerabilidade compõe a vida na cidade.

Metodologicamente utilizamos dados qualitativos providos de observação participante realizada em períodos distintos por cada autor. Assim, os trabalhos de campo não foram feitos conjuntamente e os resultados são frutos de diálogos e reflexões conjuntas sobre elementos comuns encontrados no curso da pesquisa. Os dados foram coletados entre os anos de 2017 e 2019 durante algumas atividades promovidas pela Missão Paz<sup>5</sup> e em outros locais do bairro do Glicério, centro de São Paulo e onde se situa a Missão Paz. Nesse segundo caso, as conversas e entrevistas foram feitas em residências ou espaços culturais nos quais os migrantes moram e/ou participam, respectivamente.

Ao longo desse período foram realizadas, então, entrevistas semiestruturadas com alguns imigrantes. Em outros casos, coletamos relatos informais sobre situações diversas enfrentadas por eles. Essas conversas não foram gravadas a pedido dos próprios imigrantes. A principal desvantagem desses relatos foi a pouca possibilidade de registrar grandes trechos literais.

Cabe ressaltar que a entrada e a realização da pesquisa de campo se deram na condição de voluntários da Missão Paz<sup>6</sup>. Isso conferiu algumas vantagens, como a proximidade com os imigrantes e uma maior facilidade para adquirir a confiança de alguns deles, sobretudo pelo histórico da instituição no apoio à

<sup>5</sup> A Missão Paz é uma obra dos Missionários de São Carlos - Scalabrinianos. Com larga vivência junto aos migrantes, imigrantes e refugiados em São Paulo. A maior parte da observação participante foi realizada através do “Eixo Trabalho”, setor responsável pela tentativa de inserção do imigrante no mercado de trabalho. Nossa atuação se deu como mediador durante as entrevistas de emprego e palestrante intercultural para imigrantes sobre adaptação e integração no país e dentro do ambiente de trabalho. Para mais informações consultar: <http://www.missaonspaz.org/conteudo/noticias/eixo-trabalho>. Acesso em: 10 ago. 2021.

<sup>6</sup> Os trabalhos de campo ocorreram em posições distintas do eixo trabalho. Como mediador das entrevistas de emprego entre empregadores e migrantes, o papel era conduzir todo o processo de entrevista, ajudando em algumas traduções quando necessário, esclarecendo dúvidas dos migrantes sobre a vaga oferecida, alertar o empregador em caso de preconceitos diversos, etc. Como palestrante interculturalista, o papel era de ministrar treinamentos na instituição com o objetivo de apresentar ao imigrante aspectos gerais sobre o Brasil, sua cultura, e a sociedade brasileira. Além disso, era realizada uma abordagem sobre o mercado de trabalho, leis trabalhistas, e para alguns pontos que o imigrante deveria se atentar em um ambiente multicultural de trabalho.

migração. Porém, algumas desvantagens também surgiram, como: o pouco tempo de contato em alguns casos e a dificuldade em obter conversas mais longas e, devido ao fato de que muitos deles haviam recém chegado ao Brasil, o idioma e o pouco conhecimento do português dificultaram algumas aproximações. É importante destacar que ao nos apresentarmos aos imigrantes, sempre deixávamos claro a condição de pesquisador e os propósitos das conversas. Assim, os registros eram feitos apenas com consentimento e sob a condição de anonimato.

Por fim, destacamos também a utilização de dados provindos de análise documental de algumas normativas oficiais e dados quantitativos coletados de fontes secundárias, como: Polícia Federal, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Atlas Temático da Migração Internacional na Macrometrópole Paulista (AMP).

## **As ambiguidades jurídicas no contexto brasileiro das migrações como dispositivos de regulação da população**

Em suas proposições sobre a genealogia do poder biopolítico, Foucault (2009 [1977]) argumenta que, diferentemente do poder disciplinar, exercido na forma de coerção sobre o indivíduo através das instituições disciplinares, a biopolítica possui a população como principal referência e os dispositivos de segurança como principais operadores de governo. A transição teórica feita por Foucault do “fazer morrer e deixar viver”, para o “fazer viver e deixar morrer” Foucault (2009 [1977]), enfatiza as formas de condução dos comportamentos da população no sentido de promoção da vida, em detrimento da morte. Contudo, o autor argumenta que para a vida de alguns ser potencializada, há a necessidade que outros morram, e não necessariamente trata-se da morte biológica, mas da morte política, social, etc.

Cabe também ressaltar que uma das questões centrais que “destravam” o governo biopolítico é a ênfase no controle à circulação. Separar a boa circulação e restringir ou redirecionar a circulação indesejada torna-se um dos objetivos primordiais para o exercício desse poder. É desse modo, portanto, que Foucault vai apontar a operação do poder biopolítico através da noção de governo:

[...] entendido, claro, não no sentido estrito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato e, aliás antigo, de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens (FOUCAULT, 2018 [1980], p. 13).

Como alertam Walters (2011) e De Genova (2013b), no entanto, recorrer à noção de governo, ou em última análise à Governamentalidade (FOUCAULT, 2009 [1977]) como ferramenta analítica em sentido genérico para as migrações pode carregar insuficiências. Basta recordar que o próprio Foucault, em seus textos voltados às análises do governo, pouco se atentou às migrações. Tampouco avançou em um debate mais aprofundado sobre a fronteira em específico, dispositivo que viabiliza a produção de uma microfísica específica de poder, cara aos estudos migratórios.

É nessa perspectiva que compreendemos a produção e administração da vulnerabilidade migratória, como expressão relacional do “Pensamento de Estado” (SAYAD, 1998) e da Governamentalidade. O primeiro autoriza e naturaliza a categorização, diferenciação, hierarquização do migrante ao produzi-lo como anomalia da razão nacional. O segundo cria e coloca em ação toda uma série de dispositivos, normativas, discursos que torna o migrante e a migração, alvos de procedimentos diversos que variam do recrudescimento de controle à solidariedade.

Associada a essa produção do “sujeito migrante” se desenrola, então, uma produção de ordenamentos, humanitarismo, solidariedade, controle de condutas, práticas de “exceção”. Essas intervenções podem ser vinculadas a “espetáculos de fronteira” (DE GENOVA, 2013a), ao surgimento de “fronteiras humanitárias” (WALTERS, 2011) e à “multiplicação de fronteiras” (MEZZADRA, 2015) que distante de operar somente nos limites entre Estados Nacionais, compõem os lugares e eventos da vida cotidiana.

Dessa forma, o sujeito “marginal” se constitui em relação e a partir das ordens operantes, seja nas afirmações ou questionamentos aos “regimes de verdade” através dos “... tipos de relações que vinculam as manifestações de verdade, com seus procedimentos, aos sujeitos operadores, testemunhas ou, eventualmente objetos” (FOUCAULT, 2018 [1980], p. 91). Em outras palavras, o “regime de verdade” em jogo atua em dois sentidos complementares: *i*) na afirmação de imigrantes como corpos “errantes”, “estrangeiros”, “marginais”. *ii*) na denúncia e testemunho das aflições, opressões, sujeições providas das práticas restritivas.

A gestão da vida e da trajetória do migrante passa, então, a ser atravessada por muitos atores e dispositivos que potencializam ou minimizam os riscos, acessos, direitos, em diversas escalas territoriais. Além disso, argumentamos que as conexões estabelecidas ao longo das trajetórias, associadas aos seus agenciamentos, algo fundamental, evidenciam o plano contingencial e geral de sua condição migratória, interligando essa vulnerabilidade às dinâmicas dos lugares em que desenvolvem suas vidas.



A classificação dos grupos populacionais dentro dos parâmetros de “boa” ou “má” circulação, ou sob a categoria de (in) desejados, perpassa, assim, todo processo migratório, e guarda, também, relação íntima com os aspectos que impulsionam a migração. Vários são e podem ser os motivos que levam os migrantes e refugiados a circularem mundo afora, no entanto, os deslocamentos e hierarquizações são mais bem compreendidos quando analisados também como parte da lógica do capitalismo global. Como explica Sassen (2016) refere-se à uma série de movimentos de expulsões a partir do capital que estão atingindo pessoas em vários países; dinâmica que Harvey (2011) argumenta resultar da acumulação por despossessão.

É a partir do desenrolar desses processos mais amplos, associados às particularidades encontradas nos lugares que, desde a primeira década deste século, presenciamos um aumento das migrações “sul-sul” no mundo. Nesse contexto, o Brasil torna-se, conjuntamente a outros países, um dos destinos em potencial na América Latina para migrantes. Isso ocorre em função de alguns motivos: *i)* recrudescimento das fronteiras dos países do “norte”, fato que aumenta os perigos e os valores para a travessia em direção a esses locais; além de oferecerem à maioria dos migrantes não mais do que uma inserção precária socialmente, convivendo, inclusive, sob a pressão da condição de deportabilidade devido à dificuldade de acesso aos documentos e outras classificações como “under-class” (DE GENOVA, 2002, 2008).

Outro ponto importante da escolha pelo Brasil é a *ii)* maior possibilidade de usufruto dos serviços públicos gratuitos do país como a saúde e a educação, provindos, justamente por meio de maiores facilidades para aquisição de documentos que os tornam regulares. Outro elemento é *iii)* o fato do país ser grande produtor e exportador de produtos agrícolas, no final da década de 1990 até o início de 2012, o Brasil, foi beneficiado pelo alto preço das commodities no mercado internacional e pelo aumento da demanda da China por produtos como soja, café, minério de ferro e petróleo. Nesse período o governo estimulou ainda mais a política de exportações e de crédito com o intuito de financiar o desenvolvimento do país e fomentar as ofertas e a criação de empregos (PACHI, 2019); *iv)* o país se preparava para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 atraindo mão de obra para vários setores da economia e ofertando emprego o que estimulava o imaginário dos imigrantes sobre o pleno desenvolvimento do Brasil.

Não é raro ouvir em conversas com imigrantes, que o Brasil nunca foi o destino preferido, e que, inclusive, mesmo após um período no país, ainda pretendem ir a países como os Estados Unidos, Canadá e “Europa”. É a migração

em direção aos destinos possíveis e não aqueles desejados (BAENINGER, 2018), um dos efeitos ainda mais amplos do que Walters (2011) identifica como o nascimento da fronteira humanitária, que dentre outros aspectos: “[...] emergem no momento em que se torna definitivo que cruzar a fronteira se tornou, para milhares de migrantes que buscam, por uma variedade de motivos, acessar os territórios do Norte global, uma questão de vida ou morte” (WALTERS, 2011, p. 137).

Conforme entrevistas realizadas com imigrantes na região central de São Paulo e por meio de conversas informais foi possível encontrarmos alguns relatos que atestam esse imaginário:

*“Pensei em migrar para os Estados Unidos, Canadá ou França, mas para o Brasil foi mais fácil pelo visto e pela minha condição econômica”.* N.S. haitiano de 23 anos. Entrevista realizada em 07/06/2017 na Missão Paz.

*“Quis muito ir para os Estados Unidos, mas é difícil entrar lá. No Brasil é fácil e gosto muito daqui”.* V.V, haitiano de 30 anos. Entrevista realizada em 11/05/2017 na Missão Paz.

*“Eu tentei ir duas vezes para a Espanha, mas a polícia pegou nosso barco na fronteira. Minha filha mora lá. Mas é muito caro para tentar ir lá de novo. Então um amigo meu falou que estava no Brasil, trabalhando e me convidou”.* T.R. guineense, 42 anos. Conversa informal realizada em 22/08/2019 na Missão Paz.

Porém, ser um destino possível ou mais factível não coloca o Brasil como um país capaz de eliminar obstáculos para os imigrantes. Dentro dos parâmetros do controle e promoção da circulação de pessoas são muitos os discursos e procedimentos que traduzem a complexidade da gestão migratória e as diferentes formas de produção do “sujeito migrante”. Cabe aqui recordar brevemente alguns tensionamentos recentes.

Até o ano de 2017, a normativa que orientava o trato da migração no Brasil era a Lei nº 6.815 de 1980 (BRASIL, 1980), mais conhecida como Estatuto do Estrangeiro, uma das últimas leis em vigor da época da ditadura militar (1964-1985). Nela o imigrante era visto como uma ameaça que podia colocar em risco a segurança nacional e limitava em muitos sentidos sua liberdade e deslocamentos pelo território brasileiro, assim como impossibilitava, praticamente, a regularização migratória.

Em 2009, passou a vigorar o Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul. O principal objetivo desse Acordo era justamente a regularização facilitada a nacionais dos países signatários na América

do Sul<sup>7</sup>. Tratava-se, portanto, de uma contraditória convivência entre o Acordo e uma lei restritiva como o Estatuto do Estrangeiro que, dentre outros aspectos, explicitava, em parte, as tensões existentes entre formas multilaterais de governança migratória e o exercício da soberania individual do país (FERNANDES, 2017)<sup>8</sup>.

A criação da nova lei de Migrações em 2017 (Lei nº 13.445/17; BRASIL, 2017) também carrega essas contradições e atritos entre a lógica do controle da circulação e a mobilidade dos imigrantes desde sua efetivação. Cabe recordar que a sanção promulgada pelo Presidente Michel Temer se deu após o veto de aproximadamente 20 artigos. E, apesar dos avanços que traz, a lei ainda carrega em sua prática resquícios restritivos, como a manutenção da Polícia Federal na responsabilidade pelos trâmites administrativos relativos à imigração, e pelas constantes portarias elaboradas que contrariam o próprio espírito da nova Lei de Migrações (NOGUEIRA, 2020).

Os (des)caminhos jurídicos que atualmente tornam a aplicação prática da nova lei limitada, suscitam algumas inquietações. Um deles se deve à manutenção de um viés policial no trato à imigração, sobretudo devido a permanência de uma instituição de vigilância de fronteira na posição central de controle migratório. Esse é um dentre os muitos pontos abertos ao debate e possíveis de serem feitos, o fato é que essa nova normativa não superou, até aqui, alguns dos resquícios restritivos marcantes de períodos anteriores.

Nos últimos anos, o Brasil recebeu diversos migrantes provenientes de vários países do mundo. Somente em 2018 foram mais de 80 mil solicitações de refúgio, sendo 61.681 de venezuelanos seguido por 7 mil solicitações de haitianos, 2.749 de cubanos, 1.450 de chineses e 947 de bengaleses<sup>9</sup>. No entanto, destacam-se as migrações sul-sul e a importância da entrada de haitianos e venezuelanos que se utilizaram da fronteira norte do território nacional e que se tornou central para o debate da acolhida, controle, e da interiorização dos imigrantes pelo Brasil.

No que diz respeito ao início da imigração haitiana para o Brasil a rota utilizada pelos imigrantes, a partir de 2010, começava em Porto Príncipe por via aérea e quando chegavam em Quito (Equador) ou em Lima (Peru), o trajeto se

<sup>7</sup> Atualmente os países que fazem parte do Acordo são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

<sup>8</sup> Esse tensionamento entre formas multilaterais de governança migratória e soberania não foi tão intenso no Mercosul devido à sua forma de agrupamento na forma inter-estatal. Assim, manteve-se o resguardo da soberania de cada país na aceitação e aplicação das normativas elaboradas nesse bloco de países.

<sup>9</sup> ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

dava por via terrestre até cruzarem a fronteira no norte do Brasil em Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasília<sup>10</sup>(AC) ou Epitaciolândia (AC). Entravam em território brasileiro como solicitantes de refúgio para garantirem a obtenção de documentos e a estada no Brasil, “uma vez que a detenção e a criminalização de solicitantes de refúgio não são aceitas no Brasil”. (FERNANDES; FARIA, 2017, p.152).

Várias foram as medidas adotadas pelo governo brasileiro para regularizar e controlar esse fluxo migratório. Primeiramente, houve a criação do visto humanitário que, reconheceu os direitos dos imigrantes, trazendo uma resposta para os pedidos de refúgio e possibilitando uma estada regularizada no país, o acesso aos serviços públicos e garantindo a não deportação desses indivíduos. Em janeiro de 2012, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) anunciou a Resolução nº 97/2012, que dispunha sobre a concessão do visto permanente a nacionais do Haiti. Para Fernandes e Faria (2017), com esta Resolução os objetivos do governo federal seriam: a organização da imigração e a diminuição da ação de atravessadores<sup>11</sup> nas vias terrestres. Em 2015 o Itamaraty firma um acordo com a OIM (Organização Internacional de Migração) para a criação de um centro de processamento de vistos em Porto Príncipe e desse modo, propicia um aumento na concessão de vistos e os imigrantes passam a chegar ao Brasil por via aérea, principalmente em São Paulo, enfraquecendo a rota usada pelo norte do país.

Outro fluxo migratório que recebeu especial atenção e distintas formas de intervenção na fronteira norte foram os imigrantes provindos da Venezuela. Tendo como local principal de entrada o estado de Roraima, as medidas elaboradas transitavam, por um lado, entre práticas restritivas de controle e tentativa de deportação por parte do governo, e por outro, por meio de medidas humanitárias intermediadas por uma série de atores, inclusive internacionais. Várias foram as análises feitas por estudiosos que buscavam compreender a construção social de um estado de emergência (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018); as crescentes tensões e práticas de xenofobia (FIGUEIRA, 2018) e a provisoriade perene que nortearam diversas práticas e ações de intervenção (SAMPAIO; JAROCHINSKI, 2018)<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Localidade onde era possível fazer a solicitação de refúgio no posto da Polícia Federal naquele momento.

<sup>11</sup> Os atravessadores ou “*brokers*” atuam como agentes intermediários de uma rede migratória para a travessia de fronteiras internacionais, sem garantia de sucesso e em troca de pagamento.

<sup>12</sup> Várias outras ações poderiam ser mencionadas, como: A operação acolhida, que dentre outras coisas, prevê a interiorização de imigrantes venezuelanos para outros estados e municípios do país; a centralidade da ação do Exército na organização dos abrigos temporários; a participação de organizações internacionais na gestão de uma “crise humanitária” e o reconhecimento coletivo da condição de refúgio de aproximadamente 38 mil venezuelanos, por compreender a existência de uma grave e generalizada violação de direitos humanos no país.

Uma das ações que mais explicitam a superposição de medidas de controle e abertura à circulação migratória, porém, pôde ser observada durante o curso da pandemia de Covid-19. A portaria emitida pelo governo brasileiro em março de 2020<sup>13</sup>, que dispunha sobre o fechamento de fronteiras devido à pandemia, previa a restrição via terrestre somente de pessoas provindas da Venezuela devido a uma suposta “dificuldade de o Sistema Único de Saúde brasileiro comportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo coronavírus SARS-CoV-2”. Após cerca de duas semanas, o fechamento se ampliou para outros países.

A mesma portaria instituiu que as restrições não impediam o tráfego do transporte rodoviário de cargas e as ações humanitárias na fronteira. O migrante que descumprisse a norma seria deportado e impedido de solicitar refúgio no Brasil, fato que promoveu os primeiros indícios da compreensão do imigrante como meros propagadores de doença e ameaças neste momento.

No mês de maio<sup>14</sup> uma medida que flexibilizava a entrada de pessoas provindas de outros países, nominalmente enquadrava os venezuelanos como única nacionalidade sob a qual se manteria a total restrição. E por fim, em junho, julho e agosto de 2020 e até novembro<sup>15</sup>, com mais exceções abertas, nenhuma delas contemplava a fronteira com a Venezuela e a entrada de nacionais deste país, ação que combinava estigmatização, hipervigilância e práticas de soberania seletiva.

Cabe ressaltar que, durante o período da pandemia, várias foram as portarias do governo referente ao trato migratório e os nossos esforços não se concentram em analisá-las exaustivamente. O intuito é evidenciar as contradições de outras práticas nesse momento mais recente, traduzidas especificamente no reconhecimento que os venezuelanos são vítimas de grave e generalizada violação de direitos humanos, concedendo refúgio em massa para essa nacionalidade e, concomitantemente restringindo a possibilidade de entrada ao colocá-los no campo dos indesejáveis.

Além das medidas já citadas, é importante mencionar que em 10 de dezembro de 2018 o Brasil assinou no Marrocos juntamente com 164 países o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM – *Global Compact for Migration*). Este acordo também conhecido como Pacto Global de Migração da ONU visa aumentar a cooperação internacional com base no aumento dos fluxos de migrantes e refugiados dos últimos anos, com o objetivo de fortalecer os direitos humanos desses indivíduos.

<sup>13</sup> Portaria 120/2020 (BRASIL, 2020a).

<sup>14</sup> Portaria 255/2020 (BRASIL, 2020b).

<sup>15</sup> Portarias 319/2020 (BRASIL, 2020c); Portaria CC-PR/MJSP/MINFRA/MS Nº1 (BRASIL, 2020d); Portaria CC-PR/MJSP/MINFRA/MS Nº419 (BRASIL, 2020e); Portaria 518/2020 (BRASIL, 2020f), respectivamente.

No entanto, com a vitória nas últimas eleições o presidente Jair Messias Bolsonaro anunciou logo no primeiro mês de seu mandato que estava abandonando o Pacto, sob a alegação de risco à soberania do Brasil. Tal medida veio acompanhada, nos meses seguintes, por duas outras: *i)* Portaria 666 do Ministério da Justiça, que previa a possibilidade de deportação sumária de “pessoas perigosas”<sup>16</sup> *eii)* a outra trata-se do Projeto de Lei nº 1928/2019, que torna mais rígidas as regras para o acolhimento e permanência de refugiados no país.

Devido às pressões e reivindicações da sociedade civil e de representantes de instituições ligadas à causa dos migrantes, o governo recuou e as pautas saíram do Senado e retornaram para a relatoria para revisão.

No decorrer desses trâmites administrativos e ambiguidades das normativas migratórias e de quem as aplica, podemos, inclusive, refletir sobre algumas questões que merecem atenção. O primeiro refere-se à manutenção da Polícia Federal no trato de todo o trâmite migratório como um dispositivo estratégico de manutenção de práticas e procedimentos mais restritivos. Seria este, um canal de resguardo para recrudescimentos sobre a entrada e permanência no país de determinados grupos indesejados?

Além da questão referente à atuação da Polícia Federal, nos questionamos se os condicionantes que possibilitaram normativas restritivas, como o Estatuto do Estrangeiro, já se dissiparam por completo? Em quais sentidos as ambiguidades normativas relacionadas à migração, que percorrem caminhos longos na historiografia nacional podem gerar desconfiças na mudança de trato ao imigrante com foco no respeito aos direitos humanos? E além disso, em que medida as promessas e efetivações provindas da lei possuem a capacidade de cobrir a vulnerabilidade do imigrante no país?

## **Vulnerabilidades e gestão da vida no cotidiano migratório de São Paulo**

A partir da década de 1970, mudanças profundas ocorrem no modo de produção capitalista global com objetivo de recuperação do ciclo reprodutivo por meio da acumulação flexível. Tais mudanças foram pautadas pelo avanço tecnológico, pela terceirização e pelo trabalho polivalente. As plantas das grandes indústrias se moveram para outras cidades e até mesmo para outros países e atraíram trabalhadores migrantes internacionais e, internamente, houve a maior procura de trabalho nas grandes cidades.

<sup>16</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a medida e suas potenciais aplicações, caso passasse a vigorar ver Ruseishvili e Chaves (2020).

Para Sassen (1998) as metrópoles readquiriam a importância estratégica como locais destinados ao setor terciário, acompanhando a mudança de direção da economia mundial. Assim: “A substituição das atividades industriais pelo setor financeiro e de serviços gerou uma nova ordem social e um novo tipo de urbanização que revelaram a atual divisão territorial do trabalho nas metrópoles” (PACHI, 2019, p. 96).

As transformações que se iniciaram em 1970 fizeram com que no decorrer das duas últimas décadas do séc. XX e agora no séc. XXI a maior parte dos fluxos migratórios globais se tornassem urbanos e com isso, as cidades passam a exercer um papel fundamental no tratamento da questão migratória. Soma-se a isso, a condição mais específica dos refugiados, onde cerca de metade vivem em cidades ou nos seus arredores (MOULIN; ZUZARTE, 2018). Tal dinâmica reposiciona, inclusive, uma série de aparatos de gestão migratória para o meio urbano e que, segundo Zuzarte (2019), transforma esses espaços em locais de controle migratório e, ao mesmo tempo, potencializa as agências e a autonomia do que conceitua como “refugiados urbanos”.

Além das transformações significativas providas dos processos descritos e que se reproduzem em grande parte nas cidades, há outros aspectos relevantes de atentar para a relação entre migração e espaço urbano. Como argumentam Glick-Schiller e Çaglar (2011), considerar as trajetórias dos migrantes nos lugares oferece fragmentos e pistas importantes para compreender como a migração reconfigura escalas e territórios, além de evitar o enquadramento da cidade como mero contexto de práticas.

Assim, o cotidiano dos migrantes e seus movimentos laterais que perpassam diversas dinâmicas econômicas, políticas, culturais, evidenciam dois elementos importantes: *i*) formas pelas quais suas trajetórias e a cidade se transformam mutuamente. *ii*) análise dos migrantes como residentes das cidades e sob a uma condição social que transborda os elementos “étnicos” promovidos pelo “Nacionalismo Metodológico” (GLICK-SCHILLER; ÇAGLAR, 2011). Obviamente, isso não significa que a nacionalidade e a escala do Estado não importam, mas são categorias que não resumem os movimentos dos migrantes nas diversas escalas.

A partir da primeira década do séc. XXI, quando a migração internacional no país se tornou uma “questão nacional”<sup>17</sup>, podemos ressaltar como ainda são

<sup>17</sup> Essa afirmação se deve justamente ao fato de que novos lugares do país passaram a conviver com imigrantes no seu território, além do tema ganhar cada vez mais destaque nos principais veículos de mídia, nas últimas eleições presidenciais, no programa de governo, como o “mais médicos”, na disputa por recursos federais por parte de estados e municípios, na interiorização de imigrantes venezuelanos, na ampliação das articulações nacionais de movimentos em prol da migração internacional, etc.

parcas e desigualmente distribuídas as políticas públicas e ações voltadas especificamente para atender os imigrantes nas escalas locais. Como mostra o relatório do IBGE (2019), apenas 5,5% dos municípios brasileiros possuem algum serviço específico voltado para o atendimento dessa população.

Porém, nesse contexto, há municípios que se destacam no debate político tanto pela quantidade de imigrantes residentes, como pela existência de políticas públicas e muitas instituições que prestam assistência a essa população: é o caso de São Paulo. Segundo o Atlas da Macrometrópole Paulista - AMP (BAENINGER *et al.*, 2020), do total de registros migratórios ativos no Brasil entre 2000 e 2019 (1.268.137) aproximadamente 42% estavam concentrados no estado (538.572).

O destaque quase absoluto é para a capital paulista e sua região metropolitana. Segundo o AMP (BAENINGER *et al.*, 2020), do total de registros ativos de 2000 à 2019 (501.029) na macrometrópole paulista<sup>18</sup>, cerca de 81% estavam na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). E a cidade de São Paulo sozinha representava 72% (361.459) do total dos registros. Além disso, segundo os dados do IBGE (2019), somente a capital paulista recebeu, entre 2010-2018, cerca de 183 mil imigrantes que se somaram àqueles que já eram residentes no município<sup>19</sup>.

O elevado contingente migratório na capital paulista, se comparado ao cenário brasileiro em geral, reforça a centralidade que a migração possui no país desde o final do século XIX período em que, inclusive, o contingente de não nacionais chegava quase ao mesmo que o de nacionais (ANDRADE, 2000). Essa presença atual que se mantém em destaque, faz com que o dia a dia da cidade seja marcado pela constante presença de imigrantes. Cada vez mais, ocupações de moradia, cortiços e pensões, centros culturais, áreas do comércio popular, praças, bairros, postos de saúde, escolas e serviços de assistência social se tornam espaços dos quais os imigrantes passam a usufruir como recursos da cidade.

Sob essa perspectiva, é importante reforçar as agências dos migrantes em conjunto com uma série de atores e que, na cidade de São Paulo, traduzem-se em muitos coletivos, ONGs, projetos universitários, igrejas, criação e implementação de instâncias políticas de gestão no município, incidência política, reivindicações diversas e, sobretudo, as estratégias migratórias e urbanas ao utilizarem muitos

<sup>18</sup> Aqui nos referimos ao recorte espacial utilizado pelo Atlas, que engloba um total de 174 municípios do estado.

<sup>19</sup> É importante mencionar a dificuldade em trabalhar com dados quantitativos precisos sobre a migração internacional, tendo em vista a mobilidade promovida por muitos migrantes, que entram e saem do país e mudam de cidade com muita frequência. Ainda assim, os dados revelam a relevância numérica do estado de São Paulo e sua capital no cenário migratório brasileiro.



equipamentos urbanos da cidade em seus propósitos. Essa densa rede foi imprescindível, inclusive, para ações durante o período de pandemia, recorte específico e muito forte da vulnerabilidade migrante<sup>20</sup>.

A capital paulista também se destaca no âmbito de políticas públicas voltadas à migração, como: Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (2013)<sup>21</sup>; Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) (2014)<sup>22</sup>; a Lei nº 16478/2016, que delimita a Política Municipal para a População Imigrante (2016)<sup>23</sup>; Conselho Municipal de Imigrantes (2017)<sup>24</sup>, 1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes (2020)<sup>25</sup>, além de contar com diversas ações de apoio providas de ONGs, Igrejas, Coletivos, Universidades, etc. Tal destaque, inclusive, rendeu à cidade ser escolhida para o projeto piloto, conjuntamente com Accra (Gana) e Montreal (Canadá), para a implantação do Índice de Governança Migratória elaborado pela Organização Internacional das Migrações (OIM), com o objetivo de servir como referência à gestão desse fenômeno no município<sup>26</sup>.

Entretanto, ainda que sejam várias as instâncias e medidas criadas nos últimos anos, muitos obstáculos ainda são observados tanto para as instituições de apoio, como para os imigrantes. Distante de ser compreendida como uma entidade homogênea, São Paulo carrega diferenciações intraurbanas significativas e considerar por quais locais a trajetória migrante é construída torna-se fundamental. A depender de seus trânsitos diários, as experiências serão vividas de distintas maneiras, de modo que não somente o imigrante passa a compor

<sup>20</sup> Para mais informações, acessar o website: [www.inmovilidadamericas.org](http://www.inmovilidadamericas.org). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>21</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>22</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/crai/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/crai/). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>23</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=205909](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/programas_e_projetos/index.php?p=205909). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>24</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/imigrantes\\_e\\_trabalho\\_decente/conselho\\_municipal\\_de\\_imigrantes/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>25</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/MIGRANTES/PUBLICACOES/Plano%20Municipal\\_Produto%20Final\\_Atualizado\\_02.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/MIGRANTES/PUBLICACOES/Plano%20Municipal_Produto%20Final_Atualizado_02.pdf). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>26</sup> Disponível em:

[https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/mgi-layout-sao%20paulo%20copy\\_PT\\_for%20print\\_updated.pdf](https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/mgi-layout-sao%20paulo%20copy_PT_for%20print_updated.pdf). Acesso em: 30 ago. 2021.

a produção do espaço urbano, como os processos urbanos também passam a ressignificar suas trajetórias.

## O imigrante na cidade

*“Deixei no Haiti uma filha de cinco anos. Não tinha muitas informações sobre o Brasil. Vim para cá por causa da facilidade de ter o visto. Vim direto para a Missão Paz e hoje vivo na Liberdade em uma casa com cinco haitianos que conheci aqui. Só dois trabalham e dividimos a comida”.* J.V. haitiano, 25 anos. Entrevista realizada em 06/04/2017 no bairro do Glicério, centro de São Paulo.

*“Trabalho e durmo num lava-rápido na Mooca. Antes trabalhei como borracheiro e morava com outros haitianos, mas não conseguia mais pagar as despesas da casa. O pastor da igreja haitiana me ajuda. Ele me dá roupas e comida”.* C.N. haitiano, 32 anos. Entrevista realizada em 11/05/2017 na Missão Paz.

*“Moro com meu cunhado e minha irmã em Itaquaquecetuba. Não consegui trabalho até agora. Na casa também moram mais cinco haitianos. A maioria não trabalha e a gente se ajuda”.* J.L. haitiano, 26 anos. Entrevista realizada em 10/05/2017 na Missão Paz.

(Como conheceu a Missão Paz?) *“Com uma amiga, ela tinha estudado tudo isso, porque eu não era uma pessoa que tinha tanta experiência, porque nunca foi minha vida. Ela estudou desde onde estávamos como iria ser quando chegássemos, onde tínhamos que ir, como para o Cáritas, depois do Cáritas vir aqui para a Missão Paz. Ela estudou tudo isso. Fiquei 3 meses na Missão Paz. (E depois?) Depois fiquei é...é...como se chama aquele lugar...Japurá! (Casa de acolhida da Rua Japurá). Aí fiquei pouco tempo, como dois ou três meses e a senhora que trabalhava ali me disse que como saía cedo, 6 da manhã e voltava 8 da noite, ela dizia que ali não estava bom para mim, que tinha que viver em um lugar melhor, mais independente. E ela me ajudou. Porque não tinha vida. Eu chegava às 20:00 da noite em Japurá e não havia mais comida, então...20:30 fecha o banheiro. Então não havia vida. Ela me encaminhou para outro local no centro, em República”.* A.D. cubano de 34 anos. Entrevista realizada em 23/10/2019 na Missão Paz.

*“Então aqui também, um dia uma pessoa chamou a polícia aqui e a polícia veio na minha casa. Mas tem um vizinho que mora lá embaixo que subiu até aqui e disse: “Cuidado, aqui no bairro você não chama a polícia aqui. Se você chama a polícia aqui, as pessoas...que tem muito tráfico aqui, a pessoa mata sua vida. Não pode isso. Eu falei: Por quê? A gente está tocando, uma pessoa reclamou e a polícia chegou”.* A.S. guineense, 38 anos. Entrevista realizada em 11/08/2019 no bairro do Glicério, centro de São Paulo.

Como destacado nos relatos orais de imigrantes acima fornecidos no curso da pesquisa, é possível identificar uma série de processos entrecruzados que evidenciam como a condição migratória acaba por se entrelaçar com a dinâmica da cidade. Situações que perpassam a moradia precária e/ou temporária, desemprego ou empregos mal remunerados e até mesmo a convivência com o crime, evidenciam o aspecto contingencial da vulnerabilidade migratória. Em todos os relatos os imigrantes encontravam-se em situação regularizada no Brasil e apesar da documentação e dos avanços nas políticas municipais e nacionais mais recentes, tais medidas solucionam apenas parcialmente muitas das suas dificuldades. Além disso, os testemunhos evidenciam que a gestão de suas vidas cotidianas inclui o usufruto de uma rede de assistência composta por igrejas, instituições de caridade, projetos de ONGs, abrigos temporários e redes migratórias de amigos, parentes, etc, como já ressaltado anteriormente.

Associada a essa observação, a escala do lugar ganha relevância primordial. Muito além de mera localização, local de trânsito ou destino, o lugar é compreendido aqui como processual e uma particularidade que se constrói em relação à dinâmicas mais amplas do mundo social (MASSEY, 2015). O lugar é um arranjo e parte de outros arranjos espaciais. Não é uma entidade espacial intrinsecamente coerente e tampouco compreendida como refúgio aos processos provindos de outras escalas. Antes de tudo, o lugar é a escala onde as trajetórias migrantes são construídas e acabam por expressar, de diferentes formas, como as normas jurídicas, sociais, as fronteiras e o humanitarismo são negociados e reconfigurados no dia a dia a partir das práticas (STAEHELI *et al.*, 2012).

Um desses elementos centrais para a gestão da vida dos migrantes são as instituições solidárias ou aquelas que possuem como objetivo reivindicar e garantir a efetivação de seus direitos. Nos trechos de entrevistas destacados acima e também através das observações de campo é possível compreender a multidimensionalidade desses locais. A primeira característica é que sua distribuição espacial desigual influencia na condução dos imigrantes por determinados circuitos migratórios na cidade. É comum o destaque à Missão Paz e ao Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), assim como outras redes de apoio.

Todas elas aparecem como suporte às trajetórias migratórias e na mediação de urgências relacionadas à diferentes formas de vulnerabilidade. Para aquelas referentes à moradia na cidade, as instituições se configuram em uma espécie de circuito de residência temporária. Esses locais variam desde abrigos oferecidos pelo Estado, casas de acolhida da sociedade civil ou religiosa, como a da Missão Paz e, não raramente, ocupações de moradia (CHARBEL, 2019).

Em muitos casos é possível identificar que não é somente na chegada à São Paulo que o imigrante toma conhecimento de algumas instituições. Antes mesmo da saída rumo à cidade já está inserido nos cálculos do projeto migratório a procura por vários desses locais. Essas são relações tecidas em redes transnacionais entre migrantes que estão ou passaram por São Paulo em algum momento, e aqueles que estão por vir. Para Portes (2004), essas relações são entendidas no contexto das migrações transnacionais e do “transnacionalismo” nos quais o ato de morar em lugares diferentes criam vínculos e redes sociais nesses espaços.

Ressalta-se que em relação à existência de abrigos temporários, há toda uma dinâmica mais ampla de difícil acesso à moradia na cidade. Essa, inclusive, é uma das questões urbanas mais sensíveis do município há tempos, como mostra Kowarick (2009) e Kohara (2009). As opções de residência no centro da cidade a esses imigrantes se restringem basicamente às ocupações, à moradia coletiva ou “de favor”. É o caso de praticamente todos os relatos anteriores.

Entretanto, como mostra Charbel (2019), as opções de moradia, os preços e o contexto do projeto migratório são considerados pelos imigrantes nas tomadas de decisão. Residir em locais mais baratos, seja em uma ocupação, em residências coletivas, cortiços ou com amigos, pode ajudar no acúmulo financeiro para trazer familiares ao Brasil ou enviar remessas para outros locais. Nesse sentido, a condição de vulnerabilidade ligada à moradia precária não implica em sujeição total dos imigrantes. Ao contrário, dentro dessas práticas, identifica-se agenciamentos que interligam a vivência na escala do lugar a outras redes migratórias de parentes, amigos, etc. E para alguns, a conquista de um quarto em um cortiço, que gira em torno de 500 reais na Baixada do Glicério, local da cidade onde está localizada a Missão Paz, é relatada com entusiasmo. Assim, ainda que esses agenciamentos tenham limitações dentro das precariedades urbanas relacionadas à moradia, os significados que possuem para os imigrantes não são de insucesso ou fracasso, necessariamente.

No que tange ao trabalho dos imigrantes e à mundialização da economia, faz-se necessário resgatar um pouco da história e contextualizar o momento atual, neoliberal, como uma consequência da crise do capital iniciada nos anos 1980 e que gerou inúmeras mudanças com base na acumulação flexível e nas formas de produção. Na esfera das relações de trabalho seus desdobramentos acarretaram a diminuição das ofertas de empregos formais, o aumento da terceirização e o crescente desemprego.

Mais recentemente, em 2008, uma forte crise econômica iniciada nos Estados Unidos espalhou-se pelo mundo trazendo consigo consequências ainda

mais desastrosas para a questão do trabalho como: a diminuição das ofertas de emprego, o rebaixamento dos salários e a redução do poder de consumo. Para Harvey (2011), esta crise configurou-se como um processo de reestruturação do sistema capitalista e de ampliação do neoliberalismo. Neste sentido, houve uma maior concentração de capitais nas mãos de poucos por meio das privatizações, desposseções e fusões e a este movimento que gerou imensas consequências para os trabalhadores de todo o mundo ele denominou de “acumulação por despossessão”.

Ainda segundo Harvey (2005), é no capitalismo que ocorre a produção do espaço e a mobilidade do capital. Para este autor o capital se universaliza quando a sua acumulação, a produção e o consumo chegam ao limite da capacidade do território e com isso, sugere como possibilidade de aumento das taxas de acumulação o “ajuste espacial”. Isto é, “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” (HARVEY, 2005, p. 48).

Como consequência do “ajuste espacial” há o aumento das migrações, pois uma grande quantidade de força de trabalho disponível num local pode ser aproveitada em outra localidade se houver deslocamentos de grupos em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Desse modo, esse processo contribuiu decisivamente para que a mobilidade humana tenha se tornado mais intensa, dentre outras coisas, devido ao deslocamento da produção global em direção às áreas mais abundantes de mão de obra barata. É neste cenário que a força de trabalho migrante vem ao encontro das necessidades de exploração do capital e suas consequências são o aumento das desigualdades e a precariedade do trabalho.

Considerando o aumento das migrações nos últimos anos, principalmente “sul-sul” e o fato do cenário brasileiro na primeira década deste século apresentar uma situação favorável economicamente, devido em grande parte à alta do preço das *commodities* no mercado internacional e, politicamente, pela estabilidade institucional, o Brasil tornou-se atrativo para muitos imigrantes em busca de trabalho e de novas oportunidades de vida.

Neste contexto, destaca-se, por exemplo, a imigração de haitianos para o Brasil, a partir de 2010 (ano que o Haiti foi vitimado pelo terremoto). Cabe lembrar que o Brasil se preparava para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 e os empresários e o governo brasileiro tiveram grande interesse na contratação desses imigrantes para atuarem como mão de obra “barata e

qualificada” num momento em que o Brasil aparecia no cenário mundial como uma economia em pleno crescimento (MAMED, 2015).

Desse modo, “a atividade econômica que mais empregou haitianos entre os anos de 2011 e 2014 foi a construção civil, seguida por abate de aves e em terceiro lugar frigorífico – abate de suínos” (CAVALCANTI; TONHATI, 2016, p.144).

Transpondo esse cenário para a escala local, através de dados obtidos pelo “Eixo Trabalho”<sup>27</sup> da Missão Paz foi possível criar a Tabela 1 abaixo com os postos de trabalhos que mais contrataram os imigrantes haitianos de 2015 a 2018. Podemos dizer com base nos dados da tabela que a maior contratação é para os postos de ajudante e auxiliares de serviços/indústria/geral; essas atividades laborais revelam que não é exigido qualificação ou algum tipo de especialização e conhecimentos específicos para a sua realização e, geralmente, a remuneração é baixa.

**Tabela 1** – Postos de trabalho que mais contrataram haitianos (2015-2018)

| ATUAÇÃO                        | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
|--------------------------------|------|------|------|------|-------|
| Ajudante                       | 66   | 60   | 38   | 19   | 183   |
| Auxiliares de serv./ind./geral | 371  | 39   | 37   | 18   | 465   |
| Camareiro                      | 12   | 0    | 7    | 0    | 19    |
| Caseiro                        | 14   | 9    | 10   | 4    | 37    |
| Diarista/Doméstica             | 38   | 7    | 5    | 9    | 59    |
| Limpeza                        | 11   | 3    | 1    | 3    | 18    |
| Pedreiro                       | 38   | 8    | 13   | 0    | 59    |
| Trabalhador Rural              | 21   | 9    | 0    | 9    | 39    |
| Montador de equipamento        | 14   | 0    | 0    | 2    | 16    |
| TOTAL                          | 585  | 135  | 111  | 64   | 895   |

**Fonte:** Pachi (2019), com base no Eixo Trabalho da Missão Paz.

Paralelamente aos dados da tabela, os resultados obtidos por meio de entrevistas feitas com 35 haitianos no centro de São Paulo revelaram que a maioria dos imigrantes (67%) que em algum momento de suas trajetórias trabalharam com carteira assinada, receberam uma média salarial entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00.

<sup>27</sup> Setor de mediação do trabalho da Missão Paz.

Redimensionando isso para a Grande São Paulo e até mesmo ao cenário nacional, percebe-se que a ocupação de postos de trabalho de pouca remuneração não é exclusividade apenas de haitianos. Com relação aos postos de trabalho mais ocupados por imigrantes em 2019 na Grande São Paulo segundo o AMP (BAENINGER *et al.*, 2020) a desconsiderar a categoria “estudante” foram: 1 - Decorador, costureiro, alfaiate, modista, peleteiro, tapeceiro ou assemelhado (5296 pessoas); 2 - Outra ocupação não classificada (3190 pessoas); 3 - Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor a domicílio, jornaleiro ou assemelhado (2640 pessoas); 4 - Sem ocupação (1984 pessoas). E a tomar como referência o contexto nacional de médias salariais destaca-se que os rendimentos médios ficaram entre 1.306 e 1.459 reais<sup>28</sup> (CAVALCANTI *et al.*, 2019).

O salário recebido pelos imigrantes entrevistados e pela média salarial apontada por Cavalcanti *et al.* (2019) revelam que o emprego, apesar de formal, garante minimamente a sobrevivência e as necessidades básicas dessa população. Inserem-se, na maioria das vezes, de forma precária na realidade da produção, da troca e do consumo por meio do trabalho. E assim, a precariedade se dissemina na inserção econômica na cidade por meio das condições de habitação e alimentação.

Com todas essas mudanças no mundo do trabalho, os imigrantes passam a ser incorporados na divisão internacional e territorial do trabalho por meio da sua inserção em trabalhos desqualificados, terceirizados, muitas vezes com horas e turnos exaustivos.

Para Pietro Basso *apud* Villen (2014), a força de trabalho imigrante é o “protótipo da força de trabalho flexível”.

[...] sujeita a todas as formas de exploração, piores horários, ritmos pesados, péssimas condições de trabalho e baixa remuneração. Uma precariedade que naturalmente se prolonga, como ressalta o autor, na condição de vida do imigrante, habitação, educação, serviços de saúde (VILLEN, 2014, p.92).

<sup>28</sup> Aqui faz-se necessário alguns esclarecimentos importantes: O AMP (BAENINGER *et al.*, 2020) não fornece dados sobre a média salarial para a Grande São Paulo. Nessa mesma referência é importante mencionar que há possibilidade de considerar os dados por continente de origem. Ao mesmo tempo que esses dados refletem uma maior ocupação dos postos qualificados por pessoas providas de Europa, EUA e Ásia, eles não são apresentados no recorte da Grande São Paulo. E para os dados providos do Relatório Anual OBMigra (Cavalcanti *et al.*, 2019), cabe ressaltar que esses dados correspondem à 10 nacionalidades com menores rendimentos médios, sendo elas: Haiti, Serra Leoa, Gâmbia, Togo, Senegal, Benin, Gana, Venezuela, Guiné Bissau e Guiné. Os maiores rendimentos são de pessoas providas da: Noruega, Grécia, Holanda, Dinamarca, Suécia, França, Irlanda, Suíça, Costa Rica e México.

Além de serem “protótipos da força de trabalho flexível”, Sayad (1998) aponta que o imigrante é uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito e sua estadia está vinculada ao trabalho, sendo este, a única razão de ser, de permanência e sobrevivência do imigrante. Cabe a ressalva de que estar posicionado dessa maneira no mundo do trabalho não significa aceitação por completo por parte dos imigrantes. Mas ainda assim, trata-se de uma lógica que destina poucas alternativas frente às urgências e oscilações vividas no dia a dia.

Para Freire da Silva (2011, p.91) “a própria mobilidade dos imigrantes se transforma em um nicho de exploração econômica, pautada em mercados ilícitos para a facilitação da migração irregular”. Muitos estão inseridos na informalidade, vendendo nas ruas de São Paulo produtos de terceiros, contrabandeados ou sem comprovação fiscal. Trabalham na emergência da sobrevivência imediata e quando são pegos pela fiscalização perdem as mercadorias e ficam endividados com o proprietário das mesmas. A vida entra numa espiral de dívida e precariedade difícil de ser superada. É neste momento que a ajuda vinda das entidades e instituições religiosas, parentes e amigos possibilitam ressignificar trajetórias e servem como pontos de apoio à manutenção dos projetos migratórios e na (auto) gestão da vida.

## **Considerações finais**

Nesse texto argumentamos que a vulnerabilidade do imigrante provém de um emaranhado complexo de dispositivos. O campo de ação das normativas oficiais, das mediações feitas pelas instituições, redes de apoio humanitárias e dos agenciamentos se mesclam com processos mais amplos que impõem limitações às suas práticas, apesar de não eliminar pequenas soluções e saídas encontradas. A depender de qual aspecto da vida social o imigrante está mais vulnerável, as ações desses e de outros atores podem ser mais ou menos efetivas. Por vezes, como no caso da moradia, trata-se de soluções temporárias que, apesar de servir como suporte aos projetos migratórios, oferecem formas de inserção precária e provisória na cidade. Para o emprego, esbarra-se em clivagens do mundo do trabalho que, via de regra, direciona a mão de obra imigrante para ocupações de baixa remuneração, por vezes temporárias ou para a economia informal. É importante ressaltar que, além dos elementos debatidos, a vulnerabilidade pode multiplicar-se a partir de outros fatores que se interseccionam, como: mulheres, negros ou grupos racializados, orientação sexual, idade, sobretudo idosos e crianças, lugares de origem, bairros que residem, etc.



Sayad (1998) destaca a condição de provisoriidade do imigrante relativa ao trabalho em associação a todo o imaginário social que compõe o pensamento de Estado, sobretudo por conceber a presença do imigrante como durável e finita. No entanto, esta provisoriidade se potencializa quando transposta para outras dinâmicas do cotidiano. Os abrigos são provisórios e sujeitos a vagas contadas, as estruturas de pensões e cortiços são dotadas de soluções provisórias que se tornam permanentes, o destino é provisório por desejarem muitas vezes seguir para os países do “norte” global, as crises econômicas, sanitárias e políticas fazem do emprego algo provisório, as conquistas e direitos são tratados como provisórios por governos e estão sob a constante tensão de retrocessos.

Refletir sobre essa provisoriidade como uma das faces da vulnerabilidade, por sua vez, remete à noção de *Ordinariness*<sup>29</sup> proposta por Staeheli *et al.* (2012). Segundo as autoras, o conceito carrega dois sentidos interligados: *i*) padrão e rotina. *ii*) ordem e autoridade. Nesse sentido, o provisório aos poucos se torna uma forma de ser e estar do imigrante, uma “Provisoriidade ordinária”. Um padrão e rotina associados a uma inserção marginal em diversas ordens ou “regimes de verdade” do mundo social: na ordem do Estado Nacional, das fronteiras, do trabalho, da moradia, da violência, da cidadania em sentido geral. São trajetórias mediadas e (auto) gerenciadas sob essa condição em relação às oscilações da vida urbana de São Paulo.

Levar em conta as trajetórias dos imigrantes sob a perspectiva de gestão da vida permite reflexões que, distante de serem conclusivas, apontam caminhos a serem explorados. O primeiro anuncia papéis distintos que os lugares e países assumem dentro de um arranjo de poder mais amplo, que remete ao controle global da circulação migratória. Tornar o trajeto a esses lugares uma questão de vida ou morte para os imigrantes, cria condições para práticas humanitárias que atuam na diminuição dos riscos, no alívio do sofrimento e na preservação da vida não somente nas “fronteiras humanitárias” dos países do Norte, como identifica Walters (2011). Tal postura restritiva produz efeitos diretos e indiretos e um deles é o redirecionamento de parte dos fluxos migratórios a países do “sul global”, como o Brasil. Isto é, ainda que muitos imigrantes assumam os riscos da tentativa de êxito em chegar a um país do “norte”, tantos outros optam por alternativas mais pragmáticas, mesmo que esse destino seja compreendido como um lugar provisório para seguir o movimento migratório mais adiante. Nesse sentido, habitar uma cidade como São Paulo e utilizar sua densa rede de apoio à migração é uma possibilidade que se constrói antes mesmo do momento da

<sup>29</sup> Não há tradução específica para o português, mas o sentido aproximado seria de rotineiro, ordinário.

saída, pois são arranjos que não somente redirecionam migrantes para países do sul, mas que tornam mais provável a ida a determinados locais e não outros, mesmo considerando o sul global.

É importante a ressalva que, apesar de nos determos aqui nos anseios de rumo ao norte global, o Brasil desde a década de 1990 também tornou-se um destino de escolha de vida e de anseio de estabelecimento de morada e reunião familiar para muitos imigrantes, sobretudo de latino-americanos. Nesse sentido, o Brasil é concebido como um corredor de passagem, acesso, mas também de relativa “fixação” da empreitada migratória, seja rumo ao desejado “norte” que atua no imaginário do imigrante como o lugar ideal e promissor, ou como país em que passa a construir suas trajetórias de forma mais prolongada.

O segundo caminho aponta para possíveis combinações entre a gestão das urgências dos imigrantes nos países do sul, articulados aos inúmeros obstáculos locais. Nesse ponto, a compreensão da gestão da vida tanto sob a ótica da fronteira humanitária, como no sentido genérico de gestão do mundo social confere à vulnerabilidade formas específicas pelas quais a condição migratória se entrelaça com os processos já em curso na escala do lugar.

Aos poucos, o que se observa são expressões da “metrópole migrante” (DE GENOVA, 2015), pois as trajetórias brevemente apresentadas indicam formas pelas quais as “lutas de fronteira” são reescaladas em forma de “lutas urbanas” em dois sentidos:

*i)* pelas constantes alterações e contradições nas normativas oficiais, que produz avanços em compasso ritmado com retrocessos e incertezas, fazendo recair sobre o cotidiano imigrante uma série de procedimentos, entrevistas, renovações de documentos a ser manejados com os desafios da vida urbana. As lutas travadas pelos imigrantes, em associação aos recursos solidários dispostos na cidade e no tecer de suas redes migratórias, portanto, carregam diariamente as fronteiras dos Estados em seus corpos, de forma rearticulada com marcadores de distinção e segregação (DE GENOVA, 2015).

*ii)* pela aproximação da gestão da vida do imigrante com as mutações da questão urbana e gestão da pobreza em sentido amplo, que passou da perspectiva de desenvolvimento/progresso e universalismo dos direitos, para um horizonte centrado nas urgências imediatas, em que reina mais fortemente um pragmatismo gestor de políticas sociais (TELLES, 2011). É aqui que se encontram os dilemas e dificuldades de instituições de atendimento e apoio que, diante de um cenário de aumento das precariedades, centram esforços significativos e importantes para que os imigrantes tenham direito a ter direitos. Porém, diante

das limitações encontradas, observam, muitas vezes, não mais do que uma efetivação provisória e marginal de inserção social.

Alívios temporários convivem com constantes provisoriedades em um fluxo de idas e vindas. As conquistas que provêm alguma autonomia para o imigrante, tratada nesse texto pelo recorte do trabalho, moradia e alguns direitos estão sujeitas a retrocessos que, em muitos casos, significam o impedimento ou restrições de entrada e permanência no país, retorno aos abrigos e novamente à busca pelo emprego formal ou à inserção no mercado informal.

Mas se são nas lutas de fronteira e urbana que muito dessa vulnerabilidade pode ser compreendida, é também nas lutas conjuntas de imigrantes e outros atores que se identifica a persistência e o desejo pela melhoria de suas condições de vida, pelo acesso à moradia, à saúde e educação, pelo direito à cidade em termos gerais. Nesse sentido, a provisoriedade e, em última análise a vulnerabilidade do migrante, sob o ponto de vista ordinário, iluminam também as ações que vão muito além da concepção de “sujeitos passivos”. Ao contrário, a presença nos lugares leva, em muitos casos, à reivindicações por direitos que questionam os termos clássicos de cidadania e evidenciam formas múltiplas pelas quais são agentes da produção do espaço urbano.

No decorrer deste artigo foram levantadas algumas questões com o intuito de propormos e instigarmos o leitor às reflexões no que tange às mudanças no âmbito da legislação, aos “retrocessos” e à própria condição de vulnerabilidade apresentada através da noção de “provisoriade ordinária” dos imigrantes. Este debate não se esgota aqui e, ao contrário de encerrar questões, propõe aberturas para futuras análises voltadas ao campo da migração internacional.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Brás, Mooca e Belenzinho: formação e dissolução dos antigos bairros “italianos” além-Tamanduateí. **Travessia**, São Paulo, v. 38, p. 5-10, 2000.

BAENINGER, R. Introdução. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: NEPO, 2018. p. 13-16.

BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Atlas temático: Migrações Internacionais, Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas**. Campinas: NEPO, 2020.

BRASIL. Portaria nº 120, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial**, Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Portaria nº 255, de 22 de maio de 2020. **Diário Oficial**, Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-255-de-22-de-maio-de-2020-258114133>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Portaria nº 319, de 20 de junho de 2020. **Diário Oficial**, Brasília, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-319-de-20-de-junho-de-2020-262502191>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Portaria CC-PR/MJSP/MINFRA/MS nº 1, de 29 de julho de 2020d. **Diário Oficial**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cc-pr/mjsp/minfra/ms-n-1-de-29-de-julho-de-2020-269235614>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Portaria CC-PR MJSP MINFRA MS nº 419, de 26 de agosto de 2020e. **Diário Oficial**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cc-pr-mjsp-minfra-ms-n-419-de-26-de-agosto-de-2020-274222561>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Portaria nº 518, de 12 de novembro de 2020. **Diário Oficial**, Brasília, 2020f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-518-de-12-de-novembro-de-2020-288022437>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>. Acesso em 15 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial**, Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial**, Brasília, 1980. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

CASTLES, S.; HASS; H.; MILLER, M. **The Age of Migration**. 5. ed. London: Palgrave Macmillan, 2013.

CAVALCANTI, L.; TONHATI, T. Considerações finais: características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana. In: CAVALCANTE, L. *et al.* (org.). **A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal**. Brasília: OBMIGRA, 2016. p. 144-149.

CAVALCANTI, L. *et al.* **Resumo Executivo: Imigração e Refúgio no Brasil**. Brasília, DF: OBMigra, 2019. (Relatório Anual).

CHARBEL, P. F. **Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas: alianças na precariedade**. 2019. 121p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS [CONARE]. **Dados e recursos**. 2020. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/comite-nacional-para-os-refugiados>. Acesso em: 15 ago. 2021.

DE GENOVA, N. Border Struggles in the Migrant Metropolis. **Nordic Journal of Migration Research**, Helsinki, v.5, n.1, p. 3-10, 2015.

DE GENOVA, N. Spectacles of migrant “illegality”: the scene of exclusion, the obscene of inclusion. **Journal Ethnic and Racial Studies**, London, v.36, p. 1180-1198, 2013a.

DE GENOVA, N. Foucault, Migrations and Borders. **Materiali Foucaultiani**, [s.l.], v. II, n. 3, p. 153-177, 2013b.

DE GENOVA, N. Inclusion through exclusion: Explosion or implosion? **Amsterdam Law Forum**, Amsterdam, v.1, n.1, p. 43-52, 2008.

DE GENOVA, N. Migrant “illegality” and deportability in everyday life. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 31, p. 419-447, 2002.

FERNANDES, C. S. **Acordo sobre Residência do Mercosul, Pensamento de Estado e Biopolítica: uma análise sobre a governabilidade no Território**. 2017. 137 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan/abr. 2017.

FIGUEIRA, R. R. Razões da Xenofobia. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO, 2018. p. 224- 230.

FOUCAULT, M. **Do Governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Original de 1979-1980.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Original de 1977-1978.

FREIRE DA SILVA, C. Caminhos cruzados: migrantes bolivianos e o trabalho informal na indústria de confecções em São Paulo. In: CABANES, R. *et al.* (org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 75-93.

GLICK-SCHILLER, N.; ÇAGLAR, A. Introduction: Migrants and Cities. *In*: GLICK-SCHILLER, N.; ÇAGLAR, A. (org.). **Locating migration: rescaling migrants and cities**. New York: Cornell University Press, 2011. p. 1-22.

HANDERSON, J. **Diaspora**: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 429f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Perfil dos municípios brasileiros 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021

KOHARA, L. T. **Relação entre as condições de moradia e o desempenho escolar**: estudo com crianças residentes em cortiços. 2009. 297 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KOWARICK, L. **Viver em risco**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MAMED, L. H. **Trabalho e migração**: O recrutamento de haitianos na Amazônia pela agroindústria da carne do Centro-Sul brasileiro. 2015. Pesquisa pós-doutoral apresentada no Programa CAPES.

MARTINS, I. **Por uma geografia das migrações**: estratégias de mobilidade e permanência em migrantes haitianos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU**, Brasília, ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.

MOULIN, C.; ZUZARTE, A. Refugiados urbanos: política, polícia e resistência nas fronteiras da cidade. **REMHU**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 219-234, ago. 2018.

NOGUEIRA, M. F. S. **Acolhida Humanitária**: novo instituto jurídico na lei de migração. 2020. 111p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

PACHI, P. **A precarização na base da mundialização contemporânea: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo.** 2019. 163 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo migrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.69, p.73-93, out. 2004.

RUSEISHVILI, S.; CARVALHO, R. C.; NOGUEIRA, M. F. S. Construção social do estado de emergência e governança das migrações: o decreto estadual 24.469-E como divisor de águas. *In: BAENINGER, R. et al. (org.). Migrações Venezuelanas.* Campinas: NEPO, 2018. p. 57-67.

RUSEISHVILI, S.; CHAVES, J. Deportabilidade: um novo paradigma na política migratória brasileira?. **Plural**, São Paulo, v.27, n.1, p.15-38, jan./jul. 2020.

SAMPAIO, C.; JAROCHINSKI, J. Complexidade x Singularidade: a necessidade de outras soluções duradouras. *In: BAENINGER, R. et al. (org.). Migrações Venezuelanas.* Campinas: NEPO, 2018. p. 391-394.

SASSEN, S. **Expulsões, brutalidade e complexidade na economia global.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

STAEHELI, L. *et al.* Dreaming the ordinary: Daily lifes and the complex geographies of citizenship. *In: Progress in human geography*, London, v.36, n.5, p. 628-644, 2012.

TELLES, V. **A cidade entre as fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Argymentvm, 2011.

VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. *In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III.* São Paulo: Boitempo, 2014. p.85-97.

WALTERS, W. Foucault and frontiers: notes on the birth of humanitarian border. *In: BRÖCKLING, U.; KRASMANN, S.; LEMKE, T. (org.). Governmentality: Current issues and future challenges.* New York: Routledge, 2011. p. 138-164.

ZUZARTE, A. **Entre a “crise do refúgio” e a “crise das cidades”:** uma análise sobre a inserção de refugiados no meio urbano. 2019. 255 p. Tese (Doutorado em Relações

Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

**Recebido em:** 31 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 03 de novembro de 2020



# LA CRIMINALIZACIÓN DE SENEGALESES EN LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, EN EL PERÍODO 2015-2019. UN ACERCAMIENTO DESDE LA INTERSECCIONALIDAD

Jeremías Pérez RABASA<sup>1</sup>

**RESUMEN:** El presente texto es un análisis de la migración senegalesa en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. El interés de este estudio es la criminalización a la que fueron sometidos con la asunción del gobierno liberal-conservador de la Alianza Cambiemos. Se señala que la criminalización de este colectivo es la intersección de diferentes discriminaciones a la que son sometidos por el Estado, siendo, los factores más importantes, los cambios normativos en materia migratoria, la persecución callejera por parte de las fuerzas de seguridad, la violencia de estos en el abordaje y la normativa judicial aplicada, que promueven las multinacionales. Las reflexiones que se presentan son el resultado parcial de una investigación que realiza este autor en el marco de una beca doctoral.

**PALABRAS CLAVE:** senegaleses; Ciudad de Buenos Aires; criminalización; interseccionalidad.

*THE CRIMINALIZATION OF SENEGALESE IN THE CITY OF BUENOS AIRES,  
IN THE PERIOD 2015-2019. AN APPROACH FROM THE INTERSECTIONALITY*

**ABSTRACT:** *This paper is an analysis of Senegalese migration in the Autonomous City of Buenos Aires. The particular interest of this study is the criminalization to which they were subjected with the inauguration of the liberal-conservative government of Alianza Cambiemos. It is pointed out that the criminalization of this group is the intersection of*

<sup>1</sup> Magister (CONICET-UNLa). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1304-6887>. [jperezrabasa@gmail.com](mailto:jperezrabasa@gmail.com).

*different discriminations to which they are subjected by the State, the most important factors being regulatory changes in immigration matters, street persecution by the security forces, violence against them in the approach and the applied judicial regulations, promoted by multinationals. These presented reflections are a partial result of an investigation carried out by this author within the framework of a PhD scholarship.*

**KEYWORDS:** *senegalese; City of Buenos Aires; criminalization; intersectionality.*

## A CRIMINALIZAÇÃO DE SENEGALESES NA CIDADE DE BUENOS AIRES, NO PERÍODO 2015-2019. UMA ABORDAGEM A PARTIR DA INTERSECCIONALIDADE

**RESUMO:** *Este texto é uma análise da migração senegalesa na Cidade Autônoma de Buenos Aires. O interesse particular deste estudo é a criminalização a que eles foram submetidos com a posse do governo liberal-conservador Alianza Cambiemos. Salienta-se que a criminalização desse grupo é o cruzamento de diferentes discriminações a que estão sujeitos pelo Estado, sendo os fatores mais importantes as mudanças regulatórias em matéria de imigração, perseguição nas ruas pelas forças de segurança, violência contra estes na abordagem e nas regulamentações judiciais aplicadas, promovidas pelas multinacionais. As reflexões que se apresentam são o resultado parcial de uma investigação realizada por este autor no âmbito de uma bolsa de doutoramento.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *senegaleses; Cidade de Buenos Aires; criminalização; interseccionalidade.*

## Introducción

El presente texto es el resultado parcial de una investigación enmarcada en un proyecto doctoral que realiza este autor como becario del CONICET<sup>2</sup>. Los análisis que se exponen son producto de un trabajo que lleva 3 años en ejecución. El interés de este estudio es particularmente el proceso de criminalización de los senegaleses en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en el período 2015-2019,

<sup>2</sup> El Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), es el principal organismo dedicado a la promoción de la ciencia y la tecnología en la Argentina, dependiente del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación de la Nación.

a partir de los diferentes cambios en la política migratoria con la asunción de un gobierno liberal-conservador. En este texto se presenta la intersección de diferentes discriminaciones hacia el colectivo senegalés y como estas operan en la construcción de un “ellos” criminal que funciona como justificativo de la violencia estatal. Para abordar esta cuestión, además de un exhaustivo repaso por los trabajos académicos sobre la particularidad de la migración africana en Argentina, se analizaron los informes producidos por el Sistema Internacional de Derechos Humanos en este período para el país, la ley N° 25.871 (ARGENTINA, 2003), la Disposición N° 2 de la Dirección Nacional de Migraciones (ARGENTINA, 2013) sobre regularización de migrantes senegaleses, el Decreto de Necesidad y Urgencia N° 70 del año 2017 (ARGENTINA, 2017), los informes del Ministerio Público Fiscal de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en este período (BUENOS AIRES, 2018c), el informe del año 2017 sobre senegaleses del Ministerio Público de la Defensa de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (BUENOS AIRES, 2017a), el informe del 2018 sobre violencia contra senegaleses de la Defensoría del Pueblo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (BUENOS AIRES, 2018a), las denuncias públicas realizadas por el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS, 2018) y Amnistía Internacional (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2017), el informe del año 2019 sobre venta callejera de la Cámara Argentina de Comercio y Servicios (CAC, 2019), y diez notas periódicas de diarios nacionales que dan cuenta de la situación. Se establecen, en primer lugar, a modo de orden del texto algunos conceptos teóricos desde los cuales se analiza el fenómeno en el apartado denominado “herramientas conceptuales”. Allí se desarrolla el concepto de interseccionalidad y la importancia de aplicación en este caso concreto. En el segundo apartado se explican brevemente algunas características de la comunidad senegalesa migrante en Argentina. En el tercer apartado denominado “Criminalización interseccional” se desarrolla el caso particular desde cuatro aristas distintas, pero interconectadas, la normativa migratoria, la persecución por perfil racial, la violencia en la intervención de las fuerzas de seguridad y algunos elementos relativos al trabajo que desarrolla la mayoría de la comunidad senegalesa en el país. Finalmente, en el último apartado se exponen las palabras finales.

## 1 Herramientas conceptuales

La criminalización de los senegaleses en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires es un proceso donde intersectan diferentes formas de discriminación. Se fundamentará a lo largo del trabajo que en este caso opera la xenofobia, el racis-

mo, la discriminación de clase y la violencia contra los hombres subalternos (MENJIVAR OCHOA, 2017), pero no como una sumatoria de discriminaciones, sino como una intersección de estas. La concepción de las migraciones como problema de seguridad se presenta como tensión desde la propia concepción de los Estados nación en la búsqueda de afirmación de la soberanía (ŽIŽEK, 2016). No obstante, en el contexto actual, estos procesos se han transformado notablemente (BHABHA, 2013). En este sentido, la criminalización del migrante es el proceso de construcción de estos como una amenaza de la cual hay que defenderse, sea con legislación migratoria dura, detenciones o deportaciones o con otras prácticas que pueden ser incluso administrativas que clasifican migrantes y lo relacionan con el delito (BIGO, 1998). Es decir, según de donde venga será más o menos delincuente; de lo que nunca se podrá desligar el migrante es de la sospecha. Pero, además, el arbitrario tratamiento del Estado a ciertos migrantes como si fuesen criminales no está sujeto a una acción determinada del mismo, sino que la definición de a quién el Estado “acepta” y a quién “rechaza” está tomada previamente, antes de la llegada del sujeto migrante en sí. Sobre las clasificaciones y jerarquías en el proceso de criminalización, la criminología crítica hace foco en las relaciones de poder que estructuran las relaciones sociales (BARATTA, 1979), incluso algunos autores señalan directamente a la raza y la clase “(...) como ideologías justificadoras de las relaciones de poder actuales, que además se retroalimentan y refuerzan mutuamente” (MONCLÚS MASO, 2005, p.264). En este sentido, podemos afirmar que la criminalización de la migración supone no solo una “condición de otro” (ESPIRO; ZUBRZYCKI, 2013, p.109) por origen del sujeto, sino que también será atravesado por la discriminación racial y por una “class supremacy” (MILLER, 1928, p.2). En este texto, se incorpora, además, como variable de análisis, el género (MONCLÚS MASO, 2005), que actúa en este caso sobre las masculinidades de estos hombres subalternos (MENJIVAR OCHOA, 2017). Se entenderá entonces que la criminalización de los senegaleses se debe a su condición de extranjero, a su condición de clase, a su condición racial y de género. No obstante, la articulación de las categorías que se propone para analizar la situación de la comunidad senegalesa es la interseccionalidad (CRENSHAW, 2011). Aunque Kimberle Crenshaw incorporó esta definición en el año 1989 en el texto *Demarginalizing the intersection of race and sex*, el feminismo negro impulsó esta mirada multidimensional sobre la discriminación de la mujer negra desde muchos años antes (VIVEROS VIGOYA, 2016). La característica de la interseccionalidad es que no propone una sumatoria de discriminaciones, sino que advierte que diferentes discriminaciones pueden intersectar en una complejidad diferente que no es solo la suma de las partes,

sino una forma de discriminación distinta, interseccional (CRENSHAW, 1991). Lo novedoso del texto del año 1989 de Crenshaw es que incorpora esta palabra para dar cuenta de la discriminación en la justicia, analiza casos de trabajadoras contra la multinacional General Motors y como, incluso la mirada de múltiples discriminaciones no da cuenta del fenómeno de la interseccionalidad:

La negativa de la corte en DeGraffenreid a reconocer que las mujeres negras enfrentan discriminación combinada con la raza y el sexo implica que los límites de la doctrina del sexo y la discriminación racial están definidos respectivamente por las experiencias de las mujeres blancas y de los hombres negros. Bajo este punto de vista, las mujeres negras están protegidas solo en la medida en que sus experiencias coincidan con las de cualquiera de los dos grupos (CRENSHAW, 1989, p.143, traducción propia).

Un aspecto importante que se desprende de lo señalado es el concepto de masculinidades analizado desde la interseccionalidad. Este aspecto fue enormemente abordado desde una mirada crítica (KIMMEL, 1992), siendo el máximo exponente Viveros Vigoya (2016), quien trabajó sobre la particularidad del hombre negro e indígena en América Latina. En este texto se recuperan estos análisis para comprender la comunidad senegalesa migrante ya que, pese a que está documentada la existencia de migrantes mujeres (ZUBRZYCKI, 2016), la mayoría de los senegaleses en el país son hombres jóvenes de 18 a 35 años (KLEIDERMACHER, 2012). Estos hombres subalternos, no hegemónicos, soportan una inusitada violencia institucional bajo la justificación de que son peligrosos para el Estado, asociando al hombre negro con el crimen. Este proceso de deshumanización transforma a estos hombres subalternos en sujetos espectrales. Esta negación de humanidad los convierte en sujetos pasibles de recibir violencia.

Otro aspecto importante que merece una aclaración es la cuestión racial. En este trabajo se entiende que “Raza es signo, y su único valor sociológico radica en su capacidad de significar. Por lo tanto, su sentido depende de una atribución, de una lectura socialmente compartida y de un contexto histórico y geográficamente delimitado” (SEGATO, 2007, p.76). Para delimitar específicamente que aspectos se consideran relevantes en este trabajo, es necesario dar cuenta mínimamente del racismo estructural en el país, para poder señalar después, porque se considera que en el período de gobierno de la Alianza Cambiemos la persecución racial fue en aumento y se volvió sistemática contra los senegaleses.

En este sentido es importante señalar que, desde la propia concepción del Estado argentino, las elites manifestaban la necesidad de “blanquear” a la población argentina para reducir el carácter mestizo de la misma. El caso más emblemático por su peso en la historia nacional es Domingo Faustino Sarmiento, pero no es el único, Alberdi, “padre” de la constitución nacional se expresaba en los mismos términos (ALBERDI, 1916). Estos argumentos terminaron haciendo parte del propio texto constitucional de 1853, que hasta el día de hoy sigue vigente como la carta magna del Estado argentino:

El Gobierno federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar la industria, e introducir y enseñar las ciencias y las artes (ARGENTINA, 1994, art.25).

Esta mezcla que se proponía tenía como objetivo la invisibilización de la mayoría de la población negra e indígena (GARCÍA, 2010) con el paso de las generaciones. Esta activa política de blanqueamiento se completó con la negación de la existencia negra e indígena en estadísticas (LYMAN, 1979), en la historiografía (RÍO ORTIZ, 2009) y desde la simbología nacional (CIRIO, 2003). El objetivo era la negación e invisibilización total. Como contrapartida, al negar la negritud local, se refuerza lo que García (2010, p.12) denomina “extranjerización”, es decir, todo no blanco es extranjero. En este sentido opera el racismo frente a la presencia de los migrantes senegaleses, más aún en la Ciudad de Buenos Aires, que, a diferencia del resto del país, tiene una población que es en su mayoría fenotípicamente blanca. La extranjerización, entonces, en este contexto se presenta como hipervisibilización (GARCÍA, 2010), son hipervisibles en las calles de una ciudad que se auto reconoce como blanca.

## **2 La comunidad senegalesa en el país**

Interesa en este apartado hacer una breve reseña sobre la comunidad senegalesa en la Ciudad de Buenos Aires. Se presentan algunas características de la misma como la cantidad de migrantes, su inserción laboral y los problemas habitacionales. Cabe señalar que el hecho de que la mayoría de los migrantes senegaleses se encuentren en situación documental irregular los afecta notoriamente tanto en el trayecto migratorio transnacional, como en su inserción en el país de destino y la posibilidad de ejercer sus derechos allí. La migración senegalesa en Argentina

es una migración reciente, ya que, pesar que se cuentan con registros de ingresos al país desde los años 90, recién en la primera década del siglo XXI, se consolidó como la comunidad africana más grande de Argentina (ZUBRZYCKI, 2009). El último censo realizado en el año 2010, arrojó un registro de 459 senegaleses en el país de los cuales el 54,7% vivían en la Ciudad de Buenos Aires. Las investigaciones realizadas sobre este resultado dan cuenta de que este número es un subregistro (KLEIDERMACHER, 2016). De hecho, ya para el año 2010 la Asociación de Residentes Senegaleses en Argentina (ARSA) señalaba que la comunidad en el país estaba compuesta por 2500 migrantes aproximadamente (KLEIDERMACHER, 2016). Más allá del subregistro, la distribución de los migrantes en el territorio continua el mismo patrón del censo, es decir, la mayoría vive y trabaja en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (ZUBRZYCKI, 2016). Para el año 2015, los referentes de ARSA señalaban que había aproximadamente 5000 migrantes senegaleses en Argentina (PACECCA; CANELO; BELCIC, 2017). Número que se mantiene estable, según afirman, desde ese año (PÉREZ RABASA, 2019). Este dato, ARSA lo construye calculando la cantidad de concurrentes a la celebración del Gran Magal<sup>3</sup> que realizan cada año. El último evento, se realizó en el estadio de All Boys, en la Ciudad de Buenos Aires. Pero también se realizaron festejos más pequeños en Córdoba y en La Plata (PÉREZ RABASA, 2019). El carácter irregular de esta migración, y la característica transnacional del viaje a la Argentina desde Senegal, hacen que no haya registros oficiales confiables y que sea difícil saber con exactitud cuántos migrantes se encuentran en el territorio. No obstante, el dato sobre la cantidad de senegaleses que proporciona ARSA es coincidente con las investigaciones producidas en Ecuador y Brasil, ambos países “llaves” de ingreso de la comunidad al continente. Durante la primera década del siglo XXI, el ingreso mayoritario de los senegaleses al país se hacía a través de Brasil (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011). Tramitar una visa turística a Brasil desde la capital de Senegal<sup>4</sup> permitía en principio tomar un vuelo hacia el continente. Esta “llave” a América permitía luego la llegada al país de destino por una frontera terrestre (ZUBRZYCKI, 2013b). Luego de esta primera década, Brasil “endureció” el otorgamiento de visados para esta comunidad (GOLDBERG; SOW, 2017). Cuando Brasil se comenzó a presentar problemático como estrategia de entrada al continente, Ecuador fue la alternativa, sobre todo desde el año 2008, cuando Ecuador aprobó la nueva constitución que señalaba “(Ecuador) Propugna el principio de ciudadanía universal, la libre movilidad de todos los habitantes del planeta y el progresivo fin de la condición

<sup>3</sup> Esta es la celebración anual más importante de los senegaleses pertenecientes a la cofradía Mouride de origen Wolof que son mayoritarios dentro de la comunidad migrante en Argentina (KLEIDERMACHER, 2015).

<sup>4</sup> Brasil cuenta con una embajada en la ciudad de Dakar. Argentina no.

de extranjero como elemento transformador de las relaciones desiguales entre los países, especialmente Norte-Sur” (ECUADOR, 2008, Art 416, Inc. 6). Esta nueva legislación eximía a los viajantes del pedido de visado, de esta forma el ingreso al continente era más sencillo, pero el país de destino se presentaba un poco más lejos, y el recorrido por tierra hasta la frontera más complejo. Según refiere el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de Ecuador, esto se ve reflejado estadísticamente sobre todo desde el año 2012, donde pasan a ser 247 los ingresos de senegaleses al país contra 22 del año anterior. Otro dato interesante es que los egresos registrados el año 2011 son 21, uno menos que los ingresos; para el año 2012, los egresos informados son solo 62, esta tendencia crece hasta el año 2015 con 3473 ingresos y 71 egresos solamente (INEC, 2019). A finales del año 2015, el Estado ecuatoriano anunció que pediría visado a los ciudadanos provenientes de Senegal (Acuerdo Ministerial N° 088, ECUADOR, 2015), para el año 2016, el número de ingresos y egresos volvió a ser parecido a lo que era previo al 2012, 61 ingresos y la misma cantidad de egresos (INEC, 2019). Se puede afirmar sobre los datos producidos por el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de Ecuador que aproximadamente 6 mil senegaleses permanecieron en el continente (MÉNARD MARLEAU, 2017). Por otra parte, el registro de ACNUR (2014) para Brasil da cuenta de una tendencia creciente de solicitudes de refugio de senegaleses en ese país desde el año 2012, siendo 161 solicitudes ese año y 1687 en el año 2014. En el caso argentino, la tendencia creciente de solicitudes de refugio se puede observar desde el año 2006 aproximadamente (PÉREZ RABASA, 2019). Al solicitar el estatus de refugiado, lo que obtienen los migrantes es un certificado provisorio, conocido como “precaria”, este documento es válido en tanto se resuelva la situación en la Comisión Nacional de Refugiados, un trámite que puede llevar bastante tiempo. Mientras esto suceda, se encuentran provisto de algún tipo de documentación (ZUBRZYCKI, 2013a). Estas estrategias también implementaron como comunidad en Brasil (MÉNARD MARLEAU, 2017), no obstante, a diferencia de Brasil, en Argentina hubo una disposición especial de regularización de migrantes senegaleses (Disposición N°2 del 2013), que habilitó estrategias de regularización diferentes por parte de la comunidad. Es importante señalar que la disposición de regularización fue conflictiva en su aplicación, y solo logró otorgar documentos permanentes<sup>5</sup> a 1191 (ARGENTINA, 2013)<sup>6</sup>. La mayoría de los que se acogió al plan no pudo termi-

<sup>5</sup> El Estado otorga un documento transitorio llamado “precaria” mientras el migrante realiza el trámite de regularización, luego de concluido el mismo otorga un documento de “residencia temporaria” y luego de dos años, se puede realizar el trámite para obtener un documento de “residencia permanente”. Este último es el documento definitivo de los migrantes en Argentina.

<sup>6</sup> Esta información se obtuvo tras un pedido de información pública realizado por “Red Acción”, y la correspondiente solicitud de la misma para incluirla en este trabajo.



narlo (PÉREZ RABASA, 2019). Sin embargo, no se desarrolla esta cuestión por no ser materia de análisis del presente trabajo. En cuanto a la irregularidad migratoria, es importante señalar que la legislación migratoria de Argentina (ARGENTINA, 2003) marca una distinción entre migrantes MERCOSUR, que pueden acceder a la regularización por el solo hecho de migrar desde países integrantes o asociados al mismo, e integrantes extra-MERCOSUR, que deben dar cuenta de algunas de las disposiciones que se encuentran en el artículo 23 para poder acceder a la regularización. Además, los ingresos al país por pasos irregulares, por las características de la movilidad transnacional, los imposibilita en el futuro para la realización de este trámite en la Dirección Nacional de Migraciones. Respecto de la solicitud de refugio, aunque otorga una documentación transitoria mientras se realiza el trámite, en líneas generales, la Comisión Nacional de Refugiados no considera a los migrantes senegaleses como refugiados y revota sistemáticamente las solicitudes. Esto se debe a que los considera migrantes económicos, es decir, personas que no se ven forzadas a abandonar su país por persecución racial, religiosa, de nacionalidad o por pertenencia a un determinado grupo social, ni que su vida, su libertad o su seguridad corra peligro, ni exista en Senegal un conflicto armado o violaciones masivas de derechos humanos. El pedido de refugio por parte de la comunidad es simplemente una estrategia para regularizar su situación documental. Si se toma el periodo de 1985 al 2016, que es el último año del cual se disponen datos, de 3223 solicitudes de refugio por parte de senegaleses solo se han otorgado 83, aproximadamente el 3% de los solicitantes obtuvieron el refugio (PÉREZ RABASA, 2019).

Así que, aunque no se cuentan con registros oficiales, se puede señalar tras analizar las investigaciones producidas tanto en Argentina como en Brasil (MÉNARD MARLEAU, 2017), que la comunidad senegalesa en el período analizado, 2015-2019, se mantuvo estable en cuanto al número, siendo aproximadamente 5 mil personas las que la componen. Este número, aunque es una estimación, permite afirmar que la comunidad senegalesa es muy pequeña en relación a otras comunidades en el país, apenas el 0,27% del total de migrantes en el territorio. Este porcentaje tan pequeño choca con el hecho de que el Estado no logre dar una respuesta efectiva de regularización. Como la mayoría de los migrantes senegaleses en Argentina se asientan en la Ciudad de Buenos Aires y desarrolla su actividad laboral allí, es importante analizar específicamente como es la organización de los migrantes en este territorio, en que barrios se asientan y en que barrios desarrollan su actividad. Es destacable, también, que el trabajo como la vivienda son cuestiones críticas en la Ciudad más allá de lo que le sucede a esta comunidad (TREVISANI VESPA; MAMBERTI, 2012), no obstante, el carácter irregular de la migración los expone a situaciones de mar-

ginación tanto en lo laboral como en lo que respecta a la vivienda. En cuanto a la vivienda, predomina la estrategia de agrupamiento. Esto por un lado permite abaratar los costos de alquiler y, por otro, sortea un problema generalizado en la comunidad que es la falta de documentación, cuestión necesaria para conseguir un arriendo. Como las posibilidades de alquiler son limitadas, se hacen en condiciones precarias, mayoritariamente en pensiones que se encuentran emplazados en los barrios de Balvanera, Constitución, Flores, Liniers, Barracas, Parque Patricios, Nueva Pompeya fundamentalmente, pero también en otros puntos de la Ciudad. Además, funcionan como hogar los hoteles inhabilitados por el Gobierno de la Ciudad. Los dueños de estos alquilan piezas a familias de migrantes, en Balvanera, Constitución, Flores y Liniers sobre todo, pero no solamente en esos barrios (BUENOS AIRES, 2018a). Entre las estrategias menos populares en la comunidad senegalesa encontramos dos, la estrategia del subalquiler, es decir, un migrante alquila un departamento y luego subalquila a compatriotas. Finalmente, la vivienda compartida en los asentamientos de la Ciudad, en los que se encuentran en el Sur, Villa Zabaleta, 1-11-14, y los que no, como en la Villa 31. Las condiciones de estas viviendas son generalmente malas y la necesidad de agruparse para costear las mismas genera hacinamiento, dos factores de notable impacto en la comunidad (KLEIDERMACHER, 2017). No obstante, esta estrategia abarata costos, ya que no es solo la vivienda, sino que también se comparten las comidas. Además, vivir juntos otorga una red de contención para cualquier necesidad que se tenga (RUCHANSKY, 2009), incluso ante el robo de mercadería por parte de las fuerzas de seguridad, lo que permite conseguir con facilidad nuevamente algo para vender (KLEIDERMACHER, 2012). En cuanto a la actividad laboral, la mayoría de los senegaleses en el país se desempeña como vendedor ambulante. Esta actividad de carácter móvil les da la posibilidad de traslado para buscar mayores ganancias dependiendo las temporadas de ventas. Por otro lado, es una actividad que en otras latitudes también desempeña la comunidad migrante senegalesa (LACOMBA VÁZQUEZ, 2018). Otro factor que incide en la elección de esta actividad es el idioma, ya que no se requieren mayores conocimientos del español para desempeñarla, con solo aprender algunas palabras, un senegalés recién llegado puede empezar a trabajar (SARUBBI, 2014). Finalmente, se afirma que el hecho de que la propia comunidad facilite la mercadería apenas el migrante llega al país y algún compatriota lo acompañe en los primeros días, mostrando donde puede trabajar y cómo hacerlo, resulta fundamental para los recién llegados (KLEIDERMACHER, 2012). Estas “complejas redes sociales, comerciales y religiosas” (REITER, 2010, p.20) funcionan como sostén cuando las fuerzas de seguridad les decomisan la mercadería. La

posibilidad de endeudarse con un compatriota para poder volver a vender es una estrategia extendida en la comunidad, aunque no debe entenderse solo como una red comercial, el aspecto económico es sin dudas importante. Otra estrategia de obtención de la mercadería para algunos senegaleses es la compra de productos por cuenta propia en el barrio de Once fundamentalmente. Consiguen mercadería para revender en los mayoristas emplazados en este barrio, pero también existen “senegaleses mayoristas”, que compran en grandes cantidades y reparten mercadería por los hoteles, concesionada o no, dependiendo el caso (ZUBRYCKI, 2016). Todos estos elementos son centrales para entender el proceso de criminalización al que fueron sometidos por el Estado en este período, no obstante, es necesario señalar que muchas de las situaciones de vulneración de derechos que se vivieron en este período tienen una raíz mucho más profunda, que trasciende la gestión liberal-conservadora de la Alianza Cambiemos, aunque en este período se puede constatar ciertas características particulares que se señalan en el siguiente apartado.

### 3 Criminalización interseccional

Durante el período que se analiza, hubo un giro en la política migratoria que significó un retroceso de los derechos de todos los migrantes:

Las distintas medidas adoptadas por el Gobierno de la alianza Cambiemos, desde su llegada al poder en 2015, se basaron en una vinculación directa entre migración y criminalidad, dirigida a reinscribir la política migratoria en el terreno de la seguridad y a enfatizar el control, en detrimento de la integración de las personas migrantes (PENCHASZADEH; GARCÍA, 2018, p.91).

Lo notable del caso es que este período caracterizado por un retroceso en materia de derechos humanos de migrantes también fue atravesado por una serie de informes para evaluar la situación de los derechos humanos en el país, por parte de Naciones Unidas (ONU), en lo que se puede llamarse la “segunda ronda de informes en la historia de la Argentina ante los Comités de Naciones Unidas” (JARAMILLO FONNEGRA, 2019, p.73). Con esto se señala que no solo significó la asunción de la Alianza Cambiemos un cambio en los discursos prácticos y leyes en relación a migración, sino que además existieron una serie de reclamos de distintos órganos del Sistema Internacional de Derechos Humanos que dieron cuenta de esta situación. La vinculación de la migración con el delito

se evidencia en el discurso presidencial de inauguración de las sesiones ordinarias en el Congreso de la nación en marzo del 2016 (DISCURSO..., 2016) donde el entonces presidente vinculó a los migrantes con el narcotráfico; también en el aumento de expulsiones durante los cuatro años de gestión (DURANTE..., 2019) y en el Decreto de Necesidad y Urgencia 70 del año 2017 (PÉREZ RABASA, 2018), que se desarrolla brevemente en el siguiente apartado, por solo mencionar tres elementos. Estos cambios en la política migratoria han afectado a toda la comunidad migrante en el país, no obstante, en este apartado solo se hace referencia a los cambios que han impactado notablemente a la comunidad senegalesa en CABA.

### **3.1 Normativa excluyente**

La ley de migraciones N° 25.871, fue sancionada el 17 de diciembre del año 2003. Tal como se señaló más arriba, a pesar de ser una legislación que incorporaba estándares de derechos de migrantes, y que fue notablemente elogiada por los órganos del Sistema Internacional de Derechos Humanos (CERIANI CERNADAS, 2004), la ley planteó una división entre migrantes de MERCOSUR y de extra-MERCOSUR, en este sentido, le daba reconocimiento a los migrantes limítrofes que eran en ese momento, y son ahora todavía, los migrantes más numerosos en el país. No obstante, los migrantes que no pertenecen a esta comunidad de naciones, como es el caso de los senegaleses, no encuentran una “ventana” de regularización, ya que no pueden dar constancia de su ingreso al país, por haberlo hecho de forma irregular, no pueden dar cuenta de un trabajo y acogerse a la figura del “trabajador migratorio”, porque la ley no reconoce la venta ambulante como tal, y por otro lado, tal como se detalló, el Estado tampoco los reconoce como refugiados, con lo cual la irregularidad documental es el destino para la mayoría de la comunidad senegalesa. Por esta razón es que, tras presiones de la propia comunidad senegalesa, la Dirección Nacional de Migraciones decidió realizar un régimen especial de regularización en 2013, que permitió al 20% de la comunidad, aproximadamente, obtener un documento definitivo. A estos señalamientos, que se refieren a la situación migratoria de esta comunidad previo al año 2016, hay que sumar el hecho de que con la asunción de la Alianza Cambiemos, se modificó por decreto la ley de migraciones (ARGENTINA, 2017), cuestión que puso a los migrantes senegaleses en una situación de vulneración mucho mayor a la ya mencionada irregularidad. El Decreto de Necesidad y Urgencia 70 del 2017 sustituye diez artículos de la Ley de Migraciones, incorpora quince, y deroga uno. Pero son

las modificaciones de los artículos 29, el 54 y el 86 las más relevantes para este tema, por los cambios en los plazos y las formas respecto de la asistencia jurídica gratuita, la notificación y el recurso de revisión, tanto como la asociación de la irregularidad a la criminalidad. El artículo 29 se refiere a las causales impeditivas de ingreso y permanencia del país, enumerando una serie de cuestiones como por ejemplo “Tener antecedentes por actividades terroristas”, “Haber incurrido o participado en actos de gobierno o de otro tipo, que constituyan genocidio, crímenes de guerra, actos de terrorismo o delitos de lesa humanidad”, entre algunos otros. El inciso más problemático para la comunidad senegalesa es el K que refiere “Intentar ingresar o haber ingresado al territorio nacional eludiendo los controles migratorios, o por lugar o en horario no habilitados al efecto” (inc. k). Esta cuestión ya estaba presente en el texto de la ley original, y nos permite señalar que equiparar un acto terrorista con la irregularidad migratoria es sin dudas una forma de criminalización de la migración más vulnerable. No obstante, con la modificación del Decreto al inciso c del artículo 29, se elimina la limitación temporal de las penas “Haber sido condenado o estar cumpliendo condena, o tener antecedentes o condena no firme en la República Argentina o en el exterior, por delitos que merezcan según las leyes argentinas penas privativas de libertad” (ARGENTINA, 2017, art.29). Esta supresión del límite temporal de 3 años o más que estaba en la ley original, y la incorporación de la “condena no firme”, amplía la posibilidad de expulsar migrantes, perjudicando fundamentalmente a quienes las fuerzas de seguridad persiguen cotidianamente, como es el caso de los migrantes senegaleses por el tipo de actividad económica que realizan, ya que son trabajadores de la economía popular (CORAGGIO, 1989), criminalizados por desarrollar su actividad en la calle. Al respecto la Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires afirmó: “En tal sentido, a modo de ejemplo, la venta ambulante que pueda implicar infracción a la ley de marcas, una tentativa de hurto, una protesta o manifestación pública que pueda derivar en una investigación penal, son causales que obstan al ingreso y permanencia” (CARRIL, 2017, p.7). La modificación del artículo 54 de la ley de migraciones, versa sobre notificaciones, y para el caso particular de este análisis resulta de suma importancia, ya que como se señaló, las condiciones de vivienda de la mayoría de la comunidad son precarias. La modificación versa:

Si no constituyese domicilio alguno, o el constituido no existiere, los actos emitidos por la Dirección Nacional de Migraciones se tendrán por notificados de pleno derecho, en el término de dos días hábiles, desde el

momento de su emisión, quedando los mismos disponibles en la mesa de entradas de la citada Dirección Nacional (ARGENTINA, 2017, art.5).

Esto genera un problema práctico, ya que la mayoría viven en hoteles o pensiones donde conviven varias personas en cada pieza, muchos de esos hoteles están en situación de irregularidad o son precarios (KLEIDERMACHER, 2016), pero para la Dirección Nacional de Migraciones un migrante puede estar notificado de una expulsión, aunque esto nunca haya sucedido efectivamente. Es realmente difícil pensar que un senegalés en esta situación precaria de vivienda, se presentará todas las semanas en mesa de entrada de la institución correspondiente para saber si hay una notificación a su nombre. De todas maneras, tal como queda establecido en la nueva legislación, se los considera notificados, los tiempos corren y se vencen los plazos para recurrir la posible sanción administrativa. Se entiende entonces, que este régimen de notificaciones lesiona derechos y afecta fundamentalmente los migrantes con una situación de vivienda precaria. Finalmente se hace referencia a la modificación del artículo 86, sobre la asistencia jurídica. Interesa a los fines del presente texto la aclaración final del artículo “Cuando no haya sido requerida la asistencia jurídica gratuita o no se acreditará de forma fehaciente la falta de medios económicos, se continuará con las actuaciones administrativas sin más trámite” (ARGENTINA, 2017, art.24). En este caso, se pone en cabeza del migrante la solicitud de forma expresa de una asistencia jurídica gratuita, a diferencia del original de la ley, donde era la Dirección Nacional de Migraciones quién debía informar al migrante sobre su derecho. Esto va en perjuicio para los migrantes que pueden no saber que tienen el derecho a la defensa, más grave aún si nos referimos a migrantes que ni siquiera comprenden bien el idioma, como es el caso de la mayoría de los migrantes senegaleses.

Por otro lado, no se aclara que sería “acreditar de forma fehaciente” la situación económica precaria, si debe ser con un informe social<sup>7</sup>, un “certificado de pobreza”<sup>8</sup>, o un certificado de la Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSeS)<sup>9</sup>. Al ser difuso este aspecto quedará a criterio de la Dirección Nacional de Migraciones, la aceptación del mismo o el rechazo. Una situación

<sup>7</sup> Un documento que realiza un Trabajador Social acreditando la situación socio económica de la persona solicitante. Puede solicitarse el mismo, a un organismo público que tenga trabajadores sociales o al propio Colegio de Trabajo Social, en este caso de CABA.

<sup>8</sup> Un documento que para el caso de la Ciudad de Buenos Aires otorgan organismos como el Centro de Acceso a la Justicia.

<sup>9</sup> Un documento que otorga este organismo y se puede solicitar por internet dando cuenta de la falta de aportes jubilatorios.

inadmisible, teniendo en cuenta que sería el mismo organismo que pide la expulsión quien no brinde la posibilidad de la asistencia jurídica gratuita. Además, no es sencillo, conseguir alguno de estos documentos en los plazos que solicita el Decreto de Necesidad y Urgencia, se expone el ejemplo del “certificado de pobreza” que otorga la Ciudad de Buenos Aires, que se hace con la solicitud de un turno previo que se otorga con un plazo mínimo a una semana y, además, el trámite se hace por internet. Siempre teniendo en cuenta que las modificaciones de la política migratoria perjudican a todos los migrantes, es necesario señalar que el colectivo senegalés es atravesado por una afectación interseccional de sus derechos donde confluyen otros aspectos como la raza. Aunque la vinculación entre racismo y xenofobia se puede rastrear desde el propio acto de fundación de la Argentina, tal como se señaló, existieron cambios específicos que nos permiten decir que la comunidad senegalesa vivió el racismo institucional de forma sistemática en el período del gobierno de liberal-conservador de la Alianza Cambiemos.

### 3.2 Persecución racializada

En este apartado se desarrolla la persecución racializada sobre el colectivo senegalés. La hipervisibilización en las calles de la Ciudad, que es el lugar donde realiza la mayoría su actividad laboral, los afecta a la hora de ser requisados por las fuerzas de seguridad. Ahora bien, la construcción de perfiles raciales no es una característica exclusiva de las fuerzas de seguridad del gobierno de la Alianza Cambiemos, pero el recrudecimiento de la persecución callejera al colectivo senegalés, permite afirmar que existió una criminalización en el período 2015-2019. Este aumento considerable de la persecución se puede evidenciar en las presentaciones que organizaciones de migrantes han hecho ante el Estado, y en las declaraciones de distintos organismos del Sistema Internacional de Derechos Humanos sobre Argentina en este período.

Se argumenta en este apartado que fue la hipervisibilidad, como persecución racializada, la razón de las detenciones, no la existencia de un delito. En este sentido se pronunció la Confederación de Trabajadores de la Economía Popular<sup>10</sup> (CTEP) en la Legislatura de la Ciudad el 26 de junio del 2018 sobre un caso de un migrante que fue abordado por las fuerzas de seguridad y detenido, cuando estaba sentado en la vía pública, en su horario de receso laboral. Al respecto, las presidentas de las comisiones de Derechos Humanos y de Prevención de

<sup>10</sup> Organización que nuclea vendedores ambulantes, textiles, cartoneros y varias otras actividades que no son reconocidas como trabajo por las organizaciones sindicales tradicionales.

la Violencia Institucional manifestaron “Los agarran por negros, no por estar vendiendo” (EL RECLAMO..., 2018, p.1). En este mismo evento público, un referente de la comunidad senegalesa advirtió: “Desde 2015 hay mucha represión policial. Los chicos están sufriendo mucho acá en Argentina ahora. Los acusan de cualquier cosa” (LA LEGISLATURA..., 2018, p.1). Otro referente de la comunidad senegalesa se refirió a esta cuestión en el Centro de Estudios Legales y Sociales, a pocos días del evento antes mencionado: “En este momento es peor que antes, porque antes trabajábamos más tranquilos, estábamos más tranquilos porque no nos molestaban, pero ahora se cambiaron las leyes, todo cambió y todo es más duro.” (CELS, 2018, p.1).

Pero no solo las organizaciones sociales y de migrantes registraron casos de forma sistemática, sino que también existen registros de organismos del Sistema Internacional de Derechos Humanos que dan cuenta de este fenómeno como el Informe del Relator Especial sobre las formas contemporáneas de racismo, discriminación racial, xenofobia y formas conexas de intolerancia que manifestó en su misión a la Argentina en 2017:

El Relator Especial fue informado de una tendencia en la Policía Metropolitana de la Ciudad de Buenos Aires y la Policía Federal Argentina, que se basa en utilizar perfiles en los controles de identidad que se realizan en las calles. Esta práctica afecta desproporcionadamente a los migrantes y a los afrodescendientes. Aparentemente, el uso de perfiles raciales ha aumentado tras una decisión adoptada en 2015 por el Tribunal Superior de Justicia de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, de revocar una sentencia que había declarado nulas las detenciones vinculadas a los controles de identidad, argumentando en la decisión que la Policía Federal podía detener aleatoriamente a las personas para realizar controles de identidad sin que existiera la sospecha de la comisión de algún delito. (NACIONES UNIDAS, 2017, p.73).

Tal como señaló el relator, la persecución en la calle tiene un aval judicial, que permite a la policía detener sin existencia de delito, pero, sin dudas, esta modificación del año 2015 no afectó a todos de la misma manera, siendo el factor racial fundamental. Así lo entendió el Grupo de Trabajo de Expertos de las Naciones Unidas sobre Afrodescendientes, que manifestó en su visita a la Argentina en marzo del 2019 “Debe ponerse fin al excesivo control policial de los/as vendedores/as ambulantes de origen africano (...)” (NACIONES UNIDAS, 2019, p.48).



Otro factor notable, que da cuenta de la sistematicidad de la persecución, son los operativos en conjunto de las fuerzas de seguridad con el Ministerio de Ambiente y Espacio Público contra senegaleses, que llamaremos “megaoperativos” (PÉREZ RABASA, 2019), por el enorme despliegue de personal que suponen. Así que a los pequeños operativos diarios que se señalaban antes, hay que sumar que a partir del año 2016 los “megaoperativos” se volvieron sistemáticos en los distintos barrios de la Ciudad, siendo los primeros en Liniers y en Flores en el 2016 (FUERTES..., 2016), en Constitución y en Once en el 2017 (MIEMBROS..., 2017), en Liniers nuevamente en el 2018 (TENSIÓN..., 2018) y finalmente Flores y Once ese mismo año (MEGA..., 2018). A diferencia de las detenciones cotidianas, los “megaoperativos” contaban con una enorme cobertura mediática, presentando a los migrantes senegaleses como parte de una mafia internacional de la venta ambulante, mientras las imágenes mostraban como eran desalojados de su vivienda y despojados de su mercadería.

La persecución callejera, tiene por otro lado, una contracara, que es la estadística de detención. Los registros de las organizaciones sociales, académicas y de derechos humanos sobre detenciones es la única fuente con la que se cuenta (PÉREZ RABASA, 2019), ya que el Ministerio de Justicia de la Nación y de la Ciudad sistemáticamente negaron el acceso a tales datos. Sobre esta cuestión se expidió el Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial [CERD], que, en sus observaciones finales del informe para la Argentina de Diciembre del 2016, advirtió:

El Comité lamenta la falta de información estadística desglosada sobre las denuncias por discriminación racial y las correspondientes actuaciones. (...) Preocupa también al Comité la falta de un trato equitativo en el acceso a la justicia cuando se trata de población afrodescendiente (CERD, 2016).

Es destacable que el CERD se refiera a la falta de estadísticas y al trato equitativo en el acceso a la justicia en el mismo párrafo, ya que la invisibilización estadística deriva en una negación del problema. Si no se visualiza la problemática, no se puede abordar para transformarla.

En este apartado no se pretendió sistematizar todos los casos, sino solo exponer algunos ejemplos que dan cuenta de la construcción de un perfil racial en las detenciones, y como estas se volvieron sistemáticas. Sobre lo que no se hizo referencia es a la violencia en los operativos de las fuerzas de seguridad, cuestión que se entiende, se relaciona con la forma en que el Estado actúa sobre

estas “masculinidades disminuidas de los conquistados” (MENJIVAR OCHOA, 2017, p.364).

### **3.3 Abordaje violento**

El hecho de que la mayoría de los migrantes senegaleses en el país sean hombres es un dato significativo que vincula al género con la clase, por el carácter proveedor de esta. Pero este asunto no debe entenderse exclusivamente desde un aspecto económico, pues estas masculinidades se transforman en el proceso de la migración, tal cual detallan varios trabajos académicos realizados sobre senegaleses en la Argentina:

El emigrado se percibe en origen como un exitoso, un referente social: hacerse hombre, tener dinero, mujer e hijos. El prestigio se manifiesta no sólo en términos materiales sino sobre todo sociales y simbólicos, ya que el emigrante exitoso es aquel que mantiene la responsabilidad moral de redistribuir su riqueza, manteniendo financieramente a su familia (ZUBRZYCKI, 2009, p.5).

Otro aspecto destacable en ese sentido es la expresión Modou-Modou, vocablo utilizado en Senegal para designar a los migrantes hombres de la etnia Wolof, que envían remesas a sus familias (SOW, 2004). Esta no es una designación hacia todos los migrantes, sino hacia los hombres migrantes, un aspecto que revela la masculinización de esta migración en todo el mundo, no solo en Argentina, además, el carácter histórico de la migración masculina de Senegal. La contracara de la migración masculina es el rol de las mujeres en el país de origen como “jefas” del hogar. Estos roles definidos deben entenderse a la luz de la cultura senegalesa fuertemente atravesada por la religión musulmana (ZUBRZYCKI, 2009).

Por otro lado, el enfoque de género vinculado al racismo permite explicar la violencia que ejerce el Estado contra estas “masculinidades disminuidas” (MENJIVAR OCHOA, 2017, p.364). La idea del hombre no-blanco como un ser salvaje, animalesco, se presenta como una justificación de la acción estatal violenta. Al representar seres no civilizados que son “vulnerables a la ejemplaridad de la masculinidad victoriosa” (SEGATO, 2016, p.19). La construcción de una imagen racista del hombre negro salvaje en contraposición con el blanco civilizado funciona como una justificación subyacente para ejercer violencia sobre estos cuerpos.

Lógicamente, esta cuestión afecta a todas las masculinidades racializadas y no solo a los senegaleses, tal como señala el Centro de Estudios Legales y Sociales en su informe anual sobre Argentina “El foco principal del hostigamiento son los jóvenes varones pobres” (CELS, 2016, p.13). No obstante, la inusitada violencia policial sobre este colectivo migrante compuesto mayoritariamente por jóvenes, pobres y racializados se puede entender desde el mensaje que el gobierno de la Alianza Cambiemos pretendió dar. Tal cual define Segato (2016, p.39) “Es por su calidad de violencia expresiva más que instrumental — violencia cuya finalidad es la expresión del control absoluto de una voluntad sobre otra”. La violencia que se ejerce sobre un migrante senegalés es a la vez una forma de opresión al sujeto en sí, pero también un mensaje para el resto. Sobre este accionar violento y sistemático se expresó el informe anual del Programa de Violencia Institucional del Ministerio Público de la Defensa:

Según los casos arrimados al Programa contra la Violencia Institucional, se ha detectado que la operatoria realizada por las fuerzas de seguridad consiste en que se les aproxima en la calle, y sin mediar pregunta o requerimiento alguno, le sacan sus pertenencias utilizando la fuerza y cuando, ante esta situación de violencia, el vendedor intenta solicitar alguna explicación, la policía lo inmoviliza, aumentando la violencia ejercida, y el operativo termina con el vendedor detenido (BUENOS AIRES, 2017a, p.6).

Al respecto, también se refirió el Grupo de Trabajo de Expertos de la Naciones Unidas sobre Afrodescendientes en su visita a la Argentina: “El uso de la fuerza en forma desproporcionada contra los afrodescendientes puede resultar en una violencia letal” (NACIONES UNIDAS, 2019, p.21). Con este sistemático accionar, los migrantes senegaleses desarrollan su vida en el país con miedo constante a la violencia policial. Más aún, si se tiene en cuenta la enorme exposición que tienen por el desarrollo de su actividad laboral.

### 3.4 Sobre el trabajo

El primer aspecto importante para destacar respecto de la clase es que los migrantes que viajan hacia el país no son los senegaleses más pobres, ya que viajar implica en principio un vuelo hasta el continente, y tal como se explicó, un viaje transnacional que puede significar más de un país. Todo este corredor migratorio implica dinero, por eso los migrantes que llegan a la Argentina venden negocios para viajar, ahorran mucho tiempo, o las familias costean el

viaje de alguna forma (KLEIDERMACHER, 2016). En este proceso, estos migrantes se desclasas, descubriéndose trabajadores de la economía popular (CORAGGIO, 1989) en el país de destino y cualquier jerarquía de clase en el país de origen se desdibuja para igualarlos en el espejo que les presenta el país de destino de la emigración

Estos migrantes desclasados que desarrollan su actividad laboral en la calle son perseguidos por las fuerzas de seguridad, tal como se señaló en el apartado anterior, y son sancionados judicialmente bajo la presunción de la violación a la Ley de Marcas y Designaciones (N° 22.362). La utilización de esta normativa para sancionar a los senegaleses que venden bijouteri o ropa deportiva pareciera desproporcionada, si tenemos en cuenta que los supuestos damnificados son empresas multinacionales con un poder de lobby político y económico enorme. Según indica la Cámara Argentina de Comercio y Servicios en sus Informes de Venta Ilegal Callejera y Piratería en la Ciudad de Buenos Aires, desde hace varios años las marcas falsificadas que se venden mayoritariamente en la calle son Nike, Adidas, Puma, Lacoste, Ray Ban, Rolex e Infinit (CAC, 2019).

Estas multinacionales han encontrado en desde el año 2015, un interlocutor afable en el Estado con su concepción de la venta ambulante. Esto se evidencia en las reuniones públicas entre representantes de ambas partes, multinacionales y Estado, elogiándose por la política hacia los migrantes senegaleses. La primera fue con el Director Mundial de Protección de Marca, de la empresa Levi Strauss en el 2016. El martes 6 de junio se realizó un acto en la sede de la fiscalía penal, contravencional y de faltas N°35, fiscalía que lleva prácticamente todas las causas de senegaleses en la Ciudad. Al año siguiente, en el 2017, la empresa Nike premió a la fiscalía mencionada, y al Subcomisario Sergio Herrera, del área de contravenciones de la policía de la ciudad. El evento tuvo lugar en la sede administrativa de la multinacional en un ágape donde participaron los máximos representantes de la empresa (BUENOS AIRES, 2017b).

En el 2018, fueron varias las empresas que presentaron públicamente su conformidad con las políticas hacia los vendedores ambulantes. El 6 de agosto del 2018 el Ministro de Justicia y Seguridad de la Ciudad recibió a representantes de las empresas Puma, Tommy Hilfiger, Nike, Chanel y Novartis. Estas lo premiaron y lo elogiaron, según manifestó el ministro, por su política contra los vendedores ambulantes, a los cuales denominó en esa reunión como “esta gente” (BUENOS AIRES, 2018b). En el 2019, la empresa Chanel, el miércoles 6 de febrero se dio cita con los funcionarios de la fiscalía N°35 en la embajada de Francia. No solo estaba un alto representante de la empresa a nivel mundial, sino también el embajador de Francia, varios funcionarios públicos y funcionarios

de la Gendarmería Nacional y la Policía de la Ciudad, ambas fuerzas recibieron distinciones al igual que los fiscales (BUENOS AIRES, 2019).

Como se evidencia, las multinacionales se muestran en estas reuniones conformes con la política contra los vendedores ambulantes. Es importante recordar que para el año 2016 ya existían advertencias de organismos internacionales sobre la violencia contra los senegaleses por parte de las fuerzas de seguridad. Aun así, las reuniones y presentaciones públicas dan cuenta del apoyo al gobierno en este tipo de prácticas, las cuales son calificadas por las empresas multinacionales como “un ejemplo a seguir” (BUENOS AIRES, 2018b).

## 4 Conclusiones

Durante el presente trabajo se propuso analizar la criminalización de los senegaleses desde una perspectiva interseccional. En este sentido, no debe entenderse los diferentes aspectos analizados de forma separada, por el contrario, estas afectaciones interseccional construyendo un “ellos” criminal que debe ser entendido en su integralidad. Por ello, se expone a continuación un análisis interseccional, para dar cuenta de la complejidad del fenómeno.

La migración transcontinental que realizan estos migrantes, implica moverse por al menos un tercer país, en el mejor de los casos, y en no pocas ocasiones implica cruzar más países. La inseguridad de este corredor migratorio es alta y pierden buena cantidad de recursos económicos en este camino hacia el sur del continente americano. Una vez en el país de destino, el cruce irregular por pasos fronterizos no habilitados les genera un perjuicio a la hora de intentar regularizarse.

La incorporación en la economía popular, ejerciendo la venta en la calle tiene que ver, por un lado, con un desclasamiento que se produce en la migración y, por otro, por la posibilidad de acceder a la mercadería y a un lugar en la calle al día siguiente de haber arribado al país. Esta actividad les hace pasar muchas horas en la calle, expuestos a las fuerzas de seguridad. La disputa por el territorio no es solo con el colectivo senegalés, pero si los afecta particularmente por el racismo estructural y su expresión institucional que se conjugaron como una trampa para un colectivo que, no solo no logra regularizarse en los términos de la actual ley, sino, que la violencia del Estado los convierte en “no-regularizables” en un futuro, por las causas judiciales que pesan sobre la mayoría.

Ante la imposibilidad de desarrollar libremente la actividad laboral, los migrantes buscan estrategias comunitarias para evitar ser abordados por las fuerzas de seguridad. La necesidad de generar dinero para sobrevivir y enviar remesas,

aunque sean mínimas, los incentiva en estas acciones. No tienen oportunidades de inserción en otra actividad económica, por un lado, por el idioma que se presenta como una barrera y por otro por el racismo estructural que los margina y afecta su derecho a un trato igualitario. El aspecto laboral también se debe leer en esta clave, es muy complejo para un migrante senegalés cambiar de actividad porque no hay lugar en la formalidad laboral para los hombres racializados. Para el caso de los senegaleses que se desempeñan en la venta ambulante, la posibilidad de verse afectados por una causa como, por ejemplo, una infracción a la ley de marcas, es sin dudas alta. En los términos del artículo 29 del Decreto de Necesidad y Urgencia 70, una condena, aunque no esté firme, puede traducirse en una expulsión, o como mínimo, en un obstáculo para regularizarse ante una nueva amnistía como la del año 2013. La construcción de un perfil racial en las detenciones queda en evidencia en el abordaje indiscriminado hacia estos migrantes racializados, estén o no trabajando, estén o no vendiendo de forma ambulante, e incluso en sus propias viviendas. Además, la violencia ejercida en las detenciones contra estos hombres racializados subalternos expone el racismo institucional.

Por otra parte, se puede afirmar que, su desclasamiento en la migración y la legislación migratoria vigente los invita a desarrollar una actividad laboral dentro de la economía popular. Esta actividad los expone ante el Estado municipal de la Ciudad que los persigue por intentar subsistir, privilegiando a las multinacionales y presentándolas como particulares afectados. Ambos, Estado y multinacionales, se reúnen con asiduidad, se premian y elogian públicamente por la política contra estos migrantes. Esta persecución se estructura a partir de la construcción de un perfil racial y se ejecuta con violencia institucional, dando cuenta del carácter estructural del racismo. Con lo cual son irregulares obligados a la subsistencia en la economía popular, pero su actividad laboral y su perfil racial los condenan a seguir siendo irregulares e, incluso, a ser expulsados del territorio. Como queda en evidencia, los derechos afectados no pueden analizarse por separado ya que intersectan dando forma a la construcción del colectivo senegalés como criminal. Esta situación se agravó y modificó notablemente desde diciembre del año 2015 cuando asumió la gestión el gobierno liberal-conservador de la Alianza Cambiemos. En este trabajo se evidenció este hecho a través de las presentaciones de organizaciones sociales y de derechos humanos ante el Estado y en los informes del Sistema Internacional de Derechos Humanos sobre este período.

## BIBLIOGRAFÍA

- ACNUR. **Refugio no Brasil**: Uma Análise Estatística: Janeiro de 2010 a Outubro de 2014. Brasília, 2014. Disponible en: [https://reporterbrasil.org.br/documentos/17nov2014\\_\\_factsheet.pdf](https://reporterbrasil.org.br/documentos/17nov2014__factsheet.pdf). Acceso en: 3 set. 2021.
- ALBERDI, J. B. Peregrinación de Luz del Día: o viaje y aventuras de la Verdad en el nuevo mundo. Buenos Aires: Editorial La Cultura Argentina, 1916.
- AMNISTIA INTERNACIONAL. **Agenda para Argentina**. 2017. Disponible en: [https://amnistia.org.ar/wp-content/uploads/delightful-downloads/2017/01/AGENDA-2017.pdf?utm\\_source=Prensa&utm\\_campaign=98c64349d0-EMAIL\\_CAMPAIGN\\_2017\\_01\\_18&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_a60e315cac-98c64349d0-85404873](https://amnistia.org.ar/wp-content/uploads/delightful-downloads/2017/01/AGENDA-2017.pdf?utm_source=Prensa&utm_campaign=98c64349d0-EMAIL_CAMPAIGN_2017_01_18&utm_medium=email&utm_term=0_a60e315cac-98c64349d0-85404873). Acceso en: 13 set. 2021.
- ARGENTINA. Poder Ejecutivo de la Nación. Decreto n° 70/2017. Modificación de la ley N°25.871. **Migraciones**, Buenos Aires, 2017. Disponible en: [http://www.migraciones.gov.ar/pdf\\_varios/residencias/Decreto\\_70-2017.pdf](http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/residencias/Decreto_70-2017.pdf). Acceso en: 3 set. 2021.
- ARGENTINA. Dirección nacional de migraciones. **Disposición n° 2**: Régimen especial de regularización de extranjeros de nacionalidad senegalesa. 2013. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/disposici%C3%B3n-2-2013-207171>. Acceso en: 3 set. 2021.
- ARGENTINA. Ley n° 25.871, del 17 de diciembre de 2003. Ley De Migraciones De La República Argentina. **InfoLEG**, Buenos Aires, 2003. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/92016/texact.htm>. Acceso en: 3 set. 2021.
- ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina: Parte primera. **Infojus**, Buenos Aires, 1994.
- BARATTA, A. Criminología crítica y política criminal alternativa. **Derecho Penal y Criminología**, Bogotá, v. 2, p. 41, 1979.
- BHABHA, H. **Nuevas minorías, nuevos derechos**: Notas sobre cosmopolitismos vernáculos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.
- BIGO, D. Sécurité et immigration: vers une gouvernementalité par l'inquiétude?. **Cultures & Conflits**, Paris, n.31-32, 1998. Disponible en: <http://journals.openedition.org/conflits/539>. Acceso en: 3 set. 2021.
- BUENOS AIRES. Ministerio Público Fiscal. **Distinción por la lucha contra el comercio ilegal**. 2019. Disponible en: <https://www.facebook.com/mpfcaba/posts/2553533848053127/>. Acceso en: 31 ago. 2021.

BUENOS AIRES. Defensoría del Pueblo. **Desalojo en Once**: la defensoría presente en la emergencia. 2018a. Disponible en: <https://defensoria.org.ar/noticias/desalojo-en-once-la-defensoria-presente-en-la-emergencia/>. Acceso en: 3 set. 2021.

BUENOS AIRES. Ministerio de Justicia y Seguridad. **Reconocimiento por la labor realizada por la Ley de Marcas**. 2018b. Disponible en: <https://www.buenosaires.gob.ar/justiciayseguridad/noticias/reconocimiento-por-la-labor-realizada-por-la-ley-de-marcas>. Acceso en: 31 ago. 2021.

BUENOS AIRES. Ministerio Público Fiscal. **Segundo informe de gestión**: Luis Cevasco. 2018c. Disponible en: <https://es.calameo.com/accounts/1579241>. Acceso en: 31 ago. 2021.

BUENOS AIRES. Ministerio Público de la Defensa. **Programa contra la Violencia Institucional**: Informe anual 2017a. Buenos Aires, 2017a. Disponible en: <https://www.mpd.gov.ar/index.php/publicaciones-violencia-institucional/363-unidad-de-registro-de-hechos-de-tortura-y-otras-formas-de-violencia-institucional/4154-informe-anual-2017>. Acceso en: 31 ago. 2021.

BUENOS AIRES. Ministerio Público Fiscal. **Reconocimiento a la Fiscal Celsa Ramírez**. 2017b. Disponible en: <https://www.nuestrasvoces.com.ar/investigaciones/celsa-ramirez-la-fiscal-de-nike-y-larreta/>. Acceso en: 31 ago. 2021.

CÁMARA ARGENTINA DE COMERCIO Y SERVICIOS [CAC]. **Informe de Venta Ilegal Callejera y Piratería en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: CAC, feb. 2019. Disponible en: [http://www.cac.com.ar/data/documentos/15\\_VI-CAC%20-%20Febrero%202019.pdf](http://www.cac.com.ar/data/documentos/15_VI-CAC%20-%20Febrero%202019.pdf). Acceso en 3 set. 2021.

CARRIL, C. **Informe técnico sobre el Decreto de Necesidad y Urgencia 70/17**: Defensoría del Pueblo de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Subdirección Migrantes. Buenos Aires, 2017.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES [CELS]. **Preocupación ante la escalada de violencia ejercida por el estado contra vendedores ambulantes senegaleses en la Ciudad de Buenos Aires**. Buenos Aires: CELS, 2018. Disponible en: <https://www.cels.org.ar/web/2018/06/preocupacion-ante-la-escalada-de-violencia-ejercida-por-el-estado-contra-vendedores-ambulantes-senegaleses-en-la-ciudad-de-buenos-aires/>. Acceso en: 3 set. 2021.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES [CELS]. **Hostigados, violencia y arbitrariedad policial en los barrios populares**. Buenos Aires: CELS, 2016. Disponible en: <http://cels.org.ar/hostigados.pdf>. Acceso en: 3 set. 2021.



CERIANI CERNADAS, P. Nueva ley: un paso hacia una concepción distinta de la migración. *In*: GIUSTANINI, R. (comp.). **Migración: un derecho humano**. Buenos Aires: Prometeo, 2004. p. 113-135.

CIRIO, N. P. La desaparición del candombe argentino: Los muertos que vos matáis gozan de buena salud. **Música e Investigación**, Buenos Aires, n.12-13, p.181-202, 2003.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN RACIAL [CERD]. **Observaciones finales sobre los informes periódicos 21º a 23º de la Argentina**. 2016. Disponible en: [https://www.mpd.gov.ar/pdf/CERD\\_C\\_ARG\\_CO\\_21-23\\_26014\\_S.pdf](https://www.mpd.gov.ar/pdf/CERD_C_ARG_CO_21-23_26014_S.pdf). Acceso en: 31 ago. 2021.

CORAGGIO, J. L. Política, económica, comunicación, economía popular. **Ecuador Debate**, Quito, n.17, p.57-94, 1989.

CRENSHAW, K. W. Postscript. *In*: LUTZ, H.; HERRERA VIVAR, M. T.; SUPIK, L. (coord.). **Framing Intersectionality: Debates on a Multi-Faceted Concept in Gender Studies**. Farnham: Ashgate, 2011. p.221-233.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v.43, n.6, p.1241-1299, 1991.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v.1989, n.1, art. 8, 1989. Disponible en: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acceso en: 3 set. 2021.

DISCURSO completo de Mauricio Macri ante la Asamblea Legislativa. **La Nación**, Buenos Aires, 2016. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/discurso-completo-de-mauricio-macri-ante-la-asamblea-legislativa-nid1875715>. Acceso en: 3 set. 2021.

DURANTE el gobierno de Macri se duplicaron las expulsiones de extranjeros. **Tiempo Argentino**, Buenos Aires, 2019. Disponible en: <https://www.tiempoar.com.ar/nota/durante-el-gobierno-de-macri-se-duplicaron-las-expulsiones-de-extranjeros>. Acceso en: 31 ago. 2021.

ECUADOR. Ministerio del Interior. **Acuerdo Ministerial n° 88**. Quito, 2015. Disponible en: <https://www.trabajo.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/04/A.-M.-No.-0088-Norma-que-regula-los-contratos-individuales-de-trabajo-a-plazo-fijo-y-de-enganche.pdf>. Acceso en: 3 set. 2021.

ECUADOR. Constitución de la República. Registro Oficial 449, de 20 de octubre de 2008. **FielWeb**, Quito, 2008. Disponible en: [https://www.emov.gob.ec/sites/default/files/transparencia\\_2018/a2.1.pdf](https://www.emov.gob.ec/sites/default/files/transparencia_2018/a2.1.pdf). Acceso en: 3 set. 2021.

EL RECLAMO de los senegaleses llegó a la Legislatura: Entran a nuestras casas, nos golpean y nos roban todo. **Nueva Ciudad**, 2018. Disponible en: <https://www.nueva-ciudad.com.ar/notas/201806/37750-el-reclamo-de-lossenegaleses-llego-a-la-legislatura-entran-a-nuestras-casas-nos-golpean-y-nos-robantodo.html>. Acceso en: 31 ago. 2021.

ESPIRO, M. L.; ZUBRZYCKI, B. Tensiones y disputas entre migrantes africanos recientes y organismos de control estatal: El caso de los senegaleses en la ciudad de La Plata. **Revista Question**, Buenos Aires, v.1, n.39. p.109-121, 2013.

FUERTES enfrentamientos entre manteros senegaleses y la policía en Flores. **Big Bang News**, Buenos Aires, 12 abr. 2016. Disponible en: <https://www.bigbangnews.com/actualidad/fuertes-enfrentamientos-entre-manteros-senegaleses-y-la-policia-en-flores-2016-4-12-11-47-0>. Acceso en: 3 set. 2021.

GARCÍA, M. I. ¿El racismo metamorfoseado? Acerca de los cambios recientes en torno a la negritud en la Argentina actual. **Revista Kula**, Buenos Aires, n.2, p.76-88, 2010.

GOLDBERG, A.; SOW, P. Migrantes senegaleses en Argentina: contexto sociopolítico-laboral y vulneración de derechos. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. (ed.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 117-134.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS Y CENSOS [INEC]. **Anuario de entradas y salidas internacionales del Ecuador**. Quito, 2019. Disponible en: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/entradas-y-salidas-internacionales-2019/>. Acceso en: 3 set. 2021.

JARAMILLO FONNEGRA, V. Cultura jurídica y mecanismos internacionales de protección de Derechos Humanos en la Argentina de Mauricio Macri (2016-2018). *Revista Electrónica del Instituto de Investigaciones Ambrosio L. Gioja*, Buenos Aires, n.22, p. 63-99, jun./nov. 2019.

KIMMEL, M. La producción teórica sobre la masculinidad: nuevos aportes. In: ASTELARRA, J. *et al.* **Fin de siglo: genero y cambio civilizatorio**. Santiago de Chile: Isis internacional, 1992. p. 129-138. (Ediciones de las mujeres, 17.).

KLEIDERMACHER, G. Representaciones sociales de migrantes senegaleses en Buenos Aires (1995-2014). **Revista Mexicana de Sociología**, Coyoacán, v. 79, n. 1, p. 65-92, 2017.

KLEIDERMACHER, G. De la ilusión al desencanto: Senegaleses en Buenos Aires y la construcción de representaciones respecto a su proyecto migratorio. **RUNA: Archivo para las Ciencias del Hombre**, Buenos Aires, v.37, n.1, p. 89-104, 2016.

KLEIDERMACHER, G. Migración sur-sur: senegaleses en la Ciudad de Buenos Aires. **Voces en el Fénix**, Buenos Aires, v.21, p. 107-119, 2012.

LA LEGISLATURA porteña recibió denuncias de trabajadores senegaleses. **La Izquierda Diario**, 2018. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=Z849HenGX18>. Acceso en: 3 set. 2021.

LACOMBA VÁZQUEZ, J. Inmigrantes senegaleses, islam y cofradías. **Revista Internacional de Sociología**, Córdoba, v. 59, n. 29, p. 163-187, 2018.

LYMAN, J. Estimaciones de la Población de Buenos Aires en 1744, 1778 y 1810. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v.19, n.73, p.107-119, 1979.

MEGA operativo: Venta ilegal: 27 allanamientos simultáneos en Once y Flores. **Clarín**, Buenos Aires, 8 jun. 2018. Disponible en: [https://www.clarin.com/ciudades/venta-ilegal-27-allanamientos-simultaneos-onceflores\\_0\\_Sk9fc7OxX.html](https://www.clarin.com/ciudades/venta-ilegal-27-allanamientos-simultaneos-onceflores_0_Sk9fc7OxX.html). Acceso en 3 set. 2021.

MÉNARD MARLEAU, A. Ecuador como nodo articulador de la migración senegalesa en América del Sur. **Migración y Desarrollo**, Zacatecas, v.15, n.29, p.31-50, 2017. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=66054713002>. Acceso en: 3 set. 2021.

MENJIVAR OCHOA, M. Interseccionalidad de masculinidad, raza y clase: apuntes para un concepto de masculinidades neocoloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 27, p. 353-373, 2017. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.25058/20112742.455>. Acceso en: 3 set. 2021.

MIEMBROS de la CTEP e inmigrantes senegaleses fueron detenidos por la policía. **Télam**, 2017. Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/201711/223164-detencion-operativo-ciudadanos-senegaleses-miembros-ctep-ciudad-de-buenos-aires.html>. Acceso en: 31 ago. 2021.

MILLER, H. A. Race and Class Parallelism. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Thousand Oaks, CA, v.140, n.1, p.1-5, nov. 1928.

MONCLÚS MASÓ, M. **La gestión penal de la inmigración: El recurso al sistema penal para el control de los flujos migratorios**. 2005. 562f. Tesis (Doctorado en Sociología Jurídico-Penal) - Facultat de Dret, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2005. Disponible en: [http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/97667/1/MONCLUS\\_MASO\\_TESIS.pdf](http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/97667/1/MONCLUS_MASO_TESIS.pdf). Acceso en: 31 ago. 2021.

NACIONES UNIDAS. Grupo de Trabajo de Expertos sobre Afrodescendientes. **Declaración a los medios del Grupo de Trabajo de Expertos de las Naciones Unidas sobre Afrodescendientes, al finalizar su visita oficial a la Argentina, realizada entre los días 11 y 18 de marzo de 2019.** Buenos Aires, 2019. Disponible en: <https://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=24350&LangID=S> Acceso en: 31 ago. 2021.

NACIONES UNIDAS. Consejo de Derechos Humanos. **Informe del relator especial sobre las formas contemporáneas de racismo, discriminación racial, xenofobia y formas conexas de intolerancia.** 2017. Disponible en: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2017/08/racismo.pdf>. Acceso en: 31 ago. 2021.

PACECCA, M. I.; CANELO, B.; BELCIC, S. Culpar a los negros ya los pobres: Los manteros senegaleses ante los allanamientos en el barrio de Once. *In*: PITA, M. V.; PACECCA, M. I. (ed.). **Territorios de control policial: Gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires.** Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2017. p. 199-219.

PENCHASZADEH, A. P.; GARCÍA, L. Política migratoria y seguridad en Argentina hoy: ¿el paradigma de derechos humanos en jaque? / Migration policy and security in Argentina today: human rights paradigm in jeopardy?. **URVIO: Revista Latinoamericana De Estudios De Seguridad**, Quito, n.23, p.91-109, 2018. Disponible en: <https://doi.org/10.17141/urvio.23.2018.3554>. Acceso en: 31 ago. 2021.

PÉREZ RABASA, J. **Discriminación interseccional y criminalización de senegaleses en la Ciudad de Buenos Aires (2016-2019).** 2019. 170f. Tesis (Maestría en Derechos Humanos) - Instituto de Justicia y Derechos Humanos Eduardo Luis Duhalde, Universidad Nacional de Lanús, Lanús, 2019.

PÉREZ RABASA, J. Migrantes en Argentina exigen derogación de decreto que los criminaliza. **Pressenza: Internacional Press Agency**, 2018. Disponible en: <https://www.pressenza.com/es/2018/04/migrantes-argentina-exigen-derogacion-decreto-los-criminaliza/>. Acceso en: 31 ago. 2021.

REITER, P. **Una aproximación etnográfica a las estrategias de inserción sociolaboral de migrantes senegaleses en Argentina.** Buenos Aires, 2010. Ponencia presentada en las Primeras Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos.

RÍO ORTIZ, F. del. **El lado negro de la Historia de Chile: El discurso historiográfico sobre los africanos y afrodescendientes durante el siglo XIX.** 2009. 47f. Tesis (Doctorado en Ciencias Históricas) - Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, Santiago, 2009.

RUCHANSKY, E. El hotel de los africanos. **Página 12**, Buenos Aires, 12 mar. 2009. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/subnotas/3-38888-2009-03-22.html>. Acceso en: 31 ago. 2021.

SARUBBI, G. **Una mirada antropológica sobre la migración senegalesa en Argentina, su inserción socio-laboral y la construcción de su identidad**. 2014. Tesis de grado (Licenciatura en Antropología) - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

SEGATO, R. Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. *In*: ANSION, J.; TUBINO, F. (ed.). **Educación en ciudadanía intercultural**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007. p.63-89. Disponible en: <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/53738/Educacion-en-ciudadania.pdf?sequence=1#page=64>. Acceso en: 31 ago. 2021.

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de sueños, 2016.

SOW, P. Prácticas comerciales transnacionales y espacios de acción de los senegaleses en España. *In*: ESCRIVÁ, A.; RIBAS, N. (coord.). **Migración y Desarrollo: Estudios sobre remesas y otras prácticas transnacionales en España**. Córdoba, España: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004. p. 235-254.

TEDESCO, J. C.; GRZYBOVSKI, D. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v.18, n.2, 2011.

TENSIÓN con los manteros en Liniers: desalojaron 475 puestos ilegales. **Infobae**, 2018. Disponible en: <https://www.infobae.com/sociedad/2018/01/12/operativopolicial-contra-los-manteros-en-liniers/>. Acceso en: 3 set. 2021.

TREVISANI VESPA, M.; MAMBERTI, J. **Sin vivienda para los más vulnerables en la Ciudad de Buenos Aires**: Análisis de presupuesto y políticas públicas. Buenos Aires: Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia (ACIJ), 2012. Disponible en: <https://acij.org.ar/wpcontent/uploads/2012/12/Informe-vivienda-CORTO.pdf>. Acceso en: 31 ago. 2021.

VIVEROS VIGOYA, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate feminista**, Coyoacán, n.52, p.1-17, 2016. Disponible en: doi.org/10.1016/j.df.2016.09.005. Acceso en: 31 ago. 2021.

ŽIŽEK, S. **La nueva lucha de clases**: Los refugiados y el terror. Barcelona: Anagrama, 2016.

ZUBRZYCKI, B. La migración de los senegaleses Modou-Modou en Argentina. **Contra Relatos desde el Sur**, Buenos Aires, v.12, n.13, p.4-12, 2016.

ZUBRZYCKI, B. Nuevos destinos de la migración africana reciente: los senegaleses en Argentina. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, n.72, p.31-40, 2013a.

ZUBRZYCKI, B. Senegaleses en Argentina: redes, trayectorias y asociaciones. **Colección UniCom**, Buenos Aires, 2013b. Disponible en: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/23667/CONICET\\_Digital\\_Nro.8b6ce35d6d25-46b1-903f-1a0b339a63f0\\_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/23667/CONICET_Digital_Nro.8b6ce35d6d25-46b1-903f-1a0b339a63f0_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acceso en: 31 ago. 2021.

ZUBRZYCKI, B. **La migración senegalesa y la diáspora mouride en Argentina**. Buenos Aires, 2009. Ponencia presentada en la VIII Reunión de Antropología del Mercosur.

**Recibido em:** 31 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 28 de novembro de 2020

# “PARECE QUE TÃO ESCONDENDO ALGUMA COISA”: DISCURSOS COLONIAIS SOBRE A VENDA DE RUA SENEGALESA EM PORTO ALEGRE (RS)<sup>1</sup>

Filipe Seefeldt de CÉSARO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata de discursos recentes sobre a venda de rua senegalesa na cidade de Porto Alegre (RS). O objetivo é descrever como tal presença pública e irregular é situada por diferentes atores sociais cotidianos em um ordenamento específico entre classificações de nacionalidade, raça e classe. Para além de uma matéria jornalística representativa, o universo empírico investigado é formado por vivências etnográficas em observação participante e conversas informais com vendedores de rua senegaleses, integrantes da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre, e *habitués* das calçadas em que trabalham os imigrantes informais. Em suma, no contexto analisado, proponho que a presença senegalesa no comércio de rua é comumente narrada como sintoma e causa naturais da ilicitude do ofício na cidade, um epifenômeno da economia informal cuja essência *obscura, fechada e irresponsável* é comparada a desses imigrantes negros *vítimas individualizadas e, paralelamente, agentes de algo que escondem*.

**PALAVRAS-CHAVE:** imigração senegalesa; comércio de rua; discurso colonial.

<sup>1</sup> Este artigo está vinculado a uma pesquisa de doutorado financiada pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutorando em Antropologia Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9605-1632>. [fsdecesaro@hotmail.com](mailto:fsdecesaro@hotmail.com).

“IT SEEMS THEY ARE HIDING SOMETHING”: COLONIAL DISCOURSES  
ABOUT THE SENEGALESE STREET TRADE IN PORTO ALEGRE (RS)

**ABSTRACT:** *This article deals with recent discourses about the Senegalese street trade in Porto Alegre (RS). The objective is to describe how this public and irregular presence is situated by different everyday social actors in a specific framework formed by classifications of nationality, race, and class. In addition to a journalistic article, the empirical universe investigated is constituted by ethnographic experiences in participant observation and informal conversations with Senegalese street vendors, members of the Senegalese Association of Porto Alegre, and habitués of the sidewalks where the informal immigrants work. Summarily, in the analyzed context, I propose that the Senegalese presence in street trade is frequently portrayed as a natural symptom and cause of the occupation's illegality in the city, an epiphenomenon of the informal economy whose obscure, closed and irresponsible essence is compared to that of such black immigrants as individualized victims and, in parallel, agents of something they hide.*

**KEYWORDS:** *senegalese immigration; street trade; colonial discourse.*

## 1. Introdução

Na complicada trama de seu conto *O Renegado ou um Espírito Confuso* (1957), escrito e ambientado durante a guerra de libertação argelina, Albert Camus parece anunciar: não há moral que baste à violência confusa que a sociedade colonial instaurou como norma das relações modernas de alteridade. Por isso, neste e nos demais contos da coletânea *O Exílio e o Reino*, não há moral da história. Dos colonizados, nada poderia ser defendido que não a sua rebelião agressiva; dos colonizadores, nada poderia ser tão indefensável quanto o velho pseudo-humanismo (CÉSAIRE, 1978) a justificar o massacre da resistência. Nesse cenário, o exílio do qual escreve Camus, metáfora do que *tem de ser feito*, vence o filtro da consciência idealista – o reino –, e só assim poderia ser. Não se olhe longe para encontrar o mesmo resultado nos tantos encontros que se aceleram no mundo contemporâneo. Quais traços etnográficos daquela desumanização podemos encontrar em contextos migratórios recentes?



O presente artigo toma tal questão temática como guia para refletir sobre a venda de rua desempenhada por homens<sup>3</sup> senegaleses em Porto Alegre (RS), conforme narrada por matéria de um veículo midiático local, por representantes do poder público e por *habitués*<sup>4</sup> do cotidiano laboral desses imigrantes. Esses atores conformam parte representativa do universo empírico pelo qual tenho circulado desde março de 2019 no âmbito de minha pesquisa de doutorado. Dialogando com algumas produções teóricas diferentemente situadas no guarda-chuva do pós-colonialismo, o objetivo é o de descrever como esta presença senegalesa pública em Porto Alegre tem sido atravessada por um padrão narrativo de origens coloniais, mas situado nos discursos locais por um ordenamento específico entre classificações de nacionalidade, raça e classe. Antes de chegar à estrutura do texto, vale um breve comentário sobre a migração senegalesa ao Brasil.

Pode-se dizer que este é mais um dos tantos novos fluxos migratórios no eixo Sul-Sul impulsionados pela crise humanitária no Mar Mediterrâneo, e o restricionismo europeu perdurante na década de 2010. Ainda assim, a migração senegalesa às Américas remonta ao início dos anos 1980, especialmente com as primeiras levas que chegaram aos Estados Unidos (STOLLER, 2002). O padrão dominante de homens jovens separados da família veio a se repetir na Argentina, principalmente ao longo dos anos 1990 (MAFFIA, 2010). Os efeitos desse novo eixo da migração internacional de senegaleses se fizeram sentir no Brasil a partir dos anos 2000 e, no Rio Grande do Sul, sobretudo entre 2007 e 2014 (UEBEL, 2015). O trajeto mais comum utilizado pelos senegaleses em trânsito, especialmente entre aqueles desprovidos de visto de entrada (NDIAYE, 2019), ia de Dakar (Senegal) a Quito (Equador). De lá, o acesso costumava ser o de Brasília (Acre), passando pelo Peru via Rodovia Interoceânica (HERÉDIA *et al.*, 2015; UEBEL, 2017). Na condição de solicitantes de refúgio<sup>5</sup>, os senega-

<sup>3</sup> Em minhas experiências de pesquisa, não tive contato com mulheres senegalesas atuando na venda de rua, ainda que seja comum que as mesmas circulem pelas calçadas de Porto Alegre comercializando lanches e bebidas aos compatriotas que se dedicam ao ofício. Sobre a dimensão feminina da migração senegalesa, vale conferir o trabalho de Sonia Voscoboinik (2018).

<sup>4</sup> A noção de “*habitués*” é aqui utilizada a partir do sentido proposto pelos trabalhos em Antrologia Urbano-Visual de Cornelia Eckert e Ana Luiza da Rocha (2015). Na trajetória de colaboração entre as autoras, o termo define aqueles atores sociais que habitam dado espaço urbano específico e se mostram familiarizados com seus próprios fluxos de tempo pela via da memória e da narração urbana.

<sup>5</sup> Atualmente, a entrada de imigrantes no Brasil é regulada pela Lei de Migração (Lei 13.445, BRASIL, 2017). A legislação é resultante do projeto de lei 2516/2015, aprovado no Senado Federal em abril de 2017 e sancionado, com uma série de vetos, em maio do mesmo ano pelo presidente Michel Temer. Um dos vetos inclusos na sanção retirava do texto o disposto no artigo 119, que beneficiaria grande parte dos grupos de trabalhadores imigrantes já estabelecidos no país: “será concedida a residência aos imigrantes que, tendo ingressado no território nacional até 6 de julho de 2016, assim o requeiram no prazo de um ano após o início de sua vigência, independentemente de sua situação migratória prévia” (Projeto de lei 2516-A, BRASIL, 2015). Sem caminhos para a regularização por

leses espalharam-se pelo país em busca de oportunidades de emprego, sendo que 73% dos admitidos no mercado de trabalho formal em 2016 estavam localizados no Rio Grande do Sul (CAVALCANTI *et al.*, 2017), inseridos majoritariamente nos setores frigorífico, metalúrgico e de construção civil.

Em paralelo, entretanto, destaca-se que considerável parcela de tal fluxo migratório se inseriu no mercado informal da venda de rua. Das análises realizadas por uma variedade de autores, emergem não apenas as razões objetivas que levam ao emprego informal, como a impossibilidade de absorção formal da nova mão de obra (HERÉDIA *et al.*, 2015). Nos contextos locais de recebimento no Brasil, bem como nos de outros países, revela-se mais do que uma pura instrumentalidade na escolha pelo vender na rua. Em investigação empírica em Passo Fundo (RS), João Carlos Tedesco e Mello (2015, p. 194-195) descrevem como a venda de rua emergia, na narrativa dos imigrantes com os quais teve contato, enquanto algo próprio/essencial dos senegaleses. “No Senegal é assim, nós vendemos e compramos muito na rua [...] o senegalês é assim”, expressou um dos interlocutores do autor. Bernarda Zubrzycki (2011, p. 55, tradução nossa) parece encontrar o mesmo em seu acompanhamento de um grupo de senegaleses estabelecido em Buenos Aires: um dos contatados comenta que, para ele, a venda de rua é “parte do sangue senegalês”.

A ideia de *ir à rua ganhar a vida por conta própria* também emerge, comumente, em sua dimensão religiosa. Tendo em vista que a maioria dos senegaleses situados nesses contextos migratórios locais é fiel ao mouridismo, frequentemente são estabelecidos paralelos de compreensão entre o lugar do trabalho e da migração na doutrina *murid*<sup>6</sup> e a propensão do migrante senegalês a se lançar à venda de rua (REITER, 2017; GLOVER, 2007; KLEIDERMACHER, 2013; GOLDBERG; SOW, 2017). Em poucas palavras, “a substituição da oração pelo trabalho dá de fato a esse último um sentido de redenção” (LACOMBA, 1996, p. 71, tradução nossa), especialmente se desenvolvido nas condições de sacrifício

---

meio desta legislação, imigrantes em busca de trabalho, como a grande parcela dos senegaleses chegados ao Brasil, continuaram a utilizar da alternativa do refúgio, que os permite adquirir carteira de trabalho provisória no ato de solicitação às autoridades competentes (Lei 9.474, BRASIL, 1997, art. 8, art. 21 § 1º).

<sup>6</sup> Termo em *wolof* - língua e alcunha de grupo étnico da África Ocidental - que designa um espaço de prática da religiosidade *murid*, de sociabilidade entre seus adeptos e de manutenção dos laços de reciprocidade que tradicionalmente unem os *talibés* (discípulos) aos *marabouts* (mestres) e califas (DIOP, 1981). “*Murid*” é referente ao que pertence ao mouridismo, irmandade muçulmana criada no Senegal durante a segunda metade do século XIX. Como no caso do tñjanismo, outra irmandade difundida no país, o mouridismo possui uma base doutrinária assentada na tradição contemplativa sufi: o foco está no desenvolvimento de uma relação íntima e contínua com Deus, partindo das práticas espirituais prescritas por Maomé (GLOVER, 2007). Além disso, tem-se uma expressão cultural intensa por meio da música e da dança, traços ritualísticos também baseados na possibilidade de contato direto com Alá.

e abnegação ligadas ao processo migratório e ao comércio de rua informal (DE CÉSARO; ZANINI, 2017; RICCIO, 2002; BAVA, 2003).

Nas seções que se seguem, faço a proposição de que, no caso porto-alegrense, a presença senegalesa no comércio de rua é comumente narrada como sintoma e causa naturais da ilicitude do ofício na cidade, um epifenômeno da economia informal cuja essência *obscura, fechada e irresponsável* é comparada à desses imigrantes negros *vítimas individualizadas e, paralelamente, agentes de algo que escondem*. Para desenvolver tal argumento, inspiro-me especialmente em algumas produções que discutem discurso colonial, subalternidade e narração, pondo-as em diálogo com interpretações sobre desigualdade social no Brasil. Além de alguns dados de diário de campo, resultantes de observação participante e conversas informais junto a vendedores senegaleses e transeuntes de seu cotidiano, trato de uma reportagem da GaúchaZH<sup>7</sup>. Seleccionada por ser representativa do grande volume de análogas que tenho acessado, analiso todo o seu corpo textual, identificando uma forma recorrente com que a imprensa *mainstream* local, articulada com poder público e empresariado, tem recentemente narrado a venda de rua irregular por meio de uma linguagem decorosa, mas que não escapa aos discursos coloniais sobre o Outro<sup>8</sup> encontrados com maior clareza em diferentes narradores urbanos. Começo pela dimensão empírica dos últimos.

## 2. Entre o taxista e o administrador público

Às vezes, as instâncias que tomamos como *fora de campo* surpreendem, e fazem repensar o quão limitante é a concepção até então assumida da redoma empírica em investigação. De dentro de um táxi, partindo da rodoviária de Porto Alegre ao prédio onde moro, vivi tal dimensão do trabalho etnográfico, interpelado pelo senhor que dirigia. Do clima, fomos às nossas biografias recentes, e disso, à minha pesquisa de doutorado. “AN-TRO-PO-LO-GIA?”, indagou. Expliquei o que era, chegando a um ponto final de costume, que apostei dar concretude ao que faz o pesquisador da área para quem a desconhece: “daí eu faço uma pesquisa com os vendedores de rua senegaleses aqui em Porto Alegre,

<sup>7</sup> Vale frisar que não pretendo, com essa seleção, revelar uma relação específica e ou fixa entre poder público e um ou outro veículo de imprensa. Proponho esses dados como representativos das regularidades, em termos de um discurso de raízes coloniais, que tenho observado na grande quantia de matérias acessadas como parte de meu trabalho de campo.

<sup>8</sup> Utilizado a noção de “Outro” inspirado também pela perspectiva de Homi Bhabha (1998) sobre o discurso colonial eurocentrado: trata-se do diferente essencializado, construído discursivamente como a alteridade cognoscível/próxima e, paralelamente, inalcançável/distante.

acompanho o trabalho e outros espaços do cotidiano deles, e tal...”. O senhor não demorou a dar suas impressões sobre tal realidade.

Branco, como eu, e já grisalho do alto dos sessenta e poucos anos de idade que estimei, dizia conhecer imigrantes negros de diferentes nacionalidades, e saber quais deles eram mais e menos trabalhadores. Os nigerianos e haitianos eram muito dispostos, e teriam aceitado rapidamente as oportunidades de emprego que um amigo pessoal do taxista teria lhes dado em empresas do setor frigorífico na capital e no interior do estado. Disse que os senegaleses, pelo contrário, “preferem sentar na rua aí e ficar ali de boa, no celularzinho”<sup>9</sup>. Empolgado, complementou:

E não sei viu, lá na Assis Brasil [avenida] tem um monte, e a gente dos táxis tem um ponto lá, *então a gente conhece bem esse pessoal*, tenta conversar e tal... mas tchê, os caras *são* fechados, não falam, não querem saber, *parece que tão escondendo alguma coisa...* eu não sei, viu, acho que tem político por trás disso, aquelas repúblicas lá que eles moram tudo junto... isso aí eles ganham um kit de produtos já pronto e vão vender, *não sei que esquema tem aí por trás...* (grifo nosso).

A esta altura, dei vazão à vontade de discordar, e, já ao final da corrida, provoquei: “mas os caras tão apanhando na rua, não é bem assim pra trabalhar de vendedor irregular, porque eles iam querer isso?”. Com o dedo em riste e o rosto de negação, pausou a contagem do dinheiro em suas mãos e retrucou: “Tão!? Eu não tô sabendo, acho que não, hein...”. Não se convenceu com a menção que fiz dos vídeos semanalmente postados pela página de Facebook do coletivo periférico porto-alegrense Embolamento Cultural. Nos registros ali veiculados, a cena mais comum se tornara, ao longo de 2019, a de vendedores senegaleses sendo agredidos durante a tomada de seus produtos, sob os gritos de transeuntes que somam a pena à compaixão. Entre uns e outros choques, cacetetes e empurrões, frases como “bando de covardes” e “tão tudo contra o trabalhador” em muito lembram do quanto “o trabalho duro é visto no Brasil como algo bíblico” (DAMATTA, 1986, p. 27): uma obrigação torturante, mas legítima especialmente em se tratando de um comércio de rua irregular com seu

<sup>9</sup> Como se não tivéssemos vivido o intenso emprego de imigrantes senegaleses em empresas do mesmo setor desde o final da década de 2000 em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, especialmente em vistas da certificação *Halal* exigida por países de maioria muçulmana na importação de frango originário de países ocidentais. Esse fenômeno constituiu, em tal período inicial da migração de senegaleses ao Brasil, de um recurso discursivo importante para as coberturas midiáticas do deslocamento que mobilizavam suas contribuições ao país e ao estado (HERÉDIA *et al.*, 2015).

funcionamento pessoalizado, à imagem de alguém que precisa burlar e sofrer uma norma legal não para acumular, mas para sobreviver por esse recurso de *malandragem* (OLIVEN, 2001). Esse tipo de romantismo inspirado pela cosmologia católica romana é tão problemático, de um ponto de vista pós-colonial, quanto a tomada destes vendedores negros como bodes expiatórios dos problemas da nação, do estado e da cidade: nesse registro, “aquele que adora o preto é tão ‘doente’ quanto aquele que o execra” (FANON, 2008, p. 26). Voltarei a esse ponto. Agora, importa pontuar a parceria *ad hoc* entre Guarda Municipal e Brigada Militar, a mais nova saída do poder público para aplicar a legislação porto-alegrense para o tema.

A principal lei que demarca a irregularidade do ofício é de número 10.605, de 2008 (PORTO ALEGRE, 2008), e proíbe a venda de rua na região do chamado Centro Popular de Compras, instituído pela lei nº 9.941/2006 (PORTO ALEGRE, 2006). Inaugurado em 2009, o prédio foi uma tentativa de regularizar todos os trabalhadores informais em um espaço comercial fechado: de *camelôs* e *ambulantes*, os beneficiados passam à categoria jurídica de *comerciantes populares*. Mesmo com a lei nº 17.134/2011 (PORTO ALEGRE, 2011), que retoma a possibilidade de regularidade nas calçadas pela via do Alvará de Localização e Funcionamento, a venda de rua senegalesa permanece proibida e não passível de regularização por conta de seu envolvimento majoritário com produtos pirateados, pelos quais não se gera nota fiscal. Ainda que esses circulem também pelo Pop Center, outro nome do camelódromo instituído por lei, lá são permeados por possibilidades de negociação entre diferentes legalidades e ilegalidades, condição garantida por um espaço legitimado pelo Estado (PINHEIRO-MACHADO, 2018) e característica do *neoliberalism from below*<sup>10</sup> em países latino-americanos (GAGO, 2017).

De minhas incursões exploratórias a campo junto à Associação dos Senegaleses de Porto Alegre, notei que as tentativas de negociação da comunidade senegalesa com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico têm tido pouco rendimento. Mor Ndiaye, presidente da Associação, relatou-me que o mais comum tem sido a não renovação dos alvarás dos imigrantes senegaleses desde o início de 2019, sob o pretexto de que o poder público já teria dado *uma chance* nos anos anteriores para que os vendedores de rua dessa comunidade

<sup>10</sup> Nas palavras da autora: “por *neoliberalism from below*, refiro-me a um conjunto de condições que são materializadas para além da vontade de um governo, seja ele legítimo ou não, mas que se transformam nas condições sob as quais uma rede de práticas e habilidades opera, assumindo o cálculo como seu enquadramento subjetivo primordial e funcionando como o motor de uma poderosa economia popular que combina habilidades comunitárias em auto-gestão e *know-how* íntimo enquanto tecnologia de auto-emprego em massa no interior da crise” (GAGO, 2017, p. 6, tradução nossa).

lucrassem no ofício e se formalizassem. Ademais, outra demanda não atendida é a referente à violência com que a última intensiva de fiscalização tem ocorrido, considerando a possibilidade sempre latente de racismo institucionalizado nesse tema (NDIAYE, 2019). O presidente também enfatizou, repetidas vezes, que o convênio estabelecido entre a Brigada Militar e o braço fiscalizador da secretaria não constava na legislação de referência.

É como se a ideia de uma *chance dada e não aproveitada pelos senegaleses*<sup>11</sup>, por motivo de algo incógnito que está por trás, ressoasse de um canto a outro de meu trabalho de campo, do taxista indignado ao funcionário público cuja fala foi relatada pela voz frustrada de Mor. Na esteira das questões que Veena Das (2008) formula a trabalhos dos chamados Estudos Subalternos, pergunto-me: como estes discursos se infiltram nas subjetividades de cada grupo de envolvidos? De onde vêm? O que potencializa que o conhecimento espontâneo do tipo expresso por aquele taxista circule entre meios públicos e privados, e de alcance comunicativo tão variado? E como ele assume a forma de uma narrativa tão coesa e, ao mesmo tempo, maleável a atores sociais de diferentes contextos?

É claro que não pretendo esgotar tais questões e nem tratar de cada uma delas, mas apenas explorar um dos horizontes analíticos que a sua enunciação revela, por mais autoevidente que ele possa parecer: as formas de perceber o Outro que emergem inusitadamente em campo não estão *soltas* ali, como expressões banais de preconceitos que, de tão moralmente condenáveis, não são passíveis de inquirição crítico-analítica sob o perigo de que o forneçamos algum tipo de publicidade gratuita. Atacar as injustiças do mundo antes de qualquer postura compreensiva acerca da produção dos imaginários que as legitimam, aliás, dá a tônica contemporânea àquilo que Frantz Fanon alertava já na época de *Pele Negra, Máscaras Brancas*:

[...] em uma época em que a dúvida cética tomou conta do mundo, em que, segundo os dizeres de um bando de cínicos, não é mais possível distinguir o senso do contra-senso, torna-se complicado descer a um nível onde as categorias de senso e contra-senso ainda não são utilizadas (FANON, 2008, p. 27).

---

<sup>11</sup> Utilizo de fonte itálica nas situações em que pretendo enfatizar uma ideia importante a meu argumento analítico, em frases que podem remeter à ordem da fala, mas não possuem uma ou outra voz específica que especificamente tenha se expresso a mim. Já as aspas pretendem o contrário: dizem respeito a falas transcritas literalmente a partir do trabalho de campo e do recurso de diário, acompanhadas das personagens que as mobilizaram.

No contexto da formação de opinião pública no Brasil recente, aposto perceber algo similar: de um lado, a morosidade do antirracista diante de uma sociedade que já não lhe dá mais a legitimidade moral única em suas críticas, e, de outro, a potência explícita com que o racista é reunido, na melhor das hipóteses, como *apenas mais um dos pontos de vista*. As amplas controvérsias em torno das *fake news* como arma eleitoral, e sua contínua eficácia na formação política cotidiana das classes médias, bem como os revisionismos históricos a questionar avanços em políticas de reconhecimento social e verdades científicas na América Latina recente (PINHEIRO-MACHADO, 2019), enfatizam que ainda é tempo de levar a sério os temas sobre os quais Fanon refletiu em sua época. O racismo é marca histórica antiga; o que parece se transformar, ao menos no Brasil de hoje, são os requisitos performáticos de sua expressão pública.

O modo de operação daquele discurso de tipo *por trás*, que introduzi pelas figuras do taxista e do funcionário público, nega qualquer possibilidade de o fenômeno ser banal – ainda que essa seja a finalidade invisibilizante do mesmo. O que está em jogo é uma lógica paradoxal para narrar o diferente, que remonta ao modo colonial de estereotipagem e faz dos discursos situacionais incessantes pêndulos em movimento entre *culpar* e *se compadecer* com o subalterno. Essa estrutura simbólica duplamente constituída, em que “a diferença do objeto da discriminação é ao mesmo tempo visível e natural” (BHABHA, 1998, p. 123), dá as condições subjetivas para que os veículos midiáticos, pendendo entre uma e outra daquelas duas tendências que ressaltai anteriormente, aproximem-se à sua maneira do tipo de discurso subjetivado pelos dois personagens urbanos que mencionei.

É como uma ressonância local da expressão histórica brasileira do processo global que Aníbal Quijano (2009, p. 75) denomina modernidade: “um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada”. Se é comum que clientes brancos e negros se refiram aos senegaleses como *os negões aqueles* enquanto afirmam conhecê-los muito bem, e que a imprensa aplique uma linguagem economicista para responsabilizar esses imigrantes enquanto dá voz ao clamor individual de algum deles, a referência representacional em jogo é a do sujeito moderno que dispõe dos requisitos subjetivos, atrelados à natureza do homem branco europeu, para viver o ritmo de vida civilizado exigido pela expansão do capital ao redor do mundo.

É a figura do que Jessé Souza (2006) denomina, parafraseando Pierre Bourdieu (2007), de *habitus primário*, um repertório de disposições fabricado pela modernidade como normativo e exportado como universal ao mundo colonizado. A reflexão do autor contribui a que não se abandone a classe como

variável importante para situar os contextos sociais em que o racismo emerge, mas identifica tal modelo incorporado de viver no mundo com a mera figura do homem burguês. Não seria ele, também, branco? Certamente, estou lidando aqui com um discurso que perdurou no tempo, porque esteve pulsado por dominações de ordem material de longo prazo. Mas parece problemático afirmar que esse legado da empresa colonial só emerge quando/porque incitado pela disputa por diferentes capitais entre diferentes classes, e que, portanto, o que há não é um preconceito de cor *per se*, mas em relação a um certo *habitus* considerado improdutivo, que, quando expresso por sujeitos negros, aciona os seus traços fenotípicos como índice social de sua inferioridade.

Se, no Brasil, a relação da pele negra com tal índice pode ser invisibilizada por um *habitus* pleno dos capitais característicos da nobreza cultural (BOURDIEU, 2007), o que dizer das plateias que fazem as perguntas mais simples ao único negro de uma mesa redonda acadêmica, sendo ele doutor e apropriado das técnicas corporais normativas à posição? Ou dos colegas antropólogos negros que relatam suas interações com as burocracias universitárias, em que salta aos olhos a regularidade com que as mais diversas secretarias insistem em ensinar a estes sujeitos os passos administrativos que o seu próprio requerimento inicial prova dominarem?

Não é por acaso que a distinção moral dos improdutivos em relação aos produtivos, em corpos de classes sociais diferentes, foi epidermizada (FANON, 2008), e, assim naturalizada, ao longo de uma história que começa em 1492, marco de uma modernidade eurocêntrica (DUSSEL, 2005). Dessa perspectiva é que o discurso colonial atuava – e atua – por meio daquele eficaz contradito: o não-branco é passível de ser carregado ao caminho do ser moderno pela objetivação adequada de seu corpo, dispondo-lhe as ferramentas necessárias para sua integração na sociedade de classes (FERNANDES, 1978), mas tal salvação não embranquece a sua pele, que cotidianamente o entrega à suspeição de que as suas potencialidades, afinal de contas, sigam a *ordem natural das coisas* e constituam de uma fraude.

Para meus propósitos aqui, então, o racismo à moda brasileira não se afirma tanto como um preconceito de marca (SOUZA, 2006), potencialmente amenizado pelos *habitus* de classe valorizados em cada contexto. Por estar lidando com diferentes pontas discursivas e locais de um mesmo núcleo de discurso colonial, julgo proveitoso enfatizar a especificidade de forma, e não de conteúdo, do racismo brasileiro: do olhar repulsivo aos não-ditos e ataques indiretos, o brasileiro é racista com etiqueta (SCHWARCZ, 2012), limitando seus atos discriminatórios ao âmbito privado e usando da velha asserção do “eu até tenho



amigos negros!” quando em público. Essa perspectiva me permite manter um olhar atento a como e quando as vozes senegalesas que falam de seletividade e violência excessiva nas apreensões de mercadoria são tratadas como anedotas duvidosas e/ou dignas de indiferença, ao contrário da pretensa solução racional e última que a criação do Pop Center e da legislação correspondente representariam à questão do comércio de rua na cidade. Passemos à outra ponta discursiva, instância em que a lógica do discurso colonial e sua relação com nacionalidade e raça aparecem sob um tipo institucionalizado do decoro tipicamente brasileiro. E ambos o poder público e o setor lojista estão aí articulados.

### 3. Uma reportagem na tradução de anseios profundos

As inúmeras matérias jornalísticas dedicadas ao conflituoso cenário descrito páginas atrás dão acesso privilegiado a vozes institucionais socialmente situadas sobre as formulações teóricas que, na seção anterior, elaborei a partir de experiências etnográficas marcantes nas calçadas e ruas que tenho percorrido. De publicação em publicação, tenho considerado as ignorâncias estratégicas (MCGOEY, 2012) como tão importantes quanto a formulação sintática daquilo que é noticiado, a ponto de notar que a articulação entre a mídia *mainstream*, o poder público porto-alegrense e o empresariado sobre o tema assumem diversas formas possíveis. Duas regularidades, por vezes paralelas na mesma matéria, são notáveis nesse tipo de comunicação midiática: (i) responsabilização direta da presença estrangeira por uma *nova onda da venda de rua irregular* na cidade; (ii) apropriação dessa presença, por meio de uma voz de algum senegalês entrevistado nas calçadas, como uma que negligencia os esforços do poder público em solucionar o *problema econômico, securitário e mesmo de organização urbana* que é postulado historicamente por esse tipo de comércio na cidade.

Assim, ou esses imigrantes negros são agentes conscientes do mal que causam à sociedade, no montante de impostos não arrecadados e suas consequências estruturais<sup>12</sup>, ou são pobres desinformados sobre as possibilidades mais vantajosas que podem estar a seu alcance, bastando que sejam libertados da rede de informalidade que os explora e que tenham boa vontade para agarrar aquelas oportunidades. Como vimos, em especial à luz de Fanon e Bhabha, o discurso

---

<sup>12</sup> Há um conjunto considerável de matérias jornalísticas que dimensionam, por meio de variadas pesquisas estatísticas, os prejuízos socioeconômicos anuais que seriam causados pela pirataria em sua relação com o comércio irregular em Porto Alegre: da perda tributária calculada, é comum a dedução de um agravamento dos problemas brasileiros de emprego, educação, segurança e saúde. Tenho considerado que o discurso midiático comum, nesse caso, desempenha o *god trick* do qual fala Donna Haraway (1988), por meio dos números em sua pretensa capacidade de dar conhecimento total do mundo.

colonial opera por um tipo de contradições análogas a essas, entre a acusação e a pena. Esse ponto, junto a algumas reflexões de Ranahit Guha, possibilita ler o texto jornalístico selecionado como representativo, e traçar como nele se dá a presença daquele elemento discursivo colonial que identificamos nos personagens urbanos da seção anterior. Vamos à matéria.

Escrita por Marcelo Gonzatto, foi publicada *online* em 17/06/2019 com o título de “Prefeitura aumenta apreensões em 140%, mas camelôs resistem no centro de Porto Alegre” (GONZATTO, 2019). “Nos *últimos quatro anos*, tentativas de encontrar solução para o problema fracassaram”, anuncia o subtítulo. Este começo dá a tônica das oposições que parecem flutuar pelo texto, a começar pela dupla *esforço público vs. resistência privada*. Parte-se do pressuposto de que há um problema urgente, e o que se quer noticiar com maior foco é o conjunto de elementos individuais que explicam, ou estão *por trás*<sup>13</sup>, do contínuo insucesso coletivo no tratamento de algo que *precisa ser tratado para o bem maior*.

As legendas de duas das imagens anexadas em diferentes momentos do texto atestam isso: “ao suspeitar da aproximação de uma equipe de fiscalização da prefeitura, ambulantes rapidamente recolhem os produtos” e “sob a justificativa de que precisam trabalhar, ambulantes sem licença disputam espaço e público com lojas regularizadas”. A dessingularização da qual fala Lüc Boltanski (2001), enquanto um artifício discursivo valorizado nos debates públicos da democracia liberal moderna, parece ser dada, aqui, a apenas um dos lados do binômio construído. A cena inicial feita é a de numerosos *ambulantes sem licença* que agem respondendo apenas a si próprios, e a de *lojas regularizadas* que respondem à lei e se guiam por uma ética do desempenho (SOUZA, 2006) provada em porcentagem. Apesar de retomada com constância ao longo de toda a publicação, essa dupla imagem é consolidada nos dois primeiros parágrafos:

Passados 10 anos desde que a inauguração do ‘Pop Center’ representou *alternativa temporária* para o problema dos camelôs irregulares no centro de Porto Alegre, a *multiplicação de vendedores ambulantes* é mais uma vez um *impasse* sem solução à vista na cidade.

Apesar do número cada vez menor de fiscais para fazer frente ao comércio informal, a *ênfase em ações de repressão aumentou em 140%* a quantidade de itens apreendidos neste ano em comparação com 2018. Em consequência

<sup>13</sup> Há matéria de autoria do mesmo jornalista e publicada pelo mesmo veículo, em 2017, que emprega no título a ideia do *por trás*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/o-que-esta-por-tras-do-retorno-dos-camelos-as-ruas-de-porto-alegre-9763526.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

disso, os vendedores buscam estratégias para driblar a fiscalização *sob a justificativa* de que precisam trabalhar de maneira clandestina em razão do *desemprego*, da *crise* econômica e da *dificuldade para se adequar* aos critérios da legislação (GONZATTO, 2019, grifo nosso).

Os *dribles* desses *clandestinos* serão retomados pela matéria, que mantém um revezamento constante entre as imagens em oposição aqui identificadas, por vezes tomando o componente de uma e a acionando contra o componente de outra. Para respeitar a ordem do texto, entretanto, meus grifos em *impasse*, *sob a justificativa*, *desemprego*, *crise* e *dificuldade para se adequar* levam a meu segundo ponto. Com frequência, o texto se esforça por narrar as razões dos lados conflitantes como politicamente equivalentes, tratando isso enquanto fato consensual passível de ser transmitido com neutralidade pela notícia, sob a simples condição de que essa reproduza falas de um vendedor, um funcionário público e um presidente de sindicato. Entretanto, a forma assumida pelas razões de cada parte é representada por meio de outra oposição: *drama vs. impacto*. Junto ao elemento de singularização/dessingularização que há pouco mencionei, isso nos deixa com as falas de um sujeito que já nem aparece como vendedor ou ambulante, mas como *um senegalês* a falar de um ponto de vista subjetivo/emocional, e as de outros que são descritos pelas posições de liderança que ocupam, vocalizadas de uma perspectiva objetiva/racional. Não por acaso as últimas se enchem de números, de recentes pautas eleitorais sobre os problemas brasileiros e da palavra da lei, enquanto as primeiras permanecem curtas frases soando a julgamento individual. A seguir, o trecho em que isto está em maior evidência:

Esse *velho problema* da Capital combina o *drama* de quem precisa trabalhar para sobreviver com o *impacto* negativo da atividade informal sobre o comércio regular e a organização urbana, além de muitas vezes representar risco à saúde do consumidor — como no caso da venda de óculos e medicamentos sem prescrição, alimentos sem garantia de procedência ou normas de higiene e de eletrônicos de má qualidade.

Desde 2009, quando ambulantes foram cadastrados para atuar no Pop Center, até 2015, momento em que a crise econômica se aprofundou no país, as calçadas permaneceram mais liberadas. A *recessão econômica* e a *migração*, porém, promoveram *nova onda de ocupação desse espaço*.

A *prefeitura tentou outra solução há dois anos*, ao realizar feira de *oportunidades* para regularização, encaminhamento para *empregos* e  *cursos*, *mas as ruas centrais*

“Parece que tão escondendo alguma coisa”: discursos coloniais  
sobre a venda de rua senegalesa em Porto Alegre (RS)

*seguiram repletas de banquinhas e caixotes.* Nas últimas semanas, GaúchaZH percorreu as principais vias da região e identificou a presença de camelôs nos mesmos pontos verificados em uma reportagem publicada em abril de 2017 — pelo menos uma dezena de eixos como Salgado Filho, Borges de Medeiros, Rua da Praia, Voluntários da Pátria e Dr. Flores.

Uma das principais ações do poder público hoje é a repressão aos irregulares, apesar da *redução progressiva no número de fiscais*. Já foram 175 agentes no começo dos anos 2000, dos quais restavam apenas 17 há dois anos. Hoje, conforme a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), existem somente 11 servidores para fiscalizar um número estimado em até 4 mil ambulantes (outros 29 agentes cuidam do comércio regular). Ainda assim, *graças a parcerias com a Guarda Municipal e a Brigada Militar, a quantidade de apreensões tem aumentado*. Foram apreendidos 67.417 itens entre janeiro e maio deste ano — 140% a mais do que os 28.093 confiscados nos primeiros cinco meses de 2018.

— É muito pouca gente (11 fiscais), mas temos apreendido cada vez mais itens porque conseguimos *aumentar a eficácia e a frequência* das operações — afirma o *diretor de Promoção Econômica da SMDE*, Luís Antônio Steglich.

Ainda assim, as lojas regulares do Centro seguem sentindo o *impacto* da concorrência com os vendedores *clandestinos*.

— Há lojas que tinham 40 empregados e tiveram de *demitir 10*. Uma das razões é a *volta dos camelôs*. Hoje, *não vemos uma solução* possível para esse problema apesar do aumento no número de apreensões de produtos irregulares — afirma o *presidente do Sindilojas* de Porto Alegre, Paulo Kruse.

Camelôs criam *sistema para driblar* apreensões [subtítulo]

Enquanto os lojistas se queixam da *permanência dos camelôs* nas principais calçadas do Centro, os vendedores ambulantes argumentam que *precisam atuar* onde circula o maior número de pessoas — ou seja, no Centro ou em vias como Assis Brasil — e se queixam da frequente apreensão de seus itens.

— A situação está  *muito difícil* para nós. Os fiscais levam os produtos e não devolvem. Preciso trabalhar para *sobreviver* — afirma *um senegalês* de 26 anos que *prefere não se identificar*. (GONZATTO, 2019, grifo nosso).

Com estas duas oposições em jogo, as de *esforço público vs. resistência privada* e de *impacto vs. drama*, nosso quadro discursivo se atualiza. A diferenciação

diametral fica entre: (i) um grupo atomizado de irregulares que sabe fugir da fiscalização, e, assim, ora age por interesse próprio, ora tenta inspirar compaixão por justificativas do tipo *precisamos trabalhar para sobreviver*; e (ii) outro grupo coletivo de comerciantes regulares que sabe de seus direitos e os demanda de modo retilíneo, por vias que, já que previstas em lei, são apresentadas como transparentes e autoevidentes, pairando em algum lugar fora do texto – ao contrário do grupo anterior, cujo modo de operação precisa ser *desvendado e verificado*, inclusive pelos esforços da própria equipe do veículo jornalístico em questão. Aqui é que entram em sentido comum os usos das figuras do *drible* e da *tática de despiste*, com seu detalhamento sempre encerrado com um tom de mistério, como é o caso com *prefere não se identificar* e *nenhum dos camelôs consultados quis confirmar essa informação*. A escolha de dar aquela voz bem específica a um *senegalês* também contribui a esse vaivém entre a descoberta de um universo artificioso e o afastamento da parte inexplorada e perigosa desse território.

Proponho considerar, então, uma terceira oposição operante aí: *trapaça vs. norma*. Isso porque a matéria prioriza a demarcação da nacionalidade e, portanto, da raça daquele que fala<sup>14</sup>, deixando ao comentário do sujeito o papel de explicitar a irregularidade de seu ofício. Se o migrante internacional é uma espécie de prisioneiro de sua origem estrangeira (SAYAD, 1998), há aqui um deslize semântico nessa prisão na qual o indivíduo é posto sempre que narrado pela sociedade de recebimento: *se é senegalês, é imigrante, um desses “negros que chegam a ser azuis e que vendem aos montes no Centro”*<sup>15</sup>. Esse salto entre estrangeiro, negro e vendedor irregular, em meio a um detalhamento dos estratagemas ambulantes que sempre vai *até um ponto a partir do qual não se pode conhecer mais*, opera discretamente uma relação entre os misteriosos – exóticos e perigosos, portanto – defeitos de uma classe trabalhadora e a ideia do negro como naturalmente predisposto aos mesmos: “onde quer que vá, o negro permanece um negro [...]. Nós sempre sabemos de antemão que os negros são

<sup>14</sup> Vale notar que a falta de contextualização da imigração senegalesa na cidade e seu envolvimento com a venda de rua irregular pode ser entendida pela pressuposição de que o leitor da matéria já conheça tal realidade histórica a partir de outras várias anteriores do mesmo e de outros veículos midiáticos sobre o tema. De especial relevância para esse processo são as imagens dos vendedores senegaleses difundidas entre vários meios de comunicação desde o início dos anos 2010, quando este fluxo migratório a Porto Alegre cresceu em volume e notoriedade pública. Ao lado do conhecimento espontâneo do andante urbano, essas imagens e suas textualizações cotidianas formam um repertório com o qual se pode pretender *conhecer como senegaleses “os negões aqueles” que atuam como ambulantes nas calçadas da cidade* e, ao mesmo tempo, *desconhecer o que significa que eles sejam senegaleses*.

<sup>15</sup> Expressão popular gaúcha utilizada em sentido discriminatório, como forma de marcar um sujeito dono de uma pele negra de tonalidade mais escura do que a imaginada, desde uma perspectiva branca e eurocentrada, como a característica do negro do Rio Grande do Sul. Desde que comecei a trabalhar com imigração senegalesa, no mestrado, ouço a frase expressa de modo risonho com frequência quando respondo às indagações de familiares, amigos e conhecidos sobre os interlocutores de meu trabalho de campo.

licenciosos” (FANON, 2008, p. 117). A seguir está a parte final da matéria, na qual se vê esta oposição com maior destaque:

Para evitar a perda dos produtos — principalmente roupas e eletrônicos —, os informais também aperfeiçoam *táticas de despiste*. Por volta das 16h de quarta-feira (12), por exemplo, *GaúchaZH* testemunhou ambulantes recolhendo produtos em *diferentes ruas* centrais quase *simultaneamente*, embora não houvesse fiscais à vista. *Acredita-se* que alguns avisem aos demais a chegada de fiscais à região por meio de *grupo de WhatsApp*, mas *nenhum dos camelôs consultados quis confirmar* essa informação.

*Outro recurso* utilizado é colocar os *produtos sobre plásticos com furos nos cantos*, por onde passa uma corda. Assim, quando há ameaça de fiscalização, basta um puxão na corda para o plástico se fechar de uma vez só e permitir uma fuga rápida. O material é *chamado de ‘paraquedas’*.

— Às vezes, quando os fiscais chegam a um local, já não há nenhum camelô por lá — afirma o *diretor de Promoção Econômica da SMDE*, Luís Antônio Steglich.

Steglich afirma que a *SMDE está de portas abertas* para discutir alternativas de localização e tipo de produto a ser vendido *com todo ambulante que aceite se regularizar*. Para isso, *basta comparecer* à secretaria (Travessa do Carmo, 84) das 8h às 16h, de segunda a sexta-feira (com exceção da quarta-feira) (GONZATTO, 2019, grifo nosso).

A articulação situacional aí envolvida entre nacionalidade, raça e classe possibilita ao texto um contraponto essencializante entre aqueles que agem subterraneamente, posto que estrangeiros negros estão dentre os ambulantes portadores de todas aquelas estratégias rasteiras, e aqueles que demonstram transparência no cumprimento da norma, já que os lojistas e administradores públicos se esforçam por uma cidade ordenada para o bem geral. Essa é a confirmação específica dada à premissa do início da reportagem: *a recessão econômica e a migração* promoveram nova onda da venda de rua irregular em Porto Alegre e, enquanto a crise até explica os brasileiros assumindo o ofício de ambulantes em todo o prejuízo que causa à cidade e ao país, o mesmo não aparece como racional/lógico no caso dos imigrantes senegaleses. Na matéria, assim, a *migração*, o *senegalês* e o *sistema de dribles* formam noções cuja união simbólica é implicada como natural, diferentemente do que ocorre quando as formas de trapaçar

driblando são combinadas com *recessão econômica* e *ambulante* – esse último sendo pressuposto como brasileiro branco, já que não marcado em termos de pertencimento e diferença no texto. Lembremos desses implícitos todo-discretos da notícia à luz do taxista e do administrador público: *há/houve chances aos senegaleses de formalização e regularização, mas eles não as aproveitam/aproveitaram! E isso só pode ser porque são assim, e, portanto, não as merecem/mereceram!*

As três oposições que descrevi operadas pela matéria – *esforço público vs. resistência privada*, *drama vs. impacto* e *trapaça vs. norma* – servem de figuras com as quais notar como a vocalização de um grupo em dada relação assimétrica de poder pode conter diferentes níveis de abafamento, redução e silenciamento. Se escutar é reconhecer (DAS, 2008), há quem seja representado como irreconhecível, ou seja, cognoscível apenas de um ponto de vista particular, em que sua voz é ouvida e amplificada pelos interesses ideológicos de quem ouve. Está em jogo, aqui, uma narratologia estatista (GUHA, 2002) – isto é, uma base epistemológica que dita tanto o que deve ou não ser considerado fato histórico quanto os cânones literários a compor sua transmissão. Em adição, a espécie de infográfico (Fig. 1) que encerra outra matéria de mesmo autor, demonstrando a duração e tamanho do dilema em questão, expressa esse modo espontâneo de historiografar uma atividade urbana. O Pop Center aparece novamente como a melhor solução até hoje, e os irregulares como os que *não quiseram* aproveitar a oportunidade. Uma complexa realidade histórica, plena de vozes dissonantes entre si, fica assim:

Figura 1 – Infográfico de matéria complementar



Fonte: GaúchaZH<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/o-que-esta-por-tras-do-retorno-dos-camelos-as-ruas-de-porto-alegre-9763526.html>. Acesso em: 13 set. 2021.



Isso implica em um modo de ouvir o Outro e contar histórias sobre ele que fixa suas identidades e relações sociais em uma “ordem de coerência e linearidade” (GUHA, 2002, p. 31), enquanto essências componentes do enredo moderno que vincula nação, raça e cultura (VERTOVEC, 2011) – sendo que tendi a ler a última em termos de um *habitus* de classe, especificamente tendo em vista as disposições do *ethos* laboral. Os subalternos, definidos como aqueles que não são ouvidos e/ou são ouvidos de um modo a eles desfavorável, têm suas vozes posicionadas em diferentes formatos de dominação tanto na notícia quanto nos relatos cotidianos da seção anterior, mas em referência comum àquele único conteúdo estereotípico de origem colonial que descrevi.

#### 4. Considerações finais

Ao longo deste artigo, evitei entrar no tema da relação causal de uma fonte empírica em relação a outra, ou no mérito de ranquear desigualdades. Minha proposta foi a de que o trabalho de campo aqui abreviado aponta possíveis caminhos analíticos para perceber a atualidade contemporânea do discurso colonial, compreendido nos termos de Bhabha (1998), sem deixar de localizar a sua mobilização nos contextos específicos de nacionalidade, raça e classe em que se pesquisa. Procurei desenvolver esse ponto em diálogo com outras literaturas pós-coloniais, na possibilidade de as mesmas apoiarem uma mirada etnográfica sobre o tema do racismo no Brasil, em especial conforme pensado por Jessé Souza (2006). Então, tem-se o argumento teórico-analítico que guiou o texto: encontrar em campo formas de narrar o estrangeiro e sua raça que se utilizam de uma linguagem de classe não significa, necessariamente, que as primeiras variáveis atuem como dependentes da segunda. Ao invés disso, trata-se de como as instâncias discursivas locais se engajam na classificação de populações subalternas por meio de diferentes níveis de decoro moral, definidos pelo alcance público da comunicação e por um contexto conservador de formação e expressão política recente no Brasil: mas, ainda assim, vinculados a uma mesma lógica colonial.

É desta perspectiva que a reportagem selecionada fala de um “beco sem saída” (QUIJANO, 2009, p. 112) local, constituído pela esforçada governança do comércio de rua irregular em Porto Alegre contra as massas de vendedores, cujas redes de informalidade, onde atuam os perigos desconhecidos do *por trás*, teriam sido reativadas pela imigração senegalesa e sua aparente disposição ao comportamento dos demais ambulantes – esses últimos um tanto mais legítimos, para a matéria. Simplifica-se essa problemática toda como uma luta de resolução quase impossível, à imagem de um confronto entre “empreendedores

morais”, nas palavras de Howard Becker (2008). O caráter enfaticamente paliativo de quaisquer soluções, como as que os interlocutores costumam me relatar nas calçadas<sup>17</sup>, é reiterado por este tipo de discurso midiático, já que trata da assimetria objetiva de poder entre vendedores de rua em geral e agentes fiscalizadores/lojistas como um choque de identidades monolíticas e irreconciliáveis, postas em contato *do nada* e fechadas uma à outra (CÉSAIRE, 1978).

A desigualdade vinculada ao conflito cotidiano entre estes atores essencializados é, então, justificada por um diferencial de mérito, o que potencializa que a percepção da escolha pelo trabalho irregular como unicamente individual seja transportada à decisão de vinda ao Brasil, no caso dos senegaleses. Isso quer dizer que, em alinhamento às letras da legislação porto-alegrense para o tema, o vendedor que escolhe continuar irregular só o faz porque quer, e essa vontade, se não pode ser explicada pelos termos econômicos dos ciclos brasileiros de emprego-desemprego, acaba entendida como um defeito inato: daí é que a recessão parece lógica ao levar os brasileiros às calçadas, e a migração, uma espécie de fim em si mesmo, ilógica ao levar os senegaleses para o mesmo espaço. Os últimos, afinal, *vieram porque quiseram, nós não temos emprego nem pra nós mesmos!* Sendo esse estrangeiro a-histórico e improdutivo um negro, “*desses que chegam a ser azuis*”, tudo fica em seu lugar junto ao mito de formação do *ethos* laboral rio-grandense (OLIVEN, 1992), firmemente ancorado na branquitude: de um lado, os “*gringos honestos e trabalhadores da serra*”, de outro, os “*pelos-duro*<sup>18</sup> *incapazes e preguiçosos da fronteira*”. O tipo-ideal e o desviante, ambos representados como *já prontos* em sua constituição de nacionalidade, raça e classe, são o conteúdo simbólico traduzido aos subalternos pela forma de suas lutas cotidianas locais.

<sup>17</sup> Exemplos comuns dessas soluções, comentadas pelos vendedores senegaleses como alívios temporários de uma situação que está sempre instável, são os de um secretário do órgão fiscalizador que tem asseverado menos as apreensões truculentas, ou mesmo o de uma retomada na concessão de alvarás para regularização da venda nas calçadas.

<sup>18</sup> Duas falas típicas que, sendo gaúcho e branco, ouvi durante toda a minha vida, e que assumem uma relevância ensaística aqui. *Gringo* é vocativo comumente empregado no estado para sujeitos brancos de ascendência ítalo-brasileira – o análogo para o caso germânico é *alemão*. Identifica-se com a noção geopolítica de *serra*, correspondente à região nordestina do Rio Grande do Sul, de pertencimento étnico hegemônico ligado à migração de italianos ao Brasil de fins do século XIX. É uma forma de referência identitária comum na vocalização de um orgulho racial que informa e é informado por uma ideia de disposição avantajada para o trabalho duro e honesto. Um exemplo público disto é o *slogan* de campanha utilizado pelo último governador do estado, José Ivo Sartori, anteriormente prefeito da cidade de Caxias do Sul (das maiores da região da Serra Gaúcha): “o gringo tá certo!”. Por outro lado, *pelo-duro* é termo pejorativo, também de uso popular comum, para designar grupo étnico relacionado à região do Pampa Gaúcho, com características fenotípicas ligadas, paralelamente, ao negro e ao índio. Carregando consigo a vinculação simbólica a um *ethos* laboral de morosidade e insolência, a noção pode ser exemplificada pela comparação cotidiana que se costuma fazer entre as cidades da fronteira e as cidades da quarta colônia (outra região de identificação tipicamente ítalo-brasileira): dadas as identificações raciais de cada território, vê-se como natural que as primeiras sejam desorganizadas, subdesenvolvidas e sujas, enquanto as segundas contam uma história de organização, desenvolvimento e higiene pública.

Nesta cadeia de classificações sociais, expressas de modo difuso entre as várias instâncias cotidianas que considere aqui, os senegaleses emergem como exemplos *daqueles negros* que escolhem suspeitosamente uma espécie de *trabalho de quem não quer trabalhar*, um “trabalho vil” (HOLANDA, 2004) que só pode ser escolhido por costume folgado, sob alguma promessa enganosa ou por pura ingenuidade. Seja qual for o caso, entram em jogo tanto as comuns comparações com imigrantes negros de outras nacionalidades e cuja regularidade laboral atestaria uma vantagem em qualidades inerentes, quanto a denominação errônea dos vendedores senegaleses como os *haitianos do Centro*. Ambos esses ditos exemplificam o que tenho considerado como erupções discursivas da velha hierarquização racial das etnias que compunham o “estoque africano” (FREYRE, 2003) constituinte da massa escrava brasileira. Entre as ruas, os escritórios de administração pública e de imprensa de uma região brasileira que se imagina europeizada (SEYFERTH, 1996), os corpos estrangeiros negros são recontados e naturalizados pela dupla colonial da fobia e do fetiche (BHABHA, 1998), em sua relação possível com disposições de classe conforme pensadas no contexto da venda de rua irregular. A conclusão desta perspectiva é a de que o vendedor senegalês que se mantém irregular em Porto Alegre está sem razão legítima para ter acesso a trabalho, e, portanto, também sem razão de ser no Brasil (SAYAD, 2000).

Quando discursos que operam pela lógica moderna dual do funcional/disfuncional lidam com corpos que, além de serem marcados há séculos como inferiores, são alvo das piores condições objetivas de existência, dá-se uma voz contemporânea e localizada, pois apropriada pelo idioma da informalidade e da imigração, ao racismo que constituiu o Brasil enquanto nação e o Rio Grande do Sul enquanto *a mais branca de suas províncias*. Isso é o que tenho considerado um esboço inicial de uma “estrutura de conjuntura” (SAHLINS, 2003) da governança porto-alegrense multilateral do comércio de rua irregular, na medida em que o racismo reassume discretamente, à moda brasileira e gaúcha, a sua velha relação com os *habitus* de classe representados pelos mais diversos discursos cotidianos. E, assim, o negro só aparece socialmente marcado como negro quando é para exaltar os problemas que se percebe que ele causa<sup>19</sup> e dos quais é sintomático.

---

<sup>19</sup> Outra consequência do recorte analítico mantido neste trabalho é a de que pouco ou nada se escreveu sobre as estratégias de agência da comunidade senegalesa no sentido de propagar representações sociais alternativas do vendedor de rua de tal nacionalidade, inclusive por meio de veículos midiáticos de menor alcance comunicativo, mas engajados no trabalho de complexificar as identidades e motivações destes sujeitos. Em trabalho futuro, seria possível lidar com este tema em articulação ao que desenvolvi aqui, inspirado na crítica que o antropólogo senegalês Gana Ndiaye (2019) tem elaborado sobre como os estudos brasileiros acerca da migração internacional de senegaleses têm cerceado esses sujeitos às categorias de *camelôs, ambulantes e vendedores de rua*.

## REFERÊNCIAS

- BAVA, S. De la “baraka aux affaires”: ethos économique-religieux et transnationalité chez les migrants sénégalais mourides. **Revue européenne des migrations internationales**, Poitiers, v. 19, n. 2, p. 1-13, 2003.
- BECKER, H. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. New York: The Free Press, 2008.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Zouk, 2007.
- BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei da Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124). Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Projeto de lei n. 2.516, de 04 de agosto de 2015. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=D613A007521A0422B8B03D99413A46.proposicoesWebExterno2?codteor=1366741&filename=PL+2516/25](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D613A007521A0422B8B03D99413A46.proposicoesWebExterno2?codteor=1366741&filename=PL+2516/25). Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm). Acesso em: 13 set. 2021.
- CAVALCANTI, L. *et al.* (org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro: Relatório Anual 2017**. Brasília: OBMigra, 2017.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAS, V. El Acto de Presenciar: Violencia, Conocimiento Envenenado y Subjetividad. *In*: ORTEGA, F. (ed.). **Veena Das: Sujetos del Dolor, Agentes de Dignidad**. Bogota: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 217-251.
- DE CÉSARO, F.; ZANINI, M. C. Migração senegalesa e mouridismo: um breve exercício interpretativo. *In*: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 255-275.

DIOP, M-C. Fonctions et activités des dahira mourides urbains (Sénégal). **Cahier d'études africaines**, Paris, v. 21, n. 81-83, p. 79-91, 1981.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-33.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. da (org.). **Etnografias do trabalho, narrativas do tempo**. Porto Alegre: Marcavisual, 2015.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. da UFB, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GAGO, V. **Neoliberalism from Below: Popular Pragmatics and Baroque Economies**. London: Duke University Press, 2017.

GLOVER, J. **Sufism and jihad in modern Senegal: the murid order**. New York: University of Rochester Press, 2007.

GOLDBERG, A.; SOW, P. Migrantes senegaleses en Argentina: contexto sociopolítico laboral y vulneración de derechos. *In*: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 117-135.

GONZATTO, M. Prefeitura aumenta apreensões em 140%, mas camelôs resistem no centro de Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 17 jun. 2019. Comércio Informal. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/06/prefeitura-aumenta-apreensoes-em-140-mas-camelos-resistem-no-centro-de-porto-alegre-cjww40avb00ye01p6qxpnmkac.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

GUHA, R. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, College Park, MD, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HERÉDIA, V. *et al.* **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KLEIDERMACHER, G. Entre Cofradías y Venta Ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 38, p. 109-130, 2013.

LACOMBA, J. Identidad y Religión en Inmigración: A propósito de las estrategias de inserción de los musulmanes senegaleses. **Cuadernos de Trabajo Social**, Valencia, n. 4, p. 59-76, oct. 1996.

MAFFIA, M. Una contribución al estudio de la nueva inmigración africana subsahariana en la Argentina. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, v.1, n. 31, p. 7-32, 2010.

MCGOEY, L. The logic of strategic ignorance. **The British Journal of Sociology**, West Sussex, v. 63, n. 3, p. 553-576, 2012.

NDIAYE, G. Mobility and Cultural Citizenship: The Making of a Senegalese Diaspora in Multiethnic Brazil. *In*: MEERZON, Y.; DEAN, D.; MCNEIL, D. (ed.). **Migration and Stereotypes in Performance and Culture**. London: Palgrave, 2019. p. 157-179.

OLIVEN, R. De Olho no Dinheiro nos Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 206-235, 2001.

OLIVEN, R. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã será maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R. Rethinking the informal and criminal economy from a global commodity chain perspective: China–Paraguay–Brazil. **Global Networks**, Southborough, v. 18, n. 3, p. 179-199, 2018.

PORTO ALEGRE. Lei nº 17.134, de 04 de julho de 2011. **Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/decreto/2011/1714/17134/decreto-n-17134-2011-regulamenta-a-lei-n-10605-de-29-de-dezembro-de-2008-que-consolidano-municipio-de-porto-alegre-a-legislacao-que-dispoe-sobre-o-comercio-ambulante-e-a-prestacao-de-servicos-ambulantes-nas-vias-e-nos-logradouros-publicos-sobre-a-publicidade-nos-equipamentos-desse-comercio-e-dessa-prestacao-de-servicos-e-revoga-os-decretos-n-4278-de-31-de-dezembro-de-1970-9212-de-26-de-julho-de-1988-12327-de-5-de-maio-de-1999-12364-de-8-de-junho-de-1999-13555-de-14-de-dezembro-de-2001-14391-de-5-de-dezembro-de-2003-14534-de-19-de->

abril-de-2004-14960-de-25-de-outubro-de-2005-e-15464-de-22-de-janeiro-de-2007?q=17134. Acesso em: 13 set. 2021.

PORTO ALEGRE. Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008. **Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2008/1061/10605/lei-ordinaria-n-10605-2008-consolida-no-municipio-de-porto-alegre-a-legislacao-que-dispoe-sobre-o-comercio-ambulante-e-a-prestacao-de-servicos-ambulantes-nas-vias-e-nos-logradouros-publicos-sobre-a-publicidade-nos-equipamentos-desse-comercio-e-dessa-prestacao-de-servicos-e-revoga-as-leis-ns-1923-de-30-de-dezembro-de-1958-3187-de-24-de-outubro-de-1968-3397-de-2-de-julho-de-1970-4555-de-30-de-abril-de-1979-4860-de-15-de-dezembro-de-1980-5863-de-12-de-janeiro-de-1987-e-7865-de-22-de-outubro-de-1996?q=10605>. Acesso em: 13 set. 2021.

PORTO ALEGRE. Lei nº 9.941, de 25 de janeiro de 2006. **Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2006/995/9941/lei-ordinaria-n-9941-2006-denomina-comerciantes-populares-os-vendedores-ambulantes-que-exercem-a-atividade-de-comercio-na-modalidade-anteriormente-denominada-camelos-institui-os-centros-populares-de-compras-no-municipio-de-porto-alegre-e-das-outras-providencias?q=9941>. Acesso em: 13 set. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.; MENESES, M. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009. p. 73-119.

REITER, P. Contextos de origen: colonización y religiosidad en la región de Senegambia. In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 79-101.

RICCIO, B. Senegal is our home: The anchored nature of Senegalese transnational networks. In: AL-ALI, N.; KOSER, K. **New Approaches to Migration?: Transnational communities and the transformation of home**. London: Routledge, 2002. p. 68-83.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição de imigrante. **Travessia**, São Paulo, ano XII, p. 7-32, 2000.

SAYAD, A. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: SANTOS, R. V. (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 41-59.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, J. (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

STOLLER, P. **Money has no smell: the africanization of New York City.** Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

TEDESCO, J. C.; DE MELLO, P. **Senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul: imigração laboral e dinâmica social.** Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

UEBEL, R. Senegaleses no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do novo fluxo migratório “África-Sul do Brasil”. *In: TEDESCO, J. C.; KLEIDERMACHER, G. A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares.* Porto Alegre: EST Edições, 2017. p. 185-209.

UEBEL, R. **Análise do perfil socioespacial das migrações para o RS no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VERTOVEC, S. The Cultural Politics of Nation and Migration. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, CA, v. 40, n. 1, p. 241–256, 2011.

VOSCOBOINIK, S. La unión hace la fuerza: el accionar colectivo de las mujeres senegalesas em Argentina. *In: XII REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR*, 12., 2018, Posadas. **Libro de Actas** [...], Posadas, 2018.

ZUBRZYCKI, B. Senegaleses en Argentina: un análisis de la Mouridyya y sus asociaciones religiosas. **Boletín Antropológico**, Buenos Aires, n. 81, p. 49-64, 2011.

**Recebido em:** 28 de março de 2020

**Aprovado em:** 23 de abril de 2020



# ¿MIGRANTES “VULNERABLES”? POLÍTICAS DE MIGRACIÓN Y DERECHO A LA SALUD EN ARGENTINA<sup>1</sup>

María Graciela de ORTÚZAR<sup>2</sup>

**RESUMEN:** A partir del aumento de la migración en Argentina se hace necesario criticar el uso de “migrantes vulnerables” como categoría estática. Nuestro objetivo, en el estudio de la intersección de políticas internacionales y nacionales, es mostrar -a través de un concepto relacional de vulnerabilidad- cómo (I) el uso instrumental de éste concepto responde (II) a un modelo de seguridad y control en migraciones (Decreto de Necesidad y Urgencia –en adelante DNU- 70/2017, ARGENTINA, 2017), contrario a la Ley de Migraciones 25.871/2003 (ARGENTINA, 2010b) y a nuestra Constitución Nacional (CN). Éste nuevo modelo se sustenta en creencias xenófobas que habilitan (III) políticas sanitarias privatistas (Decreto de Necesidad y Urgencia –DNU- 908/2016; ARGENTINA, 2016) en el marco encubierto de la restricción del acceso a la salud al migrante (“cobertura universal de la salud”). La metodología elegida consiste en el análisis ético y político de las citadas normativas que llevaron al giro neoconservador en políticas migratorias; con la consecuente profundización de la “vulnerabilidad social” de migrantes, y a la privatización de la salud en Argentina.

**PALABRAS CLAVE:** vulnerabilidad; migraciones; securitización de políticas; derecho a la salud; derechos humanos.

<sup>1</sup> Este artículo fue realizado en el marco del proyecto de investigación “El derecho humano a la salud de migrantes regionales en Argentina”, 2019-2020, CONICET; PIP “ Derechos humanos, género y diálogo intercultural en salud pública”, 2021-2022, CONICET; y “ Proyecto de Vinculación de la Red de Derechos Humanos RIOSP, Derechos humanos, migración y asilo, CONICET, S T 5148, 2021ss. Asimismo, forma parte del Proyecto Grupal transdisciplinario de la Universidad Nacional de La Plata (Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales y Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación), Código 11/H866, 2018-2021, dirigido por mi persona. Agradezco el apoyo institucional y financiero recibido. Agradezco también la ayuda de Jessica Kaufman en la traducción al portugués del resumen.

<sup>2</sup> a) Doctora en Filosofía y Profesora Adjunta de Seminarios de Ética Aplicada, FAHCE Universidad Nacional de La Plata, La Plata – Argentina. b) Investigadora Independiente Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET), Buenos Aires – Argentina.. c) Profesora Adjunta Ordinaria de Ética. Universidad Nacional de la Patagonia Austral, Santa Cruz – Argentina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4566-4535>. [mariagracielaortuzar@gmail.com](mailto:mariagracielaortuzar@gmail.com).

## “VULNERABLE” MIGRANTS? MIGRATION POLICIES AND THE RIGHT TO HEALTH IN ARGENTINA

**ABSTRACT:** *Due to the increase in migration in Argentina, it is necessary to criticize the use of the concept of “vulnerability” as a static category applied to migrants. Our objective is to show, from (I) a relational concept of vulnerability, how its use responds; (II) to a model of migration securitization (Decree of Necessity and Urgency –DNU- 70/2017, ARGENTINA, 2017); to xenophobic prejudices as basis for the unjustified and unconstitutional imposition of the aforementioned DNU; (III) covert changes directed at privatized health policies (DNU 908/2016; ARGENTINA, 2019), deepened by the irregular situation of the migrant. The chosen methodology consists of an ethical and political analysis of the aforementioned regulations that led to the neoconservative turn of migration policies and to the advance in the privatization of the right to health in Argentina.*

**KEYWORDS:** *vulnerability; migrant; migration policies; right to health; human right.*

## MIGRANTES “VULNERÁVEIS”? POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO E DIREITO À SAÚDE NA ARGENTINA

**RESUMO:** *Em função do aumento da migração na Argentina, torna-se necessário criticar o uso do conceito de “vulnerabilidade” como uma categoria estática aplicada a migrantes. Nosso objetivo consiste em mostrar, a partir de (I) um conceito relacional de vulnerabilidade, como o uso dele responde (II) a um modelo de securitização de migrações (Decreto de Necessidade e Urgência –DNU- 70/2017, ARGENTINA, 2017) a preconceitos xenófobos como base para a imposição injustificada e inconstitucional dos mencionados DNU; (III) a mudanças encobertas direcionadas a políticas de saúde privatizadas (DNU 908/2016; ARGENTINA, 2016), aprofundadas pela situação irregular do migrante. A metodologia escolhida consiste na análise ética e política das citadas regulamentações que levaram ao giro neoconservador das políticas migratórias e ao avanço na privatização do direito à saúde na Argentina.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *vulnerabilidade; migrante; políticas migratórias; direito à saúde; direito humano.*

## Introducción

El presente trabajo trata del modo en que “la vulnerabilidad” y las políticas públicas de migraciones se intersectan en distintos ámbitos (internacional y nacional -Argentina-), generando mayores desigualdades para el mismo sujeto migrante, en clara desventaja con las/los nacionales, ante los recientes efectos del giro hacia políticas de seguridad en migraciones. La importancia de *cómo* definamos la vulnerabilidad y su vinculación con los paradigmas de políticas migratorias en pugna, incidirá en la protección de derechos humanos -DDHH- (paradigma de DDHH); o, por el contrario, facilitará la implementación de políticas de control y seguridad (Paradigma regulatorio de seguridad), encubriendo la privatización de bienes públicos, como ocurre con el derecho a la salud.

Los migrantes, aquellas personas que han debido dejar su país de origen y residen en un país diferente, son considerados por la Organización Internacional para las Migraciones -OIM- (OIM, 2021) como personas particularmente “vulnerables”. En este grupo se incluye a los indocumentados que se desplazan de manera irregular, los menores, las mujeres embarazadas, las personas enfermas, las víctimas de violencia y las víctimas de tráfico de personas. Pero, ¿qué significa, a nivel político, considerar a los migrantes como grupos vulnerables?; ¿qué entendemos por vulnerabilidad?; ¿es la vulnerabilidad un concepto unívoco?; ¿qué usos políticos posee la categoría de vulnerabilidad aplicada a migrantes?

En una primera aproximación general, observamos que el concepto de vulnerabilidad es, en sí mismo, un concepto ambiguo (demasiado amplio o demasiado estrecho; fijo o dinámico; genera dependencia o promueve la autodeterminación). De acuerdo a la Real Academia Española (VULNERABLE, 2019) una persona vulnerable es “aquella que puede ser herida o recibir una lesión física o moral”. En filosofía, la vulnerabilidad es condición humana inherente a su existencia, en su finitud y fragilidad, de manera tal que no puede ser superada o eliminada (O’NEILL, 1996). Si bien este concepto es demasiado amplio, Neves (2009) sostiene que al reconocerse como vulnerables, las personas comprenden la vulnerabilidad del otro, así como la necesidad del cuidado, de la responsabilidad y de la solidaridad, y la no explotación de esa condición por parte de otros. Pero, si definimos la vulnerabilidad en sentido estrecho, apelando a las características atribuidas a grupos (mujeres, ancianos, niños, discapacitados, comunidades étnicas, entre otros), esto nos lleva a considerar que los rasgos de estos grupos son fijos y estáticos, condenándolos a no cambiar y estigmatizando a los mismos. Un aporte interesante al tema, desde las ciencias sociales, es el concepto de “vulnerabilidad social”. El mismo está compuesto por dos planos:

uno referido al plano estructural (hogares/infraestructura/ movilidad); y otro referido a sus consecuencias en la esfera subjetiva, esto es, a los sentimientos de indefensión, incertidumbre e inseguridad (KAZTMAN, 1999; FILGUEIRA, 2001). La ventaja de esta categoría de vulnerabilidad social y sus dos planos es que la misma habilitaría un estudio dinámico (disposicional-contextualista), no encasillando a los grupos en categorías estáticas (MORZILLI; LEMMI, 2020).

El análisis específico del concepto de “migrantes vulnerables” merece especial atención en las normativas de migraciones, debido a que el mismo posee usos e implicancias opuestos en la formulación de políticas públicas. A modo de ejemplo, la vulnerabilidad de migrantes para el paradigma de derechos humanos exige reconocer que los derechos del otro deben ser protegidos por el Estado para la construcción de la igualdad (ARENDDT, 1974)<sup>3</sup>. Este primer uso de la vulnerabilidad se centra en la responsabilidad del Estado, de los ciudadanos y de las organizaciones sociales. Paradójicamente, el concepto de vulnerabilidad es utilizado para identificar grupos migrantes a los cuáles se aplican políticas de control y seguridad, a partir de la reciente securitización de políticas migratorias, ejemplificado en la Argentina con el viraje hacia políticas neoconservadoras en migraciones (ARGENTINA, 2017). En el centro de estos debates sociopolíticos actuales sobre migraciones, se encuentra la disputa teórica y la tensión actual entre ambos paradigmas. Mi hipótesis, al respecto, es que dichas políticas de control, centradas en la supuesta “protección efectiva de migrantes vulnerables”; no sólo profundizan la vulnerabilidad social de los que dicen proteger, estigmatizándolos; sino que también ponen en peligro la protección de bienes públicos, como lo es la atención de la salud (derecho a la salud), encubriendo su privatización bajo el discurso de la “cobertura universal de la salud”.

El objetivo del presente trabajo es el análisis de la vulnerabilidad de migrantes en la intersección de políticas internacionales y nacionales (Argentina), mostrando, a través de (I) un concepto relacional de vulnerabilidad, cómo el uso instrumental de éste concepto responde (II) a un modelo de securitización de políticas migratorias (ARGENTINA, 2017), contrario a la Ley de Migraciones Nro. 25.871/2003 (ARGENTINA, 2010b) y a nuestra Constitución Nacional (CN), e impulsado por creencias xenófobas (migrante como delincuente) que llevaron, en el campo de la salud, (III) a promover políticas sanitarias privatistas (DNU 908/2016; ARGENTINA, 2019 –cobro de seguros a migrante) al mismo tiempo que se aplica la “cobertura universal de la salud”. La metodología elegida

<sup>3</sup> Según Hannah Arendt, en *Los orígenes del totalitarismo*, la autora señala el error cometido por los estados-nación de Europa al no otorgar derechos humanos a los no nacionales, remarcando que estos derechos sólo pueden ser garantizados dentro del contexto del estado-nación. (Véase al respecto Arendt [1974, cap. 9] y Benhabib [2006]).

se basa en el análisis ético y político de las normativas citadas que llevaron al giro neoconservador en políticas de migraciones, con la consecuente profundización de la vulnerabilidad social de migrantes y de la privatización de la salud en Argentina.

## **I Análisis filosófico crítico del concepto de vulnerabilidad aplicado en políticas migratorias**

### **I.1. Paradigma de Derechos Humanos -DDHH-: los migrantes no son intrínsecamente vulnerables**

De acuerdo al Informe del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2017), los migrantes vulnerables son los migrantes que no pueden gozar de manera efectiva de sus derechos humanos, que corren un mayor riesgo de sufrir violaciones y abusos, y que, por consiguiente, tienen derecho a reclamar una mayor protección a los garantes de derechos. Dicha Organización señala, muy oportunamente, que:

[...] los migrantes no son intrínsecamente vulnerables ni carecen de [resiliencia] y capacidad de actuación. Por el contrario, la vulnerabilidad ante las violaciones de sus derechos humanos es el resultado de múltiples formas de discriminación interrelacionadas, de la desigualdad y de dinámicas estructurales y sociales que imponen límites y desequilibrios en los niveles de poder y de disfrute de los derechos (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2017, p.13, nuestra traducción).

En relación a los derechos humanos, la Organización Mundial de la Salud (OMS, 2007) señala la importancia de garantizar a todos los migrantes un derecho humano básico, como lo es el derecho a la salud, considerando a la misma migración como un determinante global de la salud (ALTAMIRANO RÚA, 2014). Cito:

Las personas que acaban de migrar a menudo se ven enfrentadas a una situación de pobreza y marginación y tienen escaso acceso a prestaciones sociales y servicios de salud, sobre todo en los primeros tiempos de la inserción en un nuevo entorno (ya sea dentro o fuera del país de origen o retorno). Por su parte, los trabajadores migratorios estacionales y poco

especializados suelen concentrarse en sectores y ocupaciones con un alto nivel de riesgos de salud ocupacional. Los familiares, incluidos los niños, a veces desempeñan la misma actividad y, por lo tanto, pueden verse expuestos a esos riesgos. Las víctimas de la trata de personas, sobre todo las mujeres y los niños, son particularmente vulnerables a los problemas de salud y tienen más probabilidades que otros grupos de población de padecer enfermedades transmisibles y no transmisibles, así como problemas de salud mental. La migración, cuando está desencadenada por desastres o conflictos, situaciones de inseguridad alimentaria, enfermedades o cambios climáticos y otros peligros medioambientales, guarda una estrecha relación con la destrucción de los medios de subsistencia y a menudo con problemas de los sistemas de salud. Esos determinantes económicos, políticos, sociales y ambientales de la salud de los migrantes ponen de relieve la importancia de establecer políticas intersectoriales, incluidas políticas destinadas a reducir el riesgo de desastres, que puedan tener efectos tanto en el proceso migratorio como en sus consecuencias más graves para la salud. (OMS, 2007, p.2).

La definición precedente de vulnerabilidad de la Organización de las Naciones Unidas- ONU-, como la preocupación por la equidad en salud de los migrantes de la Organización Mundial de la Salud -OMS del 2007-, se insertan en el paradigma de derechos humanos, desde donde la preocupación internacional por el derecho a la migración y el derecho a la salud de los migrantes entran en la esfera de la igualdad/justicia, bajo la forma de políticas integrales e intersectoriales, no pudiéndose negar la asistencia sanitaria gratuita a las personas migrantes.

En los últimos años el uso que se hace de la vulnerabilidad, en las normativas y políticas internacionales en migraciones, dista mucho del concepto de “vulnerabilidad” enmarcada en el paradigma de derechos humanos. De la misma manera, el reconocimiento del derecho a la salud de migrantes es cuestionado desde niveles provinciales y nacionales. Estudiar las implicancias del cambio en el citado concepto nos permitirá comprender las líneas políticas que emanan a nivel internacional y nacional en migraciones, determinando: a) si el mismo contribuye a proteger a los migrantes; o b) si se realiza sólo un uso instrumental del concepto para impulsar políticas de control, seguridad y privatización en torno a salud y migraciones.

## 1.2. Políticas regulatorias de seguridad y uso instrumental de vulnerabilidad para “migración segura”

De acuerdo a la Agencia de la ONU para los Refugiados, se promueve una migración mundial segura, ordenada y regular. Cito:

Los 193 Estados Miembros de las Naciones Unidas se comprometen a considerar la posibilidad de elaborar principios rectores no vinculantes y directrices voluntarias sobre el trato de los migrantes en situaciones de *vulnerabilidad*, mediante un proceso dirigido por los Estados. Además se comprometen a iniciar un proceso de negociaciones intergubernamentales que culminarán con la aprobación de un *pacto mundial para la migración segura, ordenada y regular* “que podría incluir [...] elementos [...] para la *protección efectiva [...] de los migrantes en situaciones de vulnerabilidad* (ACNUR, 2017, el subrayado es mío).

Como podemos observar en el párrafo anterior, se establece una vinculación entre migrantes en situaciones de vulnerabilidad y el pacto mundial intergubernamental para la migración segura, ordenada y regular; conceptos claves que definirán las políticas internacionales de migración. Este paradigma favorece el movimiento internacional de capitales y mercancías, pero restringe y controla el movimiento de personas entre fronteras. La seguridad aquí se encuentra en el centro de dicha política, no la protección del migrante.

Bajo este marco regulatorio, se distinguen tres tipos de vulnerabilidad de migrantes:

1. “Vulnerabilidad situacional, se refiere a las circunstancias durante la ruta o en los países de destino que ponen a los migrantes en riesgo”.<sup>4</sup>
2. “Vulnerabilidad individual”, tiene que ver con características o circunstancias individuales que ponen a una persona en un riesgo particular (niños, adultos mayores; personas con discapacidades y/o necesidades

---

<sup>4</sup> Esto sucede con frecuencia cuando la migración se realiza por vías irregulares, provocando que las personas queden expuestas a explotación y abuso por parte de traficantes, tratantes, reclutadores y funcionarios corruptos; así como el riesgo de muerte a bordo de barcos no aptos para la navegación o durante el paso por desiertos peligrosos u otros cruces terrestres. Los riesgos pueden exacerbarse por falta de documentación legal, ausencia de apoyo de la familia o de la comunidad, conocimiento limitado del idioma local, o discriminación.

médicas; víctimas o supervivientes de trata que no entran en el ámbito de la definición de refugiado).

3. “Vulnerabilidad vinculada con las condiciones en el país de origen de un migrante que preceden a su partida”: privación socioeconómica o falta de acceso a los derechos humanos fundamentales (refugiados)” (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2017, p. 5).

Si bien podría considerarse que se señalan factores que hacen a la vulnerabilidad social -como serían las condiciones del migrante en el país de origen o en las circunstancias de la ruta-; al acentuarse la ilegalidad y los riesgos referidos a grupos fijos (mujeres, niños, ancianos, entre otros), ignorando a los responsables y/o a las políticas públicas que deberían revertir estas condiciones; no se comprende cómo “la migración segura, ordenada y regular... permitiría la protección efectiva de migrantes en situaciones de vulnerabilidad” (ACNUR, 2017). Esto es, la enumeración de características específicas referidas a personas y/o grupos tornaría fuertemente estigmatizador al concepto de vulnerabilidad, impidiendo el cambio, y *no* permitiendo empoderar a estos grupos para salvaguardar su dignidad, integridad y derechos humanos. Dicha definición desconoce las múltiples formas de discriminación interrelacionadas, de la desigualdad y de dinámicas estructurales y sociales que imponen desequilibrios de poder y goce de los derechos (UN HUMAN RIGHTS COUNCIL, 2017); como también desconoce las relaciones institucionales e históricas que hicieron posible el sometimiento de personas, grupos, pueblos y naciones enteras; creando relaciones de colonialismo, dominación y dependencia bajo una misma lógica monocultural (QUIJANO, 2000, 2005; MIGNOLO, 2007, FREIRE; FREIRE, 2014). El uso instrumental de vulnerabilidad sólo se limita a identificar grupos generalizados -migrantes vulnerables- para reglamentar sus vidas a través de políticas de seguridad y control, despreocupándose de sus necesidades, derechos y de su bienestar humano.

### **1.3. Propuesta de una categoría relacional de vulnerabilidad para aplicar a migrantes**

Necesitamos de una categoría de vulnerabilidad que reconozca responsabilidades en la protección de derechos básicos, recuperando el sentido dinámico, histórico, crítico y relacional de la vulnerabilidad para el empoderamiento de las personas y grupos. Al respecto, adherimos a la definición propuesta por Goodin (1985, p. 112): “la vulnerabilidad no es un estado azaroso, implica una



relación asimétrica de poder. Supone la existencia de un agente capaz de ejercer una elección efectiva tanto para causar, prevenir o evitar la amenaza del daño”. La citada definición nos permite ampliar el análisis a las relaciones asimétricas de poder que se dan entre Estados a nivel internacional, y, la relación asimétrica de poder entre el migrante y el Estado a nivel nacional.

El objetivo de este concepto de vulnerabilidad relacional es proteger contra toda clase de daño (engaño, mentira, tortura, muerte, violación, entre otros) a los migrantes. Aquí es preciso entender que el daño es evitable y previsible, pudiéndose anticipar y actuar a través de políticas públicas para revertirlo. Por ejemplo, si existe un responsable por el aumento de migraciones forzadas -daño generado por razones económicas, ambientales o políticas que obligan a las personas a migrar-; éste daño debe ser compensado a través de políticas inclusivas basadas en modelos de migraciones inspirados en derechos humanos. Al respecto, las políticas de DDHH permiten prever riesgos y actuar sobre la vulneración de derechos de migrantes; mientras que las políticas securitistas, al no prever el daño, anticiparlo o revertirlo, contribuyen aún más a la vulneración de los derechos de las personas migrantes.

En este punto distinguimos entre personas vulnerables y derechos vulnerados. De acuerdo a Schram (2006) y Kottow (2008) todos somos vulnerables, en tanto la fragilidad es constitutiva de la naturaleza humana. Por ello, los derechos humanos protegen la vulnerabilidad humana resguardando bienes básicos y protegiendo el acceso igualitario a los mismos para impedir el daño o lesión de la persona. Cuando este daño se produce, existen derechos vulnerados que deben atenderse por las instituciones sociales para compensar y empoderar a los desfavorecidos. Requiere de parte del Estado acciones afirmativas y reparadoras que interfieran en la autonomía, la integridad y la dignidad de los vulnerados.

Seguidamente pasaremos a analizar cómo el reciente DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) llevó a la profundización de derechos vulnerados de migrantes; significando un claro retroceso de las conquistas alcanzadas, a partir de la Ley Nro. 25.871/2003 de Argentina (2010b), en derechos humanos en migraciones.

## **II. El retroceso en políticas de migratorias a partir del DNU 70/2017 en Argentina**

El camino de conquistas de derechos humanos en políticas migratorias en Argentina se encuentra signado por avances y retrocesos. Nuestra Constitución Nacional (GELLI, 2005) alienta positivamente la inmigración, invitando a

las personas que habitan el mundo -sin importar su origen- a habitar el suelo argentino. El Preámbulo de la Constitución Nacional Argentina de 1853 (ARGENTINA, 1994) establece:

Nos, los representantes del pueblo de la Nación Argentina, reunidos en Congreso General Constituyente por voluntad y elección de las provincias que la componen, en cumplimiento de pactos preexistentes, con el objeto de constituir la unión nacional, afianzar la justicia, consolidar la paz interior, proveer a la defensa común, promover el bienestar general, y asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad, y para todos los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino: invocando la protección de Dios, fuente de toda razón y justicia: ordenamos, decretamos y establecemos esta Constitución, para la Nación Argentina.

En su artículo 20 expresa: “Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión y no están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias” (ARGENTINA, 1994).

En esta misma línea, la Ley de Migraciones, Nro. 25871 (ARGENTINA, 2010b), aprobada en diciembre de 2003 y reglamentada en el 2010 a través de un proceso de consulta con actores de la sociedad civil en el decreto 616/2010, evidencia el espíritu participativo y democrático “basado en la integración y no en la exclusión, el multilateralismo en la región y no el unilateralismo, la tolerancia y no la xenofobia” (GIUSTINIANI, 2004, COURTIS; PACECCA, 2007; CERIANI CERNADAS, 2004).

Sin embargo, el DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) produjo un viraje regresivo en políticas migratorias. La migración selectiva y diferencial, impuesta a través del citado decreto, nos recuerda las políticas emanadas de la primera ley de migraciones en Argentina, la Ley Avellaneda, y el énfasis en la seguridad y control de la Ley Videla (ARGENTINA, 1981), vigente en nuestro país por veinte años. El citado decreto de necesidad y urgencia –DNU- vulneró los derechos de los migrantes latinoamericanos, marcando un claro retroceso al introducir modificaciones en la actual Ley de Migraciones Nro. 25.871 (2003), modelo de ley resultado de consultas participativas democráticas.

Para analizar el cambio de dirección que introdujo el citado DNU, comenzaremos por el análisis de la ley de migraciones Nro. 25871 (ARGENTINA,

2010b), inscrita en el paradigma de DDHH (II.1), confrontando la misma con las disposiciones emanadas del DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) (II.2).

## **II.1. La Ley de Migraciones Nro. 25.871: modelo de integración en el marco de DDHH**

A diferencias de las legislaciones anteriores, esta Ley se enmarca en el paradigma de Derechos Humanos y establece la migración en sí como un derecho humano. En palabras de Gabriel Chausovsky (2009), “el derecho a migrar, entrar, salir, trasladarse es un derecho, una atribución del ser humano que le pertenece, (...) el Estado se compromete a garantizarlo, en condiciones de igualdad y de universalidad. No hay legislación en el mundo que diga esto. Nuestra legislación cumple con lo que establece la Constitución.” Según Lila García (2017) el declarar al derecho a la migración como un derecho esencial e inalienable sobre las bases de igualdad y universalidad, es una experiencia que no encuentra correlato a nivel internacional. El migrante pasa a constituirse como sujeto de derecho (art.4) cito:

el derecho a la migración es esencial e inalienable de la persona y la República Argentina (...) garantiza sobre la base de los principios de igualdad y universalidad.”, considerando al migrante “no como un sujeto sospechoso, peligroso, competidor sino como un ciudadano valioso que coopera con el desarrollo de nuestra sociedad. (GARCÍA, 2017).

De esta manera, la citada ley argentina es la primera norma a nivel mundial que efectúa este reconocimiento (NEJAMKIS, 2012), a contrapelo de las políticas de seguridad internacional, donde no existen instituciones que efectivamente velen por los derechos de migrantes y donde la restricción de la movilidad humana es moneda común de los modelos migratorios (modelo norteamericano y europeo).

A nivel latinoamericano, la actual ley de migraciones constituye una ley de avanzada al reconocer el acceso igualitario a bienes públicos y derechos sociales. Entre los derechos sociales de migrantes reconocidos por la citada ley, se destacan el derecho igualitario a servicios sociales. Cito:

[...] se asegura el acceso igualitario a las personas inmigrantes y sus familias en las mismas condiciones de protección, amparo y derechos de los que gozan los nacionales, en particular a lo referido a servicios sociales,

bienes públicos, salud, educación, justicia, trabajo, empleo y seguridad social. De esta manera, el Estado es garante del acceso de quienes migran a sus derechos fundamentales (ARGENTINA, 2010b, art.6).

A diferencia del resto de las leyes migratorias latinoamericanas, las cuáles aplican una “visión instrumental” a la inmigración deseada de acuerdo a intereses y necesidades del país de destino, la ley de migraciones de Argentina promueve la integración regional (con base en el Acuerdo sobre Residencia<sup>5</sup> para Nacionales de los Estados Partes del MERCOSUR, Bolivia y Chile) reconociendo a los ciudadanos de otros países vecinos como residentes temporarios con permiso de trabajo por dos años prorrogable. A través del Programa Patria Grande (ARGENTINA, 2010a) se hizo posible la regularización documentaria migratoria de las personas que residían en Argentina y que se encontraban invisibilizadas y excluidas del acceso a derechos; garantizando el derecho de interponer los recursos administrativos de Reconsideración, Jerárquico o Alzada, o bien recurrir directamente vía recursiva judicial. Por otra parte, se incorpora el derecho a la reunificación familiar, se enumeran las acciones que debe realizar el Estado para favorecer la integración de los migrantes y para facilitar la consulta o participación de los extranjeros en las decisiones relativas a la vida pública y a la administración de las comunidades locales donde residan.

Más allá del indiscutible avance normativo que significó en DDHH esta ley de migraciones, las críticas que se realizaron a la misma se centraron en la operatividad de esta norma, al no cumplir en muchas disposiciones con el principio general del derecho a la migración como un derecho humano (*ej. pensiones por discapacidad, jubilaciones, exigencia diferencial de años entre el migrante y el ciudadano*). Estas restricciones contradicen directamente los principios de igualdad, no discriminación y protección de derechos humanos que la ley expresa en su parte general. Por otra parte, la ley no reconoce las identidades de los migrantes, sus diferencias en lo que hace a la interculturalidad, omitiendo acciones para su respeto (AIZENBERG, 2011; JELIN; GRIMSON; ZAMBERLIN, 2006; FORNET BETANCOURT, 2003). La ausencia de reconocimiento a las identidades se suele traducir en discriminación y vulneración de derechos (documentación, violencia institucional, discriminación, separación de familias, no acceso a salud, educación, justicia). Los derechos vulnerados de las personas migrantes se multiplican si tenemos en cuenta el entrecruzamiento de género,

---

<sup>5</sup> Disponible en: <https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-residencia-nacionales-estados-partes-mercosur-bolivia-chile/>. Acceso en: 13 set. 2021.

la raza/etnia, clase social, diversidad funcional y la edad (CRENSHAW, 2012; CUIEL, 2005; MARTINEZ PIZARRO; REBOIRAS-FINARD, 2010).

## **II.2. EL giro político neoconservador del DNU 70/2017: políticas de seguridad y control**

El DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) reinstauró las políticas selectivas de inmigración y profundizó las situaciones de irregularidad del migrante, con el consiguiente aumento de la vulnerabilidad social de los migrantes latinoamericanos y afrodescendientes (GARCÍA, 2017). Su imposición se centra en ideas xenófobas que llevaron a identificar al migrante con el delincuente, cito:

Que ante recientes hechos de criminalidad organizada de público y notorio conocimiento, el Estado Nacional ha enfrentado severas dificultades para concretar órdenes de expulsión dictadas contra personas de nacionalidad extranjera, como consecuencia de un complejo procedimiento recursivo que, en algunos casos, puede llegar a siete (7) años de tramitación. Que, a su vez, la población de personas de nacionalidad extranjera bajo custodia del servicio penitenciario federal se ha incrementado en los últimos años hasta alcanzar en 2016 el veintiuno coma treinta y cinco por ciento (21,35%) de la población carcelaria total (ARGENTINA, 2017).

La falsedad del dato del que parte la formulación del DNU fue desmentida por el *Informe de la Comisión Penitenciaria Argentina*: la población carcelaria migrante no se ha incrementado. Por el contrario, ha permanecido estable desde hace más de 10 años. De los 2.000.000 de personas privadas de la libertad solo el 5% son migrantes (4.400 personas). Los extranjeros detenidos en cárceles federales y provinciales son un 6% del total. Pero, sin importar los hechos, éste decreto, emanado del Poder Ejecutivo, modificó la mencionada ley de migraciones 25.871 y de nacionalidad 346 para habilitar políticas diferenciadas y selectivas, que permitan el control y la vigilancia policial del migrante, políticas que nos remontan a las viejas leyes restrictivas de migrantes en Argentina (Avellaneda y Videla), las cuáles discriminaron – históricamente- a los migrantes de países limítrofes. Esto es, la política selectiva nos remonta a nuestros orígenes nacionales y al inicio de nuestra política migratoria: la formación del Estado-nación, a fines del s. XIX y principios del XX, a partir del genocidio indígena, y la primera ley inmigratoria de nuestro país (“Ley Avellaneda”), la cual tuvo por objetivo principal atraer a los migrantes blancos para contribuir a poblar todo

el territorio argentino (CAGGIANO, 2008a, 2008b; CASARAVILLA, 2000). La citada ley Avellaneda alentaba una inmigración europea y moralmente capaz de adaptarse al país y de trabajar para su desarrollo; excluyendo a las personas provenientes de países limítrofes. La migración es una parte clave del proyecto político liberal blanco y europeizado.<sup>6</sup> En la misma línea, la citada Ley Videla Nro. 22.439 (ARGENTINA, 1981), en su artículo 2 establece que “el Poder Ejecutivo, de acuerdo con las necesidades poblacionales de la República, promoverá la inmigración de extranjeros cuyas características culturales permitan su adecuada integración en la sociedad argentina”. En el marco de la Doctrina de Seguridad Nacional de la Dictadura, esta ley representa el poder de vigilancia, control y persecución.

El poder de policía se centraría también en la administración, a partir de: la distinción entre ilegalidad por ingreso y por permanencia; la negación de derechos sociales a los migrantes; la obligación de denuncia administrativa de los migrantes irregulares (en salud, en educación, administración, registro civil, empresas, escribanos etc.); la expulsión y prohibición de reingresar al país de manera permanente; la pena de prisión; la imposibilidad del recurso judicial, entre otros. La misma ley es conocida por su “alto carácter restrictivo y persecutorio en el tratamiento del fenómeno migratorio”, sin contar con las garantías de debido proceso (Poder judicial) al no prever la posibilidad de acceder a un recurso judicial (NEJAMKIS, 2012).

El DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) rehabilitó, precisamente, los procedimientos de detención y deportación express sin proceso judicial y defensa justa. Esta detención se aplica a: -quienes hayan cometido fallas administrativas en la acreditación del trámite de ingreso; -quienes hayan resistido a la autoridad en el contexto de una marcha o una represión por venta callejera ambulante; -quienes hayan cometido delitos menores. Por lo tanto, cualquier infracción penal y contravencional puede ser causal para la expulsión del país de una persona migrante<sup>7</sup>. Claramente, tales políticas de control y seguridad poseen puntos en común con la Ley Videla, mencionada anteriormente, al criminalizar a los migrantes latinoamericanos y afrodescendientes sin garantizar una defensa justa. Su finalidad no es identificar y deportar narcotraficantes, hecho que la Ley de

<sup>6</sup> Esta ley, en el artículo 12 definía como inmigrante a “todo extranjero jornalero, artesano, industrial, agricultor o profesor, que siendo menor de sesenta años y acreditando su moralidad y sus aptitudes, llegase a la república para establecerse en ella, en buques a vapor o a vela, pagando pasaje de segunda o tercera clase, o teniendo el viaje pagado por cuenta de la Nación, de las provincias o de las empresas particulares, protectoras de la inmigración y la colonización”.

<sup>7</sup> En la ley de migraciones (25.871) se requería un mínimo de gravedad en los delitos para que estos fueran causal de expulsión: 3 años para denegar el ingreso, 5 años y otros requisitos si se trataba de personas residentes.

migraciones Nro. 25871/2003 (ARGENTINA, 2010b) contemplaba. Bajo las nuevas políticas selectivas todo migrante se encuentra en permanente estado de sospecha, persecución, control, vigilancia, represión, y posible deportación por “delincuente” sin juicio y causa justa.

El citado DNU constituye un claro retroceso en relación al paradigma de DDHH de la ley de migraciones abordada anteriormente: amplía las causas que permiten la detención y expulsión de personas migrantes en situación irregular, habilita la revisión de las radicaciones otorgadas para quienes tienen antecedentes penales o condenas (sin importar el tipo de delito o su situación procesal); modifica los trámites de expulsión para que sean inmediatas (solo le da tres días para recurrir luego de la notificación), sin control judicial ni defensa legal adecuada; elimina la unidad familiar y el arraigo como condiciones que evitan la expulsión (CELS, 2017a, 2017b).

Por otra parte, modifica la forma de acceso a la nacionalidad argentina, proponiendo que en lugar de exigir que la persona solicitante acredite más de dos años de residencia en el país, se pida una evaluación por un juez federal una vez que se demuestre que esa residencia es “legal”. Esto agrava la posibilidad de regularización de la situación del migrante, ante el miedo a ser deportado y ante las dificultades tecnológicas de tramitar su residencia y/o DNI, restringiendo la posibilidad del ejercicio de la mayoría de sus derechos (económicos, políticos, sociales y culturales) y profundizando su vulnerabilidad social. La regularización se hizo cada vez más complicada a partir del nuevo sistema informático de solicitud de residencia denominado RADEX -2018- que llevó a la anulación de turnos y al otorgamiento de nuevos turnos con un año de demora, debido a las exigencias de cargas de internet. La brecha digital dificultó -para una gran parte de la población- el acceso a la residencia.

Por último, a pesar de que la ley de migraciones reconoce legalmente los derechos sociales de los migrantes y el citado DNU no modifica los mismos, “en los últimos años se ha documentado la negativa de hospitales y centros de salud a proveer asistencia sin DNI. Sin ir más lejos, la tarjeta alimentaria y los planes sociales tiene como requisito el DNI y la residencia” (GARCÍA *et al.*, 2020, p.181).

En marzo del 2018 este DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) fue declarado inconstitucional por la Sala V de la Cámara de lo Contencioso Administrativo Federal, en tanto restringe el acceso al debido proceso, al principio de inocencia y el derecho a un defensor público; y constituye una herramienta de impunidad para las fuerzas de seguridad al habilitar a detener y expulsar a migrantes que ejerzan el derecho a la protesta social. El DNU 70/2017

(ARGENTINA, 2017), derogado en la actualidad (Decreto Nro. 138, 2021)<sup>8</sup>, ha sido un instrumento de control social y exclusión de las poblaciones migrantes y refugiadas provenientes de países limítrofes en su mayoría.

La aplicación de decretos de necesidad de urgencia es propia de gobiernos que buscan introducir cambios abruptos en políticas sociales sin consenso democrático ni consulta previa a la población (GARAY, 1989). En este sentido, al igual que el citado DNU 70/2017, el DNU 908/2016 impuso un nuevo giro en programas de salud, coincidiendo con los cambios de la OMS en materia de Cobertura Universal de Salud –CUS-. Este programa, lejos de ampliar el acceso a la salud, restringió el mismo excluyendo a extranjeros y migrantes; esto es, retrocediendo en el reconocimiento de un derecho humano básico, el derecho a la salud, para todos.

### **III. Cambios encubiertos en políticas sanitarias: exclusión de migrantes y privatización**

Como hemos señalado al inicio del trabajo (I), a nivel internacional la *Organización Mundial de la Salud* (OMS, 2007) acentúa la importancia de garantizar a todos los migrantes un derecho humano básico, como lo es el derecho a la salud, considerando a la misma migración como un determinante global de la salud. El no acceso a la atención de la salud de migrantes deja a los mismos desamparados, vulnerando sus derechos. Curiosamente, en el año 2016 la OMS pasó de tener un enfoque humanitario sobre salud y migración, a esforzarse por mejorar los sistemas de salud de manera más amplia y alcanzar la supuesta cobertura sanitaria universal (en adelante CUS). En esta sección analizaremos cómo la Cobertura Universal de la Salud (DNU 908/2016, CUS) se conecta con las restricciones recientes, a nivel internacional y nacional, en la atención de la salud de migrantes; permitiendo la misma privatización del sistema de salud argentino a través de la exigencia de pagos de seguros privados para migrantes.

Pero, antes de ello, es necesario realizar algunas precisiones conceptuales sobre cómo el derecho a la salud es reconocido en nuestra constitución y en la ley de migraciones Nro. 25871/2003 (ARGENTINA, 2010b), mostrando las contradicciones que existen entre el DNU 908/2016 y la normativa argentina.

---

<sup>8</sup> Disponible en: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/241471/20210305>. Acceso en: 30 set. 2021.



### III.1. La ley de migraciones Nro. 25.871/2003 y el derecho a la salud de migrantes

A nivel nacional, el sistema de salud argentino ha garantizado, constitucional e históricamente, el derecho a la salud sin exclusión. Aun en el marco de la Ley Videla de la dictadura, bajo la cual el migrante no era sujeto de derechos; la misma prevé en su art. 103 que:

las instituciones hospitalarias o asistenciales, ya sean públicas, nacionales, provinciales o municipales, o las privadas (...) deberán exigir a los extranjeros que solicitaren, o a aquellos a quienes se les prestare, asistencia o atención, que acrediten identidad y justifiquen, mediante constancia hábil su permanencia legal en la República. Cuando no los posean –sin perjuicio de su asistencia o prestación- quedarán obligados a comunicar, dentro de las veinticuatro (24) horas a la autoridad migratoria, los datos filiatorios y el domicilio de los mismos (ARGENTINA, 1981, el subrayado es nuestro).

Desde el marco de DDHH, la actual ley de migraciones establece en su art. 8:

No podrá negársele o restringírsele, en ningún caso, el acceso al derecho a la salud, la asistencia social o atención sanitaria a todos los extranjeros que lo requieran, cualquiera sea su situación migratoria. Las autoridades de los establecimientos sanitarios deberán brindar orientación y asesoramiento respecto de los trámites correspondientes a los efectos de subsanar la irregularidad migratoria (ARGENTINA, 2010b, art.8).

Al respecto, nuestra Constitución Nacional sostiene que “Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano (...) No están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias.” (ARGENTINA, 1994, art.20).

Resulta claro que, de acuerdo a la normativa vigente, no puede ni debe recaer bajo la responsabilidad individual del migrante el acceso a la atención de la salud, siendo ésta una responsabilidad social de los Estados y Organismos Internacionales.

Ahora bien, la claridad en la defensa del derecho igualitario a la salud (art. 8) por la ley de migraciones, no se refleja en el reconocimiento de las diferencias

culturales que se dan en migración y salud. El Estado garantiza formalmente el acceso a la salud de migrantes, pero no permite su participación horizontal, el diálogo intercultural en el sistema de salud (BERENGUERRA, 2014), desconociendo los saberes tradicionales complementarios para el cuidado de la salud y la heterogeneidad de formas de vida. Se hace necesario avanzar en el trazado de puentes interdisciplinarios para el diálogo intercultural, con mirada de género (DI PIETRO, 2015; ESTEBAN, 2006; HARDING, 2008), y brindar signos de ruptura con un modelo colonial y patriarcal (SEGATO, 2014; LUGONES, 2014). De acuerdo a Cerruti (2010), esta falta de reconocimiento genera resistencias intra grupos que las conduce a no recurrir a la atención gratuita en los centros de salud. Asimismo, se suman actitudes discriminatorias hacia las mujeres migrantes latinoamericanas, pensadas como mestizas, pobres y desinformadas (ARGENTINA, 2012). El no reconocimiento de la justicia epistémica (SANTOS, 2017), del diálogo intercultural, recrudece las múltiples desigualdades que sufren las mujeres migrantes, profundizando la vulneración de sus derechos. La igualdad de acceso a la salud, sin la comprensión de la diversidad cultural situada (GRIMSON, 2006), es insuficiente. Como veremos seguidamente, la misma igualdad de acceso a la salud del sistema será amenazada a partir de creencias xenófobas impulsadas desde el mismo Estado en contra de los migrantes latinoamericanos (BELVEDERE *et al.*, 2007; CAGGIANO, 2008a, 2008b), habilitando la encubierta privatización del sistema de salud argentino.

### **III.2. ¿Qué resulta de la conjunción de la CUS y los seguros pagos para migrantes?**

Equipar la cobertura universal a la salud –CUS, DNU 908/2016- al derecho (igualitario) a la salud es erróneo. Si uno analiza las políticas que se desprenden de una y otra posición, las consecuencias no son las mismas: la CUS excluye del sistema de atención de la salud hospitalario a los migrantes, exigiéndoles el pago de un seguro privado (seguro social). El derecho a la salud, reconocido por nuestra constitución, incluye a los migrantes en el acceso igualitario a la atención de la salud sin exigir DNI.

El uso acrítico de ese concepto, CUS, lleva a confusiones no casuales; al igual que la ambigüedad del concepto de vulnerabilidad y sus usos –“empoderamiento (DDHH)” vs. “uso instrumental de vulnerabilidad (estático)” o el uso de “Atención Primaria de la Salud” –APS- y la “Atención Primaria de la Salud Selectiva” –APS Selectiva- del Banco Mundial, entre otros. La apropiación de conceptos “progresistas” por Organismos Internacionales y por el mismo Estado,

con fines opuestos a los creados, tiene como objetivo lograr un fin neutralizador en lo que respecta a la participación y/o reclamo de la población en el sistema sanitario (ORTÚZAR, 2016). La CUS en Argentina no se traduce en políticas a favor del acceso igualitario de migrantes, sino en credenciales electrónicas que faciliten identificar pagos (seguros privados; obras sociales -empleadores-; o seguro público estatal). El DNU 908/2016 prioriza un sistema de e-gobernanza y la creación de Credenciales electrónicas e historias clínicas electrónicas para identificar a los pacientes que poseen cobertura social -por el empleador<sup>9</sup> o por seguro privado, de los que no poseen, como sería el caso del migrante irregular. Como he expresado en anteriores investigaciones, el objetivo de la CUS es el financiamiento y recaudación eficiente: las credenciales electrónicas permitirían identificar qué ‘usuario’ se encuentra financiado, reasignando el reparto de las facturaciones a las obras sociales y servicios tercerizados (ORTÚZAR, 2018). A través del cruce de la información, el “sistema” decide a quien se atiende en función de la aseguración de la recaudación y el pago. A pesar de presentarse la CUS para eliminar toda forma de discriminación en base a criterios de justicia distributiva discriminación social, económica, cultural o geográfica (Decreto 908/2016), se privilegia lo financiero por sobre los derechos humanos.

### **Ley provincial 6116/2019 de Jujuy**

A nivel provincial, y con el amparo del gobierno nacional, se impulsa la ley 6116/2019 de Jujuy (ARGENTINA, 2019), la cual fija el “Seguro provincial de salud para personas de otros países”. El proyecto sostiene que su objetivo es la protección de la salud y la no discriminación. Sin embargo, la cobertura legal limita el acceso a la salud a personas que requieren distintos tratamientos, incluso de urgencia, por el hecho de ser extranjeros o no contar con residencia definitiva. Esta ley nada dice del derecho a la salud reconocido en la CN y en la Ley de migraciones. Por el contrario, a través de un tergiversado uso de reciprocidad (que los argentinos tengan en Bolivia el mismo nivel de atención de la salud que los bolivianos tienen en Argentina), promueven el cobro de seguros sin reconocer que nuestro sistema de salud defiende la salud pública y gratuita. Esto confunde aún más el significado de la cobertura universal de salud: ¿cómo es posible defender, simultáneamente, bajo un mismo programa de emergencia

---

<sup>9</sup> La particularidad del sistema de salud mixto argentino es la expansión de la oferta pública universal y gratuita de servicios de salud conjuntamente con la expansión del seguro social de los trabajadores asalariados (obra social). Entre 1947 y 1951 se sanciona las leyes de sanidad pública nro. 13.012 y de servicios 13.019, financiando los servicios públicos al 65 % de la población (TOBAR, 2002).

sanitaria, la cobertura universal a la salud y el pago de seguros (Sistema provincial de Seguros de Salud para Extranjeros) para migrantes? La razón es financiera: las credenciales electrónicas permitirían asentar -en bases de datos cruzadas- quiénes tienen seguros privados u obras sociales (salud a cargo del empleador) para reforzar la recaudación de fondos. En la práctica, esto equivale a dejar afuera de la atención de la salud a quien no figure en el sistema y no pueda pagar, lo cual implica la privatización encubierta del sistema de salud argentino. De acuerdo a Karasik y Yufra (2019, p.5), cito:

Los efectos sociales actuales y potenciales del accionar del Poder Ejecutivo y Legislativo son de gran alcance, al introducir un principio de discriminación y mercantilización que altera los fundamentos y el sentido de todo el sistema de salud público en la Argentina. El consenso logrado en el cobro para acceder a la salud podría ser trasladado a otros grupos sociales, siendo una puerta a la privatización de la salud y los bienes públicos.

El Proyecto de Ley de seguros provinciales de Jujuy Nro. 6.116/19 (sin reglamentar), impulsado bajo el manto de la CUS, avanza en la línea de la privatización de la salud superando en sus principios discriminatorios a la misma Ley Videla. Si examinamos su art. 4 sostiene que “la negativa o interrupción de la atención médica por parte de los agentes del servicio provincial de salud se considerará infracción grave”. Pero, al no indicar delito, la infracción podría habilitar prácticas de discriminación por los efectores de salud. Dichos efectores de salud son los mismos que permitieron generar, a través de actitudes xenófobas, los datos falsos<sup>10</sup> sobre cómo el recorte de las prestaciones de salud a los nacionales responde a la sobrecarga del sistema de salud por extranjeros o migrantes bolivianos. Según la información provista por el Ministro de Salud, el total de pacientes atendidos en guardia y consultorios externos del Hospital Pablo Soria en el año 2017, el 96% fueron atenciones realizadas a nacionales y sólo el 3,7% de pacientes bolivianos/as (información que dista mucho del 30% publicado). Sólo el 5% de la atención médica es de extranjeros/migrantes. Siguiendo el Informe de Karasik:

---

<sup>10</sup> Los diversos discursos que se pusieron en juego en el debate y en la Ley dan cuenta de formas de registro de la condición extranjera y de la situación migratoria que carecen de toda validez legal y técnica. En ese marco, no pudieron ofrecer la información precisa sobre el universo al que se pretende obligar a la contratación de un seguro de salud y, por consiguiente, sobre el impacto presupuestario en el sistema de salud.

[...] del total de nacidos vivos en establecimientos públicos de Jujuy durante 2016, sólo el 0,44% tenían madres con residencia *habitual fuera de nuestro país (frente al 0,03% nacional) y de los egresos hospitalarios sólo un 0,29% tenían residencia habitual en el extranjero (Fundación Soberanía Sanitaria, 2018)*. En cuanto a los tratamientos de alto costo y complejidad, cabe señalar que aún bajo la vigencia de la Ley de Migraciones existen restricciones a los extranjeros/las en ciertas prácticas de gran complejidad y alto costo (ej. Trasplantes), exigiendo la residencia permanente o temporaria según los casos. El Informe evidencia que la condición de nativo o extranjero o las categorías de residencia de los pacientes no surgen de los registros sino que son atribuidas por los efectores de salud. Esto coincide con los resultados de investigaciones propias y ajenas en Jujuy (KARASIK, 2005, p.25).

Al igual que el DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017), esta instancia legislativa provincial de Jujuy fue propuesta y apoyada en base a datos falsos. Lejos de preocuparse por la inequidad en salud, se buscó promover creencias xenófobas que resquebrajaban la solidaridad de los pueblos para avanzar peligrosamente sobre los bienes públicos. “Estas iniciativas legislativas de carácter socialmente disolvente, atentan contra los principios de igualdad y gratuidad de nuestro sistema de salud público y profundizan el régimen de vulnerabilidad de la población migrante” (KARASIK, YUFRA, 2019, p. 48).

## Conclusión general

Hemos comenzado el recorrido de nuestro análisis, sobre los giros e intersecciones entre políticas internacionales y nacionales de migraciones, con la crítica a la definición estrecha de vulnerabilidad aplicada a migrantes, la cual apela a grupos generalizados por características fijas, no permitiendo estudiar la posibilidad de cambios, ni el desarrollo de la autodeterminación y/o el empoderamiento de éstos grupos, como sí ocurre con la definición relacional y dinámica de vulnerabilidad propuesta. Es preciso cuestionar el uso instrumental que se hace de la vulnerabilidad desde las políticas de seguridad (internacionales y nacionales), por su impacto negativo y estático en la percepción (y autopercepción) del migrante, y en el diseño de políticas públicas sobre migraciones, centradas en el control y la privatización de bienes públicos y servicios. Es necesario reconocer las relaciones institucionales asimétricas e históricas que hicieron posible el sometimiento de personas, grupos, pueblos y naciones enteras; al mismo tiempo que se asume la responsabilidad social en la protección de los migrantes. La vulnerabilidad no es

una característica constitutiva ni estática de los migrantes, sino una característica relacional que se da entre estos grupos, Estados, y organizaciones sociales e internacionales, responsables de diseñar políticas de migraciones para proteger sus derechos humanos y empoderar a los mismos con fines de salvaguardar su dignidad e integridad.

A nivel internacional y nacional asistimos a constantes vaivenes políticos de avances y retrocesos en derechos humanos, producto de la tensión entre el paradigma de derechos humanos y el paradigma de regulación y control. El análisis de la misma nos obligó a precisar los grandes logros de la actual Ley de migraciones de Argentina, con su reconocimiento del derecho a migrar, precedente único a nivel internacional, y del derecho a la salud como derecho humano básico. El modelo de integración solidaria propuesto por dicha ley permitió la regularización de la situación migratoria de las personas de países vecinos (Programa Patria Grande, ARGENTINA, 2010a, Acuerdos en el Mercosur), accediendo a derechos sociales y disminuyendo la vulnerabilidad social de los migrantes al proteger sus derechos y empoderarlos. Sin embargo, esta ley no avanzó en el reconocimiento de la diversidad cultural situada tanto a nivel comunitario como a nivel sanitario, encontrando problemas operativos para aplicar sus principios de universalidad y no discriminación, como también para avanzar hacia el diálogo intercultural.

Asimismo, las conquistas de esta ley se vieron amenazadas a partir del DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017), el cual constituye un giro hacia las políticas del paradigma policial de control y seguridad (políticas vigentes en la Ley Videla de migración de la dictadura argentina), no garantizando el debido proceso judicial y favoreciendo la deportación express de migrantes. De esta manera se imponen arbitrariamente políticas selectivas y diferenciales, las cuáles nos remonta a los inicios de inmigración blanca en Argentina (Ley Avellaneda, *op. cit.*). Este último modelo de control coincide con las políticas de “migración segura” vigentes a nivel internacional y aplicadas por los modelos de migración imperantes (Estados Unidos y Europa). Lejos de proteger efectivamente a los migrantes en situación de vulnerabilidad, el DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017) generó desigualdades múltiples para los migrantes latinoamericanos y afrodescendientes por derechos vulnerados. Esto es, las persecuciones y trabas que sufrieron los migrantes para regularizar su residencia obstaculizaron el acceso a sus derechos sociales (acceso a la vivienda vs. imposibilidad de alquilar; trabajo digno vs. explotación laboral, subsidios sociales vs. desamparo, acceso a la salud vs. negación del acceso a la salud por falta de DNI, entre otros).

He aquí la paradoja de garantizar, a través de la constitución y de la ley de migraciones, los derechos sociales; pero restringirlos en la práctica, lo cual lleva a discriminar al extranjero/migrante. Lamentablemente, las creencias xenófobas que acompañaron la imposición de este decreto (migrante como delincuente) encontraron eco en la comunidad y en el ámbito legislativo provincial (Jujuy), impulsándose leyes para comercializar seguros de salud para migrantes. El modelo de integración y solidaridad de la ley de migraciones, centrado en la igualdad de acceso a derechos sociales y en la equiparación del migrante con el ciudadano, permitió promover la igualdad de acceso a derechos humanos, pero descuidó la necesaria integración de la diversidad cultural en sus diferentes campos. Amparados en creencias falsas del migrante/delincuente/usurpador, y a través de métodos antidemocráticos (DNU autoritarios), se abrió la caja de pandora, dando lugar a la comercialización de bienes públicos, ejemplificada con la privatización del sistema de salud argentino. Estos cambios en la arena de políticas migratorias en Argentina concuerdan con el giro en políticas internacionales en migraciones, pasando del paradigma de DDHH hacia el paradigma regulatorio (seguridad y control).

Por último, la implementación por decreto de la CUS en nuestro país (DNU 908/2016) coincide con el cambio de posición de la Organización Mundial de la Salud. Las preocupaciones de la OMS por el derecho humanitario a la salud del migrante fueron reemplazadas por la propuesta técnica de la CUS, la cual restringe, en Argentina, el acceso a la salud del extranjero/migrante. A través del uso de conceptos progresistas (acceso universal a la salud -acceso selectivo-, atención primaria de la salud -APS selectiva-; protección del migrante vulnerable -migración selectiva-, entre otros), se encubre la misma comercialización de bienes públicos. En nombre de la seguridad, la eficiencia económica y financiera, y a través de Decretos autoritarios e injustificados avalados por campañas xenófobas basadas en datos falsos, se excluyó al migrante del sistema de salud público, promovándose la privatización de la salud (ARGENTINA, 2019), contraria a nuestra Constitución y a la Ley de Migraciones Nro. 25871, 8. Resulta claro que el Estado incumplió, a partir del DNU 70/2017 (ARGENTINA, 2017), los principios y derechos reconocidos en la constitución y su obligación de protección a migrantes, vulnerando sus derechos humanos, multiplicando las desigualdades, y generando una sociedad injusta, con discriminación, xenofobia y racismo.

En tiempos neoconservadores, la apertura de la puerta a la comercialización de bienes públicos -vulneración del derecho humano a la salud de los migrantes por demanda de seguros privados de salud-; pone en riesgo el mismo

sistema público de salud como un todo, y, con él, los derechos humanos arduamente conquistados. Asumamos el reconocimiento del derecho a migrar y del derecho a la salud como derechos humanos, defendiendo la responsabilidad social de protección del derecho a la salud de migrantes en pandemia.

“Al reconocerse como vulnerables, las personas comprenden la vulnerabilidad del otro, así como la necesidad del cuidado, de la responsabilidad y de la solidaridad, y la no explotación de esa condición por parte de otros” (NEVES, 2006, p.157).

## REFERENCIAS

ACNUR. **Migrantes en situaciones de vulnerabilidad**: Perspectiva del ACNUR. 2017. Disponible en: [https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendo\\_cpdf.pdf?reldoc=y&docid=5979dcfa4](https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendo_cpdf.pdf?reldoc=y&docid=5979dcfa4). Acceso en: 14 set. 2021.

AIZENBERG, L. Hacia una aproximación crítica a la salud intercultural. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, v. 5, n. 9, p. 49-69, 2011.

ALTAMIRANO RÚA, T. **Refugiados ambientales**: Cambio climático y migraciones. Lima: Fondo Universidad Pontificia del Perú, 2014.

ARENDDT, H. **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Taurus, 1974.

ARGENTINA. Ley Provincial n. 6116, de 2019. Creación del Sistema Provincial de Seguro de Salud para Personas Extranjeras. **Erreius**, Buenos Aires, 2019. Disponible en: <https://www.erreius.com/Legislacion/documento/20190222091419320/ley-6116-creacion-del-sistema-provincial-de-seguro-de-salud-para-personas-extranjeras>. Acceso en: 14 set. 2021.

ARGENTINA. Poder Ejecutivo de la Nación. Decreto n° 70/2017. Modificación de la ley N°25.871. **InfoLeg**, Buenos Aires, 2017. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/270000-274999/271245/norma.htm>. Acceso en: 3 set. 2021.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Decreto de Necesidad de Urgencia: DNU 908/2016. **InfoLEG**, Buenos Aires, 2016. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/260000-264999/264047/norma.htm>. Acceso en: 3 set. 2021.

ARGENTINA. Boletín de Salud Sexual y Reproductiva. Programa Nacional de Salud Sexual y Procreación Responsable. **Salud Sexual**, Buenos Aires, v.11, n.3, p.1-10, 2012. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/salud/sexual>. Acceso en: 29 set. 2021.



ARGENTINA. Ministerio del Interior. **Patria Grande**: Programa Nacional de Normalización Documentaria Migratoria: informe estadístico. 2010a. Disponible en: [http://www.migraciones.gov.ar/pdf\\_varios/estadisticas/Patria\\_Grande.pdf](http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/estadisticas/Patria_Grande.pdf). Acceso en: 14 set. 2021.

ARGENTINA. Dirección Nacional de Migraciones. **Ley de Migraciones no. 25871**: Decreto 616/2010. Buenos Aires, 2010b. Disponible en: [http://www.migraciones.gov.ar/pdf\\_varios/campana\\_grafica/pdf/Libro\\_Ley\\_25.871.pdf](http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/campana_grafica/pdf/Libro_Ley_25.871.pdf). Acceso en: 14 set. 2021.

ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina: Parte primera. **Infojus**, Buenos Aires, 1994.

ARGENTINA. **Ley General de Migraciones y Fomento de la Inmigración**: Ley 22.439/81. Buenos Aires, 1981. Disponible en: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0121.pdf>. Acceso en: 14 set. 2021.

BELVEDERE, C. *et al.* Racismo y discurso: una semblanza de la situación argentina. *In*: VAN DIJK, T. (coord.). **Racismo y discurso en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2007.

BENHABIB, S. **El ser y el otro en la época contemporánea**. Barcelona: Gedisa, 2006.

CAGGIANO, S. 'Que se haga cargo su país': la cultura, los Estados y el acceso a la salud de los inmigrantes bolivianos en Jujuy. *In*: GARCÍA VÁZQUEZ, C. (ed.). **Hegemonía e interculturalidad**: Poblaciones originarias e inmigrantes. Buenos Aires: Prometeo, 2008a. p. 243-279.

CAGGIANO, S. Racismo, fundamentalismo cultural y restricción de la ciudadanía: formas de regulación social frente a inmigrantes en Argentina. *In*: NOVICK, S. (comp.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008b. p.31-52.

CASARAVILLA, D. ¿Ángeles, demonios o chivos expiatorios?: El futuro de los inmigrantes latinoamericanos en Argentina. *In*: CLACSO. **Informe final del concurso**: Democracia, derechos sociales y equidad; y Estado, política y conflictos sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/1999/casara.pdf>. Acceso en: 13 set. 2021.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES [CELS]. **La ONU insiste en la necesidad de derogar el DNU de migrantes**. 2017a. Disponible en: <https://www.cels.org.ar/web/2017/06/la-onu-insiste-en-la-necesidad-de-derogar-el-dnu-de-migrantes/>. Acceso en: 14 set. 2021.

CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES [CELS]. **Migrantes en jaque:** una reforma migratoria fuera de la ley. Buenos Aires: CELS, 2017b. Disponible en: <https://www.cels.org.ar/web/2017/01/migrantes-en-jaque-una-reforma-migratoria-fuera-de-la-ley/>. Acceso en: 3 set. 2021.

CERIANI CERNADAS, P. Nueva ley: un paso hacia una concepción distinta de la migración. In: GIUSTINIANI, R. **Migración: Un derecho humano.** Buenos Aires: Prometeo, 2004. p.113-135.

CHAUSOVSKY, G. Irregulares e ilegales. **Ningún ser humano es ilegal**, 2009. Disponible en: <http://ningunserhumanoesilegal.blogspot.com.ar/2009/09/>. Acceso en: 13 set. 2021.

COURTIS, C.; PACECCA, M. I. Migración y derechos humanos: una aproximación crítica al “nuevo paradigma” para el tratamiento de la cuestión migratoria en Argentina. **Revista Jurídica de Buenos Aires**, Buenos Aires, p.183-200, 2007.

CRENSHAW, K. Cartografiando los márgenes: Interseccionalidad, políticas identitarias, y violencia contra las mujeres de color. In: PLATERO, R. (ed.). **Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada.** Barcelona: Bellaterra, S.L, 2012. (Temas contemporáneos. Serie General Universitaria) p.130.

CURIEL, O. Identidades Esencialistas o Construcción de Identidades Políticas: El dilema de las feministas afrodescendientes. In: CANDELARIO, G. E. B. (comp.). **Miradas Desencadenantes: Los Estudios de Género en la República Dominicana al inicio del tercer Milenio.** Santo Domingo: INTEC, 2005. p.1-17.

DI PIETRO, P. **Género(s) y políticas interculturales en las Américas Latinas.** 2015. Disponible en: [http://prigepp.org/emails/2019/docs/info\\_programa\\_esp\\_GyPC.pdf](http://prigepp.org/emails/2019/docs/info_programa_esp_GyPC.pdf). Acceso en: 13 set. 2021.

ESTEBAN, M. L. El Estudio de la Salud y el Género: Las Ventajas de un Enfoque Antropológico y Feminista. **Salud Colectiva**, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p. 9-20, 2006.

FILGUEIRA, C. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL, Santiago de Chile, 2001. **Anales** [...], Santiago de Chile: Naciones Unidas, 20-21 jun. 2001. Disponible en: <https://docplayer.es/34581522-Estructura-de-oportunidades-y-vulnerabilidad-social-aproximaciones-conceptuales-recientes-carlos-h-filgueira-ciesu-2001.html>. Acceso en: 13 set. 2021.

FORNET BETANCOURT, R. Interculturalidad: Asignatura pendiente de la filosofía latinoamericana. **Erasmus: Revista para el diálogo intercultural**, Buenos Aires, v.5, n.1-2, 2003.

FREIRE, P.; FREIRE, N. **Pedagogia da solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARAY, A. **Derechos civiles de los extranjeros y presunción de inconstitucionalidad de las normas**. Buenos Aires: La Ley, 1989.

GARCÍA, L. **Decreto 70/2017, Ley de Migraciones y Poder Judicial**”, Rubinzal Culzoni Doctrina 230/2017, 9 de marzo de 2017.

GARCÍA, L. *et al.* Mujeres trans migrantes y trabajo sexual en la ciudad de Mar del Plata: Apuntes de una experiencia en el contexto del ASPO (2020). *In*: NICOLAO, J. (comp.). **Migración regional, política migratoria y derechos sociales en el interior de la Provincia de Buenos Aires**. Tandil: CEIPIL, 2020. p.181-190.

GELLI, M. A. **Constitución de la Nación Argentina**: Comentada y Concordada. 3. ed. actual. Buenos Aires: La Ley, 2005.

GIUSTINIANI, R. **Migración**: un derecho humano: Ley de Migraciones 25.871. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

GOODIN, R. **Protecting the vulnerable**. Chicago: University Chicago Press, 1985.

GRIMSON, A. Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas en la Argentina. *In*: JELIN, E.; GRIMSON, A. (comp.). **Migraciones regionales hacia la Argentina**: Diferencia, desigualdad y derechos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

HARDING, S. **Sciences from Below**: Feminisms, Postcolonialities, and Modernities. Durham: Duke University Press, 2008.

JELIN, E.; GRIMSON, A.; ZAMBERLIN, N. ¿Servicio?, ¿Derecho?, ¿Amenaza?: La llegada de inmigrantes de países limítrofes a los servicios públicos de salud. *In*: JELIN, E. (dir.). **Salud y migración regional**: Ciudadanía, discriminación y comunicación intercultural. Buenos Aires: Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES), 2006.

KARASIK, G. A. **Etnicidad, cultura y clases sociales**: Procesos de formación histórica de la conciencia colectiva en Jujuy, 1970-2003. 2005. Tesis (Doctorado en Historia) - UNT, San Miguel de Tucumán, 2005.

KARASIK, G.; YUFRA, L. **Extranjería y acotamiento del derecho a la salud en una provincia de frontera**: iniciativas legislativas y debates sociales en Jujuy. San Salvador de Jujuy: Tiraxi Ediciones, 2019.

KAZTMAN, R. **Activos y estructuras de oportunidades**: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: CEPAL, 1999. Disponible en: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28651/LCmvdR180_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acceso en: 13 set. 2021.

KOTTOW, M. Vulnerabilidad y protección. *In*: TEALDI, J. C. (dir.). **Diccionario latinoamericano de bioética**. Bogotá: Unesco, 2008. p. 340-342.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. *In*: ESPINOSA MIÑOSO, Y.; GÓMEZ CORRAL, D.; OCHOA MUÑOZ, K. (comp.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Colombia: Universidad del Cauca, 2014. p.57-74

MARTÍNEZ PIZARRO, J.; REBOIRAS-FINARD, L. Migración, derechos humanos y salud sexual y reproductiva: delicada ecuación en las fronteras. **Papeles de población**, Toluca, v.16, n. 64, p. 9-29, 2010.

MIGNOLO, W. Introducción. *In*: MIGNOLO, W. (comp.). **Capitalismo y geopolítica del conocimiento: El eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo**. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2007. p.1-53. (Colección Plural/2).

MORZILLI, M.; LEMMI, S. Contra la herencia: Vulnerabilidad social, políticas públicas y educación secundaria en jóvenes migrantes bolivianos hortícolas. *In*: NICOLAO, J. (comp.). **Migración regional, política migratoria y derechos sociales en el interior de la Provincia de Buenos Aires**. Tandil: CEIPIL, 2020. p.162-180

NEJAMKIS, L. Políticas migratorias en tiempos kirchneristas (2003-2010): ¿un cambio de paradigma?. *In*: NOVICK, S. (dir.). **Migración y políticas públicas, nuevos escenarios y desafíos**. Buenos Aires: Catálogos, 2012. p.89-116.

NEVES, M. P. Article 8: respect de la vulnérabilité humaine et de l'intégrité personnelle. *In*: UNESCO. **La déclaration universelle sur la bioéthique et les droits de l'homme: histoire, principes et application**. Paris: Unesco, 2009. p. 167-177.

NEVES, M. P. Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v.2, n.2, p.157-72, 2006.

O'NEILL, O. **Towards Justice and Virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ONU MIGRACIÓN [OIM]. **Términos fundamentales sobre migración**. Disponible en: <https://www.iom.int/es/terminos-fundamentales-sobre-migracion>. Acceso en: 14 set. 2021.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD [OMS]. **Salud de los migrantes: Informe de la Secretaría**. Consejo Ejecutivo EB122/11, 122ª reunión. 20 dic. 2007. Disponible en: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/EB122/B122\\_11-sp.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB122/B122_11-sp.pdf). Acceso en: 14 set. 2021.

ORTÚZAR, M. G. Cobertura universal de salud vs. Derecho a la salud: Un análisis ético y político sobre lo universal en salud en tiempos de restauración conservadora. **REvIISe**: Revista de Ciencias Sociales y Humanas, San Juan, v.12, n.12, p.103-116, 2018.

ORTÚZAR, M. G. Responsabilidad social vs. Responsabilidad individual en salud. **Revista de Bioética y Derecho**, Barcelona, n.36, p.23-36, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**: Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 201-246.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World Systems Research**, San Francisco, v.6, n.2, p. 342-386, 2000.

SANTOS, B. de S. **Justicia entre saberes**: Epistemologías del Sur contra el epistemicidio. Madrid: Morata, 2017.

SCHRAM, F. R. A saúde é um direito ou um dever?: Autocrítica da saúde pública. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v.2, n.2, p.187-200, 2006.

SEGATO, R. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. *In*: ESPINOSA MIÑOSO, Y.; GÓMEZ CORRAL, D.; OCHOA MUÑOZ, K. (comp.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Colombia: Universidad del Cauca, 2014. p.75-90.

TOBAR, F. Breve historia de la prestación de servicios de salud en Argentina y Políticas de Salud. *In*: GARAY, O. (comp.). **Responsabilidad profesional de los médicos**. Buenos Aires: La Ley, 2002. p.1-19

UN HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Principles and practical guidance on the protection of the human rights of migrants in vulnerable situations**. 24 Feb. 2017. Disponible en: <https://www.refworld.org/docid/58b010f34.html>. Acceso en: 14 set. 2021.

VULNERABLE. *In*: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 2019. Disponible en: <https://dle.rae.es/vulnerable>. Acceso en: 13 set. 2021.

**Recibido em:** 31 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 23 de novembro de 2020



# SENTIR EN MOVIMIENTO: EMOCIONES DE MUJERES SALVADOREÑAS SOBRE LA VIDA COTIDIANA Y EL TRÁNSITO MIGRATORIO POR TAPACHULA, ESTADO DE CHIAPAS, MÉXICO<sup>1</sup>

Macarena Williamson MODESTO<sup>2</sup>

**RESUMEN:** A la luz de la teoría crítica feminista, este artículo explora el miedo, la rabia y el deseo envueltos en el tránsito migratorio de dos mujeres salvadoreñas en la ciudad de Tapachula, frontera sur de México con Guatemala. A través de un método etnográfico se busca ahondar en la producción de subjetividades en contextos de movilidad humana, poniendo el foco en los contextos de interacción social relacionadas con la transitoriedad de estas mujeres centroamericanas por esta ciudad fronteriza. Ambas migrantes residieron en esta ciudad durante más de cuatro meses hasta que lograron regularizar su situación migratoria en México para seguir camino a Estados Unidos. Se propone que el miedo, la rabia y el deseo al mismo tiempo que atravesadas por lógicas de desigualdad, emergen como fuerzas transformadoras para afrontar las violencias y vulnerabilidades del tránsito migratorio por la frontera sur.

**PALABRAS CLAVES:** tránsito; mujeres salvadoreñas; emociones; afectos; frontera sur.

---

<sup>1</sup> Este artículo se basa en los hallazgos de la tesis de maestría en Antropología Social, línea de especialización género, violencias, sexualidades y migraciones del Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), Ciudad de México, titulada “*Sentir en movimiento: emociones de mujeres centroamericanas en tránsito por Tapachula, estado de Chiapas*” (2015-2017). Investigación financiada por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACyT) y el Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

<sup>2</sup> Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), Ciudad de México – Mexico. Mestre em Antropologia Social, linha de especialização violências, gênero, sexualidades e migrações. Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP – Brasil. Doutoranda do Programa em Ciências Sociais, Estudos de gênero. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4194-3091>. [macawilliamson@gmail.com](mailto:macawilliamson@gmail.com).

FEELING ON MOVIMENT: EMOTIONS OF SALVADORAN  
WOMEN ABOUT EVERYDAY LIFE AND MIGRATORY TRANSIT  
THROUGH TAPACHULA, STATE OF CHIAPAS, MEXICO

**ABSTRACT:** *Through contributions of feminist critical theory this article explores: fear, anger and desire involved in the migratory transit of two Salvadorian women in the city of Tapachula, Mexico's southern border with Guatemala. Through an ethnographic method, this paper seeks to delve into the production of subjectivities in contexts of human mobility, focusing on the contexts of social interaction related to the transit of these Salvadorian women in this border city. Both migrants resided in this city for more than four months, until they managed to regularize their migration status in Mexico to continue their journey to United States. It is proposed that fear, anger and desire, although crossed by logics of inequality, also emerge as transforming forces to face the violence and vulnerabilities of migratory transit through the southern border of Mexico and Guatemala.*

**KEYWORDS:** *transit; salvadorian women; emotions; southern border.*

## Introducción

“Y ahora estar aquí sin nadie, sin nadie. Una hace un recuento y hace un tiempito estaba bien tenía mi casa, estaban mis hijos bien, no estaban sufriendo y ahora nada, otra vez. Es como volver a comenzar” (Mayra, 18 de octubre de 2016).

“Me dio un abrazo, pero fuerte, fuerte. *Mamacita se me cuida no quiero que vayas a andar llorando y mucho menos, ya que muy pronto nos vamos a ver* me dijo. Yo tengo la certeza de que muy pronto nos vamos a ver y pues si me dan la tarjeta mañana o si me la dan el viernes, yo me voy aproximadamente el viernes de la otra semana” (María José, 3 24 de noviembre de 2016).

Como una ruptura profunda que traza un antes y un después, la movilidad forzada implica un cambio de vida drástico donde lo único claro es que no hay vuelta atrás. Las narrativas que abren este artículo se enmarcan en el tránsito migratorio de una mujer cisheterosexual y una mujer transgénero salvadoreñas por Tapachula en el sureste mexicano, región fronteriza del estado de Chiapas



con Guatemala. Parrini y Flores (2018) sugieren que la frontera sur se configura como un lugar de precariedades para la migración centroamericana, espacio que, por un lado, “condensa relaciones sociales y condiciones estructurales que intensifican la vulnerabilidad que experimentan los migrantes irregulares en sus viajes” (BASOK, 2015 *apud* PARRINI; FLORES, 2018, p.74). Pero, por otro lado, es un territorio en el que, “se entrecruzan las determinaciones materiales e históricas (del espacio) con las experiencias individuales y singulares (del lugar)” (PARRINI; FLORES, 2018, p. 74). Esta propuesta se inclina por explorar cómo las mujeres centroamericanas desde sus subjetividades<sup>3</sup> afrontan las dinámicas de exclusión social durante la transitoriedad en Tapachula, iluminando las posibilidades de agencia en sus afectos y emociones<sup>4</sup>. Este trabajo pretende aportar una mirada diacrónica a las subjetividades del tránsito migratorio para explorar algunas experiencias<sup>5</sup> emocionales y afectivas vividas por dos mujeres salvadoreñas en tránsito por Tapachula, mientras esperaban ser reconocidas como personas refugiadas. Se ahondará en la dimensión emocional del tránsito migratorio en la frontera sur para comprender cómo este proceso, atravesado por violencias y solidaridades produce subjetividades tanto en las mujeres migrantes como en los territorios por donde transitan.

A través de un análisis centrado en el contexto de interacción que movilizaron el miedo, la rabia y el deseo en Mayra y María José, se explorarán los sentidos que estas interlocutoras atribuyeron a esas experiencias emocionales

<sup>3</sup> La construcción de subjetividades en contextos de desigualdad, es una de las grandes preocupaciones analíticas de distintas disciplinas de las ciencias sociales y humanas. En esta propuesta, el recorte teórico será a través el pensamiento de Avtar Brah (2011), para quien el mundo interno de los sujetos no se explica mecánicamente como resultado de los marcadores de diferencia los sitúan, sino como un proceso relacional, constante, no lineal y contradictorio en que la que están en juego las localización social e histórica y los elementos emocionales, corporales y psíquicos de los sujetos.

<sup>4</sup> La pandemia del virus Covid19 es un parteaguas en el proceso globalizador. Este contexto de urgencia sanitaria a multiescala, ha implicado en términos generales la agudización del sistema de control de fronteras con la justificación de detener la propagación del virus. Globalmente, los gobiernos vienen adoptando medidas que restringen la movilidad tales como el aumento de las deportaciones, expulsiones y restricciones de ingreso y obtención de documentación para la regulación migratoria de las y los migrantes. La pandemia de Covid19 está empujando a nuevos regímenes de movilidad e inmovilidad que afectan las subjetividades y las condiciones de vida de quienes están en desplazamiento.

<sup>5</sup> Para Avtar Brah (2011, p.145) la experiencia “es el lugar de formación del sujeto”. Es una práctica de sentido simbólico y narrativo “que es la condición principal para la constitución de lo que llamamos «realidad»” (BRAH, 2011, p. 144). Nuestras diferencias -organizadas en relaciones históricas y situadas de poder- van encausando el campo de las experiencias. Para la autora, es crucial el vínculo entre cuerpo, frontera y geopolítica, en la medida en que las diferencias (expresadas en la vivencia del cuerpo, en el género, la clase social, la raza, la pertenencia étnica o situación migratoria) van modulando la posición social de los sujetos y con ello, guiando sus experiencias en diferentes espacios geopolíticos. Esto último es central para aproximarse a las experiencias de las mujeres centroamericanas durante sus trayectorias migratorias las cuales transmutan según los distintos momentos del desplazamiento. Aquí seguimos el rastro de algunas experiencias emocionales durante el tránsito migratorio de dos mujeres centroamericanas ad portas de la elección de Donald Trump.

durante su tránsito migratorio por Tapachula. Esta propuesta comienza con algunos apuntes sobre vulnerabilidad, afectos y agencias teniendo como foco a las migrantes centroamericanas en la frontera sur de México. Prosigue con algunas claves sobre el éxodo forzado centroamericano a Tapachula, territorio de movilidades. Luego se presenta el abordaje teórico-metodológico que guía esta investigación, para continuar con los principales hallazgos etnográficos contenidos en las experiencias emocionales de Mayra y María José sobre el miedo, la rabia y el deseo, concluyendo con algunas reflexiones finales y posibles líneas de investigación para extender el campo de conocimiento de los afectos en contextos de movilidad latinoamericana.

### **Llegar a la frontera antes que Donald Trump: vulnerabilidad, afectos y agencias de las migrantes centroamericanas.**

Con frecuencia, la producción discursiva accionada por los agentes humanitarios tiende a esencializar el cruce entre vulnerabilidad<sup>6</sup> y movilidades, donde la categoría de vulnerabilidad es automáticamente equivalente a víctima. El problema de esta asociación inmediata, es que traza a un sujeto migrante ahistórico, facultado únicamente para relatar los sufrimientos y las violencias de la migración forzada omitiendo la riqueza y complejidad de otros sentidos inscritos en las narrativas de las movilidades, y que les confiere a los sujetos la posibilidad de pensarse a sí mismos en tiempo y espacio. Así, las formas de subjetivación no viven sólo dentro de los sujetos ni están suspendidas en el aire. Los afectos, emociones, subjetividades son vividas desde el cuerpo y están situadas en un tiempo, espacio, territorio<sup>7</sup>. En este sentido, las narrativas que

---

<sup>6</sup> Judith Butler (2010) introduce los cruces entre cuerpo, vulnerabilidad y violencias. Para la autora, nuestra corporalidad nos hace inherentemente vulnerables ante el mundo exterior. Esto significa que el cuerpo como un espacio/territorio en el que se inscriben significados sociales, somos un cuerpo “que sufre, se alegra y responde a la exterioridad del mundo, una exterioridad que define su disposición, pasividad y actividad” (BUTLER, 2010, p. 58). Si bien nuestra única existencia implicaría que somos inherentemente vulnerables, el diálogo permanente de Butler con las dinámicas múltiples del poder le permite relacionar la exposición de ciertas corporalidades/existencias a la violencia, incitándonos a develar “los “marcos” que operan para diferenciar las vidas que podemos aprehender, de las que no podemos aprehender” (BUTLER, 2010, p.16). Esta idea me permite sostener que la exposición de ciertos cuerpos frente a diferentes violencias, se debe a los condicionamientos que imponen los marcadores de diferencia social sobre los sujetos.

<sup>7</sup> Aludo a territorio porque parece una categoría más pertinente para explorar los diferentes circuitos y movilidades inscritas en las fronteras, vistas como entornos sociales, culturales, económicos, políticos y paisajísticos vinculantes de los saberes entre las comunidades de origen y los lugares de tránsito o residencia de las personas en movimiento. Este carácter polisémico de la frontera es abordado en profundidad por Sandro Mezzadra y Brett (2017) para quien estos territorios encarnan “múltiples componentes -legales, culturales, sociales y económicos- (...) la institución de la frontera tiende a desgarrarse de la línea magnética que corresponde a la línea de separación geopolítica entre Estados-nación” (MEZZADRA; BRETT, 2017, p. 21). Así la frontera suroccidental de México vista como un

abren este artículo, indican que en la experiencia de transitoriedad las nociones sobre el pasado y la imaginación sobre el futuro son necesarias para seguir avanzando y para que los sujetos en movilidad no se queden atrapados en la transitoriedad.

En noviembre de 2016, la elección a la presidencia de Donald Trump en Estados Unidos<sup>8</sup> agudizó algunos repertorios emocionales ya recurrentes en las narrativas de las mujeres migrantes en tránsito por el sureste mexicano, tales como la ansiedad, la preocupación, el estrés, entre otras<sup>9</sup>. Estas subjetividades envueltas en los procesos de movilidad influyen significativamente en la planificación del viaje y la ponderación de decisiones en la trayectoria migratoria. A las preocupaciones cotidianas por subsistir, a fines del año 2016 se sumaba la presión por obtener los documentos de legal estancia y llegar a la frontera de México con Estados Unidos antes que se extremaran las políticas restrictivas y de securitización de ambos estados. Este es el telón de fondo en el que ocurre el tránsito migratorio de Mayra y María José.

Durante el año 2016, los flujos centroamericanos a la frontera sur de México cristalizaban un éxodo forzado producto de una serie de violencias. Siguiendo a Amarela Varela Huerta (2017) las razones que empujan a las mujeres de Honduras, El Salvador y Guatemala a huir de sus lugares de origen es la conjugación de la violencia de mercado –entendida como las dinámicas de pobreza y desigualdad producto del extractivismo económico y el histórico intervencionismo de Estados Unidos en la región centroamericana–, la violencia estatal – donde el Estado reproduce políticas de control orientadas a categorizar las

---

territorio de movilidades, ilumina su carácter dinámico y transnacional superando los abordajes que la interpretan únicamente como un dispositivo geopolítico constitutivo de un Estado-nación.

<sup>8</sup> La postura antiinmigrante frente a la política internacional fue una de las apuestas más potentes de Donald Trump durante el periodo de campaña que presidió su elección a principios de noviembre de 2016. Este hito es fundamental no sólo por el peso de Estados Unidos en las estrategias tecnocráticas y geopolíticas de las políticas migratorias, las cuales marcan la pauta en relación a la gestión de las movilidades a nivel global, pero también porque anuncian la impronta del neoconservadurismo y los fundamentalismos religiosos como centrales en los procesos de gobernabilidad democrática. El posicionamiento antiinmigrante, directamente relacionado con el triunfo del proyecto político de Donald Trump vino a tensionar el complejo encadenamiento entre capitalismo, colonialismo y patriarcado, que según Gandásegui y Preciado (2017, p. 29) produjo “la dominación de un bloque hegemónico, nacionalista, populista, conservador y racista”.

<sup>9</sup> Durante el trabajo de campo y acompañamiento cotidiano a Mayra y María José algunos se expresaron cambios corporales relacionados a estos repertorios negativos, como variación de peso, dolores de cabeza recurrentes, brotes en la cara, agudización de cuadros preexistentes, entre otros. Estas transformaciones en el cuerpo estaban directamente relacionadas a sus condiciones de vida en el tránsito. En general no comían mucho, dormían poco (además al menos dos días de la semana estaban destinados para los trámites de regularización-el funcionamiento burocrático del Instituto Nacional de Migraciones empujaba a las personas en movilidad a hacer filas para atención desde las 4:00 am) además, las altas temperaturas de Tapachula contribuían a la sensación de cansancio y fatiga.

vidas vivibles, de las desechables- y la violencia feminicida<sup>10</sup> -que imprime en el cuerpo de las mujeres mensajes de disputa del poder entre pares-. Pero esta “trinidad perversa” en palabras de la autora, no se acaba con la huida. A través de las narrativas de Mayra y María José veremos cómo las trayectorias migratorias de las mujeres migrantes centroamericanas, se proyecta como un continuum de violencias (SCHEPER-HUGHES; BOURGOIS, 2004, p. 1) que pone en riesgo sus vidas en diferentes momentos de la trayectoria migratoria.

Gran parte de los estudios interdisciplinarios de la migración centroamericana en la frontera suroccidental abordan las violencias, vulnerabilidades y agencias de las mujeres migrantes centroamericanas en territorio mexicano. Por nombrar sólo algunas, destacan los trabajos de las investigadoras Carmen Fernández (2019), Martha Rojas (2017), Hiroko Asakura (2016, 2019), Amarela Varela Huerta (2017), Ailse Winton (2016) entre otras autoras de diferentes disciplinas de las ciencias sociales que se han volcado a explorar los múltiples ángulos de las movilidades en la frontera sur. Pero, ¿por qué abordar las emociones y afectos de las mujeres centroamericanas como formas agencia frente a las precariedades del tránsito migratorio? Las emociones y los afectos, entendidos como “fuerzas en constante formación” (MORAÑA, 2012, p. 324) son un camino de exploración a las múltiples formas de agencia implicadas en las subjetividades migrantes en los diferentes territorios. Poner el foco en la interpretación corporal, emocional y afectiva del tránsito migratorio de las mujeres migrantes nos permite avanzar en un análisis donde la frontera y el tránsito son vistos de modo mucho más complejos que su relativización como división geopolítica<sup>11</sup> (MEZZADRA; BRETT, 2017).

Así, los afectos y las emociones abordadas como potencias que acceden a lo simbólico y a lo imaginado, encarnan tanto la consolidación de los biopoderes como las estrategias de resistencia a estas lógicas del poder (MORAÑA, 2012). En este artículo, se exploran los procesos de subjetivación en situaciones

---

<sup>10</sup> Las feministas Jill Radford y Diana Russel en la obra “*Femicide. The politics of woman killing*” plantearon por primera vez el concepto de femicide en inglés en el año 1992. Situada desde la experiencia de la violencia machista, los asesinatos y desapariciones de mujeres en Ciudad Juárez, Marcela Lagarde (2011), Patricia Ravelo (2017) y otras antropólogas mexicanas ampliaron la noción de femicidio para referirse no sólo a los asesinatos con razón de género, sino a todas las conductas violentas que pueden conducir a la muerte trágica de las mujeres, en las que también es central la violencia estructural, institucional y simbólica del Estado. Estas autoras marcaron un precedente en la lucha contra el femicidio en América Latina, impulsando en México la Ley General de Acceso a las Mujeres de una Vida Libre de Violencia en el año 2006.

<sup>11</sup> En esta propuesta la frontera es mucho más que un proceso de demarcación, es una categoría simbólica, social y cultural inscrita desde antes en los cuerpos de las personas en movilidad. El acento, el color de la piel, el género, la condición de clase y la situación migratoria entre otros marcadores de diferencia actúan como fronteras simbólicas, pero normativizadas que van condicionando las trayectorias migratorias de las personas en movimiento.

de movilidad, conectando el sentir interno de quienes se desplazan con sus condiciones objetivas e históricas de vida. En el marco del tránsito de las mujeres centroamericanas por la frontera sur de México, acceder a estas narrativas ilumina la centralidad de la agencia en las subjetividades para afrontar los riesgos de la movilidad forzada, tensionando la verticalidad del poder inscrita en la producción discursiva de la vulnerabilidad accionada por el aparato humanitario.

Los relatos de vida de las mujeres trabajadoras, migrantes, racializadas, transgénero, interpelan los modos en que se acciona la categoría de víctima y nos lleva a transitar a enfoques que documentan las agencias de las mujeres migrantes y sus posibilidades en el mundo. Esta potencialidad es la que estoy buscando en la dimensión emocional de la transitoriedad en Tapachula, con el propósito de contribuir a extender los estudios de género, sexualidades y subjetividades en las movilidades que atraviesan la frontera sur de México.

## **Claves sobre el éxodo forzado salvadoreño a Tapachula, territorio de movilidades**

La historia reciente de El Salvador está atravesada por diferentes escalas de violencia -política, estructural, simbólica, cotidiana<sup>12</sup>-, dejando huellas en la vida privada y pública de la sociedad salvadoreña. Desde principios del 2000 el manodurismo vino a agudizar el escenario de violencia a través de persecuciones y asesinatos contra pandilleros en barrios y comunidades de El Salvador. Así se va configurando un escenario de muerte entre las pandillas, el Estado y la sociedad civil, cuyo manto de fondo es la desigualdad social, la transnacionalización de

---

<sup>12</sup> La guerra civil de este país trajo dramáticas consecuencias para la sociedad civil con más de 30 mil fusilamientos -según el Informe de la Comisión para la Verdad de El Salvador (1993)-, desplazamiento forzado interno y externo, y varias masacres a campesinos. A principios de los años ochenta el aumento de la violencia y la persecución política agudizó la pobreza del país fomentando los flujos migratorios a Estados Unidos y Canadá. Una década más tarde -después de las firmas de paz- se produjo una desaceleración de los movimientos migratorios y un aumento del retorno de los emigrados de la guerra. No obstante, persistieron las precarias condiciones económicas en El Salvador. Ferrandiz y Feixa (2004) sintetizan algunas características de la violencia política, estructural, simbólica y cotidiana, aportando claves para comprender la yuxtaposición de estas modalidades de violencias en las trayectorias migratorias de las mujeres centroamericanas. Por violencia política los autores entienden las formas de agresión física y terror administradas por las autoridades oficiales y por aquellos que se les oponen. Aquí destacan la represión militar, tortura policial y resistencia armada en nombre de una ideología, movimiento o estado político. En relación a la violencia estructural, los autores la identifican como la organización económico-político de la sociedad que impone condiciones de dolor físico y/o emocional a la soberanía. La violencia simbólica -inicialmente definida por Bourdieu- constituyen todas esas humillaciones internalizadas que cristalizan formas de legitimación de la desigualdad. Aquí destacan las jerarquías que devienen marcadores sociales de diferencia como el género, la raza o étnica hasta las expresiones internas del poder de clases. Finalmente, la violencia cotidiana dice relación con la experiencia individual que normaliza las brutalidades en la comunidad y crea un sentido común o ethos de la violencia” (FERRANDIZ; FEIXA, 2004, p.162-163). En la frontera sur estas formas de violencia se funden en los diferentes momentos de la de la trayectoria migratoria de las mujeres centroamericanas en tránsito por México.

los recursos naturales, el intervencionismo norteamericano y la misoginia como herramienta de poder tanto de las maras<sup>13</sup> como de las fuerzas policiales.

Esta migración forzada se funde con el control fronterizo de México cuyas políticas migratorias se insertan en la lógica de control de fronteras global conocido como *border regime*, “la intensificación de todo tipo de muros y vallas, de tecnología de identificación y control, que se despliegan a través de múltiples fronteras y filtros, donde con demasiada regularidad, como dice Agier en sus estudios etnográficos, el refugiado termina por ser un indocumentado” (CASTRO, 2019, p. 21). Así, la movilidad forzada centroamericana es acorralada y fuertemente criminalizada por las políticas migratorias restrictivas operando a lo largo de toda la frontera sur<sup>14</sup>. Esta forma de gestión de las movilidades a nivel global ha pretendido contener los flujos migratorios centroamericanos en territorio mexicano para impedir su llegada a la frontera norte con Estados Unidos<sup>15</sup>.

Sin embargo, Sherry B. Ortner (1995) sugiere que el poder no es una fuerza vertical que se mueve unilateralmente de arriba a abajo, desde la dominación a la sumisión. Las lógicas del poder son dinámicas, no una expresión binaria pendular, al respecto Saba Mahmood (2019) retoma a Foucault para proponer que el

---

<sup>13</sup> Las maras o pandillas como serán entendidas aquí, nacieron producto de las movilidades generadas por la guerra civil en El Salvador. Se conformaron en Estados Unidos durante la década de los 80<sup>o</sup> por las migraciones provocadas por la violencia de la guerra civil en este país -que cesó en 1992 con de los Acuerdos de Paz de Chapultepec entre el gobierno y el frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN)-. Las maras surgieron como producto de un proceso de exclusión de las comunidades centroamericanas en Estados Unidos empujando a la conformación de pandillas centroamericanas para defenderse y diferenciarse de bandas asiáticas, blancas, mexicanas, puertorriqueñas y negras. Según Ángeles (2004), mara es como se le dice a un grupo de niños o jóvenes que sostienen una relación de amistad en El Salvador y Honduras (ÁNGELES, 2004), cuando se refieren a un grupo también se le denomina “clica”, “crew”, entre otras. Y trucha, categoría étnica, para referirse estar alerta, atento. Los números 13 y 18 se deben a las calles donde se formaron las maras en la ciudad de Los Ángeles, Estados Unidos, además estos números señalan la adherencia a alguna de estas bandas, vinculadas (antiguamente) con la práctica del tatuaje como una forma de pertenencia a estos grupos en el cuerpo. Para controlar la expansión de las pandillas a principio de los años 2000, el gobierno salvadoreño lanzó el Programa Antimaras Acero extendiéndose hasta frontera sur de México, implementándose desde el año 2003 al 2004. En esa misma época en Honduras y El Salvador se legisló para que la pertenencia a alguna pandilla fuera un delito. No obstante, estas medidas no detuvieron la expansión del crimen organizado.

<sup>14</sup> Según Yerko Castro (2019) el *border regime*, genera grandes utilidades económicas a costa de mantener los centros de detención, refugios o albergues, prolongando la incertidumbre de la transitoriedad de las comunidades migrantes, quienes resultan presas de su movilidad.

<sup>15</sup> Desde el año 2014, durante la administración de Enrique Peña Nieto entró en vigencia el Programa Integral Frontera Sur, política binacional que según un informe publicado en 2017 por la unidad de investigación del Congreso estadounidense, este país proporciona casi 100 millones de dólares en financiamiento, equipamiento y capacitación a los funcionarios del Instituto Nacional de Migraciones de México. Este programa promueve la deportación y pone obstáculos al proceso de obtención de asilo y refugio. La criminalización de la movilidad humana se agravó después de la noche del 8 de noviembre de 2016, cuando Donald Trump resultó electo presidente de Estados Unidos. Al estrés del engorroso proceso de regularización migratoria, se sumó la ansiedad de las y los migrantes centroamericanos, haitianos, pakistaníes y africanos (en su mayoría provenientes de Angola) en tránsito por Tapachula por obtener con urgencia documentos de legal estancia para seguir su camino a Estados Unidos.

poder es “una relación de fuerzas estratégicas que permea la vida, deseos, objetos, relaciones y discursos” (MAHMOOD, 2019, p. 149). Esto último queda claro en los espacios agencia de las y los migrantes centroamericanos, los cuales se han amplificado y masificado con fuerza años incluso después de la elección de Donald Trump. Ejemplo de ello son las caravanas centroamericanas de migrantes que en los años 2017, 2018 y 2019 las cuales convocaron masivamente a miles de personas salvadoreñas, guatemaltecas y hondureñas a salir de sus lugares de origen para cruzar México y seguir hasta la frontera norte con Estados Unidos. Esta estrategia de organización de los migrantes centroamericanos, ocurre en medio del neoconservadurismo y en una de las ofensivas más fuertes contra la movilidad humana, encarnada en la postura antiinmigrante de Donald Trump<sup>16</sup>.

Desde el año 2016, hay algunas transformaciones en la consolidación de ciertos colectivos migrantes, entre ellos, de las diversidades sexuales o LGBTI+. En estas caravanas<sup>17</sup> ya existían migrantes centroamericanos LGBTI+ organizados que comenzaron a articularse para afrontar las necesidades y violencias específicas de las comunidades disidentes sexuales en tránsito por México. Ana María Maurer (2019), sugiere que la conformación de los contingentes LGTBI+ en las caravanas centroamericanas son en sí mismas una forma de movilidad caracterizada por sus prácticas de alojamiento y “autoprotección” migrantes. Durante la caravana el contingente LGTBI+ logró articular diferentes prácticas que les permitieron recibir apoyo, prescindiendo de las intervenciones de organizaciones humanitarias (MAURER, 2019).

De esta manera, las caravanas en tránsito por México evidencian, por un lado, la situación de vulnerabilidad de las comunidades excluidas a ejercer sus derechos en los países del Triángulo Norte de Centroamérica, pero, por otro lado, imprimen nuevos regímenes de visibilidad a las luchas migrantes a nivel global. En este sentido, el éxodo centroamericano encarnado en las caravanas se conformó como una estrategia de sobrevivencia que, atravesada por dolor y

<sup>16</sup> Desde su existencia, las caravanas han puesto en jaque el aparato securitario, las políticas migratorias restrictivas y, en definitiva, la gobernabilidad migratoria entendidas como tecnologías de control y disciplinamiento de las movilidades a nivel global. Pero también son importantes las controversias que despiertan estas caravanas entre los actores envueltos en la razón humanitaria de la migración centroamericana. Las caravanas no son espacios políticamente neutrales, ocurren disputas de poder entre las narrativas de las organizaciones no gubernamentales, los agentes del aparato humanitario y las formas de organización autónomas de las y los migrantes.

<sup>17</sup> En la historia reciente de los flujos centroamericanos en la frontera sur de México con Guatemala, ha habido principalmente dos caravanas que se han hecho visibles. Una de ellas es la caravana de madres de migrantes desaparecidos, procesión que parte desde Honduras y atraviesa todo México. Desde el año 2012, ésta convoca a madres de personas centroamericanas desaparecidas en tránsito hacia Estados Unidos de las cuales no hay rastro desde su partida. Las otras, son las sucesivas caravanas de migrantes que comenzaron con dos oleadas el año 2017 y una oleada el 2018. Es importante situar históricamente la emergencia de las caravanas, pues están directamente relacionadas con la política migratoria internacional de México y Estados Unidos, y el régimen migratorio global.

sufrimiento demostró ser una forma de ofensiva a la política antiinmigrante de México y Estados Unidos. Las caravanas deben ser vistas desde sus precedentes históricos, en este contexto se insertan las narrativas del tránsito de Mayra y María José las que cristalizan la conquista por la movilidad como un derecho humano y la búsqueda de la dignidad.

## **Abordaje teórico-metodológico: emociones, afectos y género en la antropología**

A mediados de los años 1970, el giro afectivo en la antropología, impulsado por antropólogas y sociológicas feministas, principalmente desde el pensamiento de Michelle Rosaldo (1984), ampliaron los marcos de comprensión de las emociones y los afectos como construcciones histórico-culturales que guían, norman y conducen la acción de los sujetos. El estudio de las emociones en la antropología no sólo removi6 los marcos epistemol6gicos y te6ricos con los cu6les se buscaba explorar las subjetividades del “otro”, sino que tambi6n implic6 una verdadera ruptura frente al positivismo en las ciencias sociales y humanas. Desde los años setenta del siglo pasado en adelante, los enfoques de antropología y sociología de las emociones han seguido expandiéndose, y hoy en día es un amplio campo de producción de conocimiento interdisciplinario con múltiples vertientes te6ricas, algunas inclinadas por la biopolítica, otros enfoques estructuralista, psicoanalista, psicosocial, entre otros.

La influencia del pensamiento feminista ha sido sustancial para dilucidar el orden de género y otras categorías de articulación en las normas emocionales. La teoría crítica feminista ha puesto en tensión el giro afectivo poniendo en el centro las lógicas del poder. El interés de las te6ricas críticas feministas y queer sobre las emociones comienza por concebir la práctica feminista como un ejercicio político “impregnado de sentimientos, pasiones y emociones” (PEDWELL; WHITEHEAD, 2012, p. 116), reconociendo los vínculos críticos entre los afectos y las relaciones de poder de género, sexo, raza y clase social.

En esta propuesta, ubico en el centro a las emociones y los afectos como categoría de análisis para acceder a la experiencia de la transitoriedad en la frontera sur de México. Siguiendo a Moraña, “La producción y transmisión de afecto conecta las distintas instancias de la vida, la relación entre sujeto y acción, entre cuerpo y no cuerpo, entre evento y sujeto” (MORAÑA, 2012, p. 318). Acceder a las experiencias emocionales de las mujeres migrantes, cristaliza cómo se producen subjetividades en contextos de movilidad. Las emociones y los afectos vistos como fuerzas que guían la acción social, son también construcciones



históricas y contextuales nacidas desde interacciones sociales atravesadas por disputas de poder. Olivia López (2011), sostiene que las emociones conectan las esferas micro y macrosocial -refiriendo a un sentir interno, pero también a las condiciones objetivas de vida de los sujetos- en las que operan las categorías de articulación,

Las emociones como recurso analítico permiten el estudio microsocia y macrosocia en la medida que entendemos que las emociones son producto de lo social, y lo social definitivamente afecta la variación emocional. La variación en la expresión emocional está asociada a la pertenencia social (género, edad, etnia, clase social), la cual promueve y permite ciertos rangos en el uso del cuerpo y sus expresiones en la interacción social (LÓPEZ, 2011, p. 41).

Para operacionalizar el miedo, la rabia y el deseo abordé dos ejes de análisis, el contexto de la emoción y la experiencia. Según Marina Ariza, “Mientras el contexto proporciona el marco perceptual y cognitivo desde el cual quienes interactúan harán sus inferencias (Goffman, *Op. Cit.*; Joseph, *Op.cit*), la experiencia es la forma en que dicha interacción se actualiza (retiene) en la conciencia” (ARIZA, 2016, p. 294). En este ejercicio, intentaré recrear el contexto de interacción particular (ARIZA, 2016) que detonó las emociones del miedo, la rabia y el deseo. Aquí no sólo es importante la situación de interacción, sino su corporeización y los sentidos que adquieren para las interlocutoras.

Tanto la migración forzada como las políticas restrictivas enmarcan la experiencia migratoria de Mayra y María José. Como gran parte de las y los migrantes que llegan a la frontera sur, por obligación ambas debieron residir temporalmente en Tapachula hasta obtener el estatus de refugiadas ante la COMAR (Comisión Mexicana de Ayuda a los Refugiados) y el ACNUR (Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados). Sabían que es riesgoso ser migrantes indocumentadas en México; a las amenazas latentes de la deportación, se suma la exposición a secuestros, robos y violaciones durante la travesía a la frontera norte.

Mayra, mujer cisheterosexual de 33 años con cuatro hijos y su compañero, huyeron de San Rafael Cedros la misma noche de la amenaza de muerte por la mara salvatrucha. Junto a su familia cruzaron por Tecún Umán, Guatemala en septiembre de 2016. En marzo del 2017, volvió a ser amenazada por pandilleros de la misma banda en Tapachula por lo que debió huir nuevamente. En la actualidad, se encuentra en otro estado mexicano. Es

recurrente que quienes migran forzosamente, vivan varios reasentamientos buscando protección y seguridad. María José es una joven transgénero de 28 años que huyó de su natal Santa Ana debido a la extorsión de las maras barrio 18. En agosto de 2016, junto a Lucero, una amiga transgénero, cruzaron en balsa por el río Suchiate desde Tecún Umán, Guatemala a Ciudad Hidalgo, México. María José sufrió uno de los primeros embates de la criminalización cuando estuvo detenida por 44 días por no tener documentos de legal estancia en el centro de detención para migrantes más grande de América Latina, la Estación Migratoria S. XXI. Esta verdadera cárcel para migrantes está dividida en secciones para hombres y mujeres, siendo María José reenviada a la sección de hombres vulnerándose su derecho a la identidad social y de género, yo la conocí después de que salió del centro de detención. Pasaron seis meses hasta que, en enero de 2017, María José logró cruzar a Estados Unidos por el paso Tijuana. No obstante, dado que no tenía documentos de legal estancia en este país y porque debía comprobar su solicitud de refugio por huir de la violencia, estuvo detenida durante seis meses en un centro de detención para personas migrantes en San Diego como ocurre centenares de migrantes criminalizados<sup>18</sup>.

Con Mayra y María José establecimos un vínculo estrecho que fue fundamental para acceder a sus experiencias emocionales durante el tránsito migratorio. Nos reuníamos en sus hogares provisorios o en un espacio que me facilitó los días miércoles el Centro de Derechos Humanos Fray Matías. Las acompañé a buena parte de sus trámites y quehaceres de la vida cotidiana. Las condiciones de precariedad económica y discriminación laboral en Tapachula empuja a las y los migrantes a depender de los vínculos con las instituciones y organizaciones. A su llegada se sostienen con la ayuda humanitaria de ACNUR, pero después de un mes deben generar diversas estrategias para resolver sus necesidades básicas de existencia.

---

<sup>18</sup> La frontera suroccidental es un territorio poroso en el que conviven víctimas y victimarios. La migración forzada centroamericana adquiere un carácter difuso en la región de Soconusco, entre quienes llegan solicitando refugio por ser víctimas de la violencia de los grupos criminales, quienes buscan desvincularse de las pandillas -amenazados de muerte- o quienes participan de estos grupos criminales desde México. Esto demuestra que la violencia de la migración forzada no se acaba en sus países de origen y que el carácter transnacional de las pandillas hace que el miedo persista en el tránsito.

## Miedo, rabia y deseo: emociones de la vida cotidiana de dos migrantes salvadoreñas en tránsito por Tapachula, Chiapas

### El miedo en el tránsito

Mayra de ojos cristalinos estaba sentada sobre las estructuras de concreto que delimitan las palmeras, flores y arbustos del Parque Hidalgo, uno de los principales puntos de reunión en Tapachula. Relató que habían llegado hace dos semanas a la ciudad y que junto a su familia estaban quedándose en el Hotel San Agustín (ubicado en el centro de la ciudad). A ese hospedaje llegaban las personas solicitantes de refugio que ACNUR financiaba como parte de la ayuda humanitaria que presta a los migrantes. En uno de los pasillos del hotel reconoció a unos pandilleros que eran de su lugar de origen. Junto a su familia decidieron no salir del cuarto en todo el día hasta la mañana siguiente, “yo vengo huyendo de ellos y ahora me los encuentro aquí”. El reencuentro con el sujeto amenazante fue suficiente para despertar la memoria del miedo de nuevo, emoción que según Sara Ahmed implica una anticipación del sufrimiento (AHMED, 2015). En el siguiente extracto, Mayra explica por qué y cómo huyó de San Rafael Cedros, su lugar de origen. El tono emocional de su relato, atravesado por la amenaza de muerte de los pandilleros, demuestra que las subjetividades de la huida forzada, supone vivir una constelación de emociones. En la narrativa de Mayra, enojo, nervios, miedo. Y desde el momento de la amenaza que los llevó a huir, la búsqueda del sentido sobre lo que ocurrió:

“Me puse a comprar ropa usada y nueva y con eso empecé, después nos fuimos a vender juntos con el papá de ellos [de sus hijos] y así el negocio lo hicimos un poquito más grande, entonces sentía que en la vida todo se iba acomodando. Yo sentía como que ya iba a descansar, que mis hijos iban a estar bien. Pasamos tres años de lo más tranquilos. Cuando se empezó a sentir que estaban esos pandilleros. Ya después no podía entrar a las colonias. Carlos trabajaba en las motos y ahí empezaron a pedirle *ride*<sup>19</sup>, le quitaban sus gorras y así. Cuando ya nos llegaron a pedir dinero yo me enojé mucho con él (con su pareja), era de los mismos nervios que me enojé. Si él no les hubiese dado dinero, ellos no hubiesen venido. Y en realidad de que iban a llegar, iban a llegar, pero al mismo tiempo ya ellos empezaron a quitar 300 dólares mensuales, Macarena, cualquiera puede

<sup>19</sup> Categoría emic de El Salvador para pedir un viaje en moto como medio de transporte.

decir que no es nada, pero a nosotros ya no nos alcanzaba, ya no vendíamos. Querían 1000 dólares de un sopetón. Nos llegaron en la noche y le dijeron a él que buscaban el dinero, que lo iban a ir a recoger a las 8 de la mañana, que si no, le iban a dar donde más le duele que iban a partir por mí y después con los niños. ¿cómo iba a tener 1000 dólares así? Mire, como que todo se me dio vuelta y bendito sea Dios, esa noche hubo una emboscada contra dos policías entonces esa misma noche nos fuimos y dejamos todito. Entonces no es lo mismo salir a pasear que salir huyendo” (conversación, Mayra 3 de octubre de 2016).

En el tránsito por la frontera sur, Mayra y su familia no están libres de sentir miedo, esta norma emocional empleada por las pandillas se extiende más allá las fronteras de su lugar de origen. Para Sara Ahmed (2015) el miedo es una emoción que alerta de un riesgo. Se enuncia desde un yo que quiere distanciarse de otro, trazando los límites de la alteridad. En el contexto de interacción de Mayra, reconocer a uno de los pandilleros de su lugar de origen en Tapachula implicó reavivar el miedo que le alertaba del sufrimiento. Aunque el pandillero no le hiciera nada, la memoria de la amenaza como una anticipación del sufrimiento, restringe su movilidad y se encarna como una experiencia intensa, que “constituye a los otros como temibles, en tanto amenazan con absorber el yo” (AHMED, 2015, p.107).

El 11 de septiembre de 2001 fue un hito clave en el fortalecimiento de una economía global del miedo (AHMED, 2015) con una producción discursiva orientada principalmente al terrorismo y la movilidad humana. En el marco de la migración indocumentada, Aquino (2015) explora el miedo desde la biopolítica para sostener que esta emoción es una “tecnología disciplinaria” que pretende dosificar el cuerpo migrante. Pero la autora pone énfasis en sus prácticas que les permite gestionar el miedo en su cotidianidad.

Mapeando la configuración de las pandillas, Rosana Reguillo (2007) propone, que en el advenimiento del discurso del miedo social y la retórica de la seguridad, las pandillas han podido expandir su poder creando un sistema paralegal que les ha permitido configurarse no solo como un grupo translocal, sino también transnacional (REGUILLO, 2007). De esta manera, las y los migrantes en tránsito están envueltos en diferentes situaciones contextuales y discursivas relativas al miedo. Durante el tránsito migratorio Mayra y María José experimentaron el miedo desde al menos dos sentidos diferentes. Por un lado, el miedo accionado como dispositivo o tecnología de poder fomentada por los estados y las instituciones que permanentemente intentan regular y controlar la movi-

lidad humana, -así el temor constante a ser presas e indocumentadas, cuando debían ser protegidas por ser migrantes forzadas-. Y el miedo transnacional a las pandillas, a esa convivencia latente con las amenazas incluso en el lugar donde se busca refugio. Estas distintas interacciones sociales en las que emerge el miedo tienen en común que “funcionan para restringir a ciertos cuerpos, a través del movimiento o la expansión de otro” (AHMED, 2015, p.115).

El miedo de Mayra en el hospedaje de acogida demuestra que migración forzada es un fenómeno transnacional y local. Esta experiencia no se acaba en el país de origen, sino que vuelve a encarnarse todas las veces que implique un reencuentro con el sujeto amenazante. Después de una semana el pandillero ya no estaba ahí. Mayra y su familia debían buscar casa o rentar un cuarto, porque su estancia en el hotel había acabado. En un mes, pasaron por tres cuartos hasta que consiguió establecerse en un barrio en el sureste de Tapachula.

## La rabia de una madre migrante

Un día de octubre, habíamos quedado en que iría a conocer su nueva casa. Noté que Mayra estaba animada por su tono de voz más fluido y activo. Minutos antes de partir, me llamó afligida que su pequeño hijo había sufrido un accidente. Ovidio se había roto el brazo. Era una operación compleja, el costo de los materiales era muy elevado y no estaban disponibles en el hospital de Tapachula. Así comenzó la búsqueda del dinero para solicitarlos y operar al niño.

Mayra tenía derecho al seguro popular por ser solicitante de refugio. Mientras ella cuidaba a su hijo, me entregó el papel que comprueba su derecho a la salud pública, y comencé a buscar atención para hacer efectivo el seguro. Dentro del hospital visité al menos tres ventanillas distintas, pero los resultados desde un principio fueron infructuosos. El seguro popular no cubría ningún gasto e incluso, los funcionarios sabían que el documento acreditaba el acceso a la salud de Mayra y su familia, no tendría ningún efecto para lograr costear la operación de su hijo. Todo terminó en una seguidilla de visitas a diferentes oficinas del hospital que se tradujeron en la acumulación de papeles, búsqueda de timbres y firmas que no resolvieron la urgencia de salud de Ovidio.

Intentamos conseguir financiamiento por medio de ACNUR, la OIM, la embajada de El Salvador y otro albergue que atiende a migrantes con problemas de salud y ninguna respondió<sup>20</sup>. Ovidio pasó cinco días en el hospital de

---

<sup>20</sup> En términos generales, gran parte de la producción de conocimiento sobre el tránsito migratorio de las mujeres centroamericanas por la frontera sur, está orientada a documentar las dificultades en el acceso a derechos sociales de las mujeres migrantes. Sin embargo, al parecer son escasas las investigaciones focalizadas en analizar el sistema

Tapachula. Cuando el niño llevaba cuatro días en el hospital, agotada por no obtener ninguna respuesta satisfactoria sobre la operación de su hijo, Mayra salió del cuarto donde estaba su hijo en espera, y en el pasillo comenzó a gritar que por ser migrantes y pobres se olvidaron de Ovidio y estaban dilatando su operación. Los gritos de Mayra alertaron al enfermero que estaba a cargo de Ovidio, quien apareció en el pasillo e intentó calmarla. Mayra continuó reclamando en voz alta la demora en la atención de su hijo y su temor de que el niño enfermara de otra cosa dentro del hospital, el enfermero le pidió que bajara la voz por respeto a los otros pacientes que estaban alrededor. Ella accedió pero con sus gestos aún enfurecidos, se preocupó de que el funcionario entendiera que continuaba molesta. Finalmente, su pareja aceptó un préstamo de dinero que le ofreció su jefe y la pareja se endeudó para pagar los materiales de la operación.

Esta interacción, en la que Mayra esperaba respuestas concretas sobre la operación de su hijo en el hospital, deja entrever la sensación de injusticia a la que son orillados las y los migrantes en tránsito, quienes son permanentemente marginados de ejercer derechos sociales por su condición de transitoriedad. Siguiendo a Marina Ariza (2016, p. 283) “las emociones negativas pueden transmutar a otras emociones”. Así, vivir y aguantar las dinámicas de la injusticia tiene un límite.

Dado el contexto de precarización en Tapachula, atravesado por una fuerte corrupción que termina por desviar recursos económicos y con eso disminuir la inversión en servicios públicos, convive la imposibilidad de los migrantes en tránsito de ejercer derechos. Desde este enfoque, la rabia es una emoción prohibida para los migrantes, de quienes se espera una naturalización de la injusticia<sup>21</sup>. Lo que vivenciamos en el hospital es un sistema de salud carcomido por

---

de salud público en Tapachula, aunque sí es posible aproximarse a otras producciones de conocimiento que retratan las intersecciones entre salud y enfermedad de las mujeres en movilidad en el estado de Chiapas. Así, Eugenia Bayona (2011) analiza los cruces entre pobreza, salud y enfermedad en mujeres rurales de la Sierra Chiapaneca abarcando la región de la frontera sur y enfatizando en el acceso limitado a los servicios de salud en esta región. Siguiendo a Bayona “los enfermos viajan de un lado a otro, son enviados de Motozintla a Huitzila, a Comitán o Tapachula, y, en casos muy urgentes, a la capital Tuxtla Gutiérrez. Los viajes y las esperas complican las atenciones de los enfermos y sus posibles curaciones. Las mujeres cuentan que en urgencias es frecuente encontrar un servicio asistencial transitorio, que receta pastillas para el dolor o suero para la debilidad, las intervenciones hospitalarias, como operaciones y cirugías más complicadas, se posponen o se trasladan a otros centros, y, de esta forma, se acumulan historias de personas mal atendidas, de muertes incluso provocadas por las incompetencias médicas” (BAYONA, 2011, p.103). De esta manera, el acceso limitado al derecho a la salud responde a una violencia estructural e institucional para las mujeres pobres y en movilidad en Chiapas.

<sup>21</sup> Esta escena etnográfica ilustra cómo las emociones y subjetividades constituyen sistemas de jerarquización social. En específico, la rabia de Mayra encarna las prohibiciones y normas emocionales otorgadas a las mujeres migrantes. Esta propuesta analítica ha sido elaborada por otros investigadores, entre ellos, Federico Beserer (2000), quien rastrea lo que denomina como “sentimientos (in) apropiados” para las mujeres indígenas migrantes oaxaqueñas. Esto significa, iluminar las maneras en que la movilidad transnacional empuja a las mujeres indígenas de San

la corrupción. Mayra decidió vincularse con el hospital general de Tapachula solo en la medida de lo necesario para gestionar la operación de Ovidio. El niño finalmente fue intervenido días después del accidente.

Las narrativas del miedo y la rabia son testimonios de un fenómeno complejo y multilateral que en la coyuntura de la frontera suroccidental expresa los costos sociales, subjetivos y emocionales de la migración forzada y las precarias condiciones que ofrece Tapachula para la acogida de migrantes y personas refugiadas. Pero estas narrativas también subrayan, que el encuentro con los repertorios emocionales negativos reaviva la capacidad de acción de las y los sujetos. En el transcurso del proyecto migratorio, las emociones negativas empujan a resolver nudos críticos de la vida cotidiana donde se hace evidente que el estado y la institucionalidad opera como un aparato burocrático que refuerza desigualdades estructurales.

### **Tránsito migratorio, violencias y deseo no heterosexual**

María José desde los 16 años se desempeñó como trabajadora sexual para ayudar a su abuela quien padecía de diabetes. Estuvo presa de su libertad en dos ocasiones y aunque su biografía ha estado atravesada por la pobreza, habla de su incorporación al trabajo sexual con fluidez. En su narrativa parece no haber sufrimiento ni la vergüenza por ejercer como prostituta. Incluso todo lo contrario, deja claro que trabajar con su cuerpo y volcada al sexo como una forma de placer, era una actividad laboral que le agradaba. Comenzó en un bar de su localidad de origen, Santa Ana en El Salvador. Durante las primeras semanas en el bar, todavía ejercía el trabajo sexual como hombre homosexual después, cuenta, las relaciones cotidianas y de amistad con otras trabajadoras sexuales, la llevaron a transicionar a mujer. “María José: [Cuando era niña] vendía helados, de ahí empecé a vender café y a los 16 años me dediqué al trabajo sexual, yo de mi vida no me quejo pues.

---

Juan Mixtepec, Oaxaca a romper y/o desobedecer a los mandatos emocionales otorgados desde sus comunidades de origen. Según el autor, las experiencias emocionales de las mujeres migrantes rompen con los regímenes de sentimientos hegemónicos, encarnando sentimientos inapropiados. Besserer explica que los sentimientos inadecuados constituyen una forma de resistencia a la imposición del orden sentimental, “De ahí que use en las páginas que siguen la palabra (in) apropiado con el prefijo “in” entre paréntesis para referirme a los sentimientos apropiados por las mujeres que siendo considerados inadecuados en el contexto del régimen de sentimientos imperante, formaron parte del conjunto de cambio social y/o de la resistencia de las mujeres al orden imperante” (BESSERER, 2000, p.373).

E: ¿cómo empezaste en el trabajo sexual?

María José: porque yo pasaba vendiendo por los bares y entonces como yo igual ya tenía mi preferencia sexual, entonces miraba yo que trabajaban ahí [en el bar] y todo. Como yo pasaba ahí [por el bar] le dije [al dueño del bar] que si tenía trabajo, y me dijo que de hacer la limpieza y todo eso, sí, me dijo.

E: ¿Cómo fue la primera vez que trabajaste como trabajadora sexual?

María José: Me gustó. Yo los primeros días ahí [en el bar], no empecé así de un solo vestido de mujer, pero de ahí seguí y como a las dos semanas me dio unas ropas una amiga y me dijo “-puchica María José, que te mirarías bonita”. Ya después con la curiosidad, y entonces le dije “ah bueno, está bueno”, y me empecé a vestir y cuando me miré ya, hay unas fotos ya mi pelo lo tenía un poco largo, los saltos altos no los podía manejar, pero empecé con zapatos bajitos y así fui usando y bien... así me fui vistiendo y vistiendo hasta que me vestí de mujer. Prácticamente ya no me vestía de chero [chico], ya solo de chera [chica].

E: Y tu familia ¿sabía?

María José: Pues mi abuela, no se había dado cuenta, pero igual yo lo hacía porque tenía que ayudarle a mi abuela más que todo, porque mi abuela era diabética y a ella y a mi abuelo no alcanzaba para comprarle la medicina y le compraba la insulina y entonces yo se la compraba” (conversación con María José, 16 de noviembre de 2016).

En el año 2015, comenzó el hostigamiento de las maras barrio 18 y ese mismo año huyó a Escuintla, Guatemala. Allí vivió en casa de su hermano durante siete meses, después regresó a El Salvador y luego migró a Tapachula. María José pasó por varias reubicaciones hasta que pudo llegar a Nueva York, Estados Unidos donde reside hoy. El hecho que detonó su huida de Santa Ana, ocurrió en un bus cuando sintió que unos pandilleros la agarraron fuerte de su cabello y sin poder defenderse, se lo cortaron. Desde ese momento dejó de maquillarse, usar ropa colorida y tacos. “Me lo dejaron todo tijereteado, fue como un mes antes de salir de El Salvador, en diciembre del 2015. Ay, yo lloré infinitamente, me quería morir porque yo adoraba mi pelo. En un bus iba en la parte de atrás y cabal cuando sentí las tijeras” (Conversación con María José, noviembre de 2016)<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> Esta práctica tuvo la intención de territorializar el cuerpo de María José. La violencia organizada de las pandillas es reflejo de un modelo de masculinidad que busca imprimir a través de la violencia contra los cuerpos feminizados



De esta manera, analizar la migración forzada en clave de género, es fundamental para comprender las subjetividades de las mujeres durante sus trayectorias migratorias. La desigualdad social, política y económica de los países del triángulo norte de Centroamérica y la violencia organizada de las maras en El Salvador ha empujado a la migración forzada de las diversidades sexuales. Cuando conocí a María José en el tránsito por Tapachula llevaba cabello corto con un jockey, no usaba ropa ajustada y tampoco se maquillaba. En las distintas fases de su movilidad, María José se movió entre atributos masculinos y femeninos para protegerse de las maras y la violencia contra su identidad de género. Esto demuestra que en la transitoriedad también circulan estrategias de autocuidado y conocimientos específicos que ayuda a las migrantes a moverse por Tapachula y sobrevivir a las fragilidades del tránsito.

Durante el trabajo de campo de esta propuesta, en Tapachula las mujeres migrantes trans y cisheterosexuales centroamericanas se encontraban regularmente en las plazas, los albergues, fuera de las instituciones, organizaciones de protección de derechos. Así, en medio de las amenazas siempre latentes de la violencia, las migrantes en tránsito logran configurar una “rutina” incluso en la incerteza del futuro, pero con una clara convicción de no quedarse. María José comenzó a trabajar como “chiclera”<sup>23</sup>, estrategia económica transitoria para las y los migrantes ante la dificultad de encontrar trabajo en Tapachula. En este escenario, comenzó el vínculo de amistad y deseo con Pedro -migrante, casado y con familia -quien le ayudó a pagar su caja para vender chicles y dulces en la calle. En el siguiente extracto, María José relata cómo en la transitoriedad, encontró en Pedro un compañero atento y preocupado.

“Con Pedro es bien diferente todo, todo, lo que he vivido con él. He encontrado algo bien diferente. Es alguien que no se aprovecha de ti, o sea, no sé pues, él es una persona tan buena onda que en veces yo no había vendido y él me decía “-monita, ¿vamos a tomar café?”, y yo reía, él me

---

y de las mujeres, mensajes de disputa de poder entre grupos de pares (VARELA HUERTA, 2017). Este cruce entre modelos hegemónicos de masculinidad y la violencia contra las mujeres es coherente en el marco de los mensajes que intercambian las fuerzas de orden y las maras en los países del triángulo norte de Centroamérica (El Salvador, Honduras y Guatemala). La persecución a la identidad trans de María José se explica por ser blanco favorable para el tráfico de drogas de las pandillas en el penal de Santa Ana. Su ingreso de drogas al penal, iría a fortalecer a la mara salvatrucha dentro de la cárcel, espacio de disputa de poder fundamental para las pandillas. Y dado que no cedió a estas presiones es que no tuvo otra salida más que huir.

<sup>23</sup> Término emic para referirse a los vendedores de chicle, dulces y cigarrillos sueltos. Cargan sobre sus hombros y cuello una caja de madera con compartimientos donde organizan los dulces. Esta venta asegura un ingreso mínimo e inmediato para subsistir al desempleo en la zona del Soconusco. Las cajas se consiguen en las dulcerías y su valor era entre 300 a 500 pesos mexicanos.

invitaba. Cuando yo tenía “-¿vamos a comer?, vamos”. Íbamos a comer papas al mercado, yo compraba el aguacate, él compraba pa las tortillas, yo compraba queso y él compraba limones igual comíamos los dos, y a mi todo eso es lo que me hace falta, y puchica yo me vengo en depresión por ratitos. ¿Sabes cuánto vendí ayer? 10 pesos en todo el día, (conversación con María José, 1 de diciembre de 2016).

El trabajo de chiclero(a) es agotador y la ganancia de la venta es bastante relativa. Estas experiencias cotidianas del tránsito demuestran que las condiciones materiales influyen en la producción de subjetividades en contextos de movilidad. Aun cuando es necesario explorar las lógicas de desigualdad en la posición social de las y los migrantes, es importante tener en cuenta que sus emociones y afectos superan cualquier enfoque determinista sobre sus procesos de subjetivación. Así, María José encontró en Pedro la potencia afectiva necesaria para sobrevivir al tránsito migratorio de seis meses en Tapachula. Según María José, tendían a encontrarse más cuando estaban solos, esto ocurría sobre todo en las noches cuando vendían fuera de las cantinas.

Durante el día, en la medialuna del parque Miguel Hidalgo (uno de los principales puntos de reunión en Tapachula) solían reunirse varios migrantes cisheterosexuales y grupos migrantes LGBTI+, todos chicleros de origen salvadoreño u hondureño principalmente. Públicamente eran amigos, pero a solas eran amantes. A Pedro le preocupaba que su esposa y otros migrantes percibieran su vínculo cercano con María José. Pedro nunca reconoció abiertamente su deseo por María José. Esto refleja cómo el régimen heterosexual normativiza y reprime el deseo. Cuando estaban solos tenían encuentros erótico-afectivos, pero en el ámbito público y a la luz del día este deseo se tornaba una relación de amistad.

De esta manera, lo público y lo privado está en disputa cuando se trata de vínculos del deseo no heteronormativos. Durante el tránsito el uso de ciertos espacios en la ciudad producía regímenes de visibilidad e invisibilidad del deseo. Este constante devenir entre amistad y deseo en el vínculo de Pedro y María José, sólo es perceptible a la luz de una perspectiva crítica sobre las relaciones de género. Las normas emocionales están generizadas y operan con tal fuerza que los sujetos sean o no personas cisheterosexuales reproducen pautas y prácticas sobre estas normas, por ejemplo, en el imaginario del amor romántico.

Todo esto ocurre al mismo tiempo que la experiencia de María José, demuestra cómo el deseo de los cuerpos no heteronormativos tensiona las normas del placer heterosexual. Así, más allá de los binarismos que operan en las normas emocionales y que son nítidas en la demostración pública o privada del

deseo, la relación entre Pedro y María José se convirtió en un espacio de reivindicación del placer, subjetividad prohibida para las y los migrantes en tránsito de quienes se espera únicamente sufrimiento.

## Reflexiones finales

En este artículo se analizan las interacciones sociales que dan sentido a las experiencias del miedo, la rabia y el deseo no heterosexual de dos migrantes salvadoreñas en tránsito migratorio por Tapachula, ciudad fronteriza del sureste mexicano con Guatemala. Aunque su experiencia de transitoriedad está atravesada por dinámicas de desigualdad, -las cuales tienen como punto de partida sus lugares de origen, pero que se perpetúan durante el tránsito migratorio debido a la precarización del trabajo, la burocracia, y la discriminación en Tapachula-, este texto propone que en su travesía las emociones y afectos son potencias transformadoras para reelaborar continuamente sus proyectos migratorios. Se sostiene que incluso desde los repertorios emocionales negativos del miedo, la rabia y las múltiples incertezas del tránsito -todas experiencias relacionadas con las vulnerabilidades de la migración forzada-, nacieron espacios de agencia para afrontar su tránsito migratorio. En definitiva, en esta propuesta la situación vulnerabilidad no es equivalente a sumisión y tampoco responde a un movimiento unilateral del poder, sino que, desde el centro de estas precariedades emergen procesos de reelaboración de las subjetividades que permiten afrontarlas.

En la huida forzada de Mayra y María José desde sus lugares de origen en El Salvador y posterior reencuentro con los pandilleros en Tapachula, indica que el miedo es una emoción atravesada por las lógicas del género. Así, la amenaza de muerte se fija en la maternidad en el caso de Mayra, y en el cabello como símbolo del cuerpo feminizado de María José. De esta manera, la violencia organizada de las pandillas contra las mujeres no es aleatoria, en la propagación del miedo y la intimidación opera un orden de género que asegura la perpetuación de una disputa de poder entre pares.

El tránsito migratorio implica una constelación de subjetividades. Desde el punto de vista de las emociones, la espera por la resolución de su legal estancia en México, es un proceso tremendamente tenso y estresante para las mujeres migrantes. La transitoriedad es producida para que las personas en movilidad se mantengan estancadas en la inestabilidad del tránsito, además se espera que las y los viajeros normalicen las dinámicas de injusticia que aqueja sus vidas cotidianas. Así la experiencia de rabia en Mayra por la ineficiencia en el tratamiento de su hijo, demuestra que es una emoción prohibida para las personas en movilidad

forzada. La producción discursiva del migrante como víctima, refuerza un imaginario que prohíbe algunas emociones y permite otras. Se espera que sean sumisos, callados y pasivos, que no se enfurezcan y que de ocurrir, no lo manifiesten. No obstante, en la rabia de Mayra la injusticia tiene un límite, es una fuerza que pone en jaque estas prohibiciones emocionales a los migrantes forzados.

Por su parte, en el vínculo entre María José y Pedro, el deseo es una experiencia corporal y subjetiva que se mueve a contracorriente de la producción discursiva del migrante como sujeto únicamente capaz de narrar o “tener una voz” desde el sufrimiento. El placer es una forma de agencia que -incluso desde los binarismos- les permite la reelaboración de sus condiciones de vulnerabilidad, le otorga reconocimiento a las corporalidades no heteronormativas y empuja a quienes interesan las movilidades, a avanzar hacia una visión mucho más compleja y menos determinista sobre las personas en movilidad.

Finalmente, las posibilidades para encontrar un trabajo en Tapachula son muy escasas, los sueldos son bajísimos y/o expone a las y los migrantes a situaciones de explotación laboral. Frente a este escenario, las redes de solidaridad son mucho más profundas que únicamente perseguir el cálculo racional de subsistencia del tránsito migratorio. De esta manera, estos vínculos transitorios entre la amistad y el deseo no sólo son estrategias de sobrevivencia animadas por las necesidades concretas que deben suplirse en el día a día, sino que también están fuertemente asentadas en emociones y afectos. El deseo de María José hacia Pedro es un vínculo afectivo que mucho más allá de resolver el problema la subsistencia económica, se configuró como un espacio de reconocimiento, placer, seguridad y contención durante la incertidumbre del tránsito migratorio.

## BIBLIOGRAFÍA

AHMED, S. **La política cultural de las emociones**. Ciudad de México: Editorial Programa de Estudios de Género, 2015.

ÁNGELES, H. Las bandas maras salvatrucha en la región fronteriza del Soconusco, Chiapas. *In*: SANCHEZ VÁSQUEZ, E.; JARKIN, R. (org.). **La frontera sur**: Reflexiones sobre el Soconusco, Chiapas y sus problemas ambientales, poblacionales y productivos. Tapachula: Ecosur, COCYTECH-H, Ayuntamiento de Tapachula, 2004. p.143-156.

ARIZA, M. Tonalidades emocionales en la experiencia de la migración laboral: Humillación y degradación laboral *In*: ARIZA M. (org.). **Emociones, Afectos y**

**Sociología, Diálogos desde la investigación social y la interdisciplina.** Ciudad de México: IIS-UNAM, 2016. p.279-325.

ASAKURA, H. Entramado de emociones: El malestar de la maternidad transnacional de las mujeres migrantes centroamericanas. *In:* RODRÍGUEZ, J. G.; MOCTEZUMA, M.; CALDERÓN, O. (org.). **Hogares y familias transnacionales un encuentro desde la perspectiva humana.** Ciudad de México: Juan Pablos Editor, Universidad de Sonora, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2016. p.137-174.

ASAKURA, H.; FALCON, M. **Entre dos fuegos:** Naturalización e invisibilidad de la violencia de género contra migrantes en territorio mexicano. Ciudad de México: Publicaciones Casa Chata, 2019.

BAYONA, E. Enfermedad y pobreza en la Sierra de Chiapas. **Revista LiminaR:** Estudios sociales y humanísticos, San Cristóbal de Las Casas, v. IX, n. 2, 2011.

BESSERER, F. Sentimientos (in)apropiados de las mujeres migrantes: hacia una nueva ciudadanía. *In:* BARRERA, D.; OEHMICHEN C. (org.). **Migración y relaciones de género en México.** Ciudad de México: GIMTRAP-UNAM/IIA, 2000. p. 371-389.

BRAH, A. **Cartografías de la diáspora:** Identidades en cuestión. Madrid: Traficantes de sueños, 2011.

BUTLER, J. **Marcos de guerra:** Las vidas lloradas. Ciudad de México: Contextos Ideas, 2010.

CASTRO, Y. Etnografías de la movilidad y la contención de las migraciones: repensando los métodos de la antropología, **Revista Antropologías del Sur**, Santiago, v.6, n.11, p.17-37, 2019.

FÉRNANDEZ, C.; JUÁREZ, A. El punto más al sur y el punto más al norte: Tapachula y Tijuana como ciudades fronterizas escenarios de inmovilidades forzadas de migrantes, desplazados internos, solicitantes de refugio y deportados. **Península**, Ciudad de México, v. 14, n.2, p.155-174, 2019.

FERRANDIZ F; FEIXA, C., Una mirada antropológica sobre las violencias. **Alteridades**, Ciudad de México, v.14, n. 27, p. 159-174, 2004.

GANDÁSEGUI, M. A.; PRECIADO, J. A. La sociología latinoamericana y las ciencias sociales: hegemonía, debate democrático y neoconservadurismo. *In:* GANDÁSEGUI, M.A.; PRECIADO, J. A. (org.). **Hegemonía y democracia en disputa.** Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 15-49.

LAGARDE, M. Prefacio: claves feministas en torno al feminicidio. Construcción teórica, política y jurídica, *In: FREGOSO, R. (org.). **Feminicidio en América Latina***. México: CEIICH: UNAM, 2011. p.11-41.

LÓPEZ, O. **La pérdida del paraíso**: el lugar de las emociones en la sociedad mexicana entre los siglos XIX y XX. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito libertório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**, Lisboa, v.23, n.1, p. 135-175, 2019.

MAURER, A. **Trayectorias de cruces migración de mujeres trans\* en Tijuana/San Diego**. 2019. Dissertação (Maestría en Antropología Social) - Universidad Iberoamericana, Ciudad de México, 2019. Orientador: Dr. Alejandro Agudo Sánchez.

MEZZADRA, S.; BRETT N. **La frontera como método**. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

MORAÑA, M. Postscriptum: El afecto en la caja de herramientas, *In: MORAÑA, M.; SÁNCHEZ, M. I. (org.). **El lenguaje de las emociones**: Afecto y cultura en América Latina*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, 2012. p.313-337.

ORTNER, S. B. Resistance and the problem of ethnographic refusal. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 37, n.1, p. 173-193, 1995.

PARRINI, R.; FLORES, E. El mapa son los otros: narrativas del viaje de migrantes centroamericanos en la frontera sur de México, **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n.61, p. 71-90, 2018.

PEDWELL, C.; WHITEHEAD, A. Affecting Feminism: Questions of feeling in Feminist Theory, **Feminist Theory**, London, n. 2, p.115-129, 2012.

RAVELO, P. Cuerpos marcados por la violencia sexual. Niñas y mujeres jóvenes migrantes en la frontera norte. **Sociológica**, Mexico, año 32, n. 91, p. 317-332, 2017.

REGUILLO, R. La mara: contingencia y afiliación con el exceso. **Nueva sociedad**, Caracas, n.200, p.71-94, 2007.

ROJAS, M. Precariedades y vulnerabilidades en la migración: Notas para el análisis de la situación de mujeres centroamericanas en México. **Astrolabio: Revista internacional de filosofía**, Barcelona, n.18, p. 218-230, 2017.

ROSALDO, M. Toward an anthropology of self and feeling. *In: SHWEDER, R. A.; LEVINE, R. A. **Culture Theory**: essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 138-157.

SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. **Violence in war in peace:** an anthology. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

VARELA HUERTA, A. La trinidad perversa de la que huyen las fugitivas centroamericanas: violencia feminicida, violencia de estado y violencia de mercado, **Debate Feminista**, Ciudad de Mexico, n. 53, p. 1-17, 2017.

WINTON, A. **Entre fronteras:** Un estudio exploratorio sobre diversidad sexual y movilidad en la Frontera Sur de México. Tapachula, México: Una Mano Amiga: Ecosur: ACNUR, 2016. Disponible en: [https://www.academia.edu/27211444/Entre\\_Fronteras\\_Un\\_estudio\\_exploratorio\\_sobre\\_diversidad\\_sexual\\_y\\_movilidad\\_en\\_la\\_Frontera\\_Sur\\_de\\_M%C3%A9xico](https://www.academia.edu/27211444/Entre_Fronteras_Un_estudio_exploratorio_sobre_diversidad_sexual_y_movilidad_en_la_Frontera_Sur_de_M%C3%A9xico). Acceso en: 01 ago. 2021.

**Recebido em:** 31 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 14 de dezembro de 2020





# “CADA PERSONA TIENE DERECHO A ESTAR DONDE SU CORAZÓN ESTÁ” MATERNAR UNA FAMILIA TRANSNACIONAL

Amarela Varela HUERTA<sup>1</sup>

Ana Laura LÓPEZ<sup>2</sup>

**RESUMEN:** Este artículo gira en torno a tres preguntas eje o disparadoras. Construimos esta etnografía en clave de autorepresentacional radical para explorar ¿cómo se autorrepresenta *una* mujer migrante, madre, atravesada por el gobierno global de fronteras? ¿Qué discursos, prácticas y dispositivos de gubernamentalidad migratoria, pero también de género y raciales, operan para heterorrepresentar las maternidades en familias transnacionales? Y, finalmente, ¿en qué sentido estas dos lógicas de representación perforan nuevas formas de ejercer el trabajo de la maternidad y la crianza? En este artículo presentamos una reflexión feminista sobre las mujeres migrantes que buscan “una vida que se pueda vivir” en el sistema migratorio México-Estados Unidos.

**PALABRAS CLAVE:** familias transnacionales; mujeres migrantes; deportación; autorrepresentación; autoetnografía.

<sup>1</sup> Universidad Autónoma de la Ciudad de México. Profesora/investigadora en la Academia de Comunicación y Cultura. Aprendiz de feminista que apuesta por coproducir crónicas sobre luchas migrantes (y prácticas de muerte en su contra) narradas desde la experiencia y los saberes de los propios pueblos en movimiento. <https://uacm.academia.edu/AmarelaVarela>. Ha publicado el libro “Por el derecho a permanecer y a pertenecer, una sociología de la lucha de los migrantes” (Traficantes de Sueños, Madrid; 2013) y coordinado junto con Sandro Mezzadra y Blanca Cordero el libro colectivo “América Latina en movimiento” (traficantes de sueños, 2019) y con Alejandra Aquino y Fred Decossé un volumen colectivo “Desafiando fronteras. Control de la movilidad y experiencias migratorias en el contexto capitalista” (Frontera Press Oaxaca. 2013). Ha publicado artículos académicos en revistas indexadas y de divulgación científica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1143>. [amarela.varela@uacm.edu.mx](mailto:amarela.varela@uacm.edu.mx).

<sup>2</sup> Ana Laura López es madre transnacional, activista por los derechos de los migrantes y fundadora de colectivos y organizaciones de deportados y deportadas en México como Deportados Unidos en la Lucha. Desde su deportación en 2016 por parte del gobierno de Obama y Biden, Ana Laura materna a distancia, ahora de este lado del muro, a 2 jóvenes en Chicago y es madre y abuela de otros 4 jóvenes en México. Desde 2018 fundó y sostiene la empresa de diseño y estampado Deportados Brand. Es un ejemplo de lucha y resistencia que encarna en su historia y vida cotidiana el feminismo migrante realmente existente. [deportadosunidosenlalucha@gmail.com](mailto:deportadosunidosenlalucha@gmail.com).

“EACH PERSON HAS THE RIGHT TO BE WHERE THEIR HEART IS.”  
MOTHERING A TRANSNATIONAL FAMILY

**ABSTRACT:** *This article examines three central questions. We build this ethnography based on the concept of radical self-representation to explore how a migrant woman, mother whose life is profoundly affected by system of global governance of borders, represents herself? What discourses, practices and mechanisms of migratory governance control, but also systems of gender and racial control, operate to heterorepresent maternity in transnational families? And, finally, in what sense do these two logics of representation perform new ways of exercising the work of motherhood and parenting? In this article we present a feminist reflection on migrant women seeking “a life that can be lived” in the United States-Mexico immigration system.*

**KEYWORDS:** *transnational families; migrant women; deportation; self-representation; autoethnography.*

## Introducción

Partimos de la premisa de que lo novedoso en lo contemporáneo no son los desplazamientos humanos, ya que estos nos constituyen como especie, sino las formas de gobernar las fronteras, ancladas en un abierto odio racial contra migrantes, refugiados y desplazados. De ese modo nos interesó reflexionar en torno al trabajo de la imaginación sociológica para comprender las políticas de identidad que se ponen en juego, como un constructo político a la vez que subjetivo y cultural, contextual. De ahí que, con este trabajo buscamos abonar pistas comprensivas y explicativas sobre las transformaciones de la subjetividad femenina en movimiento: las migrantes, las desplazadas, las refugiadas, las deportadas desde este subcampo interdisciplinar de la sociología y la antropología contemporáneas.

En este artículo presentamos un corte de caja de una investigación de largo aliento en torno a las mujeres que han migrado por razones económicas o huyendo de diferentes formas de violencia para preservar su vida. Mostramos cómo, por dicho desplazamiento, se reconfiguran no solo las subjetividades de quienes ejercen la “fuga” (MEZZADRA, 2004), sino las estructuras sociales como la pareja, la familia y la comunidad de la que salieron o a la que fueron regresadas de forma forzada desde el país donde lograron establecerse para conseguir una vida que se pueda vivir. Las mujeres migrantes se transforman

a sí mismas con la movilidad que ejercen, sino que sus “fugas” provocan también profundos cambios sociales en los territorios donde nacieron y en los que consiguen residir, trabajar y, a veces, amar y ser amadas., territorios de instalación desde donde estas mujeres migrantes envían remesas, al mismo tiempo que extrañan, echan de menos, a los hijos, las madres, las montañas y los cielos en los que crecieron, dirían en Brasil, tienen una vida permeada de una permanente saudage.

Como acompañante (la etnógrafa), o como organizadora comunitaria (la protagonista de este texto) de diferentes formas de luchas migrantes para lograr, primero, la subjetividad política y jurídica (los papeles) y, con ello, el derecho a tener derechos, hemos encontrado en nuestro caminar etnográfico a mujeres de muchas latitudes que, además de los derechos en el espacio público, se ven obligadas a reclamar el liderazgo de las luchas que construyen con otros varones migrantes.

Pero, al mismo tiempo, tal como sucedió con la protagonista de este texto, muchas mujeres que migran desempeñan un agenciamiento político que cambia las narrativas de autorrepresentación. Esto genera cambios radicales en las prácticas con mujeres que se desenvuelven en sus núcleos familiares de origen y también en las formas en las que deciden habitar su cotidiano en el exilio. En la fuga hay como recompensa libertad, transformación, autodeterminación.

En las migraciones y el desplazamiento (casi siempre forzado) las mujeres de los sures del mundo suelen atravesar violencias extremas en el tránsito. Y en las sociedades donde consiguen instalarse soportan relaciones de poder atravesadas por el racismo y el sexismo. No obstante, migrar también transforma su autopercepción, su “conciencia de sí”, la idea que que Michel Foucault trabajó como “cuidado de sí”, como práctica de libertad en sus textos de *Hermenéutica del sujeto* (FOUCAULT, 2001) y *El sujeto y el poder* (FOUCAULT, 1988) para pensar las estrategias de los sujetos para desujetarse de las mallas del poder. Desde nuestra perspectiva, lo pensando por el teórico del biopoder en relación a prácticas de libertad opera cuando las mujeres migramos o nos fugamos.<sup>3</sup>

Como consecuencia pues de estos agenciamientos, se transforman poco a poco las heterorrepresentaciones con las que son interpretadas en las tramas familiares, comunitarias y sociales que dejaron. Al mismo tiempo se transmutan las formas en cómo sus presencias son incorporadas a las narrativas de las sociedades que habitan en calidad de migradas.

---

<sup>3</sup> Agradezco sinceramente a Sonia Rangel la conversación en torno al cuidado de sí como concepto foucaultiano que me ayudó a pensar con densidad esta hipótesis.

Por eso nos parece fundamental abordar las migraciones de mujeres con una mirada abiertamente feminista e interseccional (VIVEROS, 2016; GOLUBOV, 2018), desde la óptica de las “políticas de identidad” (LOAÉZA REYES; CASTAÑEDA, 2014). Eso nos permite re/conocer en qué sentido provocan duelos y adolescencias. Ayuda a comprender cómo las migraciones permiten mutaciones en el juego de la hetero/autorrepresentación de las sujetas migrantes y los roles sociales asignados a su feminidad en los lugares que habitan y en los que dejaron.

Mirar con los lentes de la antropología cultural —que piensa las identidades individuales y colectivas, estructural e históricamente situadas— la migración de las mujeres en lo contemporáneo, permite vislumbrar las transformaciones de los imaginarios colectivos sobre los roles socialmente asignados a ese género.

En el siguiente apartado de este trabajo abordamos las preguntas motor que inspiran este ejercicio de interpretación. En un tercer apartado, y una vez comprendido el encuadre de la experiencia migrante que da cuerpo a este artículo, presentamos la autoetnografía de Ana Laura López, mujer mexicana, madre, migrante, deportada y feminista antirracista. Su trayectoria vital y política ayuda a explicar las nuevas formas de ciudadanía (VALENCIA, 2018)<sup>4</sup> que ejercen las mujeres migradas o deportadas para sostener familias transnacionales atravesadas por el régimen global de fronteras descrito. También para sostenerse ellas mismas en los múltiples procesos exílicos que experimentan.

Finalmente, presentamos algunas conclusiones sobre por qué y para qué resulta central reflexionar, desde la sociología de las migraciones y el feminismo, sobre las identidades emergentes de las mujeres migrantes. Ponemos especial énfasis en los aprendizajes de la experiencia encarnada del feminismo antirracista<sup>5</sup>, develada por la historia vital de Ana Laura López, la cual aporta elementos importantes al campo de estudio de las identidades.

---

<sup>4</sup> Esta noción la propone la filósofa tijuanaense Sayak Valencia para pensar nuevas formas de ciudadanía no ancladas en relato, trampa digo yo, de la ciudadanía como dispositivo moderno liberal que otorga subjetividad jurídica al tiempo que pertenencia política a los individuos. Por ciudadanía, Valencia propone comprender que el trabajo de la reproducción, eso que Amaia Pérez llama la economía feminista manifiesta en el circuito de los cuidados, como una de las líneas de fuga más fecunda para desbordar el debate político, filosófico y estratégico de la gradación racializada de la ciudadanía en sociedades receptoras de migrantes (VARELA, 2015; GROSFUGUEL, 2012).

<sup>5</sup> Por feminismo migrante nos referimos a prácticas de agenciamiento político, latente o manifiesto, por parte de mujeres que se asumen o autoidentifican a partir de la experiencia de ser migrantes, refugiadas o asiladas y, desde ese lugar de enunciación, performan prácticas políticas diversas que construyen vidas que se puedan habitar para ellas mismas y para sus comunidades, diaspóricas (en los territorios donde migraron) o transnacionales (en los territorios de los que salieron expulsadas pero con quienes mantienen un lazo económico (por enviar remesas) y sobre todo afectivo y de pertenencia (VARELA, 2020).

## Las preguntas motor de este texto y la artesanía metodológica que lo sostiene

En este texto, como ya apuntamos en el resumen del mismo, intentamos resolver a través de escrutar la experiencia de una de nosotras, resolver tres preguntas eje o disparadoras. Construimos esta etnografía en clave de autorepresentacional radical para explorar ¿cómo se autorrepresenta una mujer migrante, madre, atravesada por el gobierno global de fronteras? ¿Qué discursos, prácticas y dispositivos de gubernamentalidad migratoria, pero también de género y raciales, operan para heterorrepresentar las maternidades en familias transnacionales? Y, finalmente, ¿en qué sentido estas dos lógicas de representación performan nuevas formas de ejercer el trabajo de la maternidad y la crianza?

Así pues, en este texto proponemos una aproximación teórica sobre la subjetividad política que se ejerce a partir del ser madre migrante: atravesar sin permiso las fronteras de estados nación para conseguir “una vida que se pueda vivir” y, después de años o décadas de radicar ahí, convertirse en madre deportada, separada de sus hijos e hijas; construir estrategias afectivas y políticas para gestionar lo que en el estudio de las migraciones se llama “familias transnacionales”, para hacer referencia a unidades familiares de estatus legal mixto, cuyos miembros viven en EEUU y México. Una subjetividad política que proponemos comprender como una más de las formas emergentes de feminismo migrante (VARELA, 2020).

El trabajo de investigación que reseñamos en este artículo se construyó colaborativamente con base en herramientas de corte cualitativo. Específicamente, la deriva investigativa, la observación/escucha entre la etnografía y la organizadora comunitaria, protagonista de este relato. Se realizó en varios encuentros políticos, dialógicos y afectivos que resultaron en entrevistas de corte semiestructurado, usando la técnica de relato de vida, una herramienta de la investigación acción participante de la familia de la historia oral (VARELA, 2009) durante la primavera y hasta el otoño de 2018.<sup>6</sup>

Un relato de vida es una modalidad de entrevista en profundidad, que tiene por objeto conocer un proceso social a través de la experiencia vital del entrevistado. El relato biográfico ofrece una compleja diversidad de elementos para reconstruir procesos sociales (BERTAUX, 2005; FERRAROTTI, 2007).

---

<sup>6</sup> Este artículo también es una línea de fuga, los últimos ecos del ejercicio de caminar preguntando, literalmente, con las madres centroamericanas que buscan a sus hijos e hijas, a sus parejas o padres y madres, en las rutas de transmigración mexicanas, de este que ellas llaman país retén o frontera vertical (VARELA, 2013b).

Es un esfuerzo de coproducción de voces migrantes para pensar las maternidades de mujeres que se fugaron de la pobreza y la violencia. Que pagaron cuotas de sufrimiento individual y colectivo por desafiar las fronteras de instituciones que las “extranjerizan permanentemente” (BENHABIB, 2005). Y que, años después, otra vez la frontera las atravesó (ANZALDÚA, 2016) cuando fueron deportadas a México.

Proponemos interpretar estas voces migrantes como subjetividades políticas y culturales, y analizarlas desde el estudio interdisciplinar sobre las identidades, campo de estudio que Marcela Lagarde define como:

Para los fines analíticos de este trabajo, concibo a la identidad como la definición de una forma-de-ser y una forma-de-estar en el mundo que se adquiere a lo largo del proceso constitutivo del sujeto. Con base en lo anterior, se puede pasar a un nivel medio de abstracción en el que hay una pluralidad de sujetos que se constituyen a través de un conjunto de demarcaciones, reales y simbólicas, basadas en el reconocimiento de la semejanza, de la diferencia y de la especificidad, las cuales dan lugar a categorías sociales específicas resultado de la apropiación particular de los elementos identitarios definidos por el género (LAGARDE, 1996, p.44 *apud* LOAEZA REYES; CASTAÑEDA, 2014, p.31).

Este archipiélago de teorías y metodologías derivadas de las políticas de identidad ha sido de crucial importancia para quienes hacemos una socioantropología sobre las migraciones contemporáneas porque, gracias al giro semántico del posestructuralismo del siglo pasado (APPADURAI, 2001), por los giros semánticos epistémicos y simultáneos del feminismo (LOAEZA REYES; CASTAÑEDA, 2014), la poscolonialidad (SUÁREZ-NAVAZ; HERNÁNDEZ, 2008) y lo corporal (GÓMEZ PEÑA, 2005; FUSCO, 1994) con que hoy leemos los procesos sociales, pensamos en la heterorrepresentación jurídica, cultural, política y subjetiva de los que la filósofa Seyla Benhabib (2005) llama los Otros perpetuos, al ser los migrantes los perpetuamente extranjerizados por las democracias liberales.

Las teorías y métodos para comprender las identidades también nos permiten entender que la demanda de organizaciones de migrantes en todo el mundo sobre nada sobre nosotros sin nosotros. Puede contaminar (en un sentido positivo) las estrategias metodológicas y los abordajes teóricos que desde la socioantropología interpretan las migraciones contemporáneas. Porque la experiencia encarnada, de los cuerpos y sus narrativas, nos desafía a pensar las identidades

colectivas con y desde los migrantes de la mano de la antropología cultural, que se pregunta por las identidades sociales (GIMÉNEZ, 1997).

Para nosotras, las voces de los propios migrantes deben ser consideradas no “relatos etnográficos”, sino epistemologías producidas desde la experiencia de habitar cuerpos racializados y como discursos con “voluntad de verdad” (FOUCAULT, 2005), en donde la experiencia exílica, además de dolor, produce agencia, rupturas de genealogías de violencias, nuevas subjetividades, “conciencia de sí” de sujetos permanentemente victimizados (VARELA, 2020), que además de dolientes son productores de sentidos. O, como recientemente dijo el antropólogo Arjun Appadurai:

Pero el archivo del migrante opera bajo otra limitación, ya que tiene que relacionarse con la presencia de una o más narraciones de la memoria pública en el nuevo hogar del migrante, donde éste es visto con frecuencia como una persona con una sola historia que contar: la historia de la pérdida y la necesidad abyectas. En su nueva sociedad, el migrante tiene que hacer frente a la minoría del archivo de migrantes, al bochorno de sus referencias remotas y a la pobreza de sus reivindicaciones sobre los “lugares de memoria” oficiales en el nuevo sitio. Así pues, el archivo electrónico se convierte en un espacio doblemente valioso para los migrantes, ya que en este espacio se puede compensar parte de la indignidad de ser menor o despreciable en la nueva sociedad, y se puede proteger la vulnerabilidad de la narrativa de los migrantes en la relativa seguridad del ciberespacio. (APPADURAI, 2019, p.5, traducción propia).

Recuperamos además la apuesta central de los trabajos sociocientíficos, que parten de reconocer la experiencia de los actores como productores de verdad, porque, de la mano con quienes hacen estudios del performance (FUSCO, 1994), reconocemos los cuerpos como territorios de inscripción de normas y roles, pero también como lugar productor de resistencias y resignificaciones.

El cuerpo, desde nuestro punto de vista, es un campo semántico, una frontera con el otro radical y las narrativas sobre nuestro habitar la vida, bitácoras de la historia contemporánea que, puestas en diálogo con el contexto y las estructuras, significa una especie de instantánea socioanalítica para comprender el presente. Para nosotras, la autoetnografía es un dispositivo que construye la memoria de nuestras luchas, ausencias y dolores. Es una especie de espejo para que quienes la lean se reconozcan en ellas.

Nos hace eco lo que Patricia Castañeda propone cuando se pregunta sobre para qué sirve producir un saber situado en torno a las identidades sociales:

[...] lo que les permite “asir” procesos subjetivos como los valores, creencias, cogniciones y los procesos de memoria, analizándolos simultáneamente como procesos individuales y colectivos socialmente situados, que se interrelacionan y permiten explicar el sentido de las acciones de los sujetos que se analizan. De esta manera, explican la forma como dichos factores están involucrados en la producción, reproducción y contestación del poder, pero también en las luchas por establecer el sentido en la vida cotidiana. (...) la experiencia (es) como uno de esos conceptos clave que permite acceder a la articulación entre identidad y vivencia, reflexión y cotidianidad (LOAEZA REYES; CASTAÑEDA, 2014, p.11).

Partir de la memoria autobiográfica de las mujeres, madres, deportadas, nos guía por las nuevas formas de subjetividad política, de hacer política. Como Claude Dubar (LOAEZA REYES; CASTAÑEDA, 2014), pensamos que la narratividad es un proceso colectivo donde se concretan saberes situados. En nuestro caso, la experiencia de ser madre, ser migrante.

La autoetnografía que presentamos a continuación obedece a intereses teóricos y políticos, apuesta por vincular las maternidades de los pueblos en movimiento con la justicia transicional: que se reconozca la violencia de las políticas de extranjería que separan a las familias migrantes, para que se haga justicia y se repare a las víctimas. Pero, sobre todo, para garantizar la no repetición del confinamiento en jaulas a temperaturas bajo cero de bebés, niños y niñas migrantes.

Es también una apuesta política para que las luchas feministas que se preguntan por otras formas de maternar y habitar la crianza, consideren las maternidades de las mujeres migrantes y a las familias transnacionales como otro modelo más.

Como ya dijimos, este artículo parte de la pregunta motor sobre el derecho a la autorepresentación radical?

Como propone Loaeza Reyes y Castañeda (2014), nos parece que el estudio de las identidades nos permite construir una multiposicionalidad crítica frente a los entramados sociales contemporáneos.

Así mismo, para realizar este ejercicio, partimos de tres hipótesis fundamentales a demostrar argumentativamente con la memoria migrante que curamos:



1. Las migraciones femeninas representan un elemento constitutivo de la historia de la especie humana. Lo novedoso es la mirada feminista a las migraciones, eso que en los estudios migratorios se ha llamado “feminización de las migraciones” (HERRERA, 2016). Desde nuestra perspectiva, la presencia paritaria de mujeres en los stocks migratorios<sup>7</sup> de los nortes del mundo (las mujeres somos la mitad de los migrantes en el mundo) demuestran que la práctica de fugarse de la muerte en vida, o del lugar de nacimiento donde Walmart y otras empresas transnacionales han conseguido establecer jornadas laborales de hasta 60 horas semanales de manera legal y pagar por ello la décima parte de lo que paga a estas mismas trabajadoras con cuerpos racializados en los nortes del mundo (VARELA, 2017), es ya en sí misma una práctica de desobediencia manifiesta al régimen global de fronteras.
2. Las estrategias de las mujeres migrantes para maternar transnacionalmente reconfiguran la economía de los cuidados (PÉREZ OROZCO, 2014). Al mismo tiempo, inventan otras formas de ser familia en las que la subjetividad femenina no se ve confinada, como el imaginario patriarcal la ha consagrado, al trabajo de los cuidados y la crianza. Migrando, las mujeres preservan su vida, garantizan la sustentabilidad de sus familias nucleares y, muchas veces, las ampliadas y las tramas comunitarias.
3. Por el régimen de deportabilidad, maternar transnacionalmente significa para millones de madres (ABREGO, 2014) ser encarceladas por meses en Estados Unidos para, después, ser deportadas a México.

Con estas preguntas, estas hipótesis de trabajo y el relato de vida de una mujer migrante deportada que ejerce la maternidad transnacional, curamos su historia de vida. Pues, como recomendó Sandra Harding, cuando dijo que hay que “Empezar por la vida de las mujeres”, consideramos, con Castañeda, que “A través de la experiencia es posible indagar el carácter de la relación indivi-

---

<sup>7</sup> Esta categoría propia de la sociodemografía hace referencia a los registros demográficos que las sociedades de instalación de los y las migrantes poseen luego de cruzar numeralias sobre participación tributaria y laboral, uso de los servicios que el estado de bienestar provee con los impuestos devengados a migrantes (que pagan con o sin tener los papeles en regla los no nacionales de dichas sociedades), al tiempo que la explotación de registros de carácter censal. Es decir, mientras que las sociedades expulsoras cuentan las migraciones a través sobre todo de las remesas recibidas y los territorios transfronterizos cuentan a los migrantes en términos de “eventos de cruce”, las cifras que arrojan los stocks migratorios son siempre las más confiables para comprender el volumen real, y sus características sociodemográficas de las diásporas de migrantes en los nortes del mundo.

duo/sociedad en la cual se gestan procesos de adopción, aplicación, innovación, creación y recreación de los contenidos identitarios, concebidos como históricos, contingentes y revisables.” (HARDING, 1998 *apud* LOAEZA REYES; CASTAÑEDA, 2014, p.37).

**“Cada persona tiene derecho a estar dónde su corazón está”.**

## **La experiencia de maternar transnacionalmente de Ana Laura López, fundadora de Deportados Unidos en la Lucha**

Ana Laura López es una mujer mexicana de 44 años y madre transnacional. Fue migrante “sin papeles” en Estados Unidos, donde luego se convirtió en activista sindical y por los derechos de los migrantes. Desde ese país fue proveedora de remesas antes de ser deportada. Ahora, afincada en la Ciudad de México, sigue siendo cabeza de una familia transnacional y forma parte del entramado asociativo de deportados en México.<sup>8</sup>

Ésta es la historia de una mujer a la que Estados Unidos deportó sin su hijo norteamericano, ilegalizada por las leyes que extranjerizan a cuerpos racializados. De ese lado quedaron su trabajo como organizadora comunitaria y sus 16 años de habitar Chicago. Lo único que pudo traer consigo fueron recuerdos de gozo, de dolor y de rabias, aprendizajes y años de distancia con sus otros 4 hijos residentes en México, motor de su migración.

Es la historia de una mujer única. Al mismo tiempo, es un ejemplo de los millones de mujeres que, expulsadas de sus comunidades por el neoliberalismo, tuvieron que aventurarse a la fuga migratoria para preservar su vida, pero, sobre todo, la de sus hijos. Mujeres que después de reinventarse en el exilio, fueron deportadas por la máquina de deportabilidad norteamericana.

La deportación de mexicanos desde Estados Unidos es un elemento constitutivo del sistema migratorio norteamericano desde los tiempos del programa Bracero (DE GÉNOVA; PEUTZ, 2010), pero hoy representa un desafío por su volumen y características. Estamos ante un dispositivo de gobierno cuyo objeto es romper los vínculos más elementales de las comunidades binacionales y transnacionales a través de señalar, acechar y finalmente deportar a proveedoras y proveedores de unidades familiares de estatutos legal mixto (legales e ilegaliza-

<sup>8</sup> Una versión de este testimonio ya fue publicada como ejercicio de autobiografía en la revista Narrativas del Inah en julio de 2020. Lo presentamos en este artículo después de una cuidadosa curaduría del mismo y enmarcado en las preguntas de investigación y perspectivas teóricas propuestas.

das). Estas deportaciones fragmentan las posibilidades de sobrevivencia básicas y debilita los lazos afectivos, al separar familias hasta desgarrarlas.

En 2016, bajo el régimen del presidente electo de Estados Unidos, Barack Obama, Ana Laura López, la protagonista de este trabajo, llegó a México después de ser deportada. Su caso es uno de los cerca de 4 millones de personas, entre mujeres y hombres de diferentes edades, “devueltos” a México y América Central después de permanecer largos periodos en Estados Unidos. Se estima que la mayor parte de esta población son hombres, en su mayoría padres de familia. Pero desde la administración Obama y ahora la de Donald Trump, de 2011 a la fecha, el número de mujeres deportadas incrementó, de acuerdo con la Secretaría de Gobernación. Para el año 2018 se contabilizaron 155,833 de mujeres, entre ellas 14,791 menores de edad, expulsadas de Estados Unidos (UPMRIP, 2010, 2019).<sup>9</sup>

Este panorama coincide con dos fenómenos recientes en el mundo de la migración, el de la feminización de los flujos migratorios desde la neoliberalización de América Latina (1990's) y la puesta en práctica de andamiajes feministas para leer las migraciones. En este relato de vida veremos las dos dimensiones mencionadas. Es un relato en clave feminista, que explica la vida de las mujeres migrantes que son madres transnacionales y que conforman, a su vez, familias transnacionales con los roles de género reconfigurándose constantemente.

Ana Laura nos muestra la amistad como práctica política, que antecede a formas tradicionales, como el sindicalismo. Y veremos cómo ese sindicalismo la sumerge de lleno en las luchas migrantes con las que se reinventa como mexicana, como trabajadora, como activista. Transforma su “ser mujer misma” y cuestiona de raíz la autoidentificación con formas de habitar la vida.

Es una reflexión en primera persona sobre la experiencia de la deportación, la vergüenza de ser expulsada, pero también la dignidad que provoca “salir de las sombras”. Es un ejercicio de autorreconocimiento sobre las formas de gestionar la culpa. Sobre la soledad de una mujer que se reinventó y volvió a un territorio que permanece “atrapado” en relaciones patriarcales.

Es una narración atravesada por la ira, la tristeza, la melancolía, pero también por la dignidad y la astucia para recuperarse del duelo migratorio, organizándose. Es un relato que nos interpela a comprender formas de participación

---

<sup>9</sup> Según el informe de la Unidad de Política Migratoria, Registro, Identidad de Personas de 2019, entre los deportados estos ocho años, el 83.3 % de los hombres y el 33.5 % de las mujeres formaban parte de la Población Económicamente Activa (PEA), cerca de la mitad de estos “retornados” tienen entre 30 y 45 años. Es decir, Ana Laura López es un ejemplo de uno de cada diez deportados y deportadas en México.

política que parten de “poner el cuerpo”, traducir lo aprendido para las luchas entre los deportados que no son *dreamers* en el México contemporáneo.

Para empezar a compartir la historia de Ana Laura nos parece importante acotar que los *motivos que provocaron el éxodo* de esta y muchas otras mujeres puede resumirse en tres: violencia de mercado (la miseria que acarrea el neoliberalismo en sus vidas), la violencia de Estado (por la impunidad con la que opera la violencia económica y social contra las mujeres, pero también por la virtual experiencia de intemperie institucional a la que las madres solteras o jefas de familia monoparentales se enfrentan de cara a las instituciones hiperadelgazadas del estado de bienestar) (VARELA, 2017).

Ana Laura López es originaria de la Ciudad de México. Su infancia estuvo marcada por el abandono de un padre alcohólico y una madre proveedora, pero “sometida” a su cónyuge. A los 16 años contrajo matrimonio con un hombre también alcohólico. A los pocos meses de nacido su cuarto hijo, la pareja de Ana Laura emigró a los Estados Unidos. Volvió a saber de él cuando éste reclamó la tutoría de sus hijos, para entonces la familia de Ana Laura se había convertido ya en lo que en los estudios migratorios llamamos familias transnacionales. Porque, para sostener a sus hijos, Ana Laura, emigró primero de la capital a una rancharía de Jalisco, donde contaba con lazos familiares que resguardarían a sus hijos cuando ella decidió fugarse de trabajos mal pagados, largas jornadas laborales y ver a sus hijos pasar hambre. Y años más tarde, Ana Laura viajó sola a Estados Unidos, pagando coyotes. “Mis hijos estaban muy chiquitos, Yosi tenía como 8 años; Jesús, 6; Ximena tenía como 2 años y medio y July, como año y medio.” (Entrevista con Ana Laura López, Ciudad de México, 2018)

Antes de reunirse con su segundo compañero sentimental en Chicago, pasó meses de confinamiento en un centro de detención en EEUU. Luego de varios intentos, desafiando las fronteras que dividen a México de Estados Unidos, logró cruzar.

## **Ya del otro lado del muro**

Meses después de su llegada, comenzó a trabajar con una tarjeta de residencia falsificada con un número de seguro social “prestado”.

“Empezó una nueva vida para mí. Llegué muy contenta y cuando vi Chicago, me enamoré y sigo enamorada de Chicago, ahí viví los mejores años de mi vida. Empecé a trabajar en una tienda de segunda, que fue mi trabajo por casi 10 años, la Unique. Aunque en un principio mi idea era trabajar de uno a dos años y volver”.

Ana Laura mantuvo comunicación con sus hijos y su madre en México a través de cartas y llamadas telefónicas. Semanalmente les enviaba remesas. Por años, intentó un acuerdo con su exmarido para que firmara el permiso para llevarse a sus hijos a EEUU, pero su exmarido, que había retornado voluntariamente a la Ciudad de México desde EEUU, nunca cumplió su palabra y mantuvo siempre con él a los hijos de Ana Laura. .

Ana Laura tuvo otros dos hijos. Entonces, proveía dinero al nodo en México y cuidados y sostén al nodo en EEUU. Miguel, su segunda pareja, inseguro por la diferencia de edad, utilizó el estatus migratorio de Ana Laura como chantaje para mantenerla “bajo control”. Nunca accedió a firmar un contrato matrimonial que regularizaría su situación migratoria.

A partir de aquí Ana Laura relata en primera persona su experiencia:

En el trabajo todas éramos mujeres, migrantes y la mayoría indocumentadas. Creamos un núcleo muy fuerte, aún seguimos siendo muy amigas. Éramos ‘Las únicas’, así se llamaba nuestro grupo, ‘Las únicas’. Somos como familia realmente.

Para mí, la vida perfecta era el estilo de allá: ni rica ni pobre, viviendo dignamente, o sea, con tiempo para mis hijos. Así como las películas gringas que muestran lo que es el sueño americano, así era mi vida, yo estaba muy feliz. Siempre viví en un espacio aparte, Miguel rentó un lugar y siempre viví aparte. Nacieron mis hijos y traté de darles la mejor vida que pude.

El problema empezó cuando nos avisaron en la tienda que iban a vender las tiendas. Yo hacía de todo, era cajera, ponía precio, estaba a cargo del área de miscelánea. Si no hubiera hecho nada, yo fuera supervisora.

Cuando vendieron las tiendas todo cambió. Las compró una compañía más grande de tiendas de segunda que se llama *Seiver*, que son bien explotadores y despidieron a mucha gente. Se empezaba a notar que iban a implementar el *E-Verify*, una verificación electrónica con una base de datos que comparte migración y la oficina del seguro social para checar tu número de *green card* y tu número de seguro social.

Para protegernos, empecé a estudiar para sacar el GD, que es el equivalente de sacar la prepa abierta y empecé a estudiar inglés. Fue un año súper pesado, mis hijos ya estaban grandecitos. De hecho, tengo fotos de mi graduación con ellos.

Entre mis compañeras, yo era la que más hablaba inglés y la que más sabía usar computadora. Entonces, investigué en Google y me apareció la organización *Arise Chicago*<sup>10</sup>; les llamé y me avisaron de un taller de derechos laborales. Lo

<sup>10</sup> Worker Center, o centro de trabajadores, un modelo de organización alternativo a los sindicatos que surge para empoderar a trabajadores migrantes sin papeles y, por lo tanto, poco adeptos al sindicalismo tradicional. Es un

tomé y dije: “¡Wow! Tenemos derechos laborales a pesar de estar indocumentadas.”

## **Aprendiendo a ser organizadora sindical**

Les conté a mis amigas, éramos 15; mexicanas, ecuatorianas y una salvadoreña. Organizamos una reunión y les dieron el taller a todas, así surgió la idea de sindicalizarnos. Tuvimos citas con sindicatos para decidir a cuál afiliarnos e inició la campaña. Realizamos acciones, pero la nueva jefa nos amenazó con que ya nadie podía hablar español: ‘puro inglés y nadie les va a traducir’. Algunas entendían, otras no, así que les traducimos. Nos quedamos viendo y dijimos: “vámonos”.

Por el taller de derechos laborales sabíamos que si nos íbamos lo tomarían como que dejamos el trabajo. Entonces, hicimos pancartas y dimos vueltas por la banqueta. Se armó un merequetengue porque vinieron los de Araise Chicago. Hablamos con la empresa y llegamos a un acuerdo. Ahí surgió la campaña de sindicalización. Pero la empresa armó una contracampaña: le lavaron el cerebro a mis compañeros. Éramos 15 que estábamos muy sólidas, pero habían empleados de piso, la mayoría, afroamericanos. En total, éramos 45 de toda la tienda.

Hasta nos secuestraban, nos metían dos horas en un cuarto para ver películas de lo malo que eran los sindicatos, cómo dañan y te quitan tu dinero. Eso hizo que, sobre todos los afroamericanos, no confiaran. Perdimos la votación, por una pequeña diferencia, pero la perdimos. Fue un 12 de diciembre, por cierto, de 2012.

Y ni modo, una semana más y nos despidieron. Levantamos una demanda ante la Junta Nacional de Relaciones Laborales y la ganamos. Aunque fue lo mismo, lo que ganamos fue que nos regresaran el trabajo, pero al volver ellos tenían todo el derecho de pedirnos los papeles y revisarlos. Fue un triunfo simbólico.

Pero fue muy bonito porque todas llegamos hasta el final. Aunque fue una derrota, todas ganamos ese valor de pararte de frente y decir: ‘Ya no más. Ya no me vas a estar humillando, ni me vas a estar insultando. Ya no vas a estar abusando de mí’”. Eso es lo que no he visto aquí en la Ciudad de México. Esa que, ganes o pierdas, te des cuenta que aprendiste. La lucha por tu dignidad siempre vale la pena, aunque el resultado se vea contraproducente. Eso lo aprendimos todas y es la razón por la que seguimos unidas hasta ahorita.

---

modelo llamado “sindicalismo social” que organiza a los trabajadores dentro y fuera de sus centros de trabajo tejiendo redes de solidaridad comunitaria. También lo capacita para la autodefensa migrante. Para este Worker Center en particular véase: <https://www.arisechicago.org/history>. Acceso en: 21 set. 2021.

Solo yo estoy deportada, y otra compañera se regresó por su cuenta porque sí se puso bastante complicado. Ella es Aurorita, se regresó como dos años antes que yo. En la campaña de sindicalización había que firmar la lista de quiénes íbamos a las reuniones, porque como era considerada una acción concertada, está protegida por la ley. Si ellos nos hubieran acusado con la migra, eso nos valía para una visa.

Ahí me di cuenta de que Aurorita y Tachita no sabían leer y escribir y ya llevaban 25 años trabajando para Unique, son las que llevaban más tiempo. Revisamos los cheques y vimos que había mucho robo en el salario. Como no sabían leer ni escribir, no sabían lo que les pagaban. Yo les di clases de alfabetización, por lo menos les ayudé escribir su nombre y cositas así.

Cuando salimos, di clases de alfabetización en el Centro Monseñor Romero<sup>11</sup>. Es grande ese problema, hay mucha gente analfabeta en Estados Unidos, mucha.

Después de que me corrieron, pedí trabajo en una panadería grande. Se dieron cuenta que los papeles eran chuecos y me dijeron que no. Entonces, entré a una agencia temporal de colocaciones, esos son los peores explotadores laborales que puede existir. Hay gente que tiene 15 años trabajando en un mismo lugar en calidad de temporal, lo que significa que no tienes derecho de nada. Ya para ese tiempo yo sabía de todo esto de los derechos laborales. Fue así como dije que ya no quería trabajar en nada de eso, quería algo diferente para mi vida.

Tomé una decisión radical: dejé de trabajar año y medio y viví de mis ahorros, que ahora me hacen falta. Pero lo que aprendí en ese año y medio ha sido mi herramienta para sobrevivir aquí en la Ciudad de México.

Estudí computación, me involucré con Mujeres Latinas en Acción<sup>12</sup> y tomé un curso de liderazgo. También el de “Empresarias a futuro”, gracias a eso nació Deportados Brand<sup>13</sup>, te dan educación financiera, de marcas, y de cómo

---

<sup>11</sup> El Centro Romero, afincado en Chicago desde la década de 1980, cuando llegaron los primeros salvadoreños exiliados de la guerra contrainsurgente en su país, fue fundado con el propósito de generar, a través de diferentes programas de formación política, jurídica y de alfabetización, la autosuficiencia de las comunidades refugiadas y migrantes en Estados Unidos. Lleva el nombre del hoy canonizado Monseñor Arnulfo Romero, defensor de los derechos humanos en El Salvador, asesinado en 1980, mientras celebraba una misa. Véase: <http://centroromero.org>. Acceso en: 21 set. 2021.

<sup>12</sup> Organización sin fines de lucro, cuya misión es el empoderamiento de las mujeres latinas en EEUU, afincada en Chicago, véase: <http://www.mujereslatinasenaccion.org/>. Acceso en: 21 set. 2021.

<sup>13</sup> Deportados Brand es una microempresa que crearon algunos de los activistas de Deportados Unidos en la Lucha, es un esfuerzo de autoempleo basado en los saberes de diseño gráfico, serigrafía e impresión, además de las habilidades en mercadeo que los miembros de este colectivo traían en las mochilas vitales antes de ser deportados y que, como diversas experiencias, pusieron en una apuesta colectiva para autosustentarse. Véase <https://www.facebook.com/DBSerigrafia/>. Acceso en: 21 set. 2021.

de la nada puedes crear un negocio, empezando a vender dulces. Fue lo que yo apliqué aquí.

Estaba más con mis niños, ya tenían como 12 y algo. Ese año me la pasé aprendiendo de Mujeres Latinas en Acción, que es muy reconocida en Estados Unidos, trabaja con sobrevivientes de violencia doméstica. Ahí tomé consejería, porque, a la par, yo tenía muchos problemas. Yo quería ir a México, quería un mejor trabajo y eso creó conflictos con mi pareja, porque él no quería.

En Estados Unidos estás muy protegida como mujer. Pero a la vez no, porque viví con él 16 años, pero eso no me da derecho a nada. Si me hubiera casado con él podría aplicar a otro tipo de visa. Eso me trajo muchos problemas emocionales, lo de mi trabajo, ir al otro y que me rechazaran por no tener documentos, una se siente avergonzada. Le decía: ‘¿por qué eres tan malo, Miguel?’. Si se hubiera casado conmigo nada de esto hubiera pasado, hubiera arreglado mis papeles.

Por eso fui al grupo de Mujeres Latinas en Acción, por los grupos de apoyo. Aprendí que la violencia doméstica no es nada más física y es muy común. Había muchas mujeres como yo, que sus parejas eran ciudadanos y a través de esto ejercían control sobre nosotras.

Luego, empecé a ser voluntaria en Arise Chicago y en Latino Union of Chicago<sup>14</sup>. Latino Union trabaja más con jornaleros, personas que trabajan por día y que se ponían en las gasolineras y en los *Home Depot*, ahí va gente y las contrata. Pero sufren abusos y Latino Union los asesora para organizarse, estar protegidos y hacer valer sus derechos laborales. Con ellos aprendí mucho de ese tipo de organización, y todo eso es lo que he aplicado al colectivo y a Deportados Brand.

A Miguel, el padre de mis hijos, le valía. De alguna manera, él tenía el control. Vivíamos en una zona muy bonita de Chicago, al norte, porque en el sur hay más violencia, desgraciadamente. Siempre vivimos en una zona de anglosajones. Él sabía que, por mis hijos, yo no iba a cambiar esa vida. Si lo dejaba, me tenía que ir al sur y poner en riesgo a mis hijos. Él sabía que tenía el control.

Miguel maneja un camión y tiene un tráiler, siempre ha ganado decorosamente. No es malo, su único problema fue el machismo, su inseguridad y el miedo a la soledad.

---

<sup>14</sup> Organización de mujeres migrantes que surgió en 2000 buscando mejorar las condiciones de contratación en agencias temporales y que hoy se dedica a la educación en derechos sindicales y derechos humanos de migrantes con y sin papeles. Véase: <https://www.latinounion.org/>. Acceso en: 21 set. 2021.



A Arise Chicago le llamó la atención el interés que yo tenía, entonces me invitaron a más cursos, me pagaron capacitaciones en la Universidad de Illinois sobre liderazgo y organización comunitaria. Todo estaba enfocado a mujeres, para mí era como un sueño estar viviendo todo eso.

Osha, que es la Agencia de Seguridad y Salud ocupacional, me ofreció una beca y me convertí en *train* de *trainers*, como entrenadora con especialidad en *ergonomics*, en ergonomía, que es que el sitio de trabajo sea seguro, que se adecue al trabajador y no el trabajador al sitio de trabajo. Aprendí de las leyes laborales de salud y de seguridad, yo estaba muy contenta.

Fueron como dos años de aprendizaje, me fueron delegando más responsabilidades, pero todo voluntario. Hasta que me contrataron como coordinadora de educación de Arise Chicago.

## Los intensos años como Community Organizer

Era la encargada de los cursos de derechos laborales. Me pagaban a 21.75 dólares la hora, en Unique ganaba 8.50 la hora, el salario mínimo, pues. Me pagaban incluso 'las millas', la gasolina desde que sales de tu casa. Daba talleres de derecho laboral, de derecho de salud y de seguridad social. Estaba feliz de la vida.

Todo estaba perfecto, pero desgraciadamente tuve un problema fuerte con Miguel, donde hubo unos aventones por parte de los dos. Peleamos bastante fuerte y llegó la policía, se lo llevaron detenido a él y ahí como que cambió mucho, porque yo tenía una orden de restricción. Aunque podíamos convivir en la misma casa, no se podía meter en mi vida.

En ese tiempo, como aquí, me invitaban a las reuniones del consulado. Me iba con mis hijos o sola, y es ahí donde Miguel me empezó a cuestionar el porqué. Ese día tuvimos una discusión. Pero como no fue una agresión fuerte no podía calificar como una visa U<sup>15</sup>.

Eso me hizo cuestionarme y dije: 'Ya no más. Quiero ser independiente'. Le propuse que se fuera, pero que me ayudara con la renta del departamento,

---

<sup>15</sup> El estatus No Inmigrante U (Visa U) es para víctimas de abuso físico o mental. El Congreso creó esta visa mediante la aprobación de la Ley de Protección a Víctimas de la Trata de Personas y Violencia (incluyendo la Ley de Protección de Mujeres Inmigrantes Abusadas) en octubre de 2000. La legislación está dirigida a fortalecer la capacidad de las agencias del orden público para investigar y procesar judicialmente los casos de violencia doméstica, abuso sexual, tráfico de extranjeros y otros crímenes. Protege las víctimas que están dispuestas a ayudar a las autoridades en la investigación y prosecución de la actividad criminal (Información publicada por el gobierno de Estados Unidos, en línea, <https://www.uscis.gov/es/programas-humanitarios/victimas-de-la-trata-de-personas-y-de-otros-crimenes/victimas-de-actos-criminales-estatus-u-de-no-inmigrante>. Acceso en: 21 set. 2021.

que era bastante. Era complicado porque yo tenía que mandar dinero a México. Le propuse separarnos, saqué la orden de restricción y le dije: ‘Tú a mi vida no te puedes meter y no puedes rebasar mi espacio personal, ni nada por el estilo’.

Me involucré con otra organización que creó una líder que salió de Mujeres Latinas en Acción, se llama Un nuevo despertar<sup>16</sup>. La fundadora me daba otro poquito de dinero por apoyarla. Estaba muy contenta y hablé con la gente de Arise Chicago para que me patrocinaran’ para obtener mis papeles. El proceso para regularizarme era riesgoso porque tenía que salir de Estados Unidos. No nos asesoramos bien y no nos imaginamos lo que iba a pasar.

Ángel, mi primer hijo con Miguel, es mexicano y los abogados me dijeron que tenía que salir y hacer un trámite para legalizarse. Nunca se hizo porque nos daba miedo, ahora que estoy en Ciudad de México sé que califica como ciudadanía derivada, por ser hijo de un ciudadano norteamericano<sup>17</sup>. No te imaginas, enterarnos de eso hasta estos años, apenas hace unos meses encontré a la persona que lo llevará a cabo, gracias a un centro comunitario en Chicago.

Tomé la decisión de venir a México en junio de 2016. Sabía que era riesgoso, pero dije: ‘No tengo récord criminal, no creo que haya ningún problema. Sólo es pagar el trámite del perdón y lo que se tenga que pagar’. Compré el boleto para viajar el 30 de septiembre. Quería darles una sorpresa a mis hijos. Los primeros días, había planeado, iría a un hotel y después les daría la sorpresa de que andaba por acá, serían solo unos meses.

## **La deportación**

Mis abogados de Arise Chicago y yo calculamos que era un trámite de unos siete u ocho meses, máximo un año. Lo que cambió todo fue cuando documenté mi maleta. Todo iba bien, entré casi al último porque me estaba despidiendo de mis hijos, pasé Seguridad Nacional y ya para llegar al avión, ya para abordar, vi a dos agentes de ICE en la puerta del avión.

Me revisaron los papeles y me requisaron el pasaporte. Me llevaron a sus oficinas en el aeropuerto y me revisaron las huellas, la computadora dejó ver las dos ‘agarradas’ que tuve cuando ingresé a Estados Unidos. Pregunté: ‘¿Puedo

<sup>16</sup> Organización sin fines de lucro dedicada al acompañamiento de procesos contra la violencia doméstica en la comunidad latina. Acompañan desde jurídicamente hasta en aspectos emocionales y empoderamiento económico. Véase: <http://www.unnuevodespertar.org/>. Acceso en: 21 set. 2021.

<sup>17</sup> La ciudadanía derivada es un procedimiento de asignación de ciudadanía para hijos de naturalizados estadounidenses. Los requisitos para obtenerla se detallan en los sitios oficiales del gobierno estadounidense, uno de los hijos de Ana Laura la obtuvo, finalmente, en 2020. Véase <https://www.uscis.gov/es/ciudadania/aprenda-sobre-ciudadania/ciudadania-y-naturalizacion>. Acceso en: 5 out. 2021.

hacer una llamada?’. No me contestaron. Fueron como 20 minutos, ya estaba espantada, lo que pasaba por mi mente era el centro de detención y pensaba: ‘me van a hacer pasar otra vez por ese infierno’.

Fui torpe, porque son cosas que incluso había recomendado en mis talleres. Cuando me dijeron: ‘Firma aquí’, firmé. Estaba petrificada pensando que me iban a mandar a un centro de detención. Para mi sorpresa, me guiaron hasta el avión y todavía me dijeron: ‘Que tengas buen viaje’. Me quedé con una inmensa vergüenza.

— Oiga, ¿y mi pasaporte?

— Lo tiene ella (la sobrecargo de la aerolínea Volaris).

Nunca he vuelto a usar esa aerolínea, actuaron como agentes de migración. Tomé mi asiento y sentí las miradas de la gente, ¡qué pena! Pasaron por mi mente muchas cosas, ya no hubo tiempo de hacer llamadas, ya no hubo nada que hacer. Ya volando, revisé los papeles y vi que era una deportación y que me habían dado una penalización de 20 años para no regresar. Fueron cuatro horas y media de pesadilla, yo quería bajarme. Fue una impotencia terrible.

Cuando llegamos a México me retuvieron como media hora. Me llevaron a Migración, confirmaron que soy mexicana y me dejaron salir. Traía como 200 dólares en la bolsa y mi tarjeta del banco, mi maleta estaba intacta. Nada más me instalé en un hotel le llamé a Miguel. Él sólo dijo: “Te dije que no te fueras”. Después llamé a los de la organización.

Al día siguiente busqué a mis hijos, dentro de lo malo eso fue lo bueno, el reencuentro con ellos, 16 años de no verlos. Son desapegados a mí. El único que vive conmigo es Jesús, una de las chicas se juntó con su novio y la otra vive con su papá. Yoselin vive aparte con su esposo. Jesús ya no vivía con su papá, nunca se llevaron bien y se fue a vivir aparte y, ahora que regresé, se fue conmigo. Nos llevamos bien, pero no es como me llevo con mis otros hijos, con los chicos, que hay mucha confianza hasta para regañarlos. A ellos los he querido regañar por cosas y me han dicho ‘Tú que te metes, si no estuviste con nosotros’.

La primera navidad me la pasé sola, porque ellos se reúnen con la familia de su papá. Tienen un enojo grande. Los quiero y saben que ahí estaré cuando lo necesiten, para escucharlos y económicamente también, les apoyo en lo que puedo. Pero han preferido mantenerse así, menos Jesús. Él trata de tener un acercamiento, las niñas no. Son los precios que hay que pagar. Hice lo que pude, les mandé lo que pude. A veces reclaman, Yoselin y Jesús son los que más recuerdan las cosas difíciles que pasamos cuando me fui y no las volvieron a pasar.

Sí ha sido difícil, porque existe una culpa en mí por muchos años de estar allá. No me arrepiento de haberme ido, me arrepiento de haber tomado esa decisión, mejor me hubiera quedado allá como indocumentada.

Desgraciadamente, la única posibilidad es Miguel porque era una relación real. Migración checa todo eso, se da cuenta cuando es un matrimonio fraudulento. Él era la vía porque teníamos una historia, niños, hay fotos, contratos de rentas, hay mucha historia. La única forma sigue siendo él. Desde entonces y hasta ahora me ayuda, me manda dinero, pero con ese tema no. Quién sabe qué pase por su mente.

Yo creo que ahorita ya no me casaría con él. Todo esto me ha servido para ser independiente en muchos aspectos. Quiero regresar y estar con mis hijos, pero quiero intentar por otro lado. Tengo muchas contradicciones, si Miguel viniera y me dijera que nos casáramos y arregláramos los papeles, perdería lo que he logrado aquí: el darme cuenta que sí puedo sola, que puedo pagar la renta yo sola, que estoy sacando mi negocio con mis compañeros de Deportados Brand.

Hablé con los de la organización (Arise Chicago) y dijeron que no se puede hacer nada porque hay una deportación de por medio. Los abogados me ofrecen una sola vía: casarme con Miguel, que pague el “perdón” y, luego, hacer una petición de reagrupación familiar. O esperar a que mis hijos cumplan 21 y hagan un proceso de unificación familiar, para esto faltan 5 años. Son mis únicas dos opciones.

Pero para hacer reunificación familiar mis hijos tienen que tener un número de seguridad social que, a lo mejor sí, su papá se los da, quién sabe. Por eso me he enfocado en Deportados Brand porque quiero reunir elementos, soy una empresaria y así quiero manejarlo. Yo quiero reunir elementos para facilitar ese regreso, algún día sí se va a dar. Pero es triste que estos años ya nadie me los va a devolver, esos momentos con mis hijos.

El que ha venido a visitarme es Dani, Ángel no viene porque está en ese proceso de regularizar sus papeles. Dani dice que aquí no le gusta. Se preocupa, me pregunta cómo se saca una visa y más o menos le he explicado. De alguna manera ellos saben que son la vía para que yo pueda regresar a Estados Unidos.

Mi deseo es tener una libre movilidad. Poder ir y venir, porque aquí quiero a mucha gente, sobre todo a mis hijos, aunque no estén apegados a mí yo los quiero mucho. Además, está la gente que he conocido, como Deportados Brand. Allá sigue mi casa, el espacio donde viví tantos años, mis plantas, mis hijos, mis amigas. Me gustaría regresar a Chicago, siento más mi casa en Chicago que aquí. Quisiera tener esa libre movilidad, quiero luchar por eso.

## Nuevamente, el proceso de instalación a la nueva realidad

Aquí realmente no tengo muchos amigos ni familia. Los que me ayudaron cuando llegué fueron unos amigos de la secundaria, con quienes seguía en contacto por Facebook. Un amigo me prestó su departamento en Coyoacán, me ayudó con ese alojamiento y me hacía un mapa. Fueron mis amigos quienes me fueron guiando. Yo había estado fuera de esta ciudad 23 años, fueron 16 años en Chicago y ocho en Jalisco. Ernesto y Antonio me acompañaban a Arcos de Belén para conseguir una copia de mi acta de nacimiento, me guiaron para obtener mis documentos. Con base en ese apoyo surgió esa atención en Deportados Unidos en la Lucha.

Luego empecé a buscar dónde rentar, pero me pedían referencias, avales. De suerte, encontré un departamento, el dueño fue solidario y me lo alquiló sin fiador. Busqué trabajo y encontré en una escuela cerca de ahí, daba clases de inglés a niños de kínder.

Supe de SEDEREC (Secretaría de Desarrollo Rural y Equidad para las Comunidades) y del seguro de desempleo. En diciembre fui a una entrega del seguro en el museo Franz Mayer. Ahí estaba un político de Chicago, Chuy García, lo conocía por eventos de Arise Chicago, y me invitó a pasar el presidio. También estaba la secretaria del Trabajo, Amalia García, a ella la conocí en Chicago cuando hicimos la campaña de las trabajadoras domésticas. Cuando le tocó hablar mencionó que soy una persona que se dedicaba a los derechos de los trabajadores y que estuviera pasando por esto era injusto. Me dio la bienvenida.

Cuando terminó el evento uno de los muchachos me preguntó:

— ¿Tú viviste en Chicago?

— Sí, ¿tú también?

Resultó que todo el evento era para apoyar a retornados y deportados, yo no había puesto suficiente atención, éramos alrededor de 200. Nos fuimos juntando varios en una mesa, hablamos de lo difícil que era adaptarse, encontrar trabajo y dónde vivir, que tu familia aquí no te quiere y el estar separado de tu familia de allá. De la manera en que llegaron y qué medidas estaban recibiendo. Les propuse formar un grupo para visibilizar lo que nos pasaba. Fijamos una cita y nos reunimos diez días después afuera del Museo Franz Mayer, donde nos reunimos muchos meses más.

Yo ya estaba trabajando. Me pagaban 6,000 pesos al mes, era muy poquito. A la primera reunión que convocamos fueron dos personas, Salvador y Armando, nada más. Nos reuníamos para ayuda emocional, para platicar. Fue de mucho

alivio contar nuestras historias, hablar de lo mismo y que por fin alguien nos entendiera, ‘alguien se siente como yo’. Luego se fueron sumando más.

Empezamos ir al aeropuerto por todo lo que ellos me dijeron, que nadie los recibía, nadie les prestaba un teléfono y no se podían comunicar. Que los de ICE les rompían sus identificaciones. Fue así como fuimos a ayudar.

Investigué cuándo llegaban los vuelos. Con INM (Instituto Nacional de Migración) nunca conseguí información, fue a raíz de lo que ellos me platicaron, los martes a las 11 de la mañana. Fuimos a la terminal 2 del aeropuerto, y sí llegó el vuelo y, efectivamente, no había nadie, ni organizaciones. La Secretaría del Trabajo solo daban folletitos, no se acercaban para ver qué ocupas, qué necesitas, nada.

## **Deportados Unidos en la lucha, organizarse en el destierro**

Deportados Unidos en la Lucha fue mucha idea mía, ellos querían ponerle otro nombre. Cómo eso de deportados, cuestionaban. Les dije: ‘Miren, para ser claros, es lo que somos, deportados. Ésa es la palabra correcta que debemos usar’.

En Chicago no todos sabían que yo no tenía papeles. Cuando me deportaron, uno de los sentimientos que pasé fue de vergüenza. Pensaba: ‘Y ahora, ¿cómo voy a decir que fui deportada?’. Yo no quería decir eso hasta que un día pensé: ‘Tengo que decirlo, ni modo. Si no, cómo voy a encontrar ayuda’.

Soy la única mujer en DUL. Y de los aviones que llegan, son muy pocas las mujeres, la mayoría de los que deportan son hombres. Las pocas que conocí fue porque cruzaron por primera vez o por procesos similares al mío: arreglando sus papeles fueron deportadas, y no llegan en los vuelos que fletan, sino en diferentes.

Un día decidí dedicarme completamente a Deportados Unidos en la Lucha. Dejé mi trabajo y desde esa fecha, que fue como en enero del 2017, DUL se ha convertido en mi vida. Lo que hice primero fue darnos una identidad, mandé a hacer playeras para que nos identificaran.

No teníamos dinero ni trabajo, vendimos dulces, que fue lo que aprendí en Mujeres Latinas. Hicimos unos *stickers* y las playeras venían con el logotipo de la campaña: dos manos agarradas con esposas. Andábamos por Bellas Artes, nos íbamos al Zócalo y al Monumento a la Revolución. Hablábamos con la gente: “Mire, no somos criminales, somos padres separados de nuestros hijos”.

Después creé la página de Facebook. Gracias a salir a la calle a platicar con la gente fue como ganamos seguidores en la página. La gente quiso com-

prar las playeras, a la venta de dulces le había llamado Deportados Brand 100% mexicanos.

Una vez mis amigos en Chicago me dijeron que (Miguel Ángel) Mancera (jefe de Gobierno de la Ciudad de México) estaría el Museo de Memoria y Tolerancia. Compramos cartulinas y escribimos: ‘Somos deportados’. Me puse hasta en frente y fue cuando acabó su discurso, que me paró. ‘¡Somos deportados!’, y le platicué de nosotros.

Por instrucciones derivadas de este acto, juntaron a varias secretarías para ver qué pueden hacer con nosotros y en qué apoyarnos. Fue todo un logro, por fin miraron a esa población de arriba de 40 años, personas que no traen el inglés como herramienta laboral, personas que no traen un alto nivel educativo, regresan con el mismo nivel con el que se fueron: con la primaria y la secundaria. Y que lo principal que hicieron en Estados Unidos fue: jardinería, construcción, lavar carros o restaurante o trabajador en general.

Eso ha dificultado la reinserción. Para el gobierno es como si solo existiera el perfil de los *Dreamers*, piensan que son la mayoría, que tienen capacidades excelentes. Muchos las traemos, pero el gobierno ha dejado de lado a esta población. La labor del colectivo ha sido visibilizar esta población que también existe y necesita una atención diferente.

Ha sido difícil. Cuando conocí a la mayoría de mis compañeros y excompañeros, estaban en una situación muy vulnerable, es cuando se unían. Después de unos meses se van empoderando y, cuando ya tienen cierta confianza, no es fácil que acepten que una mujer esté al frente de ellos, ni de una organización. Eso ha generado conflictos en los que he tenido que decirles que así es. Tengo un poco más de experiencia en esto y voy tratando de hacerlo como van las cosas. Ha sido bastante complicado, porque han querido hacerme a un lado y dejarme fuera.

Deportados Unidos nació conmigo, tiene una visión y una misión. Llegué a ser cuestionada sobre por qué yo tomo las decisiones. Nadie de los deportados había tomado parte del activismo en Estados Unidos. Eso ha sido una de las cosas más difíciles que he pasado: ser una mujer desarrollando un liderazgo, no es bien visto. Al principio cuando ellos llegan en situación vulnerable lo aceptan, pero con los meses te cuestionan por qué tú.

De alguna manera, el colectivo ha cumplido su objetivo de empoderamiento, desarrollo de liderazgo, porque del mismo grupo se hicieron otros colectivos.”

Si bien la biografía de Ana Laura sigue en construcción (tanto narrativa como performativamente) hacemos aquí un corte para dejar en evidencia las

políticas de identidad puestas en juego por Ana Laura y sus compañeros de DUL al autoidentificarse como un grupo vulnerable que no encaja en el perfil de deportado llamado *Dreamer*. Con sus acciones políticas, latentes o manifiestas, los deportados mayores de 40 años, con familias transnacionales, demandan del Estado y de las instituciones acciones que atiendan y reconozcan sus necesidades. Pero parten del reto de primero hacerse ver ante estas instituciones.

Esta biografía nos desafía a ampliar los imaginarios sobre las implicaciones de las deportaciones en masa de Estados Unidos desde hace más de una década.

## **A modo de conclusión**

En este ejercicio, cuya columna vertebral es la curaduría de la memoria autobiográfica de Ana Laura López, esbozamos respuestas en clave de narrativa experiencial, que demuestra la centralidad de politizar el lenguaje para comprender y explicar las intersecciones que se producen en torno a políticas de identidad, las respuestas estatales y la crisis de derechos humanos que atraviesan los pueblos en movimiento.

Mostramos que el trabajo de los cuidados replantea las formas jurídicas para la membresía política y la subjetividad jurídica. Este relato demuestra el tránsito urgente de narrativas enclaustradas en el nacionalestadocentrismo, al mismo tiempo que en el nacionalismo metodológico de los discursos en torno a la ciudadanía, para abrir la imaginación teórica y política a formas de ciudadanía transnacional (VALENCIA, 2018), que se derivan de maternar una familia transnacional atravesada por el gobierno global de fronteras, al mismo tiempo que maternar las luchas de migrantes por el derecho a tener derechos (VARELA, 2013a).

La memoria de las voces migrantes apunta que las migraciones incentivan y propician una conciencia de sí entre los sujetos que atraviesan fronteras legales y simbólicas para buscarse una vida que se pueda vivir. Consideramos que tejer memoria migrante en clave de un feminismo migrante, nos permite conocer para interpretar y narrar, acompañando los procesos de mujeres a las que la experiencia exílica las transforma, y nos aporta pistas para el cambio social de los entramados comunitarios en los que estas mujeres habitan.

Usar la memoria de las voces de las migrantes abre brecha para provocar cambios semánticos en las plasticidades del auto y heterorrepresentaciones, en torno a un fenómeno tan complejo como vital: la movilidad humana. Esta curaduría autoetnográfica de la experiencia de Ana Laura López contribuye a los



estudios sobre las muchas formas de familias actualmente existentes, en contra de percepciones heteronormadas sobre la así llamada “familia nuclear”.

Con este ejercicio de hechura colectiva, las autoras queremos demostrar la pertinencia de las apuestas teóricas y metodológicas sobre las identidades sociales y colectivas al feminismo migrante que, de hecho, ejerce ya una crianza atrapada en la transitoriedad perpetua que permite la autodeterminación de las mujeres migrantes, aunque también genera un profundo desgarramiento exílico en las propias mujeres y sus familias.

Con este ejercicio abonamos a la apuesta de “Nunca más un relato sobre nosotras sin nosotras”. Ilustramos que la práctica de muerte del régimen de deportabilidad del gobierno global de las migraciones es resistida, en la vida cotidiana, con prácticas de vida por las mujeres migrantes, deportadas o refugiadas de violencias.

## BIBLIOGRAFÍA

ABREGO, L. **Sacrificing families**: Navigating laws, labor, and love across borders. Stanford: Stanford University Press, 2014.

ANZALDÚA, G. **Borderlands**. Madrid: Capitan Swing, 2016.

APPADURAI, A. Traumatic Exit, Identity Narratives, and the Ethics of Hospitality. **Television & New Media**, Thousand Oaks, CA, v. 20, n. 6, p.558-565, 2019.

APPADURAI, A. **La modernidad desbordada**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BENHABIB, S. **Los derechos de los otros**: extranjeros, residentes y ciudadanos. Barcelona: Gedisa, 2005.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida**: perspectiva etnosociológica. Barcelona: Bellaterra, 2005.

DE GENOVA, N.; PEUTZ, N. **The Deportation Regime**: Sovereignty, Space, and the Freedom of Movement. London: Duke University Press, 2010.

FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. **Convergencia**, México, v. 14, n. 44, p. 15-40, 2007.

FOUCAULT, M. **El orden del discurso**. Madrid: Tusquets, 2005.

FOUCAULT, M. La ética del cuidado de uno mismo como práctica de la libertad. *In*: FOUCAULT, M. **Hermenéutica del sujeto**. Madrid: Akal, 2001.

FOUCAULT, M. El sujeto y el poder. **Revista Mexicana de Sociología**, Mexico, v. 50, n. 3, p. 3-20, 1988.

FUSCO, C. The other history of intercultural performance. **TDR (1988-)**, Cambridge, v. 38, n.1, p. 143-167, 1994.

GIMÉNEZ, G. Materiales para una teoría de las identidades sociales. **Frontera Norte**, Tijuana, v. 9, n. 18, p. 9-28, 1997.

GOLUVOB, N. Interseccionalidad. *In*: MORENO, H.; ALCÁNTARA, E. (coord.). **Conceptos clave en los estudios de género**. Ciudad de México: CIEG UNAM, 2018. vol. 2. p. 197-213.

GÓMEZ-PEÑA, G. En defensa del arte del performance. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, año 11, n. 24, p. 199-226, 2005.

GROSFOGUEL, R. El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿Teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?. **Tabula rasa**, Bogota, n. 16, p. 79-102, 2012.

HERRERA, G. Trabajo doméstico, cuidados y familias transnacionales en América Latina: reflexiones sobre un campo en construcción. **Amérique Latine Histoire et Mémoire**: Les Cahiers, París, n. 31, 9 jun. 2016.

LOAEZA REYES, L.; CASTAÑEDA, M. P. **Identidades**: teorías y métodos para su análisis. México: CEICH/ UNAM, 2014.

MEZZADRA, S. **Derecho de Fuga**: Migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

PÉREZ OROZCO, A. **Subversión feminista de la economía**: Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

SUÁREZ-NAVAZ, L.; HERNÁNDEZ, R. A. **Descolonizando el feminismo**: Teoría y práctica desde los márgenes. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.

UNIDAD DE POLÍTICA MIGRATORIA, REGISTRO E IDENTIDAD DE PERSONAS [UPMRIP]. **Boletín mensual de estadísticas migratorias**. Ciudad de México: Secretaría de Gobernación, 2019.

UNIDAD DE POLÍTICA MIGRATORIA, REGISTRO E IDENTIDAD DE PERSONAS [UPMRIP]. **Boletín mensual de estadísticas migratorias**. Ciudad de México: Secretaría de Gobernación, 2010.

VALENCIA, S. El transfeminismo no es un generismo. **Pléyade**, Santiago de Chile, n. 22, p. 27-43, 2018.

VARELA, A. Notes for an Anti-racist Feminism in the Wake of the Migrant 20 Caravans. **The South Atlantic Quarterly**, Durham, v. 119, n. 3, p. 655-663, 2020.

VARELA, A. La trinidad perversa de la que huyen las fugitivas centroamericanas: violencia feminicida, violencia de estado y violencia de mercado. **Debate feminista**, Ciudad de Mexico, v. 53, p. 1-17, 2017.

VARELA, A. La ciudadanía instituida en la era de la resistencia: El movimiento migrante en Barcelona como agente de nuevos discursos sobre la ciudadanía. *In*: BOLAÑOS G.; HIPOLITO, B. (coord.). **Biopolítica y Migración: El eslabón perdido de la globalización**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2015. p. 261-308.

VARELA, A. **Por el derecho a permanecer ya pertenecer**: Una sociología de la lucha de los migrantes. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013a.

VARELA, A. Del silencio salimos: la Caravana de madres hondureñas en México. Un ejemplo de resistencias en clave femenina al régimen global de fronteras. *In*: AQUINO, A.; VARELA, A.; DÉCOSSE, F. **Desafiando fronteras: Control de la movilidad y experiencias migratorias en el contexto capitalista**. México: Surplus Ediciones, 2013b. p.175-186.

VARELA, A. **Porque la ciudadanía se consigue ejerciéndola...**: Una aproximación sociológica al proceso instituyente del movimiento de migrantes en Barcelona. 2009. Tesis (Doctorado en Sociología) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2009.

VIVEROS, M. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate feminista**, Ciudad de Mexico, v. 52, p. 1-17, 2016.

**Recibido em:** 30 de agosto de 2020

**Aprovado em:** 23 de novembro de 2020



# JÓVENES MIGRANTES Y POLÍTICA: LOS NUEVOS ROSTROS DE LA BOLIVIANEIDAD EN ARGENTINA<sup>1</sup>

Alfonso Hinojosa GORDONAVA<sup>2</sup>

**RESUMEN:** El artículo trata sobre las nuevas organizaciones de jóvenes migrantes bolivianos en el presente siglo y cómo responden a nuevas lógicas organizativas que van más allá del anclaje nacionalista de los y las trabajadores migrantes. Este escenario es resultado de procesos de politización que responden tanto a dinámicas en los países de origen, pero cada vez más a los contextos sociales, económicos y políticos en los lugares de destino. Asimismo, la emergencia de nuevos horizontes y actores de lucha migrante ligado sobre todo a identidades laborales sobrepasan los guetos nacionalistas, pero también al potencial femenino de reivindicaciones de género en articulación con lo migrante.

**PALABRAS CLAVE:** jóvenes migrantes; bolivianos en Argentina; política y migración; sujeto político migrante.

## YOUNG MIGRANTS AND POLITICS: THE NEW EXPRESSIONS OF 'BOLIVIANESS' IN ARGENTINA

**ABSTRACT:** *The article deals with new organizations of young Bolivian migrants in Buenos Aires in the present century and how they respond to new organizational logics that go beyond the nationalist anchoring of migrant workers, being the result of politicization processes that respond both to dynamics in the countries of origin, but increasingly to the social, economic and political contexts in the places of destination. Likewise, it shows the*

<sup>1</sup> El presente artículo se lo realizó en el marco de una investigación financiada por el Instituto de Investigación e Interacción Social y Postgrado (IIISP) de la Carrera de Trabajo Social de la UMSA.

<sup>2</sup> Universidad Mayor de San Andrés. La Paz - Bolivia. Docente e investigador. alf\_hg@yahoo.com.

*emergence of new horizons and actors of migrant demand based on labor identities that go beyond nationalist ghettos, as well as the organizational potential of women with gender demands and in bonding with migration.*

**KEYWORDS:** *young migrants; bolivians in Argentina; politics and migration; migrant political subject.*

## Los datos en el presente siglo

El inicio del presente siglo ha significado para Bolivia profundas transformaciones en diversos ordenes de la sociedad. De manera específica las dinámicas poblacionales y geográficas han hecho del espacio urbano el mayor concentrador de habitantes en base a un intenso proceso de migración interna, que a su vez ha estado ligada a la emigración internacional. En los últimos cuarenta años no sólo se incrementaron las migraciones internas en el país consolidando un eje central, compuesto por las ciudades de La Paz, Cochabamba y Santa Cruz, sino que también - más recientemente - se han fortalecido todo un sistema de ciudades intermedias que consolidan las tendencias de urbanización, donde éstas se hallan geográficamente más cercanas a los espacios rurales, pero económica y cultural fuertemente ligadas a la ciudad. De manera paralela, se ha incrementado la emigración al exterior a la vez que también se han diversificado, ampliado y consolidado nichos laborales en países fronterizos, como en otros más allá de nuestras fronteras (sobre todo en España), haciendo de la emigración internacional una estrategia que se actualiza constantemente adaptándose con gran versatilidad a los cambios.

Los desplazamientos poblacionales hacia el exterior, según las cifras que proporcionó el Censo de Población y Vivienda realizado el año 2012 y donde por primera vez se incorporó la variable de 'emigración internacional', a través de una pregunta que indagaba sobre si en los hogares, durante los últimos diez años, algunos miembros habrían emigrado al exterior. Si la respuesta era positiva, se abrían otras preguntas respecto al país de residencia de esa persona, su edad y sexo. En todo caso, estos resultados arrojados por el Censo dan un total de 487.995 bolivianos que, entre el 2002 al 2012, habría emigrado del país, prevaleciendo ligeramente las mujeres, con un 51.03 por ciento, frente a los varones, con un 48.97 por ciento. El destino principal de los emigrantes bolivianos en este período fue la República Argentina, con un 38,22 por ciento, seguido de España, con un 23,88 por ciento; Brasil, con 13,18 por ciento; Chile, con 5,95

por ciento, y Estados Unidos, con 4,20 por ciento. El restante veinte por ciento se dispersa en un abanico muy amplio de países (INE, 2021). Los departamentos que registran el mayor número de emigrantes son La Paz (27,5 por ciento), Cochabamba (23,2 por ciento) y Santa Cruz (22,7 por ciento). Este primer dato muestra como la región paceña de ser espacio privilegiado de recepción de migración interna pasa a la vez a ser origen de la principal emigración nacional. Corriente parecida, pero en menor cantidad, parece evidenciarse en el oriente boliviano, de donde también se dan emigraciones hacia el exterior.

Es importante subrayar que el mayor porcentaje de hogares con emigrantes se registra en viviendas de área urbana: 11,8 por ciento declara tener alguna persona que se encuentra en un país extranjero. Este dato nos muestra otro cambio fundamental de las últimas décadas y que tiene que ver con que la mayor parte de los y las emigrantes internacionales salen hoy en día de espacios urbanos o periurbanos y ya no exclusivamente de las áreas rurales. Es interesante analizar la emigración de los espacios periurbanos, ya que los mismos son el resultado de las dinámicas de migración interna hacia las ciudades y donde, en algunos casos según la antigüedad de la trayectoria migratoria, prevalecen todavía como prácticas y hábitos de muchos elementos de la ruralidad, de lo comunal, que luego terminan expresándose en espacios transnacionales. La edad de la población señala que el 64,5 por ciento de las personas que salieron del país tienen entre 15 a 29 años, ratificando que se trata de sectores jóvenes cuya mano de obra es aprovechada más allá de nuestras fronteras. Dentro este grupo, destacan los más jóvenes de 20 a 24 años, tanto hombres como mujeres, que alcanzan a 27 por ciento.

De manera específica, la movilidad poblacional boliviana en busca de trabajo en Argentina es histórica, remontándose incluso al periodo colonial, sin embargo, en la década de los años ochenta del siglo pasado. El flujo de migrantes bolivianos aumentó principalmente por la crisis económica que atravesaba Bolivia y por la implementación del programa de ajuste estructural neoliberal llevado adelante desde 1985. Los años noventa marcan un periodo de estabilidad y, en cierto modo, de auge migratorio en virtud de las características económicas de dolarización que asumió Argentina y, también, por la amnistía declarada en ese país (1999) que posibilitó la legalización de unos 110 mil bolivianos (la mayoría asentados en Buenos Aires). Durante el periodo mencionado, se consolidan y se ramifican muchas de las trayectorias migratorias anteriores que correspondían al tipo urbano-urbano, tanto así que fueron estas sólidas redes estructuradas las que amortiguaron los efectos de la crisis que vivió Argentina a finales del 2001. El tiempo transcurrido, tras la severa crisis argentina, estabiliza

los flujos poblacionales entre ambos países, aunque está claro que los niveles de ahorro y remesas característicos del periodo de dolarización se han diluido (BENENCIA, 2007, 2008). Sin embargo, hoy en día, los nichos laborales que tienen que ver la producción hortícola y con el trabajo en la manufactura textil prácticamente están en manos de migrantes bolivianos, este último rubro es el que más se ha desarrollado en las últimas décadas y concentra mayor cantidad de mano de obra joven proveniente sobre todo de la región altiplánica de La Paz, que termina en los talleres textiles de Buenos Aires, como veremos más adelante.

Es importante subrayar algunos elementos que son fundamentales para el análisis de las interacciones entre los migrantes y los lugares de origen – debemos resaltar los procesos de “territorialización transnacional” entre los dos países y cuyos horizontes culturales e identitarios definen un perfil propio que involucran a más de una generación. También es digno de destacar los niveles organizativos que despliegan los bolivianos en sus diversas actividades y que son elementos que se desarrollan más adelante.

### **La ‘guerra del gas’ y el voto en el exterior**

Como ya mencionamos, los acontecimientos políticos por los cuales atravesó Bolivia a principios del presente siglo fueron muy profundos e impactaron no sólo en la población del país, sino también en sus emigrantes. El año 2000 dio pie a la denominada ‘guerra del agua’, en Cochabamba, en contra de la privatización del agua potable y que marcó el inicio de una serie de protestas de diversos movimientos sociales que derivarían, años más tarde, en los sucesos de octubre de 2003, en la ciudad de El Alto, conocidos como la ‘guerra del gas’. Fueron acontecimientos estructurantes en la historia reciente de Bolivia, derivando en la presidencia democrática de Evo Morales el año 2006 y manteniéndose durante casi 14 años, periodo que asumió el apelativo de “proceso de cambio”.

Durante el desarrollo de toda esta serie de acontecimientos de orden político centrados en la ciudad de El Alto, pero irradiados en todo el territorio nacional y más allá, paralelamente y de manera silenciosa se producían también dinámicas emigratorias muy importantes hacia el exterior, como hemos podido evidenciar anteriormente. Esto señala cuan estructural es la migración para amplios sectores de la población de Bolivia y del eje metropolitano de la ciudad de La Paz, en particular, como respuesta inmediata a las crisis se acentúan las dinámicas poblacionales, en nuestro caso, hacia el exterior.

El conjunto de estos acontecimientos profundos y estructurantes de la Bolivia actual que se vivieron a inicios de siglo tuvo también impacto y reper-



cusiones en los residentes bolivianos en el exterior. Con seguridad, podemos afirmar que los impactos y resignificaciones que surgieron de los acontecimientos de “la guerra del gas” de octubre del 2003 traspasaron las fronteras nacionales e irrumpieron con fuerza. Sobre todo en la colectividad boliviana en Argentina, multitudinarias manifestaciones se dieron en la ciudad de Buenos Aires, inaugurando así momentos y espacios transnacionales de participación política, en virtud de demandas ancladas estrictamente en lo nacional, es decir, la demanda central era nacionalización de los hidrocarburos. Gavazzo (2009) resalta que la presencia de migrantes provenientes de Bolivia en marchas masivas ha sido observada con curiosidad y sorpresa por algunos y con censura por otros. Por ejemplo, en 2003, a pocos días de la renuncia del entonces presidente de Bolivia, Gonzalo Sánchez de Lozada, miles de bolivianos residentes en Buenos Aires se movilizaron desde el Congreso Nacional hasta la Embajada de Bolivia. Portaban una amplia gama de reclamos, desde muertos en enfrentamientos hasta las polémicas decisiones respecto de la explotación de los recursos naturales.

Pasada la “guerra del gas” y la caída del expresidente Sánchez de Lozada, las colectividades bolivianas movilizadas en la Argentina, que a estas alturas se hallaban fuertemente politizadas, se mantuvieron activas y expectantes al devenir de los hechos en el país. Participando de manera activa y creativa en momentos claves del acontecer boliviano, como fueron los Referéndums de consulta ciudadana, a partir de articular en varias ciudades y lugares de Argentina ‘votaciones simbólicas’, movilizaron a miles de compatriotas, además de alguna que otra movilización de apoyo al ‘proceso de cambio’.

En este contexto surge la demanda del voto en el exterior con gran fuerza luego de las movilizaciones de octubre en Buenos Aires. Si bien la demanda específica no era nueva en sí, luego del 2003 se convierte en el gran aglutinador de todos esos procesos de politización vividos en virtud a los acontecimientos de Bolivia. Es así que el año 2004 es la Federación de Asociaciones Civiles de Bolivianos residentes en la Argentina que entablan y le gana un juicio al estado boliviano para que puedan acceder al derecho de voto en el exterior. Este hecho, derivado de los sucesos de la ‘guerra del gas’ de octubre del 2003 y de sus repercusiones en el exterior (sobre todo en la Argentina), marcaron a nuestro entender el inicio o la irrupción del hecho migratorio en la agenda política nacional. Ya en el nuevo Estado Plurinacional se evidencia, por un lado, el deseo de incluir en “lo político” a los que hasta hace poco se les negaba este derecho; y, por el otro, la estrategia funcional de sumar más apoyo al gobierno por la vía electoral. En todo caso, la continuidad del proyecto del voto desde el exterior está ligado a los procesos de documentación.

La aprobación por el gobierno boliviano de una ley autorizando el voto en el exterior el año 2009 ilustra el cambio radical en la postura del Estado boliviano hacia su población en el exterior con la llegada al poder de Evo Morales. A pesar de los obstáculos contenidos en la ley para limitar el impacto del voto emigrante sobre los resultados de las elecciones presidenciales, la participación de más de 125.000 emigrantes en los comicios del 6 diciembre de dicho año marcó un explícito reconocimiento del papel que los emigrantes quieren seguir teniendo en Bolivia, a pesar de su ausencia en el territorio nacional. Este aspecto también se expresó en octubre del año 2014 en la segunda experiencia de votación en el exterior, donde más de 160 mil bolivianos/as emitieron su voto en 33 países (TSE). En este sentido, el voto en el exterior puede ser considerado como uno de los mayores éxitos de este nuevo periodo en lo concerniente al hecho migratorio internacional.

“El proceso de cambio en Bolivia es como que se abrió un camino hacia el interior de nosotros mismos” (ORLANDO, 2006).

[...] queremos apoyar el proceso de cambio de Evo Morales, estamos con él ... me hace sentir muy bien saber que estoy colaborando desde acá con mis paisanos, este presidente lo está mejorando, yo veo muchos cambios en Bolivia ... quiero volver a mi país ... [llanto]... (GREGORIA, 2006).

Lo que en cierta medida permite el surgimiento y desarrollo de nuevas formas de articulación de prácticas sociales y políticas en la colectividad boliviana en la Argentina es el denso tejido cultural que articula a la colectividad. Esta matriz cultural es el núcleo estructurante de las prácticas sociales en el exterior, pero también de los cambios y nuevos sentidos que se viven en función de las transformaciones en la sociedad de origen, es decir, en Bolivia.

Durante este intenso periodo que va del 2003 al 2009 van surgiendo nuevas organizaciones, sobre todo, de jóvenes migrantes cuya mirada y accionar rebasa lo estrictamente cultural folclórico y empiezan a debatir y activar posiciones políticas sobre identidades y pertenencias étnicas, el acontecer en Bolivia, pero también, y cada vez con mayor intensidad, su situación como migrantes en los lugares en los cuales viven y trabajan. El trabajo cada vez empieza a ser también un gran elemento de discusión al interior de estos grupos de migrantes que poco a poco van volcando sus miradas y esfuerzos organizativos hacia las condiciones y políticas locales en las cuales se desarrollan.

Surge (el grupo Bolivia Marka) ante los acontecimientos que se daban en Bolivia en los últimos años pero de manera específica durante el año 2007 a partir los referendos departamentales sobre las autonomías. En una primera instancia es el Centro de Residentes Bolivianos quien busca aglutinar esfuerzos y acciones en reacción a lo que acontecía en Bolivia. ... en dicha reunión asistió muy poca gente y pese ello hubo muchos desacuerdos (...) sin embargo, “ahí decidimos convocar a más gente, hacer marchas para que se sienta en Bolivia el apoyo de los de acá ... (ORLANDO, 2006).

Muchos de estos líderes migrantes jóvenes consideran que las organizaciones tradicionales de los bolivianos en Argentina y sus propios liderazgos se hallan agotados en su discurso y práctica exclusivamente culturalista y de sus pugnas internas altamente frecuentes; pero también reconocen la importancia de la experiencia que los líderes mayores han adquirido como base para orientar futuras iniciativas.

## La construcción del sujeto político migrante

### Los talleres textiles

Variados estudios detallan cómo los migrantes bolivianos asentados en Buenos Aires desarrollaron diversas estrategias, tanto para adquirir un trabajo, una vivienda y documentación, como para reunirse y construir en el nuevo contexto urbano lugares y prácticas de identificación, ya que en Buenos Aires hay múltiples ámbitos de producción y reconstrucción de identidades vinculados a la ‘colectividad boliviana’<sup>3</sup>. Es un tejido social diverso y disperso por distintas zonas de la ciudad que incluye bailantas, restaurantes, fiestas familiares y barriales, ligas de fútbol, programas de radio, asociaciones civiles, publicaciones, ferias y comercios de diferentes tipos, dando cuenta de múltiples espacios vinculados con la bolivianidad.

En el sector de la confección textil, nicho laboral migrante por excelencia, existe una tendencia global hacia la reorganización de la producción a través de diversas formas de subcontratación para que ésta sea cada vez más flexibilizada y descentralizada en gran medida a partir de la contratación de mujeres talleristas.

<sup>3</sup> Roberto Benencia (1997, 2004, 2005, 2007, 2008), Roberto Benencia y Gabriela Karasik (1995), Alejandro Grimson (1999), Alejandro Grimson e Paz Soldán (2000), Martha Giorgis (2004), Susana Sassone *et al.* (2004), Sergio Caggiano (2001, 2005a, 2005b, 2008), Eduardo Domenech (2005), Eduardo Domenech e Magliano (2009), Natalia Gavazzo (2016, 2014).

Las grandes empresas contratan a proveedores, quienes, a su vez, distribuyen trabajo a subcontratistas, muchos de los cuales operan en la economía denominada informal. La fuerte competitividad que vive el sector forzó un modelo de negocio más rápido, más flexible y más barato haciendo que la mayor sobre explotación recaiga en los y las trabajadoras finales.

Este modelo impone y traslada la presión sobre los talleres textiles y los proveedores, generando diversas consecuencias negativas, las cuales afectan seriamente las condiciones de trabajo, donde la producción se basa en la utilización de mano de obra intensiva. Este modelo produce, por consiguiente, graves consecuencias para los y las trabajadoras, que se manifiestan en el exceso de horas de trabajo. Además, provoca fatiga y stress, genera lesiones y abuso de horas extras sin previo aviso o no remuneradas, no se respetan los salarios mínimos, falta cobertura social (no se cubren pensiones ni bajas) y garantías de seguridad e higiene mínimas, posee subcontrataciones incontroladas y trabajo eventual o sin contrato.

En estos lugares se emplea a trabajadores que, por lo general, son inmigrantes bolivianos y bolivianas. Estos talleres son conocidos por las malas condiciones de trabajo que en ellos se implementan. Son unidades de producción donde se trabaja en condiciones de alta explotación; las familias contratadas para desarrollar la actividad viven en el mismo lugar donde trabajan, por lo que las jornadas laborales pueden extenderse hasta más de 16 horas diarias. La subcontratación y tercerización de las fases productivas con menor valor agregado facilitan la existencia de condiciones laborales informales en busca de un menor costo por prenda. La confección está muy atomizada, proliferan las pequeñas y medianas empresas y hay mayor competitividad.

En un primer momento, lo que produce la migración en los jóvenes que llegan a Buenos Aires es una suerte de vacío alrededor de uno mismo, uno de los primeros impactos que la migración produce es lo restringido que se ven los lazos sociales, se reducen los amigos, la familia. Pero en ese momento, en esa vulnerabilidad y en el nuevo espacio del 'taller', se les presentan las nuevas condiciones de vida: "a partir de ahora se va a trabajar así, se va a dormir acá, a partir de ahora se come así". Todo eso se empieza a naturalizarse, porque es un proceso en todos los migrantes en ese momento de vulnerabilidad. El taller textil le soluciona tres cosas inmediatas al migrante: techo, comida y trabajo. Son esas tres cosas que un migrante necesita solucionar lo más rápido posible y el taller se lo soluciona en unas condiciones muy complicadas, es decir, en condiciones de explotación muy fuerte.

En todo caso el mundo en torno al taller textil ha generado lecturas y aproximaciones controversiales que se expresan cuando se habla a partir de nociones como la de “trabajo esclavo”, “en negro”, “marginal” e “informal”. Dichas interpretaciones tienden a soslayar la complejidad, los cambios e hibridaciones de los procesos, en los cuales intervienen y construyen de modo cotidiano los sectores migrantes involucrados, en procesos colectivos que por otra parte ya suman más de dos décadas de desarrollo en la actividad productiva laboral y económica local. Y es precisamente desde el ámbito de los talleres textiles de donde surge el Colectivo Simbiosis Cultural, como veremos ahora.

Juan Vásquez es un joven boliviano procedente del altiplano paceño que vive hace más de veinte años en Buenos Aires y, como él mismo relata, fueron sus padres le hicieron migrar a los nueve años durante la década de los años ochenta. El primer lugar donde llegó era un taller textil, a partir de eso se fueron dando los procesos de inserción en la escuela y en la secundaria, pero siempre teniendo bien en cuenta que una cosa era la casa que era al mismo tiempo el taller y otra cosa era lo que vivía fuera de la casa-taller. Juan reconoce, en su caso, el hecho de que insertarse en un colegio de Buenos Aires siendo niño le permitió mimetizarse para ser parte del grupo local. Sin embargo, aquellos los jóvenes que migran a más temprana edad, a partir de los 15 años, y que van directo a trabajar, tienen otra realidad que es la de armar un gueto entorno al taller: trabajar en el taller más de 12 horas diarias, escuchar lo que pasa en el taller, ir a los lugares donde están todos los que trabajan en talleres, etc. En todo caso, ahí se termina de armar un gueto que es muy fuerte y que además es lo que sostiene hoy por hoy el sistema de producción de la manufactura textil en Buenos Aires.

Por su parte, Delia Colque es otra joven boliviana nacida en la ciudad de El Alto que estando en la Universidad Mayor de San Andrés de La Paz, se vio obligada a migrar a Buenos Aires a principios del presente siglo a trabajar en el rubro textil. La decisión de emigrar se debió a situaciones económicas, pero sobre todo tratando de escapar de la violencia machista que reinaba en su familia, situación en la que se encuentran muchas familias. La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina ha sido históricamente parte de un proyecto migratorio familiar, y si bien en los últimos años aumentó el número de mujeres que arribaron solas. Todavía, la mayor parte de este flujo se desplaza hacia este país en contextos familiares. Se establece también, en el caso de las manufacturas textiles de Buenos Aires, si bien se emplean en igual porcentaje hombres y mujeres, pareciera que en los últimos años habría un leve aumento de las mujeres.

Juan y Delia son fundadores y miembros activos del Colectivo Simbiosis Cultural. El “Colectivo Simbiosis Cultural” es una agrupación de jóvenes - boli-

vianos en su gran mayoría - que hacia el año 2008 comienza a organizarse en el barrio de Flores, en la capital porteña y está conformada sobre todo por costureros que cuestionan las formas de trabajo dentro de los talleres textiles en los cuales laburan junto con miles de otros bolivianos. En su block de internet se puede leer respecto a ellos y ellas:

Somos un colectivo que tiene sus raíces - de una forma u otra - en Bolivia,  
pero la extendió en Argentina  
Somos ese híbrido de culturas,  
Somos los chuequistas, somos las overlockas  
Somos los retazos que se animaron a quedar fuera de ese maldito molde  
No somos lo que nos dicen, ni lo que piensan, no nos vamos a hacer cargo  
de sus prejuicios, porque tenemos los nuestros  
Somos un espacio en el que reconocemos a la bolivianidad  
La/nos pensamos, la/nos cuestionamos y buscamos formas de dialogarla/nos  
A principios de año 2008 comenzamos con esta locura, comenzamos a  
soñar de una forma distinta a la que solíamos hacerlo, lo comenzamos a  
hacer de manera colectiva<sup>4</sup>.

La temática del trabajo textil siempre fue una preocupación central del Colectivo, comenzaron a discutirlo y hablarlo en sus diversidades y complejidades que van desde la vivienda-taller, las articulaciones entre medios de producción y las cadenas productivas, la mano de obra migrante, el folclorismo, los medios de comunicación de la colectividad, diversidades sexuales, género y violencia, etc. En estas dinámicas un elemento fue fundamental, abandonar la mirada y la postura victimista. Un hecho marcó sus vidas y la de sus compas. El año 2006 un incendio en la calle Luis Viale de Buenos Aires acabó con un taller textil y con la vida de seis personas, cinco niños y adolescentes y una mujer embarazada. Todos eran bolivianos.

De acuerdo a Juan, es ahí donde empieza a generarse el colectivo denominado Simbiosis Cultural, precisamente después de ese incendio y después de la mediatización de conceptos como 'trabajo esclavo', 'migrantes ilegales', etc; con lo cual empiezan a trabajar y analizar,

[...] lo primero que nos salió fue contar, contar todas las situaciones que vivíamos los talleres textiles, romper un poco ese hito que estaba marcado

<sup>4</sup> Disponible en: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2017/3/jovenes-bolivianos-en-buenos-aires/>. Acceso en: 27 sept. 2021.

muy fuerte y en medio de ese contar que para nosotros fue muy importante, fue de la empezar a tomar la palabra, ahí empezamos a entender que en realidad la forma en que se había contado esta industria textil, de la forma en que se había mediatizado, estaba como muy fácil, muy sencilla y por lo tanto no visibilizaba un montón de cosas que hacen que ese sistema funcione. (JUAN, 2014-2017).

Este hecho es un gran avance, porque permite salir de la mirada centrada en el taller y sus formas de trabajo para comprender toda la cadena productiva en la cual se inserta y cómo es que recae todo el peso de la explotación en el trabajador textilero.

Nos juntamos en 2007 después del incendio del taller clandestino (ubicado en Luis Viale al 1200) ocurrido un año antes, donde seis personas murieron. Todos veníamos de trabajar en talleres textiles y no nos sentimos representados de la forma que se abordaba el tema de la precarización laboral. Por eso buscamos nuevas respuestas.

Cuando en 2015 se incendió otro taller clandestino, donde murieron dos niños, empezamos a contar las problemáticas que teníamos al trabajar en esa situación. La organización (Simbiosis Cultural) es nuestro faro para visibilizar la problemática tanto por lo coyuntural, como lo que nos pasa hace tiempo con la explotación laboral (Juan Vásquez).

El rubro textil fue y es un tema troncal en el colectivo, les atraviesa a todos, pero de distintas formas. Fue así que se empezó a tratarlo y ahí se hizo inevitable reconocer miles de parámetros con los cuales se tienen que enfrentar: la vivienda-taller, las articulaciones entre medios de producción y el folcklorismo, sus espacios de “contención”, sus formas de ver la política, el adormecimiento sin fin de las radios, etc. En la parte final de su manifiesto expresan:

En ese recorrido nos potencian las incipientes rebeldías en el que nos vemos reflejados; las luchas por la diversidad sexual, las ganas de ocupar las calles al grito de justicia.

Pero el primer gran paso fue salir de la mirada y la postura victimista.

A partir de allí se tuvieron algunas cosas más claras.

Pasamos horas hablando por radio, cosiendo libritos, editando...

Eso somos, interrogantes, dudas, broncas, luchas, todas juntas y revueltas.

Somos unxs jodidxs bolitas<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Disponible en: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2017/3/jovenes-bolivianos-en-buenos-aires/>. Acceso en: 27 sept. 2021.

El Colectivo Simbiosis Cultural es a nuestro juicio un ejemplo de nuevas formas organizativas de migrantes bolivianos que desde la auto-reflexión van construyendo nuevos espacios de resistencia y propuestas no sólo al habitar en un contexto diferente, sino sobre todo a repensarse desde el posicionamiento identitario laboral, social y político en el espacio que se habita. En todo caso, desde hace una década atrás en Argentina existe una construcción social y política de nuevos sujetos migrantes.

## **La emergencia de la dimensión de género**

La migración de mujeres bolivianas hacia Argentina ha sido históricamente parte de un proyecto migratorio familiar, y si bien en los últimos años aumentó el número de mujeres que arribaron solas, todavía la mayor parte de este flujo se desplaza hacia este país en contextos familiares, de ahí la importancia de la familia para analizar el rol de la mujer boliviana en este proceso, y la persistencia de relaciones de género desiguales en ámbitos familiares y sociales.

Si bien los procesos migratorios permiten a las mujeres bolivianas opciones de generación de recursos económicos de manera autónoma reposicionándolas desde un rol más activo en el seno de sus familias, también parece ser que su inserción laboral tiende a ser provisional, lo cual incide en cierta medida en sus retornos a la comunidad.

En el relato de Delia Colque, migrante de la ciudad de El Alto y una de las fundadoras del Colectivo Simbiosis Cultural, se verbaliza y devela la dimensión de la violencia de género como elemento estructural de las migraciones de mujeres paceñas hoy en día:

[...] Vine a trabajar, pero también escapando de una situación bastante compleja que vivíamos en nuestro seno familiar, escapando de la violencia machista en la cual estábamos viviendo sobre todo por parte de mi papa hacia nuestra familia hacia mi mama ... pero sobre todo a nosotras dos hacia mi mama y yo que éramos las mujeres [...]

En la cuestión de cómo nosotros las mujeres migrantes nos vamos organizando, lo que vemos es que muchas mujeres migrantes nos organizamos y nucleamos en diferentes organizaciones sociales, políticas, feministas, de derechos humanos, pero como que todavía falta esto de la organización propia de mujeres migrantes ... pero lo importante es que de alguna manera nosotras nos vamos nucleando a los espacios que tenemos más cercanos y el empezar a pelear por nuestros derechos (DELIA, 2014-2017).



El tema de la violencia de género como una constante invisibilizada en las dinámicas migratorias es otro eje central de la articulación de Simbiosis Cultural, sobre todo a partir de los casos emblemáticos de Marcelina Meneses<sup>6</sup> en 2001 y Reina Maraz<sup>7</sup> en 2010. En estos dos casos hallamos muy claramente esbozados las dimensiones de la tremenda violencia estructural que se ejerce a nivel del sistema sobre el cuerpo de las mujeres migrantes. Cada una de estas historias desde sus especificidades pone a luz cómo la mujer migrante está expuesta a una serie de vulneraciones y violencias en el ámbito familiar, así como en diversas esferas de lo sociales e institucional; pero a la vez cómo de estas situaciones extremas devienen capacidades solidarias, organizativas y reivindicativas fuertemente politizadas y movilizadoras.

Retomando las palabras y sentimientos de Delia Colque del Colectivo Simbiosis Cultural e integrante de 'Ni una migrante menos', en la Argentina está naturalizada la violencia hacia la mujer y también a los hijos, en los feminicidios que se generan en Argentina se encuentran también mujeres bolivianas asesinadas por sus parejas, la mayoría no se anima a hacer la denuncia. La policía, así como la justicia terminan recibiendo los casos y como hemos visto violentando aún más la condición de mujeres.

De esta manera y en los últimos tiempos de forma casi paralela las reivindicaciones laborales en torno a las condiciones en los talleres textiles y las reivindicaciones sobre violencia de género se fueron articulando en el accionar del Colectivo Simbiosis Cultural. Ambos aspectos se vieron fuertemente potenciados con la llegada al gobierno de Mauricio Macri el año 2015, cuya gestión se caracteriza entre otros elementos por el intento de criminalizar y sancionar

<sup>6</sup> El 10 de Enero del 2001, Marcelina Meneses y su hijo Joshua de diez meses viajaban en el tren rumbo al hospital y en el viaje fueron agredidos por su nacionalidad mediante insultos xenófobos y terminaron muertos al costado de las vías luego de ser arrojados del tren en movimiento. Las circunstancias de sus muertes tienen connotaciones racistas y xenófobas. El caso fue publicado mediáticamente a nivel nacional e internacional, para denunciar el caso se realizaron marchas durante un año todos los días 10 de cada mes. La causa, años después, se ha cerrado por falta de testigos y solo se presentó un único testigo, que fue descalificado por la fiscalía del departamento Judicial de Lomas de Zamora UFI N° 1, provincia de Buenos Aires.

<sup>7</sup> La historia de Reina Maraz, mujer migrante de una comunidad quechua en Chuquisaca (que al igual que muchas mujeres de comunidades rurales en Bolivia fue criada hablando sólo el idioma materno) casada y madre a los 17 años en un matrimonio violento. Llega obligada por el marido con sus dos niños el año 2009 a Argentina. Reina Maraz declaró que su marido solía golpearla estando borracho cuando vivían juntos en Bolivia. Una vez que estuvieron en la Argentina, los abusos continuaron donde la familia del marido apañó las acciones de éste además de quedarse con sus documentos. El 16 de noviembre de 2010, la mujer, embarazada de su tercer hijo, denunció en una comisaría de Florencia Varela la desaparición de su marido. A los cuatro días el cuerpo sin vida de Santos apareció y ella fue detenida y acusada del asesinato del marido. Pese a hablar solamente quechua y no comprender español, Reina Maraz fue retenida y sentenciada a cadena perpetua. Finalmente, el 30 de diciembre de 2016 fue absuelta por la Cámara de Casación Penal, que consideró que la mujer no había accedido a su legítima defensa. El caso de Reina Maraz es un caso emblemático de las formas en que la cultura dominante y el sistema judicial tratan a las mujeres, especialmente a las mujeres indígenas.

a los migrantes mediante políticas públicas (DNU 70/2017). Por otro lado, también negando acceso a derechos a las mujeres en la temática del aborto y que desde las mujeres migrantes se vieron también interpeladas hasta constituir un bloque denominado “Ni una migrante menos” conformado por jóvenes mujeres migrantes, que deciden visibilizar las problemáticas ligadas a la migración y al ser mujer. Elementos que quedan claramente expresados en su declaración y en la opinión de sus integrantes, como Delia (2014-2017):

[...] fue a partir de la convocatoria que empezamos a tener para lo del DNU, aunque ya en otras ocasiones nos habíamos ido juntando con alguna de estas compañeras que son parte del bloque, sobre todo en los encuentros nacionales de mujeres que se hace todos los años allá, en Argentina; para eso, para las diferentes movidas de mujeres [...] nos íbamos articulando pero aún muy dispersas.

Yo creo que ahora, una vez que salió la Convocatoria para lo del paro migrante [...] nosotras tratamos de organizarnos con un mes y medio de anticipación. Es ahí donde nosotras tomamos como principales espacios de ir e intervenir; ahí nos vamos juntando con algunas compañeras más, como que recién estamos arrancando con la movida, luego tomamos la decisión de como mujeres migrantes ser parte de la organización ‘Ni una Menos’.

En la declaración se posesionan como mujeres migrantes, provenientes de diferentes países de la región, que viven y sufren los efectos del patriarcado más allá de las fronteras nacionales. Por esa situación, afirman y asumen la lucha feminista que trasciende las fronteras. Denuncian en primera instancia al DNU por vulnerar sus derechos y puntualizan los efectos nocivos del capitalismo xenófobo, misógino y patriarcal que explota al ser humano y al trabajador en particular.

Como mujeres, migrantes y trabajadoras, denuncian una triple opresión que les pide ejercer con plenitud sus derechos y, entre éstos, a gozar de la igualdad jurídica tomando como referente el caso de Reina Maraz. Nuevamente vemos en esta referencia la influencia, al interior de los movimientos femeninos, de las migrantes bolivianas en el nacimiento y constitución del bloque “Ni una Migrante Menos”.

## El ‘Bloque de Trabajadorxs Migrantes’

En enero de año 2017, a inicios del gobierno de Mauricio Macri, se lanza el Decreto de Necesidad y Urgencia 70/2017 que fue presentado como una medida de seguridad y habilita la expulsión de personas migrantes, incluso por faltas migratorias y delitos leves. En ese sentido, asocia la migración con la delincuencia sobre un diagnóstico basado en datos parciales y descontextualizados. El cambio de paradigma apunta a la detención y la expulsión en remplazo de la regularización. Esta medida fue en gran medida el detonante para la constitución de una nueva organización migrante con características muy novedosas denominada “Bloque de Trabajadores Migrantes”. El BTM se organiza a principios del año 2017 como una unión de diversos colectivos de jóvenes migrantes en torno a un hecho cohesionador: denunciar los peligros del DNU y concientizar sobre los efectos en términos de xenofobia. De acuerdo a lo que se puede leer en la página digital del BTM<sup>8</sup> se sostiene que:

Somos una organización conformada por distintos colectivos migrantes que nos organizamos para reivindicar nuestros derechos como sujetxs polítixs y culturales que hacemos parte activa de la sociedad argentina hoy y siempre!

¡MIGRAR ES UN DERECHO!

En marzo del 2017, nos agrupamos para hacer el primer Paro Migrante en Argentina. Posteriormente nos conformamos como Bloque de Trabajadoras y Trabajadores Migrantes (BTM), en respuesta a la embestida del gobierno macrista contra el derecho a migrar. Reivindicamos el ser parte del motor de la identidad cultural y política de todos los países. Lxs migrantes históricamente hemos representado una fuerza política y productiva fundamental y somos parte de la lucha con la cual se han logrado grandes conquistas en materia de derechos económicos, sociales, culturales, civiles y políticos.

El BTM pretende defender y luchar por los derechos que como migrantes y trabajadores/as hemos conquistado. Diferentes gobiernos de turno nos han utilizado como chivo expiatorio para ocultar sus responsabilidades en las sucesivas crisis económicas y políticas que desatan sobre los hombros del pueblo

<sup>8</sup> Disponible en: <https://www.facebook.com/bloquedetrabajadorxsmigrantes1/>. Acceso en: 6 oct. 2021.

trabajador. Creemos que los/las migrantes en Argentina debemos coordinar una resistencia conjunta frente a la ofensiva de los gobiernos.

De acuerdo a Natalia Gavazzo, el Bloque de *Trabajadorxs Migrantes* está conformada por:

Organizaciones lideradas por jóvenes migrantes o hijos de inmigrantes latinoamericanos buscaron generar un espacio de confluencia en torno a una propuesta novedosa: realizar el primer Paro Migrante. A partir de una conflictiva relación con las asociaciones de migrantes más tradicionales [...] se unieron para visibilizar los riesgos del DNU, y elaborar un discurso propio respecto de sus derechos a migrar y vivir dignamente en Argentina. Bajo las banderas “trabajadorxs migrantes presentes”, “ni una migrante menos” o “derogación del decreto xenófobo”, hasta consignas relativas a la dictadura y la democracia en los países de origen, y los derechos humanos, estos jóvenes bolivianos, colombianos, mexicanos, peruanos, paraguayos, brasileños, chilenos y salvadoreños, entre otros, marcharon en 2017 junto a diversos sectores sociales de la política argentina (GAVAZZO, 2018, p.136).

Más de 30 agrupaciones de inmigrantes, comunidades de varias naciones y trabajadores extranjeros que residen en Argentina convocaron y por primera vez, un Paro de Migrantes para denunciar al DNU, pero también visibilizar los aportes que realizan los migrantes en el país a nivel económico, social y cultural. El objetivo del Paro era pedir la derogación del Decreto 70/2017, que limita las garantías constitucionales de los residentes extranjeros. Las comunidades de Paraguay, Senegal, España, Brasil, Cuba, Colombia, Perú, Armenia, Uruguay y Bolivia prepararon durante dos meses el Paro, a partir de reuniones entre agrupaciones de extranjeros y trabajadores independientes, para hacer frente a la xenofobia que crecía en la Argentina. El país donde si bien la discriminación, precarización laboral y exclusión existieron desde hace años, pero que en el gobierno de Mauricio Macri se potenciaron ya sea a nivel discursivo como con medidas concretas y represión callejera (sobre todo hacia la comunidad senegalesa que se caracteriza por la venta callejera).

La fecha del primer Paro Migrante (30 de marzo) fue elegida en conmemoración del incendio del 30 de marzo de 2006, ocurrido en un taller clandestino de Caballito. En este hecho podemos notar la fuerte influencia de jóvenes bolivianos en los momentos fundacionales del Bloque. Juan Vásquez, en referencia al “Paro Migrante” señalaba que

[...] con las organizaciones de distintos países planificamos que el 30 de marzo se realice un paro de migrantes con una concentración en el Congreso Nacional a partir de las 4 de la tarde, para que podamos visibilizar el contexto de crisis en el cual estamos viviendo. Uno de los principales temas que nos preocupa fue la inauguración de un centro de detención para migrantes y la precarización de nuestros derechos [...] Nosotros planteamos que los decretos que está llevando a cabo este Gobierno aceleran el proceso de deportación, implicando la precarización de los derechos de los inmigrantes. Este Paro nos posiciona de otra manera. Creemos que somos un gran aporte a la economía de este país (JUAN, 2014-2017).

En el año 2018, el Bloque de Trabajadores Migrantes convocó a un segundo Paro Migrante para el 4 de septiembre nuevamente en demanda de la anulación del DNU y al cese de persecución y violencia contra migrantes, sobre todo a los migrantes senegaleses que en los últimos tiempos fueron los más perseguidos y reprimidos por la policía, en virtud a su actividad laboral en las vías públicas (venta ambulante) pero también por el color de su piel en clara muestra de prácticas institucionalizadas de racismo y discriminación.

Es importante señalar que desde la constitución del BTM su interrelación con diversos actores de la política local y nacional en varios ámbitos de la coyuntura argentina es muy estrecha. Es más aún en la situación de emergencia sanitaria, producto de la pandemia que a nivel internacional atravesamos, ya que desde la solidaridad se está actuando en campañas y acciones de apoyo a migrantes más vulnerables.

## Los nuevos rostros

Ya para finalizar y caracterizar más puntualmente a estos nuevos “sujetos políticos migrantes” que emergen en el presente siglo, debemos señalar los rasgos centrales del mismo. En primer lugar, destacar la ruptura que significa salir del gueto nacionalista. Es decir que el ámbito de acción e interrelacionamiento les ha generado una capacidad de articulación con otros colectivos, organizaciones, sindicatos o movimientos de migrantes, pero también y sobre todo de organizaciones locales. Esta capacidad de articulación queda expresada en la noción de autodenominarse: *Bloque de Trabajadorxs Migrantes*. Resulta un hito que el *ethos* organizativo ya no resida en la dimensión nacionalista de estos nuevos colectivos. Nos hallamos ante un viraje de lo nacional a lo laboral como nuevo eje articulador de las reivindicaciones. En otros términos, estamos ante el surgimiento de

una “identidad trabajadora migrante” que se va forjando al calor de las protestas contra el endurecimiento de las políticas migratorias en la Argentina.

Es importante destacar que en muchos de estos espacios de articulación existe un rescate de la noción de ‘comunidad’ emanada del mundo andino, pero que presenta también sus propias particularidades de la dimensión transnacional y las articulaciones que ello supone, haciendo de estas comunidades espacios muy particulares. En segundo lugar, y mostrando un giro discursivo caracterizado tradicionalmente por la imagen victimista del migrante, hoy en día, hay una valoración del migrante como actor económico. Es un cambio discursivo fundamental en estas nuevas organizaciones, ya que frente a la victimización en la lucha contra la xenofobia o la discriminación se plantea visibilizar los aportes económico de la presencia migrante. En tal sentido, existe un reconocimiento en tanto sujeto de derechos, pero también como actor económico. Hoy en día tanto la horticultura como en la manufactura se hallan en manos bolivianas, si no hubiera horticultores bolivianos no se podría comer verdura barata en Argentina y lo mismo se podría afirmar de la ropa. Así de importante en términos económicos es la presencia de la mano de obra boliviana. En todo caso es claro que en Buenos Aires existe una nueva clase media boliviana ligada a estos dos rubros productivos que en cierta medida han posibilitado procesos de ascenso social de los migrantes bolivianos. Esta ruptura supone también desmitificar esa imagen que exclusivamente vincula al boliviano con el trabajador humilde racialmente muy identificable, sumiso, que no reclama y está siempre predispuerto para trabajar o, paralelamente con la fiesta y el baile folclórico que caracteriza esa ya tradicional presencia de los nacionales en Argentina. Por otro lado, directamente vinculados a los hechos analizados tanto de explotación laboral como de violencia de género fueron surgiendo una serie de organizaciones de diversas características y duración en el tiempo, pero que expresan nuevas formas de organización y actuación en lo político. Sin embargo, la creación desde el seno del Colectivo Simbiosis Cultural de la Cooperativa Juana Vilca (nombre en honor a la mujer embarazada muerta en el incendio de Luis Viale) es el mayor ejemplo de esta nueva situación. Vale decir, nuevas formas organizativas de jóvenes migrantes, pero que a la vez generan también organizaciones económico-productivas como búsqueda de respuestas a su situación de explotación laboral estructural a la cual están sometidos por las formas contemporáneas de organización productiva, en la cual la manufactura textil se halla inmersa. En todo caso, siendo los espacios productivos (talleres textiles) a su vez espacios organizativos y reivindicativos de orden político es claro que toda la reflexión sobre su situación, tenga también un correlato en la práctica productiva. Otra

característica de estos espacios novedosos de organizaciones migrantes es que involucra mayormente a jóvenes (mujeres y hombres). Esta es un rasgo central de estos nuevos rostros de la bolivianidad en Argentina. Son dinámicas y procesos que devienen de acciones y emprendimientos realizados básicamente por grupos de jóvenes y sus organizaciones que también representan innovaciones respecto a las clásicas organizaciones de residentes bolivianos. Se trata básicamente de colectivos de jóvenes cuyo funcionamiento y horizontalidad en su composición y accionar le confieren novedosas características. Es importante subrayar que el nivel de instrucción de estos jóvenes es mayor respecto a migrantes de anteriores décadas. Como mencionábamos al inicio de este último capítulo la temática de las segundas generaciones (hasta terceras), es decir, los hijos de migrantes y sus procesos y contextos de socialización/organización/reproducción y sobre todo politización, son elementos claves en estas reconfiguraciones que se vienen dando. Resulta central destacar que los espacios de información, relacionamiento y vinculación del conjunto de estos jóvenes ocurre básicamente a nivel de redes sociales e internet.

Pero quizá la mayor potencialidad y fuerza de estas nuevas emergencias sociales ligadas a la migración proviene de lo femenino como sustancia del “sujeto/actor migrante”. La violencia de género en los espacios familiares como factor estructural de la migración de mujeres, la violencia de género en los espacios productivos de los talleres de costura que sumado a procesos de feminización de las migraciones, mayor segregación y explotación económica y laboral para las mismas, dio lugar a una emergencia significativa de ‘lo femenino’ como una de las principales potencias actuales del movimiento migrante en Buenos Aires, ya sea denunciando la reproducción de la violencia y las desigualdades de género en los espacios migratorios como también movilizándose y denunciando las políticas públicas atentatorias de los derechos de los y las migrantes.

## BIBLIOGRAFÍA

BENENCIA, R. Migrantes bolivianos en la periferia de ciudades argentinas: Procesos y mecanismos tendientes a la conformación de territorios productivos y mercados de trabajo. *In: NOVICK, S. (comp.). Las migraciones en América Latina: políticas, culturas y estrategias.* Buenos Aires: Catálogos, 2008. p. 13-30.

BENENCIA, R. Información y redes sociales en la conformación de mercados de trabajo: La migración en la horticultura periurbana de la Argentina. *In: CONGRESO*

LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA DEL TRABAJO, 5., Montevideo, Uruguay. **Anales** [...], Montevideo, Uruguay, abr. 2007. p. 24-31.

BENENCIA, R. Migración limítrofe y mercado de trabajo rural en la Argentina: estrategias de familias bolivianas en la conformación de comunidades transnacionales. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, año 10, n.17, 2005.

BENENCIA, R. Familias bolivianas en la producción hortícola de la Provincia de Buenos Aires: Proceso de diseminación en un territorio transnacional. *In*: HINOJOSA, A. (comp.). **Migraciones transnacionales: Visiones de Norte y Sudamérica**. La Paz: Plural/CEPLAG-UMSS, 2004. p. 201-230.

BENENCIA, R. De peones a patronos quinteros. Movilidad social de familias bolivianas en la periferia bonaerense. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, año 12, n. 35, 1997.

BENENCIA, R.; KARASIK, G. **Inmigración limítrofe: Los bolivianos en Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial CEAL, 1995.

CAGGIANO, S. Cuerpos y escenarios de la migración: Clase, raza y género en las imágenes visuales de bolivianos/as en la prensa. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL MIGRANTES REGIONALES EN LAS AMÉRICAS, 2008, Buenos Aires. **Anales** [...], Buenos Aires: Instituto de Desarrollo Económico y Social, 2008.

CAGGIANO, S. Lo nacional y lo cultural: Centro de estudiantes y residentes bolivianos: representación, identidad y hegemonía. *In*: DOMENECH, E. (comp.). **Migraciones contemporáneas y diversidad cultural en la Argentina**. Córdoba: Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 2005a. p.155-186.

CAGGIANO, S. **Lo que no entra en el crisol: Inmigración boliviana, comunicación intercultural y procesos identitarios**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005b.

CAGGIANO, S. ¿Bolivianos? En dos ciudades ¿argentinas?: Identidades sociales en procesos migratorios contemporáneos”. *In*: CLACSO. **Informe Final del concurso: culturas e identidades en América Latina y El Caribe**. Buenos Aires: Programa Regional de Becas, 2001.

DELIA. Colectivo Simbiosis Cultural. Entrevistador: Alfonso Hinojosa. La Paz, Buenos Aires, 2014-2017. Entrevistas realizadas en varios momentos.

DOMENECH, E. (comp.). **Migraciones contemporáneas y diversidad cultural en la Argentina**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Córdoba, Centro de Estudios Avanzados, 2005.



DOMENECH, E.; MAGLIANO, M. J. Género, política y migración en la agenda global. Transformaciones recientes en la región Sudamericana. **Migración y Desarrollo**, Zacatecas, n.12, 2009.

GVAZZO N. Jóvenes migrantes e hijos de inmigrantes latinoamericanos en Buenos Aires: una generación en movimiento, **Confluente**, Bologna, v.10, n.1, p. 131-165, 2018.

GVAZZO, N. El valor de la cultura en la acción política: Fenómenos migratorios y producción artística. **Revista Encrucijadas**, Buenos Aires, n.57, 2016.

GVAZZO, N. **Hijos de bolivianos y paraguayos en el área metropolitana de Buenos Aires**: Identificaciones y participación entre la discriminación y el reconocimiento. 2014. 290f. Tesis (Doctorado en Antropología) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

GVAZZO, N. Para todos los hombres del mundo: diversidad cultural y nación en algunos discursos públicos sobre la inmigración en Argentina. *In*: VIANA GARCES, A. (coord.). **Repensar la Pluralidad**. Madrid: Fundación Universidad Carlos II y Editorial Tirant Loblanch, 2009.

GIORGIS, M. La virgen prestamista: La fiesta de Urkupiña en el boliviano gran Córdoba. *In*: HINOJOSA, A. (comp.). **Migraciones transnacionales**: visiones de Norte y Sudamérica. La Paz: Plural/CEPLAG-UMSS, 2004. p. 141-166.

GREGORIA. Colectivo Bolivia Marka. Entrevistador: Alfonso Hinojosa. Córdoba, 30 de marzo 2006.

GRIMSON, A. **Relatos de la diferencia y la igualdad**: Los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

GRIMSON, A.; PAZ SOLDÁN, E. Migrantes bolivianos en la Argentina y los Estados Unidos. **Cuadernos de futuro**, La Paz, n.7, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA [INE]. **Censo Nacional de Población y Vivienda de 2012**. Base de datos. Disponible en: <https://nube.ine.gob.bo/index.php/s/bROAGTD7pFvBP1f/download>. Acceso en: 5 oct. 2021.

JUAN. Colectivo Simbiosis Cultural. Entrevistador: Alfonso Hinojosa. La Paz, Buenos Aires, 2014-2017. Entrevistas realizadas en varios momentos.

ORLANDO. Colectivo Bolivia Marka. Entrevistador: Alfonso Hinojosa. Córdoba, 24 de marzo 2006.

SASSONE, S. *et al.* Migrantes bolivianos y horticultura en el Valle Inferior del río Chubut. HINOJOSA, A. (comp.). **Migraciones transnacionales:** visiones de Norte y Sudamérica. La Paz: Plural/CEPLAG-UMSS, 2004. p. 231-269.

**Recibido em:** 06 de setembro de 2020

**Aprovado em:** 23 de novembro de 2020

# AS INTERFACES DA VULNERABILIDADE SOCIAL DE IMIGRANTES E REFUGIADOS FRENTE A COVID-19: CENÁRIO MATO-GROSSENSE

Kelly PELLIZARI<sup>1</sup>

Henrique Roriz Aarestrup ALVEZ<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo consiste em avaliar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a população imigrante e refugiada em Mato Grosso. A situação de vulnerabilidade social tem se agravado com o aumento das desigualdades sociais em meio a pandemia. Mato Grosso, onde a falácia de “estado agrícola rico” não se configura como uma realidade para todos, teve um aumento considerável de imigrantes na última década que, ao tentarem se inserir socialmente, deparam-se com os mais variados desafios. Os caminhos metodológicos se inscrevem na perspectiva qualitativa; utilizando o método bola de neve, coletou-se os dados de 30 imigrantes e refugiados que foram submetidos a uma análise de conteúdo com viés interpretativista – não limitando-se apenas aos enunciados. Os principais resultados apontam que a pandemia intensificou a situação de vulnerabilidade social de imigrantes e refugiados em Mato Grosso, e que a vulnerabilidade social apresenta diferentes interfaces, tais como: econômica, sanitária, jurídica, psicológica, entre outras não exploradas no estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** vulnerabilidade social; imigrantes/refugiados; Covid-19.

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte – MG – Brasil. Doutora no Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá – MT – Brasil. Professora adjunta. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5703-6165>. [kyp1\\_pl@hotmail.com](mailto:kyp1_pl@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Pós-Doutorado no Programa de Pós-graduação em Literatura de Línguas Portuguesa. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cárceres – MT – Brasil. Historiador e professor adjunto. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1118-4661>. [hralvess@hotmail.com](mailto:hralvess@hotmail.com)

## THE INTERFACES OF SOCIAL VULNERABILITY OF IMMIGRANTS AND REFUGEES IN FRONT OF COVID-19: MATO-GROSSENSE SCENARIO

**ABSTRACT:** *The objective of this study is to assess the impacts of the Covid-19 pandemic on the immigrant and refugee population in Mato Grosso. The situation of social vulnerability has been aggravated by the increase in social inequalities during the pandemic. Mato Grosso, where the fallacy of a “rich agricultural state” is not a reality for everyone, has seen a considerable increase in immigrants in the last decade, which, when trying to insert itself socially, faces the most varied challenges. The methodological paths are inscribed in the qualitative perspective; using the snowball method, data were collected from 30 immigrants and refugees, who underwent a content analysis with an interpretive bias – not limited to just the statements. The main results indicate that the pandemic intensified the situation of social vulnerability of immigrants and refugees in Mato Grosso, and that social vulnerability has different interfaces, such as: economic, health, legal, psychological, among others not explored in the study.*

**KEY-WORDS:** *social vulnerability; immigrants /refugees; Covid-19.*

### Introdução

O fenômeno da imigração acomete tanto aqueles que migram voluntariamente, ou seja, os imigrantes, como também aqueles que se veem por algum motivo obrigados a migrar, podendo ser chamados de refugiados. Ambos estão expostos a diferentes tipos de violação de direitos, a qual tem se agravado com a chegada da pandemia de Covid-19. O próprio fenômeno da migração já é, por si, algo bastante complexo. Além de elementos que influenciam nas relações e dinâmicas sociais, tais como como fluxos, origem, destino, decorrência, periodicidade, dentre outros, acrescenta-se a pandemia da Covid-19, cujos efeitos não deixaram de atingir a população imigrante<sup>3</sup> e refugiada do Brasil e de outros países e continentes.

A pandemia de Covid-19 anunciada pela Organização Mundial da Saúde – OMS – ainda no início de 2020 atingiu todos os continentes, e expôs ao mundo, em maior ou menor grau, as fragilidades de cada país atingido. O modo de enfrentamento da pandemia passa, então, a expor mazelas sociais muitas vezes

---

<sup>3</sup> Utilizar-se-á o termo imigrante neste artigo, uma vez que a pesquisa não se direcionou aos migrantes de modo geral e, sim, aos migrantes internacionais e refugiados.

mascaradas ou simplesmente ignoradas por governantes. No Brasil, ela escancara as desigualdades sociais, enquanto ceifa a vida de milhares de brasileiros.

Ao contrário do que postulou o governo brasileiro, a pandemia de Covid-19 extrapolou as fronteiras dos grandes centros urbanos e passou a se interiorizar no país, fenômeno que também aconteceu com a imigração, tendo em vista o Programa do Governo Federal, que tem incentivado imigrantes a trabalharem em regiões mais remotas. O que se vê, também, é a interiorização da Covid-19 nos locais mais longínquos do país, acometendo diferentes grupos sociais já em situação de vulnerabilidade, além dos imigrantes e refugiados que residem em Mato Grosso. Nesse sentido, o objetivo deste estudo visa avaliar os principais impactos da pandemia de Covid-19 sobre a população imigrante e refugiada no estado de Mato Grosso. Observando-se as diferentes faces da vulnerabilidade social atreladas à essa população, mostra-se oportuno chamar a atenção para o agravamento das desigualdades sociais e para o não desenvolvimento de políticas públicas capazes de possibilitar alternativas de emprego e renda para os indivíduos pertencentes a esses grupos sociais.

Mato Grosso, que não se configura como um estado altamente populoso, transmite uma imagem de “estado agrícola rico” que sugere à população em geral a ideia de que promoveria grandes oportunidades de trabalho e de enriquecimento, o que não se configura como uma realidade para todos, e sim como uma falácia. Porém, constata-se que houve um aumento considerável da população imigrante e refugiada na última década no estado. Ao tentar se inserir socialmente, esse grupo social se depara com as mais variadas dificuldades, intensificadas, hoje, com as questões da pandemia.

A dificuldade de conseguir trabalho já vinha sendo realidade de muitos imigrantes em Mato Grosso, sobretudo daqueles que residem na capital do estado. Entretanto, essa realidade também passou a fazer parte da vida dos que buscaram outras cidades interioranas para se inserirem no mercado de trabalho. A maioria desses imigrantes e refugiados trabalha na prestação de serviços e na informalidade, e não são absorvidos diretamente pela indústria do agronegócio. Com a falta de emprego, imigrantes e refugiados ficaram mais vulneráveis, e passaram a depender de auxílio para se manterem, seja de alguma instituição referência que os acolhe, seja da ajuda emergencial do governo federal, ou ainda da solidariedade da população em geral.

Dentro deste contexto, este estudo se justifica, uma vez que a situação de vulnerabilidade social dos imigrantes e refugiados em Mato Grosso mostra-se acentuada neste momento de pandemia. Os pedidos de ajuda para compra de itens básicos de sobrevivência têm aumentado, segundo informações da assis-

tência social de alguns municípios e entidades religiosas que acompanham essa população. Na medida em que eles perderam seus postos de trabalho, passaram a ter dificuldade para honrar compromissos financeiros essenciais, tais como aluguel, conta de água, de energia, dependendo, assim, da solidariedade alheia para sobreviver. A necessidade de ajudar as famílias que permanecem em seus países de origem é também algo que angustia muito esses imigrantes.

Sendo assim, este artigo se estrutura na apresentação desta seção introdutória, seguida de uma breve contextualização teórica sobre a situação de vulnerabilidade social de grupos de imigrantes e refugiados, a fim de proporcionar uma visão panorâmica da situação desses grupos no estado de Mato Grosso. Posteriormente, apresentar-se-á análise e discussão de dados coletados em campo, além de algumas reflexões finais.

## **Vulnerabilidade social intensificada na/pela pandemia**

A vulnerabilidade social se apresenta de várias formas diante de diferentes contextos sociais; com a pandemia do Covid-19, as interfaces da vulnerabilidade foram ganhando novos contornos, e os imigrantes e refugiados passaram a incorporar, com maior frequência, os já anteriormente populosos grupos marginalizados socialmente. A pandemia de Covid-19 trouxe à tona, mais uma vez, as desigualdades sociais e os rostos daqueles que estão à margem da sociedade brasileira por não terem condições, sobretudo financeiras, de se manterem ativos dentro da lógica capitalista de produção.

Em termos conceituais, a vulnerabilidade social diz respeito a carências sociais, econômicas, psicológicas ou físicas que colocam grupos ou indivíduos em maior risco, seja do bem-estar social ou da vida (TEIXEIRA, 2006). Inouye *et al.* (2010) comparam a vulnerabilidade social à uma síndrome multidimensional. Busso (2001) indica três fatores que definem a situação de vulnerabilidade social: i) a fragilidade ou desproteção frente às mudanças; ii) a debilidade interna para realizar mudanças necessárias a fim de aproveitar os recursos que estão ao seu alcance; iii) a insegurança que desmotiva ações com o objetivo de lograr melhores condições de vida.

Pode-se perceber que embora haja conceitos diversos, eles coadunam no sentido de que a vulnerabilidade social está relacionada à capacidade que indivíduos ou grupos tem de controlar as forças que afetam seu bem-estar social e as oportunidades que aparecem em meio a este espaço (INOUE *et al.*, 2010; SANTOS, 2015).

Dentre os diferentes sentidos que o uso do termo vulnerabilidade social abarca, o que mais se postula é a de situação de pobreza a que determinados indivíduos ou grupos estão expostos, apresentando-se em riscos pessoais, sociais ou ambientais (PRATI; COUTO; KOLLER, 2009). Estudos de outras áreas sondam essa vulnerabilidade social pela perspectiva da saúde (INOUYE *et al.*, 2010), da educação (SILVA, S.; RAPOPORT, 2013), da psicologia (GAMA; CAMPOS; FERRER, 2014), dentre outras.

A vulnerabilidade social, para além de categorias de camadas sociais, denuncia as injustiças e escancara as desigualdades de condições de acesso a produtos e serviços sociais. Essa situação se intensificou com a chegada da pandemia, agravando a situação de vulnerabilidade de pessoas que já estavam sujeitas a essas desigualdades, além de outras que estão sendo desprotegidas diante das mudanças postas pela atual crise sanitária e incapacidade de gestão pública eficiente (PORTO, 2020; PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020).

A questão da vulnerabilidade social em meio a pandemia ganha destaque, considerando o empobrecimento da população neste contexto, sobretudo aquelas já inseridas em situação de vulnerabilidade social (SILVA, I.; LUCENA FILHO, 2020; PORTO, 2020; MATHIS, 2020) e que agora ficam ainda mais suscetíveis a todo tipo de riscos.

Na reflexão de Porto (2020, p.01), “a crise atual faz parte de uma crise civilizatória mais ampla com múltiplas dimensões – social, econômica, democrática, ambiental e sanitária –, e que a saúde pública/coletiva precisará se reinventar numa perspectiva emancipatória” Mathis (2020), ao fazer uma leitura da vulnerabilidade social no estado do Pará, chama atenção para o aumento de pessoas vivendo na extrema pobreza durante a pandemia. Silva Lucena e Filho (2020) atentam para o fato de as pessoas em situação de vulnerabilidade social estarem mais expostas às consequências na saúde mental agora e no momento pós pandemia.

A situação de vulnerabilidade social coloca desafios para a população imigrante e refugiada em tempos da pandemia, sinaliza a *International Organization for Migrations* (IOM, 2020). Outras entidades da sociedade civil como a Conectas Direitos Humanos chamam a atenção para a crescente situação de vulnerabilidade social dos imigrantes neste período, enfatizando também a redução dos atendimentos de serviços em diferentes áreas, seja nos agendamentos para atendimento junto a polícia federal, na emissão de documentos, dentre outros serviços que estão suspensos por conta da pandemia (BRASIL, 2020). Estudos recentes sobre os reflexos da pandemia afirmam que a crise sanitária expôs a exploração da miséria e da precarização do trabalho que circundam a população

migrante e outras minorias sociais (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020; PORTO, 2020).

Mattos (2020) afirma que os refugiados são uma categoria de imigrantes que estão ainda mais vulneráveis pela própria situação migratória, e que o Estado não deve restringir qualquer acesso desta população sob pena de discriminação. Outro aspecto jurídico que tem exposto as fragilidades dos imigrantes e refugiados diz respeito a situação migratória que muitos indivíduos vivenciam, como a fragilidade dos que aguardam a possibilidade de agendamento (suspensas no momento) para se apresentarem a polícia federal, e os solicitantes de refúgio que esperam o reconhecimento apenas com o protocolo de solicitação em mãos, documento muitas vezes não aceito por instituições brasileiras, apesar de ser reconhecido pelos órgãos competentes.

Ainda dentro da perspectiva jurídica, Delfim (2020) atesta sobre as ameaças e retrocessos na legislação brasileira que resguardam direitos a imigrantes e refugiados, impostos pela Portaria Interministerial n. 340 de 30 de junho de 2020 (BRASIL, 2020b), que coloca restrições para a entrada de estrangeiros no país. Segundo Delfim, a portaria coloca restrições de entrada e discrimina refugiados e venezuelanos. Propõe a deportação sumária para aqueles que não se enquadram nos casos de permissão de entrada previstos pela portaria e veta a entrada de venezuelanos, mesmo que tenham o visto de permanência, o que viola a própria Lei de Migração - 13.445/2017 (BRASIL, 2017). A portaria ainda desconsidera dinâmicas mundiais que não cessaram por conta da pandemia, e prevê a “inabilitação do pedido de refúgio”, o que também fere os direitos dos refugiados já garantidos pela própria Lei de refúgio - Lei 9474/1997 ao negar o direito de solicitação do pedido de refúgio. A portaria também não faz menção àqueles que possuem visto humanitário (DELFIM, 2020).

A proposta deste artigo ocupa-se, então, em entender a situação de vulnerabilidade social como chave de leitura conceitual para que se consiga compreendê-la dentro do universo das migrações.

## **Imigrantes e refugiados em Mato Grosso**

As motivações para a migração são diversas e acompanham a humanidade desde seus primórdios, no entanto, o fenômeno da imigração contemporânea é motivado, significativamente, por razões econômicas (PATARRA; FERNANDES, 2011; PARISE, 2018). Essa motivação tem implicações diretas no mercado de trabalho em que se inserem imigrantes e refugiados. Eles procuram se inserir neste contexto, seja pelas vias do trabalho formal ou informal. Um



mercado de trabalho atraente, pode configurar-se um incentivo poderoso para os estrangeiros que migram em busca de melhores condições de vida, embora o Brasil não tenha tradição de possuir um mercado de trabalho aquecido (oferta de trabalho em alta), nos anos de 2012 até 2015 o país passou a chamar a atenção de muitos imigrantes por apresentar melhores oportunidades de emprego e aumento das vagas de trabalho, fomentadas em grande parte pela construção civil (PATARRA; FERNANDES, 2011; STEFANELLI; BASTOS, 2016).

Estudos que mapeiam a geopolítica das migrações como os de Baeninger (2016) já apresentava indícios da capilarização das migrações contemporâneas no Brasil. Uma das coordenadoras do estudo aponta que “a rota das migrações internacionais no Brasil passa pelas fronteiras, segue para as metrópoles, principalmente das regiões Sul e Sudeste do país, e se espalha para outros estados” (BAENINGER, 2018). Matos (2013) discute a importância dos imigrantes nos processos de desconcentração demográfica contemporânea, e pondera que os imigrantes figuram positivamente nos segmentos de mercado de trabalho de microrregiões mais afastadas dos grandes centros urbanos brasileiros (referindo-se a São Paulo e Rio de Janeiro), o que explicaria o crescimento da presença de imigrantes em estados como Mato Grosso, nos anos referenciados.

Tannock (2015) e Riaño e Piguet (2016) sinalizam que os imigrantes e refugiados se inserem nas novas demandas do mercado de trabalho contemporâneo, pois se faz evidente a necessidade de prospectar os impactos e efeitos que as migrações trazem às relações de trabalho, sobretudo em economias emergentes, como a brasileira. Os imigrantes internacionais passaram então a incorporar as agendas de discussões das empresas na medida em que essa mão de obra passa a ser uma alternativa para a cadeia produtiva, considerando-se a flexibilização das leis trabalhistas, a Reforma Trabalhista de 2017 e modernização das relações de trabalho, que passaram a pautar novas dinâmicas entre os atores sociais dessas interações (HOPKINS; DAWSON; VELIZIOTIS, 2016).

A imigração internacional também coloca questões para a dinâmica do sistema produtivo brasileiro atrelada à disposição espacial em que esse contingente vem se inserindo atualmente. Um estudo recente de Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2020) pontua que a chegada dos imigrantes internacionais altera a dinâmica de reprodução da força de trabalho, bem como para o modo de relação com o espaço urbano. Os processos de reestruturação urbana e produtiva empurram os menos qualificados para longe do centro metropolitano, mas também há um movimento que concentra nos novos centros produtivos a presença desta força de trabalho qualificada, demarcando os diferentes espaços de migração. Pode-se pensar, deste modo, o fato de regiões como Mato Grosso passarem a

incorporar o destino de alguns imigrantes e refugiados, além de estratégias governamentais de interiorização dessa população a fim de que sejam mais facilmente inseridos na sociedade.

Essas e outras dinâmicas pautavam as discussões no campo dos impactos sobre a economia e a relação do trabalho e sua interface com o fenômeno migratório no Brasil e no mundo; porém, com a chegada e rápida expansão da pandemia de coronavírus, o fenômeno da mobilidade humana fica ainda mais tencionado. O anúncio da pandemia de SARS-CoV-2 (Covid-19) proferido pela *World Health Organization* (WHO, 2020), ainda no início de 2020, fez colocar uma atenção ainda maior para os já conhecidos desafios da humanidade; sob essa perspectiva pode-se entender as diferentes preocupações e discussões levantadas por organismos como *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR, 2020) e também a *International Organization for Migrations* (IOM, 2020).

Estudos ainda genéricos acerca dos primeiros impactos da pandemia sobre a população imigrante e refugiada pontuam respostas que os países vêm destinando ou não para esses grupos sociais. Exemplos destes tipos de abordagens pautam a necessidade de amparo dessa população diante da pandemia de Covid-19, independentemente do *status* migratório (KLUGE *et al.*, 2020; ORCUTT *et al.*, 2020).

A respeito do contexto brasileiro da pandemia de Covid-19 relacionado aos imigrantes, um estudo recente apresenta, por meio de uma pesquisa fenomenológica, alguns dos impactos causados pela pandemia que tem afetado a população refugiada, considerando as respostas dadas pelo governo federal frente a pandemia. Os resultados apontam que os refugiados são afetados principalmente pelo fechamento das fronteiras e tem seus direitos violados no acesso à documentação, à saúde e à assistência social (MARTUCELLI, 2020).

A quantidade de imigrantes e refugiados que adentraram em território brasileiro nas últimas décadas tem se intensificado; no entanto, devido à pandemia de Covid-19 e com o fechamento de fronteiras, a entrada de novos imigrantes caiu drasticamente. Estimativas da Organização Internacional da Migrações computam que em 2019 havia mais de 270 milhões de migrantes internacionais no mundo (IOM, 2019). A agência da ONU para refugiados soma 79,5 milhões de pessoas forçadas a deslocar-se de seus locais de origem; este cenário produziu cerca de 26 milhões de refugiados (UNHCR, 2020). No Brasil, o número de imigrantes e refugiados não é significativamente expressivo, pois não chega a representar 1% por cento da população brasileira; cifras da (IOM, 2020) apontam que há cerca de 800 mil imigrantes em território nacional, o que representa

0,4% da população, com destaque para os dois fluxos mais presentes na última década, haitianos e venezuelanos.

Em relação aos refugiados, estimativas mais recentes do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, afirmam que há mais de 219 mil solicitantes de refúgio no Brasil, e cerca de 130 mil são de pedidos de refúgio de venezuelanos. Deste total, 43 mil pessoas já foram reconhecidas como refugiados (UNHCR, 2020). Segundo informações veiculadas pelo órgão, cerca de 80% dos 43 mil pedidos já reconhecidos de refúgio foram concedidos aos venezuelanos, havendo, nesse sentido, aproximadamente 260 mil deles que residem no Brasil (BRASIL, 2019).

Entre 2000 e 2015 Mato Grosso registrou a chegada de 5087 imigrantes internacionais, conforme dados do Atlas Temático de Observação das Migrações (BAENINGER *et al.*, 2018). Só em 2015 mais de 117 mil imigrantes entraram no país (BRASIL, 2018); porém, o estado de Mato Grosso não se mostrava como destino final de muitos desses imigrantes. A Polícia Federal tem registros ativos de mais de 12 mil estrangeiros vivendo atualmente em Mato Grosso (BRASIL, 2019). O estado registrou um aumento expressivo desta população na última década, sobretudo de haitianos, entre os anos de 2012 e 2015 e, mais recentemente, de venezuelanos, conforme estudo de Pellizari (2019).

Mato Grosso tem recebido como fluxo mais frequente os venezuelanos vindos ao estado motivados pelo Programa de Interiorização do Governo Federal; a Polícia Federal computa que vivem atualmente no estado mato-grossense mais de 1400 venezuelanos (BRASIL, 2019). A maioria destes imigrantes foram acolhidos em um primeiro momento no Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá - CPM-Cuiabá, e a entidade estima que até o momento há mais de 3000 venezuelanos vivendo em Mato Grosso. Atualmente o fluxo de imigrantes e refugiados no estado quase zerou por causa da pandemia e do fechamento de fronteiras terrestres (CPM-Cuiabá, 2020). Embora não se tenham dados sobre migrantes não documentados no estado, a coordenação da referida casa de acolhida não tem registrado entrada de novos imigrantes na instituição e tampouco recebido demandas destes recém-chegados entre os meses de abril e setembro de 2020; a organização atende a todos sem distinção.

A maioria dos imigrantes e refugiados que residem em Mato Grosso trabalha na prestação de serviços e na informalidade, não sendo absorvidos diretamente pela indústria do agronegócio, apesar da presença desses imigrantes ser maior nas cidades fomentadas por esta atividade econômica (PELLIZARI; ROQUE-FARIA, 2017). Com a falta de emprego intensificada pela pandemia,

imigrantes e refugiados ficaram mais vulneráveis, e passaram a depender de auxílio para se manter.

O Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá é uma instituição de referência na acolhida desta população no estado, e muitas vezes torna-se a única alternativa aos imigrantes e refugiados que chegam à capital. Para aqueles que se deslocaram a outras cidades do interior, a rede de contatos dos imigrantes é a fonte mais segura de auxílio, salvaguardada pela solidariedade da população em geral ou de algumas instituições religiosas que desenvolvem projetos junto a essa população em alguns municípios do interior do estado (PELLIZARI, 2019).

Estudos sobre imigrantes e refugiados que circundam o contexto mato-grossense abordam temáticas distintas, tais como: a saúde por Alves *et al.* (2019), Leão *et al.* (2018); gênero e violência contra a mulher imigrante por Topas, Neves e Nogueira (2013); imigração e redes sociais por Guimarães e Alonso (2017); a inserção laboral de imigrantes por Pellizari e Mazaro (2018); as relações de trabalho e os imigrantes e refugiados por Pellizari (2019); a interface entre saúde e trabalho dos imigrantes por Leão *et al.* (2017) são alguns dos muitos trabalhos já publicados; porém, estudos direcionados especificamente à pandemia de Covid-19 representam uma lacuna a ser explorada.

## **Caminhos metodológicos**

Esta pesquisa inscreve-se dentro de uma perspectiva qualitativa, uma vez que se prevê fazer uma análise diante do fenômeno que se observa. Com este enfoque é possível que se tenha um quadro mais amplo, uma visão holística, com detalhes de informações (MARIZ *et al.* 2005). Essa abordagem permite ao pesquisador não apenas inferir reflexões sobre o que observar, mas também tentar compreender tal fenômeno em seu contexto social e as interfaces que implicam na vida dos sujeitos. Haguette (2003, p.63) afirma que a pesquisa qualitativa “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais”

Os passos metodológicos compreendem a abordagem de pesquisa, o olhar que se dá à pesquisa, as técnicas empregadas para a coleta de dados e os mecanismos de análise e interpretação dos dados. A operacionalização deste trabalho foi construída com mecanismos propícios para uma pesquisa mais ampla que culminou em uma tese doutoral; assim, alguns dos participantes que compuseram este estudo foram re-abordados pela pesquisadora e auxiliaram na coleta de dados, bem como possibilitaram uma metodologia de alcance dos demais

imigrantes e refugiados, mesmo em meio ao contexto de pandemia, período em que um estudo empírico presencial não seria tido como muito apropriado.

Munindo-se de informações e com alguns contatos realizados anteriormente, foi possível acessar os 30 participantes desta pesquisa por meio da metodologia, denominada no Brasil, de bola de neve (GRAY *et al.*, 2007). Esta metodologia pode ser construída ao longo do processo de pesquisa, e consiste na indicação dos participantes por outros previamente acessados, no caso, os imigrantes e refugiados que participaram da pesquisa doutoral e que para este momento representaram as sementes da amostra, termo que se utiliza para indicar as entrevistas iniciais ou contatos iniciais (FAUGIER; SARGEANT, 1997).

A metodologia adotada mostrou-se oportuna por duas razões. Primeiro deve-se observar que, devido ao contexto de pandemia, não seria adequado transitar presencialmente em busca desses sujeitos; além disso, imigrantes e refugiados se mostram receosos ao falar de suas condições de vida. Neste sentido, a metodologia foi produtiva, uma vez que a pesquisadora foi previamente indicada/apresentada por alguém familiar ao entrevistado, ainda que via telefone. Salganik e Heckathorn (2004) afirmam que este método de coleta de dados é indicado quando não se conhece os participantes, quando delimitá-los é oneroso, ou ainda, quando se leva um tempo de que não se dispõe.

As entrevistas contemplaram ao todo 30 imigrantes e refugiados que vivem no estado de Mato Grosso em diferentes cidades. Para as 5 entrevistas sementes solicitou-se a indicação de três amigos (refugiado ou imigrante) que pudessem participar da pesquisa; o único critério residiria no fato de que eles deveriam viver em Mato Grosso. Houve três rodadas de indicações: a) na primeira foram validadas (aceitas pelos participantes) 06 entrevistas; b) na segunda foram validadas 08 entrevistas; c) na terceira rodada foram validadas mais 11 entrevistas, perfazendo um total de 30 entrevistados (5 sementes+ 06+08+11=30).

As entrevistas foram realizadas via telefone, individualmente, de modo objetivo e com base em um roteiro semiestruturado (GASKELL; BAUER, 2002). Buscou-se identificar, junto aos participantes, como estavam enfrentando a pandemia, suas principais dificuldades e situação laboral no momento da pesquisa. O levantamento de dados aconteceu no período de 15 de maio a 30 de junho de 2020. Houve a necessidade de se pontuar, antes de cada entrevista, que os dados serviriam apenas para uma pesquisa acadêmica, e que as informações repassadas não seriam fornecidas a ninguém mais, além de se mencionar que não era uma consulta de entidade governamental a fim de conceder ou não o auxílio emergencial. Esse receio dos imigrantes e refugiados também ajudou a compreender o motivo das desistências de alguns deles de participarem da

pesquisa. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas visando a reprodução fiel das narrativas, além de manter as diferenças linguísticas e elementos da oralidade (GASKELL; BAUER, 2002). O roteiro de pesquisa foi adequado após as entrevistas com as 5 sementes, de modo a torná-lo mais objetivo e com linguagem mais apropriada. Um breve perfil dos entrevistados pode ser ilustrado no quadro a seguir:

**Quadro 01** – Breve perfil dos imigrantes e refugiados entrevistados em Mato Grosso

| <b>Código</b> | <b>Idade</b> | <b>Sexo</b> | <b>Nacionalidade</b> | <b>Vive com Filhos/Quantos</b> | <b>Situação laboral/Formal ou Informal</b> | <b>Precisou de ajuda na pandemia</b> | <b>Local de residência</b> |
|---------------|--------------|-------------|----------------------|--------------------------------|--|--------------------------------------|----------------------------|
| IM001         | 28           | M           | Haitiano             | Sim/01                         | Empregado/formal                           | Não                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM002         | 30           | F           | Venezuelana          | Sim/02                         | Desempregada                               | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM003         | 38           | M           | Angolano             | Não                            | Empregado/ formal                          | Não                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM004         | 22           | F           | Venezuelana          | Sim /02                        | Desempregada                               | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM005         | 50           | M           | Congolês             | Não                            | Desempregado                               | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM006         | 45           | F           | Cubana               | Sim/01                         | Empreendedora/informal                     | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM007         | 31           | M           | Senegalês            | Não                            | Empreendedor/informal                      | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM008         | 29           | M           | Venezuelano          | Sim/04                         | Empregado/ informal                        | Sim                                  | Várzea Grande-MT           |
| IM009         | 30           | M           | Haitiano             | Não                            | Desempregado                               | Sim                                  | Várzea Grande-MT           |
| IM010         | 37           | M           | Haitiano             | Sim/03                         | Desempregado                               | Sim                                  | Várzea Grande-MT           |
| IM011         | 26           | F           | Venezuelana          | Sim/02                         | Empregado/informal                         | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM012         | 23           | M           | Haitiano             | Não                            | Desempregado                               | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM013         | 38           | M           | Venezuelano          | Sim/02                         | Empregado/informal                         | Sim                                  | Cuiabá-MT                  |
| IM014         | 34           | F           | Haitiana             | Sim/01                         | Empreendedor/informal                      | Sim                                  | Sinop- MT                  |
| IM015         | 26           | F           | Haitiana             | Não                            | Desempregada                               | Sim                                  | Sinop-MT                   |
| IM016         | 30           | M           | Venezuelano          | Sim/02                         | Empregado/informal                         | Não                                  | Sinop-MT                   |
| IM017         | 43           | M           | Venezuelano          | Não                            | Empregado/informal                         | Não                                  | Sinop-MT                   |
| IM018         | 37           | M           | Haitiano             | Sim /01                        | Empregado/formal                           | Não                                  | Sinop-MT                   |
| IM019         | 30           | F           | Venezuelana          | Não                            | Desempregada                               | Sim                                  | Rondonópolis-MT            |
| IM020         | 28           | M           | Boliviano            | Sim/02                         | Empregado/informal                         | Sim                                  | Rondonópolis-MT            |
| IM021         | 23           | F           | Haitiana             | Não                            | Desempregada                               | Sim                                  | Rondonópolis-MT            |
| IM022         | 21           | F           | Venezuelana          | Não                            | Empregado/informal                         | Não                                  | Lucas do Rio Verde-MT      |
| IM023         | 33           | M           | Haitiano             | Não                            | Desempregado                               | Sim                                  | Lucas do Rio Verde-MT      |

| Código | Idade | Sexo | Nacionalidade | Vive com Filhos/ Quantos | Situação laboral/ Formal ou Informal | Precisou de ajuda na pandemia | Local de residência   |
|--------|-------|------|---------------|--------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| IM024  | 40    | F    | Haitiana      | Sim/03                   | Desempregada                         | Sim                           | Lucas do Rio Verde-MT |
| IM025  | 22    | M    | Haitiano      | Não                      | Empregado/formal                     | Não                           | Chapada Guimarães-MT  |
| IM026  | 30    | M    | Boliviano     | Não                      | Empregado/formal                     | Não                           | Nova Mutum-MT         |
| IM027  | 40    | M    | Venezuelano   | Sim /01                  | Desempregado                         | Sim                           | Alta Floresta-MT      |
| IM028  | 43    | M    | Haitiano      | Sim/01                   | Empreendedor/informal                | Não                           | Sorriso-MT            |
| IM029  | 18    | M    | Venezuelano   | Não                      | Desempregado                         | Sim                           | Sorriso-MT            |
| IM030  | 28    | F    | Venezuelana   | Sim/01                   | Empregada/informal                   | Sim                           | Sorriso-MT            |

**Fonte:** Elaborado com dados da pesquisa.

Ainda referindo-se aos passos metodológicos, faz-se importante observar que se adotou como estratégia de análise de dados a análise de conteúdo tal qual proposta por Vergara (2005), em que possibilita a sistematização dos achados de pesquisa em quadros que contemplam os recortes das narrativas agrupados por elementos temáticos. Essa sistematização favorece a inter-relação das narrativas e ajuda a compreendê-las, considerando o espaço e tempo em que foram construídas por seus sujeitos, o que possibilita releituras e análises de cunho crítico e reflexivo.

Para facilitar a análise dos dados, os recortes das entrevistas foram identificados de acordo com os códigos de IM001 a IM030, conforme Quadro 01 acima apresentado.

### **Análise dos dados: as interfaces da vulnerabilidade social dos imigrantes e refugiados em MT**

A análise dos dados coletados a campo buscou, por meio de sucessivas leituras, a fim de se compreender os contextos em que se inseriam, estabelecer uma relação entre os elementos mais recorrentes das entrevistas. Após esta etapa, foram selecionados os recortes que compuseram a análise. As entrevistas que continham elementos narrativos que se assemelhavam foram agrupadas conforme os quadros abaixo, seguindo sugestões de sistematização pontuadas por Vergara (2005). Deste modo, a análise realizada não será centrada nos pormenores de cada recorte dos entrevistados, mas sim no ponto principal de interseção que une cada grupo de narrativas.

Vale pontuar que os conceitos apresentados sobre vulnerabilidade social ponderam diferentes variáveis, e que nem todas elas foram exploradas nesta análise, considerando-se a limitação de tempo e proposta. Ressalta-se ainda que os imigrantes e refugiados não são por si só vulneráveis, pois na verdade a vulnerabilidade social é uma situação em que determinado indivíduo se encontra e que pode ser momentânea, não sendo inerente a nenhum ser humano pelo fato dele apenas existir. Este estudo busca justamente chamar a atenção para esta situação de vulnerabilidade social a que os imigrantes estão expostos.

O que se apresenta a seguir é uma análise interpretativista das narrativas e sua relação com as variáveis que moldam a situação de vulnerabilidade social dos participantes da pesquisa. Entende-se que os recortes apresentados possuem elementos de narrativas que devem ser pensados, e não desconexos dentro do contexto social de exclusão e desigualdades. Assim, chama-se a atenção não apenas para o que se é dito, mas, e sobretudo, por quem é dito e de que lugar se produz essa narrativa.

Entrevistou-se para este estudo 30 participantes, todos residentes atualmente no estado de Mato Grosso e presentes em nove (09) municípios, com destaque para quatro (04) das maiores cidades mato-grossenses, que são Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop. Os entrevistados são de sete (07) nacionalidades, com maior destaque para as mais frequentes, ou seja, a venezuelana e haitiana, o que se explica devido a presença mais expressiva destas nacionalidades nas estatísticas da população imigrante em Mato Grosso. Do total de entrevistados, 19 declararam-se solicitantes de refúgio e/ou refugiados, 11 são imigrantes e 63% destes são homens. Neste contexto de pandemia, apenas 05 entrevistados afirmaram ter emprego formal e estarem trabalhando, ao passo que 13 disseram estar sem trabalho algum, 04 são pequenos empreendedores informais e os demais trabalham na informalidade. De todos os que participaram da pesquisa, apenas 07 imigrantes disseram não ter precisado de algum tipo de ajuda desde o início da pandemia, sinalizando que 90% dos imigrantes e refugiados entrevistados precisaram de auxílio para manter suas necessidades mais básicas de alimentação, moradia, saúde e assistência social (para o auxílio emergencial conseguir algum tipo de documentação).

## **A interface da vulnerabilidade econômica**

Discutiu-se, em nível conceitual, que a vulnerabilidade social se apresenta de diferentes formas; no entanto, considerou-se alguns critérios como parâmetros a fim de se possibilitar uma análise. Não raro, o elemento econômico figura



como uma das variáveis observadas quando o quesito é categorização social. Dentro da lógica capitalista em que se vive, o fator financeiro pode representar muito mais do que ter ou não um montante em uma conta bancária, mas condições dignas de sobrevivência em sociedade (PORTO, 2020).

Ainda pela lógica do capital, o trabalho configura-se como elemento que possibilita essa forma de obter recurso financeiro, de modo que há uma relação de compra/venda entre a força de trabalho e dinheiro. Desta forma, os imigrantes e refugiados buscam no trabalho uma forma de inserção social e meio de subsistência.

Os recortes a seguir trazem como elemento principal o trabalho e, mais explicitamente, as situações de perdas desses empregos pelos imigrantes e refugiados em Mato Grosso diante do contexto da pandemia.

**Quadro 2** – Recortes sobre aspectos laborais

|       |  |
|-------|--|
| IM002 | Eu tinha emprego, estaba a trabajar.. minha patroa era buena, pero me mandou embora quando tudo isso comenzó, eu fiquei sem trabajo.. tengo familia, meus dos filho dependem de mi.        |
| IM003 | Eu tenho trabalho... o restaurante continua na Covid, mas meu chefe corto salário, mas eu ainda tenho trabalho. A genti não da pra reclama!  |
| IM014 | Eu trabay de vendi na rua, mas a policía di Brasil não deixa mais eu trabalhar, e eu sou migrante não posso ser plesa.   |
| IM004 | Perdi meu emprego porque mi jefe no deixa llevar mi hijo no trabajo, trabalho, ...mi hijo no tiene escola pra él. .... eu precisava do trabajo, pero não podia deixar mi hijo solo a casa. |
| IM007 | Meu trabalho eu vendia na rua, mas não pode mais ficar na rua.   |
| IM023 | eu era galçon, mas o restaurante fecho primero e depois quando abri não me chamou pra travail.   |
| IM013 | Estaba la pastoral, pero despues que el dinero do dinero del gobierno a casa cerró, não hay trabajo e o dinero no es suficiente para comprar comida e pagar alquiler.                      |
| IM020 | Eu fazia diária, daí veio a pandemia e não tem mais trabalho. Estou a pensar em voltar.  |

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

O emprego representa para os imigrantes e refugiados bem mais do que condições de manter a vida em sociedade, mas também a chance de uma mudança de vida, seja dos que migraram ou daqueles que permaneceram e dependem dos recursos enviados pelos imigrantes, ou seja, as chamadas remessas (PARISE, 2018).

Observa-se que a pandemia está presente como elemento propulsor do desemprego ou da impossibilidade em buscar uma forma de trabalho entre a população migrante. A escassez de trabalho já se fazia presente antes mesmo da pandemia, e a atual conjuntura só fez agravar a situação (PELLIZARI; ROQUE-FARIA, 2017; PELLIZARI, 2019).

Neste sentido, pode-se observar não apenas a importância do trabalho para os entrevistados, mas também a preocupação com a falta dele. Diante das constatações do desemprego e limitações no acesso à renda, percebe-se a face mais comum da vulnerabilidade social, sua interface econômica, o que expõe essa população às margens da sociedade, na medida em que demanda de ajuda para conseguir garantir sustento e moradia, ou seja, para as necessidades mais básicas de sobrevivência (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020; PORTO, 2020).

### **A interface da vulnerabilidade sanitária**

A pandemia de Covid-19 atingiu a todos sem distinção; contudo, os efeitos que ela vem causando não se configuram nos mesmos moldes para os diferentes sujeitos. Muitos imigrantes e refugiados se defrontaram com essa situação no meio de seus processos migratórios quando ainda não conseguiram se estruturar minimamente em termos de moradia e emprego (MATTOS, 2020).

Nos recortes a seguir, percebe-se que as situações de habitação relatadas não apresentam as condições de estrutura física das residências, mas demonstram a alta densidade familiar das habitações. Essa situação impacta diretamente nas chances de proteção contra o Covid-19, já que, dadas as condições habitacionais desta população, o isolamento social e distanciamento mostra-se impraticável (SILVA, I.; LUCENA FILHO, 2020; PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020); sendo assim, os imigrantes e refugiados se veem mais propensos e expostos a doença.

Em Mato Grosso não há conglomerados populacionais com disposições visualizadas nas favelas; no entanto, a população imigrante e refugiada vive, em sua maioria, em bairros muito humildes, compartilhando moradias urbanas bastante limitadas em termos de infraestrutura (LEÃO *et al.*, 2018; PELLIZARI, 2019). Essas condições de moradia estão diretamente relacionadas aos valores expressivos dos aluguéis praticados na região metropolitana de Cuiabá.

**Quadro 3** – Recortes sobre aspectos habitacionais e de saúde

|       |  |
|-------|--|
| IM016 | Na minha casa mora bastante gente, uma ocho personas, yo, mi filhos, minha esposa, uma prima e o namorado dela e um casa. de amigos que não tinha onde morar..... a gente ganha comida, e o dinero del gobierno deu pra comprar comida, peroó falta água meu bairro. |
| IM029 | Vivimos en una casa muy pequeña, en realidad tiene una gran sala, una cocina y un baño, vivimos allí en tres personas y dos niños.   |
| IM021 | Eu moro com meus amigo e meus amigos divide o aluguel do quarto, porque o aluguel é caro e a genti não tem travail agora. Lá tem muitos haitianos, que vivem lá.   |
| IM005 | Eu mora na casa do migrante com oltros.. je pense 30 personnes, mas depois do dinheiro do governo la maison fermé, não tem travail e o dinheiro não compra comida e loyer.   |
| IM018 | Lá no meu kitineti tem cinco pessoa que mola comigo, é apertado si, a genti não tem muito espaço..... a genti tem só a água que vem pela rua, mas tem dia que não vem nada e a genti não tem reservatório di água.   |
| IM026 | Meu chefe de obra ficou doente de covid, ele mandou a gente fica em casa, mas daí eu não ganhei as comissão..... depois voltou todo mundo...ehh só podia trabalha de máscara.... nós ganhou mascara... aquelas de lava.  |

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

A fim de tornar o aluguel mais acessível, os imigrantes se reúnem em grupos e locam imóveis conjuntamente, com compatriotas ou não. Há relatos de que essa dinâmica também facilita a troca de cuidados pelas mães imigrantes, que muitas vezes não conseguem creche no período integral e revezam os cuidados dos filhos com outras compatriotas.

É realidade frequente em alguns bairros da região metropolitana e no município de Várzea Grande a falta de água e saneamento básico, o que se torna um problema ainda maior para manter as recomendações dos órgãos de saúde no cuidado com a higiene pessoal (WHO, 2020). Observa-se, ainda, que os imigrantes e refugiados se veem obrigados a aceitar essas condições de moradia em que não conseguem cumprir o isolamento social, e que, por vezes, as condições sanitárias não são adequadas, já que não conseguem pagar pelo aluguel de locais mais salubres para habitarem; dessa forma, políticas públicas de moradia para essa população são desconhecidas no estado.

### **A interface da vulnerabilidade Jurídica**

Além da falta de emprego que oportuniza a renda e pode garantir melhores condições de moradia, dentre outras benesses, os imigrantes e refugiados enfren-

tam as sanções jurídicas durante a pandemia, sendo afetados pela suspensão de alguns serviços de órgãos públicos, como a emissão de documentação junto a Polícia Federal e demais pontuados por Delfim (2020).

#### **Quadro 4** – Recortes sobre aspectos migratórios e legislativos

|       |   |
|-------|---|
| IM027 | Mia filha ficou doente.... a UPA não atendi, porque no tenia documento brasileiro.  |
| IM023 | O dinhelo do governo eu não recebi ainda e eles falou porque eu tinha travay, mas eu não tem travay, e eu esto passando necessidadei. |
| IM024 | A moça da Caixa disse que meu CPF está errado, por isso eu não recebi o dinheiro.   |
| IM011 | quiero trazer mi esposo de Venezuela, mas a fronteira está cerrada, él não pode vim agora.  |
| IM022 | Antes da Covid eu consegui mandar dinheiro pra meu hermano vir aqui no Brasil, pero la fronteira no se cruza agora.                   |

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

A interface da vulnerabilidade jurídica retrata a violação de direitos legais e garantidos por legislação específica, além de decisões político-administrativas arbitrárias que atentam contra os imigrantes e refugiados, acentuando a fragilidade da condição ou situação migratória (MARTUCELII, 2020). Percebe-se os avanços e retrocessos jurídicos nas narrativas acima, na medida em que os entrevistados narram situações cotidianas em que sofrem com os impactos, como o fechamento de fronteiras que atinge principalmente a população imigrante venezuelana que já reside no Brasil.

A Portaria interministerial N. 340 é um mecanismo legislativo que, além de discriminar alguns imigrantes, tem dificultado a vida dessas pessoas, sobretudo aquelas que já tinham permissão de residência no país. Com o fechamento de fronteiras, a entrada e trânsito de imigrantes praticamente sessou, já que a referida Portaria prevê pouquíssimos casos de exceção, sendo a reunificação familiar uma delas; mas no caso dos venezuelanos, esse direito está sendo negado pelo próprio artifício da lei (DELFIM, 2020). Outro ponto que tem causado discussões entre os especialistas em migração internacional e de direitos humanos tem questionado a permanência do fechamento das fronteiras terrestres com o avançar da pandemia, contraposta à liberação de imigrantes por vias aéreas para acesso ao território brasileiro no mesmo período. Deste modo, paira no ar a ideia de que há uma pré-seleção por parte do Estado sobre os imigrantes que podem adentrar no Brasil neste momento de turbulência mundial.

A dificuldade dos imigrantes e refugiados conseguirem os documentos de regularização migratória também acentua sua situação de vulnerabilidade social, pois limita o acesso a outros serviços, tais como: o acesso a saúde, a assistência social, ao auxílio emergencial, dentre outros. Entretanto, ter o documento em mãos não é garantia de receber o serviço, já que ainda há desconhecimento por muitos servidores públicos e privados sobre a documentação legal de imigrantes e refugiados que vigora no Brasil. A dificuldade no reconhecimento dos documentos provisórios, a exemplo do protocolo de refúgio, limita o acesso às unidades de saúde, aos bancos públicos ou privados, na busca por trabalho, no ato da contratação do imigrante; estes casos foram relatados em muitas narrativas; alguns foram resolvidos com a chancela de entidades que acolhem e trabalham com imigrantes, pois eles acabam por intervir junto ao órgão desinformado. Em outros casos, os imigrantes simplesmente não conseguem acessar o serviço/opportunidade.

### **A interface da vulnerabilidade psicológica marcada pelos medos e angústia**

Outro elemento bastante recorrente nas entrevistas está relacionado aos efeitos psicológicos que a pandemia tem causado em todos os indivíduos, não diferenciando os imigrantes e refugiados. A pressão que o próprio movimento migratório impõe aos imigrantes e refugiados direciona-os a uma situação delicada pois, somada a todas as incertezas e ameaças da Covid-19, acarreta uma carga ainda mais pesada para aqueles que deixaram, voluntária ou involuntariamente, suas casas e familiares (SILVA, I.; LUCENA FILHO, 2020; PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020).

Observa-se nas narrativas as diferentes situações de medo e angústia trazidas, direta ou indiretamente, pela pandemia ou por seus efeitos causados entre a população imigrante e refugiada.

**Quadro 5 – Recortes sobre aspectos psicológicos**

|       |  |
|-------|--|
| IM017 | Já tem dos meses que eu não consigo enviar dinheiro a minha família, meu hijos tiene hambre, fome en Venezuela...eu não sei o que hacer...yo.... eu vim.... pra buscar uma vida melhor para ellos.... para meu hijo. |
| IM027 | Tengo medo de não poder ficar en Brasil, medo de tener que voltar pra mi país, porque eu não consegui trabajo desde que cheguei.   |
| IM025 | Eu estou com medo de ficar doenti, porque eu não tenho ninguém aqui comigo, mia família está no Haiti e precisa di mim.  |
| IM006 | É muito difícil esta situação, o dinheiro que eu guardava já acabou e o salão não voltou a trabalhar, as pessoas tem medo.   |
| IM023 | Eu soffo porque eu passo necessidadi aqui e medo que meus filho não tem o que come no Haiti, mas.... mas..... eu confia em <b>Deus que tudo ..... Ele pode mudá.</b>   |

**Fonte:** Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Fica evidente o temor entre aqueles mais vulneráveis socialmente, suas angústias por não conseguirem ajudar quem ficou na terra de origem e quem está no país, além do medo por perceberem em perigo a conquista de situação mais favorável de vida. Medos de retrocessos e riscos inerentes à jornada migratória. Esses medos expressam uma infinidade de angústias diante da insegurança, da fome, do desemprego, da falta de abrigo, da doença, da possibilidade de morte, mas, sobretudo, a falta de perspectiva e esperança. Muitas vezes esses indivíduos recorrem à fé religiosa, àquilo que não passa pelas fronteiras racionais: “**Deus que tudo ..... Ele pode muda**”.

A pandemia de Covid-19 tem mostrado que irá atingir a todos indistintamente; no entanto, as condições de enfrentamento desta realidade sem precedentes não são oferecidas a todos de modo equitativo. É noticiado a todo momento por diferentes meios de comunicação os efeitos da pandemia sobre os mais desfavorecidos e mais pobres, justamente aqueles que mais precisariam ser protegidos, tornando-se a cada dia as vítimas mais frequentes não apenas da pandemia, mas também da desigualdade e da injustiça social.

Neste contexto, a vulnerabilidade social apresenta as faces e interfaces de seu lado mais sombrio, pois os imigrantes e refugiados que vivem em Mato Grosso, além de tantos outros espalhados pelo Brasil, tem, junto a outras minorias, delineado o contorno deste triste mosaico social, agora esfacelado mais ainda pela pandemia.

## **Considerações finais**

O fenômeno da imigração como outro fenômeno social não ficou inune a Covid-19, pois estudos sobre os efeitos desta pandemia em relação a população mato-grossense, apesar de muitos ainda estarem em andamento, consideram que o auge da disseminação dessa doença atingiu Mato Grosso em julho de 2020. Neste sentido, levantar informações sobre como e quais os modos de enfrentamento desta pandemia, junto aos que mais necessitam, mostra-se oportuno no sentido de se construir políticas públicas que visem atenuar essa situação.

A situação de vulnerabilidade social, atrelada à população imigrante, agrava-se na medida em que se aumentam as desigualdades sociais e não se desenvolvem políticas públicas capazes de possibilitar alternativas de emprego e renda. Com a pandemia de covid-19, as faces e interfaces da vulnerabilidade social foram ganhando novos rostos e contornos, ou seja, os imigrantes e refugiados passaram a vivenciá-la com maior frequência, compondo os já anteriormente populosos grupos de marginalizados socialmente. Vale ressaltar que a situação de vulnerabilidade social desses grupos vem se agravando com o avanço da pandemia, tanto no Brasil como em outros países do mundo.

Os dados deste estudo possibilitam a percepção de que a pandemia de Covid-19 intensificou a situação de vulnerabilidade social de muito imigrantes e refugiados que vivem em Mato Grosso. Eles, que já conviviam com a dificuldade do desaquecimento do mercado formal de trabalho e da escassez de vagas, agora se veem desamparados com a falta de políticas públicas efetivas que lhes garanta condições dignas de acesso a saúde, moradia, emprego e renda, dentre outras limitações impostas pela atual crise sanitária.

Os resultados também atestam que a situação de vulnerabilidade social que acomete a população imigrante e refugiada apresenta diferentes interfaces, tais como: a econômica, marcada pelo aumento do desemprego e dificuldade/impossibilidade de outras formas de trabalho autônomo; a sanitária, marcada pela impossibilidade de vivenciar o distanciamento e o isolamento social; a jurídica, marcada pela fechamento de fronteiras e fragilidade da condição migratória; a psicológica, marcada pelo medo e angústias do atual cenário de pandemia; dentre outras que não foram neste estudo exploradas.

Essas interfaces da vulnerabilidade social sinalizam não apenas categorias, mas demonstram os desafios diários que imigrantes e refugiados enfrentam. Os pedidos de ajuda de grande parte dessa população têm aumentado com o agravamento da pandemia, já que muitos perderam os postos de trabalho formal

ou informal, e passaram a depender da solidariedade para sobreviver. A ajuda nas horas de emergência parte de instituições, como o Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá e de outras frentes sociais e religiosas ou da comunidade mato-grossense em geral.

Dentre as limitações deste estudo, pode-se mencionar a desconfiança por parte dos entrevistados quanto a forma de abordagem e coleta de dados, o que teve impacto significativo sobre o recorte amostral. Diante de tantas questões suscitadas por este estudo, e considerando o cenário imposto pela pandemia do Covid-19, novas reflexões no campo da assistência social e de investimentos sociais se fazem necessárias, seja via políticas públicas ou privadas capazes de contemplar estes e outros grupos em situação de vulnerabilidade social, o que seria muito oportuno, tendo em vista o período pós pandemia. Espera-se que as reflexões aqui tecidas possam auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas efetivas para esta população, e que este diagnóstico, ainda que prévio, chame a atenção para o agravamento da situação de vulnerabilidade social dos imigrantes e refugiados que vivem em Mato Grosso.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. de S. *et al.* Utilização de serviços de saúde por imigrantes haitianos na grande Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.24, p. 4677-4686, 2019.

BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R.; PERES, R.; FERNANDES, D.; SILVA, S. A. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p.119-143.

BAENINGER, R. *et al.* Migrações sul-sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó–NEPO/UNICAMP, 2018.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v.22, n.47, p.17-40, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Comitê Nacional para os Refugiados- CONARE (2019). **Refúgio em números**. 4.ed. Brasília: CONARE, 2019. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros\\_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf). Acesso em: 08 maio 2020.



BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI**: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos. Santiago do Chile: CEPAL/Celade, 2001.

BRASIL. Polícia Federal. Polícia Federal altera o atendimento do passaporte e aos estrangeiros em virtude da pandemia. **O Documento**, [s. l.], 24 mar. 2020a. Disponível em: <https://odocumento.com.br/policia-federal-altera-o-atendimento-do-passaporte-e-aos-estrangeiros-em-virtude-da-pandemia/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Portaria Interministerial nº 340**, de 30 de junho de 2020b, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-340-de-30-de-junho-de-2020-264247695>. Acesso em: 07 jul. 2020.

BRASIL. Polícia Federal. **Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro**. Brasília: SINCRE, 2019.

BRASIL. Polícia Federal. **Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro**. Brasília: SINCRE, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jul. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 06 jun. 2020.

DELFIN, R. B. DPU entra em ação contra Caixa e BC para garantir pagamento do auxílio emergencial a imigrantes. 2020. **Migramundo**, [s. l.], 6 maio 2020. Disponível em: <https://www.migramundo.com/dpu-entra-com-acao-contr-caixa-e-bc-para-garantir-pagamento-do-auxilio-emergencial-a-imigrantes/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FAUGIER, J.; SARGEANT, M. Sampling hard to reach populations. **Journal of advanced nursing**, Oxford, v.26, n.4, p.790-797, 1997.

GAMA, C. A. P. da; CAMPOS, R. T. O.; FERRER, A. L. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.17, n.1, p.69-84, 2014.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRAY, P. S. *et al.* **The research imagination: an introduction to qualitative and quantitative methods**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GUIMARÃES, M. A.; ALONSO, K. M. Haitian migration to Brazil: when the racial landscape changes and “i” and the “other” confront each other in the media and in digital social networks. *In*: BALTAR, R.; MATEUS, E. (org.). **Humanities**. São Paulo: Blucher, 2017. p.53-65.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOPKINS, B.; DAWSON, C.; VELIZIOTIS, M. Absence management of migrant agency workers in the food manufacturing sector. **The International Journal of Human Resource Management**, London, v.27, n.10, p.1082-1100, 2016.

INOUYE, K. *et al.* Percepções de suporte familiar e qualidade de vida entre idosos segundo a vulnerabilidade social. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, p.582-592, 2010.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Migration Data Portal: the bigger picture**. Berlin: IOM, 2020. Disponível em: [https://migrationdataportal.org/data?i=stock\\_abs\\_&t=2019](https://migrationdataportal.org/data?i=stock_abs_&t=2019). Acesso em: 04 maio 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **World Migration Report 2020**. Geneva: IOM, 2019. Disponível em: [iom.int/wmr](http://iom.int/wmr). Acesso em: 07 jul. 2020.

KLUGE, H. H. P. *et al.* Refugee and migrant health in the COVID-19 response. **The Lancet**, London, v.395, n.10232, p.1237-1239, 2020.

LEÃO, L. H. D. C. *et al.* The health of Haitian immigrant workers in Mato Grosso, Brazil: vulnerabilities and risks. **Salud colectiva**, Lanus, v.14, n.4, p.779-795, 2018.

LEÃO, L. H. da C. *et al.* International migration, health, and work: an analysis of Haitians in Mato Grosso State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n.7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Kq4zLH8G36sWvqLJpLSLFrz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

MATOS, R.A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.19, n.1, p.49-74, 2013.

MARIZ, L. A. *et al.* O reinado dos estudos de caso na teoria das organizações: imprecisões e alternativas. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.01-14, 2005.

MARTUSCELLI, P. N. How are refugees affected by Brazilian responses to COVID-19? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.1, n.17, p.01-12, 2020.

MATHIS, A. Cadastro único, espelho da pobreza e vulnerabilidade social no Pará, e as possibilidades de seu uso como instrumento de gestão no combate da pandemia de Covid-19. **Papers do NAEA**, Belém, v.29, n.1, p.132-169, 2020.

MATTOS, P. Migração e refúgio em contexto da pandemia. *In*: FÓRUM NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA AJUFE, 2., 2020, Brasília. Publicado pelo canal AJUFE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CRjm7PZvbGk>. Acesso em: 29 maio 2020.

ORCUTT, M. *et al.* Global call to action for inclusion of migrants and refugees in the COVID-19 response. **The Lancet**, London, v.395, n.10235, p.1482-1483, 2020.

PARISE, P. Impactos econômicos da imigração a partir da experiência da Missão de Paz. **Revista Diálogos estratégicos: migrações e seus impactos na sociedade do século XXI**, Brasília, v.1, n.4, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-e-analise/revista-dialogos-estrategicos>. Acesso em: 08 set. 2021.

PARISE, P.; CARVALHO, L.; PEREIRA, J. C. Missão Paz: assistência, formação e incidência social versus o negativismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da Covid-19. *In*: BAENINGER R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, C. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covi1-19**. Campinas: Núcleo de estudos de população Elza Berquó, 2020. p.79-92.

PATARRA, N.; FERNANDES, D. Políticas públicas e migração internacional no Brasil. *In*: CHIARELLO, L. M. (coord.). **Las Políticas Públicas sobre Migraciones y La Sociedad Civil en América Latina**. São Paulo: Scalabrini International Migration Network, 2011. p.151-276.

PELLIZARI, K.; MAZARO, R. E. Políticas de inserção social de migrantes no mercado de trabalho mato-grossense: um processo em construção. *In*: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO PPGA/FEA/USP- SEMEAD, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA, 2018. Disponível em: <https://login.semead.com.br/20semead/anais/arquivos/965.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

PELLIZARI, K. **O jogo de poder entre os atores sociais coletivos e os imigrantes nas cidades de Cuiabá e São Paulo**. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

- PELLIZARI, K.; ROQUE-FARIA, H. J. A língua portuguesa como instrumento de acesso ao mercado de trabalho: imigrantes no norte de mato grosso. **Revista Expectativa**, [s. l.], v.16, n.2, p.167-189, 2017.
- PORTO, M. F. No meio da crise civilizatória tem uma pandemia: desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias. **Revista Visa em Debate**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.2-10, 2020.
- PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P.; KOLLER, S. H. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v.25, n.3, p.403-408, 2009.
- RIAÑO, Y.; PIGUET, E. **International Student Migration**. Oxford: Oxford University Press, 2016. (Oxford Bibliographies).
- SALGANIK, M. J.; HECKATHORN, D. D. Sampling and estimation in hidden populations using respondent-driven sampling. **Sociological methodology**, Oxford, v.34, n.1, p.193-240, 2004.
- SANTOS, J. de O. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator**, Fortaleza, v.14, n.2, p.75-90, 2015.
- SILVA, I. L.; LUCENA FILHO, E. L. Saúde mental e assistência social: desafios durante a COVID-19. **Revista Psicologia & Saberes**, Maceió, v.9, n.19, p.138-146, 2020.
- SILVA, S. B.; RAPOPORT, A. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede**, Cachoeirinha, 2013. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- STEFANELLI, M. M. C.; BASTOS, S. Missão Paz: lugar de hospitalidade e acolhimento aos I-Migrantes em São Paulo, SP. **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v.8, n.3, p.256-273, 2016.
- TANNOCK, S. Bad attitude? migrant workers, meat processing work and the local unemployed in a peripheral region of the UK. **European Urban and Regional Studies**, Harlow, v.22, n.4, p.416-430, 2015.
- TEIXEIRA, I. N. D. **Definições de fragilidade em idosos: uma abordagem multiprofissional**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- TOPA, J.; NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Imigração e saúde: a (in) acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.22, p.328-341, 2013.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Global Trends forced displacement in 2019**. Genebra: UNHCR, 2020. Disponível em: [https://www.unhcr.org/5ee200e37/#\\_ga=2.199139439.1524817274.1593784772-1287123496.1585343056](https://www.unhcr.org/5ee200e37/#_ga=2.199139439.1524817274.1593784772-1287123496.1585343056). Acesso em: 01 jul. 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **How WHO is supporting refugees and migrants during the COVID-19 pandemic**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/how-who-is-supporting-refugees-and-migrants-during-the-covid-19-pandemic>. Acesso em: 18 maio 2020.

**Recebido em:** 06 de agosto de 2021

**Aprovado em:** 31 de outubro de 2021



# SEÇÃO LIVRE





# BIAFRA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA (1968-1970): ENTRE IMAGENS, DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES

Ana Julia PACHECO<sup>1</sup>  
Karla Leandro RASCHE<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo propõe discutir um conjunto de notícias sobre a Guerra de Biafra (1967-1970) presentes nas páginas da revista *Veja*. Nosso objetivo cunha-se em examinar os sentidos políticos e retóricos do periódico sobre uma das maiores tragédias humanas do século XX ocorrida no sudoeste do território da Nigéria. O conflito emancipou, pelo povo igbo, a República do Biafra, cuja existência efêmera encharcou a comunidade internacional de imagens que registravam a miséria e as mazelas provocadas pela guerra. No Brasil, Biafra fez-se presente em revistas semanais e jornais diários, oriundos do processo de modernização da imprensa, que atuaram informando os acontecimentos nacionais e internacionais por meio da publicação de notícias imediatas e na formulação e intermediação de projetos de interesses públicos e governamentais. Para esse texto, enquanto fontes documentais, as autoras utilizaram os números publicados pela Revista *Veja* entre 1968 e 1970, contexto de acontecimentos da guerra. O acervo desse periódico encontra-se disponível gratuitamente no site da própria revista ([www.veja.abril.com.br/acervo](http://www.veja.abril.com.br/acervo)). As imagens e as narrativas veiculadas no periódico apontam um contexto de fome, violência e debates humanitários.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; Biafra; Nigéria; Revista *Veja*; imprensa.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da (NEAB/UDESC), Florianópolis – SC – Brasil. Pesquisadora associada. Professora de História da Rede de Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5800-4862>. [anajulia.hp@gmail.com](mailto:anajulia.hp@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Sul e Sudeste, Faculdade de História, Marabá – PA – Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em História e do ProfHistória. Editora da *Escritas do Tempo*. Presidente da Comissão Permanente para Diversidade, Heteroidentificação e Etnicidade. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo – SP – Brasil. Doutora em História Social. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0580-3737>. [karlaleandro@gmail.com](mailto:karlaleandro@gmail.com)

BIAFRA IN THE PAGES OF THE REVISTA VEJA (1968-1970):  
BETWEEN IMAGES, SPEECHES AND REPRESENTATIONS

**ABSTRACT:** *The present article proposes to discuss a set of news about the Biafra War (1967-1970) on the pages of *Veja* magazine. Our goal is to examine the political and rhetorical meanings of the periodical about one of the greatest human tragedies of the 20th century occurred insouthwest of Nigeria. The conflict has emancipated, by the Igbo people, the Republic of Biafra, whose ephemeral existence drenched the international images community that registered the misery and the ailments caused by the war. In Brazil, Biafra was present in weekly magazines and daily newspapers, from the modernization process of the press, who acted to inform national and international events through the publication of immediate news and in the formulation and intermediation of projects public and governmental interests. For that text, as documentary sources, the authors used the numbers published by *Veja* magazine between 1968 and 1970, context of war events. The collection of this journal is available free of charge on the magazine's website ([www.veja.abril.com.br/acervo](http://www.veja.abril.com.br/acervo)). The images and narratives published in the journal point to a context of hunger, violence and humanitarian debates.*

**KEYWORDS:** *history; Biafra; Nigéria; *Veja* magazine; press.*

## Introdução: Biafra, a história de uma guerra

*Disseram-me que os biafrenses lutavam como heróis, mas agora sei que os heróis lutam como os biafrenses. Chimamanda Ngozi Adichie - Meio Sol Amarelo<sup>3</sup>*

Considerado um dos conflitos mais violentos da África contemporânea, a Guerra Civil da Nigéria ou a Guerra de Biafra (1967-1970) constituiu-se, de modo geral, em um movimento separatista da região do sudoeste da Nigéria, território que englobava os principais poços de petróleo do país no Delta do Níger.

<sup>3</sup> A Guerra de Biafra consta no enredo de diferentes escritores africanos, principalmente entre os nigerianos. Em *Half of a Yellow Sun* (2006), Chimamanda Adichie narra, por meio de uma intermediação com os tempos da narrativa, a história de cinco personagens, que no decorrer de toda a década de 60, lutaram a favor da construção de Biafra e contra a opressão do exército nigeriano no contexto da Guerra de Biafra. O romance possui trinta e sete capítulos, os quais estão distribuídos em quatro partes estruturalmente interdependentes. Ver mais em: Freitas (2012). Também no âmbito da análise literária, em conexões História-Literatura, uma monografia de conclusão de curso em História suscita reflexões, a saber: Chan (2017).

As tensões regionais recorrentes desde a independência da Nigéria, alcançada em 1960, levaram os esforços de oito milhões de Ibos, sob a liderança do General Chukwuemeka Odumegwu Ojukwua<sup>4</sup>, a proclamar a República Independente de Biafra. Seguiu-se, assim, a guerra civil, cujo sonho nacionalista foi refreado pela força federal nigeriana contra a desintegração territorial e política do país ainda recém independente.

O conflito levou a perdas devastadoras envolvendo a morte de mais de três milhões de pessoas em combate ao longo do período em que se sucedeu. Enquanto uma nação independente, Biafra foi reconhecida por Gabão, Haiti, Costa do Marfim, Tanzânia e Zâmbia; por outro lado, outros países não deram reconhecimento oficial, mas providenciaram algum tipo de assistência e apoio. Embora o movimento tenha sido levantado pelo povo Ibo, a posição estratégica do Biafra revela motivos políticos e econômicos para tal inflexão, com envolvimento, inclusive, direto de “potências externas” (MELOS; MEROLA, 2014, p.49).

A trajetória da independência da Nigéria é marcada por movimentos nacionalistas organizados nos anos de 1930 que incentivavam os nigerianos a ter maior participação no governo até então sob o domínio do protetorado britânico. Fomentado a partir da grande depressão econômica que alcançou a Nigéria nos anos 1930 e 1940, esses movimentos nacionalistas tinham como expoentes africanos educados em moldes e princípios europeus, dado que a educação formal era uma incumbência britânica. Dentre os mais importantes nomes, estava Nigerian Youth Movement (NYM), que contribuiu ativamente no processo de independência, conquistada apenas em 1960.

Embora a independência fora garantida, a economia nigeriana ainda permanecia dependente da antiga metrópole e o novo país estava dividido em vários níveis e marcadamente ausente de um projeto de nação. Desse modo, o clima de instabilidade ponderava sobre o novo Estado composto por três grandes grupos étnicos: os Hausan-Fulani (norte), Yoruba (sudoeste) e os Igbo (sudeste), somado ainda a uma série de outras comunidades menores, endossadas por diferentes identidades regionais, mais determinantes do que uma ideia de identidade nacional.

Foi essa instabilidade que desencadeou a guerra civil, experienciada na segunda metade da década de 1960, onde a região sudeste tentou separar-se da

---

<sup>4</sup> Chukwuemeka Odumegwu Ojukwu (1933-2011) foi um oficial militar e político nigeriano, tendo servido como governador militar da Região Leste da Nigéria em 1966. Foi líder separatista da República de Biafra de 1967 a 1970 e político nigeriano de 1983 até 2011, quando morreu aos 78 anos, na Inglaterra, vitimado por problemas de saúde.

Nigéria para estabelecer o Estado soberano de Biafra (FALOLA; HEATON, 2008). O conflito que ocorreu oficialmente entre 6 de julho de 1967 e 15 de janeiro de 1970 “tinha como opositores o Governo Federal Nigeriano e o território da Nigéria Oriental, que havia se tornado independente em 31 de maio de 1967, autoproclamando-se República de Biafra” (RIBEIRO, 2019, p.2), depois de inúmeros massacres ocorridos no ano de 1966.

O conflito globalizado foi tido como uma “guerra mundial em miniatura”, embora sem intervenção do fator nuclear. Biafra tinha o apoio dado por França e Portugal (mesmo que nunca tenham reconhecido a nação como independente), a ajuda material oferecida por Israel, e o também o suporte dos rodesianos brancos. Por outro lado, a Nigéria Federal era apoiada pelos britânicos, pelo Egito (também um ex-protetorado britânico), que cedeu pilotos para as missões de aviação, e ainda favorecidos pela atitude da Organização pela Unidade Africana (OUA), adepta à manutenção da integridade territorial da Nigéria (MAZRUI, 2010).

A presença dos países do bloco soviético também desempenhou um importante papel no desenrolar da guerra do Biafra, sendo que o governo federal beneficiou-se com a relevante ajuda militar soviética, a qual contribuiu para a vitória do regime de Lagos. Após a guerra, o país continuou a receber significativa ajuda militar da URSS, sob a forma de equipamentos e no que tange à formação (THIAM; MURILA, 2010).

A Guerra de Biafra ganhou destaque na imprensa mundial, que disseminou fotografias emblemáticas registrando a tragédia do evento. Enquanto primeiro conflito pós-colonial, Biafra gerou uma onda transnacional de preocupação humanitária, envolvendo órgãos internacionais, instituições não governamentais e organizações religiosas.

*In the summer of 1968, contemporaries around the globe witnessed the emergence of a new ‘third world’ icon: the ‘Biafran babies’. Readers and audiences in the west in particular were confronted with photographs of starving children in the secessionist Republic of Biafra, which made headlines for months. For various commentators, the Biafran crisis marks the onset of a new age of humanitarian catastrophe broadcast by modern media. According to Michael Ignatieff, the ‘age of televised disaster’ began with the Biafran war. (HEERTEN; MOSES, 2014, p.176)<sup>5</sup>.*

<sup>5</sup> Tradução das autoras: “No verão de 1968, contemporâneos ao redor do globo testemunharam o surgimento de um novo ícone de “terceiro mundo”: os ‘bebês biafrenses’. Os leitores e o público no Ocidente em particular foram confrontados com fotos de crianças famintas na secessionista República de Biafra, que ganhou as manchetes por meses. Para vários comentaristas, a crise de Biafra marca o início de uma nova era de catástrofes humanitárias

No Brasil, o conflito também alcançou espaço na mídia impressa, em especial nas revistas semanais e nos jornais diários. O amplo processo de modernização da imprensa passaram a atuar informando os acontecimentos nacionais e internacionais, por meio da publicação de notícias imediatas e na formulação e intermediação de projetos de interesses públicos e governamentais. Nesse sentido, o presente artigo<sup>6</sup> propõe discutir o conjunto de notícias sobre a Guerra de Biafra presentes em um periódico de circulação impressa, depois online, a Revista *Veja*.

Num primeiro momento, discutimos acerca do lugar da Imprensa e do conceito de Representações, entendendo-o como uma categoria fundamental para analisar e pensar um veículo da mídia impressa, como é a Revista *Veja*. Em seguida, examinamos e problematizamos as notícias que cobrem os eventos ocorridos durante o conflito pela revista. Concordamos com Ribeiro (2019) no sentido de que a imprensa internacional trouxe imagens e representações de grande proporção sobre os conflitos e a miserabilidade ocasionada em virtude da guerra.

Para o desenvolvimento desta investigação foram consultadas integralmente as edições da Revista *Veja* de nº1 do ano de 1968 à edição nº121 do ano de 1970 através do seu Acervo Digital<sup>7</sup>, que somam 12 notícias respectivamente 9 na seção internacional, 1 na seção religião, 1 na seção humor e 1 correspondente a capa e sua reportagem. Dada a ausência de assinaturas nas sessões e nas notícias, compremos as narrativas sobre Biafra presentes nas páginas de *Veja* como parte da linha editorial vinculada ao posicionamento institucional do órgão.

A seleção dessa documentação ocorreu durante pesquisa de mestrado de Ana Julia Pacheco, quando naquele momento pesquisava o periódico como fonte histórica para compreensão das representações sobre o Apartheid

---

transmitida pela mídia moderna. De acordo com Michael Ignatieff, a “era do desastre televisionado” começou com a guerra de Biafra.” (HEERTEN; MOSES, 2014, p.176).

<sup>6</sup> Este texto faz parte de um estudo efetuado após o desenvolvimento da dissertação de mestrado (2018) da autora Ana Julia Pacheco no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que investigou a presença africana, e especificamente, o *Apartheid*, nas edições da Revista *Veja* de 1968 a 1985. Oportunamente, envolveu diálogos em forma de estudos e questões reflexivas conectados à pesquisa em andamento da autora Karla Leandro Rascke, intitulada “O perigo da História única”: o ensino de História da África nas universidades públicas do Norte do Brasil, com início em 2018.

<sup>7</sup> Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. O Acervo Digital da Revista *Veja* está no ar desde 2008 com acesso livre e gratuito a todas as suas edições, desde a primeira publicada em 11 de setembro de 1968. O projeto para a realização do Acervo Digital teve patrocínio do Bradesco e foi desenvolvido pela *Veja* em parceria com a Digital Pages. O acervo apresenta as edições em ordem cronológica e conta com um avançado sistema de busca desenvolvido especialmente para o periódico. Ver mais em <https://www.ufrgs.br/blogdabc/revista-veja-disponibilizado-o-seu/>. Informamos que atualmente, 2020, o acervo da Revista não está mais acessível gratuitamente, sendo viável apenas para assinantes.

(PACHECO, 2018), em abordagens que culminaram em sua dissertação de mestrado. Oportunamente, diante de parceria existente há mais de uma década com Karla Leandro Rascke, desde vínculos estabelecidos no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob a coordenação do professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso, as autoras envidaram esforços em estabelecer uma narrativa que permita interpretar como a Revista *Veja* produziu imagens e perspectivas sobre a Guerra Civil em Biafra durante o próprio desenrolar do conflito.

### **Mídia, impressos e a Revista *Veja*: na trama das representações**

Parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam memórias e narrativas históricas contemporâneas, os meios de comunicação de massa, em especial, a mídia jornalística impressa, apresentam-se, como uma das instâncias discursivas organizadoras do social que, ao narrar e atribuir significados, articula e angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido.

Nascido oficialmente no início do século XIX, o jornalismo brasileiro emergiu por meio dos primeiros jornais diários publicados em 1808, quando da vinda da família real portuguesa. Posteriormente, surgiram as revistas e os almanaques, com publicações mais elaboradas e periodicidade mais longa, voltadas para temas específicos.

Essa emergência de produção midiática abriu um campo de possibilidades potencializadas para a compreensão histórica da importância do mercado de novas publicações jornalísticas na articulação de projetos políticos que promoveram e evidenciaram engajamentos políticos e tensões culturais. No caso de Biafra, a mídia impressa e televisiva produziu interpretações. A imprensa internacional expôs as atrocidades em Biafra, não isenta de interesses e concepções, mas trouxe à tona as mazelas da guerra. “Os massacres de 1966 foram largamente expostos, porém as vítimas relatadas eram sempre os igbos. Acontece que integrantes das minorias étnicas efik, ijaw, ogoja, ibibio e outros, foram igualmente massacrados no norte.” (CHAN, 2017, p.32).

Nesse sentido, o conceito de representação para pensar as narrativas sobre a Guerra de Biafra, em *Veja*, nos parece central para conduzir a análise da fonte impressa. Instrumento essencial na trajetória da História Cultural<sup>8</sup>, que tem por

---

<sup>8</sup> Em 2006 numa edição comemorativa de vinte anos do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS a Revista Anos 90 traz no ensaio de Sandra Jatahy Pesavento uma reflexão em torno dos estudos, pesquisas e reflexões que envolvem as temáticas de Cultura e Representação imersos no programa. O entendimento da cultura mudou ao

objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler, as representações do mundo social, segundo Roger Chartier (2002), são determinadas pelo interesse dos grupos que a forjam.

Para o autor, sempre aspirando a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas incessantemente, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, e a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas. Chartier (2002) aponta que as representações devem ser sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação; igualmente deve se pensar o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Em contrapartida, o conceito de representação, segundo Stuart Hall, ancorado em perspectiva dos Estudos Culturais, tem ocupado um novo e importante lugar no estudo da cultura, aproximando os sentidos de linguagem à cultura.

*La representación es una parte esencial del proceso mediante el cual se produce el sentido y se intercambia entre los miembros de una cultura. Pero implica el uso del lenguaje, de los signos y las imágenes que están en lugar de las cosas, o las representan. (HALL, 2010, p.447).*

Para Hall (2010), portanto, a representação é a produção de sentido através da linguagem, sendo a cultura o compartilhamento de significados, e, por meio da linguagem, esses significados são produzidos e trocados onde as coisas ganham sentido. Os significados, segundo ele, constroem sentidos sobre quem somos e como elaboramos pertencimentos, produzidos e trocados em todas as interações sociais e pessoais que fazemos parte, incluindo, nesse sentido, a mídia, que promove a circulação e produção de significados, através da linguagem.

Numa abordagem discursiva para a compreensão da representação, Hall (2010) acredita que no discurso podemos perceber não só como a linguagem e a representação produzem significados, mas também como um discurso parti-

---

longo dos anos, em que a aproximação dos historiadores com os antropólogos levou ao encontro da concepção de cultura como um conjunto de significados partilhados. Logo, a cultura é vista como uma produção social e histórica a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos, práticas. Ela é ainda uma forma de leitura e tradução da realidade que se mostra de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais apresentam-se de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2006, p.49).

cular articula-se ao poder, regulando e construindo subjetividades, redefinindo a maneira como as coisas são representadas e compreendidas.

A Revista *Veja*, na qualidade de periódico, ou seja, uma fonte jornalística, é compreendida e trabalhada nesse texto metodologicamente enquanto um instrumento estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Imbricado às complexidades do mundo social, as práticas do fazer jornalístico estão relacionadas ao cotidiano, integrante de um sistema comunicacional, pensado como uma das práticas culturais.

Tal como força ativa da vida moderna, o impresso compõe mais do que um dispositivo de registro dos acontecimentos, atuante na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica, por meio da produção de hegemonias, dimensão de distintas temporalidades, diagnósticos do presente, afirmação de memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

A Revista *Veja*, lançada em setembro de 1968, e atualmente a mais consumida revista semanal de informação do Brasil, surgiu com intuito de trazer para os leitores eventuais informações sobre os fatos ocorridos no país e igualmente fora dele. Nas palavras do primeiro editor, Victor Civita,

[...] o Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja*. (VEJA, n.1 01/09/68, p.3).

A partir da condição de revista de informação com periodicidade semanal, ela elabora sínteses dos acontecimentos, organizando-os em narrativas próprias, buscando explicar e atribuir sentido à realidade a partir de um espaço maior de tempo. Todavia, seu tempo na narrativa jornalística funciona para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas e, mais importante, funciona para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro (SILVA, C., 2014).

O periódico apresenta temas do cotidiano da sociedade brasileira como economia, política, diplomacia, transformações e conflitos territoriais, ecologia, saúde, tecnologia, religião, cultura, artes, entre outros, apresentando algumas seções



fixas sobre cinema, música, literatura, entrevista. Os textos são escritos em sua maior parte por jornalistas, porém, nem todas as seções são assinadas. Tornando-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial do país na década de 1970<sup>9</sup>, sua criação, pela Editora *Abril*, situa-se num contexto de consolidação do mercado de bens simbólicos, ocorrido a partir dos anos 1960.

No âmbito de seus eventos e personagens, o cenário internacional ganha espaço no periódico. Os países e as populações do continente africano, nesse mesmo momento, sob transformações políticas e econômicas decorrentes dos processos de independência política, tornam-se pauta da mira jornalística de *Veja*. Há um destaque à África do Sul, cujas notícias estão relacionadas às implicações do regime político racista do *Apartheid*, que vigorava no país, e os possíveis laços diplomáticos, políticos e econômicos entre Brasil e os países da África pensados e articulados efetivamente em meados de 1970.

Nesse sentido, entendemos particularmente a *Veja*, bem como as demais revistas de circulação nacional, como parte inseparável das narrativas sociais que guiaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo. Trata-se de compreender o periódico enquanto produção conectada com a vida cotidiana, tornando-se “impossível entender a dinâmica dos conflitos sociais e das disputas políticas nas sociedades contemporâneas sem levar em conta o papel dos meios de comunicação de massa” (MIGUEL, 2016, p.7).

Vejamos, na sequência, como a revista interpretou e publicizou os acontecimentos relacionados à Guerra de Biafra.

### **“A primeira guerra moderna da África Negra”: Biafra nas páginas da Revista *Veja***

A primeira notícia do conflito está localizada na segunda edição da Revista *Veja*, datada de nove de setembro do ano 1968, na seção internacional intitulada “Biafra, o apocalipse”. Estampa boa parte de duas páginas, com imagens de uma ossada humana e um corpo destroçado, ambos no chão, sob a legenda: “Agora não há nem mesmo tempo para enterrar os mortos. Eles apodrecem nos cami-

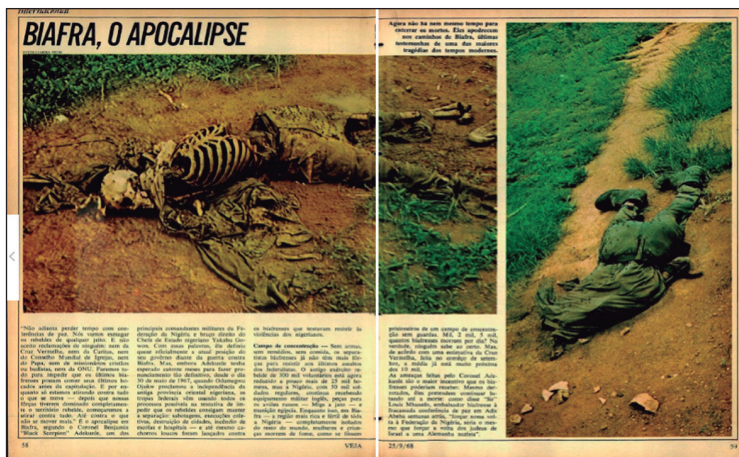
---

<sup>9</sup> Segundo Villalta (2002), a publicação da *Abril* conhece logo no início de sua circulação o êxito dos quase 700 mil exemplares vendidos de seu primeiro número, e anos subsequentes de fracasso (de 1968 a 1972). Como informa a autora, em 1968, o público consumidor de revistas estava acostumado com dois tipos de publicações: as semanais ilustradas, representadas por *Manchete* e o modelo de revista de economia e política da internacional *Visão*. *Veja* nascia com uma proposta diferente mediante aos padrões brasileiros, entretanto, o modelo trazido diretamente dos Estados Unidos decepcionou os anunciantes, fazendo com que a consolidação da revista junto ao mercado consumidor levou alguns anos para acontecer.

nhos de Biafra, últimas testemunhas de uma das maiores tragédias dos tempos modernos.” (VEJA, n. 2, 25/09/68, p.59).

Expondo a ameaça ao povo biafrense feita pelo Coronel Benjamin Adekunle, a notícia evidencia um dos comandantes militares da Federação da Nigéria, e segue trazendo dados da guerra, especialmente das baixas em Biafra, apontando o apoio inglês e egípcio ao governo nigeriano de Yakabu Gowon e assinalando que os biafrenses, apontados por *Veja* como “rebeldes”, estavam “[...] completamente isolados do resto do mundo, mulheres e crianças morrem de fome” (VEJA, n. 2, 25/09/68, p.58). A notícia é finalizada com um destaque da fala do embaixador de Biafra - Lois Mbanefo -, na conferência de paz, em Adis Abeba, demonstrando a resistência de Biafra.

**Figura 1** – Imagens da reportagem “Biafra, o apocalipse”



Fonte: *Veja*, n.2, 25/09/68, p.58-59

A matéria tem imagens que ocupam quase as duas páginas e causam impacto dada a evidência visual da guerra. Além disso, o texto escrito destaca a violência e o horror da guerra com cenas terríveis que envolviam a fome e as doenças decorrentes dos conflitos alcançaram o mundo. Percebemos que a matéria põe em questão o enfraquecimento dos “separatistas”, pois em termos numéricos suas baixas eram visíveis, ao passo que a Nigéria continuava a receber armamento e equipamentos militares de seus apoiadores.

Biafra aparece novamente na edição de número 7, também na seção internacional, numa reportagem de cinco páginas denominada “O horror sem fim de Biafra”, junto a imagens de corpos no chão e crianças biafrenses sob a legenda

“Amaldiçoados por toda a África, abandonados pelo resto do mundo, os guerreiros de Biafra continuam sua resistência desesperada contra a morte” (VEJA, n.7, 22/10/68, p.34-35).

A notícia inicia descrevendo o cenário da guerra em Biafra, destacando, numa narrativa trágica a situação de milhares de crianças africanas, “[...] em seus corpos deformados e cérebros confusos” (VEJA, n.7, 22/10/68, p.35). A guerra de Biafra foi explicada por *Veja* fundamentalmente como uma “questão de tribos”, evidenciada por uma rivalidade “entre irmãos” no “continente negro”. Com uma ênfase nos detalhes de corpos em decomposição, o cenário aparece destroçado, e o olhar construído pela manchete destaca uma Biafra “amaldiçoada por toda a África”. Na percepção da revista, esse conflito seria “o maior e o mais sangrento da história da África” (VEJA, n.7, 22/10/68, p.35).

A retórica de cunho racial e pejorativo permeia toda a narrativa que contextualiza o conflito em Nigéria para seus leitores: “Os Ibos de Biafra ingressaram tardiamente no mundo moderno, emergindo da selva na década dos 30” (VEJA, n.7, 22/10/68, p.36). Biafra aparece como possível estímulo para outras “tribos inquietas” em nações africanas darem início a sua própria secessão, como Etiópia, Quênia, Daomé e Sudão citadas pelo periódico. Evidenciando o conflito como “Questão de tribos”, não apenas perpetua um imaginário colonial, mas reforça que os problemas seriam decorrentes de conflitos internos, sequer trazendo à cena as décadas de colonialismo britânico, por exemplo.

A OUA foi citada como um órgão de esperança falida para Biafra cuja última reunião da cúpula aprovou uma resolução solicitando aos “rebeldes” que colaborassem com as autoridades federais nigerianas, igualmente a comunidade internacional denunciada como “cumplices das mortes em massa, por inanição, na Nigéria” (VEJA, n.7, 22/10/68, p.37).

Em seu final, o artigo destaca a “amarga verdade”, já conjecturando a derrota dos biafrenses frente aos soldados federais e apontando o erro do povo Ibo em presumir que a Nigéria não poderia continuar sem eles. Nos dizeres da revista: “Os Ibos poderão descobrir, agora, que eles precisam mais da Nigéria, do que a Nigéria deles” (VEJA, n.7, 22/10/68, p.38).

**Figura 2** – Imagens da reportagem “O Horror sem fim de Biafra”



Fonte: *Veja*, n.7, 22/10/68, p.34-35.

“Nigéria: O General De Gaulle entra em ação e consegue reavivar uma guerra que estava chegando ao fim” é o título da notícia seguinte, presente na seção internacional de *Veja* em sua décima primeira edição. O artigo trouxe uma pequena imagem acima do texto de soldados em ação com a legenda “Soldados biafrenses em combate: entra em cena De Gaulle, a guerra renasce” (VEJA, n.11, 20/11/68, p.39), narrando a ajuda francesa personificada no presidente Charles de Gaulle ao exército Biafrense e o descontentamento do governo nigeriano com o ato francês. Junto a esse apoio, a revista também aponta o papel das nações de Costa do Marfim e Gabão (ex-colônias francesas) para o auxílio no descarregamento de armas e suprimentos até o território de Biafra.

O apoio e a interferência internacional na guerra civil nigeriana continuaram presentes na notícia seguinte sobre o conflito na edição de número 12. “Nigéria: os russos já estão chegando, com rublos e atenções” (VEJA, n.14 11/12/68, p.44) destacou o apoio soviético ao governo da Nigéria, com a venda de modernos equipamentos militares e consequentemente a intensificação nas relações comerciais entre russos e nigerianos. O artigo trouxe apenas uma imagem do líder nigeriano com a legenda “O presidente Gowon: olhos abertos” (VEJA, n.14 11/12/68, p.45) e descreveu as relações entre Nigéria e Rússia.

Na trigésima edição, de fevereiro do ano seguinte, em sua seção internacional, a Revista *Veja* noticiou “A ressurreição de Biafra”, destacando o cotidiano de resistência dos biafrenses atrelado aos “inteligentes e trabalhadores” Ibos. Os perspicazes triunfos ganharam destaque em parte significativa do artigo, que

narra as operações e estratégias de Biafra para o recebimento de armamento e munições estrangeiras, especialmente francês, e alimentos que mantiveram os biafrenses ativos.

As imagens contempladas seguem mostrando o cotidiano de guerra dentro do território de Nigéria, com imagem focando numa criança em situação de miséria. A *Veja* aponta uma melhora na situação de Biafra, sua “ressurreição” através da resistência, entretanto, continua eminente em seu olhar a derrota dos separatistas. “Assim, entre um expediente e outro, Biafra continua vivendo [...]. Mas sob quaisquer circunstâncias, é difícil imaginar uma saída feliz para a primeira guerra moderna da África Negra” (VEJA, n. 30, 02/04/69, p.37).

**Figura 3** – Imagens da reportagem “A ressurreição de Biafra”



Fonte: *Veja*, n.30, 02/04/69, p.37-38.

Biafra volta a ser noticiada na edição de número 41, na seção internacional do periódico, em junho de 1969, no artigo intitulado “O Conde ataca novamente”, com foco no apoio do “aventureiro” sueco Carl Gustav von Rosen, que passou a treinar a comandar a nova Força Aérea de Biafra vitoriosa nas últimas semanas de guerra.

A narrativa descreve as estratégias adotadas pelo Conde, o que estaria possibilitando uma reviravolta na guerra em favor de Biafra, e o destaque no incentivo humanitário que levou o comandante a ajudar os biafrenses. Em seu número 47 publicado no final de julho, *Veja* contempla, na capa de sua edição, parte de uma imagem de crianças biafrenses em meio a outras imagens que representam importantes acontecimentos do ano de 1969, cujo destaque prin-

principal refere-se à primeira viagem do homem à lua, sob título “Armstrong: que ganhamos com a lua?”

A capa traz a reportagem intitulada “Que futuro traz essa lua?” e embaixo as seguintes reflexões, nas legendas que abrem o artigo: “Os cientistas falam em uma nova era. Os astronautas voltam e encontram a mesma terra com suas contradições [...]”; e “O homem pula com jatos na sola, como fará na lua e nas estações orbitais. Mas como pular sobre as misérias deste planeta? [...]” (VEJA, n.47, 40/07/69, p.31).

Dividido em sete partes, o artigo narra a trajetória e as expectativas do projeto Apolo 11 que levou a primeira vez o homem à lua. Biafra e as demais nações colocadas nas imagens que cobrem o capacete do comandante Neil Armstrong não são citadas ao longo da reportagem, ficando apenas na capa da edição, provavelmente, por ser tema recorrente daqueles anos.

**Figura 4** – Imagens da capa “Armstrong: que ganhamos com a lua?”



Fonte: *Veja*, n.47, 40/07/69

Na edição seguinte, Biafra é tema da seção *Religião* da revista que tem como título “Biafra não aceitou a paz do papa: Mas houve alegria em Uganda e nos olhos do Presidente Obote” (VEJA, n.48, 06/08/69, p.24) e discute, por um lado, o fracasso do papa Paulo VI na sua missão em pôr um fim na guerra em Nigéria que, segundo *Veja* “Reuniu-se com eles separadamente, mas, quando tentou junta-los, Biafra não compareceu” (Idem). Por outro lado, enfatiza o sucesso da sua presença do religioso em Uganda na dedicação do santuário em memória dos 22 mártires de Uganda, queimados vivos em 1886 e canonizados

em 1964. Estes 22 mártires foram assassinados entre os anos 1885 e 1887. No dia 3 de junho de 1886, 12 deles foram queimados vivos junto a outros 20 anglicanos; 10 mártires foram esquartejados.

O periódico destaca as ideias do Papa, que deram certo em Uganda, no sentido de resolver os conflitos sem o apelo da violência, mas por meio de tratados razoáveis apoiados por instituições internacionais: “[...] parecem não haver concordado os representantes biafrenses e nigerianos” (VEJA, n.48, 06/08/69, p.25). No entendimento do periódico, “Biafra não aceitou a paz do Papa”, enquanto Uganda seria um “exemplo” de igreja “obediente e disciplinada” na África. A narrativa enfatizada por *Veja* reporta o tom à expansão do catolicismo no continente e a figura central da Igreja Católica naquele momento, o Papa Paulo VI enfatiza que “as relações humanas não devem ser reguladas pela força” (VEJA, n.48, 06/08/69, p.25).

“Biafra: apenas uma boa intenção” tornou-se título do artigo da seção internacional da edição 54 de *Veja* que trata da discussão de um possível acordo de paz para Nigéria no encontro de quarenta líderes africanos da OUA reunidos em Addis Adebba. Criada com o objetivo de assegurar a independência recém-conquistada pelos países africanos, viabilizando a consolidação dos Estados Nacionais formados, a organização assumiu a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança continentais (OUA, 1963). Nesse sentido, a discussão realizada em 1969 em Adis Adebba, pautando o conflito Nigéria-Biafra, envolvia preocupação dos Chefes de Estado com a solução desse conflito<sup>10</sup>.

A revista destaca a resistência de ambos os lados, para o Chefe de estado nigeriano, General Yakabu Gowon, o impensável acordo sem a rendição dos separatistas do governo; para o líder Biafrense Coronel Odumegwu Ojukwu, a inaceitável ideia de rendição proposta por Gowon. Enquanto isso *Veja* questiona: “Quantas pessoas morrem diariamente na guerra civil nigeriana? A fome ainda extermina as crianças de Biafra? E os soldados separatistas, continuam alimentando-se com carne de bode?” (VEJA, n. 54, 17/09/69, p.51).

Em dezembro de 1969, o fim da guerra civil em Nigéria e do sonho Biafrense é prenunciado no artigo “Biafra: o futuro morre aos poucos” na seção internacional da edição de número 58. A narrativa inicia dizendo que “O território cada vez menor de uma Biafra enfraquecida, desolada e quase derrotada vai sofrer agora, no fim da temporada de chuvas, mais uma ofensiva ‘final’” (VEJA, n. 58, 17/12/69, p.58), anunciando o próximo encontro entre os representantes de Nigéria e Biafra em Addis Abeba para mais uma tentativa de acordo de paz.

<sup>10</sup> Para maiores informações a respeito da OUA, indicamos consultar as seguintes obras: Cardoso (2018); Joilson Silva (2013).

A notícia é carregada de uma imagem com um soldado morto sob a legenda “Soldados de Biafra: sem esperança”.

Em 21 de janeiro de 1970, o periódico anuncia “Finalmente venceu a morte: com o fim de Biafra, a Nigéria consegue uma vitória que não é gloriosa: significa o quase total aniquilamento de uma raça” (VEJA, n.72, 21/01/70, p.30), que narra em quatro páginas os últimos confrontos e o fim do conflito no território nigeriano. Com expressões como “ex-território de Biafra”, a matéria retoma a tragédia da guerra e as mortes dela resultantes. Utilizando termos e adjetivos, o periódico destaca o conflito como “trágico pesadelo que abalou profundamente a consciência mundial” (VEJA, n.72, 21/01/70, p.30).

Na primeira parte do artigo, *Veja* descreve os últimos dias do cotidiano biafrense, a última operação do exército federal nigeriano, e a fuga do coronel Ojukw personificado como “a última esperança de Biafra”, que entregou o comando das tropas ao General Philip Effiong. Este, em vista da vitória evidente das forças Gowon, ordenou como chefe maior do Estado de Biafra a rendição dos soldados biafrenses.

Na segunda parte, com o título “Todos culpados na guerra do apocalipse”, o periódico faz uma reflexão em torno das causas e acontecimentos do conflito, apontando a culpabilidade também nas interferências estrangeiras, e finaliza com a seguinte colocação:

Mas Biafra, embora derrotada, provou um fato importante: que uma nação negra, privada de apoio estrangeiro, pode sozinha e sem a ajuda de técnicos brancos para dirigir seus estados-maiores, para fazer funcionar ferrovias, telefones, rádios e televisões, resistir a uma formidável pressão militar econômica e diplomática. E a vitória – se é que a palavra pode ser usada – do governo central nigeriano não terá nenhuma solidez enquanto os **problemas tribais** não forem, pelo menos, encaminhados para uma solução. (VEJA, n.72, 21/01/70, p.33, grifo nosso).

A imagem que abre o artigo enfoca novamente o corpo morto de um soldado, com outras duas ao longo da narrativa que trazem os líderes comandantes a guerra sob as legendas “Ojukwu: lutou para criar Biafra, no fim teve de abandonar os seus irmãos” e “Gowon: lutou para defender a unidade da Nigéria, sem partilhas e divisões” (VEJA, n.72, 21/01/70, p.32). Demais imagens são de crianças em situação de vulnerabilidade, numa delas com a legenda “Para o futuro, uma geração assustada, enfraquecida e certamente incapaz” (VEJA, n.72, 21/01/70, p.33).



**Figura 5** – Imagem da reportagem “Finalmente venceu a morte: com o fim de Biafra, a Nigéria consegue uma vitória que não é gloriosa: significa o quase total aniquilamento de uma raça”



**Fonte:** Veja, n.72, 21/01/70, p.33

A última passagem de Biafra no periódico está na edição seguinte, de número 73, na seção *Humor* da revista, numa charge cujos personagens representam o acordo entre a União Soviética e o governo federal Nigeriano. Efetuado sob os territórios continentais africano e europeu abaixo de uma chuva de sangue, caracteriza os milhares de biafrenses mortos pelo governo federal nigeriano durante o conflito.

**Figura 6** – Imagem da charge “Biafra”



**Fonte:** Veja, n.73, 28/01/70, p.9.

## Considerações Finais

No Ocidente, a África foi vista através de uma violência discursiva colonial, produzida entre os séculos XVI e XX, condicionando a pensar as relações do continente africano com o mundo atlântico a partir de perspectivas que a sugerem como um acidente geográfico, entre Oriente e o Ocidente, consolidando imagens-clichês que projetam informações imprecisas e estereotipadas sobre a África (MENESES; SANTOS, 2010). Ao noticiar a Guerra de Biafra, constatamos a permanência desse viés narrativo presente na Revista *Veja*, que evidencia o aspecto trágico e violento em suas páginas, endossado por imagens de morte e mazelas da população biafrense causadas pelo conflito, num jornalismo descritivo do cotidiano de resistência do povo Ibo.

A derrota eminente é evidenciada em todos os artigos, que informam os dados de perdas principalmente de Biafra. Assim, o auxílio ou a intervenção estrangeira aparecem como solução de um conflito de uma população “negra” e “incapaz”. A intervenção estrangeira, portanto, para *Veja*, aparece como um caminho possível para solucionar a situação da Nigéria, retirando o direito e a legitimidade dos próprios nigerianos à possibilidade de decidir e desenhar os rumos da sua nação.

Ao mesmo tempo, *Veja* também destaca a ausência de apoio à Biafra tanto por parte dos africanos quanto por parte da comunidade internacional, e, por conseguinte, questiona o completo silenciamento da posição brasileira sobre a guerra. A ação de resistência dos Ibos ao longo do período de guerra se mostra como exceção de “uma nação negra” ao olhar de *Veja*.

Como é possível perceber, a narrativa do cotidiano de uma guerra pós-colonial africana é permeada por uma leitura racial e pejorativa em vários momentos tanto sobre as populações nigerianas, quanto as populações africanas. As diferenças culturais não são confrontadas pelo periódico e sim naturalizadas, alojadas dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construído. Também utiliza adjetivos como “questão de tribos”, “rivalidade entre irmãos” e “continente negro” para justificar os acontecimentos entre as populações nigerianas, percepções estas do mesmo imaginário colonial que permitiu hierarquizar, dividir e animalizar as populações africanas.

Essas considerações dialogam com as discussões resultantes de uma pesquisa de doutorado empregada por Anderson Oliva com o objetivo de identificar representações mais recentes sobre o continente africano na revista *Veja*, entre as edições que circularam nos anos de 1991 a 2006. De acordo com o pesquisador, o periódico atuou/atua na disseminação de ideias negativas sobre a África,

refletindo olhares heterogêneos sobre os africanos e sobre suas realidades que permeiam no imaginário contemporâneo brasileiro<sup>11</sup>.

Considerando que os temas “Guerras, Massacres e Violência” e “*Apartheid*, Racismo e pós-apartheid” categorizados por ele, somam 43% por cento das publicações, o autor explica que há uma iniciativa de atribuir as causas de um determinado ocorrido às rivalidades políticas entre “tribos” ou povos em conflito. Isso aponta também para as influências das ações coloniais como um de seus elementos de origem.

Ao tratar das questões políticas, as origens de mais uma “tragédia africana” transitam para os “conflitos tribais”, revelando indícios de um olhar previamente construído sobre a África. “A ideia mais recorrente é a de que o continente desempenharia uma condição atípica de potencializador das atrocidades cometidas pela humanidade e das expressões mais aviltantes da ‘barbárie’.” (OLIVA, 2008, p.157).

Contudo, Biafra é representada pela revista *Veja* através do desencadeamento e desenvolvimento da guerra civil que extinguiu o sonho de uma república.

Sua história demonstrou que a África estava incorporada ao mundo mais vasto das rivalidades planetárias. Mostrou também que a identidade africana, nascida da humilhação racial e da dominação estrangeira, não podia ser senão frágil e incerta. Sob o choque do colonialismo e do imperialismo, os africanos haviam tomado consciência do fato de representarem uma unidade diante dos opressores ocidentais. Contudo, uma solidariedade africana perene não podia fundar-se somente na experiência comum da exploração. Unir-se contra o opressor estrangeiro, era uma coisa; outra coisa, porém, era unir-se para pôr em marcha o desenvolvimento interno. (MAZRUI, 2010, p.15)

Colonialismo, imperialismo e racismo constituem tríade articulada e forjada para expropriação de riquezas, saberes e conhecimentos. Povos africanos,

---

<sup>11</sup> Conforme o autor, apesar de ter encontrado um número variado de temas e abordagens, nas páginas da *Veja* concentram-se matérias em torno de alguns assuntos associados a dois conjuntos de imagens tabuladas: as “leituras negativas” e as “leituras positivas”. A primeira soma 62,5% das matérias, distribuídas nas seguintes categorias: “Guerras, Massacres e Violência”, 30 peças (22% do total); “*Apartheid*, Racismo e pós-*apartheid*”, 29 peças (21%); “Tragédias, Fome e Doenças”, 22 peças (16%); “Africanos vistos como tribais/canibais/primitivos”, 4 peças (3%); e a segunda corresponde a 37,5% (51 peças) do total de reportagens, classificadas nas seguintes categorias: “Turismo, Esportes, Natureza”, 20 peças (15%); “Literatura, Cinema, Fotografia e Política”, 19 peças (14%); e “História, Paleontologia e Arqueologia”, 12 peças (9%).

indígenas e asiáticos constituem foco de atuação dessa tríade, mas mundialmente somos afetados pelo sistema de pensamento hegemônico ocidental. O eurocentrismo compõe vertente fértil na constituição de narrativas, imaginários e relações de poder. Povos alijados de direitos e usurpados de suas riquezas sentem os efeitos das mazelas que essa combinação colonial perpetua. Conflitos armados, discursos veiculados e estereótipos arraigados têm produzido narrativas hegemônicas e violências.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, N. C. F.; OLIVEIRA, G. Z. de. Operações de paz africanas: as experiências da OUA e da UA. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v.7, n.2, p.334-370, maio/ago. 2018.

CHAN, M. A. **Leituras sobre a Guerra de Biafra (1967-1970)**: as versões do conflito nos textos de história e literatura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

FALOLA, T.; HEATON, M. M. **A History of Nigéria**. London: Cambridge University Press, 2008.

FREITAS, J. F. A. de. Guerra de Biafra: as imagens de uma tragédia refletidas no espelho social. In: SILIAFRO, I., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p.345-351.

HALL, S. **Sin garantías**: trayectorias y problemáticas en estudios culturales. Popayán: Envión Editores, 2010.

HEERTEN, L.; MOSES, A. D. The Nigeria–Biafra war: postcolonial conflict and the question of genocide. **Journal of Genocide Research**, Oxon, v.16, n.2/3, p.169–203, 2014.

MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (org.). **História geral da África**: África desde 1935. UNESCO, 2010. v.8.

MELOS, A. C.; MEROLA, V. As relações bilaterais Brasil-Nigéria: um estudo de caso do período colonial aos dias de hoje. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v.7, p.45-63, 2014.

MENESES, M. P.; SANTOS, B. de S. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MIGUEL, L. F. História e política, cultura e mídia. *In*: LOHN, R. (org.). **História das bancas de revista: um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas**. Ponta Grossa: Editora Todapalvra, 2016. p.07-21.

OLIVA, A. R. Notícias sobre a África: representações do continente africano na revista *Veja* (1991-2006). **Afro-Ásia**, [s. l.], n.38, p.141-178, 2008.

PACHECO, A. J. **Apartheid nas páginas da Revista *Veja* (1968-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PESAVENTO, S. J. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.45-48, jan./dez. 2006.

RIBEIRO, M. L. F. Biafra e a opinião pública internacional: como a cobertura jornalística influenciou os rumos da Guerra Civil Nigeriana. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]** Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565318777\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-Nacional.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565318777_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Nacional.pdf). Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, C. B. da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na *Veja* (1968-1978). *In*: AREND, S. (org.). **Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980**. Curitiba: Ed. CRV, 2014. p.21-42.

SILVA, J. de A. M. A. **União africana: desafios políticos e perspectivas de cultura no limiar do século XXI**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

THIAM, I. D.; MURILA, J. A África e os países socialistas. *In*: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (org.). **História geral da África: África desde 1935**. UNESCO, 2010. v.8. p.965-1001.

VILLALTA, D. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Intercom, 2002. p.01-15.

**Recebido em:** 20 de julho de 2020

**Aceito em:** 03 de outubro de 2020



STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão  
Laboratório Editorial  
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01  
14800-901 – Araraquara  
Fone: (16) 3334-6275  
e-mail: [laboratorioeditorial.fclar@unesp.br](mailto:laboratorioeditorial.fclar@unesp.br)  
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



